UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

FERNANDO JOSÉ LARREA MALDONADO

ESTADO E MOVIMENTO INDÍGENA NO EQUADOR:
Do multiculturalismo neoliberal ao Estado plurinacional degradado (1990-2017)

Salvador
2018

FERNANDO JOSÉ LARREA MALDONADO

ESTADO E MOVIMENTO INDÍGENA NO EQUADOR:
Do multiculturalismo neoliberal ao Estado plurinacional degradado (1990-2017)

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Jorge F.S. de Almeida

Salvador
2018

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA), com os dados fornecidos pelo(a)autor(a).

Fernando, Larrea
Estado e movimento indígena no Ecuador: do multiculturalismo neoliberal ao Estado plurinacional degradado (1990-2017) / Larrea Fernando. -- Salvador, 2018.
288 f.
Orientador: Antônio Jorge Fonseca Sanches de Almeida.
Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais) -- Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2018.
1. Movimento Indígena. 2. Estado. 3. Multiculturalismo. 4. Estado plurinacional. 5. Equador. I. Fonseca Sanches de Almeida, Antônio Jorge. II. Título.

FERNANDO JOSÉ LARREA MALDONADO

ESTADO E MOVIMENTO INDÍGENA NO EQUADOR: DO MULTICULTURALISMO NEOLIBERAL AO ESTADO PLURINACIONAL DEGRADADO (1990 - 2017)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Ciências Sociais, com área de concentração em Ciências Sociais, e, aprovada em 04 de maio de 2018, pela Comissão formada pelos professores:

Felipe Milanez Pereira (UFRB)
Doutor em Sociologia (Democracia no Século XXI / Ecologia Política) pelo Centro de Estudos

Francisco Eduardo Torres Cancela (UNEB)
Doutor em História Social do Brasil pela UFBA

Sue Angélica Serra Iamamoto (FFCH-UFBA)
Doutora em em Ciência Política pela Queen Mary University of London

Antônio da Silva Câmara (FFCH - UFBA)
Doutor em Sociologia pela Université Paris Diderot - Paris 7

Antônio Jorge Fonseca Sanches de Almeida (FFCH-UFBA)
Doutor em Comunicação e Cultura Contemporânea na UFBA

AGRADECIMENTOS

Além do trabalho acadêmico dos últimos anos no Brasil, esta tese culmina uma trajetória iniciada muitos anos atrás de envolvimento e compromisso com as comunidades e organizações indígenas da região *Interandina* no Equador, suas dinâmicas, suas lutas, suas *mingas* e suas festas. Muitas são as pessoas nessa caminhada que partilharam sua mesa e sua sabedoria, me ensinaram as trilhas da resistência cultural e das lutas sociais e políticas. Para todas elas, as que ainda estão e as que já nos deixaram, meus profundos agradecimentos e lembranças.

Diversas e enriquecedoras reflexões sobre o processo do movimento indígena, seus caminhos e descaminhos, foram partilhadas generosamente em entrevistas para minha pesquisa por Luis Macas, Diocelinda Iza, Floresmilo Simbaña, Ampam Karakras, Franco Viteri, Nina Pacari, Lourdes Tibán, Alfredo Andrango, Humberto Cholango, Jorge Herrera, Leonidas Iza, Guillermo Churuchumbi, Luis Andrango, lideranças indígenas às que expresso meus agradecimentos por todas suas contribuições. Meus agradecimentos também para Mario Unda, Victoria Carrasco, Pocho Alvarez, Fernando García, Roberto Gortaire, Pablo Dávalos, Carlos Larrea, Natalia Greene, Carmen Seco, María Fernanda Vallejo, pesquisadores e ativistas, por ajudar-me a compreender os processos políticos vivenciados nos últimos anos no país.

Agradeço também ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFBA, um espaço de formação de qualidade da universidade pública e gratuita, que me acolheu em Salvador durante os anos do curso de doutorado. Aos professores Clóvis Zimmermann, Victória Espiñeira, Ruthy Laniado, Adriano Sampaio pelos ensinamentos em suas disciplinas. Aos meus colegas do doutorado e ao grupo de pesquisa "processos de hegemonia e contrahegemonia", pelos debates e contribuições nas aulas e espaços partilhados nestes anos. A Dora Alencar e Alberto Pereira, funcionários da Secretaria do Programa, por todos seus cuidados e o apoio nos mais diversos requerimentos e trâmites.

Meus agradecimentos para Sueli Araujo pela revisão do texto desta tese, sempre atenta e disponível para corrigir o monte de erros da minha redação em português.

Agradeço também à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB – pelo fornecimento da bolsa de doutorado, sem a qual não poderia ter concluído esta pesquisa.

Quero expressar também meu especial reconhecimento e agradecimento à professora Iacy Maia Mata e ao professor Antônio Câmara que participaram da banca de qualificação,

que com suas sugestões, críticas e comentários contribuíram para encaminhar e aprofundar meu trabalho.

Agradeço de forma especial e sincera a meu orientador, o professor Jorge Almeida, pela acolhida que deu a minha pesquisa durante todos estes anos, por seu rigor, sua paciência e seu estimulo para avançar neste trabalho, por seus ensinamentos teóricos e metodológicos, por sua leitura atenta dos meus textos e seus valiosos comentários, além de seu compromisso com o conhecimento e as lutas sociais emancipadoras.

Finalmente, um muito obrigado para minha esposa Florencia Campana pelo apoio, estímulo, discussões críticas e agudas observações sobre os processos políticos no Equador e do movimento indígena, sem os quais esta tese não existiria.

RESUMO

Esta tese aborda a relação do Estado com o movimento indígena no Equador a partir do ciclo de lutas iniciado em 1990. Traça o histórico dos processos organizativos e políticos do movimento indígena que derivaram no *levantamiento indígena nacional* de 1990. Em um período caracterizado por uma aguda crise econômica e uma forte instabilidade política durante a década de 1990 e os primeiros anos deste século, este estudo argumenta que, diante da irrupção do movimento indígena na arena política nacional com sua própria voz e discurso político, o Estado equatoriano abriu um conjunto de espaços e concessões para as demandas indígenas e articulou progressivamente uma política neoindigenista compatível com as reformas neoliberais, a qual permitiu preservar os processos de acumulação capitalista no campo. Esta política teve como eixo articulador a adoção pelo Estado do multiculturalismo como discurso dominante e dispositivo de poder, ao tempo que, incorporou a participação de representantes indígenas na sua gestão. Dessa forma, contribuiu para a desmontagem dos conteúdos contestatórios presentes no discurso indígena, transformando as expectativas e o perfil de alguns de seus representantes.

No contexto do padrão neodesenvolvimentista assumido pelo Estado equatoriano na última década (durante o governo Correa) que promove a extração de recursos naturais e a expansão dos agronegócios, este trabalho analisa os conflitos apresentados com o movimento indígena pela defesa de seus territórios e a soberania alimentar. As novas modalidades de administração da questão indígena pelo Estado modificaram negativamente o sentido do reconhecimento constitucional do Estado plurinacional. Compreende que estas políticas degradaram os sentidos e conteúdos da plurinacionalidade defendida pelo movimento indígena no que diz respeito à organização indígena e a sua qualidade como sujeito político, bem como a autonomia e autodeterminação de povos e nacionalidades. Este processo abriu um novo campo relacional de coerção e resistências.

Palavras-chaves: Movimento Indígena, Estado, multiculturalismo, Estado Plurinacional, Equador.

ABSTRACT

This thesis addresses the relationship of the State with the indigenous movement in Ecuador from the cycle of struggles begun in 1990. It traces a history of the organizational and political processes of the indigenous movement that led to the national indigenous uprising of 1990. In a period characterized by an severe economic crisis and strong political instability during the 1990s and the early years of this century, this study argues that the Ecuadorian State –faced with the irruption of the indigenous movement in the national political arena, with its own voice and political discourse– opened a set of spaces and concessions for indigenous demands and progressively articulated a neo-indigenist policy compatible with neoliberal reforms,which allowed preserving the processes of capitalist accumulation in the rural sector. This policy had as its axis the adoption of multiculturalism as the State's dominant discourse and apparatus of power, while incorporating the participation of indigenous representatives in its management. Thus, it contributed to the dismantling of the rebellious contents present in the indigenous discourse, transforming some of its representatives' expectations and profile.

Finally, in the context of the neo-developmentalist pattern that the Ecuadorian State assumed over the last decade (during the Correa administration), which promotes the extraction of natural resources and the expansion of agribusinesses, this thesis analyzes the conflicts presented by the indigenous movement in order to defend their territories and food sovereignty. The Ecuadorian State´s new modalities of administration of the indigenous issues have negatively modified the sense of constitutional recognition of the pluri-national State. It reflects on how these policies degraded the senses and the contents of the pluri-nationality, which has been defended by the indigenous movement in what refers to the indigenous organization as a political subject, as well as to the autonomy and self-determination of indigenous groups and nationalities. This process opened a new relational field of coercion and resistances.

Keywords: Indigenous movement, State, multiculturalism, Plurinational State, Ecuador.

RESUMEN

Esta tesis aborda la relación del Estado con el movimiento indígena en el Ecuador a partir del ciclo de luchas iniciado en 1990. Traza la historia de los procesos organizativos y políticos del movimiento indígena que derivaron en el levantamiento indígena nacional de 1990. En un período caracterizado por una aguda crisis económica e una fuerte inestabilidad política durante la década de 1990 y los primeros años de este siglo, este estudio argumenta que frente a la irrupción del movimiento indígena en la arena política nacional con su propia voz y discurso político, el Estado ecuatoriano abrió un conjunto de espacios y concesiones para las demandas indígenas y articuló una política neoindigenista compatible con las reformas neoliberales, la cual permitió preservar los procesos de acumulación capitalista en el campo. Esta política tuvo como eje articulador la adopción por el Estado del multiculturalismo como discurso dominante y dispositivo de poder, al mismo tiempo que incorporó la participación de representantes indígenas en su gestión. Contribuyó así para el desmontaje de los contenidos contestatarios presentes en el discurso indígena, transformando las expectativas y el perfil de algunos de sus representantes.

En el contexto del patrón neodesarrollista asumido por el Estado ecuatoriano en la última década (durante el gobierno de Correa) que promueve la extracción de recursos naturales y la expansión de los agronegocios, este trabajo analiza los conflictos presentados con el movimiento indígena por la defensa de sus territorios y la soberanía alimentaria. Las nuevas modalidades de administración de la cuestión indígena por el Estado modificaran negativamente el sentido del reconocimiento constitucional del Estado plurinacional. Comprende que estas políticas degradaron los sentidos y los contenidos de la plurinacionalidad defendida por el movimiento indígena, en lo que se refiere a la organización indígena en su calidad de sujeto político, así como a la autonomía y autodeterminación de los pueblos y nacionalidades. Este proceso abrió un nuevo campo relacional de coerción y resistencias.

Palabras clave: Movimiento indígena, Estado, multiculturalismo, Estado plurinacional, Ecuador.

LISTA DE SIGLAS

ANP – Áreas Naturais Protegidas

BEDE – *Banco Ecuatoriano de Desarrollo*

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

CEDHU – *Comisión Ecuménica de Derechos Humanos*

CEDOC – *Central Ecuatoriana de Organizaciones Clasistas*

CEDOC - *Central Ecuatoriana de Obreros Católicos*

CEDOC–CLAT – *Central Ecuatoriana de Organizaciones Clasistas - Central Latinoamericana de Trabajadores*.

CEDOCUT – *Confederación Ecuatoriana de Organizaciones Clasistas Unitaria de Trabajadores*

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CESA – *Central Ecuatoriana de Servicios Agrícolas*

CIDA – *Comité Interamericano de Desarrollo Agrícola*

CODENPE – *Consejo de Desarrollo de las Nacionalidades y Pueblos del Ecuador*

COICE – *Coordinación de Organizaciones Indígenas de la Costa Ecuatoriana*

CMS – *Coordinadora de Movimientos Sociales*

COMPLADEIN – *Consejo de Planificación y Desarrollo de los Pueblos Indígenas y Negros*

CONACNIE – *Consejo Nacional de Coordinación de las Nacionalidades Indígenas del Ecuador*

CONAICE – *Confederación de Nacionalidades y Pueblos Indígenas de la Costa Ecuatoriana*

CONAIE – *Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador*

CONFENIAE – *Confederación de Nacionalidades Indígenas de la Amazonia Ecuatoriana*

CONFEUNASC – *Confederación Única Nacional de Afiliados al Seguro Social Campesino*

COPISA – *Conferencia Plurinacional e Intercultural de Soberania Alimentaria*

CREA – *Centro de Reconversión Económica del Azuay, Cañar y Morona Santiago*

CRCC – China Railways Construction Corporation

CTE – Confederación de Trabajadores del Ecuador

DINEIB – *Dirección Nacional de Educación Intercultural Bilingüe*

DRI – Desenvolvimento Rural Integrado

ECUARUNARI – *Movimento Campesino Indígena Ecuador Runakunapak Rikcharimuy*

ECUARUNARI – *Confederación de Pueblos de la Nacionalidad Kichwa del Ecuador*

ENAC – Empresa Nacional de Abastecimento e Comercialização

EUA – Estados Unidos da América

FAPESB – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia

FCUNAE – *Federación de Comunas Unión de Nativos de la Amazonía Ecuatoriana*

FECIP – *Federación de Centros Indígenas de Pastaza*

FEDEPICNE – *Frente de Defensa de los Pueblos Indígenas, Campesinos y Negros del Ecuador*

FEI – *Federación Ecuatoriana de Indios*

FEINE – *Consejo Ecuatoriano de Pueblos y Organizaciones Indígenas Evangélicos*

FENACLE – *Federación Nacional de Trabajadores Agroindustriales, Campesinos e Indígenas Libres del Ecuador*

FENOC – *Federación Nacional de Organizaciones Campesinas*

FENOC–I – *Federación Nacional de Organizaciones Campesinas e Indígenas*

FENOCIN – *Federación Nacional de Organizaciones Campesinas, Indígenas y Negras*

FEPOCAN – *Federación Provincial de Organizaciones Campesinas de Napo*

FEPP – *Fondo Ecuatoriano Populorum Progressio*

FERTISA – Empresa de Fertilizantes do Estado

FESE – *Federación de Estudiantes Secundarios del Ecuador*

FETAP – *Federación de Trabajadores Agropecuarios*

FETRAPEC – *Federación de Trabajadores Petroleros del Ecuador*

FICSH – *Federación Interprovincial de Centros Shuar*

FIDA – Fondo Interamericano de Desenvolvimento Agrícola

FIDH – Federação Internacional de Direitos Humanos

FLACSO – Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais

FMI – Fundo Monetário Internacional

FODEPI – *Fondo de Desarrollo de los Pueblos Indígenas*

FOIN – *Federación de Organizaciones Indígenas del Napo*

FOISE – *Federación de Organizaciones Indígenas de Sucumbíos del Ecuador*

FONAKIN – *Federación de Organizaciones de la Nacionalidad Kichwa del Napo*

FORMIA – *Proyecto de Apoyo al Fortalecimiento de los Municipios Alternativos*

FULCI – *Frente Único de Lucha Campesina Indígena*

FUT – *Frente Unitario de Trabajadores*

IDEA – *Instituto de Estrategias Agropecuarias*

IERAC – *Instituto Ecuatoriano de Reforma Agraria y Colonización*

IIRSA – *Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Suramericana*

ILV – *Instituto Lingüístico de Verano*

INCRAE – *Instituto Nacional de Colonización de la Región Amazónica Ecuatoriana*

INDA – Instituto Nacional de Desarrollo Agrario

INIAP – *Instituto Nacional Autónomo de Investigaciones Agropecuarias*

INREDH – *Fundación Regional de Asesoría en Derechos Humanos*

ITT – *Ishpingo Tambococha Tiputini*

IULA – *Unión Internacional de Autoridades Locales*

LORSA – *Ley Orgánica del Régimen de Soberania Alimentaria*

MAG – *Ministerio de Agricultura y Ganadería*

NAFTA – Tratado Norte-Americano de Livre Comércio

OSG – Organizações de Segundo Grau

OMC – Organização Mundial de Comércio

ONG – Organizações Não Governamentais

ONGD – Organizações Não Governamentais de Desenvolvimento

OPIP – *Organización de Pueblos Indígenas de Pastaza*

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OXI – *Occidental Exploration and Production Company*

PCE – Partido Comunista do Equador

PEA – População Economicamente Ativa

PREDESUR – *Programa Regional para el Desarrollo del Sur del Ecuador*

PRODEPINE – *Proyecto de Desarrollo de los Pueblos Indígenas y Negros del Ecuador*

PRODECO – *Proyecto de Desarrollo Rural en la Provincia de Cotopaxi*

RIAD – *Red Interamericana de Agriculturas y Democracia*

SEDRI – *Secretaria de Desarrollo Rural Integral*

SENPLADES – *Secretaria Nacional de Planificación y Desarrollo*

SIPAE – *Sistema de Investigación sobre la Problemática Agraria en el Ecuador*

TLC – Tratado de Livre Comércio

UBA – *Universidad de Buenos Aires*

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNILA – Universidade Federal da Integração Latino–Americana

USAID – Agência dos Estados Unidos para o desenvolvimento Internacional

LISTA DE TABELAS E FIGURAS

Tabela 1: Equador: evolução do número e da área dos estabelecimentos agropecuários por categoria de tamanho (1954-2000) 122

Tabela 2: Territórios Indígenas (TI) da Região Amazônica Equatoriana (RAE) em 2014.....142

Anexo 1: Mapa físico do Equador.....282

Anexo 2: Mapa Político do Equador.....283

Anexo 3: Territórios das Nacionalidades indígenas equatorianas.....284

Anexo 4: Área dos Territórios indígenas na Região Amazônica Equatoriana.....285

Anexo 5: Mandato por la defensa de la vida y los derechos de las nacionalidades Indígenas….....286

Anexo 6: Mapa de ubicação dos megaprojetos de mineração.....288

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 16

1.1 OS OBJETIVOS DO ESTUDO 18

1.2 ESTRATÉGIAS E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA 19

1.3 A LINHA INTERPRETATIVA E A ESTRUTURA PROPOSTA DA TESE 22

2 MOBILIZAÇÃO INDIA E ARTICULAÇÃO PELO ESTADO DE UMA POLITICA DE ADMINISTRAÇÃO DA POPULAÇÃO INDIGENA 27

2.1 O CICLO DE PROTESTOS INDÍGENAS E AS RESPOSTAS DO ESTADO 27

2.2 INTERPRETAÇÕES DO PROCESSO POLÍTICO DO MOVIMENTO INDÍGENA E SUA RELAÇÃO COM O ESTADO EQUATORIANO 33

2.3. O NEOLIBERALISMO COMO FASE DE DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E COMO RACIONALIDADE 49

2.4 ENLACE CONCEITUAL: Hegemonia, Estado ampliado, governamentalidade e biopolítica 60

2.5 O MULTICULTURALISMO COMO DISCURSO DOMINANTE E DISPOSITIVO BIOPOLÍTICO NA GOVERNAMENTALIDADE NEOLIBERAL 74

3 O MOVIMENTO INDÍGENA EQUATORIANO: História e processos organizativos 83

3.1 TRANSFORMAÇÕES AGRÁRIAS, LUTAS E PROCESSO ORGANIZATIVO DO CAMPESINATO INDÍGENA NAS COMUNIDADES DA REGIÃO INTERANDINA 85

3.2 REIVINDICAÇÕES TERRITORIAIS E PROCESSO ORGANIZATIVO NAS NACIONALIDADES AMAZÔNICAS 128

3.3 O PROCESSO DE CONFLUÊNCIA ORGANIZATIVA INTER-REGIONAL E A FORMAÇÃO DA CONAIE 143

3.4 O *LEVANTAMIENTO INDÍGENA* DE JUNHO DE 1990: Algumas reflexões em torno do seu significado político 154

4. CATIVANDO O MOVIMENTO INDIGENA: A articulação da política de administração da população indígena no Estado neoliberal 162

4.1 O ENTERRO DA REFORMA AGRÁRIA EQUATORIANA: O processo de negociação da “Lei de Desenvolvimento Agrário” em 1994 164

4.2 A PROPOSTA DO ESTADO PLURINACIONAL E A APROVAÇÃO DOS DIREITOS COLETIVOS NA CONSTITUIÇÃO DE 1998: A sedução do movimento indígena sob o multiculturalismo na governamentalidade neoliberal 175

4.3 A INCORPORAÇÃO DE REPRESENTANTES INDÍGENAS NO ESTADO NEOLIBERAL: A institucionalidade indígena no aparelho do estado e os projetos de desenvolvimento indígena 183

4.4 A CRIAÇÃO DE PACHAKUTIK COMO MOVIMENTO POLÍTICO E A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA ELEITORAL DO MOVIMENTO INDÍGENA 197

4.5 A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA INDÍGENA NA GESTÃO DO ESTADO NEOLIBERAL NO GOVERNO DE LUCIO GUTIÉRREZ 207

5 NEODESENVOLVIMENTISMO E CONSTRUÇÃO DE HEGEMONIA NO GOVERNO CORREA: A degradação do estado plurinacional e a conflitiva relação com o movimento indígena 215

5.1 O FIM DA LONGA NOITE NEOLIBERAL? A ASCENSÃO DO GOVERNO DE RAFAEL CORREA, MUDANÇAS CONSTITUCIONAIS E RELAÇÃO COM O MOVIMENTO INDÍGENA. 215

5.2 MODERNIZAÇÃO CAPITALISTA E O PROJETO NEODESENVOLVIMENTISTA DA REVOLUÇÃO CIDADÃ 220

5.3 O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE HEGEMONIA E A APROPRIAÇÃO DE ELEMENTOS SIMBÓLICOS E DISCURSIVOS DO MOVIMENTO INDÍGENA E DAS LUTAS CONTRA O NEOLIBERALISMO: O exemplo do Bem-Viver e do Yasuni. 227

5.4 O ESTADO PLURINACIONAL DEGRADADO 232

5.5 MEGAMINERAÇÃO, TERRA, ÁGUA E SOBERANIA ALIMENTAR: Eixos do confronto e de construção dos sujeitos perigosos “fantasiados de ancestrais” 238

6 CONCLUSÃO 244

REFERÊNCIAS 254

ANEXOS 282

1 INTRODUÇÃO

Na América do Sul os processos políticos protagonizados pelos movimentos indígenas do Equador e da Bolívia constituem os casos mais emblemáticos das lutas e conquistas alcançadas pelos movimentos indígenas e camponeses em sua relação com os Estados Nacionais. O objeto desta pesquisa que ora apresento é precisamente a relação do Estado equatoriano com o movimento indígena durante as três últimas décadas, a partir da irrupção do movimento indígena na arena política nacional e do ciclo de protestos e lutas iniciado em 1990. Este estudo foca assim na análise das políticas direcionadas para os povos indígenas e das transformações operadas pelo Estado equatoriano diante das demandas e reivindicações levantadas pelo movimento indígena, bem como das mudanças geradas no próprio movimento indígena, nas suas lutas e no seu discurso político como consequência dessa relação estabelecida com o Estado e suas políticas.

Em junho de 1990, no Equador, o movimento indígena protagonizou uma enorme mobilização e protesto batizado pela CONAIE[1] (a maior organização indígena do Equador) como o primeiro "*levantamiento indígena nacional*". Desde então, a palavra *levantamiento* que relembra as sublevações indígenas durante a colônia espanhola ou na República no século XIX se integraria ao léxico político equatoriano contemporâneo e no imaginário coletivo para se referir aos protestos indígenas de dimensão nacional, com ocupações dos espaços públicos e com capacidade de parar o país[2].

No entanto, o *levantamiento indígena* de 1990 não trouxe somente novas palavras com dimensões simbólicas e ideológicas em torno das quais o movimento construiria seu discurso político. Significou fundamentalmente, a irrupção do movimento indígena com sua própria voz e discurso político na arena política nacional e o início de um ciclo de protestos que ultrapassariam toda a década dos anos noventa, colocando a questão étnica no debate nacional e no centro da relação entre o movimento indígena e o Estado. Ao situar como ponto central de suas demandas o reconhecimento constitucional do Equador como um "Estado plurinacional e intercultural" e os direitos dos povos e nacionalidades indígenas, o movimento indígena confrontou os fundamentos da estruturação política do Estado equatoriano. Ao mesmo tempo, interpelou as noções de cidadania constituídas no ordenamento simbólico da sociedade nacional a partir da existência de uma fronteira étnica como matriz binária de classificação social que estabelecia a diferença como inferioridade e, consequentemente,

---

[1] *Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador*

[2] Sobre a conotação da palavra *levantamiento* recunhada pela CONAIE ver Guerrero, 1995.

legitimava a dominação da população indígena pela cidadã branco-mestiça (GUERRERO, 1998).

Embora o *levantamiento* de 1990 e as posteriores mobilizações indígenas tenham colocado num primeiro plano a questão étnica no país, essas demandas étnicas com frequência misturavam-se aos conteúdos classistas, geralmente vinculados à condição camponesa das comunidades indígenas andinas como a resolução de conflitos de terra, de distribuição da água para irrigação ou com reivindicações mais gerais de vastos setores da população equatoriana, quando as mobilizações constituíram reações contra as medidas de "ajuste estrutural da economia", assumidas em sucessivos governos.

O ciclo aberto desde 1990 de mobilizações e dos *levantamientos* indígenas tiveram ao mesmo tempo como cenário de fundo as profundas transformações experimentadas pela sociedade e o Estado Equatoriano como consequência da aplicação das reformas neoliberais, sustentadas no Consenso de Washington. Em muitos momentos, o movimento indígena converteu-se no movimento social mais dinâmico nas lutas de resistência à aplicação de políticas neoliberais no Equador, levantadas junto com uma diversidade de organizações sociais e políticas, e uma referência dessas lutas na América Latina.

O Estado equatoriano não foi imune a esse ciclo de lutas indígenas. Pode-se afirmar que a partir da irrupção do movimento indígena como um novo agente no cenário político nacional nos anos 1990, o Estado equatoriano redefiniu progressivamente sua relação com os indígenas, estabelecendo uma série de concessões às demandas indígenas, criando instituições do Estado orientadas especificamente para os povos e nacionalidades indígenas que incorporaram a participação de representantes em sua gestão, incluindo o reconhecimento de direitos coletivos dos povos e nacionalidades indígenas na Constituição aprovada em 1998 ou mesmo assumindo a declaratória do Equador como um Estado "plurinacional e intercultural" na nova Constituição do ano 2008, sob o governo de Correa.

No contexto da instauração de reformas neoliberais e das mudanças acontecidas no modelo de acumulação capitalista no campo equatoriano, produzidas precisamente durante a década de 1990, as quais aprofundaram a desigualdade social, surgem algumas questões centrais que abordarei nesta tese em torno da relação do Estado com o movimento indígena, a partir do *levantamiento* de 1990. Estas são: a) Qual foi o caráter das respostas geradas pelo Estado equatoriano para os indígenas até o momento atual, como consequência da presença política do movimento indígena na arena política nacional e qual foi a profundidade que essas respostas alcançaram no que diz respeito a uma maior justiça social, igualdade, acesso a recursos produtivos, eliminação das formas de discriminação étnica, participação social e

política, reconfigurando as modalidades de dominação étnica e de classe? b) Essas respostas têm sido compatíveis com as mudanças decorrentes das reformas neoliberais? c) Qual é o grau de coerência desenvolvido no tempo por essas respostas para que elas possam ser consideradas como uma política de Estado para a população indígena e não somente como respostas conjunturais de um ou outro governo? d) Ligada à anterior, quais foram as continuidades e quais as mudanças que se produziram nessa política a partir do projeto neodesenvolvimentista assumido pelo Estado equatoriano após o ano 2007 com o governo de Correa?

De outro lado, ao pensar nas respostas do Estado diante das demandas e da mobilização indígena, interessa em paralelo discutir quais foram as mudanças que a própria relação com o Estado e com suas políticas provocaram no movimento indígena, em seu discurso político, nas suas lutas e no perfil de seus representantes. Este aspecto é particularmente relevante ao levar em consideração o fato que desde a segunda metade da década dos anos noventa até a atualidade, várias lideranças do movimento indígena alcançaram cargos de representação política por eleição democrática em governos locais (Municípios, Províncias), na legislatura em nível nacional (Congresso Nacional, Assembleias Constituintes de 1998 e 2008, Assembleia Nacional) e também ocuparam altos cargos em Ministérios nomeados pelo poder executivo em diversos governos.

Esta tese desenvolve uma linha interpretativa em torno de todas estas questões. Baseada numa primeira aproximação da temática realizada na minha dissertação do mestrado na FLACSO Equador, esta tese discute a relação entre o Estado e o movimento indígena durante as três últimas décadas, desentranhando a complexa trama resultante das lutas indígenas e camponesas, do desenvolvimento de políticas neoindigenistas compatíveis com as políticas neoliberais por parte do Estado equatoriano sob o guarda-chuva do multiculturalismo, da participação política do movimento indígena, da construção e desdobramentos do discurso político indígena derivado dessa relação com o Estado e das transformações operadas nos últimos anos com o projeto neodesenvolvimentista assumido pelo Estado equatoriano.

1.1 OS OBJETIVOS DO ESTUDO

Esta pesquisa teve como objetivo central analisar e interpretar a relação entre o Estado equatoriano e o movimento indígena durante as três últimas décadas, a partir dos processos de organização, mobilização e construção de um discurso político do movimento indígena e das respostas e políticas desenvolvidas progressivamente pelo Estado equatoriano para as

populações indígenas, no contexto da implantação das reformas neoliberais e do processo de desenvolvimento capitalista no campo. Interessa assim, desenvolver uma linha interpretativa que permita compreender como as duas partes foram mutuamente atingidas e transformadas na sua relação, por um lado o Estado equatoriano e suas políticas para os indígenas, e por outro lado o movimento indígena no seu processo político.

Este objetivo central se desdobrou em três objetivos específicos:

1. Caracterizar e identificar os elementos de coerência e de articulação presentes nas respostas e políticas desenvolvidas pelos distintos governos para os povos e nacionalidades indígenas, no período de recorte da pesquisa (1990-2017).

2. Identificar os elementos de continuidade ou de ruptura na política neoindigenista de administração da população indígena desenvolvida pelo Estado equatoriano, a raiz do projeto neodesenvolvimentista assumido pelo governo equatoriano durante a gestão do governo de Correa (2007-2017).

3. Interpretar o processo político e de transformações internas do movimento indígena durante as três últimas décadas no que diz respeito a suas lutas, seu discurso político e o perfil de seus representantes e lideranças, como consequência de sua relação com o Estado e sua participação política, tanto nos âmbitos locais como nacionais.

1.2 ESTRATÉGIAS E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

A pesquisa iniciou-se com o aprofundamento e aprimoramento da reflexão teórica a partir dos delineamentos colocados no projeto de pesquisa. Isso contribuiu na definição da linha argumentativa da tese com a perspectiva teórica adotada no campo de confluência dos conceitos de governamentalidade e biopolítica em Foucault e de hegemonia e Estado ampliado em Gramsci, para a interpretação do processo político equatoriano e da relação do Estado com o movimento indígena durante as três últimas décadas. Outro campo abordado de análise e discussão teórica foi em torno dos debates sobre o neoliberalismo e a caracterização do momento político pelo qual atravessava América Latina, na perspectiva de avançar com uma adequada caracterização do processo político desenvolvido no Equador após o giro neodesenvolvimentista assumido pelo governo de Correa desde 2007, que marca diferenças com o período anterior. A noção de padrão de desenvolvimento capitalista me permitiu estabelecer a continuidade e as inflexões produzidas entre o período das reformas neoliberais e o projeto neodesenvolvimentista do último período. Paralelamente, se desenvolveu uma recopilação e revisão bibliográfica pormenorizada da literatura acadêmica produzida nos

últimos 30 anos sobre o movimento indígena e sobre as políticas e programas do Estado equatoriano para os povos e nacionalidades indígenas.

Dada a magnitude do período analisado, a partir da literatura especializada e de algumas das entrevistas com lideranças indígenas levantadas, selecionei alguns momentos chaves da história recente do Equador que foram protagonizados pelo movimento indígena, seja em termos da sua relevância para a adoção de determinados delineamentos nas políticas públicas, seja nas mudanças provocadas na legislação ou pela magnitude e peso político dos *levantamientos* indígenas. Entre eles pode se destacar os *levantamientos* indígenas de 1990 e de 1994, nos quais encontramos claramente a conjunção de conteúdos étnicos e classistas nas demandas, os momentos de adoção de mudanças constitucionais nos quais se reconheceram os direitos coletivos dos povos e nacionalidades indígenas (Assembleia Constituinte de 1998) ou se assumiu o caráter plurinacional do Estado Equatoriano (Assembleia Constituinte de 2008), a participação política do movimento indígena no governo de Gutiérrez (no primeiro semestre de 2003), as mobilizações realizadas pelo movimento indígena nos anos 2010, 2012, 2014 e 2015, em vista das novas leis de mineração, água e a proposta de lei de terras, no governo de Correa. A intenção de selecionar esses momentos chaves obedeceu ao fato que estes condensam discursos, significações e posições de distintos setores em torno da questão indígena e camponesa e da relação do movimento indígena com o Estado equatoriano. Nesse sentido, realizou-se um levantamento das matérias da imprensa publicadas nesses momentos, principalmente dos maiores jornais de circulação nacional de Quito e Guayaquil (*El Comercio, Hoy, El Universo, El Telégrafo*), das declarações dos protagonistas, das publicações das organizações, as quais constituem um valioso material para uma releitura dos processos políticos vivenciados pelo movimento indígena em sua relação com o Estado.

Também é necessário destacar que a leitura que faço nesta tese dos processos políticos do movimento indígena se alimenta de uma relação e de um conhecimento direto deles, devido a minha experiência profissional e acadêmica prévia a esta pesquisa, na qual mantive uma relação muito próxima com diversos setores dentro do movimento indígena em nível local e nacional. Por vários anos desenvolvi um trabalho com comunidades e organizações indígenas equatorianas em diferentes localidades da Serra equatoriana e em âmbito nacional, vinculado com entidades de desenvolvimento e com redes de discussão, das quais participavam lideranças das organizações indígenas e camponesas e organizações não governamentais (ONG) sobre políticas agrárias e sobre a participação das organizações indígenas nos governos locais.

De outro lado, durante o período da pesquisa, em sucessivas viagens para o Equador, levantei informação de campo qualitativa com informantes qualificados chaves, como lideranças, representantes e autoridades locais indígenas, pesquisadores e ativistas conhecedores dos processos, por meio de entrevistas em profundidade. Assim, foram realizadas 20 entrevistas, das quais 13 foram com lideranças indígenas homens e mulheres de Serra e da Amazônia de nível nacional e local, que tiveram e têm até hoje papeis destacados no processo organizativo e político do movimento indígena, assumiram diversos cargos em distintos governos e que refletem diversas tendências e posições dentro do movimento indígena. Complementarmente, as entrevistas com pesquisadores e ativistas vinculados aos processos políticos diretamente relacionados com o movimento indígena contribuíram significativamente para minha compreensão do processo político dos últimos anos no país com o governo Correa. Dessa forma, todas as entrevistas contêm importantes percepções sobre os processos do movimento indígena e as políticas de Estado. Minha trajetória e relação anterior com o movimento e suas organizações na esfera nacional e local facilitaram os contatos e criaram um ambiente de confiança para a discussão de temas polêmicos. O trabalho de campo também incluiu visitas às comunidades em várias Províncias andinas e a participação como observador em uma oficina nacional com lideranças intermediárias, sobre a conjuntura vinculada aos debates da nova legislação sobre terras e sobre o impacto para a produção camponesa da legislação (leis e regulamentos) criada com a proposta de mudança da matriz produtiva promovida pelo governo Correa.

Durante o curso de doutorado na UFBA iniciado em 2012, cursei todas as disciplinas obrigatórias e quatro disciplinas optativas, as quais contribuíram com subsídios no meu processo de reflexão teórica e para a discussão dos processos políticos latino-americanos em uma perspectiva comparada, além de me permitir precisar e focar melhor o objeto de minha pesquisa. O processo de reflexão teórica[3] e distintas aproximações ao meu objeto de pesquisa concretizaram-se inicialmente na produção de artigos e trabalhos apresentados em vários eventos e congressos internacionais (no Brasil, Argentina e Equador), nos quais tive a oportunidade de partilhar e debater com vários colegas e pesquisadores latino-americanos os avanços de meu trabalho, além do momento político na América Latina e no Equador e a situação dos movimentos sociais, especialmente os movimentos camponeses e indígenas.

[3] Além dos trabalhos em seguida mencionados diretamente vinculados com minha pesquisa, como parte do processo de reflexão teórica do curso de doutorado escrevi o artigo "Classes sociais no papel, classes mobilizadas e lutas pela classificação em Pierre Bourdieu: uma discussão em diálogo com o fazer-se da classe de E. P. Thompson" publicado na revista Prelúdios (LARREA, 2015a) e no livro epistemologia e metodologia em Ciências Sociais (LARREA, 2015b).

Assim, em maio de 2014 em Salvador, no seminário "Estado, movimentos contestatórios e comportamento político" organizado pelo grupo de pesquisa "hegemonia e contrahegemonia" apresentei uma primeira discussão teórica sobre: "as noções de hegemonia em Gramsci e de biopolítica em Foucault para a análise da relação Estado–movimentos sociais na América Latina". Posteriormente em novembro de 2014, participei nas "IV Jornadas Internacionais de Problemas Latino-Americanos" organizadas pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), em Foz do Iguaçu com a apresentação do artigo: "Domesticando o movimento indígena: o multiculturalismo no Equador neoliberal". Em julho de 2015 em Buenos Aires, nas XI Jornadas de Sociologia da *Universidad de Buenos Aires (UBA)*, apresentei o trabalho "*Lo étnico y lo campesino en las interpretaciones del proceso político y las luchas del movimiento indígena en el Ecuador"*. Além disso, participei no "*III Congreso Latinoamericano y Caribeño de Ciencias Sociales"* realizado em Quito em agosto de 2015, organizado por FLACSO ECUADOR, com a apresentação do trabalho *"Estado y movimiento indígena en el Ecuador: del multiculturalismo neoliberal al Estado plurinacional degradado"*, trabalho que sintetiza a linha interpretativa da minha pesquisa. Devo sublinhar que a partir de Agosto de 2014 optei por uma bolsa de doutorado outorgada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), a qual tem me permitido trabalhar com dedicação exclusiva na minha pesquisa desde então.

1.3 A LINHA INTERPRETATIVA E A ESTRUTURA PROPOSTA DA TESE

Transcorridos mais de 25 anos desde o primeiro *levantamiento* indígena nacional de 1990 que colocou o movimento indígena na arena política nacional e redefiniu os termos de sua relação com o Estado equatoriano, este estudo interpreta as políticas específicas desenvolvidas para os indígenas, incluindo as mudanças constitucionais que reconheceram direitos coletivos para os povos e nacionalidades indígenas e o caráter plurinacional e intercultural do Estado equatoriano, bem como o processo político de transformações do movimento, marcado pela redefinição de sua relação com o Estado e a participação política. Traça um percurso por alguns momentos marcantes da história política recente equatoriana para reconstruir o processo político e os eixos em torno dos quais se redefine a relação do Estado equatoriano e o movimento indígena.

No contexto das reformas neoliberais e da aguda crise econômica e política pela qual atravessou o Equador durante a década de 1990 e os primeiros anos deste século, a tese tenta contribuir com uma linha crítica de interpretação das políticas estatais para a população indígena e dos processos de lutas e resistências vivenciados pelos movimentos indígenas no

neoliberalismo, a partir do caso do Equador. Assim, desenvolve-se uma argumentação construída com uma sustentação empírica consistente, no sentido de que o Estado equatoriano, diante dos processos de mobilização indígena gerou uma série de respostas direcionadas para as populações indígenas para evitar a ameaça que o movimento indígena representava para os processos de acumulação e desenvolvimento capitalista no campo equatoriano. Dessa forma, por meio de distintos mecanismos, o Estado articulou progressivamente uma política neoindigenista coerente e compatível com a racionalidade neoliberal, política que incorpora a participação de representantes indígenas em sua gestão. Na perspectiva desta pesquisa, trata-se de uma política de administração de populações, de uma biopolítica, que toma como sujeito e objeto dela a população indígena: como objeto na medida em que a população indígena é o alvo para o qual esta política esta direcionada para obter determinados efeitos, e como sujeito, no sentido que modela seus comportamentos, incorpora sua participação ativa e constrói uma subjetividade. Esta linha de interpretação das políticas do Estado para os indígenas, articuladas como estratégias de conjunto para a administração da questão étnica e da diferença cultural, orienta-se numa perspectiva teórica que retoma as categorias de governamentalidade e biopolítica desenvolvidas por Foucault e de hegemonia e Estado ampliado de Gramsci, como será abordado no primeiro capítulo.

A estrutura analítica proposta para desenvolver esta tese contém quatro capítulos. O capítulo primeiro visa estabelecer algumas premissas necessárias para minha argumentação e discutir algumas das categorias teóricas centrais que orientam minha pesquisa. Inicialmente, introduz a temática abordada nesta tese a partir de uma breve descrição do ciclo de protestos levantados pelo movimento indígena desde 1990 e das respostas gerais do Estado diante da irrupção indígena, no contexto do processo político equatoriano. Seguidamente, discute criticamente as principais interpretações presentes na literatura acadêmica sobre o processo do movimento indígena equatoriano e sua relação com o Estado, em torno de alguns eixos de debate de relevância para este trabalho, tais como a relação etnicidade-classe, a compreensão de uma cidadania étnica e seu vínculo com o reconhecimento de direitos coletivos pelo Estado e a relação entre os processos de mobilização indígena e o neoliberalismo. Na terceira parte do capítulo se apresentam os sentidos com os que se aborda o neoliberalismo nesta tese e os alcances e implicações decorrentes de compreendê-lo como uma fase de desenvolvimento do capitalismo em escala global e como uma racionalidade governamental. Esta discussão é particularmente relevante para caracterizar adequadamente as continuidades e mudanças operadas como consequência dos processos neodesenvolvimentistas impulsionados nos últimos anos por alguns governos latino-americanos e pelo governo de Correa no Equador.

Posteriormente, abordo a discussão teórica acerca da complementariedade das noções de governamentalidade e biopolítica em Foucault e de hegemonia e Estado ampliado em Gramsci, que orientam minha intepretação da relação entre o Estado e o movimento indígena no Equador. Finalmente, vinculo essa discussão com o debate sobre o multiculturalismo para passar a compreendê-lo como discurso dominante e dispositivo de poder para a gestão da diversidade cultural na governamentalidade neoliberal e esboço os eixos que estruturaram a política de administração da população indígena no Equador.

O segundo capítulo procura reconstruir alguns dos principais antecedentes históricos prévios a 1990 que contribuíram no processo de formação, consolidação e articulação no âmbito nacional do movimento indígena equatoriano. Aborda as transformações agrárias e o processo de desenvolvimento capitalista no campo equatoriano com a consequente desarticulação dos poderes locais nos quais estava assentado o sistema de dominação étnica, particularmente da região Interandina. A seguir será descrito o processo organizativo e as lutas levantadas pelas comunidades andinas nas quais já se combinava uma matriz classista articulada com a luta pela terra, com uma matriz étnica vinculada à identidade comunitária. Na sequência, aponta alguns elementos significativos da história da região Amazônica equatoriana e trata da temática das demandas territoriais e do processo organizativo das nacionalidades amazônicas. Baseado nos depoimentos das lideranças indígenas de ambas as regiões levantados no trabalho de campo, se discute o processo de confluência e articulação nacional das comunidades andinas e amazônicas na formação da CONAIE, os maiores debates políticos internos presentes nesse momento no movimento e a construção inicial da ideia de nacionalidades indígenas enquanto mecanismo identificatório e de articulação das lutas étnicas e classistas numa plataforma reivindicativa comum, que posteriormente se concretizará na proposta do Estado plurinacional. Este capítulo também discorre sobre o papel dos agentes externos e do próprio Estado no processo organizativo indígena camponês, especialmente na formação de federações locais de comunidades como instâncias intermediárias que cumpriram um papel relevante para a mobilização indígena no *levantamiento* nacional de 1990. Finalmente, discutirá este *levantamiento* como momento histórico marcante que redefiniu as relações do movimento com o Estado equatoriano e colocou o movimento como protagonista na arena política nacional.

No capítulo terceiro analiso alguns dos momentos chaves da história política recente equatoriana, para a configuração da política de administração da população indígena, além do significado desses momentos na dinâmica do movimento indígena, bem como para suas distintas tendências internas. Este percurso inicia-se com uma releitura do *levantamiento*

indígena de 1994 contra a expedição de uma nova lei agrária, vinculada com as reformas neoliberais no campo, que culminou com o processo de reforma agrária e garantiu a segurança fundiária para o desenvolvimento dos agronegócios, delineando os principais conteúdos das políticas agrárias do Estado até hoje. Esse momento e a posterior negociação do Estado com o movimento indígena contribuíram na desmontagem dos conteúdos classistas presentes até esse momento na luta pela terra do movimento, ao mesmo tempo em que abriram o espaço para o reconhecimento das lideranças e da participação política indígena nos assuntos do Estado. Em seguida, se discute a proposta do Estado plurinacional como parte do projeto político da CONAIE e o processo de transformações dessa proposta com a crise política e a realização da Assembleia Constituinte de 1998 em que se reconheceram direitos coletivos dos povos indígenas na Constituição. Nesse momento se analisa como operou o multiculturalismo neoliberal enquanto discurso dominante e dispositivo de poder para cativar o movimento indígena, deslocar seu discurso político ao âmbito cultural e contribuir na construção de hegemonia. Vinculado ao tópico anterior, se apresenta o desenvolvimento da institucionalidade estatal especializada em assuntos indígenas e a incorporação de representantes indígenas em sua gestão, como um eixo da política neoindigenista. Posteriormente, se discute o vínculo das federações locais de comunidades com entidades e projetos de desenvolvimento rural e a incidência dessa relação nas dinâmicas organizativas do movimento. Também são retratados os processos de participação eleitoral do movimento indígena com a criação de Pachakutik como movimento político e se tomam alguns exemplos ilustrativos das experiências de participação indígena na gestão de governos locais, discutindo algumas tendências clientelísticas diante das organizações indígenas, marcadas por essa participação e pela lógica eleitoral. Enfim, se aborda a participação indígena em cargos de alto escalão nos governos de Noboa e Gutiérrez, na primeira metade da década de 2000 e suas consequências para o movimento.

O capítulo quarto aborda a discussão sobre as mudanças e continuidades na política de administração da população indígena desde o ano 2007 durante o governo de Correa e seu projeto neodesenvolvimentista. Esse capítulo parte de uma caraterização das inflexões produzidas no padrão de desenvolvimento capitalista dos últimos anos que me permite compreender as diferenças com o período anterior, ainda no contexto da racionalidade da governamentalidade neoliberal. Logo, se discute o novo cenário de conflitos aberto com o movimento indígena, como consequência do aprofundamento de uma matriz extrativista primário-exportadora, que tem significado a expansão do agronegócio, da produção de petróleo e da megamineração sobre territórios indígenas. No contexto das mudanças na

relação do Estado com o movimento indígena, se aborda o processo de construção e consolidação da hegemonia burguesa nos últimos anos e, nesse processo, a apropriação por parte do governo de Correa de elementos simbólicos e discursivos provenientes das lutas indígenas e dos movimentos sociais de resistência ao neoliberalismo, como parte de uma retórica orientada à obtenção de consentimento de amplos setores da população. Relacionado ao ponto anterior, discutisse o significado do reconhecimento constitucional do Estado plurinacional e de outras conquistas dos movimentos sociais na Constituição de 2008 e desenvolvesse a tese da degradação sistemática de seus conteúdos, em referência à noção de plurinacionalidade defendida pelo movimento indígena. Por fim, se analisa as novas formas de controle do movimento indígena, a criminalização do protesto e o incremento dos níveis de coerção, diante das novas lutas de resistência protagonizadas pelo movimento indígena nos últimos anos.

2 MOBILIZAÇÃO INDIA E ARTICULAÇÃO PELO ESTADO DE UMA POLITICA DE ADMINISTRAÇÃO DA POPULAÇÃO INDIGENA

2.1 O CICLO DE PROTESTOS INDÍGENAS E AS RESPOSTAS DO ESTADO

O primeiro *levantamiento indígena nacional* de junho de 1990 abriu um ciclo de protestos protagonizado pelo movimento indígena que marcaria toda a década de 1990 e somente culminaria em janeiro de 2001, com o *levantamiento* convocado em rejeição às medidas de ajuste econômico e fiscal tomadas pelo governo de Gustavo Noboa, sob a palavra de ordem "nada apenas para os índios"[4].

Neste ciclo de protestos é possível distinguir uma primeira fase entre 1990 e 1994, na qual as maiores mobilizações estão estreitamente vinculadas com as lutas pela terra e a problemática agrária das comunidades indígenas e camponesas da serra equatoriana e com a demanda de territórios das nacionalidades indígenas da Amazônia equatoriana[5]. Nesta fase amadurece a proposta da plurinacionalidade como principal bandeira da CONAIE. Entre as maiores mobilizações destacam-se o referido *levantamiento indígena* nacional de 1990, a marcha protagonizada pela *Organización de Pueblos Indígenas de Pastaza* (OPIP) da floresta amazônica para Quito, demandando a demarcação e legalização dos territórios indígenas na Amazônia em abril de 1992[6], a mobilização pelos 500 anos de resistência também no mesmo ano, e o *levantamiento indígena* e camponês protagonizado em junho de 1994, contra a nova legislação agrária[7] proposta pelo governo de Durán Ballén, que paralisou o país por duas semanas.

---

[4] Esta palavra de ordem exprimia a conexão do *levantamiento* e das lutas indígenas com as demandas do conjunto das classes subalternas diante das medidas neoliberais. Uma descrição deste *levantamiento* da perspectiva de alguns de seus protagonistas e analistas encontra-se em Acosta *et al* (2001). Ver também o conjunto de artigos da Revista *Iconos* No. 10 (FLACSO-*Ecuador*, 2001), publicada por FLACSO.

[5] Atravessado latitudinalmente pela Cordilheira dos Andes, por suas características orográficas o território continental do Equador está dividido em três grandes regiões geográficas: a região *Costa* (litorânea), a região Serra ou *Interandina* e a região Amazônica. Às regiões continentais somam-se a região Insular ou Galápagos, constituída pelo arquipélago de 13 ilhas grandes que leva este nome. Essas regiões também se diferenciam pelos diversos padrões de ocupação territorial e econômica constituídos em distintos períodos da história nacional e por sua diversidade cultural (Ver anexo 1e anexo 2).
No Equador existem 14 nacionalidades indígenas distribuídas nas três regiões do país. A nacionalidade *Kichwa* da Serra é a maior em termos de sua população, abrangendo 16 povos. Na região amazônica são dez nacionalidades e as maiores são a *Kichwa* da Amazônia e a nacionalidade *Shuar*. As outras nacionalidades da Amazônia são: *Achuar, Waorani, A´I Cofan, Siona, Secoya, Shiwiar, Andoas e Zápara*. Na Costa há quatro nacionalidades pouco numerosas*: Chachi, Tsáchila, Awá, Epera.*

[6] Esta marcha respaldada pela CONAIE teve como foco as reivindicações territoriais das nacionalidades amazônicas e obteve como resultado imediato e concreto a demarcação de 1.115.574 hectares para as comunidades da Província de Pastaza das nacionalidades *Kichwa, Achuar, Shiwiar e Shuar* (TAMAYO, 1992). Embora essa marcha não conseguisse o pleno reconhecimento dos direitos territoriais, abriu o caminho para a demarcação e reconhecimento pelo Estado de 3.959.578 hectares para as nacionalidades amazônicas e do litoral equatoriano (TIBÁN e GARCIA, 2008).

[7] Trata-se da chamada "Lei agrária", corpo jurídico que terminou com o processo de Reforma Agrária e que constituiu a ponta de lança das reformas neoliberais no setor rural para favorecer a expansão do agronegócio e os

Nos anos posteriores os protestos indígenas cobraram novas dimensões e arestas, em um contexto de progressivo agravamento da situação econômica do país e de aguda crise política[8]. Por sua capacidade de mobilização, o movimento indígena, junto com outras organizações sociais[9] articulou em torno de si as lutas de resistência às políticas neoliberais e de ajuste fiscal, assumidas por distintos governos. Na segunda metade da década dos noventa, o movimento indígena foi um protagonista central nos sucessivos protestos levantados em 1997, 1998, março e julho de 1999, 2000 e 2001. Por sua magnitude, consequências políticas ou conquistas alcançadas, entre estes protestos destacam-se o protagonizado em finais de janeiro e inícios de fevereiro de 1997 que contribuiu para a queda do governo de Abdalá Bucaram[10], o *levantamiento* de julho de 1999 obrigou ao governo de Mahuad a recuar na elevação dos preços dos combustíveis e a encontrar uma saída negociada com o movimento, assumindo um conjunto de concessões [11] e o *levantamiento* de janeiro de 2000, no qual foi ocupado o Congresso Nacional junto com oficiais dissidentes do exército, culminando na queda do governo de Mahuad[12].

---

processos de acumulação capitalista no campo (ver Martínez, 2005). Uma análise do *levantamiento indígena* contra esta lei e do processo de negociação posterior encontra–se em Guerrero (1995). No capítulo terceiro aprofundarei a discussão sobre esse momento chave nas relações entre o Estado e o movimento indígena.

[8] Como se verá mais adiante (capítulo terceiro) este contexto de crise política e econômica está marcado por uma crise de hegemonia em que distintas frações das classes dominantes disputavam a direção do conjunto da sociedade; crise hegemônica que se manifestou na queda dos governos de Abdalá Bucaram em 1997, de Jamil Mahuad em 2000 e posteriormente de Lucio Gutiérrez, em 2005. Entre 1996 e 2006 o Equador teve sete presidentes e dos três presidentes eleitos no período, nenhum conseguiu completar seu mandato.

[9] No período teve relevância a chamada *Coordinadora de Movimientos Sociales* (CMS), entidade criada em 1995 no calor dos processos de resistência às políticas neoliberais. A CMS articulava a CONAIE com o então poderoso sindicato dos trabalhadores petroleiros (*Federación de Trabajadores Petroleros del Ecuador FETRAPEC*), com os usuários camponeses do sistema de previdência social (*Confederación Única Nacional de Afiliados al Seguro Social Campesino CONFEUNASC*) e com algumas organizações de mulheres e associações urbanas.

[10] Em 11 de janeiro de 1997 as principais organizações indígenas e camponesas junto com as centrais sindicais e outros movimentos sociais e políticos constituíram o chamado *Frente Patriótico* como instância de unidade de ação e assinaram um "*Mandato Popular"* contra as medidas econômicas e contra o governo de Bucaram e convocaram um "*paro nacional"* em 5 de fevereiro, jornada de mobilização nacional que somou adesões dos mais amplos setores convertendo-se em uma expressão generalizada de descontentamento e catarse coletiva em repúdio de Bucaram. Como parte das ações de protesto, no dia 29 de janeiro a *Coordinadora de Movimentos Sociais (CMS)* ocupou a Catedral em Quito. Sobre a participação do movimento indígena nesse episódio ver Barrera, 2001; Zamosc, 2005.

[11] Após de 12 dias de paralização do país e da presença de milhares de indígenas ocupando as ruas de Quito na espera de serem recebidos pelo presidente Mahuad, o presidente e parte de seu gabinete admitiram uma delegação de 50 lideranças indígenas e após uma reunião de quase nove horas alcançaram um acordo que incluía entre seus principais pontos o congelamento dos preços dos combustíveis e do gás de uso doméstico, o subsidio das tarifas elétricas para os mais pobres, a liberação progressiva dos depósitos em contas bancárias que tinham sido retidos para tentar salvar os bancos, entre outros pontos.

[12] Esta ação levou à instalação de uma junta de governo (*Junta de Gobierno de Salvación Nacional)* que teve uma duração efêmera após pronunciamentos do Alto Comando militar que viabilizaram a sucessão constitucional assumindo a presidência da república o vice-presidente Gustavo Noboa. Sobre esse momento da vida política do Equador ver Saltos (2000).

Neste período, além das mobilizações e protestos com a criação do movimento político Pachakutik, em 1996, o movimento indígena incorporou como parte de sua ação política a participação eleitoral na esfera nacional e local. Dessa maneira, em sucessivas eleições alcançou eleger representantes ao Congresso Nacional (hoje Assembleia Nacional) e nas Assembleias Constituintes de 1998 e 2008 e venceu em algumas prefeituras e governos provinciais. A participação institucional no Estado seja na gestão dos governos locais ou dos representantes indígenas eleitos no poder legislativo, na gestão das entidades criadas pelo Estado para a atenção aos povos indígenas[13] ou em espaços institucionais ocupados por representantes indígenas nomeados por vários governos, constitui outra das facetas do processo político do movimento em sua relação com o Estado Nacional, a qual desde 1996 foi progressivamente alcançando maior relevância, marcando a dinâmica do movimento, os debates e as disputas entre distintas forças no seu interior, em diversas conjunturas.

Depois do mencionado *levantamiento* de 2001 no governo de Noboa, os anos seguintes foram marcados por um declínio das mobilizações indígenas e por uma ampliação da participação política de representantes indígenas nas entidades do Estado, participação que alcançou sua maior expressão, após o triunfo nas eleições presidenciais de 2002 de Lucio Gutiérrez[14] em aliança com Pachakutik, quando este movimento assumiu quatro ministérios[15] e uma multiplicidade de cargos em distintos escalões da gestão pública local e nacional, durante os primeiros sete meses do governo de Gutiérrez[16]. O declínio das mobilizações indígenas, somado ao desgaste provocado pela participação política de Pachakutik no governo de Gutiérrez seria interpretado como um sinal de crise do movimento indígena e como o fim de um ciclo de protagonismo e mobilização indígena no Equador[17].

---

[13] Refere-se à *Dirección Nacional de Educación Intercultural Bilingüe (DINEIB),* ao *Consejo de Desarrollo de las Nacionalidades y Pueblos del Ecuador (CODENPE)* e à *Dirección de Salud de las Nacionalidades y Pueblos Indígenas* adscrita ao *Ministerio de Salud*.

[14] Lucio Gutiérrez liderou a insubordinação dos oficiais do exército no dia 21 de janeiro de 2000, permitindo a ocupação do Congresso Nacional por parte dos indígenas mobilizados, levando à queda do governo de Mahuad. Depois de ser anistiado por esta ação, constituiu um partido político (*Sociedad Patriótica 21 de Enero)* que, em aliança com Pachakutik, venceu as eleições presidenciais de 2002, tomando posse da Presidência da República em janeiro de 2003.

[15] No primeiro gabinete ministerial do governo de Gutiérrez duas das principais lideranças indígenas, Luis Macas e Nina Pacari assumiram os Ministérios de Agricultura e de Relações Exteriores, respectivamente. Além disso, Pachakutik também tinha o Ministério de Educação e o Ministério de Turismo.

[16] Em agosto de 2003, produziu-se a ruptura da aliança de Gutiérrez com Pachakutik e a saída dos membros mais relevantes desse movimento político do governo.

[17] Para a discussão sobre a crise do movimento indígena aberta com a participação política no governo de Gutiérrez ver Zamosc (2005 e 2007); Martínez (2005); Cervone (2009); Ramírez (2009); Ospina (2009). No capítulo terceiro desta tese retomarei e aprofundarei esta discussão.

Mesmo assim, foi um declínio relativo. Em março de 2006 no governo de Alfredo Palacio[18] novamente o movimento indígena liderou fortes mobilizações nacionais contra a assinatura do Tratado de Livre Comércio com Estados Unidos, que se encontrava em uma fase avançada de negociação[19] e pela declaratória de caducidade do contrato do Estado equatoriano com a empresa petroleira estadunidense OXI (*Occidental Exploration and Production Company*).

Nos anos seguintes, já no governo de Correa, depois de um primeiro momento voltado para a discussão de propostas para a Assembleia Constituinte e da aprovação da nova Constituição em setembro de 2008, na qual se reconheceu o caráter plurinacional do Estado equatoriano, as tensões e os conflitos do movimento indígena com o governo aumentaram, como será analisado em detalhe no capítulo quarto. Mesmo num período caraterizado por uma forte desmobilização social, o movimento indígena protagonizou importantes protestos contra as propostas do governo de uma lei mineira em 2009 que favoreceu a mineração em grande escala e contra a proposta de uma nova lei de águas em 2010. Posteriormente, no mês de março de 2012, liderou a "*Marcha plurinacional por la vida, el agua y la dignidad de los Pueblos"* convocada contra a mineração em grande escala, pela defesa da água e contra a criminalização do protesto social. Esta marcha, a primeira dessas caraterísticas no governo de Correa, somou adesões pelas distintas cidades do país pelas que passou até sua culminação em Quito. Igualmente, durante o ano 2014, junto com as maiores centrais sindicais do país agrupadas no FUT *(Frente Unitario de Trabajadores*), a CONAIE protagonizou diversas marchas contra as reformas laborais propostas pelo governo e contra o projeto de lei de terras (nesse momento em trâmite na Assembleia Nacional). Já em Agosto de 2015, igualmente com o FUT, a CONAIE liderou uma nova paralização nacional (*Paro Nacional*), para mostrar a rejeição a vários encaminhamentos do governo Correa, especialmente contra a assinatura de um tratado de livre comércio com Europa (assinado em 2016), contra o fechamento das escolas de educação bilíngue nas comunidades, contra o projeto de lei de terras, em defesa da previdência social, entre outras razões.

---

[18] Alfredo Palacio (Vice-presidente do governo de Gutiérrez) assumiu a Presidência da República em abril de 2005, após a sucessão constitucional decorrente da queda de Gutierrez, após uma intensa mobilização social especialmente em Quito. Culminou seu mandato em janeiro de 2007 com a posse de Rafael Correa como novo presidente constitucionalmente eleito.

[19] As negociações do Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos foram definitivamente suspensas em maio de 2006 por uma decisão do governo dos Estados Unidos, diante da posição do governo equatoriano de Palacio de declarar a caducidade do contrato com a empresa *Occidental Petroleum* (OXI) e de propiciar a renegociação dos contratos petroleiros com as empresas transnacionais para ampliar as percentagens de participação do Estado por meio de uma reforma à *Ley de Hidrocarburos*.

Como se pode apreciar neste rápido percurso por duas décadas e meia de mobilizações indígenas, um dos aspectos que caracteriza o protagonismo alcançado pelo movimento indígena equatoriano na arena política é seu permanente vínculo com o processo político nacional, além de suas reivindicações específicas para as populações indígenas. Nesse sentido, para compreender o processo político do movimento e sua relação com o Estado equatoriano não basta abordar a questão étnica em si mesma, é necessário efetuar uma travessia que nos permita mergulhar no processo político nacional como um todo, considerando o cenário de crise econômica e política que marcou boa parte da história recente do país. Também é preciso compreender os padrões de desenvolvimento assumidos pelo Estado em distintos momentos e as caraterísticas particulares dos processos de desenvolvimento e acumulação capitalista no campo, bem como as resistências que eles geram, propiciando os protestos e as lutas indígenas. Complementarmente, supõe também refletir sobre o caráter das respostas geradas pelo Estado para as populações indígenas e sua articulação com as políticas econômicas e sociais nacionais e como elas alcançaram e condicionaram as dinâmicas do movimento, propiciando sua integração no sistema político. É esta travessia que tentarei empreender ao longo dos distintos capítulos deste estudo.

No que diz respeito às respostas do Estado diante do processo de mobilização indígena na década de 1990, Fernando García (2003) considera que o Estado equatoriano desde o retorno da democracia em 1979[20] não conseguiu articular, formular e executar una política pública para os povos indígenas. Para este autor, os distintos "*levantamientos*" foram tratados como incêndios esporádicos que deviam ser apagados, como "protestos conjunturais que se não foram resolvidos pela via da negociação, foram solucionados com o uso da repressão armada" (GARCÍA, 2003, p. 208). As conquistas do movimento indígena na sua relação com o Estado foram alcançadas devido à permanência das ações de protesto em condições de luta política e não como o resultado de negociações e de acordos.

Embora seja verdade que o conjunto de protestos e mobilizações indígenas constitui um elemento chave sem o qual não é possível entender o peso e o papel político desempenhado pelo movimento indígena durante as últimas décadas[21] e o complexo processo

[20] Em 1979, finalizou o processo de retorno à democracia com a posse de Jaime Roldós, eleito como presidente constitucional do Equador, após quase uma década de ditaduras civis e militares (Velasco Ibarra entre 1970 e 1972, do General Rodríguez Lara de 1972 até 1976 e do triunvirato militar entre 1976 e 1979).

[21] O peso político alcançado pelo movimento indígena no Equador a partir da década de 1990 pode ser mais bem explicado por sua capacidade de mobilização e organização do que pela relevância demográfica da população indígena que não é muito alta. Baseados em um critério de autoidentificação, os censos nacionais de população dos anos 2001 e 2010 estimaram a percentagem de população indígena em relação à população total em 6,8% e 7% respectivamente (no censo 2010, 1.018.176 pessoas se autoidentificaram como indígenas, "segundo sua cultura e costumes", de uma população total de 14.483.499 habitantes do Equador). Embora os números possam

de relações com o Estado equatoriano, do meu ponto de vista o Estado equatoriano articulou progressivamente um conjunto de respostas orientadas para a população indígena, as quais configuraram uma política coerente e ativa, mesmo que não tinha sido explícita e unitariamente formulada e reconhecida como tal pelos sucessivos governos.

Em contraste com o afirmado por García, nesta tese argumento que a partir dos *levantamientos* e mobilizações protagonizadas pelo movimento indígena e sua irrupção como um novo agente na arena política nacional na década de 1990, o Estado equatoriano redefiniu progressivamente sua relação com os indígenas, mesmo com momentos de tropeços, conflitos e contradições internas, articulando por meio de distintos mecanismos uma política neoindigenista compatível com o neoliberalismo. Como será desenvolvido mais adiante, trata-se de uma nova modalidade de "administração de populações"[22] (Guerrero, 2010), de uma biopolítica que tem como eixo a adoção de um multiculturalismo adequado às reformas neoliberais. Considerados a partir da perspectiva e da forma particular de processamento por parte do Estado equatoriano, o reconhecimento de uma ampla gama de direitos coletivos para as nacionalidades e povos indígenas nas reformas constitucionais de 1998 e de 2008 e a adoção do caráter plurinacional e intercultural do Estado equatoriano (Constituição de 2008) que constituíram conquistas alcançadas pelo movimento indígena, fazem de fato parte dessa política, o que significou estabelecer algumas concessões para os indígenas, como resultado de um processo necessário para a construção de hegemonia.

No presente capítulo, abordo algumas premissas necessárias para desenvolver minha argumentação e alguns dos elementos teóricos centrais que a orientam. Inicialmente, situo as discussões e interpretações que estão presentes na literatura acadêmica em torno do processo político protagonizado pelo movimento indígena e às respostas do Estado, de relevância para este trabalho. Seguidamente, coloco algumas considerações sobre o neoliberalismo como uma

---

ter sido subestimados, em todo caso, ela não alcançaria 10% da população, assim, segundo outras estimativas, em 1990 a população indígena representaria aproximadamente 9,12% (Sánchez-Parga, 1996), em 2001 9,2% (Larrea et al, 2007). Segundo o mesmo critério de autoidentificação, no censo 2010 7,2% da população se autoidentificou como afro-equatoriano ou afrodescendente e 7,4% como montubios (camponeses mestiços da região litorânea que partilham particularidades culturais e históricas). Os dados do censo 2010 estão disponíveis em: http://www.ecuadorencifras.gob.ec/censo-de-poblacion-y-vivienda/. Acesso em: 25 ago 2016.

[22] Andrés Guerrero parte da noção de governamentalidade de Foucault (ver mais adiante) e usa o conceito de "administração de populações" para caracterizar o sistema de dominação étnica implantado no Equador a partir de 1857 (Guerrero, 2000; Guerrero, 2010). Para este autor, desde 1857, ano em que o parlamento aprovou a "*igualação* legal" dos indígenas diante dos "equatorianos", produziu-se "uma mudança no sistema de dominação": de uma "modalidade explícita de gestão, concentrada nas instituições do Estado", a uma forma republicana, na qual "se configura um campo cidadão de exercício do poder sobre os indígenas", descentrado do eixo público estatal. Para este autor, trata-se da emergência de uma "esfera privada de dominação étnica". A partir desse momento, até a segunda metade do século XX, implantou-se uma formação de dominação de indígenas *"inscrita no sistema cidadão: compatível com seus princípios e suas leis"* (GUERRERO, 2000, p. 11-12). A administração da população pode assumir um caráter privado, como é o caso analisado por Guerrero, ou público, como uma função atribuída ao Estado (GUERRERO, 2010). Tradução nossa do original em espanhol.

fase de desenvolvimento do capitalismo a escala global e suas implicâncias em relação ao Estado e aos processos neodesenvolvimentistas impulsionados nos últimos anos por alguns governos latino-americanos e pelo governo de Correa no Equador. A discussão teórica central está focada na complementariedade das noções de governamentalidade e biopolítica em Foucault e de hegemonia e Estado ampliado em Gramsci, que orientam minha intepretação da relação entre o Estado e o movimento indígena no Equador. Posteriormente abordo, sob uma perspectiva crítica, o debate sobre o multiculturalismo para passar a compreendê-lo como discurso dominante e dispositivo de poder para a gestão da diversidade cultural no neoliberalismo e esboço os eixos que estruturaram a política de administração da população indígena no Equador.

2.2 INTERPRETAÇÕES DO PROCESSO POLÍTICO DO MOVIMENTO INDÍGENA E SUA RELAÇÃO COM O ESTADO EQUATORIANO

O florescimento das demandas étnicas em vários países da América Latina durante as duas últimas décadas e o surgimento na cena política dos movimentos indígenas com suas características particulares, gerou no âmbito acadêmico uma grande quantidade de estudos com uma diversidade de orientações e posições teóricas e políticas. Em termos gerais, na América Latina e no Equador em particular, boa parte destes estudos procuravam explicar as condições e motivações que determinaram este surgimento, as transformações agrárias e as mudanças nas estruturas e relações de poder nos cenários locais que possibilitaram o surgimento de organizações indígenas como um novo agente social e político[23], os objetivos e demandas dos movimentos e os processos de construção de identidades coletivas e de afirmação étnica. Como coloca Martinez Novo (2009), muitos destes estudos apoiavam e celebravam os movimentos indígenas na sua luta pela democratização de sociedades caraterizadas por uma profunda exclusão econômica, social e política dos povos indígenas. Outra das caraterísticas é que boa parte dos trabalhos sobre o movimento indígena no Equador abordam conjunturas específicas, acontecimentos particulares ou estão referidos a processos locais. Apesar da abundância de estudos sobre o movimento indígena no Equador, são poucas as análises que abordam e interpretam seu processo político em termos mais amplos e sua relação com o Estado[24]. Aqui situarei criticamente as principais contribuições dos principais

[23] No capítulo segundo abordarei o processo de formação, consolidação e articulação do movimento indígena nos anos prévios ao *levantamiento* de 1990, no contexto das transformações agrárias e dos processos de desenvolvimento capitalista no campo equatoriano, onde retomarei algumas das contribuições mais significativas destes estudos.

[24] Uma síntese dos processos de surgimento e da construção identitária dos movimentos indígenas na América Latina encontra-se em Bengoa (2007) e Yashar (2005). Para uma revisão geral do conjunto de temas de debate e

estudos e alguns eixos de debate decorrentes deles que são de relevância para este trabalho, tais como a maneira de entender a relação etnicidade-classe, a compreensão de uma cidadania étnica e seu vínculo com o reconhecimento de direitos coletivos pelo Estado, a relação que se estabelece entre os processos de mobilização indígena e de consolidação de demandas étnicas com as políticas neoliberais.

Em sua detalhada descrição e análise do *levantamiento indígena* de 1990 e de seus múltiplos significados para o próprio movimento, para a sociedade e o Estado equatoriano, Jorge León (1994), em seu livro *"De campesinos a ciudadanos diferentes",* classifica as diversas demandas ou reivindicações colocadas e sintetizadas pela CONAIE no denominado *"Mandato por la defensa de la vida y los derechos de las nacionalidades indígenas*" – bem como a multiplicidade de demandas apresentadas nesse momento pelas organizações indígenas em espaços locais ou regionais – em três tipos de acordo com seus conteúdos: a) demandas étnicas (declaratória constitucional de estado plurinacional, rejeição à discriminação); b) cidadãs (aceso a serviços diversos como educação, saúde, estradas, infraestrutura, etc.); c) demandas de classe ligadas à condição camponesa (solução conflitos de terra, acesso à água, preços de insumos e produtos do campo, etc.). Para León estes três referentes configurariam uma nova identidade indígena, na qual se combina a "exigência de igualdade cidadã e a confirmação de sua diferença" [25] (LEÓN, 1994, p. 61). Mesmo reconhecendo a existência de uma simbiose da dimensão de classe campesina com os aspectos étnicos e de cidadania, para este autor o *levantamiento* de 1990 constituiu um ato coletivo inscrito predominantemente sob o eixo do conflito étnico, orientado a pressionar para a constituição de uma "cidadania diferente" e para uma redefinição do "sistema político imperante" (LEÓN, 1994, p. 159-160). Nessa direção, num contexto de rápidas mudanças produzidas no campo onde se superpõem diversas situações sociais e processos históricos, o *levantamiento* de 1990 teria sinalizado o distanciamento de uma parte da população indígena de sua condição camponesa, para abrir um processo político caraterizado pelo trânsito de campesinos para povos e nacionalidades que exigem a prática da igualdade de direitos como cidadãos e ao mesmo tempo o reconhecimento de direitos coletivos de diferença. A noção de

---

das principais orientações e posições assumidas por distintos pesquisadores ao redor dos movimentos indígenas na América Latina, ver Martinez Novo (2009), Postero e Zamosc (2005), Jackson e Warren (2005). Para o caso equatoriano pode se destacar como estudos relevantes os trabalhos de Guerrero A. (1995, 2000, 2010), Almeida et al (1993); León (1994); Sánchez-Parga (2007); Zamosc (2005): Bretón (2001, 2005, 2009); Guerrero e Ospina (2003); Pallares (2002); Barrera (2001); Ortiz (2012) e Becker (2015).

[25] Tradução nossa. Nesta tese todas as citações textuais em português que correspondem a textos originais em espanhol são de tradução nossa.

"cidadania diferente" sintetizaria este processo de trânsito para o "reconhecimento de povos e coletividades diferentes" (LEÓN, 1994, p. 77).

O trabalho do referido autor é importante na produção acadêmica sobre o movimento indígena, pois marca uma trilha de abordagens que inscrevem a questão étnica quase exclusivamente no terreno da cidadania e do reconhecimento de direitos coletivos pelo Estado, trilha que posteriormente será desenvolvida por outros autores. Nessa linha, mesmo que no caso do trabalho de León existem alguns matizes, estabeleceu-se uma tendência a cindir na análise a questão étnica da questão da classe, como duas realidades separadas quando não dicotómicas, que confluem ocasionalmente nos protestos indígenas[26]. Nessas interpretações subjaz uma compreensão estática das classes sociais, como situações relativamente fixas resultantes de uma estrutura econômica ou ocupacional dada, sem uma compreensão da articulação das relações sociais na totalidade social (MOREANO, 1993). Nessas perspectivas, o processo de afirmação da identidade étnica é entendido como uma dinâmica diferente que vai além da realidade camponesa, pois estaríamos diante de fenômenos de natureza distinta, do que se deriva consequentemente que as lutas indígenas teriam outra especificidade e não fariam parte das lutas de classe. Ao privilegiar exclusivamente a dimensão étnica na compreensão do processo do movimento indígena perde-se de vista que ele é ao mesmo tempo movimento étnico e movimento social (MOREANO, 1993) e dificilmente ele pode ser compreendido por fora dessa dupla dimensão.

Os problemas derivados desta concepção podem ser apreciados com maior clareza no influente trabalho (nos meios acadêmicos) de Deborah Yashar (2005), que realiza uma análise comparada do processo de surgimento e consolidação dos movimentos indígenas de vários países latino-americanos (Bolívia, Guatemala, Peru, Equador e México) e desenvolve uma linha explicativa para entender a clivagem étnica assumida por esses movimentos em sua relação com o Estado. Para esta autora, a cidadania está no cerne da democracia e também das mobilizações indígenas na América Latina. Seguindo esta linha, desenvolve a noção de regimes de cidadania (*"citizenship regimes"*) para se referir às modalidades específicas nas quais se combinam o acesso à cidadania (quem têm direitos), os direitos concretos que ela supõe e as formas como se estrutura a intermediação de interesses (as instituições adequadas) para mediar à relação entre os cidadãos e o Estado. Para Yashar (2005) é por meio de

[26] Daí que, em um interessante artigo que questiona esse olhar dicotómico do étnico e do camponês nas abordagens acadêmicas sobre o movimento indígena, Natalia León exprime sua "perplexidade", quando ao desenvolver seu trabalho de campo em 2002 nas comunidades andinas da Província de Cotopaxi, seus entrevistados, longe de "posicionar-se na narrativa de uma exclusividade étnica", referiam-se de si mesmos "como indígenas, sem deixar de se sentir camponeses" (LEON, 2007, p. 152).

diferentes tipos de regímenes de cidadania que os Estados configuram a existência e delimitam as possibilidades de expressão de certas identidades políticas.

No século XX, Yashar (2005) distingue dois tipos de regimes de cidadania como os mais significativos na América Latina: os regimes corporativistas construídos em meados do século XX e os regimes neoliberais, construídos desde a década de 1980. Enquanto os regimes corporativistas ampliaram os direitos sociais e privilegiaram formas corporativistas de organização (sindicatos operários e associações camponesas) para a representação política e mediação entre os Estados e os grupos sociais de trabalhadores e camponeses, os regimes neoliberais, centrados no individuo como sujeito político da cidadania, restringiram alguns direitos sociais e promoveram modos pluralistas de intermediação com o Estado, com a consequente perda de capacidade de acesso e influência no Estado por parte de setores sociais organizados (trabalhadores e camponeses). Para esta autora, ambos os regimes assumem a irrelevância da etnicidade e promovem a prevalência de algum outro tipo de identidade.

Baseada nessa caracterização, a autora desenvolve sua argumentação central para explicar o surgimento e a importância das mobilizações indígenas, além da politização da clivagem étnica na América Latina do final do século XX: as mudanças contemporâneas de regimes de cidadania corporativistas para neoliberais politizaram as identidades indígenas ao ameaçar enclaves existentes de autonomia local que tinham se preservado com uma limitada interferência do Estado (como um resultado não buscado dos regimes corporativistas). A este fator, ela agrega outros dois: a existência de um espaço político associativo (*"political associational space"*), que proveu a oportunidade política para se organizar; e, por último, a presença de redes intercomunitárias (*"transcommunity networks"*), que construíram a capacidade para que comunidades diversas e distantes possam atuar regional e nacionalmente e confrontar ao Estado. A combinação desses três fatores explicaria a importância política alcançada pelos movimentos indígenas no Equador, Bolívia, Guatemala e México, ao contrário do que aconteceu no Peru, onde não se encontra um movimento indígena forte de dimensão nacional, devido ao autoritarismo e à guerra civil que destruiu as organizações existentes e obstaculizou a formação de redes intercomunitárias (YASHAR, 2005).

A interpretação de Yashar, mesmo contando com uma extensa documentação, apresenta várias dificuldades para explicar consistentemente os processos de emergência e mobilização indígena nos países de América Latina. Na trilha da cidadania, sua caracterização do regime corporativista é problemática na medida em que equipara sob um mesmo modelo processos políticos bem diferentes (a exemplo de México e Equador), às vezes forçando os fatos na reconstrução do processo histórico nos diversos países para que eles encaixem na sua

interpretação geral. Além disso, a caraterização dos regimes de cidadania e consequentemente a atuação do Estado se desenvolvem independentemente no âmbito político, sem se relacionar com os processos de desenvolvimento capitalista, as forças econômicas e os padrões de desenvolvimento presentes em distintos períodos.

Na base da argumentação de Yashar encontra-se marcadamente a cisão entre etnicidade e classe que se exprime na diferenciação dos processos de configuração identitária delineados sob os dois regimes de cidadania. Assim, é o Estado corporativista quem define e controla as identidades de classe e as formas organizativas que adotam os camponeses (sindicatos, associações, comunas, cooperativas, federações). Nesse sentido, a identidade camponesa baseada na classe teria se imposto aos índios como uma identidade alheia, sob a influência de agentes externos (Estado, sindicatos, partidos de esquerda, igrejas, ONGs), que visavam a assimilação dos indígenas, desconsiderando as "preocupações indígenas locais" e suas "formas de governança"[27]. O Estado com os processos de distribuição de terras (reformas agrárias) e a entrega de créditos e subsídios para a agricultura distribuía recursos para os "cidadãos rurais" na medida em que eles se identificavam e se organizavam enquanto camponeses, procurando sua assimilação à cultura mestiça. Nesta lógica, para a autora, o crescimento de federações camponesas simplesmente "estimulou a ficção de que o Estado tinha transformado os índios em camponeses e despojado à etnicidade indígena de sua importância" (YASHAR, 2005, p. 61). A identidade camponesa seria assim apenas um rótulo para permitir a incorporação política dos índios e o acesso a recursos do Estado. Desta maneira, para esta autora, os indígenas travestidos de camponeses foram subordinados aos canais oficiais em troca de recompensas clientelistas. Evidentemente, ao enfatizar a intencionalidade assimiladora do Estado e o controle que ele exerce no regime corporativista sobre as organizações camponesas, esta argumentação desvaloriza o papel das organizações e os processos de organização e luta indígena camponesa pela terra e outras demandas

[27] Yashar (2005, p. 101) usa esses termos para argumentar sobre a "miopia" dos militantes comunistas que buscavam impor uma "identidade baseada na classe" no processo de conformação e desenvolvimento da *Federación Ecuatoriana de Indios* (FEI) desde a década de 1940, o que provocaria seu posterior declínio na década de 1960. Como se aborda no capítulo segundo, a FEI foi uma organização histórica de enorme importância no processo organizativo indígena e na luta pela terra e a Reforma Agrária até a década de 1970. Os trabalhos históricos de Becker (2007, 2008) e Becker e Tutillo (2009) mostraram em detalhe a colaboração da esquerda com as organizações indígenas a partir da constituição dos primeiros sindicatos na década de 1920, numa relação mutuamente enriquecedora, desmontando a dicotomia entre o étnico e o classista na história de essa organização e desvirtuando as imagens académicas que enxergam essa organização com uma orientação meramente classista imposta a partir de uma relação unilateral e paternalista comandada pelo Partido Comunista do Equador.

levantados no caso equatoriano desde a década de 1920, geralmente em confronto direto com os latifundiários e o Estado[28].

Na perspectiva de Yashar a identidade étnica, pelo contrário à fictícia identidade camponesa, seria uma espécie de identidade autêntica que teria persistido além da dinâmica organizativa camponesa num estado de latência e teria sido preservada nos espaços de autonomia local, insuficientemente penetrados pelo Estado. Esta identidade somente emergiria na mudança para o regime de cidadania neoliberal, com o desmantelamento do regime corporativista, a perda de direitos sociais como consequência da retirada do Estado dos programas de desenvolvimento rural e a liberalização dos mercados de terra e do trabalho. Isso teria provocado o enfraquecimento das federações camponesas e dos sindicatos, disfuncionais ao perder possibilidades de acesso e influência no Estado (YASHAR, 2005). Ainda assim, como afirma Carmen Martínez, Yashar não explica por que na crise do regime corporativista as lutas contra o neoliberalismo tomam uma bandeira étnica e, além disso, assumem as identidades étnicas como dadas diante da ausência de um Estado que procure transformá-las, sem enxergar que elas também devem construir-se (MARTÍNEZ, 2009).

Nesta abordagem dualista dos processos organizativos e das identidades no campo, também não se compreende adequadamente as continuidades históricas do processo organizativo camponês indígena e todo o acúmulo que as lutas anteriores significaram para o movimento indígena e a construção de sua identidade. Como sublinha Blanca Fernández (2013), no processo político do movimento indígena das últimas décadas, suas lutas e sua identidade nutrem-se da dupla dimensão indígena e camponesa e longe de constituir uma ruptura a respeito das formas de organização e luta anteriores, constantemente recupera-se e atualiza-se "uma memória sindical de esquerda", na qual se articula uma matriz classista com outra étnica cultural.

Outro tema complicado na abordagem de Yashar (2005), diz respeito ao papel reservado no processo às diversas entidades e agentes externos. Embora a autora reconheça sua importância no processo organizativo indígena na medida em que propiciou (não intencionalmente para a autora) a formação de redes intercomunitárias ao estabelecer vínculos que permitiram aos ativistas indígenas transcender as identidades localizadas, identificar lideranças comuns e criar suas próprias organizações autônomas, todas essas instâncias (Estado, sindicatos, igrejas, ONGs) partilham o afã pela assimilação cultural, nesse sentido, são tratadas pela autora da mesma forma, como se não existissem diferenças significativas

[28] Sobre a conformação dos primeiros sindicatos campesinos indígenas e os processos organizativos indígenas prévios à década de 1960, ver Becker (2008); Becker e Tutillo (2009); Prieto (1978).

entre elas na sua atuação com os indígenas. Nessa perspectiva, não se considera o papel que muitas dessas entidades tiveram no processo de afirmação e de construção de diferenças étnicas e na formação das lideranças indígenas, como tem sido documentado em vários estudos (MARTÍNEZ, 2009).

O vínculo entre a aplicação de políticas de "ajuste estrutural" enquadradas na "globalização neoliberal" e o processo de afirmação étnica e de mobilização das organizações indígenas é também examinado no trabalho de Guerrero e Ospina (2003). Para estes autores, as políticas de ajuste neoliberal assumidas pelo Estado equatoriano (décadas de 1980 e 1990) e a crise econômica (finais da década de 1990) constituíram o contexto político e econômico em oposição ao qual se articularam as demandas étnicas. Consideram que as políticas de ajuste neoliberais alimentaram os processos de mobilização indígena, porém a base política de unidade do movimento radicou na afirmação da identidade étnica por parte de suas lideranças. Na Perspectiva de Guerrero e Ospina, num cenário de diversificação ocupacional e da configuração de classe nas comunidades andinas, e com o progressivo "abandono" da "condição camponesa" das lideranças indígenas, crescentemente urbanas, o "recurso à etnicidade" se converteu no único bastião de unidade do movimento indígena. Assim, eles enxergavam uma tendência crescente para o fortalecimento exclusivo das demandas por reconhecimento étnico, alimentadas por sua vez pela abertura do Estado equatoriano diante esse tipo de demandas, por terem reconhecido os direitos coletivos dos povos e nacionalidades indígenas na Constituição, criado instituições indígenas semiautônomas no Estado e aceito, sem complicações maiores, a possibilidade de autonomias étnicas.

Essa tese alimenta-se da caraterização que estes autores fazem do processo de mobilização e de participação política do movimento em sua relação com o Estado, durante a década de 1990. Embora eles reconheçam que a base do movimento é rural e sua composição majoritariamente camponesa, apenas a dimensão étnica teria brindado um caráter "universal" a suas demandas ao se inserir no processo de transformações do Estado no contexto da modernização neoliberal, pelo contrário do que acontecia com as demandas agrárias que por seu caráter mais restrito, teriam limitado a atuação do movimento. Como consequência disso, é que a partir de 1995, segundo estes autores, as ações do movimento e suas lideranças teriam se concentrado nas transformações em curso no Estado culminando no processo de deslocamento da "face camponesa" do movimento, por sua "face étnica" (GUERRERO e OSPINA, 2003).

Evidentemente, no trabalho de Guerrero e Ospina também está presente a dissociação entre o étnico e o camponês na dinâmica do movimento, mesmo com os matizes

decorrentes em sua análise dos debates que marcaram algumas das opções políticas do movimento em várias das conjunturas que experimentou o país, no contexto da crise política e econômica de finais do século. Do meu ponto de vista, essa caraterização não permite enxergar com precisão as distintas forças e tensões existentes ao interior do movimento nas diversas conjunturas e sobredimensiona o "giro étnico" propiciado pelo abandono da "condição camponesa" das lideranças, relegando de fato para um segundo plano o papel das bases camponesas indígenas, majoritárias no movimento[29]. Sem desconhecer o peso que em determinados momentos tiveram as tendências "etnicistas" impulsionadas por algumas lideranças dentro do movimento (como será analisado mais adiante nos capítulos terceiro e quarto), a partir desta perspectiva, dificilmente se compreende a persistência do "camponês" e suas demandas nas lutas do movimento e nas mobilizações posteriores a 2001[30]. Igualmente é difícil caracterizar as constantes alianças protagonizadas pelo movimento com outros grupos e classes subalternas, em distintos momentos de resistência ao neoliberalismo.

De outro lado, na trilha da cidadania, porém com uma visão mais integrada do processo histórico do movimento indígena, das políticas de "cidadanização" do Estado para os indígenas e da incorporação de elementos classistas na identidade indígena, o trabalho de Santiago Ortiz (2012) aborda o processo político do movimento indígena[31] a partir da noção de "cidadania étnica"[32]. Por meio dela, o autor quer enfatizar a vivência e a prática de formas

---

[29] No Equador, segundo os dados do censo 2010, de uma população total de 14.483.499 habitantes, 62,8% era urbana e 37,2% rural. No que diz respeito à população autoidentificada como indígena, esta relação se inverte dado que 78,5% do total da população indígena era rural e somente 21,5% urbana. Do total da população indígena rural 69,9% está localizada na região Serra, 26,9% na região Amazônica e apenas 3,2% na região Litorânea (*Costa* equatoriana), o que dá conta da importância quantitativa dos indígenas camponeses andinos da região Serra na configuração do movimento indígena equatoriano. Igualmente, do total de população rural autoidentificada como indígena, 63% têm a agricultura como ramo de atividade principal, seguido pela construção com 7%. Segundo sua posição na ocupação (*categoría de ocupación)*, 60% da população indígena rural eram trabalhadores/as por conta-própria (*cuenta propia)*, seguida de trabalhadores/as diaristas (*jornalero/a o peón)* que alcançam 14%. Todos esses dados refletem a condição camponesa da maior parte da população indígena. Também é importante considerar os fortes vínculos que a população indígena urbana mantem com suas famílias e comunidades. Cabe ressaltar que, além da população indígena camponesa nas três regiões do país (Costa, Serra e Amazônia), também há um elevado contingente de camponeses/as mestiços/as. No mesmo ano, a população economicamente ativa (PEA) rural representava 34,6% da PEA nacional. Do total da PEA rural, 48% têm a agricultura como ramo de atividade principal e 35% correspondem a trabalhadores/as por conta-própria, seguida de 26% de trabalhadores/as diaristas.

[30] Após um período de declínio das mobilizações indígenas entre 2002 e 2005, o movimento articulou significativos protestos contra a assinatura do Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos em 2006. Nos últimos anos, já no governo de Correa, protagonizou lutas e mobilizações vinculadas a temas que fazem parte também de uma pauta agrária e camponesa tais como a defesa de territórios diante da expansão de projetos de mineração em grande escala, a luta pela terra, a água e a soberania alimentar.

[31] Embora a pesquisa de Ortiz (2012) faça referência aos processos locais na *Provincia de Imbabura* na Serra Norte equatoriana e algumas de suas conclusões específicas não possam ser caracterizadas no contexto nacional, considerei relevante mencionar alguns destaques deste trabalho, por suas referências e conexões com as dinâmicas do processo do movimento indígena nacional.

[32] Ortiz retoma este conceito formulado por Guillermo de la Peña (1999) ~~e~~ que diz respeito à reclamação colocada pelas organizações indígenas por manter uma identidade cultural e uma "organização societal"

culturais, institucionais e políticas diferenciadas de cidadania (construídas pelas comunidades) e o caráter ativo do movimento com suas lutas para a consecução e o exercício de direitos coletivos e seu reconhecimento por parte do Estado, em um sistema de direitos, no qual se encaixam com os direitos universais. Nesse sentido, esta noção é semelhante à de "cidadania diferente" de León (1994) referida anteriormente. Para Ortiz (2012), o processo de reconstituição étnica, participação política e luta pelos direitos coletivos que configuram a cidadania construída pelos indígenas, teve como base as comunidades ("*comunas*"[33]) enquanto forma de organização social e territorial, pois elas constituíram o pivô das lutas indígenas e a estrutura organizativa básica que sustentou as mobilizações e os *levantamientos*, assim como, o discurso étnico. Este autor sublinha que por meio de uma estratégia diversificada que combinou processos de reativação cultural, disputa simbólica, mobilização social e participação política, os indígenas alcançaram o reconhecimento de sua identidade e de seus direitos. Ainda assim, salienta Ortiz (2012, p. 337), a participação política, como estratégia orientada a modificar as relações de discriminação localmente, teve como custo a inscrição do movimento dentro do sistema político existente, com todas suas deficiências clientelísticas e "*delegativas*", a qual incide numa maior separação das lideranças de sua base e o adiamento, "talvez definitivo", do "exercício do direito ao autogoverno indígena", subordinando-se ao Estado ou aos municípios. Dessa maneira, o autor constata que os indígenas ao exercer seus direitos políticos, modelam-se como cidadãos no âmbito do Estado.

Embora Ortiz reconheça o papel que tiveram as lutas pela terra e a presença de elementos classistas na identidade e na cultura política indígena, com o qual a dissociação entre o étnico e o classista não aparece tão marcada, ao inscrever sua análise na trilha da cidadania e no campo das lutas pelo reconhecimento, não deixa de retomar a separação entre uma esfera econômica, na qual se desenvolveriam as lutas redistributivas pela igualdade e uma esfera étnico-cultural referida às lutas pelo reconhecimento de direitos coletivos[34]. Nesse

---

diferenciada dentro de um Estado, a qual não deve apenas reconhecer, mas proteger e sancionar juridicamente tais diferenças.

[33] As *comunas* são reconhecidas sob este nome pelo Estado desde 1937, a partir da expedição da *Ley de Organización y Régimen de las Comunas*, orientada para submeter politicamente às comunidades ao Estado. Esta lei teve significativa importância na história do movimento indígena, pois como afirma Sanchez-Parga (2007), reconheceu implicitamente a forma tradicional de associação dos campesinos indígenas dos Andes. Desde então e posteriormente no processo de Reforma Agrária, a maior parte das comunidades indígenas se organizaram diante do Estado como "comunas", nomeando um "*cabildo"* como instância coletiva de direção e representação, segundo o que estabelece esta lei. Mais adiante e no capítulo segundo retomarei este tema por sua importância para o movimento indígena. Sobre o processo de aprovação desta lei e os distintos debates relativos à regulação das comunidades por parte do Estado na época ver Prieto, 2004.

[34] Ortiz (2012) retoma esta distinção entre lutas pela redistribuição e lutas pelo reconhecimento de Nancy Fraser. Ainda neste capítulo, na discussão sobre o multiculturalismo e as lutas pelo reconhecimento, abordo o enfoque desta autora.

enfoque, além de manter a dicotomia entre as duas esferas, as lutas de ordem econômica ficam restritas a demandas distributivas sem se referir à esfera da produção e às relações de exploração prevalecentes no capitalismo.

Essa desarticulação entre as esferas econômica e cultural, que subjaz em grande parte dos trabalhos acadêmicos sobre o movimento indígena, o que leva a uma compreensão da etnicidade e das identidades étnicas desconectadas de seus conteúdos de classe, provoca também um déficit na conceitualização do campesinato. Nessas abordagens, na medida em que o campesinato está fundamentalmente associado a uma ocupação econômica, e nesse sentido, é resultante de uma determinada posição na estrutura econômica, parte-se de uma visão coisificada da classe social, com a qual se perdem de vista a heterogeneidade e a complexidade das múltiplas mediações de como os camponeses estão inseridos no capitalismo, bem como elementos de ordem cultural e político vinculados a uma "sociabilidade" particular e a suas formas de resistência ao capital, que em definitivo o definiriam como classe (BARTRA, 2008) [35].

De outro lado, a tensão entre "integração" e "autonomia" como um elemento chave e uma constante do processo político do movimento indígena na sua relação com o Estado é também salientada e problematizada no trabalho de Sánchez-Parga (2007). Para este autor, o movimento indígena equatoriano sempre manteve uma dupla estratégia de integração e de participação na sociedade nacional por uma parte, e de autonomia por outra. Na medida em que, o Estado atendia às sucessivas reivindicações da população indígena com "novas políticas de integração e maior participação, essas mesmas iniciativas do Estado provocavam novas demandas e também novas estratégias de autonomia por parte do movimento indígena" (SÁNCHEZ-PARGA, 2007, p. 12).

O trabalho de Sánchez-Parga desenvolve uma linha de interpretação do processo histórico do movimento indígena e de sua intensa politização, definindo-o como o "longo caminho da comunidade ao Estado nacional", isto é, a paulatina transformação da "sociedade comunal das populações indígenas à sociedade societal do Estado nação" (SÁNCHEZ-PARGA, 2007, p. 11). Esta linha interpretativa situa no centro das explicações do processo histórico do movimento as transformações operadas na comunidade indígena, concebida pelo autor enquanto "sociedade comunal", isto é, como uma combinação de um modo de associação territorial e um modo de associação parental decorrente da ampliação da sociedade

[35] Para Armando Bartra, "*los campesinos modernos, son producto del capitalismo y de su resistencia al capitalismo*". Nas palavras do autor, na América Latina os camponeses têm como "*trasfondo histórico el sometimiento colonial y sus secuelas*", pelo que são "*en sentido estricto, campesindios*" (BARTRA, 2011, p. 34).

familiar e de parentesco que corresponde ao *Ayllu* andino. Dessa forma, a comunidade indígena andina supõe um modelo de sociabilidade e ao mesmo tempo constitui a *"*matriz e o perímetro de reprodução da cultura indígena*"* (Sánchez-Parga, 2007, p. 27), tudo o que implica um sistema de relações, intercâmbio e reciprocidade entre as famílias. Para Sánchez-Parga a comuna indígena entrou em crise desde o final da década de 1980 devido a uma combinação de fatores. Entre os fatores externos, o autor destaca a integração mais intensa ao mercado de produtos e ao mercado laboral, via migrações temporais e assalariamento que provocou a diversificação das estratégias reprodutivas das famílias *comuneras* e a individualização dos comportamentos econômicos cada vez mais monetizados. Dos fatores internos, Sánchez-Parga salienta a própria dinâmica organizativa que deslocou as estratégias comunais sejam para "espaços mais amplos e exteriores de organização", favorecendo a integração da comunidade "na sociedade local, regional e nacional", sejam para espaços setoriais interiores à comunidade, fomentando o surgimento de grupos específicos, associações, cooperativas, etc. Isso tudo, multiplicou os centros de autoridade e decisão nas comunidades, diminuindo a importância das autoridades tradicionais e dos *cabildos* (SÁNCHEZ-PARGA, 2007, p. 41-42). Nesse contexto, para este autor, o processo de integração da comunidade à sociedade do Estado nação contribuiu à intensa politização do movimento indígena, mas implicou ao mesmo tempo, em um processo de "descomunalização" ou desintegração progressiva da "sociedade indígena", o qual se produziu precisamente num momento em que se "desestatiza o Estado e desnacionaliza a sociedade" (SÁNCHEZ-PARGA, 2007, p. 11).

O autor considera que a singularidade do movimento indígena equatoriano radica numa tripla articulação: estatal, organizativa e classista. Estes três fatores explicariam por que o movimento indígena não tomou a forma de um movimento "*indianista*"[36]. Para Sánchez-Parga toda a história do movimento indígena foi marcada por sua articulação com o Estado

[36] O termo "*indianista*" em espanhol foi introduzido para se referir à ideologia reivindicativa e projeto político sustentado pelos indígenas orientado para a libertação dos índios do colonialismo interno e das condições de opressão impostas pelas elites branco-mestiças. O *indianismo* surge a partir da década de 1960 nos Andes e México e se posiciona em contraposição ao indigenismo, considerado como uma ideologia construída por sujeitos não indígenas sobre os índios e incorporada pelos Estados para reproduzir a situação colonial interna dos povos indígenas (BARRE, 1983). A ideologia *indianista* afirma o papel do sujeito *indio* como protagonista das transformações históricas e apela para um projeto civilizatório indígena (em contraposição a civilização ocidental) baseado na cosmovisão e cultura indígena. Nesse sentido, reivindica a relação de harmonia estabelecida pelas civilizações indígenas com a natureza e a recuperação da história indígena como fonte de inspiração para as transformações futuras. O indianismo exercerá uma forte influência nos movimentos indígenas de América Latina, especialmente na Bolívia, com a criação do Partido Índio Boliviano e o movimento Katarista e no México (sobre a influência do indianismo nos movimentos indígenas bolivianos ver Escárzaga, (2012); Rivera Cusicanqui (2010). Para o caso de México ver Velasco (2003)). O contraste feito por Sánchez-Parga entre o movimento indígena equatoriano e outros movimentos indianistas toma como referência os movimentos indianistas bolivianos.

nacional, o que explica sua progressiva participação nas políticas e nos organismos públicos. A articulação organizativa diz respeito às diversas formas, escalas geográficas e níveis que adota a dinâmica organizativa ao interior do próprio movimento indígena, a qual foi permeada continuamente pela tensão entre o ordenamento hierárquico e o "tradicional *faccionalismo* andino"[37]. A articulação classista, referida à articulação com "outras classes, grupos ou setores sociais", forneceu ao movimento a possibilidade de combinar em muitas de suas estratégias, alianças e práticas, uma "forma étnica, específica de suas condições e projetos culturais, com uma forma classe", em suas reivindicações e protestos (SÁNCHEZ-PARGA, 2007, p. 15). A combinação de uma dupla estratégia, étnica autonomista e classista em aliança com outros movimentos sociais, é uma marca característica do movimento indígena equatoriano, o qual adotou variações segundo as distintas conjunturas históricas, configurando também às distintas tendências existentes ao interior do movimento e suas organizações.

A perspectiva de interpretação do processo do movimento indígena desenvolvida por Sánchez-Parga focada na comunidade contribui para pensar as dinâmicas de reprodução econômica e cultural que sustentam a etnicidade de uma forma integrada, a partir das transformações provocadas nas comunidades indígenas pelos processos de desenvolvimento capitalista. Igualmente, sua caraterização do processo do movimento indígena equatoriano, na qual cobra primazia não apenas sua articulação com o Estado, mas ao mesmo tempo a articulação classista como uma de suas especificidades, permite problematizar as formas como o movimento articulou em diversas conjunturas alianças com outros grupos e classes subalternas para confrontar as políticas neoliberais.

Este último aspecto também é trabalhado por Leon Zamosc (2005), a partir de uma revisão do processo político equatoriano e das mobilizações indígenas na década de 1990. Este autor sublinha que "o conteúdo fundamental das lutas dos noventa foi um conteúdo de classe" na medida em que os interesses em jogo eram econômicos e "as identidades dos protagonistas se definiram em função de suas posições na estrutura econômica do país" (ZAMOSC, 2005: p. 210). O movimento indígena e particularmente a CONAIE (enquanto confederação nacional com capacidade de articular ações contestatórias nacionalmente) assumiu a liderança das lutas de resistência nas diversas tentativas de impor a agenda

[37] Para Sánchez-Parga (2007), o "faccionalismo andino" se refere à dinâmica existente nas comunidades e organizações andinas que propicia a emergência de segmentações ou divisões que seguem uma lógica inerente à cultura andina e as suas bases comunais (em sua dimensão territorial e parental). Constitui um mecanismo de coesão interna das distintas unidades ou grupos sociais e é complementário às tendências para estabelecer alianças externas a esses grupos, as quais operam em momentos determinados. Sobre esta temática ver do mesmo autor seu livro: *Faccionalismo, organización y proyecto étnico en los Andes* (SÁNCHEZ-PARGA, 1989).

neoliberal, primeiro articulando uma frente indígena camponesa que denunciou o caráter anti-camponês dessa agenda (*levantamiento* de 1994 contra a nova lei agrária) e depois, protagonizando as grandes confrontações nacionais da segunda metade da década de 1990 por meio de uma amplia aliança com sindicatos e outras organizações urbanas, abarcando as reivindicações de todos os "setores plebeus" sob a palavra de ordem de "resistência nacional contra o neoliberalismo" (ZAMOSC, 2005, p. 209)[38]. Dado seu grande poder de convocatória para os protestos e diante do enfraquecimento dos sindicatos, a CONAIE tornou-se a única organização com capacidade de conduzir essa política de resistência popular, enquanto "lutas puramente defensivas" orientadas a impedir o agravamento "da situação dos setores mais empobrecidos" (ZAMOSC, 2005, p. 210).

O autor reconhece a dupla dimensão do movimento indígena como movimento étnico e de classe, na medida em que está majoritariamente constituído por camponeses indígenas e que combina em sua plataforma de ação as reivindicações camponesas com as aspirações derivadas de sua especificidade étnica como indígenas. Além de isso, Zamosc (2005) explica o papel de liderança desempenhado pela CONAIE nas lutas de resistência ao neoliberalismo como parte das lutas de classe, sem limitar sua ação às lutas específicas pelos direitos dos povos indígenas, como uma resposta natural (dado o poder de mobilização da CONAIE) à pressão gerada pelo descontentamento generalizado que procurava se expressar por meio de protesto e porque as orientações estratégicas da CONAIE já incluíam uma vocação de unidade, alianças e liderança popular[39] .

Esta estratégia de alianças e de liderança da CONAIE nas lutas de classe da década de 1990, segundo este autor, teve para o movimento indígena um "enorme valor instrumental" para a consecução de suas reivindicações étnicas, pois logo após os protestos, nos processos de negociação com o Estado incluíam-se demandas indígenas específicas que permitiram a CONAIE alcançar algumas conquistas, tais como a criação de entidades indígenas dentro do Estado, o financiamento de projetos de desenvolvimento para os povos indígenas[40], o reconhecimento da medicina tradicional, a concessão de frequências radiofônicas para emissoras comunitárias, etc.

---

[38] Ver também Zamosc (2007 e 2009).

[39] Para sustentar a ideia da vocação de liderança popular da CONAIE, Zamosc retoma as definições estratégicas assumidas no II Congresso da CONAIE de 1988, entre as quais se destacam: "tomar a iniciativa em mobilizações nacionais para exercer pressão sobre o Estado, afirmar uma presença permanente na vida pública assumindo posições sobre todos os assuntos relevantes, utilizar todas as formas de luta e converter a CONAIE em um eixo de unidade e combate de todos os explorados e marginados" (CONAIE, *Memorias del segundo Congreso de la CONAIE*, 1988, citado em Zamosc, 2005, p. 212).

[40] Zamosc refere-se ao *Proyecto de Desarrollo de los Pueblos y Nacionalidades Indígenas del Ecuador* (PRODEPINE) financiado pelo Banco Mundial, o FIDA e o Estado Equatoriano.

A estratégia da CONAIE desde seu início enxergava o estabelecimento de “espaços próprios dentro de Estado” como o meio para alcançar os objetivos de suas lutas. Nesse sentido, a partir da criação do movimento político Pachakutik em 1996, a “política da influência”, exercida pela CONAIE como forma de pressão de fora do sistema para influir nas políticas do Estado, se combinou a uma “política do poder”, orientada a conquistar posições dentro de Estado para participar diretamente na tomada de decisões. Desta forma, também agregou às lutas contestatórias e às gestões institucionais a participação eleitoral que contribuiria para obter representação no poder legislativo, canalizar o reconhecimento de direitos coletivos na Constituição e acessar a diversas instâncias de governo local e regional (ZAMOSC, 2005, p. 212-214).

Para Zamosc (2005), essa orientação de protagonismo no poder político por meio da “política do poder” provocaria um conjunto de tensões e contradições internas e levaria o movimento a cometer sérios equívocos, expressados primeiro na participação de lideranças da CONAIE com os oficiais do exército na conspiração que provocou a derrubada do governo de Mahuad e a tentativa falida de assumir os poderes do Estado no ano 2000, e posteriormente, na “improvisada” aliança eleitoral de Pachakutik com Lucio Gutiérrez no ano 2002, além da participação durante os primeiros meses no seu governo (2003-2005). As contradições com as políticas neoliberais assumidas pelo governo de Gutiérrez forçaram a saída do governo de Pachakutik, provocando divisões na CONAIE e agregando uma política clientelista explícita do governo de Gutierrez para enfraquecer e dividir o movimento. Tudo isso teria gerado a perda de confiança das organizações de base do movimento, o enfraquecimento da CONAIE e de sua capacidade de mobilização. Segundo Zamosc (2007), esse processo evidenciou as dificuldades das lideranças para lidar com as complexidades decorrentes do processo de institucionalização do movimento, a falta de uma visão estratégica e a primazia de atitudes vanguardistas e oportunistas de curto prazo.

A visão de Zamosc do “valor instrumental” do engajamento e liderança da CONAIE nas lutas de classe dos noventa como estratégia para potencializar a negociação das demandas étnicas com o Estado, pode ser interpretada como uma concepção redutora da prática da CONAIE e suas lideranças, concebida assim em forma excessivamente calculista e instrumentalista, sem chegar a refletir a “inseparável interseção entre identidades e discursos étnicos e classistas” (KALTMEIER, 2007, p. 199). Em forma complementar, no que diz respeito aos processos específicos de negociação das demandas étnicas, também é necessário considerar para a análise dessas conjunturas a política de abertura étnica definida pelo próprio Estado e seus funcionários e o papel desempenhado por lideranças indígenas inscritas nas

tendências mais institucionalistas dentro do movimento que, baseadas no discurso étnico, privilegiavam a participação institucional dentro do Estado. Estes aspectos serão retomados no capítulo terceiro.

Para finalizar esta breve discussão sobre as principais contribuições e análises do processo político do movimento indígena na sua relação com o Estado na literatura acadêmica, é importante mencionar os aportes de Víctor Bretón (2001, 2005, 2009, 2012), particularmente suas observações críticas referidas às dinâmicas organizativas do movimento indígena, os discursos étnicos e os programas de desenvolvimento rural no contexto do neoliberalismo. Para este autor, durante as últimas décadas do século XX, a irrupção do movimento indígena no cenário político nacional colocou a questão étnica como "uma prioridade inquestionável na pauta dos poderes públicos e das agências de desenvolvimento", num contexto marcado pela retirada do Estado com as políticas de ajuste estrutural da economia, derivadas do Consenso de Washington (BRETÓN, 2009, p. 70). Segundo Bretón, o neoliberalismo se concretizou no campo latino-americano por meio de três grandes diretrizes políticas: "a desregulação dos mercados de produtos e insumos" (como consequência da abertura comercial), "a liberalização do mercado de terras" e a substituição "do paradigma da reforma agrária" pelo do desenvolvimento rural integral (DRI) nos anos de 1980 e posteriormente pelo "projetismo de todo tipo como via única de intervenção" (BRETÓN, 2012, p. 104).

Em suas pesquisas nas áreas rurais da serra equatoriana, Bretón constatou a proliferação de novos agentes no meio rural (ONGD [41] e Agências de Cooperação Internacional) que multiplicaram suas intervenções no campo equatoriano, especialmente nas regiões indígenas, em muitas ocasiões suplantando ao Estado, provocando o que qualificou de "processo sem precedentes de privatização das políticas sociais" (BRETÓN, 2001, p. 238). Esse processo esteve acompanhado de mudanças na orientação de muitas ONGD históricas da área andina, as quais passaram de posições contestatórias na década de 1970, para posições alinhadas com a ortodoxia dominante nas décadas seguintes, marcadas "pela ênfase na colaboração com os poderes públicos, a concertação, a intermediação nos processos sociais, a participação popular e o distanciamento da política formal" (BRETÓN, 2001, p. 241). Nesse sentido, ocorreu uma crescente adequação da atuação das ONGD às determinações do modelo neoliberal.

[41] Organizações Não Governamentais de Desenvolvimento.

Por trás da heterogeneidade aparente de orientações e da justaposição de intervenções nos espaços rurais com uma multiplicidade de projetos de desenvolvimento, Bretón identifica uma lógica subjacente comum, promovida pelas mais altas instâncias do aparelho do desenvolvimento (fundamentalmente do Banco Mundial e o tecido institucional de Nações Unidas), lógica caraterizada pela "etnificação do desenvolvimento rural e sua desvinculação de todas aquelas formulações que questionem os mecanismos básicos de acumulação do capitalismo neoliberal" (BRETÓN, 2009, p. 94). Como parte dessa estratégia, de fato o Banco Mundial promoveu e financiou o *Proyecto de Desarrollo de los Pueblos y Nacionalidades Indígenas del Ecuador* (PRODEPINE), concebido como "a ponta de lança bem sucedida – a vitrine – de uma nova forma de abordar a ruralidade" (Bretón, 2005, p. 65), na qual se combinava o apoio às federações locais indígenas ("capital social") com o "desenvolvimento com identidade" ("etnodesenvolvimento"), em sintonia com a emergência das reivindicações étnicas e como uma "resposta experimental do *establishmen*t financeiro neoliberal" à ameaça representada pelos processos de mobilização indígena (BRETÓN, 2009, p. 99).

O processo descrito por Bretón no que se refere às intervenções para o desenvolvimento rural no campo equatoriano repercutiu diretamente na dinâmica das organizações indígenas, especialmente das federações locais de comunidades, conhecidas como Organizações de Segundo Grau (OSG)[42], que constituem as instâncias intermediárias de todo o aparelho organizativo indígena e camponês. Do olhar de Bretón, a lógica imposta pelo aparelho institucional do desenvolvimento rural ao incorporar essas organizações indígenas na gestão de projetos, significou sua "dependência funcional" e a "substituição ou reconversão paulatina" da direção indígena dessas organizações, "militante, ideologizada e identificada com um perfil político reivindicativo, por outra de caráter tecnocrática", mais preocupada pelas caraterísticas e tamanho dos projetos de desenvolvimento. Tudo isso exerceu uma influência poderosa para canalizar as reivindicações do movimento indígena para "trilhos admissíveis pelo modelo hegemônico" (Bretón, 2012, p. 109), fomentando um processo de despolitização das lideranças indígenas e sua conversão, sob uma retórica etnicista, em "meros gestores de projetos" (BRETÓN, 2001, p. 248). O que favoreceu o estabelecimento de uma lógica clientelista na atuação das federações indígenas locais, em função do acesso e distribuição dos recursos provenientes das agências de desenvolvimento e a exacerbação dos

[42] Essa denominação faz alusão aos níveis de abrangência organizativa: as organizações de primeiro grau são as organizações de base que agrupam pessoas, as de segundo grau nucleiam várias organizações de base (geralmente em âmbito local), as de terceiro grau são as federações de nível provincial nas quais estão representadas distintas organizações de segundo grau e finalmente temos as Organizações Nacionais ou regionais (de quarto grau) que aglutinam às distintas Federações Provinciais.

processos de diferenciação interna entre uma “minoria acomodada” em torno do “aparelho neoindigenista” e uma maioria cada vez mais distante da retórica de suas lideranças e representantes (BRETÓN, 2009, p. 109).

A partir dessas constatações, Bretón (2009) enfatiza a “deriva etnicista” experimentada pelo movimento indígena desde a segunda metade dos anos de 1990, a qual significou a primazia dos elementos culturais e identitários e a reivindicação da “cidadania étnica”, em detrimento de uma pauta camponesa (classista) e de exigências de caráter mais estrutural, como a distribuição da terra. Enquanto isso, o “projetismo” se impunha como prática predominante na dinâmica das federações locais, em concordância com as transformações operadas no aparelho institucional do desenvolvimento rural.

Na perspectiva deste trabalho, as contribuições das pesquisas de Bretón constituem um subsídio importante, ao evidenciar como as orientações e políticas dominantes de desenvolvimento rural, assumidas pelo Estado e o aparelho institucional do desenvolvimento condicionaram e modularam a prática das organizações indígenas e de suas lideranças. Portanto, destaca-se assim, outra faceta da relação entre o neoliberalismo e o agir do movimento indígena, além dos processos de luta e resistência levantados pelas organizações: a adequação e adaptação dos discursos e a atuação do movimento indígena às condições impostas pelo neoliberalismo, as quais contribuíram como fatores determinantes para a aceitação por parte do Estado daquelas demandas étnicas que não colocavam em risco os processos de acumulação capitalista no campo e a incorporação de representantes índios na gestão direta das entidades e projetos neoindigenistas derivados dessas políticas. Trata-se das políticas multiculturalistas adotadas pelos Estados latino-americanos e pelo Equador no contexto do neoliberalismo (o chamado multiculturalismo neoliberal), discussão que abordarei mais adiante neste mesmo capítulo. Previamente, para o desenvolvimento de minha argumentação e para uma compreensão do conjunto do processo em termos das relações do Estado com o movimento indígena, incluído o período mais recente com as inflexões produzidas no governo de Correa (a partir de 2007), é preciso delimitar melhor os sentidos em que o neoliberalismo será compreendido e quais serão os alcances que o mesmo terá neste trabalho.

2.3. O NEOLIBERALISMO COMO FASE DE DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E COMO RACIONALIDADE

Quando se fala de neoliberalismo na América Latina, a compreensão mais comum associa este termo com um período de tempo geralmente centrado nas décadas de 1980 e 1990

e com um conjunto de medidas econômicas e de políticas implantadas pelos governos nesse período, vinculadas com a privatização de empresas e serviços públicos, a abertura comercial, o ajuste fiscal, a desregulação financeira e a liberalização dos movimentos internacionais de capital, a retirada ou enxugamento do Estado, a "flexibilização laboral" e a reversão de políticas universais de proteção social. Por exemplo, este é o sentido imperante quando se usa este termo na maior parte dos autores revisados na seção anterior sobre o processo do movimento indígena no Equador[43].

Essa visão do neoliberalismo, de fato, na América Latina sustenta-se na experiência vivenciada desde os anos de 1980 do século passado com o conjunto de reformas estruturais adotadas nos distintos países, como resposta à crise da dívida externa que detonou o fim do modelo de industrialização por substituição de importações [44] (ISI) e das políticas protecionistas ou desenvolvimentistas que, em maior o menor grau, tinham sido impulsionadas em distintos momentos nos diversos países latino-americanos. Essas reformas foram condensadas e adquiriram uma unidade nas 10 diretrizes de política econômica definidas no chamado "Consenso de Washington" [45], que sintetizava o núcleo central das políticas econômicas recomendadas pela ortodoxia dominante na década de 1990. Estas diretrizes de política econômica marcaram um rumo a seguir nos países latino-americanos baseado na disciplina macroeconômica e abertura comercial, inspiradas nas reformas aplicadas em Chile durante as décadas de 1970 e 1980 (Kuczynski, 2003), sob a ditadura de Pinochet.

A partir da experiência de aplicação dessas políticas e dos processos de contestação contra elas, levantados por distintos movimentos sociais e políticos ao longo de toda a região latino-americana, o debate ideológico sobre o neoliberalismo simplificou-se e ficou focado na

---

[43] Com a exceção de Yashar (2005), para quem o neoliberalismo constitui também um regime de cidadania, conceito desenvolvido por esta autora referido na seção anterior.

[44] O processo de substituição de importações na América Latina teve como caraterísticas comuns o forte protagonismo do Estado como orientador do processo e como agente produtivo, o controle público dos fluxos financeiros encaminhados a apoiar os processos de industrialização e a articulação da expansão da capacidade produtiva e o consumo interno (ARCEO e BASUALDO, 2006).

[45] Em sua formulação original pelo economista John Williamson (Williamson, 1990) o termo "Consenso de Washington" referia-se às reformas que se consideravam necessárias para restabelecer o crescimento na América Latina e em torno das quais concordavam as principais instituições econômicas sediadas em Washington, tais como o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (KUCZYNSKI, 2003). Estas reformas eram: a disciplina fiscal; o estabelecimento de prioridades no gasto público eliminando alguns subsídios indiscriminados e alocando esses recursos para despesas em saúde, educação e infraestrutura; uma reforma tributária orientada a ampliar a base de contribuintes; a liberalização financeira; o estabelecimento de uma taxa de câmbio competitiva que favorecesse as exportações, a liberalização do comércio; uma política de abertura aos fluxos de investimento estrangeiro direto (IED); a privatização de empresas e serviços públicos; a desregulação para favorecer a entrada de investimentos e empresas nacionais ou estrangeiras; e, a segurança e as garantias para os direitos de propriedade (WILLIAMSON, 1990).

disjuntiva entre o papel e os limites do Estado e do mercado. Diante das políticas de liberalização, privatizações, desregulação para favorecer a atuação do "mercado"[46] e de "retirada do Estado", identificadas com o neoliberalismo, as posições críticas reivindicavam a recuperação do papel do Estado na economia e suas intervenções para regular os mercados e para propiciar processos conducentes à diminuição das desigualdades sociais, a redução da pobreza e a inclusão social. Esta tendência de reduzir a concepção do neoliberalismo e seu debate à simples oposição entre o mercado e o Estado foi reforçada a partir de agudas crises econômicas apresentadas em países da região (Argentina em 2001, Equador em 1999) interpretadas como evidência do fracasso das políticas neoliberais e, também com o trânsito de vários países da região para novas experiências políticas protagonizadas pela presença de "governos progressistas" e de centro-esquerda nos anos 2000, que tinham como denominador comum uma retórica crítica às políticas neoliberais, retórica que pregava pela recuperação do papel do Estado na economia e o fomento de processos de integração regional.

A primazia da oposição entre Estado e mercado nos debates sobre o neoliberalismo constitui, tal como sublinham Laval e Dardot (2013), um dos maiores obstáculos para caracterizar com precisão o neoliberalismo, levando ao equívoco de concebê-lo apenas como uma ideologia que preconiza a livre ação do mercado e, inspiradas nessa oposição, como um conjunto de políticas econômicas conducentes para propiciar a "retirada do Estado" em favor do mercado. Uma das consequências dessa concepção é perder de vista as profundas transformações produzidas durante as três últimas décadas no capitalismo decorrentes do processo de restruturação produtiva global propiciado desde finais da década de 1970, como resposta à crise econômica internacional, que tem redefinido o funcionamento do "mercado" e as margens de atuação do "Estado", em todos os cantos.

Além disso, como sublinham Laval e Dardot (2013), esta visão desconsidera que o mercado moderno não age só e apoia-se sempre no Estado, pois em contraste com a estendida percepção que o neoliberalismo promove uma versão renovada da doutrina do *laissez-faire* do liberalismo econômico do século XIX, o neoliberalismo enquanto doutrina econômica[47] não

---

[46] Note-se que as chamadas políticas de desregulação de fato são também uma forma ou modalidade de regulação por meio de uma ação do Estado que aplica um principio anti-intervencionista (ver Laval e Dardot, 2013).

[47] Uma análise detalhada do neoliberalismo como doutrina econômica encontra-se no trabalho citado de Laval e Dardot (2013). Essa análise, inspirada nos estudos sobre o neoliberalismo realizados por Foucault (2008a), toma o neoliberalismo desde seus inícios (no contexto da grande crise da década de 1930) no colóquio Walter Lippmann de 1938, passando pelas correntes do ordoliberalismo alemão representado por W. Eucken e W. Röpke e a escola austro-norte-americana representada por Ludwig Von Mises e Friedrich Hayek e a criação da Sociedade de Mont-Pèlerin em 1947, até o pensamento de Milton Friedman e as tendências contemporâneas do capital humano de Gary Becker, as teorias do *Management* e do *Public Choice*, entre outras derivações.

concebe o mercado em si mesmo como algo meramente natural. Ele é construído e organizado pela lei e pelas instituições políticas e para seu funcionamento precisa de intervenção política (Brown, 2003; Laval e Dardot, 2013). De outro lado, esta concepção também propicia reivindicar a atuação do Estado em si mesma, independentemente de seus conteúdos e de sua relação com as classes, com o qual se perde a unidade do político e do econômico (Duménil e Lévy, 2006) e se esquece do papel desempenhado pelos Estados para a imposição do neoliberalismo.

Além dessas concepções baseadas na simples oposição entre o mercado e o Estado, as análises do neoliberalismo vinculadas à dinâmica geral do capitalismo, empreendidas por Harvey (2008) e por Duménil e Lévy (2004; 2014) mostram o processo de reconfiguração global do capitalismo sob o neoliberalismo durante as últimas três décadas, a variedade e a complexidade das formas concretas assumidas pelos processos de "neoliberalização" e a necessidade de compreender o neoliberalismo em seus vínculos com as relações de classe nas dinâmicas de desenvolvimento capitalista.

Na sua revisão das formas concretas como as proposições neoliberais têm sido aplicadas em distintas regiões do mundo, Harvey afirma que o desenvolvimento geográfico desigual do neoliberalismo e as modalidades heterogêneas de sua aplicação, frequentemente parciais e assimétricas entre distintos Estados e formações sociais, "atestam o caráter não elaborado das soluções neoliberais e as complexas maneiras pelas quais forças políticas, tradições históricas e arranjos institucionais existentes" moldaram em conjunto por que e como se concretizou de fato o processo de neoliberalização (HARVEY, 2008, p. 23). Nesse sentido, este autor adverte "uma tensão criativa entre o poder das ideias neoliberais e as práticas reais de neoliberalização" que transformaram nas últimas décadas o funcionamento do capitalismo global (HARVEY, 2008, p. 29).

Baseado nesse percurso pela variedade de formas concretas em diversas latitudes adotadas pelo neoliberalismo, Harvey considera que ele deve ser interpretado como um projeto político orientado para o objetivo do "restabelecimento das condições da acumulação do capital e de restauração do poder das elites econômicas"[48], dado que foi esse o objetivo que predominou na sua prática, além do grau de adequação com os princípios e postulados da teoria neoliberal, geralmente usada como um sistema de justificação e legitimação de todo o que fosse necessário para alcançar esta finalidade (HARVEY, 2008, p. 27-28). O autor

[48] Harvey sublinha esta tese a partir dos dados e das conclusões do trabalho mencionado de Duménil e Lévy (2004), ao qual me refiro logo, no sentido de que a neoliberalização foi desde o início um projeto voltado a reconstituir o poder de classe.

constata quão frequentemente os princípios do ideário neoliberal foram abandonados ou distorcidos quando entravam em conflito com a necessidade de restaurar ou sustentar o poder das elites econômicas. Para Harvey (2008), a principal realização do neoliberalismo foi redistribuir, em lugar de criar, renda e riqueza, favorecendo um processo de concentração de elas ao nível global.

Para caracterizar as especificidades desse processo de acumulação do capital durante o neoliberalismo Harvey usa a categoria de "acumulação por espoliação" desenvolvida por ele (Harvey, 2004) para se referir à continuidade, persistência e proliferação daqueles processos de acumulação de caráter predatório, fraudulento ou violento durante a ascensão do capitalismo, descritos por Marx sob o conceito de "acumulação originária de capital"[49] e a criação de novos mecanismos desse caráter, tais como o patenteamento de material genético, a biopirataria e a "mercadificação" da natureza. Para o autor, esses processos de acumulação por espoliação no capitalismo contemporâneo apresentam quatro características centrais: a) privatização, "mercadificação" e "corporatização" de ativos até então considerados públicos; b) a "financialização" caraterizada como a primazia de processos financeiros marcados por um estilo especulativo e predatório; c) a administração e manipulação das crises no cenário mundial, provocando a transferência de recursos de países pobres para países ricos através dos mecanismos da "dívida"; d) redistribuições via Estado que redirecionam o fluxo de recursos para as classes dominantes.

Nesta linha de discussão, para Harvey o Estado neoliberal encarnou-se num aparelho de Estado cuja missão fundamental foi criar condições favoráveis para a acumulação lucrativa de capital pelos capitalistas domésticos e estrangeiros. As liberdades que o Estado neoliberal personifica, "refletem os interesses dos detentores da propriedade privada, dos negócios, das corporações multinacionais e do capital financeiro" (HARVEY, 2008, p. 17). Este ímpeto de restauração do poder de classe que caracteriza o Estado neoliberal se traduz na criação de um clima de negócios ou de investimentos favorável para os empreendimentos capitalistas, o qual supõe o tratamento do trabalho e da natureza como meras mercadorias. Em caso de conflito, o Estado neoliberal opta por manter o clima de negócios favorável em detrimento, seja dos direitos coletivos do trabalho, seja da capacidade de regeneração da natureza, mesmo ao custo de distorcer os próprios preceitos da teoria neoliberal. Para Harvey, o neoliberalismo não tornou irrelevante o Estado, mas supôs uma radical reconfiguração de suas instituições e suas práticas.

---

[49] Ver o capítulo XXIV do livro 1 de *O Capital* de Marx (Marx, 2013).

Numa perspectiva similar de análise, porém com uma ampla informação empírica sobre a dinâmica histórica do capitalismo moderno desde o início do século XX, as pesquisas de Duménil e Lévy (2004; 2014) enfatizam na ideia que o neoliberalismo deve ser entendido como uma nova fase do capitalismo[50] que surgiu na esteira da crise global da década de 1970 e marcou o curso adotado pelo capitalismo durante as três últimas décadas. Trata-se da constituição de uma nova "ordem social", enquanto configuração das relações de dominação e alianças entre as diferentes classes, imposta a todo o mundo (países do centro e da periferia), sob a liderança econômica, política e militar dos Estados Unidos. Estes autores desenvolvem a tese que o neoliberalismo "expressa a estratégia das classes capitalistas aliadas aos administradores de alto escalão, especificamente no setor financeiro, de reforçar sua hegemonia e expandi-la globalmente" (Duménil e Lévy, 2014, p.11). Sustentam esta tese na observação de uma configuração tripolar da estrutura de classes no capitalismo contemporâneo: as classes capitalistas, os quadros (gerentes e administradores de alto escalão das empresas e do Estado, com funções de comando) e as classes populares (trabalhadores e desempregados). Sob o neoliberalismo, da mão da aliança entre as camadas superiores das classes capitalista e gerencial ("compromisso neoliberal"), incrementaram-se as rendas do capital (juros e dividendos), a classe gerencial beneficiou-se do aumento das remunerações mais altas e da possibilidade de acumulação de carteiras de ativos financeiros, enquanto restringia-se o poder de compra dos trabalhadores em decorrência da forte pressão sobre os salários, como consequência da liberalização do comercio e da circulação de capitais com a competição dos países com custos menores de mão de obra.

No neoliberalismo, estas tendências à concentração de poder e renda em benefício das camadas superiores das classes capitalistas e as frações superiores da administração também foram favorecidas com a geração de enormes fontes de renda pela expansão e sofisticação dos mecanismos financeiros que surgiram depois de 2000 e com os fluxos de renda gerados pelo endividamento das famílias e governos. A hegemonia das classes altas foi assim "deliberadamente restaurada" o que significou, "uma volta à hegemonia financeira" [51]

---

[50] Duménil e Lévy (2014, p. 24-31) traçam uma periodização na qual distinguem três ordens sociais no capitalismo moderno: a "primeira hegemonia financeira" das primeiras décadas do século XX; O "compromisso do pós-guerra" desde o *New Deal* e a Segunda Guerra Mundial até o final da década de 1970 (que teve como uma de suas facetas o estabelecimento do *Welfare State*); e o "neoliberalismo como uma segunda hegemonia financeira". Estas três fases da história do capitalismo moderno foram marcadas por quatro grandes crises "duradouras e profundas" que estimularam as transformações no curso do capitalismo, começando com a crise da década de 1890, a "Grande Depressão" ao longo da década de 1930, a crise de 1970 e a "crise do neoliberalismo" que estourou o ano 2008 e continua até nossos dias.

[51] "Volta à hegemonia financeira" em referência à primeira hegemonia financeira das primeiras décadas do século XX, segundo a periodização (ver nota anterior) traçada por Duménil e Lévy (2014). Para compreender melhor o caráter dessa nova hegemonia financeira no neoliberalismo Duménil e Lévy (2004; 2014) definem o

(DUMÉNIL e LÉVY, 2014, p. 27). Porém, para estes autores, as contradições decorrentes da fragilidade da estrutura financeira (pela procura de altos rendimentos que provoca a propensão à geração de excedentes fictícios), as dificuldades dos principais países capitalistas para controlar os mecanismos financeiros e a trajetória e desequilíbrios acumulativos da economia dos Estados Unidos abriram o cenário da crise atual[52].

A perspectiva das análises resenhadas de Harvey e de Duménil e Lévy têm algumas implicações concretas e levantam algumas questões para minha pesquisa. As contribuições de Harvey ressaltam a importância de focar a análise nas formas concretas que o processo de "neoliberalização" adotou em distintos momentos no Equador, resultante da disputa entre as diversas frações da burguesia interna, a pressão internacional e os movimentos de resistência às políticas neoliberais, além do grau de coerência na aplicação das reformas em relação com os preceitos de programa neoliberal. Um segundo aspecto de importância para esta tese, diz respeito à relevância da categoria de acumulação por espoliação, na medida em que contribui para a compreensão dos processos de expansão da indústria extrativa (petróleo, mineração, agronegócio) sobre territórios e populações indígenas e camponesas, das políticas do Estado que acompanharam e estimularam esses processos de expansão e as distintas ações de resistência levantadas pelos povos indígenas em defesa de seus direitos e territórios.

Assumir o neoliberalismo como a fase mais recente de desenvolvimento do capitalismo ao nível global, seguindo Duménil e Lévy, me permite enxergar as transformações operadas durante as três últimas décadas no Equador como parte de um mesmo processo de desenvolvimento capitalista, articulado com as tendências e mudanças internacionais acima descritas. Isso implica considerar o neoliberalismo como uma condição cuja persistência se mantém, além das inflexões produzidas com o estabelecimento de políticas de um maior intervencionismo estatal desde o ano 2007, no momento político aberto com o governo de Correa, colocando uma maior ênfase analítica na compreensão das continuidades em relação com o período anterior. Paralelamente, supõe compreender as formas concretas como a região latino-americana e o país em particular tem se inserido na

---

conceito de "finanças" para se referir as frações superiores das classes capitalistas conjuntamente com as instituições financeiras onde se concentra seu poder (bancos, fundos especulativos, fundos de pensões, incluindo os bancos centrais e o Fundo Monetário Internacional FMI). Para estes autores o capital financeiro hoje não se distingue nitidamente do capital produtivo, pois a propriedade do capital concentra-se nesse tecido institucional que ao mesmo tempo possui uma fração importante das empresas não financeiras, que por sua vez operam por meio de ativos financeiros (títulos de ações).

[52] Segundo Duménil e Lévy (2014, p. 39), a crise atual pareceria abrir uma tendência para uma nova ordem social caracterizada por um novo compromisso entre as classes altas, sob a liderança gerencial; uma saída à crise ainda à direita, sem as características de bem-estar social das décadas de pós-guerra, mas numa configuração diferente do neoliberalismo, que poderia ser chamada de "capitalismo neogerencial".

dinâmica de transformações globais produzidas nesta fase neoliberal do capitalismo e como essa inserção se reflete nos processos internos de desenvolvimento capitalista e na configuração das distintas parcelas da burguesia interna e de sua relação com o Estado nacional. Consequentemente, duas questões se levantam desta linha de análise: como caracterizar adequadamente o momento político aberto durante a última década na região e quais categorias analíticas mediadoras podem efetivamente dar conta do processo concreto de desenvolvimento capitalista no país decorrente nessa fase neoliberal.

Para caracterizar o momento político da região latino-americana e do Equador com a ascensão de governos progressistas e de centro esquerda, a abordagem assumida nesta pesquisa se afasta daquelas que consideram estes governos e os processos políticos por eles impulsionados de "pós-neoliberais", seja para enfatizar a recuperação do papel do Estado em contraste com o momento anterior (Martínez, 2014; Acosta, 2012; Dávalos, 2012), ou para qualificar esse novo momento como uma superação das políticas e do modelo neoliberal na região (Sader, 2008; 2013), como se bastasse retomar o papel do Estado e reverter algumas políticas pontuais para superar o neoliberalismo, sempre partindo do equívoco de caracterizar o neoliberalismo a partir da oposição entre o mercado e o Estado, à que me referi anteriormente. Essa caracterização conduz a minimizar na análise dos processos econômicos e políticos os elementos de continuidade com as "políticas neoliberais" e perde de vista o papel atual dos Estados latino-americanos (seja com governos considerados "progressistas" ou "neoliberais") para a consolidação do processo de reestruturação produtiva operado na América Latina desde a década de 1980[53]. A tudo isso, deve-se acrescentar que uma grande parte das reformas neoliberais realizadas para favorecer os grandes investimentos e a expansão do capital permanecem intocadas e que as políticas sociais compensatórias e focalizadas aplicadas pelos governos "progressistas" fazem parte das "receitas" neoliberais.

Por esses motivos, considero que a caracterização desses governos e suas políticas como neodesenvolvimentistas[54] ajusta-se melhor ao projeto de modernização capitalista que

[53] Uma reflexão crítica sobre o papel dos Estados e dos governos "progressistas" no processo de restruturação produtiva na América Latina e sobre o "pós-neoliberalismo" enquanto etapa de consolidação das reformas neoliberais concebida pelos próprios organismos multilaterais (CEPAL, BID, Banco Mundial) encontra-se em Stolowitz (2012). Nesse sentido, esta autora considera o "pós-neoliberalismo" como ponto de chegada da estratégia dominante para legitimar e estabilizar a restruturação produtiva capitalista na América Latina.

[54] Para uma discussão sobre os conteúdos atribuídos ao conceito de desenvolvimentismo e seu uso no debate latino-americano ver Fonseca (2014). Para este autor, o núcleo comum principal do uso deste conceito está constituído por três elementos centrais: a) a existência de um projeto deliberado que toma como seu objeto a "Nação e seu futuro"; b) "a intervenção consciente e determinada do Estado" para viabilizar este projeto; c) a industrialização enquanto caminho para acelerar o crescimento econômico e o progresso técnico, inclusive para o setor primário. Isso tudo dentro dos marcos institucionais da economia capitalista (FONSECA, 2014, p. 41). Nesse contexto, o neodesenvolvimentismo tentaria retomar esses elementos centrais como parte de seu projeto

eles têm promovido, ao tempo que, como anota Harvey, os Estados desenvolvimentistas se compatibilizam com o processo neoliberal na medida que facilitam a concorrência, criam um clima favorável de negócios e operam conjuntamente com os interesses corporativos, com a diferença de serem ativamente intervencionistas, especialmente na criação de infraestruturas necessárias para o desenvolvimento capitalista (HARVEY, 2008).

Vinculado ao anterior, no que diz respeito às categorias analíticas mediadoras que permitem compreender as transformações concretas operadas na região latino-americana e no Equador na fase neoliberal de desenvolvimento capitalista, pode-se mencionar os conceitos de "padrão de reprodução do capital" desenvolvido por Jaime Osorio (2004) e de "padrão de desenvolvimento capitalista" de Luiz Filgueiras (2013). A noção de padrão de reprodução do capital procura dar conta das formas concretas como o capital se reproduz (sua lógica interna e os eixos que articulam e organizam sua reprodução), durante períodos históricos específicos em espaços geográficos e sociais determinados. Na região latino-americana, Osorio considera as transformações operadas durante as últimas décadas com as reformas neoliberais e qualifica o atual padrão de reprodução de "exportador de especialização produtiva", no qual a reprodução do capital tem nos mercados externos seu principal espaço de realização (especialmente de matérias primas), combinado com a manutenção e especialização em poucos segmentos industriais onde existe alguma capacidade competitiva. A capacidade competitiva nos mercados internacionais é alcançada incrementando os níveis de exploração interna (OSORIO, 2012).

Por sua parte, o Conceito de padrão de desenvolvimento capitalista é desenvolvido por Filgueiras (2013) para se referir aos atributos específicos (econômicos sociais e políticos) que caracterizam a estrutura e dinâmica de desenvolvimento capitalista em um período determinado de um Estado nacional. Entre o conjunto dos principais atributos considerados para a definição de um "padrão de desenvolvimento capitalista", o autor outorga primazia à configuração "do bloco no poder" num momento histórico determinado. Bloco composto em cada conjuntura por distintas classes e frações de classe dominantes que dirigem o Estado, sob

---

de desenvolvimento capitalista, tentando adequá-los às condições atuais. Ainda assim, como adverte Plínio de Arruda Sampaio Jr. (2012) em referência ao caso brasileiro, o projeto neodesenvolvimentista, ao alçar crescimento e modernização à condição de desenvolvimento, não passa de um simulacro do desenvolvimento e sua aparência crítica "é apenas um disfarce para a apologia do *status quo*" (SAMPAIO JR., 2012, p. 681). Ao ignorar as condições estruturais na ordem global que determinam o movimento da economia nacional, o neodesenvolvimentismo deixa de perceber os interesses estratégicos externos e internos que provocam a perpetuação da dupla articulação que marca a especificidade do capitalismo latino-americano: a dependência externa e a extrema desigualdade entre as classes sociais. Dessa forma, "desaparecem os nexos entre burguesia dos negócios, especulação mercantil e financeira como base da acumulação capitalista, dependência estrutural da exportação de commodities e revitalização do latifúndio e do extrativismo — estruturas típicas da economia colonial." (SAMPAIO JR., 2012, p. 682).

a liderança e hegemonia de uma delas[55]. Ligados à configuração do bloco no poder, Filgueiras acrescenta os seguintes atributos que definem um padrão de desenvolvimento: 1- "a natureza e o tipo de regulação da relação capital–trabalho"; 2- as relações intercapitalistas; 3- a articulação específica do Estado com o processo de acumulação; 4- a incorporação de inovações tecnológicas; 5- as modalidades de financiamento da acumulação (públicas, privadas ou externas); 6- "a estrutura de propriedade e distribuição de renda e da riqueza" e as políticas sociais; 7- a inserção internacional; 8- as formas de organização e representação política (FILGUEIRAS, 2013, p. 381). Considerando este conjunto de variáveis, Filgueiras caracteriza o padrão de desenvolvimento capitalista brasileiro desde 1990 até o momento atual como "padrão de desenvolvimento liberal periférico", definindo distintos momentos e pontos de inflexão do mesmo durante o período e identificando algumas de suas principais tendências, entre as que se destacam a "reprimarização" e "especialização regressiva" da economia brasileira e a configuração de um processo de "desindustrialização precoce", decorrente do tipo de inserção do país na economia internacional e do regime de políticas macroeconômicas adotadas (FILGUEIRAS, 2013, p. 377).

Do ponto de vista de minha pesquisa, sem pretender alcançar uma caracterização exaustiva do padrão de desenvolvimento capitalista no Equador no período analisado, adotarei em diversos momentos (capítulos 3 e 4) esta noção desenvolvida por Filgueiras na medida em que permite estabelecer uma conexão entre as dinâmicas econômicas e o processo político, tomando como um de seus aspectos centrais a construção de hegemonia, concebida a partir de uma perspectiva gramsciana, em concordância com a perspectiva teórica deste trabalho (que abordo em seguida neste mesmo capítulo).

Para finalizar esta discussão sobre os sentidos e alcances dados ao neoliberalismo neste estudo, por sua conexão com a abordagem teórica que orienta minha pesquisa, tem especial relevância a perspectiva que compreende o neoliberalismo como a racionalidade do capitalismo contemporâneo. Esta abordagem, desenvolvida por Laval e Dardot (2013), alimenta-se das reflexões de Foucault sobre a governamentalidade, particularmente de seu curso no *Còllege de France* de 1978-79[56], no qual discute o neoliberalismo como a instauração de uma "razão governamental" encaminhada a conduzir a "conduta dos homens" por meio de "uma administração estatal" (Foucault, 2008a, p. 437). Seguindo essa linha de reflexão, Laval e Dardot (2013) consideram o neoliberalismo como uma racionalidade

[55] Filgueiras (2013) toma como referencia a Poulantzas (1980) e Gramsci na definição dos conceitos de "bloco no poder" e de hegemonia.
[56] Publicado sob o título *Nascimento da biopolítica* (Foucault, 2008a).

governamental, a "razão do capitalismo contemporâneo", que tende a estruturar e organizar não apenas "a ação dos governantes", mas também "as condutas dos governados". Trata-se da lógica normativa do mercado que se desdobra em todos os domínios da vida social, "do Estado até o mais íntimo da subjetividade", generalizando o princípio da concorrência como norma de conduta e tomando à empresa como modelo de subjetivação (LAVAL e DARDOT, 2013, p. 25). Nesta racionalidade neoliberal, o Estado é ele mesmo submetido a incorporar em seu seio e em sua própria ação a norma da concorrência e deve "contemplar-se a si mesmo como uma empresa", em termos de seu funcionamento nos mais diversos âmbitos, bem como em sua relação com outros Estados (LAVAL e DARDOT, 2013, p. 384). Consequentemente, como diz Foucault em suas reflexões sobre as mudanças trazidas pelo neoliberalismo alemão de pós-guerra (ordoliberalismo), trata-se de "um Estado sob a vigilância do mercado, em vez do mercado sob a vigilância do Estado" (FOUCAULT, 2008a, p. 159).

Esta abordagem abre uma nova dimensão para a compreensão da natureza do neoliberalismo, coloca em outro patamar a discussão sobre as transformações operadas durante as três últimas décadas nas práticas institucionais dos Estados e nas políticas postas em jogo nos mais diversos âmbitos (além das distinções ideológicas e políticas de um ou outro governo) e explica o atual reforço do neoliberalismo em escala global, apesar da profundidade da crise que atinge o capitalismo. Compreendidos a partir da racionalidade subjacente da governamentalidade neoliberal, fenômenos em aparência distintos adquirem uma nova inteligibilidade, das tendências à precarização laboral e à concorrência na redução dos salários entre distintos países e regiões do mundo, as transformações operadas nas Universidades e nos sistemas educativos submetidos também ao modelo da empresa, passando pelos novos aparelhos repressivos e sistemas de segurança postos em operação nas cidades ou pelas políticas de promoção do micro empreendedorismo popular, até as próprias práticas de resistência ao neoliberalismo impulsados por diversos movimentos[57].

Esta abordagem também tem um papel crucial no percurso analítico proposto para esta tese, pois tentarei compreender os processos derivados a partir do momento em que a questão étnica é olhada pela lente da governamentalidade neoliberal e as populações indígenas são incorporadas como alvo específico de sua ação, a partir dos desafios levantados para o Estado equatoriano pelos processos de mobilização e confronto impulsionados pelo movimento indígena. Trata-se da definição de uma nova política de administração de

[57] Podem-se destacar trabalhos publicados recentemente na Argentina e Brasil que abordam algumas dessas temáticas na América Latina a partir da perspectiva da governamentalidade neoliberal: Gago (2014); Murillo et al (2015); Arantes (2014).

populações que toma o multiculturalismo como um de seus eixos centrais, tal como será abordado mais adiante. Em seguida, aprofundarei a discussão teórica em torno das categorias mencionadas de hegemonia de Gramsci e de governamentalidade e biopolítica de Foucault, sublinhando algumas das complementariedades e possibilidades de confluência que apresentam como trilhas de análise para a compreensão dos fenômenos políticos contemporâneos e, no caso desta tese, do processo político relativo à relação do Estado com o movimento indígena e a configuração da mencionada política de administração de populações.

2.4 ENLACE CONCEITUAL: Hegemonia, Estado ampliado, governamentalidade e biopolítica

Como mencionado anteriormente, a perspectiva de análise que desenvolvo nesta tese em torno da relação do Estado equatoriano e do movimento indígena durante as três últimas décadas, toma as noções de hegemonia e Estado ampliado em Gramsci e de governamentalidade e biopolítica em Foucault, como categorias teóricas centrais que orientam minha reflexão. Embora estes dois autores tenham desenvolvido suas produções e suas análises em contextos distintos e com perspectivas teóricas diferenciadas, como é aqui discutido, as categorias mencionadas apresentam possibilidades de confluência e complementaridade para encarar a discussão de problemas políticos relacionados com o Estado contemporâneo no mais amplo sentido. Adequadamente contextualizadas, oferecem ao mesmo tempo interessantes trilhas teóricas para a discussão sobre a relação entre o Estado e os sujeitos sociais nos Estados latino-americanos na atualidade.

A partir de sua militância socialista e comunista na cena política italiana e de sua produção intelectual como um verdadeiro intérprete de seu tempo[58], o legado teórico de Gramsci oferece uma contribuição que inova e sofistica o marxismo para a compreensão das dinâmicas em formações sociais específicas, especialmente ao trabalhar nas áreas da "análise de conjuntura, da política, da ideologia e do Estado, do tipo de regime político, a importância das questões culturais e nacionais-populares e a função da sociedade civil no equilíbrio inconstante das relações entre as forças sociais da sociedade" (HALL, 2009, p. 281). Ao indagar sobre os aspectos consensuais da dominação no capitalismo, a noção de hegemonia de Gramsci tem contribuído com discussões significativas para a teoria política sobre o Estado contemporâneo, no campo marxista.

[58] Produção intelectual escrita em grande parte em condições extremamente difíceis no cárcere fascista italiana. Para uma aproximação à vida de Gramsci e sua relação com os debates políticos desses anos, ver Santucci, (2005).

Por outro lado, embora as posições de Foucault se situem em outro arcabouço teórico difícil de enquadrar numa só vertente, muitas vezes em confronto direto com as asserções de algumas correntes mais dogmáticas do marxismo, e que, como o próprio Foucault ressalta, se aproximam mais com as perspectivas de Nietzsche, Blanchot, e Bataille (Foucault, 2010a, p. 291), é importante destacar que Foucault continuamente nas suas análises do poder nas sociedades capitalistas não deixa de dialogar com Marx e inclusive usa frequentemente alguns de seus conceitos, mesmo sem nomeá-lo. Numa entrevista em 1975 com J.-J. Brochier, Foucault afirmava:

> [...], mas há também de minha parte uma espécie de jogo. Acontece com frequência de eu citar conceitos, frases, textos de Marx, mas sem me sentir obrigado a ajuntar a pequena peça autenticadora, que consiste em fazer uma citação de Marx, em colocar cuidadosamente a referência em nota de pé de página, e em acompanhar a citação de uma reflexão elogiosa, mediante o que se é considerado como alguém que conhece Marx, que reverencia Marx e que se verá honrado pelas revistas ditas marxistas. Eu cito Marx sem dizê–lo, sem colocar aspas, e como eles não são capazes de reconhecer os textos de Marx, eu passo por ser aquele que não cita Marx. Será que um físico, quando faz física, sente a necessidade de citar Newton ou Einstein? Ele os utiliza, mas não tem necessidade de aspas, de notas em pé de página ou de aprovação elogiosa que prove a que ponto ele é fiel ao pensamento do Mestre. E como os outros físicos sabem o que fez Einstein, o que ele inventou, demonstrou, eles o reconhecem na passagem. E impossível fazer história atualmente sem utilizar uma ladainha de conceitos ligados direta ou indiretamente ao pensamento de Marx, e sem se situar em um horizonte que foi descrito e definido por Marx (FOUCAULT, 2006a, p. 173).

Embora com uma postura crítica a alguns dos posicionamentos de Foucault, já Poulantzas (1980) [59] sublinhava que as análises de Foucault enriquecem as análises marxistas "em inúmeros pontos" e que elas "são não somente compatíveis com o marxismo, como também só a partir dele podem ser compreendidas" (POULANTZAS, 1980, p. 75 e 76). Em uma interessante análise nessa direção, Stéphane Legrand (2006) reconstrói o referencial marxista presente em alguns conceitos centrais da teoria das relações de poder na "sociedade disciplinar", desenvolvidos por Foucault em *Vigiar e punir: nascimento da Prisão* (Foucault, 1999). Legrand mostra que esse referencial pode ser rastreado com clareza no Curso de Foucault no *Còllege de France* do ano 1973 que precedeu a *Vigiar e Punir*, titulado "a sociedade punitiva"[60], no qual evidencia-se que muitos conceitos de Marx foram a base e a

[59] As críticas de Poulantzas estão referidas aos trabalhos desenvolvidos por Foucault até a publicação de *Vigiar e punir: nascimento da Prisão* (Foucault [1975], 1999a) e *História da sexualidade I: A Vontade de saber* (Foucault [1976], 1999b). Portanto, não incorporaram os desdobramentos posteriores da analítica do poder de Foucault com a incorporação da discussão sobre a problemática da governamentalidade. Sobre as posições comuns, as críticas de Poulantzas à analítica de poder de Foucault e o paralelismo entre o trabalho destes autores, ver Jessop (2006). Sobre o significado das mudanças teóricas na obra de Foucault resultado da incorporação da problemática da governamentalidade (ainda mais próxima da reflexão marxista), ver Lemke, 2006.

[60] Apenas recentemente publicado em francês: Foucault (2013).

condição necessária para o desenvolvimento das principais teses de Foucault. Legrand acrescenta a importância de articular as análises de Foucault com uma teoria da exploração e do modo de produção capitalista. Thomas Lemke (2006), de sua parte, após de traçar a trajetória do pensamento sobre o poder de Foucault até chegar à problemática da governamentalidade e do neoliberalismo como racionalidade política, conclui que Foucault complementa e amplia a crítica da economia política de Marx, com "uma crítica da ração política" (LEMKE, 2006, p. 17).

Com estes antecedentes, iniciarei a discussão sobre a complementariedade das categorias mencionadas de Foucault e Gramsci, a partir da noção de hegemonia de Gramsci. Nos "Cadernos do Cárcere" Gramsci frequentemente usa a noção de hegemonia para se referir à combinação de coerção e consenso como exercício da supremacia da classe capitalista no Estado e na sociedade. Num dos textos do Caderno 6[61], o referido autor retoma uma afirmação de Guicciardini[62], na qual se conjuga a importância do poder das armas com o papel da religião para a vida de um Estado e converte esta relação em uma série de oposições complementárias aplicáveis para a análise política do moderno Estado laico:

> Afirmação de Guicciardini de que, para a vida de um Estado, duas coisas são absolutamente necessárias: as armas e a religião. A fórmula de Guicciardini pode ser traduzida em várias outras fórmulas menos drásticas: força e consenso, coerção e persuasão, Estado e Igreja, sociedade política e sociedade civil, política e moral (história ético-política de Croce), direito e liberdade, ordem e disciplina, ou, com um juízo implícito de sabor libertário, violência e fraude. Em todo caso, na concepção política do Renascimento a religião era o consenso e a Igreja era a sociedade civil, o aparelho de hegemonia do grupo dirigente, que não tinha um aparelho próprio, isto é não tinha uma organização cultural e intelectual própria, mas sentia como tal a organização eclesiástica (GRAMSCI, 2000, p. 243-244).

Ao conjugar a coerção com o consenso na noção de hegemonia, Gramsci abriu um terreno fértil de discussão sobre os mecanismos que permitem que a supremacia da burguesia nos modernos Estados capitalistas se traduza e se sustente num consenso ativo das classes dominadas, na sua aceitação da ordem estabelecida como uma ordem natural, permitindo assim a reprodução do sistema capitalista. Gramsci adverte que a supremacia de um grupo social se manifesta tanto como domínio (no sentido da coerção e presença direta ou latente do uso da força) e ao mesmo tempo como "direção intelectual e moral" na sociedade (Gramsci, 2002, p.62). Trata-se consequentemente de uma supremacia que é exercida em um jogo de imposições e concessões entre classes, blocos e frações de classe (ALMEIDA, 2012). A hegemonia é exercida não apenas no campo econômico e administrativo, mas compreende "os

[61] Trata-se do texto § 87 (GRAMSCI, 2000, p. 243-244).
[62] Filósofo e historiador florentino contemporâneo de Maquiavel.

domínios críticos da liderança cultural, moral, ética e intelectual" da sociedade (HALL, 2009, p. 296). Na medida em que a hegemonia se refere aos processos sociais, culturais e políticos em situações e relações de força que podem mudar, requer permanentemente sua renovação, recriação, defesa ou modificação para confrontar as resistências que gera.

Algumas leituras dominantes da noção de hegemonia de Gramsci colocaram a ênfase nos aspectos vinculados à obtenção de consentimento, deixando de lado a dimensão do uso da força, ou por sua vez, opondo as duas dimensões em forma inversamente proporcional no exercício do poder do Estado[63]. Mas no pensamento de Gramsci estas dimensões estão estreitamente ligadas entre si e operam em conjunto de forma variada, segundo as diversas conjunturas. Assim, segundo Gramsci:

> O exercício 'normal' da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública – jornais e associações –, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados (GRAMSCI, 2000, p. 95).

A noção de hegemonia é chave no pensamento gramsciano, pois ela condensa alguns dos elementos centrais de sua perspectiva, no que diz respeito às relações entre a estrutura econômica e a superestrutura jurídica, política, ideológica e cultural, a relação entre Estado e a sociedade civil, o papel dos intelectuais na construção e o exercício desta hegemonia, além do complexo jogo de alianças entre as classes e as frações de classe para o controle do aparelho do Estado.

Gramsci adotou um posicionamento crítico diante das correntes predominantes no marxismo (determinismo na história e economicismo) que entendiam os fenômenos superestruturais como um mero reflexo das relações econômicas da sociedade, o qual reduzia e simplificava ao extremo a teoria marxista, com graves consequências na ação política. Para Gramsci: "é o problema das relações entre estrutura e superestrutura que deve ser posto com exatidão e resolvido para que se possa chegar a uma justa análise das forças que atuam na história de um determinado período e determinar a relação entre elas" (GRAMSCI, 2000, p. 36). Assim, em suas análises históricas específicas e em suas asseverações de ordem teórica ou metodológica, o autor estabelece um tipo de relação muito mais complexa e dinâmica, na qual, no contexto da compreensão do grau de desenvolvimento das forças produtivas em uma

[63] Uma crítica das leituras gramscianas da hegemonia que dão pouca importância à dimensão coercitiva do Estado no exercício da hegemonia ou que compreendem a relação entre coerção e consenso em forma inversamente proporcional, encontra-se em: Bianchi (2008) e Liguori (2004).

sociedade (que constitui um conjunto de condições objetivas que estabelecem os limites nos quais se situam e agem as forças históricas reais num determinado momento)[64], é factível diferenciar distintos momentos ou níveis para o desenvolvimento de uma conjuntura em termos de correlações de forças, sem reduzir a esfera das superestruturas políticas ou ideológicas à estrutura econômica (Hall, 2009), nem estabelecer uma relação de correspondência mecânica entre elas.

Nessa perspectiva e vinculado à noção de hegemonia, está o conceito de bloco histórico. Este conceito de uma parte expressa a articulação dialética entre a estrutura econômica com as superestruturas política, ideológica e cultural em uma formação social, unidade que se realiza por meio do trabalho dos intelectuais que contribuem para que um sistema de valores culturais impregne, penetre, socialize e integre um sistema social (Portelli, 1977); de outra, refere-se à aliança entre classes e frações de classe sob a hegemonia de um grupo específico num período determinado. Trata-se, por conseguinte, de uma articulação hegemônica que se torna efetiva por meio da conquista do poder do Estado, quando se concretiza a hegemonia como combinação de direção e coerção (ALMEIDA, 2012).

Gramsci não se afasta da concepção do Estado em Marx, como uma organização que expressa os interesses de classe da burguesia e que tem como uma de suas dimensões centrais o exercício da coerção para a manutenção da ordem social vigente nas sociedades capitalistas. Porém, suas análises aproximam-se a uma compreensão mais cabal da complexidade do Estado nas sociedades capitalistas modernas nas quais ele não se reduz a um mero instrumento coercitivo ou administrativo da classe dominante, o qual bastaria ser tomado para reverter sua supremacia (concepção característica de certo marxismo). Para o autor, o Estado moderno constitui o espaço no qual a classe dominante se unifica e o ponto a partir do qual exerce a hegemonia em última instância, condensando em sua estrutura e funcionamento um conjunto de relações e práticas[65] (Hall, 2009). Gramsci afirma:

> A unidade histórica das classes dirigentes acontece no Estado e a história delas é, essencialmente, a história dos Estados e dos grupos de Estados. Mas não se deve acreditar que tal unidade seja puramente jurídica e política, ainda que também esta forma de unidade tenha sua importância, e não somente formal: a unidade histórica fundamental, por seu caráter concreto, é o resultado das relações orgânicas entre Estado ou sociedade política e "sociedade civil" (GRAMSCI, 2002, p. 139).

---

[64] Ver "Análise das situações: relações de força" (GRAMSCI, 2000, p. 36-46).

[65] Esses elementos serão posteriormente retomados por Poulantzas em sua concepção do Estado capitalista na qual enfatiza o papel do Estado como organizador do interesse político geral do longo prazo do conjunto da burguesia sob a hegemonia de uma de suas frações (POULANTZAS, 1980, p. 152-153). Sobre a interpretação, apropriação e desenvolvimento das análises de Gramsci sobre o Estado e a hegemonia na concepção do Estado no pensamento de Poulantzas ver Jessop (2009).

Consequentemente, nas sociedades capitalistas modernas, a hegemonia que a classe dominante exerce sobre o conjunto da sociedade não fica circunscrita ao aparelho do Estado no seu sentido restrito (sociedade política), mas inclui diretamente e em uma unidade ao conjunto de "organismos designados vulgarmente como 'privados'" que constituem a sociedade civil (GRAMSCI, 2001a, p. 20)[66]. Isso conduz na perspectiva de Gramsci a sua concepção do Estado no sentido ampliado, que envolve tanto o aparelho do Estado (aparelho administrativo e coercitivo) como a sociedade civil. No pensamento do autor, a relação da sociedade política e a sociedade civil é uma relação dialética de unidade/distinção, na qual a unidade ("identidade") entre elas têm um caráter "orgânico" que se exprime na vida histórica concreta, enquanto a "distinção" é apenas de caráter "metódico" para fins analíticos[67] (PRESTIPINO, 2004, p. 71).

Para designar essa unidade no Estado, Gramsci usou o termo "Estado integral"[68]. A expressão "Estado ampliado" foi introduzida por Christine Buci-Glucksmann (1980a) em seu trabalho sobre Gramsci e o Estado, mas como aponta Liguori (2004), ela se justifica e pode ser deduzida dos textos de Gramsci dos Cadernos do cárcere, especialmente quando ele fala do "Estado em sentido orgânico e mais amplo (Estado propriamente dito e sociedade civil)" (GRAMSCI, 2000, p. 244). O que interessa ressaltar aqui é que a noção de Estado ampliado implica de uma parte a mencionada relação de unidade/distinção da sociedade política e sociedade civil no exercício e construção de hegemonia e, de outra, também se refere às transformações operadas com a expansão do aparelho hegemônico do Estado capitalista na mesma dinâmica de acumulação do capital e de reprodução social, na regulamentação e "racionalização capitalista" da força de trabalho e na política assistencial (Buci-Glucksmann, 1980b), marcando novas formas de relação entre a política e a economia[69]. Este último ponto se traduz nas reflexões de Gramsci em relação ao "americanismo e fordismo" (Gramsci,

---

[66] Liguori (2004) destaca a importância da expressão de Gramsci: "designados vulgarmente" e a colocação entre aspas do adjetivo: "privados", quando se refere aos organismos da sociedade civil (em esse e outros textos dos *Cadernos do Cárcere*), para sublinhar o caráter só aparentemente "privado" e "separado" dos organismos da sociedade civil e ressaltar que tais aparelhos hegemónicos fazem parte plenamente do Estado no pensamento de Gramsci e, portanto, é possível falar da noção de "Estado ampliado" (LIGUORI, 2004, p. 214-215).

[67] Ver Gramsci (2000, p. 47) Bianchi (2008) e Liguori (2004) também sublinham a importância dessa relação de unidade/distinção entre a sociedade civil e a sociedade política na concepção do Estado de Gramsci.

[68] O uso do termo "Estado integral" para se referir a unidade entre a sociedade política e a sociedade civil encontra-se no Caderno 6, nos textos §10 (GRAMSCI, 1999, p. 436) e §155 (GRAMSCI, 2000, p. 257).

[69] Esta dupla direção da ampliação do conceito de Estado também é sublinhada por Liguori (2004) e por Jessop, (2009). Este último autor sugere uma distinção entre o conceito de "Estado integral" de Gramsci (sociedade política + sociedade civil) e de "Estado ampliado" de Buci-Gluksmann, no sentido de que enquanto o conceito de "Estado integral" teria "um valor metodológico geral" para a análise do Estado no capitalismo, o termo "Estado ampliado" seria "útil para compreender a especificidade histórica do Estado" em estágios específicos de desenvolvimento capitalista (JESSOP, 2009, p. 114).

2001b), sobre o Estado fascista e sobre a intervenção e o papel do Estado na economia após da crise de 1929, em que capta o passo da economia capitalista para sua fase keynesiana[70].

Desse modo, as instituições que constituem o aparelho administrativo e coercitivo do Estado como a complexa rede de entidades da sociedade civil (igrejas, escola, sindicatos, meios de comunicação[71], associações, organizações culturais, ONGs, etc.) cumprem um papel fundamental na direção intelectual e moral da sociedade, para a produção e organização do consenso entre as classes subalternas, marcando um conjunto de pautas ideológicas, culturais, educativas, que garantem a reprodução da ordem social vigente. Como observa Hall, essa perspectiva assume que nas sociedades capitalistas modernas nas quais a hegemonia não se sustenta exclusivamente sobre a instrumentalidade imposta do Estado (mas que se fundamenta também nas relações e instituições da sociedade civil) ocorre uma "dispersão do poder" e uma "diversificação dos antagonismos sociais" (HALL, 2009, p.299).

Aqui podemos identificar uma primeira linha de confluência entre Gramsci e Foucault, na qual cobra relevância uma concepção do poder como uma relação de forças, cuja presença se exprime em todo o corpo social. Nesse sentido, tanto em Gramsci como em Foucault, o poder não se localiza em um espaço institucional determinado *per se*, como uma propriedade a ser tomada ou assaltada, mas as relações de poder estão presentes em toda a vida social e operam em termos de relações de forças de modo dinâmico e em constante mudança. O texto no qual Gramsci discute como analisar uma conjuntura histórica particular[72] evidencia este aspecto, embora nesse caso suas orientações estejam concentradas especificamente nos movimentos de forças que agem na história, a partir de uma análise de classe. De todo modo, no pensamento de Gramsci observa-se uma maior centralidade em suas análises em torno do papel da institucionalidade, constituída tanto pelo aparelho do Estado restrito (sociedade política) como pelas entidades "privadas" da sociedade civil, enquanto espaços de disputa entre as forças pela hegemonia política, ideológica e cultural no conjunto da sociedade. Mesmo assim, é importante sublinhar a ênfase que o referido autor coloca nas "atividades práticas e teóricas" dos processos de construção e exercício da hegemonia pelo

---

[70] Ver Liguori (2004); Buci-Glucksmann (1980a); Jessop (2009).

[71] Jorge Almeida, ao se referir à relação entre os meios de comunicação e a sociedade civil no pensamento de Gramsci, destaca as diferenças entre as características da imprensa na época em que Gramsci viveu e escreveu com as que a mídia tem atualmente. Para este autor, a mídia contemporânea não pode ser entendida unicamente como parte da sociedade civil, pois "hoje a mídia é também marcadamente estrutura econômica e tem um forte papel estruturante da política e da sociabilidade contemporânea. Porém, é mais do que isso: é um setor de ponta (núcleo decisivo, para usar um termo gramsciano) da própria atividade econômica. [...] a grande mídia talvez esteja mais próxima de ser um aparelho privado de hegemonia muito especial – que, além de ter um papel configurante e superestrutural, de direção política, moral e cultural, na batalha das ideias, também está na estrutura e tem uma função estruturante (e de hegemonia econômica)" (ALMEIDA, 2011, p. 130).

[72] Ver Gramsci (2000, p.36-46) "Análise das situações: relações de força", caderno 13, §17.

Estado (ampliado), definindo o próprio Estado como "o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente não só justifica e mantém seu domínio, mas consegue obter o consenso ativo dos governados" (GRAMSCI, 2000, p. 331).

Para Foucault, no entanto, o poder é constitutivo do corpo social na medida em que múltiplas relações de poder o "perpassam" e "caracterizam" (FOUCAULT, 2005, p. 28). O poder constitui "em si mesmo, primariamente, uma relação de força" e "se exerce e só existe em ato" (FOUCAULT, 2005, p. 21). Isso implica como afirma Deleuze, que sua característica fundamental seja em relação a outras forças, de tal jeito que toda força já é relação, a saber, poder (DELEUZE, 1987, p. 99). A partir daí derivam algumas das contribuições centrais em relação ao poder no pensamento de Foucault, que Deleuze resume sob três aspectos: a) o poder não é meramente repressivo; b) o poder se exerce mais do que se possui, neste sentido *incita, suscita, produz, afeta* (por quanto uma força se define como tal em seu poder de afetar outras forças); c) passa tanto pelos dominados quanto pelos dominantes ao atravessar todas as forças em relação (Deleuze, 1987, p. 100)[73]. Foucault não desconhece o caráter de classe que podem assumir os mecanismos mais globais de dominação no capitalismo e também não nega o papel das instituições do Estado em sua reprodução. Assim, para o autor:

> Estas relações de poder, apesar de sua complexidade e diversidade, chegam a se organizar em uma espécie de figura global. Poderíamos dizer que é a dominação da classe burguesa sobre o corpo social. Mas não creio que isso seja a classe burguesa ou tais elementos da classe que impõem o conjunto dessas relações de poder. Digamos que ela se aproveita delas, que as dobra, que tenta intensificar algumas dessas relações de poder ou que tenta ao contrário atenuar certas outras. Há, então, um foco único, de onde sairiam, como por emanação, todas essas relações de poder que, no total, torna possível a dominação de uma classe social sobre outra, de um grupo social sobre outro. (FOUCAULT, 2010b, p.166).

Com uma concepção próxima da noção de Estado ampliado de Gramsci, Foucault desenvolve as noções de governamentalidade e de biopolítica ao analisar os mecanismos e os dispositivos de poder que emergem no momento em que a população passa a ser o objeto e o sujeito da "arte de governar". A governamentalidade é entendida por este filósofo como o conjunto de instituições, procedimentos, reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer essa forma complexa e específica de poder, que tem como alvo primordial a população, como forma principal de saber a economia política e como instrumento essencial os "dispositivos de segurança" (FOUCAULT, 2008b, p. 143). Trata-se, portanto, de uma tecnologia de poder que se estende a partir do século XVIII, que toma a população como alvo final e ao mesmo tempo como instrumento de governo e que dessa forma, "visa não o treinamento individual, mas

[73] Ver também Foucault (2005, p. 32- 40).

pelo equilíbrio global, algo como uma homeóstase: a segurança do conjunto em relação aos seus perigos internos" (FOUCAULT, 2005, p. 297). Assim, o conceito de governamentalidade está diretamente vinculado com as táticas de governo subjacentes à formação do Estado moderno[74] e nesse sentido, pode ser interpretado também a partir da construção de hegemonia.

Para Foucault esta tecnologia de poder não suplanta o poder soberano que fundamenta a lei[75], nem os dispositivos disciplinares (analisados em várias de suas obras). Pelo contrário, como adverte: "Temos de fato, um triângulo – soberania, disciplina e gestão governamental –, uma gestão governamental cujo alvo principal é a população e cujos mecanismos essenciais são os dispositivos de segurança" (FOUCAULT, 2008b, p. 143). A característica dos dispositivos de segurança é sua capacidade de regular a realidade sobre a qual atuam os fenômenos da ordem coletiva que atingem a população como um conjunto. População considerada ao mesmo tempo como objeto, o alvo para o qual se apontam esses mecanismos para obter efeitos determinados e previsíveis; quanto como sujeito, pois é a ela que se pede que se comporte de determinado jeito. Isso supõe o desenvolvimento de saberes específicos relacionados com a análise de séries de acontecimentos prováveis e seus custos[76].

As tecnologias de poder integram-se, sobrepõem-se, exprimem-se, complementam-se e concretizam-se em estratégias de conjunto[77], assumindo assim formas específicas de conjugação da relação poder/saber. Para Foucault, com o aparecimento da governamentalidade como tecnologia de poder, o problema da soberania se coloca com maior

---

[74] Senellart, Michell, *Situação dos cursos*, em Foucault, (2008b, p. 448). Como coloca Foucault, "O Estado em sua sobrevivência e o Estado em seus limites só devem ser compreendidos a partir das táticas gerais da governamentalidade" (FOUCAULT, 2008, p. 145).

[75] Esposito destaca que Foucault trabalha conscientemente para quebrar o "*esquema categorial*" presente no discurso da soberania baseado na "*existencia de dos entidades diferenciadas y separadas –el conjunto de individuos y el poder- que en determinado momento traban relación entre sí conforme a las modalidades definidas por un tercer elemento –la ley-*", esquema dentro do qual se dispõem todas as filosofias políticas modernas, "*acentuando ora uno, ora otro de sus polos*". A ruptura de Foucault com este esquema categorial *"no implica borrar la figura del paradigma soberano, ni reducir su rol objetivamente decisivo, sino reconocer su real mecanismo de funcionamiento. Este no consiste en la regulación de las relaciones entre los sujetos, ni entre ellos y el poder, sino en su sujeción a determinado orden que es al mismo tiempo jurídico y político*." (ESPOSITO, 2006, p. 42-44).

[76] Entre os múltiplos exemplos referidos aos dispositivos de segurança analisados por Foucault (2008b) destacam-se as políticas orientadas à regulação da produção, circulação e comércio de grãos para evitar períodos de escassez, a diminuição das taxas de mortalidade e de morbidade, políticas sanitárias, de controle de fatores atuantes no meio ambiente, entre outros.

[77] Em seus trabalhos Foucault analisa como os mecanismos de poder "foram e ainda são investidos, colonizados, utilizados, inflectidos, transformados, deslocados, estendidos, etc., por mecanismos cada vez mais gerais e por formas de dominação global." (FOUCAULT, 2005, p. 36). Foucault refere-se a uma "produção multiforme de relações de dominação que são parcialmente integráveis a estratégias de conjunto" as quais reajustam, reforçam e transformam os procedimentos "dispersados, heteromorfos e locais de poder" (FOUCAULT, 2006b, p. 249). Os dispositivos de poder integram, expressam e concretizam essas estratégias de conjunto, mediante formas específicas de conjugação da relação poder/saber.

agudeza na definição do fundamento do direito, das formas jurídicas e institucionais que pode tomar "a soberania que caracteriza um Estado" (FOUCAULT, 2008b, p.141). Da mesma forma, a disciplina passa a ser mais importante e valorizada a partir do momento em que se procurava "administrar a população", o que não significa "simplesmente administrar a massa coletiva dos fenômenos ou administrá-los simplesmente no plano de seus resultados globais; administrar a população quer dizer administrá-la igualmente em profundidade, administrá-la com sutileza e administrá-la em detalhe" (FOUCAULT, 2008b, p. 142). A economia política aparece aqui como a forma primordial de saber que vai permitir essa administração minuciosa da população[78]. Nessa direção, Foucault destaca que uma das razões da força do "poder do Estado" ocidental moderno radica precisamente no fato que ele "é uma forma de poder, ao mesmo tempo globalizante e totalizadora", na qual converge uma complexa combinação de "técnicas de individualização e de procedimentos totalizadores" (FOUCAULT, 2014, p. 124).

Ao confrontar a noção de governamentalidade como tecnologia de poder em Foucault com a noção de hegemonia de Gramsci, pode-se afirmar que a "arte de governar" (à que se refere em última instância a governamentalidade) constitui precisamente a "arte" da construção de hegemonia desenvolvida nas sociedades capitalistas, destinada à administração minuciosa da população, transformando seus comportamentos, percepções e práticas para conjurar seus perigos internos. Nesse sentido, Gramsci em vários de seus textos nos "Cadernos do Cárcere" sublinha o papel formador e educativo que o Estado tem (enquanto Estado ampliado), "cujo fim é sempre o de criar novos e mais elevados tipos de civilização, de adequar a 'civilização' e a moralidade das mais amplas massas populares às necessidades do continuo desenvolvimento do aparelho econômico de produção e, portanto, de elaborar também fisicamente tipos novos de humanidade". Seguidamente, pergunta-se como acontece esse processo para os indivíduos singulares, como se exerce essa pressão educativa para obter seu consentimento e colaboração, "transformando em 'liberdade' a necessidade e a coerção", para passar a destacar o papel da sociedade civil, que a diferença do direito "atua sem 'sanções' e sem 'obrigações' taxativas, mas que nem por isso deixa de exercer uma pressão coletiva e de obter resultados objetivos de elaboração nos costumes, nos modos de pensar e de atuar, na moralidade, etc." (GRAMSCI, 2000, p. 23-24).

Por outro lado, seguindo com o pensamento de Foucault, junto com o manejo da população como sujeito e objeto das táticas de governo a partir de fines do Século XVIII,

[78] Foucault analisa a economia política na sua acepção mais ampla que alude a "todo método de governo capaz de assegurar a prosperidade de uma nação" como um saber que permitiu a "autolimitação da razão governamental" característica do liberalismo (FOUCAULT, 2008a). À análise dessa racionalidade governamental em suas distintas vertentes Foucault dedica o curso de 1978-79 do *Còllege de France*.

surge uma série de técnicas ou mecanismos de regulação de fenômenos e processos coletivos que se relacionam com a vida. Esses mecanismos de regulação aplicam-se à "vida dos homens", a saber, não sobre os corpos individuais (como no caso do poder disciplinar), mas ao homem como "ser vivo", à "multiplicidade dos homens" na medida em que esta multiplicidade forma uma "massa global, afetada por processos de conjunto que são próprios da vida, que são processos como o nascimento, a morte, a produção, a doença, etc." (FOUCAULT, 2005, p. 289). Ao se referir a estes mecanismos de regulação sobre a vida e os processos biológicos do homem/espécie, Foucault introduz o conceito de biopoder ou biopolítica, constatando uma tendência conducente para a "estatização do biológico" (FOUCAULT, 2005, p. 286).

Dessa forma, enquanto o poder disciplinar opera sobre os sujeitos como indivíduos, como corpos e almas, para submetê-los, treiná-los e produzi-los como sujeitos[79], o biopoder por sua vez, opera sobre a população como conjunto, sobre o homem/espécie, regulando a vida em geral. Assim, Foucault delineia duas séries: "a série corpo – organismo – disciplina – instituições; e a série população – processos biológicos –mecanismos regulamentadores – Estado" que configuram a sociedade de normalização que caracteriza ao capitalismo industrial. (FOUCAULT, 2005, p. 298).

Para Deleuze, aqui encontramos no pensamento de Foucault as duas "funções puras" do poder como força nas sociedades modernas: A "anatomopolítica" e a "biopolítica" e as duas "matérias puras um corpo qualquer e uma população qualquer" (DELEUZE, 1987, p. 101). Esses complexos de poder/saber atualizam-se, estratificam-se, estabilizam-se e integram-se numa "linha de força geral" e os agentes de tal integração são as instituições (Estado, família, fábrica, etc.). Aqui reside uma das chaves que diferencia o campo de visibilidade aberto por Foucault de outras abordagens mais convencionais na análise do poder: "As instituições não são fontes nem essências", são "práticas, mecanismos operatórios", cuja função é reprodutora e não produtora (DELEUZE, 1987, p. 104-105). Como afirma Foucault, "não se trata de negar a importância das instituições na administração das relações de poder", mas elas devem ser analisadas "a partir das relações do poder, e não o inverso" (FOUCAULT, 2014, p. 135).

Igualmente, do ponto de vista da combinação do poder disciplinar com o biopoder nos Estados ocidentais modernos, também é interessante constatar como as perspectivas de

[79] Para Foucault, "há dois sentidos para a palavra 'sujeito': sujeito submisso ao outro pelo controle e pela dependência, e sujeito ligado à sua própria identidade pela consciência ou pelo conhecimento de si. Nos dois casos, essa palavra sugere uma forma de poder que subjuga e submete" (FOUCAULT, 2014, p. 123).

Foucault coincidem com as preocupações de Gramsci em “americanismo e fordismo” (Gramsci, 2001b) quem percebe as mudanças decorrentes das características e condições do processo de desenvolvimento capitalista nos Estados Unidos, com a adoção na indústria dos métodos do taylorismo e fordismo. Longe de enxergar exclusivamente as transformações produtivas, tecnológicas e das formas de trabalho, as reflexões de Gramsci apontam para as mudanças nos modos de ser e de viver, nos costumes, na vida nas cidades, na sexualidade, na situação das mulheres e na “composição demográfica da população”. Nessa direção, Gramsci afirma que nos Estados Unidos com a “racionalização” da “produção e o trabalho”, a “hegemonia nasce da fábrica”, combinando a “força (destruição do sindicalismo operário de base territorial) com a persuasão (altos salários, diversos benefícios sociais, habilíssima propaganda ideológica e política)” (GRAMSCI, 2001b, p. 247). Essa racionalização orientada a criar “um tipo novo de trabalhador e de homem” (Gramsci, 2001b, p. 266) exige um aprendizado e uma adaptação a “determinadas condições de trabalho, de nutrição, de habitação, de costumes, etc.” e a baixa natalidade urbana demanda “um continuo e relevante gasto com o aprendizado dos novos urbanizados” (Gramsci, 2001b, p. 251); exige também a “sujeição dos instintos” as normas e hábitos de ordem, exatidão e precisão, a “regulamentação” da “questão sexual”, a “formação de uma nova personalidade feminina”, o “fortalecimento da ‘família” e a monogamia. (GRAMSCI, 2001b, p. 251-252, 262-269). Enfim, a “americanização exige um determinado ambiente, uma determinada estrutura social (ou a decidida vontade de criá-la) e um determinado tipo de Estado”: o “Estado liberal” no sentido “da livre iniciativa e do individualismo econômico” (GRAMSCI, 2001b, p.258-259).

Seguindo com Foucault e a discussão sobre a biopolítica, este autor caracteriza a instauração do biopoder – poder que toma a cargo a vida – a partir da transformação do direito na teoria clássica da soberania no final do século XVIII e inícios do Século XIX, nas sociedades ocidentais modernas. Nessa teoria, o poder soberano possui o direito de vida e morte sobre os súbditos como um de seus atributos principais. Isso significa que o poder soberano pode “fazer morrer e deixar viver”, pois “o efeito do poder soberano sobre a vida só se exerce a partir do momento em que o soberano pode matar”. Para Foucault, com a inclusão de um novo direito que não vai apagar o primeiro, mas vai penetrá-lo e completá-lo, emerge o biopoder que instala o novo direito: “Fazer viver e deixar morrer” (FOUCAULT, 2005, p. 286-287).

Aqui radica uma das chaves para a compreensão da biopolítica no Estado moderno que tem aberto uma linha importante de discussão na filosofia política contemporânea, ao por

em tensão os âmbitos da soberania, o direito, a política e a vida[80]. Ao mesmo tempo daqui emergem os paradoxos que entranham o exercício do biopoder e a estatização do biológico. O próprio Foucault (2005) os identifica ao se referir ao surgimento do poder atômico que vai além do poder de matar centenas de milhões de seres humanos, de acordo com os direitos atribuídos a qualquer soberano, mas que põe em jogo um poder de soberania capaz de matar a vida e consequentemente de suprimir-se como poder capaz de segurá-la. Igualmente, ao se referir ao nazismo que "levou até o paroxismo o jogo entre o direito soberano de matar e os mecanismos do biopoder" (FOUCAULT, 2005, p. 312).

Dessa forma, ao mesmo tempo em que se instaura um biopoder orientado a preservar a vida, em suas entranhas também está presente, como derivação, seu oposto, que é a produção de morte. De fato, a biopolítica através de seus mecanismos regularizadores se traduz na possibilidade de qualificar a vida, prolongá-la, potenciá-la, melhorar seus desempenhos, controlar os fatores que a constringem ou limitam, evitando a morte. Trata-se de um poder afirmativo que já não obedece exclusivamente ao imperativo da conservação e ampliação de suas próprias estruturas, como no caso do poder soberano, mas que ao atuar com a vida de quem governa, incorpora na sua lógica o bem-estar dos governados, "extraindo sua própria força da força de seus súbditos", obrigando ao Estado a gerar prestações em múltiplos âmbitos: da defesa, até a economia e a saúde pública (ESPOSITO, 2006, p. 60).

Aqui novamente encontram-se complementariedades com a noção de hegemonia de Gramsci, na medida em que as biopolíticas constituem poderosos instrumentos de direção, construção do consenso e legitimação. Para este autor, a hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam considerados os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais se exerce esta hegemonia (neste sentido extraindo sua própria força da força de seus súditos), o que implica o estabelecimento de concessões para as classes dominadas na medida em que não envolvam o "essencial" em relação ao núcleo decisivo da atividade econômica no capitalismo (GRAMSCI, 2000, p. 48).

Como mencionado anteriormente, retomando a discussão do paradoxo do biopoder que entranha ao mesmo tempo o poder de morte, nos limites do exercício da biopolítica na modernidade aparece também seu reverso que contradiz seu impulso produtivo e leva a produção massiva de morte, como demostra a história do século XX e muitos dos fenômenos políticos de nosso tempo. Diante dessa constatação Esposito se pergunta: *"¿Por qué un poder*

[80] Entre os autores que continuaram com essa linha de reflexão a partir das abordagens de Foucault sobre a biopolítica e o biopoder na filosofia política contemporânea com distintas perspectivas, se destacam os trabalhos de Agambem (2010, 2007, 2011, 2008), Esposito (2006), Hardt, M. y T. Negri (2002).

que funciona asegurando la vida, protegiéndola, incrementándola, manifiesta tan grande potencial de muerte? (...) ¿Por qué la biopolítica amenaza continuamente con volverse tanatopolítica?" (ESPOSITO, 2006, p. 65).

Na procura de uma explicação para o paradoxo que surge no contexto do avanço do biopoder regulador que tem como função realçar a vida, do exercício de um poder político que se arroga o direito de matar, de fazer matar ou expor à morte não só a seus inimigos, mas a seus próprios cidadãos, Foucault encontra no papel do racismo do Estado uma interpretação plausível. Assim, afirma que foi a emergência do biopoder "o que inseriu o racismo nos mecanismos do Estado" a partir do Século XIX, enquanto mecanismo fundamental de poder tal como se exerce nos Estados modernos. De um lado, o racismo permite estabelecer um corte no domínio da vida que o poder tomou sob seu cargo: "o corte entre o que deve viver e o que deve morrer", em função de uma classificação e hierarquia das raças que fragmentam o campo do biológico (FOUCAULT, 2005, p. 304). De outro lado, o racismo se levanta sobre um princípio compatível com o biopoder: de que a morte dos outros (a raça inferior) significa o "fortalecimento biológico da própria pessoa na medida em que ela é membro de uma raça ou de uma população" (FOUCAULT, 2005, p. 308). Nesse sentido, os inimigos que interessa suprimir "são os perigos, externos ou internos, em relação à população e para a população" (FOUCAULT, 2005, p. 306).

Assim, para Foucault, o racismo é "a condição de aceitabilidade de tirar a vida em uma sociedade de normalização", na medida em que o Estado funciona na modalidade do biopoder, "a função assassina do Estado só pode ser assegurada pelo racismo". Ao se referir ao direito de tirar a vida, Foucault não se limita exclusivamente ao "assassínio direto", mas inclui também "tudo o que pode ser assassínio indireto: o fato de expor à morte, de multiplicar para alguns o risco de morte ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição, etc." (FOUCAULT, 2005, p. 306).

Estas reflexões de Foucault referidas à dimensão racial da biopolítica nos Estados modernos nos conduzem a estabelecer os nexos com as conotações especificas que assume essa dimensão racial na América Latina e com a especificidade da dominação étnica. Na América, o fato colonial estruturou as relações sociais na economia colonial em relação com a classificação racial. Foi o fato colonial que instituiu o "índio" e hierarquizou a sociedade em função da diferenciação racial e a identificação/classificação étnica. Como aponta Quijano (2014), o fato colonial marca as particularidades das sociedades latino-americanas em sua articulação com o processo de desenvolvimento do capitalismo no âmbito global, desde os seus primórdios, estruturando até hoje as dinâmicas econômicas sociais e políticas. Quijano

descreve estas particularidades com o conceito de "colonialidade do poder" [81]. Para Quijano (2014, p. 312), a partir da "inserção da América no capitalismo mundial moderno/colonial", as pessoas "classificam-se e são classificadas" segundo três grandes linhas "articuladas em uma estrutura global comum pela colonialidade do poder": trabalho, gênero e raça. A noção de colonialidade do poder reveste importância nesta tese, porque permite historizar a articulação específica que no mundo andino tem as relações sociais de exploração e de dominação, contribuindo para uma compreensão integrada das relações de classe com a questão da etnicidade. De igual forma, contribui também para a compreensão das formas concretas que adota essa dimensão racial da biopolítica nos Estados latino-americanos e a persistência do racismo/etnicismo nas relações sociais contemporâneas.

2.5 O MULTICULTURALISMO COMO DISCURSO DOMINANTE E DISPOSITIVO BIOPOLÍTICO NA GOVERNAMENTALIDADE NEOLIBERAL

A perspectiva teórica adotada neste trabalho permite situar as relações entre o Estado e o movimento indígena operadas desde 1990, a partir da irrupção do movimento na cena política nacional, num campo estratégico de relações de força que vão se modificando em função de um conjunto de condicionamentos históricos, nos quais está inserida a questão indígena no Equador, das exigências do processo de desenvolvimento capitalista na fase neoliberal e da atuação do movimento frente ao Estado e as classes dominantes. Além das diferenças e definições conjunturais presentes na gestão de um ou de outro governo em relação à questão étnica, ao colocar a discussão em termos das tecnologias de poder, das táticas que se desenvolvem é possível analisar as ações e políticas impulsionadas pelo Estado do ponto de vista de seus pontos de convergência, da coerência subjacente que elas vão alcançando na sua articulação em "estratégias de conjunto" destinadas a administrar a população indígena e a questão étnica. Ao mesmo tempo supõe a possibilidade de entender a confluência destas tácticas, ações e políticas com outras forças presentes no âmbito nacional e internacional, além do espaço restrito à institucionalidade do Estado. Neste sentido, a adoção por parte do Estado de um multiculturalismo adequado ao neoliberalismo pode ser considerada como um eficiente dispositivo de poder/saber e de construção de hegemonia para a administração da população indígena no Equador, conjurando os perigos implícitos no seu processo de mobilização e nos seus questionamentos ao modelo neoliberal. Ao mesmo tempo, esta abordagem contribui para a compreensão das complexas dinâmicas do movimento no

[81] Sobre a noção de "colonialidade do poder" desenvolvida por Quijano, ver: Quijano (1992); Quijano e Wallerstein (1992); Quijano (2014).

decorrer das duas últimas décadas e como as respostas do Estado e a sociedade têm moldado suas ações, reconfigurado seus discursos e se adequado às condições impostas pelo processo de desenvolvimento capitalista no seu momento neoliberal.

Ao tentar caracterizar os principais elementos desta política de administração da população indígena, é possível identificar cinco eixos principais ao redor dos quais ela foi concretizada. Estes são: 1) o enquadramento dos mecanismos de diálogo e negociação do Estado com o movimento após os distintos *levantamientos* numa pauta circunscrita que impossibilitou reverter a aplicação das políticas neoliberais e as tendências da acumulação capitalista no campo; 2) o estabelecimento de concessões e o reconhecimento de direitos coletivos na Constituição, com escassa aplicabilidade ao não se emitir a legislação secundária, sem modificar as condições de subordinação indígena nem atingir aspectos relativos às relações econômicas; 3) a geração de um neoindigenismo de Estado por meio da criação de uma institucionalidade indígena especificamente dedicada para esta população e gerida pelos representantes indígenas; 4) a entrega de recursos destinados para as comunidades indígenas e a atenção de demandas pontuais no espaço de confluência do campo político com o campo social do desenvolvimento; 5) a incorporação e cooptação ativa das lideranças e dos representantes indígenas na gestão dos espaços abertos no Estado, dos ministérios, das entidades estatais para os povos indígenas, dos governos locais e dos projetos de desenvolvimento orientados para esta população.

Ao fazer uma revisão destas políticas e do seu surgimento em distintos governos ou em alguns momentos chaves da história recente equatoriana (referidos à relação Estado – Movimento indígena) é interessante constatar que elas têm como discurso articulador e como justificativa o respeito à diversidade cultural e um multiculturalismo de Estado que parte do reconhecimento do Equador como país pluriétnico e multicultural.

O discurso do multiculturalismo desenvolve-se na esfera internacional e adquire centralidade como um discurso dominante durante as décadas de 1980 e 1990, num contexto marcado por um novo ciclo de acumulação e expansão do capital em escala planetária (globalização econômica), ciclo caracterizado pelo predomínio das grandes corporações transnacionais e do capital financeiro: o momento neoliberal do capitalismo global. Concomitantemente, frente a uma suposta homogeneização e padronização cultural que este processo deveria ter provocado, observa-se nestes anos o ressurgir de uma multiplicidade de identidades particulares em distintas partes do mundo que se exprime numa série de reivindicações e conflitos de caráter étnico, regional, nacional ou religioso (DÍAZ POLANCO, 2009). Na América Latina também encontramos este florescimento identitário,

particularmente vinculado com o emergir dos movimentos indígenas.[82] A partir de diversas posições teóricas e políticas, a ênfase na diversidade e nas diferenças culturais acompanharam este ressurgimento.

O discurso do multiculturalismo condensa de forma emblemática a mudança nas posturas teóricas e políticas para permitir uma adequada gestão das diferenças e da diversidade cultural no contexto do capitalismo global e dos Estados liberais. Portanto, o que se procura em uma sociedade diversa é que os distintos grupos étnicos em questão ocupem uma posição de igualdade frente ao Estado, a partir de um ato de reconhecimento dessa diversidade orientado a gerar práticas políticas e redistributivas mais inclusivas (CERVONE, 2009: 201)[83].

De outro lado, nos últimos anos, distintos autores têm colocado posições críticas no que diz respeito às *políticas da identidade* baseadas no reconhecimento da diversidade cultural e o multiculturalismo, colocando a ênfase nos limites destas políticas num contexto no qual as desigualdades socioeconômicas têm se exacerbado com a globalização econômica e o neoliberalismo. É conhecido o debate protagonizado por Nancy Fraser em torno da teoria do reconhecimento[84]. Para esta autora, as demandas pelo reconhecimento das diferenças (nacionalidade, etnicidade, raça, gênero e sexualidade) levantadas por uma variedade de movimentos sociais e que cobraram primazia como "forma paradigmática" do conflito político ao finalizar o século XX, centradas em diversas formas de reconhecimento cultural, deslocaram as lutas pela redistribuição socioeconômica como objetivo da luta política frente das injustiças (FRASER, 2001, p. 245). Fraser reconhece que na sociedade as injustiças econômicas geralmente estão imbricadas com injustiças culturais ou simbólicas arraigadas aos padrões sociais de representação e que se reforçam mutuamente. Nesta linha de discussão, são tratados o reconhecimento e a distribuição como duas perspectivas e dimensões distintas da justiça (FRASER, 2007). A autora considera que a justiça hoje exige tanto a redistribuição quanto o reconhecimento e que nenhum deles por si só é suficiente.

---

[82] Uma síntese dos processos de surgimento e de construção identitária dos movimentos indígenas na América Latina encontra-se em Bengoa (2007). No caso do Brasil, junto aos movimentos indígenas este ressurgir identitário envolve também as chamadas populações tradicionais (quilombolas, faxinalenses, fundos de pasto, etc.).

[83] Charles Taylor (2009) e Will Kymlicka (1996; 2008) são as principais referências teóricas do multiculturalismo com suas análises a partir do caso do Canadá. Estes autores procuram compatibilizar o reconhecimento de direitos específicos e coletivos para populações com identidades culturais diferenciadas com a universalização de direitos e a noção liberal de cidadania nos Estados liberais.

[84] Sobre os elementos centrais deste debate entre Nancy Fraser e Axel Honneth ver Fraser (2000; 2001; 2007), Honneth (2003; 2007); Mattos (2006).

Ao se referir ao reconhecimento de direitos diferenciados no contexto de uma suposta igualdade cidadã, o discurso do multiculturalismo concentra a discussão nos aspectos jurídicos e culturais, deixando de lado as dinâmicas econômicas decorrentes da produção capitalista, geradoras de desigualdades que incidem diretamente sobre os direitos individuais ou de grupo e que geralmente se fusionam com as diferenciações étnicas ou culturais. Neste sentido, também não coloca nenhum nível de relação entre as distinções de classe e étnicas como elementos estruturantes nos quais se assenta a desigualdade. Além disso, como afirma Cervone, o que chama a atenção é a ausência de qualquer questionamento sobre a natureza do Estado-Nação. O ponto de partida e de chegada é o Estado liberal (generalizando-se as características do mesmo a partir dos casos de Canadá e Estados Unidos) sem problematizar as relações estruturantes de dominação.

A partir de uma perspectiva crítica ao discurso do multiculturalismo, Zizek coloca que este "*ha sido asumido como forma ideal de la ideología del capitalismo global que – desde una suerte de posición global vacía– trata a cada cultura local como el colonizador trata al pueblo colonizado: como "nativos", cuya mayoría debe ser estudiada y "respetada" cuidadosamente*" (ZIZEK, 2005: 172). Para este autor, a expansão capitalista que se concretiza numa ordem mundial (cujos traços universais se exprimem no mercado mundial, nos direitos humanos e na democracia), na qual o poder colonizador surge diretamente das empresas multinacionais, supõe sua própria ficção hegemônica de "tolerância multiculturalista" e se permite o florescimento de diversos "estilos de vida" em sua particularidade (ZIZEK, 2005: 164-165). O multiculturalismo constitui uma "*forma de racismo negada, invertida, autorreferencial*", na qual o respeito à identidade do Outro, concebido como uma comunidade autêntica, fechada, realiza-se a partir de uma posição ou um "*punto vacío de universalidad*" privilegiada, de onde se pode "*apreciar (y despreciar) adecuadamente las otras culturas particulares: el respeto multiculturalista por la especificidad del Otro es precisamente la forma de reafirmar la propia superioridad*" (ZIZEK, 2005, p. 172).

Na mesma tônica, Diaz-Polanco adverte que nesta fase globalizadora do capital, a valorização da diversidade segundo a lógica de promover certa politização da cultura que provoca a despolitização da economia e da política, favorece a consolidação do sistema e aos grandes negócios corporativos[85]. (DÍAZ-POLANCO, 2009, p. 18).

---

[85] Díaz-Polanco analisa também como o discurso multicultural é assumido pelas empresas multinacionais no seu afã de lucro. Por meio de um poderoso marketing algumas empresas dão um toque multicultural a suas estratégias de negócios, ajustando sua imagem, sua organização e suas técnicas de mercado aos imperativos da

Na sua análise da relação entre o capitalismo atual e a questão da identidade, este autor distingue três momentos ou facetas de domínio que não correspondem a um processo linear, mas que se superpõem: uma fase *inclusiva*, outra *diferencial* e finalmente uma *administrativa*. A fase inclusiva se caracteriza por um afã integracionista a partir da suposição de um espaço público imparcial (neutralidade do poder), em busca da inclusão universal, baseada numa noção universal de justiça aplicável a todos sem distinção. Aqui as diferenças aparecem como não essenciais ou se ignora sua existência. Na fase diferencial, ao contrário, as diferenças deixam de ser ignoradas ou atacadas diretamente para dar passo a uma nova estratégia orientada a sua dissolução gradual, por meio da atração, a sedução e a transformação. Díaz-Polanco introduz a noção de etnofagia para se referir a esta estratégia por seu caráter devorador e assimilador das identidades étnicas, por meio de um conjunto de imãs socioculturais e econômicos colocados para atrair, desarticular e dissolver os grupos "diferentes". Este momento etnofágico não exclui o objetivo da integração, ela é promovida por outros meios, modelando as diferenças culturais sob o manto do respeito e a exaltação dos valores indígenas. O Estado se apresenta como o garante e o protetor dos valores étnicos no momento de atenuar os impactos dos procedimentos do capitalismo selvagem. Ao mesmo tempo, incorpora a participação de representantes dos grupos étnicos para lhes converter em promotores da integração "por vontade própria" como ideólogos e agentes das novas práticas indigenistas (DÍAZ-POLANCO, 2009).

A terceira fase, a *administrativa*, liga-se diretamente ao predomínio do multiculturalismo como enfoque teórico e político, que supõe uma concepção sobre a diversidade e como tratá-la (condições em que as identidades podem ser aceitas inserindo-as no sistema de dominação); por outra parte, recomenda uma série de práticas e políticas públicas que devem ser adotadas em relação às diferenças culturais (políticas da identidade). No caso dos países latino-americanos, este momento caracteriza-se pela adoção de reformas legais que reconhecem o caráter pluricultural da sociedade e estabelecem alguns direitos específicos para os povos indígenas, ao mesmo tempo em que se aplicam modelos de desenvolvimento e políticas socioeconômicas enquadradas no neoliberalismo, que corroem diretamente a identidade dos povos indígenas em seus alicerces: as comunidades. Desta maneira, precisam-se e delineiam-se "os limites da tolerância" neoliberal para o diferente, procurando que nenhum reconhecimento afete a ordem política e o modelo econômico. Díaz

---

diversidade (DÍAZ-POLANCO, 2009). Armando Bartra também sublinha este ponto: "*Sean identidades étnicas, especies biológicas, cocinas nacionales o cafés de origen, los distintos se admiten si son clasificables, normalizables, intercambiables, lucrativos*." (BARTRA, 2008, p. 190).

Polanco conclui: "*El multiculturalismo se ocupa de la diversidad en tanto diferencia 'cultural', mientras repudia o deja de lado las diferencias económicas y sociopolíticas que, de aparecer, tendrían como efecto marcar la disparidad respecto al liberalismo que está en su base*" (DÍAZ-POLANCO, 2009).

Numa linha similar de análise Charles Hale (2002; 2005), a partir de seu trabalho etnográfico na Guatemala, aborda o multiculturalismo como expressão do projeto cultural do neoliberalismo, promovido por poderosas instituições multilaterais como o Banco Mundial e pelos Estados nacionais como uma resposta às demandas por direitos dos povos indígenas "culturalmente oprimidos e excluídos". Dessa forma, o "multiculturalismo neoliberal" promove o reconhecimento proativo de um grupo de direitos culturais no contexto da equidade intercultural (legislação antidiscriminação, reformas na política educativa, reconhecimento das línguas indígenas, etc.) e uma vigorosa rejeição do restante dos direitos, provocando uma dicotomia entre concessões e proibições que estrutura o espaço político para os ativistas pelos direitos indígenas, ao distinguir entre sujeitos reconhecidos e perigosos (recalcitrantes, radicais) e ao estabelecer os limites do campo dos direitos legítimos e das formas de alcançá-los (HALE, 2002, p. 490).

A partir dessas linhas de análises é possível afirmar que o discurso do multiculturalismo, como discurso hegemônico e enfoque teórico político para um adequado tratamento das diferenças e a diversidade no neoliberalismo realiza um triplo processo caracterizado por: a) o deslocamento de toda articulação na abordagem dos processos culturais com os elementos econômicos, sociais e políticos, provocando uma sobrevalorização de uma esfera cultural cindida em relação às outras dimensões da realidade social; b) concomitantemente, o deslocamento da noção de classe nas lutas sociais pela primazia das identidades culturais ou étnicas, consideradas da mesma maneira isoladas dos processos econômicos e sociais e de seus vínculos com qualquer conteúdo classista (por exemplo, as identidades indígenas resultantes perdem os conteúdos vinculadores com a condição de camponeses, como se tratasse de duas realidades contrapostas); c) a redução do horizonte das políticas públicas por parte do Estado para os povos indígenas e seu enquadramento em políticas da identidade, as quais supõem o reconhecimento da diversidade nos seus aspectos culturais, a concessão de alguns direitos de difícil aplicação e de programas de desenvolvimento com um viés assistencialista, destinados a atenuar os impactos do modelo econômico sobre as comunidades indígenas; neste horizonte não se consideram políticas que pudessem colocar em risco o modelo de acumulação ou que incidam nos fatores estruturais que determinam a desigualdade econômica e a subordinação dos povos indígenas.

Ao fazer uma revisão rápida do acontecido nas relações entre o Estado equatoriano e o movimento indígena durante as duas últimas décadas é possível entrever como operou o multiculturalismo como mecanismo de regulação biopolítico, como dispositivo de segurança orientado à administração da população indígena para um tratamento adequado das diferenças culturais no marco do neoliberalismo, conjurando os perigos internos que os protestos e *levantamientos indígenas* representavam para este modelo econômico.

Assim, em primeiro lugar, o multiculturalismo se posicionou como discurso diretriz que conduziu a ação do Estado em relação à questão étnica. Por meio do multiculturalismo o Estado-Nação encontrou na diversidade cultural seu próprio espaço de legitimação e de construção de hegemonia. Como vacina contra os efeitos perturbadores que representavam os *levantamientos indígenas* e os questionamentos do movimento ao sistema de dominação étnica, aos fundamentos etnocêntricos e a natureza do Estado-Nação, para manter o curso do modelo neoliberal e o padrão de acumulação capitalista (especialmente na agricultura), com o multiculturalismo o Estado equatoriano se imunizou injetando uma pequena dose de tolerância e valorização da diversidade cultural. Desta forma, administrou e desenhou políticas por meio das quais domesticou e enquadrou as demandas étnicas num curso assimilável pelo Estado, políticas que marcam certa continuidade com os afãs integracionistas que caracterizaram o indigenismo na América Latina. Redefine assim o âmbito e as condições nas quais faz viver e deixa morrer às populações indígenas. Como exemplos destas políticas observa-se a criação de entidades do Estado especificamente orientadas para a população indígena como o CODENPE[86] e as reformas constitucionais para reconhecer os direitos indígenas, sem garantir as condições para sua aplicação.

O processo de reformas constitucionais desenvolvido pela *Asamblea Nacional Constituyente* no ano 1998 é o processo que melhor exprime o giro multicultural dado pelo Estado equatoriano para o estabelecimento de concessões no que diz respeito às demandas indígenas centradas então no reconhecimento do Estado equatoriano como um Estado plurinacional, como será analisado no capítulo terceiro. Nesta ocasião, com a participação de "representantes indígenas" (eleitos por votação popular) o Estado equatoriano reconheceu uma ampla gama de direitos coletivos dos povos e nacionalidades indígenas. Ainda que o reconhecimento destes direitos possa ser interpretado como uma importante conquista do movimento indígena, não tendo sido aprovada nenhuma legislação secundária nem a

[86] *Consejo de Planificación y Desarrollo de los Pueblos Indígenas y Negros*, criado em 1997 durante o governo interino de Alarcón.

regulamentação que permita que estes direitos possam ser aplicáveis em termos concretos, os mesmos ficam colocados numa espécie de limbo jurídico.

Um segundo aspecto a ser destacado é que o multiculturalismo como mecanismo biopolítico de governo incidiu no processo de subjetivação dos que constituíam seu objeto principal, modelando e disciplinando as consciências e as práticas dos indígenas como sujeitos. Assim, penetrou nas percepções do movimento indígena e de seus representantes enquadrando suas expectativas e reivindicações no terreno do "politicamente correto" do possível e aceitável pelo próprio Estado, provocando uma discriminação entre sujeitos reconhecidos e perigosos, impondo uma regulação moral sobre eles. Trata-se da construção do "índio permitido" na figura desenvolvida por Hale (2002; 2005). Em relação ao conjunto do movimento indígena, tanto os seus representantes e nas suas comunidades de base, o dispositivo multicultural contribuiu para domesticar seu discurso, suas reivindicações e lutas, por meio de uma tendência a culturalizá-las e esvaziá-las de qualquer conteúdo classista. Este aspecto pode ser observado pelo giro etnicista que assumiu o discurso da principal organização indígena do Equador após o *levantamiento* protagonizado em 1994, que parou por duas semanas o país contra a chamada lei agrária, aprovada no governo de Duran Ballén; lei originalmente proposta por os empresários agrícolas com um claro viés neoliberal e que significou o funeral da reforma agrária no Equador, como se discute no capitulo terceiro. Nesta ocasião, a saída diante dos protestos indígenas e camponeses, os quais novamente combinavam as demandas classistas com as étnicas, foi a conformação de uma comissão negociadora, com participação das câmaras empresariais e lideranças indígenas, para formular mudanças ao texto da lei, para chegar a uma proposta de "consenso". Em uma conjuntura desfavorável com um texto de lei aprovado, as modificações ao texto que o movimento indígena conseguiu incluir não alteraram os conteúdos centrais desta lei. No entanto, o Estado inaugurava uma nova forma de negociação com os indígenas, na qual, ao mesmo tempo em que incorporava e reconhecia os representantes do movimento como interlocutores legítimos na discussão e negociação das políticas impunha os limites de sua atuação, enquadrados na aplicação das políticas neoliberais.

No entanto, também os conteúdos contestatórios presentes na proposta étnica da plurinacionalidade (autonomia, autogoverno, autodeterminação) seriam posteriormente matizados. O que pode ser identificado com clareza ao se aproximar do discurso público dos representantes indígenas na "*Asamblea Constituyente*" de 1998 referida anteriormente. No processo de discussão e aprovação dos direitos coletivos na Constituição produziu-se uma

adequação sutil das colocações dos representantes indígenas durante a *Asamblea* ao assumir posições "politicamente corretas" em concordância com os ventos do multiculturalismo que já ressoavam fortemente nos corredores da *Asamblea* e no campo político como discurso hegemônico tendente a estabelecer os termos em que o Estado podia assumir o reconhecimento da diversidade, como se detalha no capítulo 3.

Um terceiro aspecto que deve ser destacado é que o dispositivo multicultural também modela as percepções da população em relação ao mundo indígena e ao tratamento das diferenças culturais, marcando o campo do que pode ou não ser admitido, condicionando os imaginários sociais referidos ao Estado-Nação e o senso comum "cidadão" sobre a "realidade" indígena. As imagens televisivas de um índio folclórico e feliz, que com sua diversidade cultural contribui para construção de um "país de todos", trabalhando em terras (alheias) dedicadas à floricultura de exportação, onde existe harmonia e não mais exploração, invadem com frequência as publicidades governamentais, empresariais ou eleitorais. A indústria cultural também opera em código multicultural difundindo diferenças construídas artificialmente, no dizer de Grüner, como uma falsa "*totalidad*", "*disimulada en el particularismo de unas culturas 'locales' que se parecen entre sí sospechosamente*" (Grüner, 2005: 57). Neste sentido, é interessante destacar que ao revisar as matérias dos jornais produzidas no período do *levantamiento* em 1994 contra a lei agrária, assim como as notícias que davam conta do *levantamiento*, do processo de negociação ou das posições das Câmaras empresariais e do movimento indígena apareciam editoriais chamando à mesura aos indígenas e várias reportagens exaltando a diversidade cultural do país numa perspectiva multicultural, destacando a necessidade de que o Estado construa sua unidade reconhecendo as diferenças[87]

Finalmente, o multiculturalismo no neoliberalismo como dispositivo de poder/saber soma um conjunto de adesões para sua reprodução como discurso hegemônico e congrega a comunidade acadêmica, intelectuais progressistas e indígenas, políticos e funcionários do mundo do desenvolvimento, alinhados com o prestígio da defesa que ele faz da diversidade e a promoção do pluralismo (DÍAZ-POLANCO, 2009). Como coloca Zizek, dado que o horizonte da imaginação social aceita tacitamente que o capitalismo está aqui para ficar, é como que "*la energía crítica hubiera encontrado una válvula de escape en la pelea por diferencias culturales que dejan intacta la homogeneidad básica del sistema capitalista mundial*" (…) Enquanto isso, "*el capitalismo continúa su marcha triunfal*" (ZIZEK, 2005, p.176).

---

[87] Ver por exemplo, *Diario El Comercio, "¿Distintos pero unidos?"*, 15-07-1994. Ver também Kipu, 22, Jan.-Jun. 1994; Kipu, 23, Jul.-Dez. 1994.

3 O MOVIMENTO INDÍGENA EQUATORIANO: História e processos organizativos

Antes de nuestro tiempo, ellos ya lo hicieron: el primer paso de los tiempos de lucha (Jorge Herrera, Presidente da CONAIE) [88].

A irrupção do movimento indígena na arena política equatoriana, marcada com o primeiro levantamento indígena nacional em junho de 1990, reverberou nacionalmente num dinâmico processo de articulação política e organizativa do movimento produzido nos anos anteriores, no qual convergiram diversas tendências e organizações das três regiões do país, organizações elas mesmas resultantes de um acúmulo de lutas e resistências gestadas em distintas localidades. A conformação e consolidação da CONAIE como a maior organização indígena do Equador [89] na década de 1980 ilustra uma das facetas desse processo, especialmente com a convergência das federações regionais indígenas da Serra e da Amazônia equatoriana, a qual se somariam as nacionalidades da região Costa. Daí que Luis Macas, uma das principais lideranças indígenas da CONAIE, tenha qualificado a década de 1980 como uma "década ganhada" pelo movimento indígena em relação à consolidação de sua unidade política e organizativa (MACAS, 2000). Paralelamente, esse processo de articulação organizativa também foi vivenciado nos níveis locais e provinciais com o incremento do número de comunas e associações de base registradas e com a conformação das federações de comunidades[90].

---

[88] Tradução: "Antes de nosso tempo, eles já o fizeram: o primeiro passo dos tempos de luta" (Entrevista Jorge Herrera, 22 novembro 2014: entrevista realizada por Florencia Campana e Fernando Larrea).

[89] A CONAIE é a maior organização indígena nacional, mas não é a única. Com diversas trajetórias às quais me referirei mais adiante neste capítulo, também está a FENOCIN (*Confederación Nacional de Organizaciones Campesinas, Indígenas y Negras*), a FEINE (*Consejo Ecuatoriano de Pueblos y Organizaciones Indígenas Evangélicos*) e a histórica FEI (*Federación Ecuatoriana de Indios*), já muito fragilizada na década de 1990. Essas organizações que, em termos gerais, estruturam o movimento indígena equatoriano, expressam diversas tendências e interesses diante das políticas do Estado equatoriano, confluindo em algumas ocasiões em seus posicionamentos e inclusive em suas ações ou divergindo e estabelecendo posicionamentos contrapostos em outras, como poderá ser apreciado nos capítulos 3 e 4.

[90] Diversos estudos constataram o incremento quantitativo do número de comunas e associações de base nas regiões indígenas a partir da década de 1970 e a formação de federações de comunidades (Organizações de Segundo Grau). Ver Zamosc (1995); Chiriboga (1985); Ramón (1994); Carrasco (1993).

Este processo organizativo que configurou o movimento indígena em suas diversas expressões encarna em si mesmo a complexidade e a heterogeneidade da composição interna do movimento e consequentemente não deve ser interpretado como um processo livre de conflitos e contradições, nem em uma só direção. Também não foi um processo desenvolvido isoladamente pelas comunidades e organizações indígenas à margem de fortes vínculos mantidos com diversos agentes externos (partidos da esquerda, Igrejas em suas diversas expressões e correntes, agências de desenvolvimento públicas e privadas, instituições do Estado, etc.).

Trata-se de um processo que apela para uma cultura organizativa sustentada em formas culturais e simbólicas indígenas (andinas e amazônicas principalmente) e que se afinca numa longa tradição de luta das comunidades que remite às sublevações e levantamentos indígenas desde a época colonial[91] e que no século XX tem como seus primeiros referentes organizativos os sindicatos indígenas conformados desde a década de 1920 na região Interandina, que levariam posteriormente à constituição da FEI (*Federación Ecuatoriana de Indios*) em 1944, cujas maiores lideranças como Dolores Cacuango, Tránsito Amaguaña, Jesús Gualavisí, Luis Catucuamba, Miguel Lechón (entre outros) são frequentemente rememoradas até hoje no discurso das organizações e lideranças indígenas.

Nessa perspectiva, nos processos organizativos indígenas contemporâneos nacionais não somente está presente uma memória vinculada às lutas de resistência indígena, mas eles próprios se originam diretamente das lutas pela terra na região Interandina e pela defesa dos territórios das nacionalidades amazônicas, ameaçados pelos processos de colonização impulsionados pelo Estado e pela expansão das atividades extrativistas na floresta amazônica (petróleo, madeira, etc.), no contexto dos processos de modernização agrária e desenvolvimento capitalista no campo desde a década de 1960.

Sem pretender uma revisão exaustiva da história das distintas federações indígenas e dos processos que levaram a formação e consolidação das organizações nacionais, no presente capítulo me interessa realizar uma síntese dos antecedentes históricos e fatores relevantes que configuraram esse processo de articulação organizativa e entender os principais debates que estiveram presentes no movimento, a partir do olhar atual de algumas das lideranças indígenas da Serra e da Amazônia entrevistadas. Nessa direção, abordarei as principais transformações produzidas no campo equatoriano com o processo de desenvolvimento capitalista e a aplicação das duas leis de Reforma Agrária (1964 e 1973) na Serra equatoriana e a

[91] Sobre os levantamentos e sublevações indígenas durante a Colônia ver Moreno (1985).

desestruturação do sistema de dominação sobre a população indígena articulado em torno do funcionamento da chamada "*hacienda"* tradicional serrana, baseada na propriedade latifundiária, na prevalência de relações precárias e na extração de renda do trabalho indígena e de relações de dominação sustentadas na diferenciação étnica e racial. A partir disso, descreverei em grandes linhas o processo de luta pela terra nas comunidades andinas e suas implicações no processo organizativo regional e nacional. Em contraste com o processo vivenciado na região Interandina caracterizarei também as particularidades do processo de articulação organizativa nas nacionalidades amazônicas, dando especial relevância às lutas pela defesa de seus territórios. A compreensão das particularidades desses processos regionais me permitirá seguidamente discutir a confluência deles na formação da CONAIE enquanto organização nacional e a importância da noção de nacionalidades indígenas para a articulação das lutas, ao mesmo tempo étnicas e classistas, numa plataforma comum que interpelou o Estado em torno da proposta de construção de um Estado plurinacional. Finalizarei esta revisão dos antecedentes do processo organizativo indígena com a discussão do significado do levantamento indígena de junho de 1990, como momento marcante da constituição do movimento indígena como sujeito político na arena nacional.

3.1 TRANSFORMAÇÕES AGRÁRIAS, LUTAS E PROCESSO ORGANIZATIVO DO CAMPESINATO INDÍGENA NAS COMUNIDADES DA REGIÃO INTERANDINA

Para quem visita as comunidades indígenas da região Interandina e indaga sobre sua história é comum escutar as referências ao "tempo das *haciendas"*[92] e dos "*patrones*" (patrões), como uma constante presente no discurso levantado pelas mais diversas pessoas. Esse "tempo" remete-nos também às lutas levantadas pelas comunidades para acessar a posse da terra ou para se libertar das relações de exploração e dominação associadas com a vida cotidiana nas "*haciendas*", bem como aos processos organizativos que as sustentaram. Mesmo que esse "tempo" nem sempre tinha sido vivenciado diretamente pelas novas gerações de lideranças do movimento indígena, continua vivo hoje a partir das lembranças das falas de "*nuestros mayores*" (nossos ancestrais), isto é, das mães, pais ou avós daqueles que hoje assumem posições de liderança ao nível local ou nacional no movimento.

O sistema de "*hacienda*" na Serra equatoriana teve uma origem colonial e sua predominância como sistema de produção e de organização das relações de trabalho e de poder no mundo rural equatoriano estendeu-se no tempo, com algumas variações, até a

[92] No contexto da região Serra equatoriana o termo "*hacienda*" refere-se à propriedade de uma extensão considerável de terra na posse de uma pessoa (o "patrão") bem como ao conjunto de relações de poder associadas à produção dessa terra.

segunda metade do século XX, concretamente até as décadas de 1960 e 1970, durante as quais se produziram as duas leis de reforma agrária e a eliminação legal das chamadas relações precárias de trabalho (atravessadas por formas não assalariadas).

No período colonial, no espaço administrativo da Real Audiência de Quito[93] (que abarcava o território que hoje é o Equador), o processo de desapropriação das terras indígenas por parte dos conquistadores, *encomenderos*[94] e colonizadores espanhóis produziu-se progressivamente desde as primeiras décadas da colônia, sendo que, para a segunda metade do Século XVII, esse processo já praticamente tinha concluído (BORCHART de MORENO, 1998, p. 157)[95]. Segundo a concepção jurídica no início da colônia, o Rei da Espanha era considerado o sucessor legítimo do último Inca, podendo dispor para sua distribuição ou venda das terras atribuídas e ele e ao Estado (denominadas "*tierras realengas"*), enquanto as terras das comunidades indígenas deviam ser respeitadas (BORCHART de MORENO, 1998).

Nesse sentido, nas primeiras décadas da colônia até finais do século XVI, predominaram as denominadas *"mercedes de tierras"*[96] como forma de apropriação privada da terra, especialmente das terras consideradas "realengas". Posteriormente o processo de espoliação e apropriação da terra aprofundou-se atingindo as terras das comunidades indígenas, especialmente por meio de *"remates de tierras*" (leilões de terras) feitos pelas

---

[93] Durante o período colonial o território que hoje é Equador (junto com o Sul da Colômbia e Norte de Peru) esteve na jurisdição da *Real Audiencia de Quito*, instância administrativa da Corona espanhola criada por *Real Cédula* o dia 29 de agosto de 1563. A *Real Audiencia de Quito* esteve sob a jurisdição do *Virreynato de Lima* e desde 1739 do novo *Virreynato de Nueva Granada (Santa Fe de Bogotá)*. Ver González Suárez (1970).

[94] Durante os dois primeiros séculos da colônia espanhola, as *"encomiendas"* tiveram especial relevância para a subordinação das populações indígenas, pois por meio delas se realizava a cobrança do tributo aos indígenas e se mantinha o controle religioso. Embora não implicavam direitos de propriedade sobre a terra, por meio dessa instituição, a Corona Espanhola outorgava direitos de domínio ou de senhorio sobre os índios localizados em determinado território. O *encomendero* devia cuidar deles e de suas almas (estabelecer e ministrar a doutrina cristã e administrar os sacramentos, para o qual pagava uma pensão aos padres "*doctrinero*s") e receber para si o tributo taxado em dinheiro e em espécie de todos os índios tributários (homens de entre 18 e 50 anos de idade) que faziam parte de sua *encomienda*. A arrecadação dos tributos em cada parcialidade indígena da *encomienda* era feita pelos caciques indígenas (*kurakas* em quíchua) para ser entregues ao *encomendero.* Na medida em que os tributos arrecadados dependiam da quantidade de índios tributários, as *encomiendas* se apreciavam em função do número de índios tributários (Ver González Suárez, 1970). Devido ao dramático declínio da população indígena com a consequente diminuição de índios tributários, para finais do Século XVII as *encomiendas* tinham progressivamente perdido vigência, até ser finalmente abolidas em 1720. Sobre o colapso demográfico das populações indígenas causado pela conquista e colonização de América ver Todorov (2009); Wachtel (1976). Para o caso do território da *Audiencia de Quito* ver Salomon (1989); Tyrer (1988); Larrain (1980); Ramón (1987).

[95] Diversos estúdios históricos detalham os processos de desapropriação das terras indígenas e de formação do latifúndio (*hacienda*) na colônia em várias regiões da Serra equatoriana, bem como os processos de resistência das comunidades. Ver Borchart de Moreno (1998); Moreno (1995a); Ramón (1987); Rebolledo (1992); Bonnett (1992); Coronel (1991).

[96] Chamavam-se *"mercedes de tierras"* por quanto a terra era outorgada pelas autoridades da Corona espanhola por meio das "*Reales cédulas de gracia y merced*".

autoridades coloniais, sejam estas terras realengas[97] ou de comunidades endividadas (como consequência de atrasos no pagamento de tributos), bem como da usurpação direta, legalizada posteriormente através das denominadas *"composiciones de tierras"*[98], realizadas desde a década de 1630.

O processo de usurpação das terras indígenas que se somou à tributação e ao controle da força de trabalho indígena através das *mitas*[99] fraturou as possibilidades das comunidades indígenas de manter as formas de reprodução social e cultural com relativa autonomia, como tinha acontecido durante as primeiras décadas da colônia. A consolidação da "*hacienda*" enquanto sistema produtivo predominante na Serra equatoriana desde a segunda metade do século XVII implicou não apenas o controle dos recursos produtivos, mas também a sujeição de uma grande percentagem da força de trabalho indígena ao interior das *haciendas*, isto é, como uma população permanente que morava dentro das *haciendas* e que dependia totalmente delas para sua reprodução. Para 1804-1805 Oberem identificou que de um total de 45.481 índios tributários (homens de entre 18 e 50 anos de idade) que correspondiam a nove das dez administrações de tributos da região Interandina da *Audiencia de Quito*, 46% (21.109) estavam sujeitos às *haciendas* (OBEREM, 1981b, p. 346)[100].

---

[97] As instituições coloniais (*Real Audiencia* e *Cabildo de Quito*) apropriaram-se de terras esvaziadas como consequência do declínio da população indígena e pelo reordenamento decorrente da conformação de "*reducciones"* de indígenas em determinado número de povoados mais acessíveis para facilitar a cobrança do tributo, a implantação da doutrina cristã e seu controle, em aplicação das ordenanças de Toledo durante a década de 1570 (RAMÓN, 1987; BORCHART DE MORENO, 1998).

[98] As *"composiciones de tierras"* foram atos jurídicos por meio dos quais se legalizaram as propriedades que tinham sido constituídas de fato ou de formas ilegais, com a condição do pagamento de uma taxa fiscal para a Real Fazenda (MORENO, 1995a). Moreno considera determinante a aplicação deste mecanismo para a apropriação e concentração da terra e a consolidação do latifúndio na Serra equatoriana no século XVII.

[99] Baseada numa forma de trabalho pré-hispânica usada pelo Império Inca que implicava na realização de turnos de trabalho obrigatório para a construção de obras de infraestrutura, o serviço da "*mita"* foi imposto pelas autoridades da colônia espanhola às parcialidades indígenas como uma obrigação pela qual todos os índios homens (com uma idade entre 18 e 50 anos) pertencentes a uma comunidade (partícipes das terras da comunidade) e súditos do cacique local, tinham que entregar trabalho obrigatório fora de sua comunidade, por um tempo determinado (legalmente era por um ano, mas frequentemente esse período estendia-se). Esta obrigação se repetia cada cinco anos, daí que nas fontes históricas se fala de *"índios quintos"* para se referir aos *"índios mitayos"* (OBEREM, 1981a, p. 307). Mesmo sendo um trabalho forçado, era pago um salário que servia para cumprir com a obrigação do tributo. Os caciques indígenas (que tinham o privilégio de ser exonerados do pagamento do tributo e do serviço da *mita*) eram os encarregados de recrutar e regular os turnos do trabalho forçado da *mita* (MORENO, 1995b). Com o trabalho dos "*índios mitayos*" levantaram-se as cidades, plantaram-se os campos apropriados pelos espanhóis, extraiu-se o ouro das escassas minas na região Sul do Equador e produziram-se os tecidos nos "*obrajes",* para abastecer os mercados regionais e centros de produção mineira de Potosí e Popayán que dinamizaram a economia da *Audiencia de Quito,* até a crise da produção têxtil do século XVIII. A *mita* foi abolida em 1812. Sobre o papel dos *obrajes* e a importância da produção têxtil na *Audiência de Quito* ver Borchart de Moreno (1998); Tyrer (1988). Para uma descrição detalhada do funcionamento da *mita* na *Audiencia de Quito* ver Oberem (1981a). Jorge Juan e Antonio de Ulloa (enquanto cronistas coloniais tardios) nas "Noticias secretas de América", escritas em 1747, também deram conta de seu funcionamento e do gravame que geravam para os índios nos "*Corregimientos"* da Província de Quito (JUAN E ULLOA, 1826).

[100] Em algumas zonas esses percentagens eram significativamente elevadas superando 70 e 80 %. É ilustrativo o caso da zona de Cayambe (ao Norte de Quito), estudado por Ramón, zona em que já para 1685, 78% dos índios

Ao abordar as transformações produzidas nas formas de reprodução social das parcialidades e comunidades indígenas na zona de Cayambe (Norte de Quito), Galo Ramón (1987) sublinha o papel desorganizador que teve esse processo de consolidação do sistema de *hacienda* sobre as "economias étnicas" cacicais e sobre as formas organizativas indígenas baseadas nos grupos familiares e de afinidade (*ayllus*) que obrigou grupos inteiros submeterem-se às condições impostas pelas *haciendas* e engajarem-se nelas, deixando sob o controle dos latifundiários o pagamento do tributo e sua reprodução social. Mas ao mesmo tempo, Ramón salienta a outra face desse processo: a faceta da resistência indígena marcada pelas dinâmicas de readaptação das instituições comunitárias indígenas às condições impostas pelas *haciendas.* Para este autor, tratou-se de um processo de "reconstituição étnica" gerado através da recomposição dos grupos familiares de parentesco e dos "núcleos de afinidade" indígenas enquanto espaços de intensa circulação de bens, serviços e conhecimentos, integrando neles um contingente de índios "forasteiros" e "vagabundos" produzidos pelo sistema colonial, para constituir dentro das *haciendas* um "território comunal de reprodução" social e de recriação de sua identidade étnica cultural (RAMÓN, 1987, p. 221-266).

As formas de sujeição às *haciendas* marcaram também a diferenciação entre "índios livres" e "índios sujeitos", que se traduziria coletivamente na diferença entre as chamadas "comunidades livres" e as comunidades de *hacienda*, estas últimas constituídas pelos grupos familiares e de afinidade dos indígenas sujeitos às *haciendas* que residiam nelas. Em contraste, as "comunidades livres" foram aquelas que resistiram o processo de usurpação de terras e conseguiram manter para si uma parte de seus territórios, mesmo acuadas em zonas de maior altitude, mais distantes ou com solos de menor qualidade. O grau de "liberdade" e independência destas comunidades em relação às *haciendas* esteve diretamente vinculado ao nível de preservação de seus territórios, do qual dependia sua capacidade de autossuficiência, ainda considerando o pagamento de tributos. Chiriboga (1985, p. 61) ressalta que naquelas zonas nas quais as comunidades lograram preservar melhor seus territórios mantiveram maiores níveis de autossuficiência e inclusive seu referencial étnico enquanto povos, a exemplo dos *Otavalos* na Serra Norte e dos *Saraguros* no Sul. Serão precisamente as "comunidades livres" as primeiras em assumirem a forma de *comunas* reconhecidas pelo Estado em função da lei expedida em 1937[101], antes das reformas agrárias e de sua posterior

---

tributários estavam sujeitos às *haciendas*, percentagem que se manteria similar (78,3%) 120 anos depois segundo aponta o estudo de Oberem. (RAMÓN, 1987, p. 177).

[101] Trata-se da *Ley de Organización y Régimen de las Comunas*, expedida em 1937 orientada a submeter politicamente às comunidades ao Estado como tinha me referido anteriormente (ver nota 33 do Capitulo primeiro).

multiplicação como principal forma organizativa de base assumida pelas comunidades indígenas da Serra equatoriana.

O processo de consolidação da *hacienda* e de sujeição do trabalho indígena significou também a generalização das relações de trabalho que caracterizaram por vários séculos este sistema produtivo com a adoção da forma de trabalho "*huasipungo*" [102] e ligado a ela o "*concertaje*" [103] (sistema de endividamento forçado e permanente do trabalhador), como formas primordiais para manter as famílias indígenas sujeitas e arraigadas na *hacienda* e de extração de renda-trabalho. A forma de trabalho *huasipungo* consistia no direito de usufruto do trabalhador (o huasipunguero) de uma parcela de terra na *hacienda* para a manutenção de sua família e para sua moradia, junto com o direito de acesso a pastagens para um número limitado de animais, água e lenha da *hacienda*. De sua parte, o *huasipunguero* estava obrigado a trabalhar para o proprietário (de 4 a 6 dias por semana[104]) pelo qual recebia uma diária complementária[105]. Além disso, as famílias *huasipungueras* deviam prestar serviços diversos em forma rotativa na casa da *hacienda* como *huasicamas*[106] e participar de mutirões em

---

[102] A palavra *huasipungo* (*wasipunku)* é uma palavra quíchua (*kichwa)* composta de dos vocábulos w*asi* (casa) e *punku (*porta). O uso desse termo para se referir à parcela de terra entregue em usufruto pelos latifundiários a seus trabalhadores com a concomitante obrigação desses últimos de entregar vários dias de trabalho na semana para a *hacienda*, está circunscrito ao Equador. (OBEREM, 1981a).

[103] O *Concertaje* constituiu um sistema de trabalho com endividamento permanente dos trabalhadores residentes nas *haciendas* que estava sustentado na prisão por dívidas. Por meio deste sistema os trabalhadores das *haciendas* recebiam adiantamentos em dinheiro ou em produtos (chamados de *socorros* e *suplidos)* do patrão que deviam ir descontando com trabalho. Desse jeito, os "*indios conciertos"* permaneciam sujeitos à *hacienda*, comprometendo inclusive as seguintes gerações (as dívidas se passavam de pais para filhos quando os primeiros morriam). Quando as *haciendas* eram vendidas, as propriedades eram anunciadas e eram transferidas com seus "*indios conciertos".* Os *socorros e suplidos* serviam para cobrir diversas necessidades e com frequência eram solicitados para pagar despesas rituais vinculadas às festividades religiosas ou familiares (batismos, bodas, funerais). O *concertaje* foi legalmente abolido em 1918, mais de 20 anos após da revolução liberal de 1895, como resultado do embate político entre liberais (que incluíam setores vinculados à burguesia comercial e bancária emergente da região litorânea equatoriana e intelectuais da época) e as forças conservadoras (que representavam fundamentalmente aos latifundiários -*"terratenientes"*- da serra e a setores da Igreja Católica), como uma medida propugnada pela ideologia liberal tendente a liberar à força de trabalho indígena das *haciendas* serranas. Sobre a importância e funcionamento do *concertaje* desde a época colonial e no século XIX ver Oberem (1981); Quintero e Silva (1991). Para uma visão abrangente do *concertaje* como parte das relações de dominação e poder (incluindo suas dimensões simbólicas) no sistema de *hacienda* ver Guerrero (1991). Em relação aos debates políticos produzidos em torno da abolição do *concertaje* ver: Guerrero (1991); Guerrero (2010); Prieto (2004); Barsky (1984).

[104] Ver Oberem (1981a); Guerrero (1975); Barsky (1984). Guerrero ressalta que em 1938 a legislação trabalhista ("*Código de trabajo*") estabeleceu a quantidade máxima de quatro dias de trabalho por semana exigíveis aos *huasipungueros*, mas isso em realidade não se cumpriu (GUERRERO, 1975, p. 64) .

[105] O "Código de trabalho" de 1938 também estabeleceu que a diária a ser paga aos *huasipungueros* não podia ser menor a metade do salário mínimo marcado para os diaristas da mesma localidade, entre outras disposições para regulamentar o trabalho dos *huasipungueros* e estatuir legalmente normas fixadas no costume. (BARSKY, 1984, p. 26-28). Barsky salienta que embora estas disposições não fossem cumpridas pelos latifundiários e aplicadas para a maioria dos *huasipungueros* (porquanto os beneficiavam como trabalhadores rurais) teriam posteriormente um efeito significativo para a reivindicação de seus direitos nos processos de adjudicação de terras na reforma agrária.

[106] A palavra *huasicama* provém também do quíchua *wasikamak* que significa a pessoa encarregada do cuidado da casa, era uma obrigação assumida geralmente pelas mulheres.

momentos em que as tarefas produtivas da *hacienda* requeriam abundante trabalho coletivo (plantio e colheita). Andrés Guerrero sublinha que a forma de trabalho *huasipungo* era uma modalidade definida em termos de direitos e obrigações consuetudinárias, para enfatizar o tipo de relações de dominação às quais as famílias *huasipungueras* estavam submetidas e para evitar a "ilusão" de concebê-la como uma simples troca de trabalho por recursos, em uma espécie de extensão da forma assalariada do trabalho[107] (GUERRERO, 1975, p. 64).

A unidade doméstica *huasipunguera* ("família *huasipungo* ampliada") estava constituída pela família nuclear do huasipunguero e pelos chamados de "*allegados*" (achegados) ou "*arrimados*": famílias e parentes próximos do *huasipunguero* que careciam de lotes para a produção agrícola e que residiam no *huasipungo*. As famílias de *arrimados* contribuíam na produção agrícola da parcela do *huasipungo* e trabalhavam sazonalmente como "peões livres" para a *hacienda*, quando ela o requeria, por uma diária para complementar sua reprodução. Dessa forma, a "família huasipungo ampliada" assegurava de um lado sua reprodução por meio da produção agropecuária no *huasipungo* e, de outro, abastecia de força de trabalho à *hacienda*, sob as modalidades descritas. Em sua detalhada análise do funcionamento da forma de trabalho *huasipungo*, Andrés Guerrero (1975) conclui que ela constituía o elemento angular de todo o processo de produção da *hacienda* tradicional na Serra equatoriana porque era a principal mediação para a apropriação de trabalho excedente e consequentemente para a exploração do produtor imediato, enquanto a forma salário aparece e se combina (num "entrelaçamento orgânico") como um complemento das relações de apropriação de renda-trabalho e como uma expressão da subordinação formal do trabalho ao capital[108] .

No que tange às relações das *haciendas* com as "comunidades livres", também prevaleciam modalidades de apropriação de renda-trabalho baseadas no controle territorial das *haciendas*. Essas formas eram conhecidas como *"yanapa"*[109] e "*sitiaje"* e consistiam na obrigação de camponeses indígenas minifundiários (chamados de *yanaperos* e *sitiajeros*), das "comunidades livres" contíguas às *haciendas*, de trabalhar dois dias por semana para a *hacienda* pelo direito de usufruto de pastagens naturais, água, lenha da *hacienda* ou inclusive

---

[107]Guerrero acrescenta: "*El lote de tierra, los pastizales, etc. que usufructuaban los huasipungueros constituían derechos de posesión consuetudinarios y no una 'remuneración' o 'pago', de la misma manera, el huasipunguero no da 'a cambio' una cierta cantidad de jornadas gratuitas sino que tiene la obligación, igualmente consuetudinaria, de laborar gratuitamente para el hacendado por las relaciones de dominación que pesan sobre él*." (GUERRERO, 1975, p. 64).

[108] Sobre a distinção entre subsunção formal e subsunção real do trabalho ao capital ver Marx (1978). Também o capítulo XIV do livro 1 de *O Capital* (MARX, 2013).

[109] *Yanapa*, palavra quíchua que significa serviço, ajuda.

de transitar por ela (uso de caminhos)[110]. Em algumas zonas com maior presença das "comunidades livres" as relações das *haciendas* com camponeses indígenas sob a modalidade de *yanapa* foram comuns e muito estendidas, como constata Korovkin (2002) para o caso da Província de *Imbabura* na Serra Norte[111].

A produção da *hacienda* tradicional serrana orientava-se para abastecer de alimentos e produtos diversos ao mercado interno, em contraste e em complementariedade com a orientação exportadora assumida pela região litorânea equatoriana[112]. Guerrero (1975) sublinha a inserção "indissolúvel" da *hacienda* no capitalismo dependente equatoriano mediante esse vínculo à esfera da circulação mercantil, na qual a classe *terrateniente* (latifundiária) serrana realizava monetariamente a renda-trabalho e a mais-valia apropriada no processo de produção. É precisamente essa particular forma de integração no capitalismo que permite explicar os investimentos em melhoras tecnológicas, na mecanização agropecuária e na modernização da produção impulsionados pelos *terratenientes* (latifundiários) com uma racionalidade econômica definida (para maximizarem os seus lucros) registrada em algumas *haciendas* já na década de 1940, sem que isso implicasse na transformação dos modos de trabalho e de apropriação de renda, como ressalta Guerrero, na relação com as economias camponesas das comunidades indígenas de *hacienda* ou livres (GUERRERO, 1975, p. 26-27). Fernando Velasco (1983) também ressalta a funcionalidade da *hacienda* tradicional serrana às "necessidades de acumulação de capital", numa sociedade cuja economia tinha como eixo a agricultura de exportação. É por essa razão, sublinha Velasco, que a burguesia agroexportadora da região litorânea não procurou a transformação dos latifúndios serranos após a revolução liberal de 1895 (VELASCO, 1979, p. 48).

---

[110] Na forma de trabalho *yanapa* os diversos arranjos entre os latifundiários e os indígenas podiam incluir esses distintos tópicos, baseados no controle territorial exercido pelas *haciendas*. No caso da forma *sitiaje* referem-se exclusivamente aos direitos de uso de pastagens naturais pelo qual além da obrigação de entrega de trabalho, estabelecia-se um valor anual de arrendamento por animal (que devia ser pago pelo *sitiajero* em dinheiro, animais ou em trabalho). Ver Costales (1962); Guerrero (1975).

[111] Korovkin (2002) questiona a sobrestimação dada pelos estudos agrários no Equador ao *huasipungo* (enquanto "forma de produção pré-capitalista") em detrimento a outras como a *yanapa*. Mesmo assim, visto que boa parte desses estudos centraram sua atenção no funcionamento do sistema de *hacienda* e sua transformação como consequência do processo de desenvolvimento capitalista, das reformas agrárias e das lutas camponesas indígenas, essa prioridade se explica porque a forma de trabalho *huasipungo* constituía a modalidade principal de apropriação de renta-trabalho e de sujeição dos indígenas dentro das *haciendas,* sendo particularmente relevante na concepção e aplicação da primeira lei de reforma agrária de 1964.

[112] Desde finais da época colonial, a produção da Região Costa equatoriana se articulou aos mercados externos com a produção de cacau. A partir de então, o cacau, o café, a banana constituíram em diversos momentos os principais produtos agrícolas de exportação do país e as variações em sua produção e preços nos mercados internacionais marcaram ciclos de auge e declínio da economia equatoriana durante uma grande parte do século XX, antes que o petróleo se tornasse o principal produto de exportação desde a década de 1970.

Da sua análise da dinâmica do sistema de *hacienda* e sua inserção no capitalismo, Guerrero (1975) ressalta duas consequências decorrentes das modalidades de exercício de poder da classe *terrateniente* serrana de relevância para nosso trabalho:

a) a configuração de uma trama específica de poder local baseada na dominação étnica que tem como seu ápice a figura do *terrateniente*;

b) uma modalidade particular de inserção da classe *terrateniente* no bloco de classes dominantes e em sua relação com o Estado.

Guerrero (1975) assume a noção de *gamonalismo* definida por Mariátegui [113] e estendida nos países andinos, para caracterizar essa configuração racializada das relações de poder local, enquanto modalidade de controle ideológico, político e cultural que encaminhava a vida dos indígenas em múltiplos aspectos, com a participação de um conjunto de mediadores da dominação tais como a Igreja Católica (que também era *terrateniente*), em especial na figura dos padres (*curas*) dos povoados (*parroquias*[114]), dos funcionários locais do Estado (*tenientes políticos, jefes políticos*[115] e funcionários das prefeituras) dos funcionários médios das *haciendas* e da população branco-mestiça dos povoados (*parroquias* e *cabeceras cantonales*) que mantinham laços assimétricos com os indígenas. Em trabalhos posteriores, Guerrero (1993; 2000; 2010) aprofundará sua caracterização dessa configuração do poder local na Serra equatoriana que toma à *hacienda* como ponto nodal estruturante das "hierarquias sociais", das "práticas políticas" e da "ordem simbólica" (Guerrero, 1993, p. 93) e desenvolverá sua tese de que este sistema de dominação étnica de longa duração constituiu-se como uma forma de "administração de populações", descentrada do Estado e compatível com os princípios e leis do Estado nação republicano, a partir da eliminação do tributo de índios[116] e da igualação legal dos indígenas em 1857. Desde então, com a lei de igualação cidadã, as populações indígenas foram "indefinidas", entrando em uma espécie de "limbo

---

[113] Para Mariátegui: *"El término 'gamonalismo' no designa sólo una categoría social y económica: la de los latifundistas o grandes propietarios agrarios. Designa todo un fenómeno. El gamonalismo no está representado sólo por los gamonales propiamente dichos. Comprende una larga jerarquía de funcionarios, intermediarios, agentes, parásitos, etc. El indio alfabeto se transforma en un explotador de su propia raza porque se pone al servicio del gamonalismo. El factor central del fenómeno es la hegemonía de la gran propiedad semifeudal en la política y el mecanismo del Estado"* (MARIÁTEGUI, 2007, p. 28).

[114] No Equador a divisão político administrativa compreende três distintos níveis: As *província*s, os *cantones* e as *parroquias* rurais (sendo estas últimas as unidades de menor nível). Em 2015, o país tinha 24 *províncias*, 221 *cantones* e 797 *parroquias* rurais (INEC, 2015). Segundo a Constituição de 2008, cada uma dessas unidades tem um governo autônomo descentralizado de eleição popular: *consejo provincial, concejo cantonal e junta parroquial*, respectivamente.

[115] Os *tenientes políticos* e os *jefes políticos* são as autoridades nomeadas pelo poder executivo e que representam o governo central nas *parroquias rurais* e nos *cantones* respectivamente.

[116] O tributo de índios colonial foi mantido durante as primeiras décadas do período republicano sob o nome de "contribuição pessoal de indígenas" (lei expedida ainda em 1828 durante a *Gran Colombia*), até ser suprimido em 1857. Ver Guerrero (2010).

político", em uma zona de "indiferença" entre interior e exterior da cidadania formal e das leis, que deixou o espaço aberto para o "livre arbítrio dos poderes fáticos" (GUERRERO, 2010, p. 194-195). Dessa forma, o Estado central desentendeu-se do "governo dos indígenas" e delegou (derivou) a administração e o controle das populações indígenas nessa trama de poderes locais (GUERRERO, 2010).

De outro lado, no que diz respeito à inserção da classe *terrateniente* serrana no bloco de classes dominantes e sua atuação no Estado, Guerrero (1975, p. 56-57; 1983, p. 60-75) destaca a participação dela na reprodução ampliada das relações capitalistas fora do âmbito agrário da região Serra por meio de investimentos e da transferência de renda para outros setores econômicos (indústria, finanças, comércio, construção). Isso a colocava em uma relação não antagônica com as frações emergentes da burguesia, acentuava seus traços capitalistas e deslocava também o centro de gravidade de seus interesses. Até a década de 1970, a classe *terrateniente* serrana ocupou assim um "lugar nodal" no bloco de classes dominantes (ancoradas regionalmente na Costa e na Serra), participando diretamente do exercício do poder político ao nível local e nacional[117].

Tenho me detido neste percurso em torno de alguns antecedentes históricos relevantes na medida em que eles facilitam a compreensão da centralidade da *hacienda* no sistema de dominação étnica que imperou na Serra equatoriana, no qual se inserem as diversas modalidades de resistência e de luta que contribuíram na formação do atual movimento indígena equatoriano e que dão a ele sua especificidade em relação aos outros países. Ao mesmo tempo, esses antecedentes definem também as particularidades e as diversas trilhas que assumirá o processo de desenvolvimento capitalista no campo serrano, marcando as transformações agrárias, as respostas da classe *terrateniente* serrana e as políticas do Estado equatoriano, a partir da década de 1960. Em síntese, aqui me interessa ressaltar o papel da *hacienda* tradicional serrana como espaço de articulação das relações de exploração do trabalho indígena e da dominação étnica de origem colonial, e nesse sentido, enquanto principal eixo organizador e reprodutor da trama de relações de poder fundamentadas no "racismo" - "etnicismo", que caracteriza a "colonialidade do poder"[118], fundamento que se

---

[117] Ver: Guerrero (1983). Essa participação da classe *terrateniente* serrana no bloco dominante se evidencia, como relembra Zamosc, no fato que em 1962 dos 34 deputados do Congresso Nacional da região Serra, 28 eram *terratenientes* (ZAMOSC, 1990, p. 211). O estudo de Sylva (1986) também mostra em detalhe no caso da *Provincia de Chimborazo* (Serra central) a diversificação produtiva empreendida pela classe *terrateniente* em outros setores econômicos e o controle desta do aparelho político administrativo do Estado no âmbito provincial (e os vínculos com o aparelho político estatal central) na década de 1960.

[118] Como foi apontado no capítulo primeiro, assumo a noção de "colonialidade do poder" a partir da abordagem desenvolvida por Quijano em vários de seus trabalhos, grande parte deles selecionados na antologia publicada recentemente por CLACSO (QUIJANO, 2014). Segundo este autor, a noção de colonialidade do poder refere-se

reflete no processo de formação e consolidação do Estado-nação equatoriano, na dinâmica das relações de classe e que se projeta de diversas formas até o momento atual. Por um longo período, o sistema de *hacienda* constituiu o pano de fundo, no qual se reproduzia uma hierarquia social baseada na classificação étnica e se ratificava cotidiana e simbolicamente a condição de inferioridade do índio, como uma resultante das relações de poder e dominação, modelando as percepções sobre a alteridade e as relações intersubjetivas. Concomitantemente, o sistema de *hacienda* também moldou os espaços e as formas que assumiria a reprodução étnica nas comunidades indígenas da Serra, ora se adequando as condições de submissão, ora criando espaços de autonomia e resistindo à lógica de exploração e dominação. É nessa trama de relações de poder que se desenvolveram as lutas indígenas ao longo do século XX e é sobre essa base que se estruturou o discurso organizativo indígena na Serra equatoriana e suas principais referências, através das quais as representações do passado recriam-se e relacionam-se com as lutas e condições do presente.

Efetivamente, como mencionado, os primeiros sindicatos indígenas se conformaram na Serra Norte durante a década de 1920. Sob a liderança de Jesús Gualavisí, o primeiro sindicato indígena foi o "*Sindicato de Trabajadores Campesinos de Juan Montalvo*", constituído no ano de 1926, na zona de Cayambe na Serra Norte[119] (BECKER e TUTILLO, 2009). Entre 1927 e 1931, após a formação do sindicato de *Juan Montalvo* seguiram a criação dos sindicatos *"El Inca", "Tierra libre" e "Pan y Tierra",* todos no *Cantón Cayambe* (PRIETO, 1978, p. 43). Tratavam-se das primeiras organizações indígenas que levantaram um questionamento direto acerca das condições de exploração enfrentadas pelos indígenas nas *haciendas* e articularam novas formas de luta incluindo greves e levantes nas *haciendas*[120]. Sem contar com uma cobertura legal, inicialmente, esses sindicatos se organizaram clandestinamente para evitar a perseguição. As reuniões realizavam-se furtivamente nas noites, escondidos nas colinas ou desfiladeiros ou em casas simulando alguma festa (Prieto, 1978, p. 45; Becker e Tutillo, 2009, p. 99), como tem sido ilustrado por distintos depoimentos

---

às relações de poder nas quais as categorias de "raça", "cor", "etnicidade" são inerentes e fundamentais (QUIJANO, 2014, p. 205). Sobre esta noção e suas implicâncias como elemento constitutivo do padrão mundial de poder capitalista ver Quijano (1992); Quijano e Wallerstein (1992); Quijano (2014).

[119] O *Sindicato de Trabajadores Campesinos de Juan Montalvo* foi constituído em janeiro de 1926, antes inclusive da fundação do *Partido Socialista Ecuatoriano* (também constituído em 1926) e da posterior formação do Partido Comunista do Equador (PCE) em 1931, desprendido do mesmo Partido Socialista. Como destacam Becker e Tutillo (2009, p. 96-99), Jesús Gualavisí participou na Assembleia de formação do Partido Socialista em maio de 1926 e seria depois um destacado militante indígena do PCE na sua região, contribuindo na formação de outros sindicatos, da *Federación Ecuatoriana de Indios* (FEI) e nas lutas indígenas.

[120] Uma visão detalhada da história, modos de organização e lutas levantadas pelos primeiros sindicatos indígenas encontra-se em Becker (2008); Becker e Tutillo (2009); Prieto (1978); Prieto (1980).

das lideranças da época[121]. Os sindicatos estavam constituídos fundamentalmente por famílias de *huasipungueros* e seus *arrimados* de comunidades de *hacienda* e poucos *yanaperos* indígenas e como ressalta Prieto (1978, p. 44; 1980, p. 114), a distinção étnica ("*lo indio"*) foi um fator relevante para a "articulação dos camponeses participantes do movimento" o que se reflete no fato que os "brancos" da zona consideravam aos sindicatos como "coisa de naturais (índios)[122]".

Desde seus inícios os sindicatos mantiveram vínculos estreitos com o Partido Socialista primeiro e com o Partido Comunista Equatoriano (PCE) depois, fundados nesses mesmos anos. Em contraste com as interpretações desses vínculos que enfatizaram na ideia do controle e manipulação pelo PCE das organizações indígenas, os estudos de Marc Becker (2007; 2008) evidenciam e salientam a estreita relação de cooperação construída nesses anos (pelo menos até a década de 1940) entre as lideranças indígenas desses sindicatos e um grupo destacado de militantes e intelectuais urbanos (homens e mulheres) do PCE[123], que redundaria em mútuo benefício. De um lado, esse vínculo permitiu aos militantes urbanos do PCE apoiar as gestões e lutas levantadas pelos sindicatos indígenas diante do Estado dando-lhes uma projeção nacional, ao tempo que incorporavam na plataforma política do partido as demandas indígenas. De outro lado, contribuiu na formação de lideranças e quadros indígenas que se incorporariam ao partido, incluindo mulheres na direção dos sindicatos[124]. Essa relação de colaboração também teve um papel significativo na criação e desenvolvimento das primeiras escolas geridas por professores indígenas nas décadas de 1940 e 1950 na mesma zona de Cayambe, que constituíram um antecedente relevante para a reivindicação da educação intercultural bilíngue, pelo movimento indígena.

---

[121] Diversos depoimentos sobre o processo de formação dos primeiros sindicatos indígenas e as lutas empreendidas nas décadas de 1930 e 1940 de algumas das principais lideranças indígenas tais como Neptalí Ulcuango, Tránsito Amaguaña, Dolores Cacuango, Luis Catucuamba, Virgilio Lechón, entre outros, encontram-se em: Prieto (1978); Yanez (1988); Rodas (2007a); Rodas (2007b).

[122] O uso do termo "naturais" para se referir aos indígenas era muito comum entre as populações mestiças das *parroquias* rurais serranas, pelo menos até a década de 1980. Este termo tem origem colonial (foi usado frequentemente pelos cronistas) e inclusive foi assumido para nomear instituições da Corona Espanhola desde o século XVI (os *Protectores de Naturales*). Nos povoados da Serra era usado como um termo classificatório para marcar a fronteira étnica, muitas vezes com uma conotação racista.

[123] Entre elas destacam-se figuras políticas históricas do PCE como Ricardo Paredes, Nela Martínez, María Luisa Gómez de la Torre, Rubén Rodríguez, entre outros intelectuais e lideranças do PCE. Valeria Coronel (2016, p. 78) enfatiza que o movimento de esquerda equatoriano entre a década de 1920 e 1940 foi um "movimento vital e muito influente" que abriu um caminho autônomo para a construção de direitos diante dos projetos da "elite conservadora" e da "oligarquia liberal", articulando setores médios com movimentos populares antagónicos que reclamavam justiça em conflitos de grande fôlego pela terra e contra as formas de dominação exacerbadas, com destaque dos sindicatos indígenas na Serra, camponeses na Costa e de trabalhadores em Guayaquil e Quito.

[124] Ver Becker (2007); Becker (2008); Becker e Tutillo (2009). Dolores Cacuango foi parte do Comité Central do Partido Comunista.

A organização dos primeiros sindicatos concentrou-se nas *haciendas* que passaram a ser de propriedade do Estado (geridas por meio da *Asistencia Pública*[125]) como consequência da expropriação de prédios que pertenciam às ordens religiosas da Igreja Católica, produzida em 1908 com a revolução liberal[126]. Essas *haciendas* eram alugadas a *terratenientes* que frequentemente tinham suas propriedades próximas ou contíguas a elas. A desapropriação das terras das congregações da Igreja não significou uma mudança nas formas de trabalho nessas *haciendas.* Pelo contrário, em múltiplos casos, diante da pressão dos alugadores por obter maiores lucros em períodos curtos de tempo, intensificaram-se as relações de exploração aos *huasipungueros*, suas famílias e trabalhadores nas *haciendas*, frequentemente violando os arranjos de trabalho e as costumes estabelecidas e incrementando os níveis de coerção física (punições, utilização do chicote), bem como se intensificou o uso da terra, provocando a diminuição da fertilidade dos solos[127]. Nesse sentido, entre os diversos fatores que facilitaram o processo de organização e mobilização indígena nessas *haciendas*, Prieto (1978) destaca o enfraquecimento produzido nelas das formas tradicionais de domínio interno exercido pelos patrões e seus funcionários ao violentar os arranjos e as redes de relações sociais entre os camponeses e a *hacienda*, com a consequente perda da função de autoridade do patrão na *hacienda* e de seu papel na reprodução das famílias camponesas vinculadas a ela. Serão precisamente essas *haciendas*, transformadas no elo mais fraco da dominação *terrateniente* e no foco das mobilizações e lutas indígenas as primeiras em serem distribuídas com a lei de Reforma Agrária de 1964.

Ao fazer um balanço do processo organizativo dos primeiros sindicatos indígenas e das lutas levantadas por eles, Prieto (1978, p. 2) caracteriza o período 1926-1948 como o "início da ofensiva camponesa na dinâmica da *hacienda"*. Com efeito, o trabalho organizativo dos primeiros sindicatos indígenas rapidamente se traduziria na zona numa crescente agitação social que se concretizou com a realização de várias greves e levantes nas *haciendas* estatais

---

[125] A *Asistencia Pública* era uma entidade estatal do *Ministério de Previsión Social*, encarregada da manutenção de hospitais públicos, orfanatos e asilos. Em 1948 mudou seu nome por *Asistencia Social*.

[126] Em 1908 o governo liberal de Leonidas Plaza expediu a "Lei de Beneficência" (conhecida como "lei de mãos mortas") por meio da qual o Estado equatoriano desapropriou os latifúndios pertencentes às ordens religiosas da Igreja Católica. As *haciendas* desapropriadas foram destinadas a financiar os serviços da *Asistencia Pública* através do seu aluguel (geralmente para latifundiários próximos ou vizinhos) com contratos renováveis de oito anos de duração (tendo alcançado em alguns casos 24 anos). Becker e Tutillo afirmam que em 1929 de um total de 43 unidades administradas pela Asistencia Pública, 30 dessas *haciendas* estiveram localizadas na *Provincia de Pichincha* (a maior parte delas no *Cantón Cayambe*), quatro em *Cotopaxi* e *Chimborazo*, três em *Imbabura*, e uma em *Carchi* e em *Bolívar*, todas elas províncias da região Interandina (BECKER e TUTILLO, 2009, p. 73).

[127] Ver Prieto (1978, p. 23-32); Becker e Tutillo (2009, p. 71-89).

entre 1930 e 1935, bem como deslocamentos para Quito[128], ações todas encaminhadas no sentido de reivindicar melhores condições de trabalho e reprodução social dos indígenas nas *haciendas.* Assim, é interessante observar a pauta de 17 reivindicações apresentada durante a greve deflagrada pelos sindicatos *"El Inca"* e *"Tierra libre"* os últimos dias de 1930 e que se estenderia até janeiro de 1931[129], a qual incorporou uma variedade de exigências, entre as que se destacam: a eliminação dos maus tratos físicos aos trabalhadores (uso de chicote e cacete) por *mayordomos*[130] e funcionários das *haciendas*; a abolição do trabalho gratuito das mulheres para prestar serviços como *huasicamas* para funcionários das *haciendas* e a exigência de pagamento de diárias ou salários para os trabalhos diversos exercidos pelas mulheres nas *haciendas*; a redução da jornada laboral (para oito horas) e dos dias de trabalho por semana (para cinco dias) obrigatórios dos *huasipungueros*; o incremento das diárias para todos os trabalhadores; a devolução do *huasipungo* para aqueles que lhes tinha sido retirado; o estabelecimento de uma escola e assistência médica gratuita. Evidentemente, embora esta pauta ainda não colocasse a reivindicação da propriedade da terra (de fato os *huasipungueros* tinham algum nível de acesso a ela) e a reforma agrária, nos seus aspectos centrais esta pauta reivindicativa inseria-se na lógica de funcionamento do sistema de *hacienda,* tentando ampliar os espaços e os tempos de reprodução autônoma da "família *huasipungo* ampliada", incrementar o valor das diárias do trabalho incluindo o pagamento de diárias ao trabalho das mulheres, pôr limites ao tempo de trabalho gratuito apropriado pela *hacienda* e barrar a coerção física exercida pelos funcionários mestiços. Nesse sentido, pode ser considerada como um germe das disposições em defesa dos *huasipungueros* que foram incorporadas no "*Código de Trabajo*" de 1938, com as quais se tentava regulamentar seu trabalho.

Diante esse processo de mobilização indígena as respostas imediatas da classe *terrateniente* e do Estado passaram pela repressão direta dos nascentes sindicatos e a punição de suas lideranças, sob a justificativa que estava sendo preparada uma rebelião e que em Cayambe existia a ameaça de uma "revolução comunista indígena" (BECKER e TUTILLO, 2009, p. 99). Durante os distintos episódios de protesto protagonizados pelos sindicatos indígenas na década de 1930, o exército foi frequentemente mobilizado para reprimir suas

---

[128] Em março de 1931, 156 indígenas de Cayambe se deslocaram a pé para Quito para apresentar suas reclamações ante o governo. Em Quito foram detidos pela polícia e forçados a retornarem para Cayambe; ver Becker e Tutillo (2009, p. 111-113); Prieto (1978, p. 49).

[129] Essa pauta de reivindicações foi reproduzida pelo jornal "*El Día*" do 6 de janeiro de 1931 e está transcrita em Prieto (1978, p. 47-48). Uma cópia do documento original (jornal "*El Día*") tem sido disponibilizada na internet por Marc Becker e pode ser acessada em: http://www.yachana.org/earchivo/pesillo1931.pdf. Último acesso em: 11 abr. 2017.

[130] Os "*mayordomos*" eram funcionários intermédios das *haciendas* (geralmente mestiços) encarregados de organizar, controlar e vigiar as diferentes tarefas agrícolas cotidianas dos trabalhadores no campo.

ações. Os acordos e conquistas alcançadas pelos indígenas diante das diversas entidades do Estado com suas ações de protesto, geralmente foram descumpridos pelos arrendatários e autoridades locais (PRIETO, 1978, p. 47-61; PRIETO, 1980, p. 115-118). Após as greves de 1930, 1931 e 1932, as lideranças foram perseguidas, detidas e expulsas das *haciendas*, suas casas destruídas e incendiadas e seus animais retidos (PRIETO, 1978; BECKER e TUTILLO, 2009). Mesmo assim, a atividade sindical continuou com o trabalho clandestino impulsionado pelas lideranças expulsas (com destaque de Dolores Cacuango) de fora das *haciendas*, o qual permitiu manter a organização, incorporando às reivindicações a devolução dos *huasipungos* das lideranças expulsas[131], o retorno delas às *haciendas* e o parcelamento de terras não cultivadas nelas (PRIETO, 1978, p. 53-61).

Ao trabalho organizativo dos primeiros sindicatos na zona de Cayambe somaram-se durante a década de 1930 ações reivindicativas de sindicatos indígenas na Província de Chimborazo na Serra central, com destaque da greve protagonizada pelos indígenas das *haciendas* de Pull e Galte em fevereiro de 1935 e da figura de Ambrosio Lasso como liderança[132]. Numa direção similar às primeiras greves em Cayambe, as principais reivindicações levantadas foram: a diminuição dos dias de trabalho obrigatório e da jornada de trabalho dos *huasipungueros*, a eliminação do trabalho gratuito de mulheres e menores de idade, a eliminação de multas por diversos motivos aos trabalhadores indígenas, o estabelecimento de uma escola e a liberdade de organização[133]. Essa greve também foi duramente reprimida, 80 indígenas participantes foram detidos e sua liderança Ambrosio Lasso foi mantida no cárcere de Riobamba por quase dois anos, em suas palavras, "*sólo por el delito de haber organizado y fundado sindicatos en sectores poblados de centenares de campesinos trabajadores"* [134] (CORONEL, 2012, p. 474).

---

[131] Kim Clark (1999) destaca a importância que a conexão com a terra (enquanto lugar de nascimento, lar e lugar de trabalho e produção por muitos anos) teve no discurso indígena e nas reivindicações levantadas pelos sindicatos durante a década de 1930, depois da expulsão das lideranças indígenas de seus *huasipungos* e da destruição de seus lares.

[132] Ver Albornoz (1976, p. 91-94).

[133] Ver o periódico *Ñucanchic Allpa* (Nossa Terra em quíchua), número 6, de março de 1935, disponibilizado na internet por M. Becker (http://www.yachana.org/earchivo/nucanchic/marzo1935.pdf, último acesso em 07 abr. 2017). *Ñucanchic Allpa* foi uma publicação bilíngue produzida (de forma irregular) pelos ativistas indígenas e seus aliados entre 1930 e 1960 que dava conta da situação dos indígenas e de suas lutas. Definido como o "Órgão dos sindicatos, comunidades e índios, em geral", com a criação da Federação Equatoriana de Índios (FEI) em 1944, foi assumido como o periódico oficial desta organização (BECKER, 2006).

[134] Carta enviada por Ambrosio Lasso do cárcere de Riobamba o 31 de setembro de 1935 para o "*Compañero Director del Frente Obrero"*, intitulada "*De las víctimas de Pul"*, na qual apela a "todas as forças da esquerda unificadas" pressionarem o Congresso Nacional para a liberação e indenização dos imputados no "*levantamiento indígena de Pul*", assinando como representante de 30.000 Puruhaes (povo indígena da Província de Chimborazo). Esta carta está reproduzida em Coronel (2012, p. 474). Ver também o artigo "*La libertad de Ambrosio Lasso*" de Joaquín Gallegos Lara, escritor e militante comunista, publicado no número 8 de *Ñucanchic*

Durante a década de 1930, com o apoio dos militantes socialistas e comunistas, o processo de organização dos primeiros sindicatos indígenas em várias Províncias da Serra esteve também acompanhado de tentativas de constituição de uma federação nacional camponesa e de trabalhadores rurais entre os nascentes sindicatos. Assim, após da greve de 1930-31, em fevereiro de 1931 foi convocado um Primeiro Congresso de camponeses e trabalhadores rurais em Juan Montalvo (Cayambe). Esse Congresso que pretendia reunir 2000 delegados das diversas províncias de região Interandina e da Costa, além da constituição de uma confederação de trabalhadores rurais e camponeses pautava também a discussão de um programa reivindicativo que incluía a terra (PRIETO, 1979, p. 55). Sua convocatória e seus preparativos geraram preocupação no governo que impediu sua realização, decretou o estado de emergência na zona de Cayambe, barrou o acesso das delegações ao Congresso, suspendeu o trânsito nas rodovias e prendeu seus principais organizadores militantes do Partido Socialista (PRIETO, 1978, p. 55-56; BECKER e TUTILLO, 2009, p. 104-110). Após essa frustrada tentativa, em novembro de 1935, com o respaldo dos militantes comunistas, diversas lideranças indígenas da Serra reuniram-se na "*Casa del Obrero"* em Quito e realizaram uma *"Conferencia de cabecillas indígenas"* onde constituíram o *"Consejo General de Cabecillas Indios"* (Conselho Geral de lideranças índias), sendo Jesús Gualavisí nomeado como secretário geral dessa organização (BECKER e TUTILLO, 2009, p. 133). Essa organização constituiu o antecedente para a conformação da *Federación Ecuatoriana de Indios* (FEI) em 1944, como resultado do processo organizativo e das lutas dos sindicatos indígenas em várias localidades da Serra equatoriana.

Numa conjuntura política favorável aberta com a revolta popular gestada o 28 de maio de 1944 chamada de "*La Gloriosa*"[135] que teve uma destacada participação de militantes comunistas e socialistas, provocou a derrubada do governo de Arroyo del Río e levou o caudilho Velasco Ibarra à presidência da República (por segunda ocasião), em agosto de 1944 realizou-se em Quito o Primeiro Congresso de Índios do Equador e constituiu-se a *Federación Ecuatoriana de Indios* (FEI). Jesús Gualavisí foi nomeado presidente da nova organização e Dolores Cacuango designada secretária-geral.

Allpa, do 17 de março de 1936. Esse número também está disponibilizado por M. Becker na internet: http://www.yachana.org/earchivo/nucanchic/1936marzo17.pdf. Último acesso em 11 abr. 2017.

[135] Sobre a insurreição popular e militar do dia 28 de maio de 1944, chamada de *"La Gloriosa"* e a participação de militantes comunistas e socialistas ver Vega (1987); Ogaz (1998); Cabrera (2016). Nela Martínez, militante comunista e destacada protagonista desse momento histórico, salienta a participação de Dolores Cacuango e dos indígenas de Cayambe na toma do quartel militar de Cayambe o dia 29 de maio (MARTÍNEZ, 1991, p. XXI; MARTÍNEZ, 2012, p. 147; VEGA, 1987, p. 96). Essa conjuntura favorável aos movimentos populares que levou a promulgação da Constituição democrática e progressista de 1945 fechou-se definitivamente em março de 1946, com o golpe ditatorial do próprio Velasco Ibarra.

O nome da FEI implicitamente assumia a especificidade das demandas indígenas e reivindicava o termo índio[136], até então carregado de conotações negativas decorrentes dos preconceitos coloniais e racistas. Reconhecida legalmente em 1945[137], a FEI definiu como seus principais objetivos "realizar a emancipação econômica dos índios equatorianos" e "elevar seu nível cultural e moral conservando o bom de suas costumes e instituições"[138]. A FEI articulou os sindicatos e outras organizações indígenas, especialmente as das Províncias da Serra Norte e Centro e constituiu assim a primeira tentativa política bem sucedida de formar uma organização indígena em âmbito nacional, sendo a "principal expressão organizativa" dos indígenas e camponeses da *região Interandina* entre as décadas de 1940 e 1960 (BECKER e TUTILLO, 2009, p. 133).

Desde sua criação a FEI esteve vinculada a *Confederación de Trabajadores del Ecuador* (CTE), central sindical criada também em 1944, próxima do Partido Comunista. Nesse sentido, na perspectiva de construção de uma aliança operário-camponesa promovida pelos militantes comunistas e concebida como a ala rural e indígena da CTE na Serra equatoriana, encaminhada a enfrentar os problemas camponeses e indígenas e exercer pressão para sua solução numa perspectiva de classe (BECKER e TUTILLO, 2009, p. 132-133). Mesmo assim, é interessante destacar que na concepção dos militantes comunistas da época, os índios enfrentavam a exploração como classe e ao mesmo tempo constituíam "nacionalidades oprimidas"[139]. Nesse sentido, a questão indígena não podia ser reduzida

---

[136] Becker e Tutillo (2009, p. 138) afirmam que inicialmente a FEI se chamaria Federação Indígena Equatoriana e que a opção assumida pelo termo índio em lugar de indígena (ou camponês) acentuava o componente étnico e desafiava os discursos dominantes liberais e marxistas sobre a questão indígena, em voga no momento. Estes autores sugerem que se tratou de uma dinâmica parecida com a reapropriação do termo "índio", operada pelas lideranças indígenas na década de 1990, com um sentido político de afirmação étnica e como um valor que se levanta nas lutas de liberação indígena.

[137] Becker e Tutillo (2009, p. 140) salientam que a aprovação oficial dos estatutos da FEI em 1945 implicou duas mudanças neles com importantes consequências políticas: a) a exclusão das *comunas* como integrantes da Federação, limitando a filiação aos "sindicatos, cooperativas, instituições culturais e defensivas, todas de caráter indígena, bem como tribos" ; e, b) o retiro da exclusividade para a nomeação de deputados ou representantes funcionais da "raça indígena" ao Congresso se a lei eleitoral o concede (contemplados para a Assembleia Constituinte de 1944-45 e na Constituição de 1945). Os estatutos da FEI aprovados em 1945 estão disponibilizados na internet por M. Becker (ver: https://www.yachana.org/earchivo/fei/estatutos.pdf, último acesso em 4 mai. 2017).

[138] Além de esses objetivos, nos estatutos da FEI também constam "contribuir à realização da unidade nacional" e "estabelecer vínculos de solidariedade com todos os índios americanos", ver os estatutos da FEI (FEI, 1945) disponível em: https://www.yachana.org/earchivo/fei/estatutos.pdf. Último acesso em 4 mai 2017.

[139] Ver Becker (2013). Este autor documenta a origem da noção de nacionalidades indígenas como parte da "agenda política indígena" no pensamento dos comunistas equatorianos nas décadas de 1930 e 1940, especialmente de Ricardo Paredes, com base nas interpretações de Lênin sobre a questão colonial e o direito das nações à autodeterminação (LENIN, 1986 [1914]) e nas posições assumidas pelo Comintern no final da década de 1920 e durante a década de 1930 (BECKER, 2013, p. 23- 28). Essa concepção foi expressa em vários artigos no periódico *Ñucanchic Allpa* (Ver os números 8 e 16, de março de 1936 e de novembro de 1944 respectivamente, em: http://www.yachana.org/earchivo/nucanchic, último acesso em 11 mai 2017) e no processo organizativo indígena encaminhado a "unir e organizar os índios para a defesa de seus interesses de

apenas a um problema de classe sem deixar de considerar sua condição nacional expressa em sua própria história, língua, território e instituições culturais e em seu "direito de autodeterminação de seus destinos"[140] (BECKER, 2013, p. 28).

Assim, a criação da FEI em 1944 foi o ponto de chegada de um processo político extremamente rico de constituição da primeira organização indígena nacional, em cuja prática concreta já confluía "conteúdos étnicos e classistas" na configuração de sua identidade (Fernández, 2013, p. 43), processo marcado por dois aspectos cruciais que caracterizarão o devir do movimento indígena em termos gerais até o momento atual: os fortes vínculos com os movimentos populares e suas lutas, bem como sua relação com diversos setores da esquerda equatoriana. Esta interpretação do processo político da FEI, sustentada nos trabalhos de Becker, tem importantes consequências para a compreensão do movimento indígena nas últimas décadas, pois não considera esta organização apenas como um antecedente organizativo prévio à conformação da CONAIE e ao processo de afirmação étnica nas décadas de 1980 e 1990, nem compreende a FEI como uma organização instrumentada pelo PCE para impor uma concepção classista em detrimento da questão étnica, perspectivas muito comuns nas análises acadêmicas na década de 1990[141] e inclusive nas valorações produzidas pela mesma CONAIE sobre seu processo organizativo[142]. Pelo contrário, quebra com a tendência a sublinhar exclusivamente o fator étnico na configuração do movimento indígena contemporâneo que desloca os elementos decorrentes da questão de classe e da luta de classes na análise. Ao mesmo tempo, ressalta o papel das lideranças indígenas e das lutas concretas levantadas pelas organizações indígenas no passado enquanto uma tradição e um acúmulo que continuam sendo um referente para as organizações e lutas do presente, que permite compreender articuladamente como parte de uma mesma realidade as dimensões étnicas e classistas no processo político e nas práticas organizativas do movimento indígena. De outro lado, evidencia a presença das noções de classe, etnicidade e de nacionalidades indígenas na formação e desenvolvimento da FEI nas décadas de 1930 e 1940 e valora o processo histórico

---

classe e como nacionalidades oprimidas", segundo indica a *Conferencia de Cabecillas Indios* e que conduziria em última instância à formação da FEI (*Ñucanchic Allpa*, No. 8, 6 de março de 1936, p. 2, em: http://www.yachana.org/earchivo/nucanchic/1936marzo17.pdf, último acesso 11 mai. 2017).

[140] Ver "*El problema del indio, problema nacional*", em *Ñucanchic Allpa*, No. 16, 5 de noviembre de 1944, p. 2 (http://www.yachana.org/earchivo/nucanchic/1944nov5.pdf , último acesso 11 mai. 2017).

[141] Ver a discussão sobre as interpretações do processo político do movimento indígena no capítulo primeiro.

[142] Ver CONAIE, 1989. Neste livro produzido pela CONAIE, mesmo que se destaca o papel dos primeiros sindicatos indígenas e da FEI na luta pela terra até a década de 1960, afirma-se: "*la FEI no tomó en cuenta la globalidad de nuestros problemas, esto es, la explotación de clase y la discriminación étnica a la que estamos sujetos. Por ello, esta Organización no alcanzó a tener la representatividad nacional de los indígenas"* (CONAIE, 1989, p. 32).

do movimento indígena em sua complexidade e em sua relação com as forças de esquerda equatoriana.

A presença da FEI na Serra equatoriana dinamizou a organização indígena e ativou os conflitos no campo durante a década de 1950 e na primeira metade da década de 1960, sendo os protestos mais fortes nas zonas de maior influencia da FEI (BECKER e TUTILLO, 2009, p. 157; VELASCO, 1979, p. 135-136). As pautas reivindicativas dos sindicatos indígenas baseavam-se nos avanços alcançados na legislação trabalhista (PRIETO, 1979, p. 62), mas frequentemente esses conflitos abriram passo também à reivindicação da terra e da reforma agrária[143]. O historiador comunista Oswaldo Albornoz (1976, p. 145-170), logo de destacar o papel desempenhado pelos sindicatos indígenas e pela FEI para o "desenvolvimento do movimento indígena" (p. 151) nas lutas por suas reivindicações especificas e por sua "futura liberação", refletia em torno às limitações da sua prática e sublinhava precisamente o excessivo legalismo expresso na procura de alcançarem reivindicações diante das autoridades com a intermediação de advogados, baseadas apenas nas escassas disposições legais favoráveis para os índios, como arma exclusiva de luta. Esse legalismo implicava uma tendência a conciliar com os patrões e aceitar o parecer das autoridades (ALBORNOZ, 1976, p. 162). Além do legalismo, Albornoz (1976, p. 163-164) criticava também o imediatismo das lutas reivindicativas sem vinculá-las as demandas políticas maiores como a reforma agrária e a distribuição de terras, bem como as dificuldades para que as lutas alcançarem maiores níveis de solidariedade para além dos espaços locais e provinciais.

Será precisamente o papel desempenhado pelo movimento indígena e camponês e o tipo de lutas empreendidas no processo que levou à promulgação e aplicação das duas leis de reforma agrária (de 1964 e de 1973) um dos principais eixos de debate dos estudos acadêmicos sobre as transformações agrárias no Equador e sobre as vias de dissolução da *hacienda* tradicional serrana, debate no qual se evidenciaram posições contrapostas entre os que outorgavam um papel secundário às lutas e às mobilizações camponesas e os que colocavam a ênfase na ascensão das lutas camponesas e da luta de classes, como elementos substanciais desse processo[144]. No início da década de 1960, uma vez fechado o ciclo de relativa estabilidade política marcado pelo *boom* das exportações de banana, a conjuntura

---

[143] Ver: Velasco (1979, p. 136); Becker e Tutillo (2009, p. 151-158); Albornoz (1976).

[144] As diferentes linhas interpretativas do processo de transformações agrárias na Serra, sustentadas fundamentalmente por Osvaldo Barsky e Miguel Murmis de um lado e por Andrés Guerrero do outro, originaram uma enriquecedora discussão numa das etapas mais prolíficas das Ciências Sociais e dos estudos agrários no Equador na década de 1980. Sobre esse debate ver Guerrero (1983); Barsky (1984). Uma boa síntese desse debate encontra-se em: Zamosc (1990). Destaca-se também a antologia organizada por Chiriboga (1988) com alguns dos textos mais relevantes dos estudos agrários da época no Equador.

prévia à expedição da primeira lei de reforma agrária (1964) esteve caracterizada por uma forte instabilidade política, num ambiente de grande agitação e mobilização social, na qual a questão da relação com Cuba após da revolução de 1959 e a necessidade da reforma agrária constituíram as temáticas centrais no debate político nacional[145]. Na centralidade da discussão sobre a reforma agrária também foram relevantes as pressões externas decorrentes das mudanças na política externa dos Estados Unidos e da sua agenda para América Latina, orientada para barrar uma possível onda expansiva da revolução cubana, que se concretizaram na adoção pelos governos do sistema interamericano, de medidas reformistas enquadradas na denominada "Aliança para o Progresso"[146], promovida pelo governo Kennedy e assumida pela Organização dos Estados Americanos (OEA) na Conferencia de *Punta del Este* (Uruguai) em 1961.

Assim, em referência a esse contexto entre 1959 e 1964, O. Barsky (1984) enfatizou como fator fundamental que modelaria "o essencial" das transformações operadas no campo e o caráter do processo de reforma agrária (Barsky, 1984, p. 322), a "iniciativa" adotada no período por uma fração "modernizante" da classe *terrateniente* de entrega antecipada em propriedade dos *huasipungos* (antecipada à lei de reforma agrária de 1964) e de eliminação das "relações precárias" de produção suprimindo as possibilidades de reclamações legais posteriores, para abrir passo ao estabelecimento de relações salariais, como parte de uma estratégia para a conversão de suas *haciendas* em modernas empresas capitalistas especializadas na produção de leite[147]. Para Barsky, para compreender a "dinâmica de penetração do capital" no setor agrário é necessário considerar determinados ramos de produção através dos quais o capital penetra em função da situação de mercado existente. No Equador na década de 1950, o processo de diferenciação interna dos "*terratenientes* serranos" apresentou-se vinculado ao desenvolvimento da produção pecuária leiteira como dominante,

---

[145] Uma caracterização da conjuntura 1959 – 1964 encontra-se em Guerrero (1983) e também em Velasco (1979). Guerrero (1983, p. 87) ressalta estas duas problemáticas (a questão cubana e o problema agrário na Serra) como os aspectos centrais que estruturaram o conflito político nesses anos, durante os curtos governos de Velasco Ibarra (1960-1961) e Arosemena Monroy (1961-1963) que desembocaram no golpe militar de 1963 e o governo da Junta Militar (1963-1966) que expediu a Lei de Reforma Agrária de 1964.

[146] Entre os objetivos explícitos da Aliança para o Progresso estava impulsionar dentro das particularidades de cada país programas de reforma agrária (VELASCO, 1979; BARSKY, 1984). Guerrero destaca que num período de quatro anos (entre 1960 e 1964) 11 países de América Latina dotaram-se sucessivamente de leis de reforma agrária, com uma "sincronização" decorrente da pressão norte-americana (GUERRERO, 1983, p. 92).

[147] Ver Barsky (1984, p. 55 – 87). As entregas antecipadas de *huasipungos* produzidas entre 1959 e 1964 concentraram-se nas Províncias da Serra Norte (Pichincha (58,3%, Carchi (16,5%) e Imbabura (15,1%) nas quais se tinha focalizado a conversão para unidades produtivas especializadas na produção de leite. As entregas antecipadas abrangeram 15,8% do total estimado de *huasipungueros* existentes na Serra equatoriana e 15,3% da área estimada em *huasipungos* em 1959. A área média entregue a cada *huasipunguero* foi de apenas 3 hectares e em muitos casos os *huasipungueros* foram reassentados em terras de maior altitude e menor qualidade e tamanho do que os *huasipungos* originais (BARSKY, 1984, p. 72-75).

promovido pela fração modernizante nos vales interandinos próximos de Quito, em relação à demanda de mercado crescente e condições ecológicas favoráveis (BARSKY, 1984, p. 79). Dessa forma, essa fração será quem delineará o processo de modernização capitalista do campo na Serra equatoriana, influindo diretamente no alcance da lei de 1964[148] e no processo de reforma agrária implantado na década de 1960. Com a reforma agrária o "aparelho do Estado contribuiria a estender" ao conjunto da Serra equatoriana esse "modelo" de modernização capitalista antecipado por essa fração da classe *terrateniente*, ao mesmo tempo em que "desencadearia outras situações" por meio da atuação dos agentes do Estado e pelas mobilizações camponesas decorrentes da aplicação da reforma agrária que atingiram duramente aqueles segmentos "mais atrasados" da classe *terrateniente*, incapazes de "se readequar" as "necessidades marcadas pelo tipo de desenvolvimento agrário" produzido (BARSKY, 1984, p. 87 e p. 153).

Ao privilegiar na análise aspectos como os estímulos dados por um crescente mercado interno, os investimentos realizados para a incorporação de tecnologia e mecanização avançada impulsionando o desenvolvimento das forças produtivas e ao outorgar um papel protagonista à estratégia posta em jogo por essa fração modernizante da classe *terrateniente* na direção do processo, arrebatando assim algumas das bandeiras das organizações camponesas indígenas (entrega em propriedade dos *huasipungos*, eliminação dos serviços para as *haciendas*), a tese de Barsky deixa pouco espaço de destaque para as diversas formas de luta e pressão indígena e camponesa e para o papel desempenhado por organizações como a FEI, à qual restaria um papel subordinado e de escassa significação na conjuntura política[149]. Com efeito, para Barsky, o caráter limitado das reivindicações camponesas, a orientação impressa a suas ações e o enquadramento legal delas impulsionado pela FEI teriam determinado sua confluência com a "direção do tipo de mudanças" empreendida pela "fração modernizante dos *terratenientes"* (generalizada depois pelo Estado) e, consequentemente, a inclusão subordinada dos movimentos camponeses no processo de transformações agrárias

[148] Em seus conteúdos principais, a lei de reforma agrária de 1964 fundamentalmente determinou a abolição dos *huasipungos* e da *yanapa*, eliminando assim as formas de renda-trabalho e os vínculos das *haciendas* com os "precaristas". Dessa maneira, foram estabelecidas condições para a entrega em propriedade dos *huasipungos* aos camponeses (aqueles com 10 anos ou mais, admitindo a possibilidade de reassentamentos),c promoveu a conversão das *haciendas* em empresas agropecuárias baseadas na generalização de relações salariais e estabeleceu as condições para a expropriação de terras, limitando as possibilidades de sua redistribuição. Esta lei também estimulou a ampliação da fronteira agrícola e a colonização de terras baixas da Amazônia e da Costa equatoriana. Em termos gerais a aplicação de esta lei no período 1964-1972 teve impactos limitados especialmente no que tange à redistribuição de terras, implicando sim a entrega de *huasipungos*, a redistribuição das terras nas *haciendas* de propriedade do Estado e a eliminação das formas de "trabalho precário" em grande parte das *haciendas*. Para uma visão abrangente do processo de discussão das leis de reforma agrária e colonização, de sua aplicação e seus efeitos diretos, ver Barsky (1984).

[149] Ver Barsky (1984, p. 324); Zamosc (1990, p. 215).

(Barsky, 1984, p. 324), sendo em última instância sua atuação funcional ao projeto dessa emergente burguesia agrária[150] (ZAMOSC, 1990, p. 215).

Em contraste com essa visão das lutas camponesas e indígenas, o trabalho de Guerrero (1983) destaca a luta de classes e as mobilizações camponesas indígenas no cerne da crise do sistema de *hacienda* no início da década de 1960 e das transformações agrárias decorrentes, nos anos posteriores. Para Guerrero, o impulso da reforma agrária e o modelo adotado nas transformações agrárias explicam-se pelas características da conjuntura 1960-1964 (na qual se produz uma mudança na correlação de forças entre as classes sociais) e pelas lutas camponesas e os antagonismos existentes no campo. No contexto de instabilidade política e agitação social que caracterizaram os primeiros anos da década de 1960, Guerrero aponta dois fatos decisivos dessa conjuntura que marcaram a inevitabilidade das transformações agrárias nas *haciendas* serranas e o enfraquecimento político da classe *terrateniente*:

a) o levantamento de 2.000 indígenas em Columbe (Província de Chimborazo na Serra central) em fevereiro de 1961[151], o qual após os confrontos com a polícia teve uma repercussão nacional evidenciada na intervenção direta do Presidente da República (Velasco Ibarra) que ordenou a liberação dos 63 indígenas detentos[152] e

b) a marcha de 12.000 indígenas nas ruas de Quito o 16 de dezembro de 1961 para demandar a reforma agrária (coincidente com a realização do III Congresso da FEI). Nessa marcha participou o recentemente empossado presidente da República Arosemena Monroy, que prometeu fazer a reforma agrária e abolir o sistema do *huasipungo*[153]. Segundo Guerrero esta marcha foi "sem dúvida, a maior manifestação urbana de camponeses indígenas na história equatoriana"[154] (Guerrero, 1983, p. 97), constituindo um fato político sem precedentes numa cidade que não alcançava os 400.000 habitantes e que desde a época colonial representava o centro urbano do poder político branco-mestiço. Para Guerrero, esse foi um momento decisivo na conjuntura, favorável para as massas populares, que provocou que a entrega dos *huasipungos* seja "um fato político irreversível" (GUERRERO, 1983, p. 99).

---

[150] Esta tese é partilhada também por Velasco (1979, p. 55 e 84).

[151] Deflagrado inicialmente na *hacienda Columbe Grande* pelo pagamento de diárias atrasadas por mais de um ano, envolveu indígenas das comunidades e *haciendas* de toda essa zona. Ver Tuaza (2011, p. 50-51); Sylva (1986, p. 64 e 105); Albornoz (1976, p. 109-112). Diante da intervenção policial para reprimir este levantamento, os indígenas confrontaram-se com a polícia com o resultado de 2 indígenas mortos, vários policiais feridos e 63 indígenas detentos.

[152] Velasco Ibarra ordenou a liberação dos indígenas detentos: ele pessoalmente viajou para Riobamba e manteve uma reunião conciliatória em fevereiro de 1961 com as autoridades provinciais, os donos das *haciendas* e lideranças e advogados da FEI e da CTE em representação dos indígenas (SYLVA, 1986, p. 64; BARSKY, 1984, p. 146-147).

[153] Ver Guerrero (1983); Becker e Tutillo (2009).

[154] Guerrero qualifica assim essa manifestação em 1983, antes do levantamento indígena de 1990. Para uma descrição mais detalhada dessa manifestação (BECKER e TUTILLO, 2009, p. 203-207).

Nessas circunstancias, sempre seguindo Guerrero, a classe *terrateniente* adotou duas táticas de modo de garantir a sua sobrevivência como classe: de um lado, restringir com sucesso o debate sobre a reforma agrária ao limitado aspecto da entrega dos *huasipungos,* desviando o foco das reivindicações camponesas mais profundas que questionavam o monopólio da terra e de outro lado, ganhar tempo por meio da obstrução das distintas iniciativas em curso nos organismos do Estado para expedir a nova legislação de reforma agrária. A defasagem temporal entre aquele momento decisivo de finais de 1961 e a expedição da lei de reforma agrária em 1964 durante a ditadura da Junta Militar (1963-1966), permitiu à classe *terrateniente* serrana contar com uma margem de manobra, na qual "logra negociar, nos melhores termos possíveis, a entrega de *huasipungos*" (GUERRERO, 1983, p. 85). Dessa forma, consegue "sanear" a situação em muitas *haciendas,* deslocando as famílias de *huasipungueros* para "pisos ecológicos mais altos e terras desfavoráveis" e diminuindo o tamanho de seus lotes, muitas vezes sem reconhecer dívidas ou diárias não pagas, para assim dar passo a relações puramente capitalistas e mudar de rama produtiva para a pecuária de leite (GUERRERO, 1983, p. 104). Nesse sentido, para Guerrero, a "via de transição" no campo serrano foi "abrindo passo através da disputa de interesses e em uma situação de conflito de classes" (GUERRERO, 1983, p. 106).

Além das expressões de luta aberta camponesa manifesta nos conflitos agrários localizados (geralmente deflagrados por demandas laborais), uma das contribuições mais significativas da análise de Guerrero (1983) foi incorporar como uma das dimensões do conflito e da luta de classes a pressão encoberta exercida cotidianamente nas *haciendas* pelas famílias de *huasipungueros, arrimados* (achegados) ou *comuneras* externas das *haciendas,* enquanto uma estratégia de resistência cotidiana à exploração. Para isso, Guerrero retoma as noções de "assédio interno" e "externo", desenvolvidas por Barahona[155], para mostrar um amplo leque de práticas indígenas que vão da "resistência ao trabalho" à recuperação individual ou coletiva de "condições de reprodução material" (GUERRERO, 1983, p. 123). Essa pressão constante das famílias para ampliar seu acesso à terra, à água, aos pastos, à lenha, etc. das *haciendas,* como forma da luta de classes, confluía com as reivindicações expressas nos conflitos abertos demandando o pagamento de diárias, no sentido de expressar a procura camponesa de reforçar a economia familiar *huasipunguera,* em lugar de dissolvê-la

[155] As noções de "assédio interno e externo", desenvolvidas por R. Barahona no relatório do *Comité Interamericano de Desarrollo Agrícola* (CIDA, 1965) sobre a situação fundiária no Equador no momento imediato anterior da reforma agrária, referem-se à pressão permanente exercida pelas economias camponesas, dentro e fora das *haciendas*, sobre os recursos delas (terra, pastos, água, lenha); ver CIDA (1965). Um extrato de esse texto concentrado nessas noções está na antologia de estudos agrários organizada por Manuel Chiriboga (CIDA, 1988).

(GUERRERO, 1983, p. 122). Ao mesmo tempo, foi também uma expressão da crise do sistema de *hacienda*, no momento em que pela penetração capitalista no processo de produção mercantil da *hacienda*, os latifundiários deixam de entregar novos *huasipungos* aos filhos dos *huasipungueros*, incrementando-se o número de *arrimados* ao interior das unidades *huasipungueras*, agudizando a pressão interna e as demandas por terra e trabalho (pagamento de diárias) nas *haciendas*, para garantir a reprodução das famílias. Nessas condições, com uma tendência ao agravamento dos conflitos e a ampliação das formas organizadas da luta camponesa indígena numa conjuntura política desfavorável, a liquidação dos *huasipungos* converteu-se num imperativo para a classe *terrateniente*. A entrega antecipada de *huasipungos*, conclui Guerrero (1983, p. 141) responderia então a um "efeito político de previsão", impulsionado por um grupo de *terratenientes* que se adiantam à intervenção estatal, na procura de condições mais favoráveis para empreender "sua própria metamorfose social".

Evidentemente, além do modelo de modernização capitalista agrária assumido por uma fração da classe *terrateniente* e pelo Estado nacional, explicitado claramente no debate descrito, a análise de Guerrero ao problematizar a correlação de forças e incluir como fator explicativo central as expressões concretas do antagonismo de classes contribui de forma mais precisa, dinâmica e abrangente para a compreensão dos processos de luta camponeses indígenas no contexto das mudanças na Serra equatoriana a partir da década de 1960, bem como da "metamorfose" empreendida pela classe *terrateniente* para manter seu protagonismo político, já como uma burguesia agrária dinâmica e moderna durante as décadas seguintes. Ao mesmo tempo permite nos aproximar às continuidades e nexos existentes entre as lutas camponesas e indígenas (e suas expressões organizativas) levantadas em torno do acesso à terra numa grande quantidade de conflitos ativados no processo de reestruturação fundiária entre as décadas de 1960 e 1980, e as lutas e formas organizativas assumidas nas décadas seguintes, porquanto o movimento indígena da Serra quando irrompe na cena política nacional a partir do levantamento de 1990 é herdeiro direto desses complexos processos.

Com a eliminação das relações de apropriação de renda-trabalho nas *haciendas*, seja pela entrega antecipada de *huasipungos* pelos setores modernizantes da classe *terrateniente*, ou como consequência da aplicação da lei de reforma agrária de 1964, além da redistribuição das propriedades do Estado em mãos da *Asistencia Social*, ativou-se um processo de profundas transformações agrárias em decorrência da desestruturação do sistema de *hacienda* e das relações de poder local vinculadas ao seu funcionamento, processo que abrangeria as décadas de 1960, 1970 e boa parte da década de 1980, ainda com características diferenciadas.

Esse processo teve fortes implicações em termos das formas e dinâmicas organizativas indígenas desenvolvidas até então, focadas na organização de sindicatos nas *haciendas* articulados pela FEI, que levariam ao posterior declínio desta organização.

Com efeito, como afirma Zamosc (1990, p. 217), diversos analistas do período coincidem ao observar que as reformas promovidas pela Junta Militar entre 1963 e 1966[156], incluída a lei de Reforma Agrária de 1964, por uma parte procuraram impor um consenso modernizador entre as classes dominantes (ainda resistido por um setor significativo da classe *terrateniente*) e de outra parte, conter o movimento popular. Nesse último sentido, com a reforma agrária de 1964 os militares também procuraram o enfraquecimento da FEI e a eliminação da influência comunista e da esquerda no movimento indígena camponês para tentar colocá-lo sob a tutelagem do IERAC[157] (VELASCO, 1979, p. 101; ZAMOSC, 1990, p. 218). De fato, o golpe militar de 1963 ilegalizou o partido comunista, além disso, várias lideranças foram presas por 18 meses, entre elas Tránsito Amaguaña e Amadeo Alba da FEI, condenando esta organização à clandestinidade e desmantelando suas estruturas organizativas internas (BECKER e TUTILLO, 2009, p. 224). Após constatar que no final da década de 1960 as mobilizações camponesas tinham certamente diminuído em relação ao início dessa década, o intelectual e liderança indígena Floresmilo Simbaña aponta que a reforma agrária de 1964 e as políticas do Estado significaram uma derrota para a FEI, pois a entrega e eliminação dos *huasipungos* provocaram a contenção e desmobilização de sua base social: os *huasipungueros* e *arrimados*, o setor indígena camponês mais ativo, organizado nos sindicatos e politizado até então. Além disso, os processos de redistribuição das terras das *haciendas* da *Asistencia Social* concentraram-se em apagar os maiores focos de conflito agrário localizados na zona de Cayambe, berço das maiores lideranças desta organização (SIMBAÑA, 2012, p. 61). Segundo Becker e Tutillo (2009, p. 224), a FEI não se adaptou bem à nova ordem agrária emergente diminuindo sua presença pública e sua relevância política. A isto, os autores acrescentam o maior distanciamento entre as lideranças urbanas do Partido Comunista e as lutas indígenas, quando novas lideranças comunistas assumiram o relevo da geração anterior e adotaram posições mais dogmáticas e paternalistas diante da questão

---

[156] O governo da Junta Militar impulsionou um programa de modernização capitalista em torno de três eixos: a) a eliminação das relações precárias de trabalho e a modernização capitalista nas *haciendas* tradicionais da serra; b) a "modificação do processo de acumulação, incentivando o desenvolvimento da indústria"; e, c) o "fortalecimento do aparelho econômico do Estado" (BOCCO, 1987, p. 146).

[157] O *Instituto de Reforma Agraria y Colonización (IERAC)* foi a entidade do Estado criada para aplicação da lei de reforma agrária e colonização em 1964. Manteve-se como tal até 1994 quando foi transformado no *Instituto Nacional de Desarrollo Agrario (INDA)* com a nova lei agrária expedida esse ano que sepultou o processo de reforma agrária no contexto da aplicação das políticas neoliberais no campo (ver capítulo terceiro).

indígena e o movimento camponês[158], que sustentaram a imagem da FEI como uma organização dirigida e controlada pelo PCE.

No final da década de 1960 e inícios da década de 1970, no contexto das rápidas mudanças que aconteciam no campo equatoriano e com o tendencial declínio da FEI, novas organizações camponesas e indígenas de dimensão nacional apareceram e articularam as lutas pela terra e pela reforma agrária nos anos seguintes. Assim, em 1968 surgiu a FENOC (*Federación Nacional de Organizaciones Campesinas*)[159] vinculada à central sindical CEDOC (Central Ecuatoriana de Obreros Católicos)[160]. De outro lado, promovido por setores cristãos de esquerda próximos à teologia da libertação, em Tepeyac, Provincia de Chimborazo na Serra central, em 1972 foi criado o Movimento Campesino Indígena Ecuador Runakunapak Rikcharimuy ECUARUNARI (O Despertar do Índio do Equador)[161] que hoje constitui a organização indígena regional da Serra equatoriana filial da CONAIE.

Com o início da exploração do petróleo na região amazônica equatoriana e suas exportações desde 1972, durante a década de 1970, o Equador experimentou um período de auge e crescimento econômico sem precedentes conhecido como o primeiro "*Boom* petroleiro", favorecido pela elevação dos preços do hidrocarboneto no mercado internacional[162]. Tratou-se de um período significativo de modernização econômica e de

---

[158] Ver Becker e Tutillo (2009, p. 189- 192; 225-228).

[159] A *Federación Nacional de Organizaciones Campesinas FENOC* nasceu em 1968 com esse nome a partir da chamada *Federación de Trabajadores Agropecuarios (FETAP)* que tinha sido criada em 1965 pela CEDOC (*Central Ecuatoriana de Obreros Católicos*) com a finalidade de atender os problemas dos trabalhadores agrícolas no contexto da aplicação da primeira lei de reforma agrária (BURGOS, 1984, p. 16-18; FENOCIN 1999, p. 23-25). Desde sua criação articulou organizações camponesas da região Interandina e da Costa equatoriana. Em 1988 assume o nome de FENOC-I (*Federación Nacional de Organizaciones Campesinas e Indígenas*) e a partir de 1999 de FENOCIN (*Confederación Nacional de Organizaciones Campesinas Indígenas y Negras*). Sobre a história da FENOC (hoje FENOCIN, ver Burgos, 1984; FENOCIN, 1999).

[160] Constituída no ano 1938 com uma base social composta fundamentalmente por agremiações artesanais católicas, a *Central Ecuatoriana de Obreros Católicos (CEDOC)* foi a primeira organização laboral de nível nacional. Criada como uma iniciativa para se contrapuser à influência dos partidos da esquerda com os trabalhadores, durante sua primeira etapa até a década de 1950, a CEDOC constituiu uma força de apoio político às posições do Partido Conservador e da Igreja Católica. Na década de 1960, sob a influência do sindicalismo cristão e da Democracia Cristã Internacional, a instituição assumiu uma orientação democrata cristã. Em 1972 mudou seu nome, passando a se denominar *Central Ecuatoriana de Organizaciones Clasistas*. Durante a década de 1970 cresceu a influência de setores identificados com a esquerda socialista dentro da organização, evidenciada na pugna pelo controle da direção da mesma ocorrida em 1975, o que provocaria sua cisão em 1976 entre a maioritária CEDOC de linha socialista, a qual desde 1988 adotou o nome de CEDOCUT (*Confederación Ecuatoriana de Organizaciones Clasistas Unitaria de Trabajadores),* e a minoritária CEDOC-CLAT definida como humanista cristã e vinculada à *Central Latinoamericana de Trabajadores*. (YCAZA, 1991). A CEDOCUT faz parte do *Frente Unitario de Trabajadores* (FUT).

[161] É reconhecido o papel de vários setores e movimentos de cristãos pela libertação, vinculados à Igreja Católica, padres e leigos comprometidos com o trabalho de base no processo de criação do ECUARUNARI em 1972. Sobre a história do movimento campesino indígena ECUARUNARI, documentada com vários depoimentos dos participantes, ver ECUARUNARI (1998); ECUARUNARI (2013). Também CONAIE (1989).

[162] Com os recursos procedentes das exportações de petróleo que durante a década de 1970 incrementaram em mais de 10 vezes, a economia equatoriana teve uma taxa de crescimento anual próxima de 9%, a maior taxa de crescimento de sua história, pelo qual a renda per capita quase se duplicou. No *Boom* petroleiro foi determinante

ampliação da presença e atuação do aparelho do Estado. Os ingentes recursos gerados pelas exportações petroleiras favoreceram a industrialização, a expansão das classes médias e um acelerado processo de urbanização. Em 1972, após derrubar a ditadura civil de Velasco Ibarra (o quinto e último *velasquismo*), as Forças Armadas instauraram o autodenominado "Governo Nacionalista e Revolucionário" (1972-1976), presidido pelo General Rodríguez Lara[163]. A ditadura militar de Rodríguez Lara impulsionou uma "estratégia de governo" sustentada em três grandes eixos:

a) uma política nacionalista centrada no setor petroleiro;

b) a modernização da economia nacional e do Estado e

c) uma política de reforma agrária (BOCCO, 1987, p. 25)[164]. Na perspectiva de modernização da economia, o programa do governo, inspirado numa concepção cepalina, tentou formar um setor industrial moderno e impulsionou um programa de industrialização baseado na ampliação do mercado interno por meio de um conjunto de incentivos e, aproveitando a renda petroleira com políticas enquadradas no modelo de industrialização por substituição de importações. Mesmo assim, como sugere Bocco, essa estratégia de industrialização não foi o projeto que a emergente burguesia industrial, vinculada com outros setores do capital nacional e internacional, colocou efetivamente em andamento. Nesse sentido, a industrialização "tardia" equatoriana desenvolveu-se associada aos interesses externos, integrando a indústria nacional com o capital internacional e enquadrando-se num "modelo combinado de substituição de importações e de produção para a exportação" (BOCCO, 1987, p. 68)[165].

Em sintonia com o modelo de desenvolvimento e a estratégia de industrialização assumida, o governo de Rodríguez Lara propiciou uma política agrária encaminhada à modernização do setor agropecuário e ao incremento de sua produtividade, na perspectiva de ampliar a oferta de alimentos baratos para as cidades. Especial relevância teve o processo de

---

a elevação dos preços do petróleo produzida nesses anos, ao passar de 2,4 dólares por barril em 1972 para 13,4 dólares em 1974 e alcançar os 35,2 dólares em 1980 (LARREA, 2006, p. 92-95).

[163] A ditadura militar de Rodríguez Lara (1972-1976) foi a expressão de uma corrente nacionalista ao interior das Forças Armadas que propiciava um modelo de desenvolvimento capitalista nacional afim ao impulsionado pelo governo de Velasco Alvarado no Peru e de Omar Torrijos em Panama. Evidentemente, para esta tendência era central o controle e administração dos recursos petroleiros pelo Estado, diante do capital transnacional. Ver Bocco (1987, p. 25).

[164] Para uma análise detalhada das políticas econômicas dos governos militares de Rodríguez Lara (1972-1976) e do triunvirato militar (1976-1979) e sobre o padrão de desenvolvimento capitalista materializado na década de 1970 no Equador, ver Bocco (1987).

[165] Sobre a estratégia implantada pelo regime militar de Rodríguez Lara e a direção e características especificas do processo equatoriano de industrialização ver Bocco (1987, p. 26-29 e 68-71). Larrea (2006, p. 88-89) também sublinha o caráter oligopolista da indústria equatoriana desenvolvida no período 1972-1982, com uma tecnologia intensiva em capital e fortemente dependente de insumos externos, o qual determinou sua reduzida capacidade de geração de emprego, alcançando apenas 12,9% da PEA em 1982, para diminuir nos anos seguintes.

debate e expedição da segunda lei de reforma agrária em 1973. Inicialmente, as propostas do governo encaminhavam-se para aprofundar o tímido processo de reforma agrária iniciado em anos anteriores, eliminar a concentração e modificar o regime de propriedade da terra e atingir aqueles *terratenientes* que no alcançassem níveis mínimos de produtividade[166]. Essas propostas combinavam-se com as intenções modernizantes que tentavam incrementar a produtividade e a eficiência das unidades agropecuárias. Diante da pressão da classe *terrateniente*, finalmente, a lei aprovada tomou grande distancia em relação às intenções originais, colocando uma ênfase maior nos objetivos de incremento da produtividade sobre as finalidades de redistribuição da terra[167]. Mesmo assim, esta lei incluiu entre as causas suscetíveis que permitiam proceder para a desapropriação dos prédios à "pressão demográfica" exercida por comunidades externas vizinhas das *haciendas*, bem como o descumprimento de um critério de eficiência econômica (manter em exploração eficiente, baseada na produtividade média da zona, ao menos um 80% da área aproveitável do prédio). Para a aplicação de esse último critério de eficiência econômica se outorgou um período de graça aos proprietários até o ano 1976. Enquanto a causa de pressão demográfica abriu a possibilidade de desapropriação de prédios para as comunidades externas das *haciendas* e foi evocada pelas organizações indígenas e camponesas nas lutas pela terra, a causa referida ao critério de eficiência econômica foi duramente contestada pelos *terratenientes* e não chegaria ser aplicada por não ter sido adequadamente regulamentada. A isso se somou a mudança das condições políticas desde 1976, quando o governo de Rodríguez Lara é destituído e substituído por um triunvirato militar (*Consejo Supremo de Gobierno*), cujo governo (1976-1979), de corte conservador e repressivo, barrou as políticas reformistas dos anos anteriores. Este governo expediu em 1979 a Lei *de Fomento y Desarrollo Agropecuario*, baseada nas propostas formuladas pela classe *terrateniente* através das *Cámaras de Agricultura.* Esta lei ofereceu garantias à propriedade da terra e travou o processo de reforma agrária, punindo as ocupações de terra e eliminando as possibilidades efetivas de desapropriação de prédios por estar ineficientemente explorados[168]. Nesse sentido, como afirma Iturralde (1988, p. 66), essa

---

[166] Sobre os lineamentos e propostas relativos à reforma agrária no governo de Rodríguez Lara, prévios à expedição da lei de 1973, o debate político suscitado e a reação das "*Cámaras de Agricultura*" (órgãos políticos de expressão da classe *terrateniente*) antes e após da aprovação da lei de reforma agrária, ver Barsky (1984, p. 199-256). Sobre a unidade das classes dominantes na oposição às políticas reformistas do governo de Rodríguez Lara, especialmente a reforma agrária e sobre a fraqueza do governo para a construção de alianças que o sustentarem, ver Bocco (1987). Uma análise de discurso da classe *terrateniente* e seus conteúdos raciais, bem como do nascente movimento ECUARUNARI, no contexto do debate sobre a lei de reforma agrária de 1973 e sua aplicação encontra-se em Pallares (1999).

[167] Ver BARSKY (1984); PALLARES, (1999).

[168] Sobre os conteúdos dessa lei e como eles refletiram as propostas das *Cámaras de Agricultura* ver BARSKY, (1984, p. 246-252).

lei, ao criminalizar as formas de pressão e luta camponesa, constituiu o "primeiro instrumento legal da contrarreforma" [169].

A lei de reforma agrária de 1973 dinamizou os conflitos no campo e ativou as distintas formas de pressão campesina que aceleraram o processo de dissolução da *hacienda* tradicional serrana. Em vários pontos da região Interandina multiplicaram-se os conflitos e radicalizaram-se as formas de luta indígena, incluindo o recurso cada vez mais frequente de ocupações da terra das *haciendas*. Esses conflitos alcançaram seu ápice em 1975, com foco em várias províncias da Serra e da Costa[170] com uma maior radicalização das ações das organizações camponesas, o qual se refletiu na palavra de ordem lançada pela FENOC nesse ano: "Com lei ou sem lei, faremos reforma agrária" (BURGOS, 1984, p. 26). Paralelamente, incrementou-se a violência no campo, registrando-se o assassinato das lideranças indígenas vinculadas ao ECUARUNARI Cristóbal Pajuña e Lázaro Condo em 1974 e de Rafael Perugachi da FENOC em 1977, que se converteriam em símbolos da resistência e da luta indígena e camponesa na Serra[171].

De outro lado, como anota acertadamente Sylva, entre 1973 e 1979, apesar da resistência exercida pela classe *terrateniente*, as condições políticas e a pressão indígena camponesa a forçaram ao dilema de "transformar-se ou perecer" (SYLVA, 1986, p. 190). Como demostra esta autora em seu estudo na Província de Chimborazo[172], durante a década de 1970 aqueles setores da classe *terrateniente* que não conseguiram acelerar a modernização das *haciendas* para transformá-las em modernas unidades produtivas capitalistas, cedendo uma parte das terras aos indígenas, sucumbiram à pressão e luta indígena camponesa (SYLVA, 1986)[173]. Daí que, em várias regiões dessa e outras províncias, geralmente nas zonas de maior altitude, consolidou-se uma via camponesa de transformações agrárias, desaparecendo as antigas *haciendas*.

---

[169] A punição às ocupações de terras será legalmente reafirmada na lei de "*desarrollo agrario*" de 1994, que terminou com o processo de reforma agrária no país concretizando a contrarreforma agrária impulsionada pela burguesia agrária, no contexto da aplicação das políticas neoliberais no campo. Sobre essa lei e seu processo de aprovação ver o capítulo terceiro.

[170] Ver Sylva (1986).

[171] Para uma análise detalhada do processo de constituição da figura de Lázaro Condo como um símbolo político do movimento indígena, cuja morte é até hoje ritualizada e sua figura exaltada em algumas comunidades do Sul da Província de Chimborazo, ver Botero (2000).

[172] A província de Chimborazo na Serra central, uma das zonas com maiores conflitos de terra foi considerada pela ditadura militar de Rodríguez Lara como uma das províncias prioritárias para aplicação da Reforma Agrária (junto com Bolívar e Pichincha na Serra e as regiões arrozeiras da Costa).Ver BARSKY (1984, p. 238).

[173] Nessa dinâmica devem ser consideradas tanto as desapropriações decorrentes dos processos legais da reforma agrária, quanto as negociações as quais se viram forçados alguns proprietários, para vender a terra para as famílias camponesas e indígenas diante do clima de mobilização, conflito e insegurança existente.

Muitas das atuais comunidades da região Interandina e suas formas organizativas (*comunas*, associações) têm sua origem nas lutas levantadas durante a década de 1970. Com efeito, nesta década registraram-se fortes incrementos na constituição legal de *comunas*[174], como forma de organização social, territorial e de reprodução cultural, processo que pode ser interpretado como uma consequência da desestruturação do sistema de dominação da *hacienda*. Esse processo de recomposição de *comunas* contribuiu para a "recriação e revitalização da identidade histórica como indígenas e como povos" e constituiu a base em torno da qual se estruturou e desenvolveu o movimento indígena contemporâneo (SIMBAÑA, 2012, p. 64). Da mesma forma, algumas das federações locais e provinciais foram estruturadas neste período.

Nos processos organizativos indígenas locais e provinciais, cabe destacar o papel desempenhado por setores da Igreja Católica comprometidos com o trabalho de base e as lutas sociais, especialmente aqueles identificados com a teologia da libertação e com a "opção preferencial pelos pobres" decorrente da renovação provocada após do Concílio Vaticano II e da Conferência de Bispos latino-americanos de Medellín em 1968. Esses setores, espalhados por todo o país, tiverem sua maior expressão na Diócese de Riobamba (Província de Chimborazo) na serra central equatoriana, sob a liderança de dom Leonidas Proaño, conhecido como "o Bispo dos Índios". Seu trabalho como Bispo de Riobamba, iniciado em 1954, significou a ruptura da histórica aliança entre a Igreja Católica e a classe *terrateniente* serrana, o qual se expressou na distribuição antecipada das *haciendas* Zula e Tepeyac que pertenciam à Cúria de Riobamba. O trabalho da Diócese de Riobamba foi especialmente significativo em termos do acompanhamento das comunidades indígenas dessa Província e suas lutas, da promoção de processos de "conscientização" inspirados na "pedagogia do oprimido" de Paulo Freire, da valorização da cultura indígena e suas expressões religiosas, o desenvolvimento de processos de formação de catequistas e lideranças indígenas e a criação de programas educativos continuados entre os que destacam as *Escuelas Radiofónicas Populares del Ecuador (ERPE)* como instrumento para a alfabetização e educação camponesa e indígena[175]. A isso, se deve agregar também a criação por parte da Igreja Católica de

[174] Ver Zamosc (1995); Chiriboga (1985); Ramón (1994); Carrasco (1993).

[175] Sobre o papel da Igreja Católica e da Diócese de Riobamba no processo organizativo do movimento indígena ver Botero (2000); Korovkin (2002); Bretón (2001 e 2009); Pallares (2002). Evidentemente, na atuação da Diócese de Riobamba sob a liderança de dom Leonidas Proaño (1954-1985) existiram diversas tendências, tensões internas e contradições na sua atuação. Uma análise crítica do processo da Igreja de Riobamba e das mudanças religiosas no contexto da religiosidade indígena e da ascensão do protestantismo indígena em Chimborazo encontra-se em Andrade (2004).

entidades de desenvolvimento rural (ONGDs)[176], algumas das quais mantêm até hoje sua atuação no meio rural. Em suma, a influência exercida na formação de lideranças do movimento indígena pelos setores da Igreja comprometidos com os "processos de libertação" e pela Diócese de Riobamba foi muito ampla e é reconhecida pelas lideranças indígenas até hoje[177], como parte de seu processo organizativo, como se pode apreciar nas palavras de Diocelinda Iza, liderança da Província de Cotopaxi:

> *De ahí, bueno motivó y después a los 14 años, nosotros con mi hermano Leonidas, mi papá tenía una radio, tenía una radio, era bien potente esa radio y salía al aire Escuelas Radiofónicas Populares de Riobamba. Entonces ahí daban muchos mensajes, Monseñor Leonidas Proaño, muchos mensajes liberadores, invitaban que pueden ser estudiantes de escuelas radiofónicas, entonces nosotros ya pues organizando jóvenes fuimos a ser estudiantes de escuelas radiofónicas, ahí un poco más profundizamos, yo tuve la suerte de conocer a Monseñor Leonidas Proaño, y a escuchar sus palabras, sus palabras que eran tan valiosas, tan animadoras y tan profundas. En el campo espiritual hacía sentir así, al mismo tiempo que teníamos venganza con los que explotaban, los que dominaban en las haciendas y mis padres también sentían eso, cuando íbamos en bus por ejemplo, habiendo asientos no permitían sentar en el bus, todas esas cosas creo que fue un acumulo para nosotros organizar. […] Ahí empezamos a motivar con todo lo que ya teníamos en la cabeza, ya mis padres no podían cambiar, […] empezamos con la organización y desde ahí estoy, desde mis 14 años de edad, ahora tengo 49 años […]*[178].

Ao calor das lutas pela terra levantadas em distintas localidades, durante a década de 1970 cresceram e se fortaleceram a FENOC e o ECUARUNARI enquanto organizações nacionais, as quais progressivamente tomaram o relevo deixado pela FEI como instâncias articuladoras do movimento camponês e indígena. O apoio e condução dessas lutas por parte destas organizações cumpriu um papel decisivo para fortalecer as organizações de base, estabelecer vínculos e conexões entre as comunidades em conflito, sustentar as demandas e

---

[176] Entre as maiores ONGD criadas pela Igreja Católica estão o FEPP (*Fondo Ecuatoriano Populorum Progressio*) e CESA (*Central Ecuatoriana de Servicios Agrícolas*).

[177] Entrevista Luis Macas, 6 Maio 2014.

[178] Entrevista Diocelinda Iza, 22 novembro 2014: entrevista realizada por Florencia Campana e Fernando Larrea. Tradução nossa: "Bom, daí motivou e depois quando tinha 14 anos, a gente com meu irmão Leonidas, meu pai tinha um rádio, era bem poderoso esse rádio e entrava ao ar as Escolas Radiofônicas Populares de Riobamba. Então, aí davam muitas mensagens, dom Leonidas Proaño, muitas mensagens libertadoras nos convidavam para ser estudantes das escolas radiofônicas, então nós já organizando os jovens passamos a ser alunos das escolas radiofônicas. Em seguida, nos aprofundamos e tive o privilégio de conhecer dom Leonidas Proaño e escutar suas palavras, suas palavras que eram tão valiosas, tão encorajadoras e tão profundas. No âmbito espiritual nos fazia sentir assim, ao mesmo tempo em que sentíamos vingança com aqueles que exploravam, aqueles que dominavam nas *haciendas* e meus pais também sentiam isso, quando íamos de ônibus por exemplo, tinham poltronas livres mas não nos permitiam sentar nelas, todas essas coisas acho que foi um acúmulo para a gente organizar. […] Aí começamos a despertar com tudo o que já tínhamos na cabeça, já meus pais não podiam mudar, […] começamos com a organização e desde então estou, desde meus 14 anos de idade, hoje tenho 49 anos […]".

processos legais, dar projeção nacional e politizar as lutas locais, propiciando um caráter mais contestatário às ações indígenas e camponesas locais[179].

Para ilustrar isso, por exemplo, o depoimento de Nazario Caluña, liderança do povo *Chibuleo* na Província de Tungurahua (Serra central), sobre a reunião em Tepeyac no ano de 1972, na qual se constituiu o ECUARUNARI, é especialmente significativo para uma aproximação às discussões que tinham as lideranças indígenas e à construção de uma subjetividade contestatária no processo de formação e consolidação do ECUARUNARI na década de 1970 (ECUARUNARI, 1998, p. 36-41). Baseado na leitura de seus cadernos de anotações, no depoimento narra em detalhe às discussões dessa reunião, nas quais se abordaram os problemas das comunidades de cada Província, os abusos dos "patrões" e das "autoridades", os problemas da reforma agrária e até as canções que escreviam e cantavam os participantes:

> *[...] La dicha Reforma Agraria reparte las tierras o haciendas de la Curia o de la Asistencia Social, y no la de los grandes latifundios. Entonces después hasta hemos cantado este cantito tan lindo sobre vasija de barro revolucionaria: "yo quiero que a mí me entierren, como a un revolucionario, envuelto en bandera roja y con el fusil al lado –dice- ecuatoriano, tu revolución acabará la explotación, cuando los pueblos se levanten , por pan, justicia y tierra, temblarán los gamonales de la Costa y de la Sierra, -ecuatorianos- adelante compañeros la victoria nos invita, la tierra es de quien la trabaja y no del quien nos quitó, -ecuatorianos- una bala mensajera nos dará la bienvenida y con la revolución comenzará nueva vida, -ecuatoriano- San José capitalista, mama virgen socialista y el niño que ya nació es valiente indigenista"* [180] *(ECUARUNARI, 1998, p. 39).*

No contexto da luta pela terra e pela reforma agrária, em alguns momentos as organizações nacionais promoveram encontros e realizaram ações unitárias, em conjunto com organizações das cooperativas e de trabalhadores rurais da Costa equatoriana (especialmente das zonas arrozeiras). Assim, em 1973, prévia a expedição da segunda lei de reforma agrária, o ECUARUNARI e a FENOC realizaram mobilizações camponesas e indígenas nas Províncias de Cañar (Serra Sul) com a participação de 15.000 indígenas, Guayas (Costa) com 50.000 camponeses participantes e em Quito com 5.000 participantes. Paralelamente, desenvolveram-se vários encontros camponeses nacionais pela reforma agrária com

---

[179] Ver Burgos (1984); Zamosc (1990); Chiriboga (1987).

[180] Tradução nossa: "[…] A dita Reforma Agrária distribui as terras ou *haciendas* da Cúria ou da *Asistencia Social*, mas não as dos grandes latifúndios. Então, depois até cantamos essa cançãozinha tão linda chamada de vaso de barro revolucionário: 'eu quero ser sepultado, como um revolucionário, envolvido numa bandeira vermelha e com o fuzil ao lado – diz – equatoriano, tua revolução acabará com a exploração, quando os povos se levantarem, por pão, justiça e terra, tremerão os latifundiários da Costa e da Serra, – equatorianos– adiante companheiros a vitória nos convida, a terra é para quem nela trabalha e não para quem nos roubou – equatorianos – uma bala mensageira, nos dará as boas-vindas e com a revolução começará a nova vida, – equatoriano – São José capitalista, Virgem Mãe socialista e o Menino que nasceu é corajoso indigenista'". Essa canção está baseada numa música tradicional equatoriana chamada de *vasija de barro* .

participação da FENOC, o ECUARUNARI e a FEI, nos que se pronunciaram por uma reforma agrária "autêntica e radical" e conformaram o *Frente Unido de Reforma Agraria* (FURA) que teve um papel significativo no período de ascensão das lutas pela terra até 1975. Posteriormente, com o retorno à democracia, essas organizações constituíram em 1979 o *Frente Único de Lucha Campesina Indígena* (FULCI) para exigirem a anulação da Lei de Fomento Agropecuário expedida pelo triunvirato militar e a expulsão do *Instituto Lingüístico de Verano* (ILV)[181] e realizaram em 1980 a "*Marcha Nacional Campesina – Indígena "Mártires de Aztra"* em Quito, a primeira marcha nacional desde o retorno à democracia em 1979[182].

Simultaneamente à radicalização das lutas locais na década de 1970, o debate político interno na FENOC e no ECUARUNARI acerca de suas grandes linhas políticas de atuação e sobre os posicionamentos que deviam assumir estas organizações diante das diversas conjunturas também foi intenso. A relevância desses processos de discussão interna e de disputa política na dinâmica destas organizações evidencia-se no destaque dado a eles nas sistematizações de sua história produzidas por estas organizações[183]. Assim, no caso da FENOC, sublinha-se o processo de radicalização e de engajamento político que marcaria a passagem de uma orientação e condução democrata cristã no início da década de 1970, para uma posição classista e socialista que se consolidaria na Federação desde 1975[184] e que significaria uma relação próxima dela com o Partido Socialista (relação que se mantêm até a atualidade).

No caso do ECUARUNARI salienta-se o processo de definições sobre o caráter do movimento que marcou num primeiro momento o debate sobre sua autonomia em relação aos assessores e movimentos políticos vinculados às tendências progressistas da Igreja Católica na primeira metade da década de 1970, bem como os embates relativos às orientações classistas

---

[181] O *Instituto Lingüístico de Verano* (ILV), entidade cristã evangélica dos Estados Unidos enviava missionários "linguistas" para distintos grupos étnicos em vários países da América Latina, África e Ásia, para aprender suas línguas e sua cultura, traduzir a bíblia e evangelizá-los. Teve presença no Equador desde a década de 1950 especialmente na região amazônica, onde é conhecido seu papel no processo de "pacificação", relocação num protetorado ("área de proteção") e "incorporação" dos *Waorani* durante as décadas de 1960 e 1970, após da morte de cinco missionários do ILV em 1956, lanceados pelos *Waorani* em defesa de seu território. O ILV foi denunciado pelas organizações indígenas equatorianas como um instrumento do imperialismo que promovia a desagregação cultural dos povos indígenas, o etnocídio e facilitava a presencia das empresas transnacionais (petróleo) nos seus territórios. O governo do presidente Jaime Roldós (1979-1981) emitiu um decreto o qual assegura os convénios do Estado equatoriano com o ILV em maio de 1981, dois dias antes de sua trágica morte num acidente aéreo até hoje insuficientemente esclarecido. Sobre as atividades do ILV no Equador e América Latina ver Trujillo (1981); Stoll (1985).

[182] Ver Burgos (1984, p. 20-44); Chiriboga (1987).

[183] Ver FENOCIN (1999); ECUARUNARI (1998); ECUARUNARI (2013); CONAIE (1989).

[184] FENOCIN (1999, p. 31-43). Esse processo de mudança na posição política e de cisão interna na FENOC produziu-se em paralelo ao vivenciado na CEDOC, central sindical à qual estava vinculada.

e/ou de reivindicação étnica do movimento nos Congressos da organização de 1977 e 1979 que definiram suas linhas de atuação política[185]. Nelas se assume que o ECUARUNARI "é uma organização nacional camponesa indígena que visa a mudança total e radical da situação atual dos marginalizados, oprimidos e explorados" e que "é um movimento que levanta a bandeira de luta contra a discriminação e pela defesa das nacionalidades indígenas"[186] (ECUARUNARI, 2013, p. 185-186), combinando assim na sua perspectiva e prática política uma dupla dimensão: de classe e étnica, o qual será ratificado nas resoluções do V Congresso de 1979[187] (ECUARUNARI, 2013, p. 164-166). Para Simbaña, nessa combinação bem sucedida na sua proposta política de uma dimensão classista e étnica numa perspectiva transformadora reside o fator chave para a ascensão do ECUARUNARI na década de 1980, como a principal organização indígena da Serra que a converteria no motor para a unificação da maioria das organizações indígenas e camponesas na CONAIE, enquanto organização de nível nacional com uma única estrutura organizativa (SIMBAÑA, 2012, p. 66).

Outro elemento importante do papel desempenhado pela FENOC e o ECUARUNARI se refere à interlocução direta estabelecida por estas organizações com o movimento operário e as centrais sindicais agrupadas no Frente Unitário de Trabalhadores (FUT), constituído em 1971. Esse vínculo, nunca livre de críticas e tensões por parte das lideranças camponesas e indígenas na procura de uma relação mais igualitária entre organizações[188], tem sido uma constante na dinâmica dessas organizações e com seus altos e baixos permitiu sua confluência em várias lutas e ações durante as décadas de 1970 e 1980. Assim, por exemplo, canalizou a participação camponesa indígena nas primeiras greves nacionais (1975 e 1977) incorporando algumas das demandas camponesas numa plataforma unitária. A participação na segunda greve nacional em 1977 provocou a ilegalização da FENOC por parte do triunvirato militar, junto com outras organizações sociais e sindicais, no cenário da exacerbação das políticas repressivas do regime militar em 1977[189].

---

[185] Ver ECUARUNARI (2013, p. 153-193); ECUARUNARI (1998, p. 52-59).

[186] Os postulados mencionados foram aprovados no IV Congresso de ECUARUNARI realizado em julho de 1977 (ECUARUNARI, 2013).

[187] Sobre as implicâncias das resoluções do V Congresso, o ECUARUNARI afirma: "A partir do Quinto Congresso é importante ressaltar os seguintes aspectos: - Procura-se a consolidação e unidade do movimento indígena, [...]".
"O movimento tem cada vez maior clareza que o problema indígena tem uma dupla dimensão: a étnica e a de classe, que, por conseguinte, as soluções devem de ser enfocadas nessa perspectiva. Por um lado, busca a relação com outras organizações indígenas tanto no âmbito nacional como internacional e por outro, mantem também comunicação com as centrais sindicais e outras organizações populares. Nas resoluções do Congresso são consideradas reivindicações tanto indígenas quanto classistas" (ECUARUNARI, 2013, p. 166).

[188] Ver CHIRIBOGA (1987).

[189] Ver Burgos (1984); FENOCIN (1999). Após a marcha operária do 1 de maio, da greve nacional unitária e da greve dos professores, em maio de 1977, o triunvirato militar ilegalizou a CEDOC (*Central Ecuatoriana de*

De outro lado, enquanto uma linha organizativa diferenciada dentro do movimento indígena, em 1980 foi constituída a *Federación Ecuatoriana de Indígenas Evangélicos* (FEINE)[190], nucleando associações de igrejas evangélicas indígenas de várias províncias da Serra e da Amazônia. Na década de 1970, no contexto das mudanças ligadas aos processos de dissolução da *hacienda* e desarticulação das estruturas tradicionais de poder local, bem como a migração estacional indígena para a venda temporal de força de trabalho nas plantações de cana na Costa equatoriana e nas cidades, com o apoio de missões evangélicas dos Estados Unidos, produziram-se processos de conversão religiosa e floresceram igrejas evangélicas em muitas comunidades indígenas de várias províncias (especialmente em Chimborazo), na contramão da Igreja Católica e de suas linhas de apoio aos processos organizativos indígenas[191]. Esse processo de conversão religiosa implicou uma série de mudanças e adequações tanto religiosas como culturais para gerar o que tem sido denominado como "protestantismo quíchua" – *kichwa* – (ANDRADE, 2004) ou "protestantismo indianizado" (LUCERO, 2006), enquanto uma forma particular de construção da identidade étnica vinculada com elementos religiosos evangélicos[192]. A FEINE nasceu como expressão organizativa nacional e de representação dessa forma particular da etnicidade protestante, para encaminhar as demandas das comunidades indígenas evangélicas diante do Estado e das entidades não governamentais de desenvolvimento rural (ONGD), especialmente aquelas de origem evangélica. Após de um processo de articulação e de consolidação interna na década de 1980, a FEINE se encaminha numa perspectiva de alcançar uma maior projeção social e política nacional nas décadas de 1990 e 2000 (GUAMÁN, 2006), procurando disputar os espaços de representação indígena com outras organizações nacionais diante do Estado e no cenário eleitoral[193]. Para isso, a partir de uma linha política moderada e mais conciliadora tem

---

Organizaciones Clasistas), a UNE (*Unión Nacional de Educadores*), a FESE (Federación de Estudiantes Secundarios del Ecuador) e a FENOC (BURGOS, 1984, p. 28).

[190] A FEINE adotou no ano 2000 o nome de *Consejo Ecuatoriano de Pueblos y Organizaciones Indígenas Evangélicos (FEINE)* em sintonia com o dispositivo multiculturalista que predominou a partir da segunda metade da década de 1990.

[191] Ver Andrade (2004).

[192] A partir de uma perspectiva etnográfica, para uma visão do processo de conversão ao protestantismo no caso de algumas comunidades indígenas da Província de Chimborazo e do papel do protestantismo para a reconstituição de espaços de reprodução étnica e cultural e para a construção de uma forma específica da etnicidade indígena por meio da adaptação de elementos culturais e religiosos, ver Muratorio (1982); Andrade (2004).

[193] Ver Andrade (2005); Guamán (2006); Lucero (2006); Tuaza (2011). Em 1998 a FEINE promoveu a criação do movimento político *"Amauta Jatari"* (o sábio se levanta) para participar das eleições locais e nacionais. Em 2004 esse movimento muda de nome para *"Amauta Yuyai"* (o pensamento do sábio).

propiciado uma política pragmática de alianças e acordos em distintas conjunturas com diversos governos, partidos e movimentos de todo o espectro político[194].

No contexto do processo de retorno à democracia em 1978 foi aprovada em referendo uma nova Constituição. As organizações indígenas e camponesas nacionais se envolveram na campanha para sua aprovação, pois nela, por primeira ocasião em toda a história republicana se reconheceram os direitos políticos e cidadãos para os analfabetos. Isso supôs uma mudança substantiva para os povos indígenas ao ampliar seu direito ao voto e confrontá-los diretamente com a problemática da participação política (CHIRIBOGA, 1987), pois nas zonas rurais e nas comunidades indígenas concentram-se até hoje as maiores taxas de analfabetismo no país[195].

O retorno à democracia em 1979 trouxe inflexões nas políticas integracionistas do Estado e marcou um novo momento na relação das organizações indígenas com ele. No seu discurso de posse do governo, o presidente Jaime Roldós dirigiu-se explicitamente "para meus irmãos que falam a língua quíchua" e expressou por primeira vez na história política do país uma parte de seu discurso nesta língua, antecipando com esse gesto em mais de uma década as políticas multiculturalistas que posteriormente serão assumidas pelo Estado[196]. A abertura para os povos indígenas expressa nesse gesto simbólico no discurso presidencial de Roldós traduziu-se na ampliação da presença do Estado no campo, num conjunto de políticas encaminhadas para as comunidades e povos indígenas e numa relação direta do Estado com as organizações regionais e nacionais. Entre essas políticas e programas específicos que incidiram nos processos organizativos indígenas destacaram-se a criação de um programa de alfabetização em quíchua de abrangência nacional com participação das organizações

---

[194] Sobre a política de alianças desenvolvida pela FEINE ver TUAZA (2011); LALANDER (2013).

[195] Para 1979 calculava-se que o Equador tinha uma taxa de analfabetismo de 21,7% (RAMON, 1991, p. 363). Entre os censos de1974 e 1982 se produz a maior redução da taxa nacional de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade que diminui de 25,8% para 16,5%, como resultado das campanhas de alfabetização e as políticas de ampliação do ensino fundamental. Segundo os dados do censo 1982, para esse ano a taxa de analfabetismo rural alcançava 27,7% enquanto a taxa urbana era de 6,2%. A concentração das maiores taxas de analfabetismo nas áreas de predomínio indígena tem sido uma constante até a atualidade e ela é particularmente persistente entre as mulheres. Ver Zamosc (1995); Sánchez Parga (1996); Larrea et al (2007); Larrea et al (2013). Segundo o censo 2010, a taxa de analfabetismo da população indígena foi de 20,4%, taxa que triplica a média nacional equivalente a 6,7% para esse ano. No caso das mulheres indígenas essa taxa eleva-se a 26,8% (LARREA, 2013, p. 64).

[196] Na parte em quíchua de seu discurso, Roldós ressaltou que assumia o governo de todos e que esse dia falava para todos os habitantes desta terra (país), para todas as pessoas que moram "onde o sol nasce", para os "*Shuar, Waorani, Secoya, Siona, Cofán*", para "todos os seres humanos que vivem nas montanhas", para os habitantes dos "povoados onde o sol se põe", os "*Colorados*" (*Tsachilas*), "*Cayapas*" (*Chachis*), "[,,,] para as pessoas brancas, pretas e também para os que vieram de terras distantes" e fez um chamado para trabalhar entre todos e avançar além das "palavras lançadas ao vento", concretizando o que pensamos para acabar com a pobreza, "fazendo assim procuraremos a liberdade", concluiu. O vídeo do discurso de posse de Roldós está em: http://archivojaimeroldos.com/multimedia/discurso-posesion/. Uma síntese dele incluída a parte em quíchua foi publicada pelo jornal El Comercio o 09 de agosto de 2014: http://www.elcomercio.com/actualidad/discurso-jaime-roldos-constitucion-10deagosto.html.

indígenas (Moya, 1987; Pallares, 2002) e a criação de entidades e programas estatais de Desenvolvimento Rural Integrado (DRI)[197]. Essas políticas e programas tiveram continuidade no governo democrata cristão de Osvaldo Hurtado (1981-1984)[198], no qual estourou a crise da dívida externa (que marcou a década de 1980 nos países latino-americanos) e começou a aplicação sistemática dos programas de ajuste estrutural da economia que com diversos matizes caracterizariam a gestão dos diversos governos até a década de 1990.

A abertura para a participação das organizações indígenas no programa de alfabetização em quíchua significou para elas não apenas a possibilidade de nomear os alfabetizadores, formar novos quadros e fortalecer os processos organizativos e sua relação com as comunidades de base. Também representou a possibilidade de desenvolver demandas e argumentos direcionados a garantir programas de educação permanente geridos pelas organizações indígenas que respondessem à realidade concreta do campo e assim contribuiu para "constituir e consolidar um discurso próprio das organizações" em torno de um novo terreno de disputa: "a educação e a cultura" (MOYA, 1987, p. 397).

De outro lado, os projetos de Desenvolvimento Rural Integrado que foram implantados em várias zonas do país envolveram diretamente às organizações indígenas e camponesas nos desafios e na arena institucional do desenvolvimento rural, promovendo a diversificação de suas demandas enquanto dinamizavam a formação das federações locais de comunidades, para atuarem em múltiplas ocasiões como contrapartes diretas dos projetos. Na perspectiva do Estado, o impulso aos programas de desenvolvimento rural integrado teve um viés produtivista e coincidiu com o declínio do ciclo reformista e o abandono progressivo das políticas redistributivas da terra (BRETÓN, 2012, 104-109), as quais ficaram restritas fundamentalmente à culminação dos processos de desapropriação iniciados nos anos anteriores.

A isso se agregou a redução de recursos que esses programas experimentaram a partir do governo conservador de Febres Cordero (1984-1988) em concordância com as políticas de ajuste fiscal e a ascensão das políticas neoliberais para a agricultura. Nesse governo, a *Secretaria de Desarrollo Rural Integral (SEDRI)* que inicialmente dependia diretamente da Presidência da República foi colocada sob o *Ministério de Bienestar Social*. Essa mudança institucional refletiu uma importante inflexão de corte neoliberal nas políticas agrárias, nas quais os camponeses e os indígenas deixaram de ser considerados como sujeitos produtivos e

---

[197] No governo Roldós criou-se a SEDRI (*Secretaria de Desarrollo Rural Integral)* encarregada da execução dos projetos de *Desarrollo Rural Integral* (DRI) em várias regiões do país.

[198] Após a trágica morte de Roldós em 1981, assumiu o governo seu vice, o democrata cristão Osvaldo Hurtado

consequentemente como agentes relevantes para as políticas agrárias, passando a ser considerados como objetos das políticas sociais compensatórias e focalizadas, reforçando o tipo de relação provedor-beneficiário entre as entidades de desenvolvimento (estatais e privadas) e as comunidades e organizações camponesas. Essa será uma marca que acompanhará a definição das políticas agrárias do Estado em relação às agriculturas camponesas e indígenas até a atualidade.

Um olhar panorâmico do processo de transformações agrárias e desenvolvimento capitalista no campo produzido na região Interandina durante as décadas de 1960, 1970 e 1980 evidencia mudanças significativas em relação à estrutura fundiária, dos mercados de trabalho e das migrações internas, das classes e lutas sociais, da questão étnica e camponesa, da presença do Estado no campo e dos processos organizativos indígenas, referidos ao longo deste capítulo, gestados ao calor dessas lutas e mudanças.

No que tange à estrutura fundiária, a dissolução do sistema de *hacienda* tradicional e as mudanças decorrentes dos processos de reforma agrária e colonização na esfera nacional propiciaram transformações significativas que podem ser apreciadas na tabela 1. Três aspectos ressaltam da análise dos dados: a) verifica-se a diminuição percentual da área controlada pelas grandes propriedades que no caso das propriedades de 100 e mais hectares desce de 64,4% da área ocupada em 1954 (representando apenas o 2,1% dos estabelecimentos) para 42,6% da área ocupada em 2000 (correspondente ao 2,3% do número de estabelecimentos); b) paralelamente há um incremento significativo da importância na estrutura fundiária das propriedades intermediárias (entre 20 e 100 hectares), as quais em 1954 ocupavam 19% da área total e representavam 8,1% dos estabelecimentos e para o ano 2000 concentravam quase o dobro da área total (37,2%) e correspondiam a 13,2% do total de estabelecimentos agropecuários; c) a persistência dos minifúndios (propriedades menores de 5 hectares), como base da subsistência de grande parte do campesinato equatoriano e característica central da estrutura fundiária nacional, que em 1954 correspondiam ao 73,1% dos estabelecimentos ocupando 7,2% da área total e que no ano 2000 representavam 63,5% dos produtores rurais mas ocupavam apenas uma área equivalente a 6,3% da área total. Além dessas mudanças, verifica-se a ampliação da fronteira agrícola produzida nesses anos, decorrente especialmente dos processos de colonização de vastas regiões da Amazônia e da Costa equatoriana, que se expressa no incremento da área total sob estabelecimentos agropecuários, a qual passou de quase 6 milhões de hectares em 1954, para mais de 12,3

milhões de hectares em 2000, com a consequente diminuição das áreas de cobertura vegetal natural e das florestas tropicais e subtropicais[199].

Tabela 1: Equador: evolução do número e da área dos estabelecimentos agropecuários por categoria de tamanho (1954-2000)

Tamanho (ha)	**1954**				**1974**				**2000**			
	No. Imóveis	**Área (ha)**	**% Imóveis**	**% Área**	**No. Imóveis**	**Área (ha)**	**% Imóveis**	**% Área**	**No. Imóveis**	**Área (ha)**	**% Imóveis**	**% Área**
Menos de 5 ha	251.686	432.200	73,1	7,2	346.847	538.668	66,8	6,8	535.309	774.225	63,5	6,3
De 5 a menos de 20 há	57.650	565.800	16,7	9,4	96.360	935.291	18,5	11,8	176.726	1.706.794	21	13,8
De 20 a menos de 100 ha	27.742	1.138.700	8,1	19	64.813	2.664.671	12,5	33,5	111.290	4.614.436	13,2	37,3
De 100 ha e mais	7.156	3.863.000	2,1	64,4	11.091	3.810.773	2,2	47,9	19.557	5.260.375	2,3	42,6
Total	344.234	5.999.700	100	100	519.111	7.949.403	100	100	842.882	12.355.830	100	100
Índice de Gini	0,86				0,82				0,80			

Fonte: Censos Nacionais Agropecuários de 1954, 1974 e 2000.

A pesar do relativo declínio das grandes propriedades e o maior peso dos estabelecimentos intermediários, a estrutura fundiária equatoriana ainda apresenta elevados níveis de concentração e desigualdade no acesso à terra. Isso se evidencia ao observar a evolução do índice de Gini, o qual diminuiu lentamente de 0,86 em 1954, para 0,82 em 1974 e 0,80 em 2000, mas ainda permanece num patamar alto, mostrando uma forte polarização entre as centenas de milhares de unidades camponesas e os estabelecimentos empresariais altamente capitalizados. Se considerarmos unicamente as propriedades privadas, excluindo os estabelecimentos de propriedade comunal ou do Estado (que em 2000 ocupavam 4,88% e 0,59% da área total respectivamente), em 2000 os estabelecimentos com dimensões de 500 hectares ou mais correspondiam apenas a 0,16% dos imóveis e controlavam 16,1% da área total ao nível nacional, percentagem que se eleva a 18,7% na Costa, região com maior nível

[199] Ver Larrea (2006).

de concentração das grandes propriedades (ALVARADO e VANDECANDELAERE, 2011)[200]. Em contraste, a maior quantidade da pequena produção camponesa localiza-se na região Interandina, incluindo aquelas zonas de maior população indígena. Nesta região, três de cada quatro (74,9%) estabelecimentos agropecuários (423.845) correspondem a unidades menores de cinco hectares, ocupando uma área equivalente a 12,2% da área total em propriedade privada[201].

Em síntese, as mudanças indicadas refletem o curso adotado no processo de desenvolvimento capitalista no campo, que na região Serra implicou a divisão dos grandes latifúndios e a "metamorfose" da classe *terrateniente*, transmutada em burguesia agrária, preservando para si as melhores terras localizadas nos vales interandinos e propiciando sua conversão em propriedades relativamente grandes ou intermediárias altamente capitalizadas, dedicadas especialmente à pecuária de leite e desde a década de 1980 à floricultura de exportação. Ao mesmo tempo significou o acesso restrito à terra para uma grande quantidade de famílias indígenas e camponesas, as quais para garantir sua sobrevivência devem diversificar suas atividades em distintos tempos e espaços, ficando submetidos a uma situação quase permanente de semiproletarização. A nova condição camponesa resultante supôs assim a constante combinação (e tensão) da produção familiar na *chakra* (chácara) com a venda de força de trabalho fora dela, o vínculo e a pertença à comunidade local com a migração estacional para o trabalho nos agronegócios na Costa ou como pedreiros nas cidades, a produção para o autoconsumo com a produção para o mercado, a persistência de relações sociais não mercantilizadas de reciprocidade e redistribuição, caraterísticas das culturas andinas, com a crescente monetarização das economias familiares, a procura da autonomia produtiva com o assalariamento e a subordinação ao capital. Tudo isso, sempre marcado por uma forte lógica de arraigo à sua terra e à sua comunidade. Trata-se, seguindo Bartra, dos "polimorfos" e "transumantes" *campesindios* do capitalismo latinoamericano[202].

As organizações indígenas na Serra se desenvolveram precisamente nestas condições e neste contexto de mudanças e foi nos seus processos de luta onde foi afirmado progressivamente um discurso e uma identidade coletiva indígena camponesa. Na dinâmica desse processo organizativo, das lutas levantadas e das múltiplas relações com agentes

[200] Ver SIPAE (2011); Martínez, (2012); Martínez (2014). Esses estudos evidenciam processos de concentração de terras em propriedades maiores de 500 hectares especialmente na Costa, por parte de grandes grupos econômicos e empresas agroindustriais vinculadas à produção de cana de açúcar, palma africana, banana para exportação e plantações florestais.

[201] Ver Alvarado e Vandecandelaere, (2011). Se agregarmos as unidades do estrato de 5 até menos de 20 hectares, em 2000 na região Interandina os estabelecimentos privados menores de 20 hectares totalizavam 92% dos estabelecimentos e ocupavam 32,1% da área total.

[202] Ver Bartra (2011b); Bartra (2011a).

externos (Estado, Igreja Católica, partidos de esquerda, ONGs, outras Igrejas), uma camada significativa de lideranças indígenas formou-se e assumiu a representação das organizações e a interlocução política com o Estado. Essas lideranças, gestores das organizações e construtores de seu discurso e suas propostas políticas, podem ser consideradas como verdadeiros intelectuais orgânicos no sentido gramsciano[203], como têm sido sublinhado por distintos analistas[204]. O papel desempenhado por esses intelectuais orgânicos e ativistas indígenas será chave no processo de articulação organizativa na década de 1980 que derivou na constituição da CONAIE e na elaboração de seu projeto político depois do *levantamiento* de 1990, que visa à constituição do Estado plurinacional[205].

Para finalizar este longo percurso relativo ao processo organizativo da serra equatoriana, resta-me sublinhar a marca que deixaram as lutas e as transformações da *hacienda*, concebidas como um processo de liberação da opressão, na memória coletiva do movimento e de suas lideranças. Não interessa aqui a verossimilitude total ou parcial dessas lembranças, mas os sentidos que elas adotam no presente, ao ser efetivamente a história como foi recriada e é vivenciada hoje dentro do movimento e suas organizações, após os levantamentos e o processo de afirmação étnica. Essa memória remete aos nomes de lideranças, hoje figuras quase míticas na memória coletiva, como Dolores Cacuango, Tránsito Amaguaña ou Lázaro Condo. Através dos relatos de pais, mães e avós essa memória passou para a geração que atualmente ocupa cargos de liderança e continua viva no presente, como se pode apreciar no seguinte depoimento de Jorge Herrera, da Província de Cotopaxi na serra central equatoriana, atual presidente da CONAIE:

> *En ese entonces mi papá todavía era joven y él siempre participaba así a las reuniones. No vé que en ese tiempo vivía aquí unas familias de lucha, que se llamaban de apellido Corrales, Ignacio Cofre, familia Cofre, Corrales y los Chachas, el papá, la mamá del Juan Chacha, por ejemplo. Todo ellos hablaban de la lucha, que siempre venían haciendo reuniones, aún todavía hablando la historia*

---

[203] Gramsci compreende os intelectuais em sentido amplo, isto é como "todo o estrato social que exerce funções organizativas em sentido lato, seja no campo da produção, seja no da cultura e no político-administrativo" (GRAMSCI, 2002, p. 93). A questão dos intelectuais em Gramsci está associada a suas concepções da hegemonia e de "Estado integral". Nesse sentido, está diretamente relacionada "às formas de exercício das funções de direção e dominação dos grupos sociais antagonistas" (BIANCHI, 2008, p 74). No que diz respeito à figura dos "intelectuais orgânicos", para Gramsci "todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político" (GRAMSCI, 2001a, p. 15).

[204] Ver Guerrero (1995); Bretón (2012); Fernández (2015).

[205] Uma síntese das ideias e contribuições de algumas das principiais lideranças e intelectuais indígenas na elaboração da proposta do Estado plurinacional e na construção do projeto político da CONAIE publicado em 1994 (CONAIE, 1994) encontra-se em Fernández (2015). A última atualização do projeto político da CONAIE foi em 2012 (CONAIE, 2013). Para uma análise dos principais conteúdos do projeto político da CONAIE de 1994, ver Souza (2015).

> *de ellos. Entonces es parte también de eso de que el producto de haber obtenido la tierra de la Cotopilaló era producto de un proceso de lucha. Eso es lo que siempre nos indicaban los papás. Para conseguir eso, ellos eran trabajadores en las haciendas, eran maltratados, lograron conseguir la organización y aparte de eso es que era la propiedad. Entonces, bueno a mi papá le llevaron a la cárcel. Mi papá estuvo en la cárcel. Antes de nuestro tiempo, ellos ya lo hicieron: el primer paso de los tiempos de lucha. Claro, entonces hicieron los primeros pasos del tiempo de lucha. Ahí con la Tránsito Amaguaña, la Dolores Cacuango, compañeros dice que era mi papá. Ahí la lucha era principalmente para reclamar la libertad y la tierra. Por eso en ese tiempo conforman la organización de los trabajadores. Ese tiempo nació, la historia que cuenta papá, es que nació las luchas a través de la conformación de organizaciones de trabajadores, en las haciendas. Sindicatos. Ahora, si empezamos a mirar lo que es ahora la CONAIE, los movimientos indígenas, parte de una visión sindicalista también. Entonces ahí conformó el sindicato, Dolores Cacuango, mi papá, y todo eso, entonces la lucha era permanente.*[206]

Desse jeito, a experiência de exploração vivenciada pelos "*mayores*" nas *haciendas*, as formas de organização, e as lutas empreendidas por eles são reinterpretadas e contribuem para a afirmação da identidade, da organização indígena e dos sentidos políticos que adotam as lutas atuais das lideranças. Com clareza se estabelece a continuidade histórica das lutas de resistência e das formas organizativas, a partir da matriz sindical e das lutas das lideranças da FEI, até as lutas da CONAIE, hoje. Mais adiante no depoimento, após do relato da prisão e das torturas que sofreu seu pai e como conseguiu escapar quando foi deixado quase morto, jogado no rio que atravessa a cidade de Quito, Jorge Herrera lembra as palavras de seu pai relativas à importância da integridade das lideranças nas lutas, mantendo-se na frente delas sem trair seu povo e seus princípios, por meio dos conselhos que ele recebia de Dolores Cacuango e Tránsito Amaguaña, as figuras históricas lideranças da FEI, quando estava na prisão:

> *Por eso ahí decía mi papá, decía en esos términos, decía, la gente en ese entonces para que le dé sueldo, no es solo ahora que la gente quiere comprar al dirigente,*

---

[206] Tradução nossa: "Naquela época meu pai ainda era jovem e ele sempre participava assim das reuniões. Olhe que naquele tempo moravam aqui umas famílias de luta, chamavam-se de sobrenome *Corrales*, *Ignacio Cofre*, família *Cofre*, *Corrales* e os *Chachas*, o pai e a mãe do Juan Chacha, por exemplo. Todos eles falavam da luta, que sempre faziam reuniões, ainda falando da sua história. Então, também faz parte disso que o produto de ter obtido a terra da (*hacienda*) Cotopilaló foi o resultado de um processo de luta. Isso é o que sempre nos indicavam os pais. Para conseguir isso, eles eram trabalhadores nas *haciendas*, foram maltratados, eles conseguiram obter a organização, além disso, a propriedade. Então, bem, a meu pai o levaram para a prisão. Meu pai esteve na prisão. Antes de nosso tempo, eles já o fizeram: o primeiro passo dos tempos de luta. Bem, então eles fizeram os primeiros passos do tempo de luta. Aí, com a Tránsito Amaguaña, a Dolores Cacuango, meu pai disse que eram companheiros. Aí a luta era principalmente para exigir a liberdade e a terra. Por isso, nesse tempo conformam a organização dos trabalhadores. Naquele tempo nasceu a história que conta meu pai, é que as lutas nasceram através da formação de organizações de trabalhadores nas *haciendas*. Sindicatos. Agora, se olharmos para o que é hoje a CONAIE, os movimentos indígenas partem de uma visão sindicalista também. Então aí formou o sindicato, Dolores Cacuango, meu pai e tudo isso, então a luta era permanente" (Entrevista Jorge Herrera, 22 novembro 2014: entrevista realizada por Florencia Campana e Fernando Larrea).

> *según cuenta mi papá, no. Claro, hay muchos dirigentes que se dejan vender también. Entonces cuando a mi papá le llevaban, estaba en la lucha, dice que la Tránsito Amaguaña y la Dolores Cacuango le decían a él: Tayticu, cuidado, cuidado a tu pueblo traicionar, cuidado porque nosotros estamos contigo, nosotros estamos en la lucha. Tayticu, no puedes vender la conciencia a estos ricos, a estos capitalistas, cuidado. Así decía, cuando venían, o sea las compañeras que eran la Tránsito Amaguaña y la Dolores Cacuango iban a la cárcel para decir que cuidado tayticu, aunque estás en la cárcel pero no vender la conciencia, claro porque la gente les quería dar dinero para que ya no organicen, el punto era que se organizaban los trabajadores de las haciendas, entonces para que no organicen, simplemente que bote ahí. Siempre la Tránsito Amaguaña y la Dolores Cacuango él dice que le andaban tras de él cuidándole para que de pronto no le compren la conciencia, traicione a los principios. Y bueno eso es lo que me cuenta, (...)*[207].

É significativo o paralelismo no relato e lembranças do até pouco tempo presidente da CONAIE e o depoimento de Humberto Cholango, liderança indígena da zona de Cayambe, na serra norte e também ex-presidente da CONAIE, sobre sua trajetória e sua vinculação com o movimento indígena, acompanhando as lutas pela terra de seu pai e a lembrança de seu avô também próximo de Dolores Cacuango:

> *Mi presencia dentro del movimiento se debe, inclusive yo podría decir que es un tema generacional. Mire, mi abuelo era parte de la dirigencia indígena en Cayambe conjuntamente con Dolores Cacuango. En la década de los años 1940 hasta 60 -70. Después mi papá siguió también en la lucha por la recuperación de las haciendas y yo me integré en esa pelea se podría decir desde muy niño. Juntos con mi abuelo todavía recuerdo que vivía, mi abuelo falleció cuando yo tenía 13 años. Entonces Mi abuelo tenía esa fuerza, bastante dura, fuerte, todo una formación comunista, socialista, a pesar de que eran analfabetos y todo. Mi abuelo y mi papá. Entonces tenían esa formación. Y cuando mi papá era dirigente de las comunidades que se formó por Cayambe y Cangahua (comunidades de Los Andes, Cochabamba, Isacates, Libertad), cuando empezaron la pelea por las haciendas en la década de los 70, venía las peleas, el segundo momento de la pelea era en la década de los 80 y yo recuerdo claramente cuando León Febres Cordero era presidente ya, comenzando como presidente, mi papá era presidente de 4 comunidades ahí y se tomó 5 haciendas. Entonces ahí con mi papá aprendí a andar. Porque yo era el único ahí en la comunidad que sabía leer y escribir y estaba en la escuela yo. Y todos los juicios, todos los documentos que llegaban yo tenía que ir a leer. Leer, porque mi papá me llevaba a las asambleas para que yo lea esos documentos. Entonces era 10 de la noche, a veces tocaba levantar 2 de la mañana, porque hacían eso, así escondidos hacían las reuniones, no eran públicas, así. Entonces, eso me llevó a que sea parte de todo este proceso del movimiento indígena. Y*

[207] Tradução nossa: "Por isso, aí dizia o meu pai falava nesses termos, dizia, as pessoas naquela época para dar-lhe um salário, porque não é só agora que as pessoas querem comprar à liderança, não, segundo fala o meu pai. Claro, existem muitas lideranças que se deixam vender também. Então, quando meu pai foi detido, ele estava na luta, fala que a Tránsito Amaguaña e a Dolores Cacuango disseram-lhe: Tayticu (paizinho), cuidado, cuidado para não trair o teu povo, cuidado porque a gente está contigo, nós estamos na luta. Tayticu, você não pode vender sua consciência a esses ricos, a esses capitalistas, cuidado. Assim dizia, ele diz, quando elas vinham, as companheiras que eram a Tránsito Amaguaña e a Dolores Cacuango iam para a cadeia para dizer: Tayticu cuidado, embora você esteja na cadeia, mas não venda a consciência, porque as pessoas queriam dar-lhes dinheiro para que não mais se organizem; o ponto era que os trabalhadores das *haciendas* se organizavam, então, para que não se organizassem, simplesmente que deixe aí. Sempre ele diz que a Tránsito Amaguaña e a Dolores Cacuango andavam trás ele cuidando-lhe para que de repente não lhe comprem a consciência e traia seus princípios. Bem, isso é o que ele me diz, [...]" (Entrevista Jorge Herrera, 22 novembro 2014: entrevista realizada por Florencia Campana e Fernando Larrea).

> *obviamente de ahí me involucré, enrolé mucho más, ya en el año 90 ya, claro no era dirigente, nada, pero participé del primer levantamiento indígena, y todo ese tiempo hasta 96 que ya empecé a asumir la dirigencia, muy joven, y desde ahí fui dirigente de mi organización de base, presidente de la Confederación del Pueblo Cayambi y fundador, y después llegué a ser presidente del ECUARUNARI dos períodos, siendo re-electo; después llegué a ser presidente fundador de la Coordinadora Andina de Organizaciones Indígenas (CAOI), Bolivia, Perú, Ecuador, Colombia, y ahora Presidente de la CONAIE. Entonces eso es, una trayectoria así. Me tocó vivir momentos muy duros, difíciles. Mi papá inclusive en el año 83 y 84 pasó a la clandestinidad porque estaba perseguido en la época de Febres Cordero con orden de detención por supuesta invasión a las haciendas. Entonces yo acompañaba. Inclusive acompañaba, justo cuando era tiempos de vacaciones, yo con mi papá, claro mi papá estaba en clandestinidad pero iba a trabajar también, trabajar en otros lados y así empezar a sostener a la familia, los estudios de nosotros y el juicio que también era plata. Y finalmente, ya en el año 86 ya se resolvió. Logramos ganar los juicios a las haciendas y ya las tierras pasaron a nuestras manos. Hemos conseguido vivir un poco más tranquilos.*[208]

Como se pode apreciar, as referências ao tempo das *haciendas* e à história de lutas indígenas e camponesas pela terra continuam alimentando as visões e as práticas das lideranças nacionais atuais, reatualizando o vínculo das lutas do passado com aquelas do presente. Esse legado deixado pelas gerações anteriores faz parte da memória e da identidade indígena camponesa das novas gerações de lideranças, mesmo que sua atuação se desenvolva em condições bem diferentes. Seguidamente, passo revisar as especificidades do processo

---

[208] Entrevista Humberto Cholango, 12 Maio 2014. Tradução nossa: "A minha presença dentro do movimento é devida até eu poderia dizer, que é uma questão geracional. Olhe só, meu avô fazia parte das lideranças indígenas em Cayambe junto com Dolores Cacuango. Na década de 1940, até a de 60, 70. Depois, meu pai seguiu também na luta para a recuperação das *haciendas* e eu me integrei nessa peleia poderia dizer desde a infância. Juntamente com o meu avô, eu ainda lembro que ele vivia, meu avô morreu quando eu tinha 13 anos. Então meu avô tinha essa força, bastante firme, forte. Toda uma formação comunista, socialista, embora eles eram analfabetos e tudo. Meu avô e meu pai. Então eles tiveram essa formação. E quando meu pai era liderança das comunidades que se formaram em Cayambe e Cangahua (comunidades de Los Andes, Cochabamba, Isacates, Libertad), quando começaram a luta pelas *haciendas* na década de 70, vieram as peleias; o segundo momento das lutas era na década de 80 e eu lembro com clareza quando León Febres Cordero já era presidente, começando como presidente, meu pai era presidente de 4 comunidades lá e se ocupou 5 *haciendas.* Então, aí com meu pai aprendi andar. Porque eu era o único na comunidade que sabia ler e escrever e estava na escola. E todos os litígios, todos os documentos que chegavam eu tinha que ir para ler. Ler, porque meu pai me levava às assembleias para que eu lesse esses documentos. Então, era 10 à noite, às vezes tocava levantar até 2 da manhã, porque faziam isso, assim escondidos faziam as reuniões, não eram públicas, assim. Então isso me levou a fazer parte de todo este processo do movimento indígena. E, obviamente, daí me envolvi, me engajei muito mais. Já no ano 90, bem, não era dirigente, nada, mas participei do primeiro levantamento indígena e todo esse tempo até o ano 96 que já comecei assumir a liderança, muito jovem, e a partir daí eu fui liderança da minha organização de base, presidente e fundador da Confederação de Povo Cayambi e depois cheguei a ser presidente do ECUARUNARI dois períodos, sendo reeleito; então eu me tornei presidente fundador da Coordenadora Andina de Organizações Indígenas (CAOI), Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, e agora presidente da CONAIE. Então é isso: uma trajetória assim. Coube-me viver momentos muito duros, difíceis. Meu pai inclusive nos anos 83 e 84 passou à clandestinidade, porque ele foi perseguido na época de Febres Cordero com mandado de prisão por suposta invasão às *haciendas*. Então eu acompanhava. Inclusive eu acompanhava, justamente quando era tempo de férias, com meu pai, é claro que meu pai estava na clandestinidade, mas ia trabalhar também, trabalhar em outros lugares e começar a sustentar à família, a escola nossa e o litígio que também custava dinheiro. E finalmente, já no ano 86 foi resolvido. Conseguimos vencer nos litígios às *haciendas* e as terras passaram para nossas mãos. Temos conseguido viver um pouco mais tranquilos."

organizativo na região amazônica, prévio a discutir o processo de confluência das organizações das duas regiões na formação da CONAIE na década de 1980.

3.2 REIVINDICAÇÕES TERRITORIAIS E PROCESSO ORGANIZATIVO NAS NACIONALIDADES AMAZÔNICAS

Em contraste com o processo histórico vivenciado na região Interandina equatoriana, na região Amazônica, por suas caraterísticas geográficas e ecológicas e a hostilidade e resistência aberta de distintos povos indígenas, não existiu a centralidade do regime da *hacienda* tradicional como sistema de dominação. Mesmo assim, os três séculos de dominação colonial espanhola e a violência exercida para subjugar os índios, também no período republicano, tiveram um enorme impacto na reconfiguração do entorno étnico e cultural dos povos indígenas amazônicos.

Com efeito, motivados pelos mitos criados do *El Dorado* e do País da Canela os espanhóis realizaram múltiplas expedições para a região Amazônica, fundaram as primeiras cidades nessa região[209] e estabeleceram *encomiendas* para a obtenção dos tributos que os índios tinham que pagar em ouro e algodão, na segunda metade do século XVI. Esta primeira e importante fase de implantação colonial na Alta Amazônia foi levantada "sob o signo do ouro", como descreve Anne Christine Taylor, com a abertura de uma avançada de extração aurífera (especialmente nos leitos dos rios) e implicou uma grande afluência de "toda classe de aventureiros e serranos deportados e a exploração desenfreada das populações índias locais" (TAYLOR, 1988, p. 223).

Esse primeiro ciclo do ouro na região Amazônica foi efêmero, como consequência da dinâmica assumida pela economia colonial com a expansão do eixo mineiro andino e pelas próprias condições do seu desenvolvimento que incubaram as "circunstancias de sua próxima ruína": diante de um processo de extermínio, os índios acossados pelas epidemias trazidas pelos europeus, pelas "exações" de *encomenderos* e patrões e pelas "incursões escravistas" fugiram dos assentamentos e se internaram na floresta tropical como zona de refugio, provocando o despovoamento das "cidades", uma crise de mão de obra e uma hostilidade maior e mais ativa e organizada das populações locais (TAYLOR, 1994a, p. 20). Desde 1560 aconteceram várias rebeliões indígenas, sendo a mais significativa aquela de 1578-79

[209]A. C. Taylor (1988, p. 224) destaca que entre 1541 e 1560 houve doze fundações de "cidades" na região Amazônica enquanto apenas oito nas regiões Interandina e Litorânea. Muitas dessas "cidades" nas ladeiras orientais da cordilheira tinham desaparecido para finais do século XVI.

conhecida como a *rebelión de los pendes* (xamãs) na Amazônia Norte equatoriana[210], por sua abrangência e configuração enquanto uma aliança multiétnica e pela participação de xamãs e caciques locais[211].

A partir de 1580, destaca Taylor, com o abandono da região de boa parte dos *encomenderos* e da população externa, as cidades estabelecidas sob a miragem do ouro na Alta Amazônia no território que hoje é o Equador experimentaram uma "decadência e uma marginalização duradoura" (TAYLOR, 1988, p. 223). Com uma economia "parasitaria" qualificada por esta autora como uma "economia escravista de subsistência" (Taylor, 1988, p. 225), orientada e dependente da extração e comercialização dos recursos da floresta (pita, cascarilha, cacau), esses povoados ficaram contidos num "subdesenvolvimento estrutural" com uma população muito limitada até finais do século XIX (TAYLOR, 1994a, p. 21).

Esse primeiro e efêmero ciclo do ouro anteciparia assim o destino da região, no sentido de constituir um espaço sometido aos ciclos marcados pela extração de produtos naturais em função das possibilidades de sua realização nos mercados externos e, ao mesmo tempo, um território de fronteira da colonização. Taylor resume assim esse destino cruel da região: "desde os começos do século XVII os dados estavam lançados: daí em diante a Amazônia estaria destinada a sucessivas devastações de uma economia de *booms*, orientada completamente à procura ruinosa e frenética da mais-valia absoluta" (TAYLOR, 1994b, p. 26). Esses processos devastadores provocaram profundos estragos nas sociedades e povos da floresta amazônica, alguns dos quais foram literalmente dizimados, mas simultaneamente geraram dinâmicas específicas de resistência, transculturação, adaptação e reconstituição étnica[212].

Diversos estudiosos têm enfatizado o rico mosaico étnico, a complexidade cultural e linguística da região da Alta Amazônia e as múltiplas relações existentes (incluída a guerra intertribal) que existiam entre os povos indígenas, antes da penetração colonial espanhola[213]. Blanca Muratorio (1998, p.81), ao analisar as informações etnohistóricas e demográficas

---

[210] Nessa rebelião as cidades de Avila e Archidona foram destruídas e todos seus habitantes assassinados. A rebelião só pôde ser contida pelos reforços militares enviados de Quito, no fracassado assalto dos rebeldes à cidade de Baeza. À rebelião seguiria uma dura repressão concebida com a lógica de escarmento que primava na época. Sobre essa rebelião ver Oberem (1980); Muratorio (1982).

[211] Muratorio sublinha que uma das consequências dos 300 anos de dominação colonial foi a desarticulação da "organização sócio-política indígena" que tinha permitido a "ação concertada dos diferentes grupos étnicos" como aconteceu na rebelião de 1578 (MURATORIO, 1998, p. 125).

[212] Com base em fontes etnohistóricas, detalhadas análises diacrónicas (séculos XVI-XIX) dos processos de colonização da Alta Amazônia e das transformações produzidas nas sociedades indígenas da região, incluindo referencias àquelas que foram exterminadas encontram-se nos trabalhos de Anne Christine Taylor (1988; 1994a; 1994b; 1999).

[213] Ver Muratorio (1998); Taylor (1988); Taylor (1994a); Taylor (1994b); Taylor (1999); Whitten (1987); Costales A. e Costales P. (1983).

referidas à Amazônia Norte equatoriana, conclui que o processo de conquista e evangelização gerou uma "simplificação etnocida do rico panorama étnico da Amazônia" que ainda não terminou. Nesse processo, coube às missões religiosas um papel central como linha de frente para assegurar a presença da Corona espanhola e seu projeto "civilizatório" nos seus confins territoriais ocupados pelas populações indígenas. Especial relevância teve a missão jesuíta de Maynas (no que hoje é o Peru) estabelecida desde o século XVII, por sua importância em relação à abrangência geográfica de sua jurisdição como pelos impactos de sua atuação para os povos indígenas de toda a Alta Amazônia (TAYLOR, 1994b). Com efeito, as técnicas de redução desenvolvidas pelos jesuítas como mecanismo de sujeição e concentração dos índios conversos tiveram influências culturais profundas e duradouras para os povos submetidos sobreviventes[214] e contribuiriam dramaticamente no processo de extermínio de outros deles, ao provocar o colapso demográfico como consequência da mortalidade causada pelas pestes e epidemias recorrentes nas reduções estabelecidas[215]. Entre os anos 1550 e 1760, Taylor (1994b) calcula que na ampla região que fez parte da missão de Maynas houve uma queda da população indígena superior a 80%[216].

A fuga para regiões montanhosas mais distantes, o internamento na floresta e a mudança nos padrões de ocupação do território com a adoção de um modelo de hábitat disperso (como aquele dos povos *Shuar* e *Achuar*) e o deslocamento de distintos grupos das zonas ribeirinhas para as regiões interfluviais, como zonas de refugio de mais difícil acesso, constituíram as formas mais efetivas de resistência diante da mortalidade epidêmica, das incursões escravistas e do colapso provocado pela presença de colonizadores e missionários[217]. De todo modo, não se pode compreender a configuração étnico-cultural atual das nacionalidades e povos amazônicos sem considerar os impactos provocados pelos

---

[214] Entre as marcas e mudanças culturais nas sociedades indígenas da Alta Amazônia provocadas como consequência da atuação da missão jesuíta de Maynas, Taylor destaca mudanças nos padrões residenciais tais como a alternância de moradia agrupada/dispersa presente em alguns grupos, mudanças nas estruturas familiares (a exemplo do abandono da poligamia ou o casamento de homens muito jovens nos povos quíchua falantes) e transformações nos sistemas simbólico–rituais ("difusão de um modelo simplificado do *sistema de cargos*"), além de mudanças no vestuário, na introdução de novas culturas (arroz, mandioca amarga) e em algumas especializações produtivas (a exemplo do curare ou tecidos). Esta autora sublinha como uma consequência importante da colonização missionária a clivagem estabelecida entre os índios "mansos", falantes do quíchua, "batizados e sedentarizados" e os selvagens, "infiéis nômadas", "*jívaros"* ou "*aucas*" (TAYLOR, 1994b, p. 28-29).

[215] Entre sua criação em 1638 e 1767, quando se produz a expulsão dos jesuítas dos domínios da Espanha, a missão jesuíta de Maynas fundou mais de 40 reduções na Alta Amazônia, reduções pelas que passaram várias dezenas de milhares de indígenas nesse lapso de tempo (TAYLOR, 1994b, p. 27).

[216] De uma população aproximada de 200.000 pessoas na região em 1550, apenas restavam entre 15.000 e 30.000 pessoas em 1760. Os próprios missionários jesuítas da época contavam dez sobreviventes de cada cem índios capturados e reduzidos (TAYLOR, 1994b, p. 30). Ver também Whitten (1987, p. 237-239).

[217] Ver Taylor (1994b); Muratorio (1998).

processos de evangelização, pacificação, subjeção e extermínio resultantes das reduções jesuítas e *encomiendas,* bem como as diversas respostas adaptativas e de resistência geradas pelos povos indígenas. Assim, Taylor salienta o papel desempenhado pelas que denomina "tribos neocoloniais forjadas nas reduções ou ao redor dos assentamentos espanhóis" (Taylor, 1994b, p. 32), isto é, os povos que podem ser considerados como resultado direto da relação e confrontação com as instituições coloniais que a partir do que restava das etnias originais empreenderam processos de adaptação, transculturação, sincretismo cultural e etnogênese, construindo uma identidade étnica diferencial, como é o caso dos povos que hoje constituem a nacionalidade *Kichwa* das regiões norte e central da Amazônia equatoriana: os *Kichwa* do Napo (*Napo Runas*) e os *Kichwa de Pastaza* respetivamente[218].

Para a autora, esses povos fundados a partir do "reagrupamento de sociedades culturalmente heteróclitas" e dotados de um grande dinamismo, desde o século XVIII desenvolveram uma identidade própria construída sobre a dualidade estrutural que contrapõe uma "esfera aberta" de comportamentos e instituições sociais marcados pela relação com colonizadores e missionários, a esfera dos índios "mansos", "cristianizados", dos "*alli runa*" (homens bons), com uma "esfera fechada" de reprodução cultural autônoma, a esfera dos "*sacha runa*" (homens da floresta), "senhores do entorno natural e simbólico impermeável aos brancos", no espaço de refugio da floresta (TAYLOR, 1994b, p. 33)[219]. Essa dualidade permitiria a esses povos desempenharem ao mesmo tempo o papel de intermediários e de grupos "tampão" entre o mundo colonial e os povos insubmissos, alguns dos quais, em distintas circunstâncias lograram preservar sua autonomia até o século XX, ainda à custa de um maior isolamento, como é o caso dos *Waorani, os Shuar e os Achuar*. No que diz respeito aos povos *Shuar e Achuar,* Taylor explica a preservação de sua autonomia e a permanência de sua organização social pela fragilidade da dominação colonial na Alta Amazônia de uma parte, e de outra, pelas caraterísticas de sua organização socioterritorial tradicional, isto é a dispersão, o atomismo e a autonomia econômica e simbólica de suas unidades domésticas, que lhes permitiram resistir em melhores condições à agressão colonial, expressa nas epidemias e nas incursões escravistas e missionárias (TAYLOR, 1994a, p. 26-27). No caso

[218] Entre os diversos estudos etnográficos detalhados dos povos e nacionalidades amazônicas se destacam os trabalhos de Whitten (1987) sobre os *kichwa de Pastaza,* Macdonald (1997) e Muratorio (1998) dos *Napo runas* (*kichwa* da bacia do rio Napo), Harner (1994) e Bustamante (1988) sobre os *Shuar,* Descola (1989) sobre os *Achuar,* Rival (1996) dos *Waorani*.

[219] Norman Whitten (1987) sublinha a importância dessa dualidade *alli runa – sacha runa* no universo simbólico e no processo de adaptação cultural e etnogênese dos *Kichwa de Pastaza*. Para o caso dos *Napo runas,* Muratorio (1998) também destaca a relevância da internação na floresta como estratégia e prática recorrente de resistência que contribuiu para sua reprodução cultural e simbólica ao longo da sua história.

dos *Waorani*, sua estratégia para a preservação de sua autonomia implicou seu "isolamento absoluto" e a "defesa de sua independência a qualquer custo" (TAYLOR, 1994b, p. 31-32).

Após da expulsão dos Jesuítas em 1767, na Amazônia equatoriana abriu-se um período que se estenderia por um século (aproximadamente até 1870), marcado pelo declínio dos estabelecimentos coloniais e pelas dificuldades das autoridades eclesiásticas e políticas de impor sua tutela nos territórios da floresta amazônica, dificuldade expressa no abandono de formas centralizadas de exercício do poder político e administrativo. Essa situação não mudaria com a independência da Espanha e os primórdios da vida republicana a partir de 1830. Com a retração operada nesse período na dinâmica colonizadora na Amazônia equatoriana, os povos indígenas sobreviventes experimentaram uma paulatina recuperação e aumento da sua população, bem como uma relativa expansão territorial caraterizada por seu retorno às zonas ribeirinhas dos grandes rios (TAYLOR, 1994b). Nessas condições, puderam continuar com seus sistemas e práticas produtivas de horticultura itinerante, de caça, de pesca e de coleta, caraterísticos das sociedades amazônicas.

As duas últimas décadas do século XIX e os primeiros anos do século XX constituiriam um novo período dramático para os povos indígenas da Amazônia equatoriana, decorrente do *boom* da borracha que atingiu toda a região amazônica, incluindo a Alta Amazônia. Este ciclo extrativista, qualificado como um "período traumático" (Muratorio, 1998, p. 179) para os povos indígenas da região e como um "verdadeiro cataclismo a escala amazônica" (Taylor, 1994b, p. 40), foi efêmero em sua duração[220], mas deixou consequências duradouras. A extração da borracha na Alta Amazônia teve como eixo comercial o porto de Iquitos (no Peru), num ciclo econômico marcado pela demanda da indústria automotiva que, como anota Muratorio (1998, p. 177), determinou que os indígenas amazônicos e os operários de Detroit fizessem parte "do mesmo momento histórico no desenvolvimento do capitalismo". Uma grande quantidade de comerciantes estrangeiros e equatorianos, aventureiros e agentes e trabalhadores das empresas da borracha ocuparam vários pontos ao longo da Amazônia equatoriana e disputaram o controle e a subjugação da mão de obra indígena, conhecedora da floresta, para a extração da borracha. Isso implicou o retorno de incursões escravistas a grande escala e práticas de terror, diante da fraqueza e incapacidade de controle do Estado equatoriano na região, como testemunham diversos documentos históricos da época[221].

---

[220] O *boom* da borracha decolou em 1875, teve seu apogeu na última década do século XIX e caiu em crise para 1910. As exportações de borracha do Porto de Iquitos cresceram de 2.000 Kg. em 1862-63 para 714.161 Kg. em 1885 (TAYLOR, 1994b, p. 42).

[221] Ver Muratorio (1998); Taylor (1994b).

A maior parte da borracha existente na Amazônia equatoriana nas regiões interfluviais era da espécie conhecida como *balata* (*castilloa elástica*), de menor qualidade do que as apetecidas seringueiras (*hevea brasilienses*) abundantes nas regiões ribeirinhas dos grandes rios afluentes do Amazonas peruano e brasileiro, provocando deslocamentos da população e o tráfico humano de indígenas para essas regiões, bem como o contrabando da borracha para Iquitos por meio do transporte fluvial controlado pelos comerciantes peruanos (MURATORIO, 1998, p. 175). Essas diferenças geográficas e de qualidade da borracha foram determinantes nas diversas formas que assumiu a exploração da mão de obra indígena e ocasionaram que os estragos provocados pela febre extrativista da borracha fossem diferenciados segundo as distintas sub-regiões da Amazônia equatoriana, atingindo em distinto grau os diferentes povos indígenas. Enquanto nas zonas ribeirinhas de extração da *hevea* se instalaram as maiores companhias monopolistas as quais instauraram poderosas milícias escravistas (como foi o caso da Casa Arana instalada no Putumayo), nas regiões interfluviais com maior ocorrência da *balata* primaram pequenos empreendimentos que mobilizavam dezenas de trabalhadores (TAYLOR, 1994b, p. 42). Foram estes pequenos empreendimentos que generalizaram o sistema chamado de "*patronazgo"* (uma modalidade de servidão por dívidas que se manteria durante as seguintes décadas além da extração da borracha), como forma de controle da mão de obra indígena em que o patrão antecipava um pagamento para o grupo indígena com a entrega ("*repartos")* de algumas mercadorias manufaturadas (com preços sobrevalorizados) que já tinham sido adotadas na produção de subsistência dos indígenas cristianizados (espingardas, machados, facões, tecidos); em contrapartida, os indígenas ficavam comprometidos a entregar ao patrão uma quantidade determinada de trabalho ou produtos, para diminuir a dívida contraída. Sob esta modalidade de trabalho, especialmente os indígenas *Kichwa* e *Sapara* cristianizados forneceram grande parte da mão de obra mais regular na extração de borracha (Muratorio, 1998). Uma situação similar também sofreram os povos *Siona*, *Secoya* e *A´I* (*Cofan*).

Alguns outros povos da zona centro-oriental da Amazônia equatoriana considerados "infiéis" ou "bárbaros" sofreram diretamente os estragos da violência, das correrias escravistas e da venda e tráfico forçado de indígenas para o Peru, Bolívia e Brasil desencadeados no *boom* da borracha, que, junto às epidemias que assolaram a região durante esse período, provocaram seu etnocidio, descrito como "o pior legado da era da borracha no Equador" (MURATORIO, 1998, p. 178). Muratório (1998, p. 200) indica vários povos tais como os *Gayes*, *Semigayes*, *Muratos*, *Payaguas* e *Angoteres*, os quais são mencionados nos documentos de finais do século XIX e inícios do século XX e que já não aparecerão mais com

seus nomes específicos após de 1920, no final da época da borracha. Os grupos *Sapara* considerados "infiéis" também sofreram diretamente as correrias escravistas e levados à beira do seu extermínio[222]. Os povos *Shuar* e *Achuar* foram os menos atingidos durante esse período, devido a sua localização em zonas com maior ocorrência da borracha de menor qualidade (*balata*) e ser "protegidos por sua reputação de ferocidade" (TAYLOR, 1994b, p. 43).

Com o declínio do ciclo da borracha alguns dos comerciantes e patrões da borracha ficaram assentados de forma permanente na região. Mesmo com algumas dificuldades para manter o acesso e controle regular da mão de obra indígena, a generalização do sistema de *patronazgo* durante as seguintes décadas permitiu a eles contar com força de trabalho indígena para empreender com diversas atividades produtivas, tais como a introdução de gado, algumas culturas agrícolas (algodão, café) e o lavado de ouro. De qualquer forma, como mostra em detalhe Muratório (1998), a subordinação do trabalho indígena geralmente foi esporádica e embora a relação de endividamento implicasse a extração do excedente por meio da apropriação do trabalho indígena e o intercambio desigual, sustentados no monopólio de mercadorias manufaturadas que viraram indispensáveis na produção de subsistência indígena, esse sistema não modificou substancialmente os sistemas produtivos indígenas, dado que os povos indígenas mantinham seu acesso ao território, suas "pautas de organização social" e suas práticas econômicas tradicionais de caça, pesca e horticultura", compatíveis com o lavado de ouro e o trabalho temporário nas propriedades dos patrões (MURATORIO, 1998, p. 246).

Com a finalidade de propiciar a integração da região na economia nacional e mais tarde segurar as fronteiras com o Peru, durante as primeiras décadas do Século XX o Estado equatoriano promoveu a presença de diversas missões religiosas as quais se instalaram em diversos pontos da Amazônia equatoriana (desde finais do século XIX), supriram a ausência do Estado na região e assumiram o protagonismo para evangelizar e educar ("civilizar") os povos indígenas. Dominicanos, Josefinos, Salesianos, Franciscanos, além das missões evangélicas, com todas suas diferenças em termos de seus métodos e formas de implantação no território[223], foram assim partícipes ativos e promotores diretos dos processos de mudança

---

[222] Ver Muratorio (1998); Taylor (1994b). Em relação aos *Sapara*, Taylor sublinha que o *boom* da borracha "terminou de aniquilar aos últimos sobreviventes de um vasto conjunto linguístico, que em seu apogeu no século XVI foi numericamente superior ao conjunto *jívaro"* [povos *Shuar, Achuar, Maina, Aguaruna, Huambisa* da Alta Amazônia do Equador e Peru] (TAYLOR, 1994b, p. 43). Recentemente (julho 2017) morreu um dos últimos cinco anciões que dominavam a língua *Sapara*, declarada patrimônio oral imaterial da humanidade pela UNESCO em 2010.

[223] Para uma visão das diferenças na implantação das distintas missões religiosas, ver Taylor (1994b).

cultural e de integração econômica dos povos indígenas da região amazônica, incluindo a introdução do gado nos sistemas produtivos, a promoção de assentamentos permanentes, a criação de internados para a educação de crianças (especialmente no caso dos Salesianos e o povo *Shuar*[224]).

A partir da década 1940 tomam dinamismo os processos de exploração petrolífera e a presença de empresas transnacionais (inicialmente a Shell) na procura deste recurso, especialmente na parte Norte e Central da região Amazônica equatoriana, abrindo progressivamente o espaço para a aceleração dos processos de desenvolvimento capitalista, de colonização do conjunto da região e de fortalecimento do papel do Estado. Como descreve em detalhe Muratorio (1998, p. 266), no período inicial de exploração das existências de petróleo a relação entre os missionários, as empresas petroleiras e o Estado foi de "mutua conveniência e estreita colaboração". Os impactos dessa primeira fase exploratória das reservas petrolíferas para os povos indígenas da região foram variados. De um lado, a presença da Shell propiciou o trabalho assalariado temporário (direto ou com a intermediação dos patrões) especialmente de indígenas *Kichwas*, ao tempo que com os trabalhos de exploração se ocupava o território *Waorani*, provocando sua reação violenta, dados os antecedentes dos abusos sofridos de mãos dos brancos, no período de apogeu da borracha (MURATORIO, 1998, p. 271-272).

Com a presença da Shell surge a abertura de rodovias para a região e com elas o ingresso progressivo de comerciantes e colonos, iniciando assim um processo que determinaria mudanças substanciais nas dinâmicas socioeconómicas da região, na ocupação do território e nos modos de vida dos povos indígenas, nas décadas de 1950 e 1960. De um lado, os novos comerciantes ao quebrar o monopólio comercial de produtos manufaturados exercido pelos patrões, contribuíram na corrosão definitiva das relações de *patronazgo*, já enfraquecidas como consequência da ampliação do trabalho assalariado e dos processos educativos indígenas promovidos pelos missionários[225]. Do outro, a avançada no processo de colonização provocaria o deslocamento dos indígenas de seus territórios e a necessidade de se estabelecer permanentemente em uma parte deles como meio de defesa e como resposta às pressões exercidas pelos missionários, transformando os padrões de ocupação territorial e as formas produtivas com a introdução de gado promovida pelas missões. Isso levou à formação de comunas no caso dos *Kichwas* (em concordância com a "lei de comunas" expedida em 1937) e de "centros" no caso dos *Shuar*, para obter o reconhecimento jurídico e garantir a

[224] Ver Salazar (1985); Bustamante (1988).
[225] Ver Muratorio (1998, p. 273-282).

propriedade de terras individuais ou coletivas diante do Estado[226]. É também nestas décadas que se implanta a presença do *Instituto Linguístico de Verano* (ILV) na região Amazônica, por meio de um convênio com o Estado equatoriano, cuja atuação terá consequências significativas para os povos *Waorani*, *Secoya* e *A´I* (*Cofan*), promovendo sua localização em assentamentos permanentes e mudando suas formas de organização social e suas formas de reprodução material e cultural[227].

Desde a década de 1960, o processo de "colonização" ganhou nova força quando o Estado equatoriano assumiu e promoveu a colonização da região Amazônica como política de Estado, com o objetivo de diminuir a pressão existente sobre a terra na região Interandina. Dessa maneira, a política de colonização vinculou-se assim aos processos de reforma agrária, por meio das leis expedidas em 1964 e 1973. Toda uma nova institucionalidade estatal foi criada para conduzir, gerir e legalizar os processos de colonização[228], sejam estes resultado da ação "espontânea" dos colonos, ou projetos específicos promovidos pelo Estado ("colonização dirigida e semidirigida")[229]. Essa política de colonização teve como base uma concepção das terras da Amazônia como terras "baldias" e consequentemente estas passaram a ser consideradas sob o estatuto de propriedade pública, as quais poderiam ser entregues ou legalizadas pelo Estado com a condição que os colonos demonstrem sua condição produtiva e sua posse. Sob essa concepção, o Estado desconheceu de partida as possessões coletivas ancestrais dos povos indígenas, suas modalidades produtivas e de ocupação do território.

A dinâmica da colonização da região Amazônica se verá acentuada com o início da produção e exportação de petróleo na década de 1970. A produção petroleira supôs a ampliação da rede rodoviária na região para garantir o acesso aos campos petrolíferos, dando passo assim a ocupação espontânea e massiva das terras do entorno e à exploração madeireira, ocasionando a destruição da floresta e conflitos com os povos indígenas[230]. De outro lado, com a produção petroleira também se reforçou o papel do Estado na região com seu

---

[226] Sobre os processos de formação de "comunas" e "centros" como unidades organizativas e administrativas locais dos povos indígenas da região Amazônica para obter o registro jurídico e o reconhecimento por parte do Estado da propriedade da terra ver Whitten (1987); Salazar (1985); Ruiz (1991); Trujillo (1993).

[227] Ver CONAIE (1989); Rival (1996). Sobre a presença do ILV no Equador ver nota 181 neste mesmo capítulo (supra). Sobre o processo de relação do ILV com os *Waorani* e seus impactos em relação a sua organização social e suas modalidades de subsistência, ver Rival (1996).

[228] Entre as principais instituições do Estado criadas e encarregadas dos processos de colonização estavam o *Instituto de Reforma Agraria y Colonización* (IERAC) o *Instituto Nacional de Colonización de la Región Amazónica Ecuatoriana* (INCRAE) além de entidades sub-regionais tais como o *Centro de Reconversión Económica del Azuay, Cañar e Morona Santiago* (CREA) e o *Programa Regional para el Desarrollo del Sur del Ecuador* (PREDESUR).

[229] Para uma visão panorâmica da política e do processo de colonização nas décadas de 1960 e 1970 ver Barsky (1984).

[230] Ver Muratorio (1998); Larrea (2006). Devido ao processo de colonização a população da região Amazônica equatoriana cresceu de 74.913 em 1962 para 257.678 habitantes em 1982.

envolvimento direto em sua dinâmica econômica e nos processos de desenvolvimento regional, além da presença militar permanente para garantir a segurança nas fronteiras. Como parte da política de colonização e de desenvolvimento econômico da região, o Estado entregou também terras a empresas agroindustriais, para a produção de chá e posteriormente de palma africana (BARSKY, 1984).

Nesse contexto, marcado por um lado pelas ameaças decorrentes da avançada nos processos de colonização, do projeto desenvolvimentista e integracionista do Estado equatoriano e da continua expansão da atividade petroleira, e de outro, pelas mudanças culturais resultantes da transformação dos padrões de assentamento e das modalidades produtivas e de reprodução social e cultural dos diversos povos indígenas, a articulação de estratégias de defesa do território converteu-se numa questão crucial para sua sobrevivência enquanto tais. Na década de 1960, a constituição das primeiras federações de organizações indígenas de base, seja como povos ou de nível provincial, estiveram encaminhadas a confrontar as dinâmicas impostas pelos processos de colonização, demandar ao Estado a adjudicação e titulação de suas terras e empreender com uma série de reivindicações educativas e de desenvolvimento diante do Estado e as missões religiosas. Essas primeiras federações foram assim o germe de um ativo processo organizativo desencadeado nos anos seguintes, com dinâmicas ao mesmo tempo de resistência e de negociação com o Estado, que no médio prazo conduziria a amadurecer as reivindicações territoriais e favorecer os processos de reconstituição e afirmação étnica, contribuindo para o fortalecimento de identidades coletivas específicas como povos e nacionalidades.

A *Federación Interprovincial de Centros Shuar FICSH* foi a primeira experiência organizativa de amplo alcance no Sul da região Amazônica equatoriana. Criada a partir da formação de Associações de *Centros Shuar* em diversas localidades no início da década de 1960, com o apoio dos Salesianos, a *Federación Shuar* constituiu-se formalmente em 1964 como uma organização autônoma de articulação e coordenação dessas Associações e como uma instância de representação dos *Shuar* diante do Estado. Desde sua origem, sua atuação orientou-se pela defesa do território para deter o avanço da colonização e pela revitalização da cultura e a identidade *Shuar*[231]. A Federação focou seus esforços em obter a posse legal das terras dos diversos Centros e Associações, para o qual tramitou com o *IERAC*[232]a entrega de títulos coletivos para cada Centro Shuar, processo em que paulatinamente alcançou logros significativos (BUSTAMANTE, 1988, p. 190; SALAZAR, 1985, p. 68). Paralelamente,

[231] Ver Salazar (1985); Chiriboga (1985); CONAIE (1989).
[232] *Instituto Ecuatoriano de Reforma Agraria y Colonización.*

envolveu-se diretamente na educação da população *Shuar*, para o qual desenvolveu um sistema de escolas radiofônicas (com uma emissora de rádio *Shuar*), um programa educativo com conteúdos próprios tendentes a revitalizar a cultura *Shuar* e com professores *Shuar* permanentes (SALAZAR, 1985). Além disso, empreendeu vários programas de desenvolvimento econômico, incluindo o fomento da criação de gado por meio de créditos. O sucesso alcançado após de alguns anos pela Federação expressou-se no seu crescimento, agrupando até a atualidade a grande maioria de Centros *Shuar* e convertendo-se no principal interlocutor do povo Shuar diante do Estado, da missão Salesiana e da Cooperação Internacional. A experiência da *Federación Shuar* validaria assim a estratégia organizativa como o melhor meio para fortalecer a coesão e identidade étnica, estabelecer um freio nas ocupações de terras pelos colonos e para conduzir a relação do povo *Shuar* com o Estado e a sociedade nacional, num cenário de rápidas mudanças culturais (BUSTAMANTE, 1988). Para inícios da década de 1980, Bustamante aponta que a Federação Shuar aproveitou a conjuntura de maior abertura no governo de Roldós e Hurtado e demostrou sua forte capacidade de negociação para impulsionar seu crescimento, intervir numa "grande variedade de campos", ampliar suas relações com outras organizações indígenas no país e na América Latina, que a levariam a desenvolver uma "concepção relativamente autonomista" e a noção de nacionalidade indígena (BUSTAMANTE, 1988, p. 171).

A partir da experiência da Federação *Shuar*, os *Kichwa* da Amazônia Norte na *Provincia de Napo* e da Amazônia Central na *Provincia de Pastaza* replicariam formas organizativas similares, na perspectiva da defesa dos territórios e de sua cultura. Assim, em 1969, vinculado ao trabalho organizativo da central sindical CEDOC e de sua federação camponesa recentemente criada FENOC [233], se constitui a *Federación Provincial de Organizaciones Campesinas de Napo (FEPOCAN*) agrupando inicialmente a sete associações de base *Kichwa*, para em 1973 mudar seu nome pelo de *Federación de Organizaciones Indígenas del Napo* (FOIN)[234]. Ao igual que a Federação Shuar, durante seus primeiros anos de existência a FOIN concentrou seu trabalho na legalização de terras das comunas e associações diante do Estado, experimentando um rápido crescimento que a levaria agrupar 74 organizações de base (associações, comunas e cooperativas) em 1978 (PERREAULT,

[233] Ver supra p. 102.

[234] Para uma história detalhada da FOIN, ver CONAIE (1989); Perreault (2002). A mudança de nome nos seus inícios da vida organizativa é indicativa de um sentido de diferenciação e afirmação étnica em relação aos colonos mestiços (PERREAULT, 2002, p. 124). Posteriormente em 2001, a FOIN mudará novamente seu nome para se chamar *Federación de Organizaciones de la Nacionalidad Kichwa del Napo* FONAKIN, em concordância com a nomenclatura representativa de "povos" e "nacionalidades", decorrente do processo político nacional aberto pela CONAIE e o movimento indígena.

2002, p. 128). Desde a década de 1970 e especialmente na década de 1980 a FOIN envolveu-se na execução de vários projetos de desenvolvimento produtivo, na criação de infraestrutura e na saúde com suas organizações de base e impulsionou processos de formação e de capacitação de seus associados. Para isso, estabeleceu um conjunto de relações e convênios com uma ampla diversidade de ONGs e agências de Cooperação e com entidades do Estado. Essas relações e a execução de projetos de desenvolvimento, além da complexidade e contradições que ocasionaram para as práticas político - organizativas, contribuíram a modelar progressivamente o discurso das lideranças indígenas, o qual vinculava a reivindicação da etnicidade e a autonomia política, com o controle do território e a gestão sustentável da floresta amazônica[235].

No caso da Província de Pastaza, no segundo lustro da década de 1970, Comunas, Centros e Associações de base *Kichwas, Shiwiar* e *Achuar* desenvolveram estratégias coordenadas para a defesa dos territórios, que incluíram ações de vigilância, controle espacial e autodemarcação dos territórios considerados de cada comunidade (ORTIZ, 2012, p. 310-311). Em 1977, essas organizações conformaram a *Federación de Centros Indígenas de Pastaza* (FECIP) que poucos anos mais tarde (1981) assumiu o nome de *Organización de Pueblos Indígenas de Pastaza* (OPIP). A atuação da OPIP terá uma grande transcendência nas lutas pelo território na região Amazônica equatoriana, pois será nesta organização que durante a década de 1980 e início da década de 1990 se desenvolverão as ações mais radicais e as propostas políticas mais elaboradas relativas à noção de territorialidade indígena, ligada às propostas de autonomia e autodeterminação como povos[236], alimentando assim as lutas pela demarcação e reconhecimento dos territórios indígenas levantadas pela CONAIE e sua filial regional a *Confederación de Nacionalidades Indígenas de la Amazonia Ecuatoriana* CONFENIAE. A luta levantada pela OPIP alcançará significativas conquistas após da marcha de 2.000 indígenas da região Amazônica para Quito no mês de abril de 1992, organizada pela OPIP, com a palavra de ordem "*Allpamanda, Kawsaymanda, Jatarishum"* ("pelo território, pela vida, ¡levantemo-nos!"), quando se obteve a legalização de 1.115.574 hectares para as comunidades da Província de Pastaza das nacionalidades *Kichwa, Achuar, Shiwiar e Shuar*. Como sublinha Ortiz, na Província de Pastaza atualmente se encontram as "maiores unidades territoriais indígenas[237], que conservam importantes graus de autonomia 'de fato' diante das

[235] Ver Perreault (2002).
[236] Ver Ortiz (2012). Este autor aborda os processos de defesa dos territórios da OPIP e suas comunidades, incluindo as lutas para deter a extração de petróleo nos seus territórios no período 1987 - 2000.
[237] Ortiz afirma que no caso dos *Kichwa* de Pastaza alcançaram a legalização de 1.624.778 hectares, segundo dados da OPIP em 2001 (ORTIZ, 2012, p. 222).

decisões estatais. É o cenário mais importante desde o ponto de vista ambiental sob controle de povos ancestrais, ao redor de 50.000 Km2 de floresta nativa, gerido em geral, de forma tradicional por esses povos" (ORTIZ, 2012, p. 318)[238].

Além das organizações mencionadas, constituíram-se outras federações indígenas no que hoje corresponde às províncias de *Orellana* e *Sucumbíos.* Assim, na parte baixa do rio Napo (Província de *Orellana*), em 1976 se funda a *Federación de Comunas Unión de Nativos de la Amazonía Ecuatoriana* FCUNAE, formada por comunas *Kichwa*. No Norte da região amazônica, em *Sucumbíos*, comunas *Kichwa* se organizam com o apoio da missão Carmelita e em 1980 constituem a *Jatum Comuna Aguarico* (Comuna Grande Aguarico) que posteriormente adotaria o nome de *Federación de Organizaciones Indígenas de Sucumbíos del Ecuador* FOISE. A legalização de seus territórios também constituiu o foco principal da atuação dessas organizações durante seus primeiros anos[239].

Os processos organizativos suscintamente descritos não aconteceram isoladamente nas diversas zonas e regiões. Uma ampla rede de relações entre as organizações e suas lideranças foi-se tecendo progressivamente, permitindo a discussão dos problemas comuns, alimentando as dinâmicas organizativas das principais experiências em curso e formando novas lideranças. Ampam Karakras, liderança indígena *Shuar*, que teve um papel destacado nos processos organizativos indígenas na Amazônia e em nível nacional, fiz uma síntese deles nas seguintes palavras:

> *Yo he sido parte de la Federación Shuar, ésta ha sido mi vinculación desde la juventud. Después de eso vine a estudiar y luego a ser representante de la Federación Shuar. Eso permitió atender demandas específicas de los Shuar en temas de educación, salud, legalización de las tierras, personalidad jurídica. Y eso permitió mirar las otras realidades de la propia Amazonía, por ejemplo los compañeros Kichwa y de otros pueblos de la Amazonía, que si bien vivimos en distintas provincias, hablamos distintos idiomas, pero tenemos problemas comunes: esto de la defensa de la tierra versus el Estado, que siempre veía a la Amazonía como tierras baldías, tierras de colonización. Para eso estaban con una influencia, o trabajaban a través de, por ejemplo, esta trilogía Fuerzas Armadas, Iglesia y el Estado, a través de las misiones religiosas católicas y evangélicas, que han pasado una experiencia a todas las comunidades de los internados y la representación que estas iglesias hacía en su rol en la Amazonía para llevar la civilización, la cristianización y también ser buenos ciudadanos del país, aunque había fricciones de esas dos tendencias. Más o menos en la década del 60, 70, de retorno a la democracia, reforma agraria y colonización, significó un proceso intenso de ocupación de la Amazonía. El IERAC, el CREA Centro de Reconversión Económica de Azuay, Cañar y después sumó a Morona Santiago como zona de colonización, PREDESUR, INCRAE, al inicio el instituto nacional de colonización; bueno todos*

[238] Cabe mencionar que alguns dos territórios indígenas reconhecidos na Amazônia equatoriana se superpõem com Áreas Naturais Protegidas (ANP) pelo Estado (em diversas categorias de proteção). Do total dos territórios indígenas, a percentagem de sobreposição com ANP alcança 29,4%. Para uma análise detalhada de este aspecto segundo os territórios de cada nacionalidade ver López A. V.; Aragón J.; e Ulloa J. (2016).

[239] Ver CONAIE (1989).

> *esos procesos, que fue reforzado en la década del 70 con el descubrimiento e inicio de la explotación petrolera al norte de la Amazonía, Texaco. Entonces, como estaba trabajando y representando a la federación shuar, recorría, me iba cada vez a la Amazonía a la federación shuar, y eso me permitió recorrer otras realidades también y compartir con otros compañeros kichwa de la Amazonía, de Pastaza y Napo, y vimos la necesidad de hacer una conformación de una organización amazónica, porque aunque vivimos en lugares distintos y hablamos distinto idioma, los problemas eran similares. Eso fue el inicio de la constitución de la CONFENIAE*[240].

A relação entre os diversos processos organizativos mencionados, especialmente dos povos *Shuar e Kichwa*, conduziria à formação da organização indígena regional da Amazônia equatoriana, em agosto de 1980 no "*Primer Congreso Regional de Nacionalidades Indígenas de la Amazonía Ecuatoriana"*[241]. A *Confederación de Nacionalidades Indígenas de la Amazonía ecuatoriana* CONFENIAE surgiu desse Congresso como a principal instância de representação das nacionalidades amazônicas, na perspectiva de coordenar seus esforços, fortalecer suas organizações e liderar suas lutas pelas reivindicações territoriais e culturais diante do Estado. Nesse momento se expressou com nitidez a exigência ao governo do respeito aos "direitos ancestrais que as nacionalidades indígenas temos sobre o território", demandando que se preservem os assentamentos tradicionais dos povos e que se entreguem adjudicações com títulos coletivos (CONAIE, 1989, p. 100). Por sua vez, esta reivindicação dos direitos territoriais, diretamente associada à noção de nacionalidades indígenas foi também indicativa do sentido político dado ao conceito de território, como espaço indígena de

---

[240] Entrevista Ampam Karakras, 22 Janeiro 2015. Tradução nossa: "Eu fui parte da Federação *Shuar*, essa tem sido minha vinculação desde a juventude. Depois disso, vim para estudar e depois ser um representante da Federação *Shuar*. Isso permitiu atender demandas específicas dos Shuar em educação, saúde, legalização de terras, personalidade jurídica. E isso nos permitiu olhar para as outras realidades da própria Amazônia, por exemplo, os companheiros *Kichwa* e de outros povos da Amazônia, que, embora morássemos em diferentes províncias, falamos línguas diferentes, mas temos problemas comuns: isso da defesa da terra versus o Estado, que sempre viu a Amazônia como terras baldias, terras para a colonização. Para isso, eles estavam com uma influência ou eles trabalharam por meio de, por exemplo, essa trilogia das Forças Armadas, da Igreja e do Estado, através das missões religiosas católicas e evangélicas, que passaram uma experiência dos internados para todas as comunidades e a representação que essas igrejas fizeram em seu papel na Amazônia para trazer a civilização, a cristianização e também para ser bons cidadãos do país, embora houvesse embates dessas duas tendências. Mais ou menos na década dos 60, 70 de retorno à democracia, da reforma agrária e colonização, significou um intenso processo de ocupação da Amazônia. O IERAC, o CREA, Centro de Reconversão Econômica de Azuay, Cañar e mais tarde adicionou Morona Santiago como zona de colonização, PREDESUR, INCRAE, no início o Instituto Nacional de Colonização; Bom, todos esses processos, que foi reforçado nos anos 70 com a descoberta e início da exploração de petróleo no Norte da Amazônia, Texaco. Então, enquanto trabalhava e representava à Federação Shuar, viajei, fui a toda a Amazônia, para a Federação *Shuar* e isso me permitiu também visitar outras realidades e compartilhar com outros colegas *Kichwa* da Amazônia, Pastaza e Napo e vimos a necessidade de fazer a conformação de uma organização amazônica, porque, embora vivêssemos em diferentes lugares e falássemos línguas diferentes, os problemas eram semelhantes. Isso foi o início da constituição da CONFENIAE" (*Confederación de Nacionalidades Indígenas de la Amazonía Ecuatoriana*).

[241] Diversos autores (PERREAULT, 2002, p. 130; BECKER, 2015, p. 7; ERAZO, 2007, p. 191) sublinham que o nome desse Congresso Regional foi mudado na última hora trocando o nome de Congresso de organizações indígenas pelo de Congresso de nacionalidades indígenas como um indicativo da ênfase política que já se dava nesse momento à identificação indígena sob o termo "nacionalidades".

reprodução social e cultural e de exercício da autonomia política (ERAZO, 2007, p. 192), bem como da adoção do termo nacionalidades indígenas no nome da CONFENIAE, marcando assim uma direção para as reivindicações indígenas amazônicas diante do Estado.

A partir de sua criação, a CONFENIAE teve um papel destacado nos processos de unificação das diversas nacionalidades amazônicas, em ocasiões com forte conflitualidade entre distintas posições, na negociação da demarcação de territórios e no apoio as ações de algumas nacionalidades para resistir aos processos de extração petroleira. Também contribuiu fortemente para a organização das nacionalidades menores como é o caso dos *Waorani*, *Sionas, Secoyas, A'I (Cofan), Andoa e Sapara* e para o reconhecimento de seus territórios.

Como resultado geral dos processos de demarcação de territórios indígenas na Amazônia equatoriana impulsionados pelas organizações indígenas, com base na informação disponível, na tabela 2 pode-se apreciar a área dos territórios indígenas reconhecidos até 2014 por nacionalidade (ver também o anexo 3 e o anexo 4 com o mapa da área de territórios indígenas da região Amazônica equatoriana).

Tabela 2: Territórios Indígenas (TI) da Região Amazônica Equatoriana (RAE) para 2014

NACIONALIDADE INDÍGENA RAE	**ÁREA (Km²)**	**% TI - RAE**
Kichwa	22.911	35,1
Waorani	13548	20,8
Shuar	10.849	16,6
Achuar	6.863	10,5
Sapara	3.684	5,6
A'I (Cofan)	2.684	4,1
Shiwiar	2.241	3,4
Siona	1.378	2,1
Andoa	661	1,0
Secoya	424	0,6
Total	65.243	100

Fonte: López A. V.; Aragón J. e Ulloa J. (2016).

Da área total de territórios indígenas de 65.243 km², já foi reconhecida e legalizada o equivalente a 62.559 Km², que corresponde a 95,9% do total. A área de territórios indígenas equivale a 56,1% da extensão total da região Amazônica equatoriana, o que da uma dimensão dos logros alcançados pelas organizações. Se considerarmos a dimensão já legalizada, os territórios indígenas representam 53,8% do total da região Amazônica equatoriana, sendo a maior percentagem de todos os países da bacia amazônica (RAISG, 2016).

3.3 O PROCESSO DE CONFLUÊNCIA ORGANIZATIVA INTER-REGIONAL E A FORMAÇÃO DA CONAIE

Paralelamente à constituição da CONFENIAE na região Amazônica, desde o final da década de 1970, as relações e contatos entre lideranças indígenas das organizações da região Interandina, da Amazônia e da Costa equatoriana também se intensificaram. Tratou-se de um momento extremamente interessante no que se forjou o movimento indígena nacional e se construiu progressivamente um projeto comum, pois foi nesse momento quando se condensaram uma diversidade de perspectivas decorrentes do acúmulo de experiências nos processos concretos de lutas locais pela terra nas distintas regiões, as diversas trajetórias das que provinham as lideranças, os distintos vínculos que mantinham com setores políticos da esquerda ou da Igreja em suas várias expressões e os diferentes referentes culturais dos diversos povos. Tudo isso, no contexto das rápidas mudanças políticas no país, marcadas pelo processo de retorno à democracia e do trunfo eleitoral de Jaime Roldós.

Luis Macas, um dos principais intelectuais e lideranças indígenas, ressalta a importância desse momento para a configuração posterior do movimento indígena a partir da confluência de distintas experiências organizativas que marcaram as reflexões e os debates internos:

> *[...] Al interior del movimiento indígena me parece que es vital lo que llamaríamos las reflexiones, los debates internos del Movimiento Indígena que llevan a ir trazando estrategias de lucha. Estamos hablando de finales de la década del 70 y 80, donde se abre la discusión de muchos temas, de conceptos, como por ejemplo de nacionalidad. Yo creo que durante esta época, época que digamos marca una lucha casi, casi, yo digo, encarnizada, la década de los 50, 60, 70, por ahí; fue la lucha por la tierra, que son acciones más locales que una acción más general, más regional, más nacional. [...] Yo creo que ahí se va dando también un desarrollo de la concepción diversa entre los diferentes pueblos sobre la lucha misma y sobre la generación de ciertas ideas y pensamientos alrededor de estas luchas locales, focales. Unos por ejemplo, hemos nacido más desde la vertiente religiosa progresista, por ejemplo, otros desde el partido socialista, por no decir que hemos sido bastión de los partidos políticos de izquierda, del Partido Comunista por ejemplo, el caso de Cayambe, el caso de Cotopaxi, Tigua, en Chimborazo también. Entonces digo, en cada una de estas luchas que son muy particulares y sobretodo muy dispersas, creo que se va generando un germen particular en cada una de ellas, que viene luego a conjugarse en la discusión, en el debate, cuando no solamente se*

> *va dando la unidad orgánica sino la unidad política de los pueblos indígenas, ya en lo posterior. Por ejemplo, hablando en la década del 80 […], entonces las discusiones, el debate es intenso, es sumamente acalorado incluso en nuestros eventos, a finales de los 70 e inicios de los 80. Generalmente la lucha se da entre los que venían de la vertiente más ideológica de izquierda, frente a los que no teníamos digamos dependencia de los partidos políticos, pero sí de alguna manera había incidencia de comunidades religiosas, unas conservadoras, otras progresistas, tú conocías la teología de la liberación por ejemplo, que fue una presencia muy importante dentro de las comunidades indígenas. Por ejemplo, nosotros venimos de esa vertiente, todo lo que es el Sur, pues de alguna manera hubo una fuertísima influencia de la propuesta de Monseñor Proaño, a través de la evangelización, a través de la catequización por ejemplo, yo fui uno de los catequistas en el Sur.*[242]

A questão da identidade como movimento indígena, sua definição e o caráter das organizações nacionais marcaram esses debates, a partir das diversas posições que traziam os diversos grupos e organizações. É nesse contexto da discussão sobre a definição identitária do movimento que se insere a retomada e a reelaboração do conceito de nacionalidades indígenas, como uma noção abrangente que dava acolhida às diversas concepções e reivindicações partilhadas e que permitia ao mesmo tempo fusionar os elementos étnicos e classistas presentes nas lutas. Luis Macas prossegue assim seu relato:

> *[…] Entonces en esa búsqueda de cuál es entonces el concepto al que con pertinencia puede designarse para los pueblos indígenas, eso creo que demoró como alrededor de unas dos décadas de discusión y hasta los 90 estaba esa discusión: si somos campesinos, si somos indígenas, si somos nacionalidades. Entonces ahí nacen estos términos que empiezan a analizarse y que son sumamente interesantes. Ahí se dan, cuando llegamos a tratar de consensuar hay fuertes debates. […] Entonces la confrontación se da de alguna manera entre los que estuvieron o tenían ciertas influencias de partidos, Socialista, del Partido*

[242] Entrevista Luis Macas, 6 Maio, 2014. Tradução nossa: "[...] Dentro do movimento indígena, acho que é vital o que chamaremos de reflexões, de debates internos do Movimento Indígena, que conduzem à definição de estratégias de luta. Estamos falando do final dos anos 70 e 80, quando se abre a discussão de muitos temas, conceitos, como por exemplo o conceito de nacionalidade. Eu acredito que durante essa época, um tempo em que dizemos houve uma luta quase, quase, eu digo, implacável, as décadas de 50, 60 e 70: foi a luta pela terra, que são mais ações locais do que uma ação mais geral, mais regional, mais nacional. […] Eu acho que aí acontece também o desenvolvimento de uma concepção diversa entre os diferentes povos sobre a própria luta e sobre a geração de certas ideias e pensamentos em torno dessas lutas locais e focais. Alguns de nós, por exemplo, nascemos mais da vertente religiosa progressista, por exemplo, outros do Partido Socialista, para não dizer que fomos um bastião dos partidos políticos da esquerda, do Partido Comunista, por exemplo, o caso de Cayambe, o caso de Cotopaxi, Tigua, em Chimborazo também. Então, eu digo, em cada uma dessas lutas que elas são muito particulares e, acima de tudo, muito dispersas, acho que vai se gerando um germe particular em cada uma delas, e que então após se conjugou na discussão, no debate, quando acontece não apenas a unidade orgânica, mas também a unidade política dos povos indígenas, já num tempo posterior. Por exemplo, falando na década de 80 […], então as discussões, o debate é intenso, é extremamente acalorado mesmo em nossos eventos, no final dos anos 70 e nos inícios dos anos 80. Geralmente a luta se produz entre os que vinham da vertente mais ideológica de esquerda, em oposição àqueles que não tínhamos dependência dos partidos políticos, mas que de alguma forma houve uma incidência de comunidades religiosas, algumas conservadoras, outras progressistas. Você conhecia a teologia da libertação, por exemplo, que teve uma presença muito importante nas comunidades indígenas. Por exemplo, nós viemos dessa corrente, tudo o que é o Sul, porque de alguma forma houve uma forte influência da proposta de Dom Leonidas Proaño, através da evangelização, por meio da catequese, por exemplo, eu era um dos catequistas no Sul.

Comunista, frente a toda esta postura que era, no sé cómo calificarlo, pero me parece que mucho más dura en cuanto a la resistencia como pueblos indígenas. Sostener por ejemplo el término indígena, por qué nos vamos a llamar indígenas y por qué no campesinos, por ejemplo, Porque lo que sostenía el gran número de compañeros dirigentes que venían de un proceso de politización, de acompañamiento con el Partido Comunista, con el Partido Socialista, por ejemplo, sostenían que el término indígena es pro-imperialista por ejemplo, y nosotros decíamos: "no pues, es designar una cosa que es propia nuestra, así haya sido traído por Cristóbal Colón", decíamos, "si nos han colonizado con este término, nosotros nos tomamos esa bandera de lucha para liberarnos con el mismo término". Y eso era la discusión así acalorada entre estos dos grupos, por ejemplo. […]
Pero la discusión que era más importante al interior del movimiento indígena era precisamente cómo definirlo. […] Quizás esto es lo que contribuyó para que al interior del movimiento indígena empezáramos a repensar, a ver como realmente designar una cosa que nos pueda de alguna manera identificar pero a todos, o nos identifiquemos todos como tales. Y cuando se discutía por ejemplo el término indígena, los compas Shuar no aceptaban. Decían: "nosotros no somos indígenas, somos Shuar". Al igual que algunos otros pueblos decían: "nosotros nos identificamos como tal pero no quisiéramos ser indígenas". Entonces uno de los términos o conceptos que más pegó fue este de las nacionalidades. Empezamos un poco ahí con la ayuda de algunos compañeros, de algunas compañeras no indígenas, […]. Pero yo creo que eso en la medida en que fuimos discutiendo sobre el término que nos pueda hacer que nos identifiquemos todos, también se va discutiendo la necesidad de que orgánicamente podamos empezar a buscar esta unidad. En lo diverso y sobretodo en las tremendas diferencias que había ese momento. […] Entonces esta discusión, este debate de estos conceptos ayuda también a que se vaya dando esta unidad. La unidad digamos orgánica, se va creando como una necesidad. Cómo organizarnos esta diversidad de gente […].
Eso fue riquísimo esta discusión al interior nuestro, que de repente incluso creo que hasta había puñetes, pero era sumamente rico, pero eso permite que en realidad el movimiento indígena haya avanzado tanto en la década del 80, en la década del 90 […]. Eso llega hasta finales de los 80, por eso yo digo y he calificado toda mi vida que la década de los 80 era la década ganada de los pueblos indígenas. No hay nada que hacer. O sea ahí había discusión, ahí había pelea, debate, todo había al interior del movimiento indígena. Era riquísimo, riquísimo. [243]

---

[243] Entrevista Luis Macas, 6 Maio 2014. Tradução: "Então, naquela busca de qual é então o conceito que com pertinência pode designar os povos indígenas, acho que levou cerca de duas décadas de discussão e até a década de 90 foi essa discussão: se somos camponeses, se somos indígenas, se somos nacionalidades. Assim nascem esses termos que começam a ser analisados e que são extremamente interessantes. Aí, quando chegamos a tentar alcançar o consenso, há fortes debates. [...] Então o confronto ocorre de alguma forma entre aqueles que estiveram ou que tinham certas influências partidárias, socialistas, do Partido Comunista, diante de toda essa posição que era não sei bem como qualificá-la, muito mais dura em relação à resistência como povos indígenas. Sustentar, por exemplo, o termo indígena, por que vamos chamar-nos de indígenas e por que não de camponeses, por exemplo. Porque o que alegava o grande número de camaradas lideranças que vieram de um processo de politização, de acompanhamento com o Partido Comunista, com o Partido Socialista argumentavam, por exemplo, que o termo indígena é pro-imperialista, por exemplo, e nós dizíamos: 'não, é designar uma coisa que é própria nossa, mesmo que tenha sido trazida por Cristóvão Colombo', nós dizíamos, 'se nos colonizaram com esse termo, nós vamos tomar essa bandeira de luta para libertar-nos com o mesmo termo'. E essa foi a discussão acalorada entre esses dois grupos, por exemplo. […] Mas a discussão que era mais importante internamente no movimento indígena era precisamente como defini-lo. [...] Talvez isso seja o que contribuiu para que no movimento indígena começássemos a repensar, para ver como realmente designar uma coisa que de alguma forma possa nos identificar a todos, ou todos nós identifiquemos como tais. E quando se discutia o termo indígena, por exemplo, os companheiros *Shuar* não aceitavam. Eles diziam: 'nós não somos indígenas, somos *Shuar*'. A mesma coisa com alguns outros povos que diziam: 'identificamo-nos como tais, mas não queremos ser indígenas'. Então, um dos termos ou conceitos que maior acolhida teve foi esse das nacionalidades. Começamos com a ajuda de alguns companheiros, algumas companheiras, não indígenas, […]. Mas eu acho que na medida em que estávamos discutindo o termo que pode nos identificar a todos, também fomos discutindo a necessidade de que, organicamente, possamos começar a procurar essa unidade. No diverso, e especialmente nas tremendas diferenças que tínhamos nesse momento […]."

Na mesma linha de reflexão sobre esse período de confluência das organizações, a liderança *Shuar* Ampam Karakras sublinha as diferenças inter-regionais que marcaram esses debates e reivindica a adoção do conceito de nacionalidades pelos povos amazônicos, no seu vínculo com as identidades dos povos, suas línguas e o território. Além disso, destaca as diversas conexões entre as lutas das organizações da Serra e da Amazônia como parte do processo de constituição da organização nacional:

> *[...] Desde la Federación Shuar, nosotros veíamos la necesidad más bien de un planteamiento como pueblos, y como nación y nacionalidades, eso podría decirlo así, con sentido de propiedad; mientras que en la parte andina más hablaban de la reforma agraria, del campesinado, nosotros ahí hablábamos por pueblos, con sus idiomas, identidades y territorio. Ahora, ¿cómo confluir las dos ideas centrales, con la parte amazónica y la parte andina? porque el uno hablaba de reforma agraria y el otro de territorios ancestrales, y, por lo tanto no a la colonización. Entonces, eso llevó bastante tiempo, más o menos desde el año 80 al 86 que se constituyó, para poder acercar posiciones. Por ejemplo, los de la parte andina ¿por qué debían oponerse a la colonización de la Amazonía, reivindicando su reforma agraria? Porque si hacían la colonización estaban renunciando a que se aplicara la reforma agraria en su territorio, e iban a tener también conflicto y ocupar tierra de sus hermanos que estaban en la Amazonía. Y viceversa, los de la Amazonía tenían que apoyar el planteamiento de la reforma agraria para que se hiciera y oponerse a la colonización; como un acercamiento de esas dos ideas. Segunda idea era la necesidad de, por ejemplo, el tema de la educación bilingüe, si bien hablaban distintos idiomas, pero cada uno reivindicaba su idioma, y la educación en castellano para que sea interbilingüe [...]. El otro tema que también llevó a aglutinar, fue el tema de que curas y antropólogos hablaban por nosotros, entonces tener una voz propia, organizaciones propias. Entonces, eso también llevó a debates con los compañeros de las centrales sindicales, gente de planteamiento de izquierda, que decían: "si son pobres, ¿por qué tenían que tratar de tener su propio espacio?" podríamos decir, el indigenismo, lo étnico y no la lucha de clases. Entonces, hubo esos debates también entre posiciones, en la parte andina que tenían una influencia bastante fuerte de asesoramiento, apoyo técnico, de partidos de izquierda, mientras que nosotros un poco más la influencia de misioneros, católicos, evangélicos, en general, que tenían otro planteamiento en donde no había estado tanto la influencia de lo que es la izquierda. [...]*[244]

Então, essa discussão, esse debate desses conceitos também ajuda para que essa unidade aconteça. A unidade, vamos dizer, orgânica, vai se criando como uma necessidade. Como organizarmos essa diversidade de pessoas.
Essa discussão foi muito rica ao interior nosso, que de repente eu acho que houve até pancadas, mas foi extremamente rico, foi isso que permitiu que o movimento indígena tivesse avançado tanto nos anos 80, nos anos 90 […]. Isso vai até o final dos anos 80; é por isso que eu digo e descrevi toda a minha vida que a década dos anos 80 foi a década ganhada pelos povos indígenas. Não há nada para fazer. Ou seja, aí tinha discussão, tinha brigas, debate, houve tudo dentro do movimento indígena. Era muito bom, muito bom.

[244] Entrevista Ampam Karakras, 22 Janeiro 2015. Tradução nossa: "Na Federação *Shuar*, a gente via a necessidade de uma abordagem como povos, e como nação e nacionalidades, eu poderia dizer isso, com um senso de propriedade; enquanto na parte andina falavam mais sobre a reforma agrária, do campesinato, nós falávamos aí de povos, com suas línguas, identidades e território. Agora, como confluir as duas ideias centrais, da parte amazônica e da parte andina? Porque um falava da reforma agrária e o outro dos territórios ancestrais e, portanto, não a colonização. Então, isso levou muito tempo, mais ou menos do ano 80 a 86, em que se constituiu [a CONAIE], para poder aproximar posições. Por exemplo, a parte andina por que devia se opor à colonização da Amazônia, alegando sua reforma agrária? Porque se faziam a colonização estavam desistindo que se aplicara a reforma agrária no seu território, e eles também iam ter conflito e ocupar a terra de seus irmãos que estavam na Amazônia. E vice-versa, os da Amazônia tinham que apoiar a reivindicação da reforma agrária para que se fizesse e opor-se à colonização; como uma aproximação dessas duas ideias. A segunda ideia era a necessidade,

Como mencionado, a noção de nacionalidade indígena esteve presente na concepção de destacados militantes do Partido Comunista equatoriano e das lideranças indígenas desde a década de 1930. No final da década de 1970 e na década de 1980, esse conceito é retomado por acadêmicos da esquerda próximos das organizações indígenas e pelas lideranças indígenas, especialmente na Amazônia[245]. Lucero (2007, p. 217) destaca que a retomada da noção de nacionalidades pelas lideranças e organizações indígenas na década de 1980 significou uma "indianização" desse termo e contribuiu na produção de um sujeito político e de um projeto que não existiam antes. No meu ponto de vista essa afirmação é acertada, embora na análise do processo organizativo e político do movimento indígena no Equador este autor não se afasta da tendência na tradição acadêmica sobre o movimento indígena, após o *levantamiento* indígena de 1990, de cindir a questão étnica e a classista, comentada no capítulo anterior.

Nos últimos dias do ano 1977, ainda sob a ditadura militar, realizou-se um primeiro encontro indígena nacional com ampla participação de representações indígenas das diversas zonas do país, organizado pela Federação *Shuar*, na sua sede em Sucúa. Luis Macas lembra que nesse encontro participaram mais de 1000 indígenas:

> *Entonces en 1978 se da el primer encuentro a nivel nacional y era ya para discutir estas cosas, si es que esto en definitiva interesaba o no, este encuentro se da en la sede de la Federación Shuar en Sucúa […]. En el 78, por ejemplo, pues era sí una presencia masiva, numéricamente éramos no sé cuántos, un poco más de 1000 gentes […] Y precisamente esta riqueza que había en cada uno de los pueblos, quizás yo diría no los pueblos, ahí más bien lo que prevalecía son más bien organizaciones, que obviamente son representaciones de pueblos, pero nos conocíamos más como organizaciones, organización tal, organización tal, entonces pero eso también digo nos sirvió mucho, porque bueno, cómo te organizas, con quién te organizas, todos esos debates sirven y ahí uno se va conociendo, se va viendo de qué vertiente viene esta organización, esta otra organización, que pasó con la Amazonía, por ejemplo. En este primer encuentro por ejemplo nosotros tuvimos la oportunidad de conocer la sede de la Federación Shuar. ¡Pucha, pero*

---

por exemplo, a questão da educação bilíngue, embora falassem línguas diferentes, mas cada um reivindicava sua linguagem e a educação em castelhano para que seja interbilíngue […]. A outra questão que também levou a aglutinar foi o tema que sacerdotes e antropólogos falavam por nós, então, ter uma voz própria, organizações próprias. Então, isso também levou a debates com os companheiros das centrais sindicais, pessoas de ideias de esquerda que diziam: 'se eles são pobres, por que eles tinham que tentar ter o seu próprio espaço? Pode-se dizer, o indigenismo, o étnico e não a luta de classes. Então, houve aqueles debates também entre posições, na região andina que tinham uma influência bastante forte de assessoria, apoio técnico, de partidos de esquerda, enquanto a gente, um pouco mais a influência de missionários, católicos, evangélicos, em geral, que tinham outra abordagem onde não houve muita influência do que é a esquerda'.

[245] Uma análise detalhada do uso da noção de nacionalidades indígenas por parte de militantes da esquerda, lideranças indígenas e acadêmicos em diversos momentos da história do movimento indígena equatoriano encontra-se em Becker (2013).

> *era una maravilla! Ninguna otra organización tenía lo que tenía la Federación Shuar en esa época.* [246]

Contestado pelas direções nacionais das Federações camponesas e indígenas já constituídas (FENOC, ECUARUNARI, FEI) por considerá-lo "*divisionista*" e "indigenista", esse encontro[247] iniciaria o rumo para a confluência das organizações indígenas das distintas regiões no processo que conduziria à formação da CONAIE. Assim, segundo o relato de Ampam Karakras:

> *Acá, frente a una nación en construcción, pero que negaba su raíz básica de la diversidad de pueblos, identidades, culturas, idiomas; entonces, nosotros no podíamos aceptar, al menos los de la Amazonía. Ésas fueron algunas ideas centrales que permitió, y además, la necesidad de tener una organización propia, sin dependencia de centrales sindicales, ni de partidos políticos, tener su propio espacio. Aunque algunos no lo veían muy bien en sus inicios, porque eso era, hablaban de ser indigenista, podía ser divisionista, porque no se fusionaba la lucha de clases, la lucha popular, inclusive hasta gente de la Sierra. Pero como nosotros no lo mirábamos así, nos era indiferente. Y se fue constituyendo; los primeros inicios de estas asambleas y encuentros de estos pueblos se hizo en la Federación Shuar, en la sede de la Federación Shuar, que fue denunciado por compañeros del ECUARUNARI, por la FENOC de esa época, por la FEI, porque trabajaban juntos; se ha ido superando, especialmente con los compañeros del ECUARUNARI.. También tenía sentido lo de los compañeros de ECUARUNARI en el sentido de que ellos, como Ecuador Runakunapak Rikcharimui, "despertar del hombre indio", veían que iba a surgir otra organización: "pero ¿por qué no se unen a lo que ya existe?" Pero nuestro razonamiento también era muy simple, concreto: ellos no tenían representación en la Amazonía, no tenían representación en la Costa, estaban más en la parte andina; entonces esto era un proceso que habría que unir distintos pueblos: Costa, Sierra y Amazonía, para constituir una nueva, a partir de lo que ya existe, el ECUARUNARI más la CONFENIAE*[248]

---

[246] Entrevista Luis Macas, 6 Maio 2014. Tradução nossa: "Então, em 1978, realizou-se o primeiro encontro de nível nacional e já foi para discutir essas coisas, se isso definitivamente interessava ou não. Esse encontro aconteceu na sede da Federação *Shuar* em Sucúa […]. Em 1978, por exemplo, tinha sim, uma presença maciça, numericamente éramos não sei quantos, um pouco mais de 1000 pessoas […]. E precisamente essa riqueza que tinha em cada um dos povos, talvez eu diria ainda não os povos, em vez disso, o que prevalecia eram as organizações, que, obviamente, são representações dos povos, mas nós nos conhecíamos mais como organizações, tal organização, tal organização. Então, também digo que isso nos serviu muito, porque bem, como você se organiza, com quem você se organiza. Todos esses debates servem, e aí cada um vai conhecendo, vai olhando de que vertente essa organização provem, essa outra organização, que aconteceu com a Amazônia, por exemplo. Nesse primeiro encontro, por exemplo, tivemos a oportunidade de conhecer a sede da Federação *Shuar*. Nossa! Que maravilha! Nenhuma outra organização tinha o que a Federação *Shuar* tinha na época."

[247] Esse encontro em realidade foi realizado na sede da Federação *Shuar* em Sucúa, do 27 ao 30 de dezembro de 1977. Sobre as acusações realizadas pela FENOC, a FEI e o ECUARUNARI como um evento "*divisionista* e racista" que buscava "escamotear a luta de classes", ver as reportagens sobre o tema realizadas na revista de esquerda Nueva (Números 45, 46 e 47) nos primeiros messes de 1978: Ramírez (1978a); Ramírez (1978b).

[248] Entrevista Ampam Karakras, 22 Janeiro 2015. Tradução nossa: "Aqui, diante de uma nação em construção, mas que negava sua raiz básica da diversidade de povos, identidades, culturas, linguagens; então, a gente não podia aceitar, pelo menos, a gente da Amazônia. Essas foram algumas ideias centrais que permitiram e, além disso, a necessidade de ter uma organização própria, sem dependência das centrais sindicais ou de partidos políticos, para ter seu próprio espaço. Embora alguns não aceitassem isso muito bem no seu início, inclusive até pessoas da Serra, porque era isso, eles falavam, de ser indigenista, poderia ser *divisionista*, porque não se fusionava a luta de classes, a luta popular. Mas, como nós não enxergávamos dessa maneira, nos era indiferente. E aos poucos foi-se constituindo; os primeiros começos dessas assembleias e encontros desses povos foram

Essa dinâmica de confluência das organizações da Serra e da Amazônia numa nova estrutura organizativa de nível nacional se concretizaria em outubro de 1980 (dois meses após a criação da CONFENIAE), em um novo encontro das "*Nacionalidades Indígenas del Ecuador*" realizado também na sede da Federação *Shuar*, no qual foi conformada uma instância de coordenação nacional chamada de *Consejo Nacional de Coordinación de las Nacionalidades Indígenas del Ecuador* (CONACNIE), com a participação do ECUARUNARI e a CONFENIAE, que foi o antecedente direto prévio da constituição da CONAIE. Esta instância, que cumprira um papel importante no processo de confluência das organizações, na afirmação da identidade específica do movimento indígena e de sua autonomia enquanto tal[249], também contribuíra na consolidação do discurso indígena e suas reivindicações expressas na luta por: "o reconhecimento de nossa cultura, o direito à terra que é a base da sobrevivência de nossos povos, o direito a nossa autodeterminação" (CONAIE, 1989, p. 260). Explicitamente se sublinhava também o papel do CONACNIE como instância "indispensável para unir a dupla dimensão de nossa luta, a de classe e a étnica", a partir do reconhecimento do duplo caráter da questão indígena no Equador, "como membros de uma classe e como parte de diferentes nacionalidades indígenas" (CONAIE, 1989, p. 261). Nesse momento, afirmou-se também a importância de contar com organizações indígenas próprias, para, a partir delas se vincular com os movimentos populares mais amplos, antecipando assim a vocação integradora e de liderança que assumirá a CONAIE nas lutas de resistência às políticas neoliberais na década de 1990, em aliança com sindicatos e diversas organizações urbanas.

Para 1983, o processo de confluência das organizações regionais indígenas da Serra e da Amazônia na configuração de um movimento indígena nacional com sua identidade própria estará já encaminhado e a noção de nacionalidades já aparece com clareza no discurso das lideranças indígenas das duas regiões[250]. Paralelamente ao processo de construção da unidade organizativa entre as federações regionais da Serra e a Amazônia, nesse período

---

feitos na Federação *Shuar*, na sede da Federação *Shuar*, que foi denunciado por companheiros do ECUARUNARI, pela FENOC da época, pela FEI, porque trabalharam juntos; Foi superado, especialmente com os companheiros do ECUARUNARI. Também fazia sentido para os companheiros do ECUARUNARI, no sentido que, enquanto *Equador Runakunapak Rikcharimui*, 'O Despertar do Índio do Equador', viam que outra organização iria surgir: 'mas [perguntavam] por que eles não se juntam ao que já existe?' Mas nosso raciocínio também era muito simples, concreto: eles não tinham representação na Amazônia, eles não tinham representação na Costa, eles estavam mais na parte andina; então este era um processo que teria que unir povos diferentes: Costa, Serra e Amazônia, para constituir uma nova [organização], com base no que já existe, o ECUARUNARI mais a CONFENIAE."

[249] Ver CONAIE (1989, p. 259-265).

[250] Ver Chancoso (1983); Viteri, (1983), na revista *Cuadernos de Nueva*. *Revuelta y desafío: La cuestión indígena en el Ecuador*, No. 7, *Junio 1983*.

também se formulam os elementos centrais que configuraram o programa de luta da organização indígena. Nessa direção, Luis Macas em suas reflexões sobre esse processo sublinha a importância da luta pela terra e a afirmação da identidade indígena (ligada a um conjunto de reivindicações e programas de trabalho) como eixos programáticos articuladores que geraram um forte nexo entre as lideranças nacionais e os processos organizativos locais nas distintas regiões do país:

> *Yo creo que ahí realmente lo que impacta y lo que provoca, más que un trabajo hacia una organización digamos regional, nacional, me parece que el eje que articula es la tierra. En todas partes están peleando, […]. La gente en la base misma está más interesada en resolver estos problemas. Yo creo que ahí la estrategia me parece que no se equivoca, digamos, desde la dirigencia, tanto local como la dirigencia regional en el caso del ECUARUNARI, por ejemplo, para tratar de interpretar lo que está pasando abajo, lo que lastimosamente ahora por ejemplo o desde algún tiempo atrás ya no pasa nada entre lo que es la organización regional y las bases, casi no tiene que ver nada. Entonces yo digo si bien es cierto el eje articulador es la tierra, pero también hay inteligencia para ir sumando estas luchas que se están generando abajo […]. Yo me acuerdo nos fuimos con el Alfredo Viteri [liderança Kichwa da Amazônia], Ernesto Tserem [liderança Shuar] que ya no está vivo pues él se murió, donde los Tsáchila*[251]*. Ahí vivía tayta Abraham Calazacón y él era el gobernador, pues. Y el gobernador en esa época era vitalicio. Ahora recién cambiaron los estatutos y eligen cada cuatro años. Entonces nos fuimos donde él y él nos hace pensar dos veces. Dice: "sí, las tierras está bien, qué bien, que aquí nos están acorralando y ya prácticamente nosotros casi no tenemos nada, lo que era el territorio de los Tsáchila". Pero dice también: "hay que empezar a defender nuestra medicina, nuestro saber para curar a la gente". Entonces yo creo que el otro eje que articula al movimiento indígena es también la identidad, pues. Si bien es cierto somos diferentes, distintos, diversos, pero obviamente hay toda esta riqueza dentro de esta diversidad, pues no. Entonces también es otro de los ejes que empieza a mover a la gente. Y muestra de eso es que antes de la década del 90, ustedes conocen, hubo el reconocimiento por parte del Estado, de la educación intercultural bilingüe, que fue una lucha que se vino dando desde la década de Mama Dolores [Dolores Cacuango]. A finales de los 70, en la época de Roldós, por ejemplo, con la alfabetización en Kichwa, la alfabetización en lenguas indígenas. Entonces yo creo que son esos dos términos, esos dos ejes que sirven como articulador de todo el proceso del movimiento indígena*[252].

---

[251] A nacionalidade *Tsáchila* é uma das nacionalidades indígenas da Costa equatoriana.

[252] Entrevista Luis Macas, 6 Maio 2014. Tradução nossa: "Eu acho que o que realmente impacta e o que provoca, mais do que um trabalho para [a criação de] uma organização regional e nacional, o eixo que articula me parece que é a terra. Em todos os lugares estão lutando, [...]. As pessoas das organizações de base estão mais interessadas em resolver esses problemas. Penso que a estratégia deu certo, isto é, das lideranças, tanto das lideranças locais e regionais no caso do ECUARUNARI, por exemplo, para tentar interpretar o que está acontecendo abaixo; que infelizmente agora ou há algum tempo atrás, nada acontece entre o que é a organização regional e as bases, quase não têm nada a ver. Então, eu digo mesmo que o eixo articulador é a terra, mas há também a inteligência para adicionar essas lutas que estão sendo geradas abaixo [...]. Eu me lembro que fomos com Alfredo Viteri [liderança Kichwa da Amazônia], Ernesto Tserem [liderança *Shuar*], que já não está vivo porque morreu, para onde os *Tsáchila*. Ali morava *Tayta* [Pai, Senhor] Abraham Calazacón e ele era o governador *Tsáchila*. E o governador naquela época era um cargo vitalício. Recentemente, eles [os *Tsáchila*] mudaram os estatutos e elegem cada quatro anos. Então, nós fomos para onde ele, e ele nos faz pensar duas vezes. Ele diz: 'sim, as terras estão bem, muito bem, porque aqui estão nos acuando e praticamente não temos quase nada do que era o território dos *Tsáchila*'. Mas ele também diz: 'temos que começar a defender nossa medicina, nosso saber para curar as pessoas'. Então eu acredito que o outro eixo que articula o movimento indígena também é a identidade. Embora seja verdade que somos diferentes, distintos, diversos, mas obviamente

O processo descrito de confluência das organizações indígenas e de construção de uma identidade e plataforma comum de luta dos povos das diversas regiões conduziu à realização do *I Congreso de las Nacionalidades Indígenas del Ecuador* em novembro de 1986 em Quito, com a participação de 9 nacionalidades das três regiões do Equador continental, representadas por meio de 27 organizações. Nesse Congresso, ainda no governo conservador de Febres Cordero, se constituiu a *Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador* CONAIE, como expressão política nacional dos povos e nacionalidades indígenas, com a "tarefa fundamental" de definir "um projeto político que responda às características e realidades particulares de nossos povos e contribua a delinear uma alternativa política para a transformação da sociedade equatoriana no seu conjunto" (CONAIE, 1989, p. 268).

Sustentada nas dinâmicas organizativas de luta e de negociação de suas filiais regionais, o ECUARUNARI na Serra e a CONFENIAE na Amazônia, a CONAIE tomou um rápido impulso nos anos seguintes após sua criação, ganhando uma maior presença no cenário nacional para passar a ser em pouco tempo, junto com a FENOC, uma das organizações nacionais mais representativas dos camponeses e indígenas no país. É interessante constatar que desde o segundo semestre de 1987 a noção de nacionalidades indígenas é mencionada com frequência crescente na imprensa nacional, não apenas na voz de lideranças indígenas, mas também de jornalistas e antropólogos que publicaram várias notícias e reportagens usando essa noção[253].

Nos primeiros anos de sua existência, a CONAIE também promoveu a organização das nacionalidades menores da Costa e da Amazônia e a conformação da organização regional das nacionalidades da Costa equatoriana com o nome de *Coordinación de Organizaciones Indígenas de la Costa Ecuatoriana* (COICE), a qual posteriormente adotou o nome de *Confederación de Nacionalidades y Pueblos Indígenas de la Costa Ecuatoriana* (CONAICE), para junto a CONFENIAE e o ECUARUNARI completar sua estrutura baseada em três Confederações regionais, que por sua vez aglutinam às Federações Provinciais e locais. Paralelamente, na segunda metade da década de 1980 também foi intensificado o tecido

---

há toda essa riqueza dentro dessa diversidade, não é?. Então, também é outro dos eixos que começa a mover à gente. E uma amostra disso é que, antes da década de 1990, vocês conhecem, houve o reconhecimento pelo Estado da educação intercultural bilíngue, que foi uma luta que aconteceu desde a época de *Mama Dolores* [Dolores Cacuango]. No final dos anos 70, no governo de Roldós, por exemplo, com a alfabetização em *Kichwa*, a alfabetização em línguas indígenas. Então eu acho que são esses dois termos, são esses dois eixos que servem para articular todo o processo do movimento indígena".

[253] *Kipu: el mundo Indígena en la Prensa ecuatoriana*, Nos. 9 (Jul-Dez ,1987) e 10 (Jan-Jun, 1988). Esta publicação semestral compilada por Abya Yala reúne as matérias referentes à questão indígena publicadas em diversos jornais do país.

organizativo na Serra e na Amazônia, com a constituição de novas federações locais e provinciais e seu vínculo com as Confederações regionais, no contexto da multiplicação de experiências e projetos de desenvolvimento rural, promovidos pelo Estado e uma ampla gama de ONGD nacionais e internacionais.

Paralelamente, o acumulo de experiências de educação intercultural bilíngue em várias zonas do país permitiu à CONAIE em julho de 1988, antes da posse do governo do socialdemocrata Rodrigo Borja, elaborar "uma proposta educativa própria para as nacionalidades indígenas" para ser apresentada e discutida com o novo governo[254]. No mesmo mês, no jornal da CONFENIAE *Amanecer Indio* é publicada uma carta da CONAIE ao governo Borja, na qual se detalha sua plataforma de luta e as maiores demandas das nacionalidades indígenas para o novo governo, entre as quais destacam: a) "reconhecimento e legalização de territórios indígenas na região Amazônica e Costa"; b) "reconhecimento com caráter de territórios dos espaços geográficos ocupados pelos povos indígena do país"; c) "execução imediata da Reforma Agrária na Serra e na Costa do país em forma comunitária"; d) "suspensão da prospecção e exploração petrolífera e mineira em territórios das nacionalidades indígenas"; e) reforma à Constituição para garantir a "declaração do Estado equatoriano como país plurinacional e pluricultural"; f) "reconhecimento e oficialização dos programas de educação bilíngue intercultural que se desenvolvem no país sob a direção das organizações indígenas"; g) "reconhecer à CONAIE enquanto organização autônoma e suas instâncias como órgãos técnico-científicos para aplicação dos diferentes programas" educativos. [255]

Num contexto caraterizado pela presença de uma série de conflitos de terra, cujos trâmites dos processos foram sistematicamente obstruídos durante o governo conservador de Febres Cordero (1984-1988), pelo acirramento das demandas territoriais das nacionalidades amazônicas diante da tendência da expansão das atividades extrativas petrolíferas (Ortiz, 2012) e por uma maior abertura às reinvindicações indígenas pelo governo socialdemocrata de Rodrigo Borja (1988-1992), a relação do movimento indígena com o Estado nesse governo esteve caracterizada por uma dupla e permanente dinâmica de negociação e confronto[256] e por uma maior complexidade na relação das organizações indígenas e camponesas com o Estado. Com efeito, a partir das experiências desenvolvidas de educação intercultural bilíngue, em

---

[254] Ver *Diario Hoy, "Hoy clausuran seminario indígena",* 03-*07-1988*, In: Kipu 11, Jul.-Dez. 1988, p. 185.
[255] Ver CONFENIAE, *Amanecer Indio*, Julho 1988, In: Kipu 11, Jul.-Dez. 1988, p. 180.
[256] Uma descrição detalhada das dinâmicas de negociação e conflito entre a CONAIE e o governo Borja na perspectiva do governo realizada por Gonzalo Ortiz, Secretário da Presidência da República nesse governo, encontra-se em Ortiz (1991).

uma decisão sem precedentes e como resultado do diálogo e negociação com a CONAIE, em novembro de 1998 o governo Borja cria a *Dirección Nacional de Educación Intercultural Bilingüe* (DINEIB) e entrega à CONAIE as responsabilidades relacionadas com o planejamento, organização, administração, controle e desenvolvimento do sistema educativo para as comunidades indígenas[257].

A negociação da CONAIE para a criação da DINEIB não significou sua cooptação pelo governo Borja, nem um óbice para a mobilização indígena e o confronto com o Estado, especialmente em relação às demandas territoriais na Amazônia e à resolução dos conflitos pela terra na Serra. Assim, em maio de 1989 em Sarayaku na Província de Pastaza, funcionários governamentais de alto nível enviados para uma reunião, na qual "comunicariam as soluções para os problemas específicos de Sarayaku" (ORTIZ, 1991, p. 116) foram retidos pelos indígenas por vários dias, até a assinatura de um documento chamado de "*Acuerdo de Sarayaku*" com as principais lideranças das organizações indígenas (CONAIE, CONFENIAE, OPIP), no qual o governo se comprometia a resolver as maiores demandas indígenas, incluindo o reconhecimento e legalização de territórios indígenas, a execução da Reforma Agrária e o trâmite no Congresso Nacional de uma reforma constitucional para declarar o Estado plurinacional, entre outras[258]. Pouco depois, o *levantamiento indígena* em junho de 1990 e a marcha da floresta amazônica para Quito "pelo território, pela vida, ¡*levantemo-nos*!" pela OPIP em abril de 1992, para demandar o reconhecimento e demarcação dos territórios indígenas na Província de Pastaza, constituíram dois momentos culminantes da mobilização indígena durante o governo Borja e da dinâmica de pressão, confronto e negociação que marcou a relação do movimento indígena com o Estado nesse período. É nesse processo que a CONAIE se fortalece e se consolida como a maior organização indígena com capacidade de mobilização e de incidência na arena política nacional, que marcará as lutas de resistência contra o neoliberalismo na década de 1990 e a redefinição das políticas do Estado para administrar "a questão indígena", como se analisará no capítulo terceiro.

---

[257] *Diario El Comercio*, "*Crean Dirección del Indígena"*, 20-11-1988, In: Kipu 11, Jul.-Dez. 1988, p. 67; *Diario Hoy, "Indígenas controlarán su educación"*, In: Kipu 11, Jul.-Dez. 1988, p. 66. Segundo Gonzalo Ortiz (1991, p. 111) ao finalizar 1990 tinham-se criado 1500 cargos de professores bilíngues e transferido (ou criado) para a jurisdição da DINEIB 1500 escolas e 30 colégios bilíngues (ensino médio). A criação e desenvolvimento da DINEIB são abordados com maior detalhamento no capítulo terceiro, como parte das políticas multiculturalistas desenvolvidas pelo Estado.

[258] "*Acuerdo de Sarayacu",* In: FEPE/CONAIE, 1992, p. 6-13. Mesmo que contestado pelo governo com o argumento que foi assinado sob pressão, este documento terá importância política, pois seu cumprimento será reivindicado entre os 16 pontos do *"Mandato por la defensa de la vida y los derechos de las nacionalidades indígenas"* demandado pela CONAIE no levantamiento indígena de junho de 1990 e seria um ponto das negociações posteriores com o governo Borja.

3.4 O *LEVANTAMIENTO INDÍGENA* DE JUNHO DE 1990: Algumas reflexões em torno do seu significado político

Para finalizar este longo percurso relativo aos antecedentes históricos e aos processos organizativos e políticos, nos quais se forjou o movimento indígena equatoriano com todas suas diversas expressões organizativas, seguidamente esboço algumas reflexões em torno do significado político do *levantamiento indígena* de junho de 1990 para o próprio movimento, o Estado e a sociedade equatoriana, por sua transcendência enquanto acontecimento político e momento de ruptura que questionou os fundamentos coloniais do Estado e da sociedade equatoriana, abrindo o espaço político nacional e projetando novos rumos na relação do movimento com o Estado. Além do necessário para a compreensão de sua intensidade e relevância, não abordarei em detalhes a série de eventos ocorridos nesses dias, nem aprofundarei a análise de suas causas imediatas ou estruturais (muitas das quais foram já descritas e discutidas ao longo deste capítulo), ambos os aspectos amplamente abordados na literatura acadêmica sobre o *levantamiento* [259] ; consequentemente me concentrarei principalmente na análise do seu significado político, a partir de um olhar marcado pela distância produzida pelo tempo transcorrido, à luz do processo político posterior e o devir do movimento em sua relação com o Estado.

Na V Assembleia que ocorreu de 25 a 28 de Abril de 1990 na cidade de Pujilí, na Serra central, a CONAIE após da: "análise aprofundada da situação que atravessamos os indígenas e em geral o povo equatoriano" (Macas, 1991, p. 30) resolveu "*preparar el Primer Levantamiento Indígena Nacional"* para os dias 4 a 6 de junho de 1990[260], para demandar do governo nacional uma plataforma de 16 pontos conteúdos no *"Mandato por la defensa de la vida y los derechos de las nacionalidades indígenas"* (ver anexo 5), plataforma de luta ampla e concertada com os delegados das distintas organizações de base nessa mesma assembleia. O primeiro desses pontos se referia à entrega, solução e legalização da terra e dos territórios para as nacionalidades indígenas e o sétimo ponto incluía a reforma da Constituição para declarar o Estado plurinacional. Ao calor do *levantamiento* e das mobilizações posteriores, esse mandato seria a base para o diálogo e as negociações nacionais com o governo Borja e ao mesmo tempo também seria assumido e adequado às condições e às demandas particulares em diferentes províncias e localidades pelas organizações e Federações indígenas camponesas de

[259] Sobre o levantamento indígena de 1990 destacam os trabalhos de León (1994); Moreno, S. e Figueroa, J. (1992); Rosero (1990); e as coletâneas de ensaios em Cornejo (Ed.), 1991; Almeida et al (1993).
[260] *V Asamblea Nacional de la CONAIE: resoluciones y Mandato* (FEPE/CONAIE, 1992, p. 28-40).

base, sob a forma de mandatos provinciais e locais[261], para exigir respostas das autoridades provinciais e locais. A partir dessa resolução da V Assembleia da CONAIE, em várias reuniões das federações e organizações de base se preparou e promoveu a participação no levantamento nas semanas e dias prévios das datas definidas[262]. Nem as centrais sindicais nacionais, nem a FENOC se somaram ao *levantamiento* por considerá-lo inoportuno pela proximidade das eleições legislativas, provinciais e locais (17 de junho), com o qual a convocatória foi encaminhada pela CONAIE fundamentalmente para suas organizações indígenas filiais (MACAS, 1991, p. 30).

Na manhã do dia 28 de Maio, aproximadamente 200 camponeses indígenas e ativistas participantes da *Coordinadora de Comunidades en Conflicto* (de terra)[263] e da *Coordinadora Popular*[264] ocuparam a Igreja da Santo Domingo no centro histórico de Quito para exigir a solução de mais de uma centena de conflitos de terra represados no IERAC[265]. Esta ação, ainda que planejada como uma ação em preparação do *levantamiento*, não foi acordada com a direção da CONAIE, mas no seu andamento se inscreveu como parte daquele, ao alcançarem um acordo os representantes das comunidades com as lideranças da CONAIE, pelo qual a ocupação tomava como plataforma de luta os 16 pontos do Mandato da CONAIE, priorizando a solução dos conflitos de terra e a representação nas negociações com o governo seria assumida diretamente pela CONAIE (LEÓN, 1993).

A reação inicial do governo Borja foi implantar um cerco à ocupação da igreja, minimizar as ações indígenas e se negar a estabelecer um diálogo direto com as lideranças indígenas, sem dimensionar adequadamente o alcance que teria o *levantamiento* convocado para os dias seguintes. A negativa do governo provocou que 11 lideranças que participavam da ocupação da igreja deflagraram uma greve de fome o dia 3 de junho para acrescentar sua pressão sobre o governo e amplificar a repercussão da ocupação na mídia e na sociedade.

---

[261] Uma síntese dos distintos *mandatos* provinciais e locais encontra-se em León (1994, p. 65-68).

[262] Ver Macas (1991); *Punto de Vista, "La sublevación de los cabildos",* 25-06-1990, In: Kipu 14, Mai-jun 1990; entrevista Jorge Herrera, 22 novembro 2014: entrevista realizada por Florencia Campana e Fernando Larrea.

[263] Esta foi uma instância criada em 1988 para a coordenação, troca de experiências e apoio recíproco das comunidades indígenas e camponesas envolvidas em conflitos agrários e litígios pela terra, em várias províncias da Serra Central e Norte (BARRERA, 2001, p. 116). Nela participavam comunidades que faziam parte do ECUARUNARI e a CONAIE (a maior parte), da FENOC e independentes. Ver: León (1993).

[264] Instância constituída na conjuntura que agrupava militantes de várias organizações populares, comunidades eclesiais de base e de direitos humanos. Ver León (1993); Moreno e Figueroa (1991).

[265] Ver Rosero (1990); Rosero, (1991); Barrera, (2001). Fernando Rosero situa na luta pela terra, concebida como fundamento da identidade e reprodução social e cultural indígena, um dos principais fatores que motivaram o levantamento. Além disso, Rosero também sublinha o descontentamento resultante do deterioro dos preços dos produtos agrícolas e da elevação dos produtos industrializados e insumos agrícolas, como resultado das políticas de ajuste estrutural da economia na década de 1980 (ROSERO, 1990). Sobre as raízes do *levantamiento* relacionadas aos impactos da crise econômica e das políticas de ajuste sobre as economias camponesas indígenas ver também Zamosc (1993).

No entanto, a partir do mesmo dia 3 de junho, milhares de camponeses indígenas saíram de suas comunidades e bloquearam as maiores rodovias nas províncias de quase toda a região Interandina[266]. Os dias seguintes, o *levantamiento* tomou uma dimensão inusitada que surpreendeu o governo, os analistas e as próprias lideranças da CONAIE[267]. O uso das forças militares e policiais não amedrontou aos manifestantes, os quais evadiam o confronto direto e retornavam para colocar obstáculos nas rodovias quando os militares se retiravam[268]. Na Província de Chimborazo na Serra central, 23 militares e oito policiais foram rodeados por milhares de indígenas e retidos como reféns[269]. Nas principais cidades da Serra central dezenas de milhares de indígenas ocuparam as praças centrais e realizaram concentrações massivas nas quais exigiram das autoridades provinciais e locais a assinatura de compromissos em resposta aos mandatos provinciais apresentados. As principais feiras e mercados urbanos ficaram desabastecidos de alimentos, tanto pela prologada paralização do trânsito nas rodovias quanto porque os camponeses indígenas deixaram de fornecer ou levar seus produtos para eles.

Diante da força que teve o *levantamento indígena* o governo Borja cedeu e com a mediação da Igreja Católica aceitou abrir um processo de diálogo de alto nível com a CONAIE e o governo para discutir soluções concretas dos 16 pontos do *"Mandato por la defensa de la vida y los derechos de las nacionalidades indígenas"* com o qual foi levantada a ocupação da Igreja de Santo Domingo e a greve de fome que mantinham as lideranças das comunidades e a CONAIE anunciou a culminação paulatina do *levantamiento* nas diversas províncias, o mesmo que concluiu efetivamente o dia 10 de junho. Dessa maneira, foi estabelecido um processo de diálogo e negociação das organizações indígenas com o governo Borja; processo nunca livre de tensões, mas que com diversas facetas e momentos continuaria até a finalização de seu mandato em 1992.

O *levantamiento* indígena de 1990 marcou um ponto culminante no processo de consolidação do movimento indígena e abriu um novo tempo político no país. Considerado

---

[266] As mobilizações indígenas que se estenderam por quase toda a região Interandina foram especialmente significativas nas Províncias da Serra Central. Inclusive comunidades indígenas evangélicas ligadas à FEINE mobilizaram-se. Ver León (1994, p. 92-93). Também participaram comunidades vinculadas à FENOC-I (hoje FENOCIN). As nacionalidades indígenas na região Amazônica realizaram algumas ações e mobilizações, mas não tiveram a força e a dimensão daquelas da Serra. Ver Ruiz (1991).

[267] Ao assistir novamente as imagens registradas no vídeo que resume alguns dos principais momentos do *levantamiento* não deixa de assombrar a magnitude do mesmo, a força das lideranças e dos discursos indígenas nas concentrações. Este vídeo pode ser acesso em: https://www.youtube.com/watch?v=0GYqAculmZw . Último acesso em: 28 dez. 2017.

[268] Mesmo assim, as ações repressivas provocaram a morte de uma liderança indígena nessa mesma Província, vários feridos e dezenas de detidos.

[269] Os militares foram entregues e liberados no dia seguinte como parte das negociações com o governo que colocou isso como condição para abrir o diálogo; essas negociações foram intermediadas pela Igreja Católica.

como o maior protesto indígena de nível nacional na história recente do Equador, pela participação maciça e por sua definição como um "protesto indígena com reivindicações étnicas", evidenciou o protagonismo do movimento indígena na arena política nacional (ZAMOSC, 1993, p. 275). A formação e consolidação do movimento indígena e da CONAIE como sua maior expressão organizativa se mostrava, assim como a irrupção de um novo sujeito político no topo da cena política nacional, com uma enorme capacidade de mobilização, com seus quadros dirigentes, sua própria voz e discurso político, que levantava a luta por terra e territórios como garantia para sua sobrevivência enquanto povos e um conjunto de demandas diante do Estado nacional, as quais confrontavam sua estruturação, formas de representação política e práticas neocoloniais[270]. Como sublinha a liderança indígena Nina Pacari, após o *levantamiento* indígena de 1990: "nem o Equador é o mesmo a partir desse momento, nem os indígenas somos os mesmos" [271]. O *levantamento* deixaria assim consequências duradouras que marcariam os debates, confrontos e lutas dos agentes sociais e políticos ao menos pelas duas décadas seguintes, entre eles os debates sobre a plurinacionalidade e o reconhecimento dos direitos coletivos dos povos indígenas.

De um modo ou de outro, o *levantamento* indígena também gerou um questionamento direto ao projeto modernizador e de integração subordinada dos camponeses indígenas que tinha orientado as políticas agrárias e de desenvolvimento rural no país, evidenciou a persistência de enormes desigualdades no acesso aos recursos produtivos no campo e de práticas etnicamente excludentes e discriminatórias em múltiplos espaços públicos e privados. Nesse sentido, além de sua dimensão nacional, o *levantamiento* foi também "a somatória de verdadeiras explosões locais" (CARRASCO, 1993, p. 30).

Ao considerarmos o movimento indígena no seu conjunto, o *levantamiento* suscitou um forte sentido de afirmação da identidade étnica e de orgulho coletivo entre os participantes, uma espécie de momento épico para a história da resistência e do movimento indígena, expresso tanto nas comunidades e organizações locais quanto nas lideranças nacionais[272]. Além das capacidades alcançadas de proposição e negociação política, a força do movimento radicava precisamente na mobilização coletiva e multitudinária, sustentada num amplo tecido organizativo construído por décadas, no qual se fusionavam formas e tradições culturais de organização, luta e resistência com práticas modernas de representação e gestão

[270] Ver Guerrero (1993); Zamosc (1993); Guerrero (2010).
[271] Entrevista Nina Pacari, 25 Janeiro 2015.
[272] Os depoimentos de participantes dos eventos nas províncias da Serra central levantados na pesquisa de León ressaltam esse aspecto (LEÓN, 1994, p. 52-53).

diante do Estado. Simultaneamente, o *levantamiento* reforçou a estrutura descentralizada e a dinâmica de funcionamento da CONAIE, no sentido de brindar uma margem muito alta de autonomia a suas organizações filiais, seja na esfera local, provincial ou regional.

De outro lado, pela capacidade de mobilização demonstrada, o *levantamiento* situou a CONAIE como a organização nacional mais representativa dos indígenas e camponeses e, nesse sentido, lhe converteu na interlocutora privilegiada diante do Estado. Num contexto de enfraquecimento do movimento sindical, no campo das organizações populares, sindicais e da esquerda, a CONAIE passou a ser considerada uma referência para qualquer ação, com capacidade de liderança das lutas populares e sem a qual não se podia ter a força para resistir à arremetida neoliberal. Nesse sentido, o *levantamiento* questionou a preeminência das centrais sindicais nacionais e das vanguardas políticas no movimento popular (no sentido amplo) e suas lutas.

Além dos elementos referidos, no que diz respeito à relação do movimento indígena com o Estado equatoriano, o *levantamiento indígena* de 1990 trouxe algumas mudanças significativas nesse novo tempo político aberto: colocou na pauta de debate nacional a discussão sobre o Estado plurinacional, a autonomia e autodeterminação indígena, o reconhecimento de territórios para as nacionalidades e o alcance dos direitos territoriais indígenas; iniciou o ciclo de protestos indígenas e populares contra as políticas neoliberais que se estenderia por mais de uma década; quebrou a política indigenista integradora (via assimilação[273]) do Estado nacional vigente até então e marcou a transição para o discurso e políticas multiculturalistas a partir do reconhecimento diferencial de alguns direitos dos povos e nacionalidades indígenas e a rejeição do outros, no contexto do processo de implantação de políticas neoliberais que caracterizou a década de 1990.

O governo Borja e suas atuações em diversos momentos do seu mandato refletem com clareza essa transição, ambiguidade e inflexão nas políticas e no discurso do Estado nacional que conduziriam posteriormente à adoção do multiculturalismo neoliberal. Nessa direção, entre as principais atuações do governo Borja em distintos momentos se destacam: a criação da DINEIB com participação da CONAIE em 1988 referida anteriormente, numa espécie de antecipação das políticas multiculturalistas; as posições assumidas no decorrer do *levantamiento indígena* e nas negociações posteriores com a CONAIE em 1990; a

[273] Política que corresponderia à fase *"inclusiva"* na definição de Díaz Polanco (2009) dos distintos momentos de domínio na relação entre o capitalismo atual e a questão da identidade étnica, como discutido no capítulo primeiro na parte sobre o multiculturalismo.

demarcação de territórios indígenas para as nacionalidades amazônicas especialmente no ano 1992, após a marcha da OPIP.

Com efeito, durante o *levantamiento* de 1990, o presidente Borja atribuiu a responsabilidade do *levantamiento* aos "agitadores sem consciência de Pátria e sem sentimentos de nacionalidade" que "pretendem dividir o país utilizando malignamente aos indígenas", para continuar sinalizando que "ninguém tem o direito de perturbar a paz e sublevar aos indígenas e camponeses" e conclui que "em 500 anos nenhum governo [...] têm feito tanto para resolver os problemas das comunidades indígenas, como tem feito meu governo" [...] "para que sejam tratados como seres humanos, como equatorianos com as mesmas obrigações e direitos"[274]. Como anota agudamente Guerrero, a imagem dos índios emitida nesse momento no discurso do Presidente Borja os concebe como "entes ingênuos", "criaturas simples" e manipuláveis que são objeto de "estratégias malignas" e tem como reverso a magnanimidade das classes dominantes de "tratar os índios como seres humanos". Essa imagem correspondia a "percepções mentais" e reativava tópicos presentes nos discursos dos políticos liberais de um século atrás (entre eles o bisavô do Presidente Borja) sobre a "desgraçada raça indígena", percepções mentais "que guiavam aos homens públicos no trato com os indígenas" e que caducaram precisamente com o *levantamiento indígena* de 1990 (GUERRERO, 2010, p. 99-105).

Nas negociações posteriores da CONAIE com o governo, na reunião do dia 22 de agosto de 1990 convocada para discutir as demandas territoriais das nacionalidades amazônicas no palácio de governo com a participação direta do presidente Borja, as lideranças da OPIP e CONFENIAE entregaram o chamado "Documento de Pastaza"[275] com sua proposta de reconhecimento dos territórios indígenas para sua demarcação. Nesse momento, a resposta do presidente Borja foi enfática: numa espécie de aula de direito constitucional rejeitou o documento apresentado e as proposições territoriais indígenas aduzindo que não cabia um acordo entre um Estado soberano e uma organização social: "porque vocês não são um Estado dentro de outro Estado..., porque vocês estão submetidos, como todos os outros equatorianos, sem qualquer privilégio, às mesmas leis, à mesma Constituição e às mesmas autoridades estatais" (ORTIZ, 1991, p.139). No dia seguinte, o

---

[274] *Diario El Universo, "Agitadores pretenden dividir a la Patria: Borja em Santo Domingo",*07-06-1990, In: Kipu 14, Mai-jun 1990, p. 49.

[275] O conhecido como "documento de Pastaza" apresentado ao governo levava de título "*Acuerdo sobre el derecho territorial de los Pueblos Quichua, Shiwiar y Achuar de la Provincia de Pastaza a suscribirse con el Estado Ecuatoriano"*. Este documento está publicado em FEPE/CONAIE (1992, p. 96-110), igualmente o comunicado oficial de resposta do governo que sinaliza que esse documento apresentado pela CONAIE era inaceitável, pois pretendia criar um Estado paralelo (FEPE/CONAIE, 1992, p. 110-112).

comunicado oficial do governo ratificava a posição do presidente Borja: "o documento apresentado é inaceitável, pois viola a Constituição da República do Equador, implica a desmembração de seu território, [...] tenta criar um Estado paralelo no qual não rejam as leis e as autoridades equatorianas" (FEPE/CONAIE, 1992, p. 111); argumentos que extremavam ou não correspondiam ao teor dos conteúdos do documento apresentado pelas organizações indígenas[276]. Nesse momento, a posição do governo Borja alimentava a campanha levantada por setores conservadores, pelas câmaras empresariais, pela burguesia agrária e os militares que alertavam das intenções separatistas e contrárias à unidade nacional da CONAIE, ao tempo que colocava em dúvida a ratificação do Convênio 169 da OIT sobre povos indígenas (Ortiz, 2012, p. 315) e paralisava a possibilidade de obter avanços significativos na demarcação dos territórios indígenas na região Amazônica.

Esta posição mudou dois anos mais tarde com a realização da marcha da OPIP de 2.000 indígenas da floresta amazônica para Quito em abril e maio de 1992, para demandar a demarcação de territórios indígenas na Província de Pastaza, a reforma constitucional para declarar o Estado plurinacional e o reconhecimento do direito à autodeterminação dos povos indígenas decorrente do Convênio 169 da OIT, assinado pelo Equador em 1989 (ORTIZ, 2012). Quando a marcha arribou a Quito, o presidente Borja recebeu novamente às lideranças das organizações indígenas, derivou a discussão do Estado plurinacional para o Congresso Nacional e desta vez ofereceu que a demarcação dos territórios devia ser resolvida nos transcurso das seguintes duas semanas. Os indígenas continuaram em Quito até efetivamente alcançarem o reconhecimento dos seus territórios[277].

De outro lado, se a irrupção do movimento indígena na arena política nacional, com suas demandas em torno ao caráter plurinacional do Estado equatoriano e ao reconhecimento dos direitos das nacionalidades indígenas provocou que a questão étnica começasse a ser processada pelo Estado (no sentido de Estado ampliado) e adquirisse primazia no debate nacional, ao tempo que era conduzida para um terreno aceitável pelo Estado (via culturalização das demandas), para as classes dominantes e especialmente para a burguesia agrária da região Interandina, o *levantamiento* indígena ao evidenciar que a luta de classes e os conflitos agrários permaneciam latentes, acendeu todos os sinais de alerta para conter a ameaça que a mobilização indígena representava para seu projeto de desenvolvimento capitalista da agricultura (com a floricultura para exportação e a pecuária de leite como suas

[276] Ver Rosero (1991); Ortiz (2012).
[277] Mesmo representando uma conquista significativa do movimento indígena o reconhecimento alcançado dos territórios correspondeu algo em torno de 65% das aspirações indígenas, pois as Forças Armadas mantiveram sob seu controle uma faixa de segurança de 50 Km na fronteira (ORTIZ, 2012, p. 318).

expressões mais avançadas) e preparou-se para defrontá-la. No transcurso do *levantamiento* e nas semanas seguintes muitos pronunciamentos das Câmaras de agricultura e dos setores empresariais exigiam o uso da força "para casos de comoção interna" e a repressão para deter as ocupações de terra e a mobilização indígena, ratificavam a manipulação dos indígenas por ativistas políticos e religiosos, ressaltavam os estragos causados pela reforma agrária que "não se adequa às necessidades do país" e manifestavam que no Equador apenas existe uma só nacionalidade (a equatoriana) resultante da "mistura da raça indígena com a europeia" [278]. Mas será um pronunciamento da "*Cámara de Industriales de Pichincha*" quem marcará com clareza a linha política a seguir pela burguesia agrária serrana nos seguintes anos: alcançar no curto prazo a finalização jurídica e política do processo de reforma agrária[279]. A partir desse momento, começou uma ofensiva empresarial encaminhada a construir a argumentação política e jurídica e criar as condições políticas com o propósito de modificar a legislação e as políticas agrárias que conduzam efetivamente a acabar com o processo de reforma agrária, garantir a "segurança jurídica" na questão fundiária e "trazer a paz no campo". Iniciou-se assim, uma nova batalha que marcaria os debates e o rumo adotado nas políticas agrárias, como se discute no capítulo seguinte, batalha em que a burguesia agrária contava com o vento a favor da primazia do pensamento e da aplicação das políticas neoliberais na América Latina.

---

[278] *Diario el Comercio, "La Federación de Ganaderos del Ecuador" (manifiesto),* 07-06-1990, In: Kipu 14, Mai-jun 1990, p. 48; *Diario el Expreso, "Agricultores piden sanción para indígenas sublevados"*, 06-06-1990, In: Kipu 14, Mai-jun 1990, p. 36; *Diario Hoy,* "Reforma Agraria ha sido perjudicial", 12-06-1990, In: Kipu 14, Mai-jun 1990, p. 166; *Diario el Comercio, "Continua invasión de tierras"*, 26-07-1990, In: Kipu 14, Mai-jun 1990, p. 167; *Diario El Comercio, "Las Cámaras de la Producción a la Opinión Pública frente a la grave conmoción nacional*, 12-06-1990, In: León, 1994, p. 194-195.

[279] *Diario El Comercio, "Reforma Agraria debe Terminar"*, 13-06-1990, In: Kipu 14, Mai-jun 1990, p. 92.

4. CATIVANDO O MOVIMENTO INDIGENA: A articulação da política de administração da população indígena no Estado neoliberal

Durante a década de 1990 e inícios do novo século no Equador, apesar do predomínio do "pensamento único" e das reformas propugnadas pelo "consenso de Washington" como orientação geral das políticas econômicas a serem implantadas, as diversas frações das classes dominantes tiveram dificuldades para lograrem acordos substantivos que permitissem consolidar o "bloco no poder" na direção do Estado e estabelecer a direção geral e a profundidade a ser alcançada por meio da aplicação das reformas neoliberais nos sucessivos governos[280]. Às dificuldades econômicas resultantes de uma década de medidas de ajuste fiscal se somaram as resistências geradas pelos movimentos populares que com ações e iniciativas diversas em determinados momentos lograram barrar algumas das reformas ou medidas econômicas propostas. Essa situação expressou-se com maior agudeza a partir da segunda metade da década com o aprofundamento da crise econômica e uma maior instabilidade política que culminou com a derrubada dos governos eleitos de Bucaram (1997), Mahuad (2000) e Gutiérrez (2005).

Nesse contexto, o protagonismo político do movimento indígena, a partir do *levantamento indígena* de 1990 e do conjunto de mobilizações subsequentes nos anos seguintes, será crucial nos processos de resistência ao neoliberalismo e na direção assumida pelos movimentos sociais e populares. Ao mesmo tempo, o movimento indígena impulsionará e negociará com o Estado equatoriano reformas políticas para o reconhecimento dos direitos coletivos na Constituição e para ampliar a participação indígena nas instituições do Estado. Essa dinâmica política expressa numa constante tensão na relação com o Estado entre estratégias de adequação e negociação num polo, versus estratégias de resistência e confronto no outro polo, estará presente durante todo esse período e posicionará as diversas tendências existentes dentro do movimento indígena, bem como as principais organizações nacionais e regionais diante das diversas conjunturas.

Neste capítulo, interessa-me analisar as respostas e concessões geradas pelo Estado equatoriano nesse período diante do protagonismo alcançado pelo movimento indígena na arena política nacional e como elas são progressivamente articuladas em torno de uma política neoindigenista que ganhou relevância e adquiriu coerência através da adoção do discurso e dos dispositivos do multiculturalismo como eixo teórico e político para a administração da

[280] As pugnas entre os distintos grupos econômicos expressaram-se frequentemente nesse período na arena política, assumindo inclusive características de confrontação inter-regional entre os grupos de Guayaquil e da Serra durante a crise bancária de 1999, que atingiu poderosos grupos financeiros especialmente de Guayaquil (BURBANO DE LARA, 2014, p. 251-269).

população indígena na governamentalidade neoliberal, colocando assim a questão étnica num campo assimilável pelo Estado e conjurando os perigos implícitos da mobilização indígena para o processo de desenvolvimento capitalista da agricultura. Paralelamente, interessa-me também mostrar como essa política multiculturalista do Estado, na medida em que se articulou e se aprimorou incorporando representantes indígenas na sua gestão, condicionou a atuação do movimento indígena, modelou seu discurso e transformou suas práticas organizativas e políticas, favorecendo sua adequação às condições impostas pelo desenvolvimento capitalista e pelas políticas do Estado. Retomo assim, as discussões e perspectivas interpretativas abordadas no capítulo primeiro.

Para desenvolver esta argumentação, analiso três distintos momentos que considero chaves para a articulação e desenvolvimento dessa política por parte do Estado e faço uma releitura deles explorando seu significado político nas dinâmicas do movimento indígena: O primeiro momento foi o processo de negociação entre o Estado, as Câmaras de agricultura e o movimento indígena, aberto como consequência do novo *levantamiento indígena* protagonizado em junho de 1994 contra a expedição da *Ley de Desarrollo Agrario* no governo conservador de Sixto Durán Ballén, que teve repercussões na concepção das políticas agrárias até o momento atual. O segundo momento refere-se ao processo de reconhecimento dos direitos coletivos dos povos indígenas na Constituição de 1998 pela *Asamblea Constituyente* estabelecida no governo interino de Alarcón, após da queda do governo de Abdalá Bucaram, processo político que teve variadas implicações em relação à proposta da plurinacionalidade levantada pela CONAIE em seu projeto político. Vinculado ao anterior, encaro a criação de uma institucionalidade especializada do Estado para a gestão dos assuntos indígenas com participação das principais organizações nacionais, enquanto eixo central que articulou a política multiculturalista neoindigenista. Continuo com a análise do processo de participação política de representantes indígenas na arena eleitoral por meio da criação de movimentos políticos (*Pachakutik* e *Amauta Yuyai*) e em cargos de alto escalão na gestão de vários governos. Esse processo teve seu ponto culminante durante o governo de Lucio Gutiérrez no ano 2003 e por isso o abordo como o terceiro momento chave, no qual a política neoindigenista já tinha sido instalada no Estado, agenciada por representantes indígenas e suas organizações, ao mesmo tempo em que reproduzia práticas e formas políticas dominantes tais como o clientelismo e o assistencialismo na relação com as comunidades indígenas.

4.1 O ENTERRO DA REFORMA AGRÁRIA EQUATORIANA: O processo de negociação da "Lei de Desenvolvimento Agrário" em 1994

É talvez no processo de negociação aberto como consequência do *levantamiento* indígena e camponês liderado pelo movimento indígena em junho de 1994 em oposição à aprovação da "*Ley de Desarrollo Agrario*", processo que levou à promulgação de uma lei de "consenso", onde podemos situar uma primeira inflexão significativa na política do Estado em relação aos indígenas. Inflexão esta que se traduziu no aprofundamento das políticas agrárias neoliberais de uma parte e de outra na abertura do Estado para reconhecer a legitimidade da participação de representantes indígenas na discussão das políticas e das leis e para aceitar elementos do discurso indígena. Podemos também caracterizar esse momento como um ponto de mutação do discurso das lideranças indígenas, até então profundamente enraizado nas demandas agrárias (especialmente a luta pela terra) e que nessa direção vinculava intrinsecamente conteúdos étnicos e de classe para começar a privilegiar a participação nas entidades do Estado como parte da proposta de construção do Estado plurinacional.

No capítulo anterior mostramos a relevância das lutas pela terra e pela defesa dos territórios indígenas na história e nos processos organizativos indígenas e para o processo da reforma agrária. Também verificamos a importância atribuída à terra e aos territórios como espaço de reprodução social e cultural nas comunidades indígenas e a centralidade que teve essa reivindicação no *levantamiento* indígena de 1990, bem como nas posteriores negociações com o Estado, nas quais se exigia a solução de mais de uma centena de conflitos de terra na região Interandina represados no IERAC, além da demarcação de territórios para as nacionalidades amazônicas.

Pois bem, até a finalização do governo Borja em 1992, houve avanços significativos na demarcação dos territórios das nacionalidades indígenas e apesar da lentidão com que continuaram os processos represados para a desapropriação de terras na Serra, grande parte deles foram também resolvidos com a intervenção do IERAC e por meio da negociação direta com os proprietários. Entre os mecanismos implantados para a resolução dos conflitos destaca-se a criação de um fundo para a compra de terras, financiado por meio de uma operação de troca da dívida externa. A gerência desse fundo foi responsabilidade do FEPP[281], a maior ONGD vinculada a Igreja Católica. Essa modalidade[282], concretizada no governo

[281] *Fondo Ecuatoriano Populorum Progressio.*

[282] Essa operação financeira autorizada pelo governo Borja em setembro de 1990 consistiu na aquisição no mercado internacional de títulos da dívida externa equatoriana ao 15,5% de seu valor nominal por parte do FEPP (com o financiamento de várias Agências de Cooperação Internacional); o Estado equatoriano pagou essas

Borja a partir de uma proposta da Igreja Católica que buscava financiar alguns de seus programas sociais foi colocada pelo governo Borja nas negociações posteriores ao *levantamiento* com as organizações indígenas como uma resposta concreta à demanda das organizações indígenas para que o governo criasse um fundo para financiar as desapropriações das terras[283]. Por meio desse mecanismo constituiu-se um fundo de 10 milhões de dólares para financiar a compra de terras (6 milhões) e para apoio à produção dessas terras (4 milhões) para as organizações camponesas e indígenas envolvidas. Esse mecanismo contribuiu na resolução de vários dos conflitos de terra e em um período curto de tempo (1990-1998) financiou a aquisição de 44.169 hectares para 7.952 famílias, quantidades que correspondem ao 5,4% e 8,8% do total de hectares distribuídas para as famílias envolvidas respectivamente em todo o processo de reforma agrária por mais de 30 anos (CHIRIBOGA, et al, 1999, p. 101)[284].

De outro lado, no capítulo anterior também ressaltamos que o *levantamiento* indígena de 1990 também ativou todos os alertas na burguesia agrária nucleada nas "*Cámaras de Agricultura*", a qual se preparou para levantar uma ofensiva que freasse a mobilização indígena, garantisse segurança da propriedade fundiária e dos investimentos agropecuários, terminasse com a reforma agrária e incidisse nas políticas agrárias para favorecer a agricultura de exportação e as grandes empresas agroindustriais (especialmente nos setores de laticínios e carne).

Assim, aproveitando uma conjuntura favorável com a posse do governo conservador de Durán Ballén (1992-1996), os empresários agrícolas levantaram uma verdadeira campanha voltada a aprofundar as reformas neoliberais, modificar a normativa jurídica para o campo vigente até então e desacreditar à CONAIE e ao movimento indígena. A intencionalidade principal concentrava-se em garantir a segurança jurídica em torno da questão fundiária e evitar a expansão dos conflitos de terra, diante da força demonstrada pelo movimento indígena no *levantamiento* de 1990. Para sustentar seus argumentos e incidir nas políticas governamentais articularam a realização de uma série de estudos e consultorias sobre a situação de setor agropecuário e as políticas agrárias, os quais foram auspiciados pela Agência dos Estados Unidos para o desenvolvimento Internacional (USAID) e por organismos multilaterais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Estes estudos

---

obrigações em títulos do Estado em sucres por um valor equivalente ao 70% de seu valor nominal para a criação do fundo de terras (CHIRIBOGA, et al, 1999, p. 100).

[283] Ortiz (1991); Chiriboga, et al (1999).

[284] Uma sistematização da experiência do FEPP e do funcionamento do fundo de terras encontra-se em Chiriboga, et al (1999). Para um balanço crítico da experiência do FEPP e do fundo de terras na Província de Chimborazo, ver Bretón (2001).

contaram com o suporte institucional do *Instituto de Estrategias Agropecuarias* (IDEA), fundação vinculada às *Cámaras de Agricultura*, e do *Ministerio de Agricultura y Ganadería* (MAG)[285].

A partir desses estudos e com uma participação direta de alguns empresários relacionados com as Câmaras de Agricultura e a agroindústria na gestão do Ministério de Agricultura no governo Sixto Durán Ballén[286], a pauta para a aplicação sistemática das propostas neoliberais nas políticas agrárias ganhou fôlego e esse governo empreendeu com múltiplas e ambiciosas reformas e mudanças baseadas nas premissas de liberalização econômica e de redução do aparelho do Estado e seus âmbitos de intervenção. Este processo de mudanças e transformações ilustra com clareza, de um lado, o papel do Estado para a imposição do neoliberalismo, o qual precisa na sua construção e funcionamento da intervenção política e da lei, e de outro lado, seus vínculos com as relações de classe nas dinâmicas de desenvolvimento capitalista, para responder às necessidades concretas da lógica de acumulação do capital, ambos os aspectos ressaltados no capítulo primeiro na discussão sobre o neoliberalismo.

As reformas adotadas no governo Durán Ballén incluíram políticas macroeconômicas para favorecer os investimentos e as exportações agrícolas, tais como a desvalorização do sucre, a redução ou eliminação de tarifas alfandegárias, o ingresso do Equador na Organização Mundial de Comércio (OMC) e a eliminação de entraves para investimentos estrangeiros. O pacote de reformas incorporou também a privatização ou eliminação das principais empresas públicas que operavam no setor agropecuário, a exemplo da Empresa de Fertilizantes do Estado (FERTISA) e da Empresa Nacional de Abastecimento e Comercialização (ENAC), e implicou o desentendimento do Estado como protagonista dos processos de desenvolvimento rural, com a redução ou fechamento de vários programas. A eliminação de subsídios aos produtos agropecuários e insumos agrícolas fez parte da política de desregulação dos preços dos produtos agropecuários e da adoção de um sistema de preços

---

[285] Os principais estudos realizados pela Fundação IDEA e seus consultores com uma clara orientação neoliberal e com maior incidência na definição das políticas agrárias foram: Whitaker, Colyer e Alzamora (1990); Ricaurte (1992); Camacho e Navas (1992); Whitaker (1996). Uma análise crítica das políticas agrárias neoliberais sintetizadas no chamado relatório Whitaker (1996) encontra-se em Lefeber (2000). Para uma síntese dos principais argumentos desses estudos e de sua incidência na conjuntura da promulgação da lei de desenvolvimento agrário e na definição das políticas agrárias no governo Durán Ballén, ver Guerrero e Ospina (2003); Larrea (1998a).

[286] Durante o governo de Sixto Durán Ballén, o ministro de agricultura foi Mariano González, presidente da diretoria da maior usina açucareira e de uma das maiores indústrias do papel do país, localizadas na Costa equatoriana; a Secretaria Técnica e Administrativa do Ministério esteve sob a responsabilidade de Ignacio Pérez Arteta diretamente vinculado às empresas produtoras e exportadoras de flores, que durante o governo Borja foi o Presidente da "*Cámara de Agricultura"* da I zona (Serra Norte e Central).

baseado no mercado (LARREA, 1998a). Vinculado ao anterior e enquadrada na política de "liberalização dos mercados financeiros", estabeleceram-se também mudanças nas políticas financeiras do Estado em apoio à produção agropecuária, as quais implicaram a eliminação de subsídios às taxas de juros e ocasionaram a descapitalização do *Banco Nacional de Fomento (BNF)*, o qual provocou uma redução significativa dos créditos orientados para pequenos e médios produtores (GUERRERO e OSPINA, 2003). Além de tudo isso, avançou-se também na transferência dos sistemas públicos de irrigação para associações privadas de usuários da água e no estabelecimento de um sistema de pesquisa agropecuária sob o controle de empresas privadas, transformando o principal centro de pesquisa do Estado, o *Instituto Nacional Autónomo de Investigaciones Agropecuarias* (INIAP) em um sistema autônomo com um papel fortemente vinculado às demandas de pesquisa das maiores empresas agropecuárias.

No entanto, para a burguesia agrária, a cereja no topo do bolo das políticas neoliberais constitui a reforma do quadro jurídico que pôs um fim à reforma agrária equatoriana por meio da imposição da "*Ley de Desarrollo Agrario*", lei que estabeleceu garantias e segurança para a propriedade privada da terra, criminalizou as ocupações de terra e liberalizou o mercado de terras por meio da redução de restrições para a divisão e venda de terras comunais e cooperativas (descoletivização fundiária).

Em síntese, tratou-se de um conjunto de reformas e políticas encaminhadas na direção de uma contrarreforma agrária com um conteúdo profundamente anticamponês que, ao mesmo tempo em que promovia a agricultura de exportação, descuidava a produção para o mercado interno e a segurança alimentar. Teve como foco apenas a agricultura capitalista e o agronegócio, reforçando a distinção entre aqueles sujeitos produtivos privilegiados para os quais se desenhavam as políticas agrárias (os empresários agrícolas e entre eles os agroexportadores) para favorecer sua competitividade nos mercados externos com base nas "vantagens competitivas", obtidas graças à exploração dos ecossistemas naturais do país, e os camponeses e indígenas para quem cabiam apenas as políticas sociais focalizadas para paliar sua pobreza e os efeitos negativos das políticas de ajuste. Esta concepção das políticas agrárias que desconhece as agriculturas camponesas e indígenas como sujeitos produtivos (independentemente da quantidade de terras que controlam, da população envolvida e da sua contribuição à segurança alimentar e ao emprego rural), desconsidera também a heterogeneidade camponesa e indígena e a complexidade de suas estratégias produtivas, além de descartar a necessidade de políticas agrárias diferenciadas "em função das condições específicas das unidades familiares e das características diversas em âmbito microrregional"

em termos demográficos, produtivos, ecológicos e culturais (CAMPANA e LARREA, 1988, p. 201).

Após esta visão panorâmica do conjunto de reformas e políticas agrárias de corte neoliberal assumidas pelo Estado no governo Durán Ballén, cuja transcendência persiste até o momento atual, pelas múltiplas implicações para a nossa abordagem da relação Estado – movimento indígena e da gestação da política de administração da população indígena, retomo a discussão do processo político produzido entre 1992 e 1994, no que se refere à formulação e a aprovação da "Lei de Desenvolvimento Agrário" e seu significado político para o movimento indígena.

Como parte da ofensiva lançada pela burguesia agrária para mudar o quadro jurídico no campo nesse período, em dezembro de 1992 as Câmaras de Agricultura apresentaram o projeto de uma nova legislação agrária ao Congresso Nacional, ao tempo que difundiam amplamente seus posicionamentos e argumentos na mídia nacional, para sua consideração e aprovação. Esse projeto, auspiciado pelos empresários agrícolas e inspirado nas recomendações dos estudos mencionados realizados pela Fundação IDEA, visava o termino do processo de reforma agrária, a abertura de um livre mercado de terras, a divisão das terras comunais, a gestão privada da água para irrigação; dava a terra um caráter meramente comercial e de mercado e procurava enfraquecer o movimento indígena. Igualmente estava orientado a favorecer os investimentos para a exportação de produtos agrícolas, descuidando dos aspectos relacionados com a produção para o mercado interno.

Uma revisão das matérias da imprensa da época mostra o amplo destaque midiático com o qual contaram os posicionamentos e abordagens esgrimidos pelas Câmaras de Agricultura[287]. Com base nos estudos acima mencionados, difundiam insólitos argumentos tais como o de que com a reforma agrária, ao ter-se eliminado as formas de trabalho precário e o *huasipungo,* deixou-se de produzir alimentos para os mercados e perdeu-se uma fonte de emprego para os indígenas, os quais ficaram "abandonados à sua sorte"; que os verdadeiros *terratenientes* (latifundiários) eram os indígenas, pois com a reforma agrária conseguiram concentrar 75% das propriedades maiores de 100 hectares, terras que saíram da produção e que isso tinha provocado a necessidade de importar alimentos (trigo, cevada, milho), situação que iria causar em pouco tempo um problema alimentar no país.[288] Do ponto de vista das Câmaras, ao garantir a segurança na propriedade fundiária e da água e liberalizar os preços dos produtos agropecuários, a nova legislação traria grandes benefícios para o setor

[287] Kipu 20, Jan.-Jun 1993; Kipu 21, Jul.-Dez. 1993; Kipu, 22, Jan.-Jun. 1994.
[288] *Diario El Comercio*, "El sí de los agricultores", 01-Junho-1994.

agropecuário e permitiria "terminar uma etapa de pobreza, violência, especulação e imoralidade no uso da terra"[289].

Diante da ofensiva das Câmaras de Agricultura as organizações indígenas e camponesas organizaram uma série de oficinas, seminários e fóruns de debate sobre as possíveis consequências da lei "*terrateniente".* Nessas discussões decidiram conformar conjunturalmente uma instância de coordenação e de unidade de ação para enfrentar o processo político relacionado às propostas para a nova legislação agrária, com o nome de *Coordinadora Nacional Agraria*, enquanto frente camponês e indígena comum com a participação das principais organizações nacionais e da Costa (CONAIE, FENOC-I, FEI, FENACLE[290]) e elaboraram uma proposta de lei alternativa das organizações, a qual foi apresentada ao Congresso Nacional para discussão em junho de 1993, em um ambiente de mobilizações camponesas e indígenas.

No entanto, apesar da pressão exercida pelas organizações indígenas e camponesas e após de introduzir algumas mudanças na forma à proposta de lei das Câmaras de Agricultura, o governo Durán Ballén apresentou ao Congresso em caráter de urgência o projeto de lei agrária. O Congresso Nacional introduziu apressadamente algumas modificações à proposta de lei apresentada pelo executivo que não alteravam seus conteúdos fundamentais e a lei foi aprovada, com a consequente satisfação das Câmaras de Agricultura:

> Hoje, acrescentou Enríquez[291] o setor agropecuário tem confiança para trabalhar, uma vez que a propriedade da terra é garantida. Estou certo de que haverá investimentos importantes no campo e a agroindústria e as culturas de exportação serão fortalecidas.
> A lei é boa para o setor empresarial, para os trabalhadores agrícolas e para os *hacendados* indígenas que sim, existem no país, ele observou.
> Ele mostrou-se contrário aos *levantamientos* indígenas porque não conduzem a nada e porque prejudicam os próprios camponeses que não poderão levar seus produtos aos mercados. Eu acho que com o tempo os índios se acalmarão e a paz reinará novamente.
> [...] Enríquez assegurou que hoje os indígenas estão em melhor capacidade para comprar terras e que os direitos dos camponeses serão respeitados[292].

A aprovação da lei motivou a resposta imediata das organizações camponesas e indígenas agrupadas na *Coordinadora Agraria*. No dia seguinte à aprovação da lei, as Províncias da Serra central e do sul amanheceram paralisadas; indígenas e camponeses

---

[289] *Diario El Comercio*, "El sí de los agricultores", 01-Junho-1994.
[290] *Federación Nacional de Campesinos Libres del Ecuador,* hoje *Federación Nacional de Trabajadores Agroindustriales, Campesinos e indígenas libres del Ecuador*. A FENACLE é uma organização sindical que agrupa sindicatos de trabalhadores agrícolas dos agronegócios da Costa equatoriana (plantações de banana e cana de açúcar principalmente) e de cooperativas camponesas da Costa. Foi criada em 1969.
[291] Declarações de Alberto Enríquez Portilla, nesse momento presidente da Câmara de Agricultura da I zona.
[292] *Diario El Comercio, "Cámara de Agricultura satisfecha por aprobación", 06-06-1994.*

ocuparam as principais rodovias para exigirem a derrogação da lei. A força e a dimensão das ações de protesto tiveram o alcance de um novo *levantamiento* nacional, que paralisou o país por cerca de dez dias com o desabastecimento dos mercados de várias cidades e alguns incidentes de violência. O governo decretou o estado de emergência nacional para superar a "comoção interna" provocada pelas comunidades indígenas.

Finalmente, diante da magnitude do protesto, o governo cedeu e aceitou a conformação de uma comissão com os distintos agentes envolvidos, incluindo a participação de representantes das organizações indígenas e camponesas nacionais, para a elaboração de reformas de "consenso" da legislação aprovada pelo Congresso Nacional. Assim, essa comissão foi constituída por representantes do Executivo e do Legislativo, das Câmaras de Agricultura, da Igreja Católica e pelos representantes indígenas e camponeses. Após várias semanas de trabalho e da superação de vários tropeços e entraves, a comissão negociadora alcançou um "texto de consenso", que foi enviado novamente pelo Executivo ao Congresso Nacional para sua aprovação definitiva. Como resultado introduziram-se algumas modificações na lei original aprovada, que não implicaram mudanças substanciais em seus aspectos determinantes relativos ao término do processo de reforma agrária e das garantias em torno da propriedade fundiária. Dessa maneira, em um dos artigos polêmicos referente às causas para a desapropriação da terra, os representantes camponeses e indígenas conseguiram introduzir a "pressão demográfica" que tinha sido usada pelas organizações e comunidades para demandar a terra, mas nas negociações na comissão as Câmaras empresariais lograram estabelecer um conjunto de limitações de fundo e entraves burocráticos a esta causa, que a fizeram totalmente inaplicável na prática.

Nas negociações também foram incluídos alguns elementos declarativos nas considerações preliminares e objetivos da lei referentes à "alimentação do povo equatoriano", à necessidade de "um ambiente de respeito aos valores culturais, históricos e sociais dos diversos grupos humanos envolvidos na atividade agrária", de "aperfeiçoamento da reforma agrária", de "reconhecimento ao indígena, *montubio*, afro-equatoriano e ao trabalhador do campo"[293]. Limitaram parcialmente as possibilidades de fracionamento das terras comunais ao se estabelecer que elas pudessem ser divididas por meio da aprovação das duas terceiras partes dos *comuneros* e barraram-se parcialmente algumas mudanças propostas na legislação de águas vigente que promoviam sua franca privatização.

---

[293] *Ley Reformatoria a la Ley de Desarrollo Agrario, Suplemento No. 504 - Registro Oficial - Agosto 15, 1994.*

Após as negociações com a definição do texto de "consenso", novamente as Câmaras se declararam satisfeitas pela correção feita, "por meio do diálogo", de alguns "erros" que a referida lei continha. Desta vez, a diferença foi que os representantes indígenas e camponeses também se mostraram satisfeitos com os resultados da negociação, ao serem introduzidas reformas "fundamentais" ao texto da lei[294]. Não obstante, como resumiu o próprio Presidente Durán Ballén após das negociações: "essas apenas têm sido alterações de palavras, não do fundo"[295].

Uma releitura do *levantamiento* de 1994 contra a lei agrária e o processo de negociação posterior, à luz do acontecido nos anos seguintes no que diz respeito à relação Estado - indígenas, permitem identificar nela alguns aspectos que teriam consequências posteriores nas dinâmicas do movimento e para a geração da nova política de "administração de populações" dirigida aos indígenas, situados desta vez na arena política nacional, por meio de suas organizações como agentes com seus próprios discursos e reivindicações.

Em primeiro lugar, como aponta Guerrero (1995), este *levantamento* afirmou a irrupção indígena "na esfera pública política com seus próprios representantes étnicos" e impôs "a plena legitimidade de sua presença, discurso e lideranças" (GUERRERO, 1995, p. 114). Por meio das mobilizações indígenas, obrigou o governo e os representantes das Câmaras de Agricultura a incorporar as lideranças indígenas na mesa das negociações para as reformas da lei como ato público de reconhecimento da presença do novo agente político. Confirmava-se assim, no campo político, a ruptura de uma formação de dominação que tacitamente tinha delegado a "administração da população" indígena (os índios sujeitos) a uma "periferia de poderes privados" nos "confins do público" sob a égide da cidadania (GUERRERO, 1998; GUERRERO, 2010).

Não obstante, ao contrário do que constituíram as negociações após do *levantamiento* de 1990 ou das mobilizações indígenas em 1992, nas quais o governo Borja negociou com os representantes do movimento indígena em função de suas demandas e reivindicações específicas (particularmente a solução aos conflitos fundiários na Serra e a demarcação e entrega de territórios na região Amazônica), nesta ocasião o campo de forças esteve marcado por uma legislação agrária já aprovada com um claro viés neoliberal e pelo predomínio das posições das Câmaras de Agricultura e sua presença na mesa de negociação, ecoadas pelos próprios delegados governamentais, alguns dos quais mantinham vínculos diretos com as

---

[294] *Diario El Comercio, "Diálogo con final feliz"*, 15-07-1994. Ver também as declarações de Nina Pacari: *Diario El Comercio*, 10-07-1994.
[295] *Diario El Comercio, "Las partes llegan a un acuerdo"* 15-07-1994.

Câmaras, como dito anteriormente. No contexto da política neoliberal no agro, a nova legislação era crucial para a burguesia agrária e o governo Durán Ballén, para garantir a segurança fundiária aos empresários agrícolas e enterrar definitivamente o processo de reforma agrária e de redistribuição da terra. As alterações que os representantes indígenas conseguiram obter nessa mesa de negociações não modificaram o sentido e os conteúdos centrais da lei. Neste sentido, pode-se afirmar que o Estado inaugurava uma nova forma de negociação com os indígenas, na qual, ao mesmo tempo em que incorporava e reconhecia os representantes do movimento como interlocutores legítimos na discussão e negociação das políticas impunha os limites de sua atuação, enquadrados na aplicação das políticas neoliberais. Instaurava-se assim, uma estratégia de inclusão e participação indígena nos assuntos do Estado sem modificar significativamente a orientação predominante das políticas públicas[296]; também se delineava assim a configuração aceitável pelo Estado do movimento indígena em sua qualidade de novo sujeito político em sua dupla acepção: com capacidade de agenciamento, mas sujeitado a moldura que a institucionalidade neoliberal precisava.

É possível destacar dois resultados políticos para o movimento indígena neste processo: 1) com a nova legislação agrária vigente foram desativadas durante duas décadas as demandas especificamente camponesas do movimento indígena nacional, deixando o espaço aberto para a expansão do agronegócio e da agricultura capitalista, deslocando a luta pela terra ou pela redistribuição das concessões de água ao terreno do impensável, do inominável no campo político, do que esta fora de discussão[297]; 2) consequentemente, nos anos seguintes, os conteúdos e demandas classistas ligados à questão agrária, altamente questionadores das desigualdades do capitalismo, e que se fusionavam com os conteúdos étnicos (afirmação identitária e cultural, autonomia, autogoverno, autodeterminação) desapareceriam do discurso político nacional da maioria das lideranças indígenas, que a partir de então priorizou a luta pelo Estado plurinacional e por garantir a participação indígena nos organismos do Estado (incluindo a participação eleitoral). Desde esse momento, se produz progressivamente uma deriva etnoinstitucionalista esvaziada de conteúdos classistas na dinâmica do movimento que,

---

[296] Cabe notar que o mecanismo de diálogo com as organizações indígenas quando suas mobilizações alcançavam dimensões significativas (*levantamientos*) é retomado posteriormente pelos governos de Mahuad e Noboa, nos *levantamientos* de 1999 e de 2001 contra as medidas de ajuste econômico decorrentes da crise, a partir de uma lógica instrumental similar: negociar pequenas concessões possíveis, sem alterar o rumo das políticas neoliberais vigentes.

[297] Tomo aqui a referência de Bourdieu em relação àquilo que fica fora de discussão no campo político: "De fato, a luta entre a ortodoxia e a heterodoxia cujo espaço de ocorrência é o campo político dissimula a oposição entre o conjunto das teses políticas (ortodoxas ou heterodoxas), ou seja, o universo daquilo que pode ser aí enunciado politicamente, e tudo o mais que fica fora da discussão (no campo), ou seja, fora da alça de mira do discurso e que, estando relegado ao estado de doxa, acaba sendo admitido sem discussão nem exame, inclusive por aqueles que se confrontam ao nível das escolhas políticas declaradas." (BOURDIEU, 2008, p. 122).

diferentemente do período anterior, o discurso das lideranças já não estabelece uma ligação direta com as condições e a realidade camponesa de suas bases. Como apontaria alguns anos mais tarde Luciano Martínez:

> A verdade é que em 1994 concretizou-se a Lei de Desenvolvimento Agropecuário (LDA), última lei conservadora sobre o agro equatoriano, que surpreendentemente foi aceita sem maior crítica pelos intelectuais indígenas. Alguns autores inclusive mencionam que a participação indígena na expedição dessa lei foi um avanço para o movimento indígena em geral[298]; pelo contrário, esse evento sinaliza a consolidação de uma política de modernização capitalista no agro, na qual o movimento indígena e as reivindicações dos pobres rurais ficaram de fora. É o enterro da reforma agrária, e a abertura da modernidade sob o paradigma neoclássico: privatização, abertura comercial indiscriminada, desregulação do mercado laboral; em outras palavras, a finalização da pouca regulação que ainda podia exercer o Estado no setor rural equatoriano.
> [...] Desse modo, o triunfo do etnicismo provocou como contrapartida a ocultação do problema da terra, num país no qual o mínimo que se pode dizer é que se encontrou uma solução definitiva com a LDA, e onde a concentração da terra é uma das mais altas de América Latina (MARTINEZ, 2005, p. 123-124).

Mas adiante, Martinez acrescenta:

> [...] O que predominou no discurso da CONAIE tem sido o discurso etnicista, a pluriculturalidade, a plurinacionalidade, enquanto deixava-se de lado a análise de problemas estruturais que atingiam não apenas aos índios, mas também aos pobres rurais, tais como a concentração da terra, a exploração à que são submetidos os novos assalariados rurais e os efeitos negativos do minifúndio, por sinalizar alguns (MARTINEZ, 2005, p. 130).

Este ponto de inflexão no caráter das demandas do movimento indígena provocado em virtude do processo de aprovação da Lei de Desenvolvimento Agrário de 1994, também tem sido reconhecido no trabalho de Guerrero e Ospina (2003). Não obstante, na interpretação destes autores este giro representa apenas uma mudança de ênfase na estratégia do movimento indígena, na qual as demandas de corte "camponês" foram absorvidas por demandas nacionais, ao se concentrar a atuação do movimento na transformação das estruturas estatais em andamento. Segundo esta interpretação, ao contrário da "setorização" implícita das reivindicações especificamente agrárias, a afirmação étnica do movimento lhe outorgava uma dimensão universal a suas demandas e lhe permitia abordar o conjunto de temas do ordenamento social (GUERRERO e OSPINA, 2003, p. 15-16).

Do meu ponto de vista, o que aconteceu no movimento como consequência da aprovação da legislação agrária e do término do processo de reforma agrária não foi uma mudança de ênfase, senão o afastamento da temática agrária por mais de uma década (até o ano 2006) por uma parte significativa das lideranças e da intelectualidade indígena. Como se

---

[298] Luciano Martínez refere-se ao trabalho de Guerrero (1995), mencionado em linhas anteriores.

discute mais adiante, esse abandono das lutas agrárias significou que os principais conteúdos do discurso étnico que foi ganhando força progressivamente no interior do movimento se centrassem especialmente na disputa por ampliar os espaços de participação institucional do movimento no Estado, com o qual a afirmação da identidade étnica, nesse discurso, perdia suas referencias camponesas e sua conexão com as condições de produção e reprodução das bases do movimento (as comunidades). Este aspecto estabelece uma distinção substancial e coloca as demandas étnicas num campo distinto, que podia ser mais facilmente processado pelo Estado neoliberal, no âmbito de uma política neoindigenista, sem abordar os problemas estruturais que determinam a desigualdade e a persistência da pobreza no campo[299].

Essa deriva para um posicionamento que privilegiava um discurso mais étnico desvinculado da questão camponesa e da problemática agrária teve consequências na relação entre as lideranças nacionais e as organizações de base do movimento, pois ao desconsiderar a problemática agrária por parte das lideranças nacionais, os termos de sua relação com suas bases ficaram subordinados primordialmente no terreno da obtenção de recursos e projetos para o desenvolvimento rural, na geração de respaldo político nos processos de participação nos espaços institucionais (participação eleitoral, relação com a institucionalidade indígena estatal, etc.) e na busca de apoio em determinadas conjunturas para as mobilizações encaminhadas a temas nacionais (rejeição das medidas econômicas dos governos Mahuad e Noboa em 1999 e 2001, crise política no governo Bucaram e Mahuad em 1997 e 2000). Apenas em 2006, nas mobilizações contra o Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos, se retomaram com força as demandas relacionadas à problemática agrária diante dos possíveis impactos que a assinatura desse Tratado tivesse provocado para a produção camponesa. Isso aconteceu, no contexto da tentativa de recompor a relação com as organizações de base pelas lideranças da CONAIE comandadas por Luis Macas, após as dificuldades enfrentadas por esta organização como consequência da participação política no governo de Lucio Gutierréz (2003-2005).

Embora a tendência descrita no discurso das lideranças indígenas foi particularmente forte na CONAIE entre 1995 e 2005 também pode ser generalizada para o conjunto das organizações nacionais do movimento indígena, refletindo seus posicionamentos em distintos

[299] A persistência das desigualdades e da pobreza no campo através de múltiplos indicadores é constatada por Larrea, et al (2013). A redução da pobreza produzida entre as estimações correspondentes para 1990, 2001 e 2010 tem sido maior nas áreas urbanas do que nas rurais. Nesses períodos, a brecha da pobreza rural - urbana manteve-se quase inalterada com uma diferença de aproximadamente 30 pontos e em 2010 a pobreza rural (59,8%) duplicou a urbana (29,0%). Este estudo mostra que as desigualdades se mantêm, atingindo especialmente às mulheres e às populações indígenas e afroequatorianas, colocadas em situação de desvantagem no que diz respeito aos indicadores de saúde (mortalidade e desnutrição crónica infantil), educação (analfabetismo e escolaridades), moradia e emprego.

momentos. De todo modo, entre as principais organizações é possível distinguir nuances diferentes. No caso do processo vivenciado pela FENOCIN, por contar entre suas organizações de base com Federações camponesas mestiças das três regiões do país, a virada das lideranças para um discurso etnicista esvaziado de conteúdos classistas não foi tão marcada, experimentando de todo jeito dificuldades no novo contexto para avançar nos posicionamentos referentes aos temas agrários (terra, água, créditos para a produção, etc.). Mesmo assim, no âmbito da adoção das políticas multiculturalistas pelo Estado, muitos dos temas da pauta das organizações indígenas como a participação nas instituições do Estado e nos projetos de desenvolvimento direcionados para os povos indígenas, envolveram diretamente a FENOCIN que em termos de sua orientação política deixou de se definir como "socialista", para se reconhecer como "pluriétnica, intercultural, democrática", por um "desenvolvimento sustentável, equitativo, com enfoque de gênero e geracional" (FENOCIN, 1999, p. 65).

4.2 A PROPOSTA DO ESTADO PLURINACIONAL E A APROVAÇÃO DOS DIREITOS COLETIVOS NA CONSTITUIÇÃO DE 1998: A sedução do movimento indígena sob o multiculturalismo na governamentalidade neoliberal

Como foi discutido no primeiro capítulo, deslocadas as demandas agrárias no discurso das principais lideranças do movimento indígena criaram-se as condições para seu ingresso dócil no terreno do multiculturalismo na governamentalidade neoliberal. Assim, paradoxalmente, podemos identificar no reconhecimento constitucional dos direitos coletivos dos povos indígenas, produzido em 1998 pela *Asamblea Nacional Constituyente*[300], de um lado o giro multicultural dado pelo Estado equatoriano para o estabelecimento de concessões no que diz respeito às demandas do movimento indígena, e de outro, um novo momento de quebra dos conteúdos contestatórios do discurso indígena, articulados nesse momento na luta por um Estado plurinacional. Nesta ocasião, com a participação de "representantes indígenas" (eleitos por votação popular) o Estado equatoriano reconheceu uma ampla gama de direitos coletivos dos povos e nacionalidades indígenas[301] (ainda sem se declarar como um Estado

[300] Igualmente ocorre com a ratificação do Convênio 169 da OIT pelo Congresso Nacional produzida no mesmo ano.

[301] Entre os direitos coletivos reconhecidos na Constituição de 1998 se destacam: a) a propriedade de terras comunais com caráter inalienável, imprescritível, impenhorável e indivisível; b) o direito dos povos indígenas ao uso, usufruto, administração e conservação dos recursos naturais em suas terras; c) os direitos de serem consultados sobre os planos e programas de prospecção e exploração dos recursos não renováveis existentes em suas terras, do acesso (na medida do possível) aos benefícios econômicos que deles resultarem e de receber uma compensação pelos impactos socioambientais causados por eles; d) o direito de preservar e desenvolver suas formas tradicionais de convivência social, organização, geração e exercício da autoridade; e) o direito de não ser deslocados como povos de suas terras; f) a propriedade intelectual coletiva de seus conhecimentos ancestrais; g)

plurinacional sob o argumento de que a sociedade equatoriana não estava preparada para isso). Ainda que, o reconhecimento destes direitos possa ser interpretado como uma importante conquista do movimento indígena em suas relações com o Estado, o qual implicou "a redefinição da identidade nacional deslocando-a da ideologia da mestiçagem para o paradigma da diversidade multicultural" (CERVONE, 2009, p. 200), o paradoxo se apresenta, pois não tendo sido aprovada nenhuma legislação secundária, nem regulamentação que permitisse que estes direitos pudessem ser aplicáveis em termos concretos, os mesmos ficam confinados numa espécie de limbo jurídico[302].

Neste sentido, o processo equatoriano também se assemelha com o que aconteceu em outros países latino-americanos, os quais incorporaram reformas constitucionais para reconhecer a diversidade cultural de suas sociedades e estabeleceram direitos específicos para os povos indígenas. Não obstante, o balanço que se faz no momento de verificar os resultados desse reconhecimento, tanto no que diz respeito ao seu cumprimento, como no seu alcance para a transformação das relações de opressão e dominação é claramente insatisfatório e desalentador (BURGUETE, 2008). De uma parte, nas Constituições se enunciam direitos, mas não tendo estes direitos um caráter vinculativo impede-se sua aplicação. Por outro lado, e aqui está o problema maior, esse reconhecimento de direitos se faz acompanhado de políticas neoliberais que atingem diretamente as condições de reprodução das comunidades e favorecem as dinâmicas de acumulação capitalistas, a custa da exploração e da pobreza das comunidades e da espoliação dos recursos de seus territórios, quando eles são de interesse para o capital. Como coloca Bretón para o caso equatoriano:

> A ratificação que a Constituição do Equador de 1998 faz dos direitos coletivos é outro exemplo da etnofagia característica dos (enfraquecidos) estados latino-americanos do fim do milênio: O que importa transigir sobre o papel para assumir a natureza heterogênea do país se, em última instância, os mecanismos básicos de acumulação são salvos e expeditos a par das reformas estruturais promovidas por esse mesmo Estado, que além de isso se reconhece como democrático, participativo e tolerante? (BRETÓN, 2001, p. 252).

---

ao acesso à educação de qualidade e a um sistema de educação intercultural bilíngue; h) o direito à prática ancestral da medicina tradicional; i) de estabelecer as prioridades nos planos de desenvolvimento que lhes envolvem; e j) de participação com representantes nos órgãos oficiais determinados por lei. A eles adiciona-se a possibilidade de criação de circunscrições territoriais indígenas e afro-equatorianas, por meio da lei. Estes direitos coletivos serão posteriormente ratificados e ampliados na Constituição de 2008, com a diferença de que desta vez o Estado equatoriano se reconhece como um Estado plurinacional e intercultural.

[302] Realizaram-se algumas tentativas para que a legislação secundária seja formulada e expedida para a aplicação dos direitos coletivos. Dos distintos projetos apresentados no Congresso Nacional a maior parte foi arquivada e um deles titulado "*Ley de ejercicio de los derechos colectivos de los pueblos indígenas*" foi vetado pelo presidente Noboa (Chávez: 2009).

Um exemplo da distância existente entre os direitos coletivos aprovados na Constituição e suas possibilidades de aplicação concreta, pode ser ilustrado com a análise do que tem acontecido com a possibilidade de criação das jurisdições territoriais indígenas e afro-equatorianas, aberta pela Constituição de 1998 e ratificada na Constituição de 2008. Desde sua aprovação, em 1998 até hoje não foi criada nenhuma jurisdição, na qual os povos e nacionalidades indígenas pudessem exercer espaços reais de autodeterminação, autonomia e autogoverno vinculados com sua territorialidade[303]. Ainda que a criação de jurisdições territoriais indígenas tivesse maior sentido e pudesse encontrar algum nível de aplicabilidade no caso dos territórios de algumas nacionalidades amazônicas, enquadrada nos limites que estabelece a Constituição (referidos à gestão de recursos naturais não renováveis que se mantêm como competência exclusiva do Estado), no caso da região Interandina, os povos indígenas não contam com espaços territoriais contínuos, pelo contrário, trata-se de espaços fragmentados com uma composição multiétnica, profundamente permeados pelos processos de desenvolvimento capitalista no campo, pelo qual a criação de jurisdições territoriais é inaplicável. Isso é reconhecido pela liderança e intelectual indígena Nina Pacari, uma das impulsoras do reconhecimento dos direitos coletivos na Constituição de 1998 em sua qualidade de *asambleista* eleita, que afirma que nesses espaços "trata-se de um território pluricultural e de um exercício de governo também pluricultural" no qual os processos de "tomada de decisões, pela via da participação cidadã, encontram-se na população pluriétnica do território cantonal" (PACARI, 2002, p. 29). Isto é, cabe apenas uma gestão "pluricultural" enquadrada na estrutura administrativa dada pelo próprio Estado.

Com isso, a retórica da reconstituição dos povos indígenas da Serra com base na reconstrução de um passado que se remonta aos senhorios étnicos pré-coloniais, que tem formado parte do discurso de afirmação étnica das lideranças nacionais da CONAIE, perde força em relação às possibilidades de estabelecimento de jurisdições territoriais indígenas. Em vez disso, podemos compreender melhor o sentido desses discursos quando os vinculamos a estratégia de um setor das lideranças da CONAIE em alinhar o conjunto de federações de comunidades locais e organizações de base para disputar os espaços da institucionalidade pública indígena, abertos pelo Estado[304], com modalidades de representação estruturadas

[303] Uma análise detalhada das tentativas frustradas de criação de jurisdições territoriais indígenas realizadas pelas nacionalidades amazônicas já com a Constituição de 2008 e das dificuldades e entraves existentes na legislação secundária encontra-se em Ortiz (2015).

[304] Disputa que também teve suas expressões internas na CONAIE, nos conflitos suscitados entre os "povos indígenas" da Serra e as nacionalidades amazônicas para alcançar um equilíbrio na estruturação da representação dos distintos povos e nacionalidades na institucionalidade indígena estatal. Ver Guerrero e Ospina (2003, p. 137).

segundo povos e nacionalidades, no contexto da adoção pelo Estado do multiculturalismo como dispositivo da política de administração da população indígena da governamentalidade neoliberal, ao tempo que se influenciava a práxis política das lideranças das organizações de base nas províncias orientando-a para sua participação nos espaços institucionais e esvaziando-a progressivamente de seus conteúdos camponeses.

Assim, a aprovação dos direitos coletivos na Constituição de 1998 e o reconhecimento do Estado como plurinacional e intercultural na Constituição de 2008 se enquadraram em um terreno marcado pelas limitações descritas nas possibilidades de criação das circunscrições territoriais indígenas e de reconhecimento de direitos territoriais para as nacionalidades e povos indígenas, tais como a negativa do Estado de incluir o consentimento prévio na gestão de recursos naturais não renováveis existentes nesses territórios. Concomitantemente essas limitações também influenciaram no que diz respeito à ambiguidade e imprecisão das propostas impulsionadas pela CONAIE em torno dos conteúdos específicos que devia adotar a plurinacionalidade[305] para permitir concretizar os postulados de autonomia, autodeterminação e autogoverno.

Por todas essas considerações, algumas autoras afirmam que a adoção de reformas constitucionais enquadradas no reconhecimento da diversidade, que tem caracterizado o multiculturalismo no neoliberalismo constituiu uma estratégia encaminhada para conter as demandas indígenas (CERVONE, 2009, p. 209); um recurso usado "para domesticar a diferença, operando como um mecanismo despolitizador das lutas autonômicas indígenas" (BURGUETE, 2008, p. 23). Do meu ponto de vista, o debate e a adoção das reformas constitucionais que reconheceram os direitos coletivos dos povos indígenas, sem abrir uma possibilidade real de sua aplicação, provocou como efeito no campo de forças político, a desativação do caráter interpelador diante do Estado e da sociedade nacional que tinha a proposta de um Estado plurinacional com os elementos de autonomia, autodeterminação e autogoverno dos povos e nacionalidades indígenas[306].

---

[305] Na revisão das distintas propostas da CONAIE sobre a plurinacionalidade, Guerrero e Ospina apontam essa ambiguidade expressa nas definições de nacionalidades, povos indígenas e territórios, sublinhando que "sem essa clareza a proposta autonômica perde viabilidade jurídica" (GUERRERO e OSPINA, 2003, p. 138).

[306] Uma abordagem sobre a complexidade do tema da autonomia dos povos indígenas encontra-se na perspectiva de Diaz Polanco nos seguintes termos: "a autonomia se propõe como o exercício concreto do direito de livre determinação. Ao mesmo tempo, no plano ideológico político, levanta-se um obstáculo formidável para a realização desse direito. Referimo-nos ao reforço do pensamento liberal não pluralista e sua consequência inevitável: a negação da autodeterminação como um atributo dos povos indígenas. Contudo, deve-se advertir que esse liberalismo duro, que retorna agressivamente às velhas teses da doutrina, sem concessões, nem 'correções', forma uma sólida unidade com seu contrário: o relativismo cultural absoluto, responsável por sua vez do surgimento de essencialismos etnicistas. Liberalismo duro e relativismo absoluto funcionam como as duas caras da mesma medalha [...]. Do lado liberal se consolidam as tendências que rejeitam a pluralidade como

Desta vez, foram deslocados os conteúdos contestatórios da proposta da plurinacionalidade presentes no discurso indígena apenas para um pequeno lugar na retórica autojustificativa dentro da CONAIE, sem a força e capacidade questionadora dos fundamentos da dominação étnica e social na sociedade e no Estado. Em uma entrevista realizada em 2005, após do ápice alcançado nas políticas multiculturalistas com a participação indígena no governo Gutiérrez, quando no interior da CONAIE ressoavam vozes críticas à forma como tinha sido encarada pelo movimento a inclusão indígena nas entidades do Estado, Luis Macas ilustrava com clareza aqueles conteúdos contestatórios da proposta da plurinacionalidade, os quais estavam também expressos no projeto político da CONAIE de 1994, que foram substituídos a partir de 1998 na prática política de grande parte das lideranças nacionais e provinciais do movimento indígena:

> *¿Qué propugnamos al plantear en nuestro proyecto político la construcción de un Estado plurinacional? Estamos diciendo que tengamos la posibilidad de ser partícipes las diversas nacionalidades indígenas del país, más la sociedad nacional, en la construcción política, en la construcción de un Estado que nos cobije a todos. Porque desde el diseño del Estado uninacional, de este Estado cuyo modelo capitalista de concentración de la riqueza en poquísimas manos, creo que es absolutamente necesario que desde diferentes sectores culturales, identitarios, políticos podamos converger en una agenda única nacional hacia la construcción de este Estado plurinacional. Sí. Creo que hay que hacer una aclaración. Mucha gente dice: "bueno, un Estado plurinacional pero un Estado dentro del sistema capitalista". Nuestro planteamiento tiene que tener un planteamiento eminentemente político y desde una opción política. Nosotros queremos un Estado plurinacional, socialmente libre, un Estado no dependiente del imperio, un Estado socialista, comunitario. Hacia allá estamos empujando, no queremos decir que vamos a hacer solo un pequeño arreglo de lo que ya está hecho, dentro del mismo sistema establecer las mismas cosas. No, nosotros queremos un cambio de raíz. […] La dimensión desde la concepción de identidades es absolutamente importante para nosotros, nosotros no queremos perdernos en la homogeneidad. Nosotros queremos seguir siendo lo que somos, mantener nuestras lenguas, aquí en el país hay 13 idiomas que hay que seguir hablando. Pero queremos que también nos entiendan que estamos hablando en términos de otra dimensión, en la dimensión de la lucha de clases* (Entrevista Luis Macas, Maio 2005)[307].

---

fundamento do regime democrático por construir e se retorna com maior força às posições integracionistas a partir do combate ao etnicismo equivocamente identificado com a proposta de autonomia e, por conseguinte, se lhe reduz a uma saída apenas "para os índios" ou os grupos étnicos, que, supostamente pode ser alcançada sem transformações substanciais do Estado – nação" (DÍAZ POLANCO, 1998, p. 2). Ver também Díaz Polanco (2009, p. 29-33).

[307] Entrevista realizada por Luis e Jorge Corral como parte de uma pesquisa sobre a experiência de participação indígena na gestão de governos locais na Província de Cotopaxi (CORRAL J. e L. CORRAL, 2005). Tradução nossa: "O que defendemos ao propor a construção de um Estado plurinacional em nosso projeto político? Estamos dizendo que além da sociedade nacional, as diversas nacionalidades indígenas do país, possamos ter a possibilidade de participar da construção política, da construção de um Estado que abrigue a todos. Porque, pelo desenho do Estado uni-nacional, deste Estado capitalista de concentração da riqueza em pouquíssimas mãos, penso que é absolutamente necessário que, a partir de diferentes setores culturais, identitários, políticos possamos convergir em uma única agenda nacional para a construção desse Estado plurinacional. Sim. Acho que se deve fazer um esclarecimento: muitas pessoas dizem: "Está bem, um Estado plurinacional, mas um Estado dentro do sistema capitalista". Nossa abordagem tem que ter uma posição eminentemente política e a partir de

Como podemos apreciar nestas afirmações, originalmente na proposta da plurinacionalidade, em seu discurso as lideranças da CONAIE combinavam elementos relativos ao processo de afirmação identitária indígena orientados a favorecer mudanças no Estado que abrissem canais para a participação indígena e o reconhecimento de direitos específicos, com posições anticapitalistas orientadas para transformações estruturais e nas políticas do Estado para quebrar com as desigualdades e a concentração da riqueza que provoca o capitalismo. Esta combinação entre as demandas pelo reconhecimento da diferença diante da dominação étnica e a luta por transformações estruturais contra a desigualdade social se diluirá progressivamente, na medida em que a perspectiva de inclusão e participação institucional no Estado a partir da afirmação étnica (neoindigenismo sustentado pelas próprias lideranças indígenas) irá ganhando primazia dentro do movimento indígena. Em sintonia com as políticas multiculturalistas do Estado, esta perspectiva também opera desarticulando, separando e isolando a afirmação cultural das dimensões socioeconômicas que concomitantemente definem as condições de dominação e exploração geradas no contexto do processo de desenvolvimento capitalista no campo. Em consequência, nos anos seguintes, a proposta da plurinacionalidade perdeu parte de seus conteúdos contestatórios ao passar para um segundo plano as reivindicações por transformações estruturais e os posicionamentos indígenas se concentraram num âmbito mais restrito, vinculado à abertura de canais institucionais de participação indígena na esfera do aparelho do Estado.

No processo de aprovação dos direitos coletivos na Constituição de 1988 evidenciou-se esse processo de persuasão do movimento por meio da desmontagem dos conteúdos contestatórios do discurso indígena da CONAIE, quando se produz uma adequação sutil das colocações dos representantes indígenas durante a *Asamblea,* ao assumir posições "politicamente corretas", em concordância com os ventos do multiculturalismo que já ressoavam fortemente nos corredores da *Asamblea* e no campo político, como discurso hegemônico tendente a estabelecer os termos em que o Estado podia assumir o reconhecimento da diversidade. Portanto, em diferentes espaços os representantes indígenas

---

uma opção política. A gente quer um Estado plurinacional, socialmente livre, um estado não dependente do império, um estado socialista e comunitário. Para lá, estamos impulsionando, não queremos dizer que vamos fazer apenas um pequeno arranjo do que já foi feito, dentro do mesmo sistema para estabelecer as mesmas coisas. Não, queremos uma mudança de raiz. [...]. A dimensão a partir da concepção das identidades é absolutamente importante para a gente, não queremos nos perder na homogeneidade. Queremos continuar sendo o que somos, manter nossos idiomas, aqui no país existem 13 idiomas que devemos continuar falando. Mas também queremos que compreendam que estamos falando em termos de outra dimensão, na dimensão da luta de classes."

colocaram com insistência que o que se procurava com o Estado plurinacional era "que a sociedade mestiça respeitasse as manifestações culturais" dos povos indígenas e que não se pretendia a criação de outro Estado dentro do Estado equatoriano[308]. Procurava-se então, incluir as reformas que contribuíssem para "respeitar as identidades, tradições, valores, costumes e símbolos e promover as iniciativas e formas próprias de produção, organização e convivência social das nacionalidades e povos indígenas" e também sua "participação no sistema judicial e de administração pública"[309]. A tendência de "culturalizar" as demandas tinha se instalado nos posicionamentos dos representantes indígenas e em suas propostas de reforma à Constituição. O dispositivo do multiculturalismo operava condicionando, disciplinando e domesticando o discurso do próprio movimento. Dessa forma, o Estado equatoriano aceitava as demandas indígenas e se alcançava a aprovação dos direitos coletivos nos termos em que foram definidos na constituição de 1998.

Alguns anos mais tarde, em 2010, Luis Andrango, jovem liderança indígena que nesse momento era presidente da FENOCIN e que em sua gestão impulsionou a retomada da pauta agrária pelas organizações indígenas e camponesas, ao fazer uma leitura retrospectiva do processo do movimento indígena a partir da segunda metade da década de 1990, sublinhava as consequências políticas e organizativas para o conjunto do movimento dessa progressiva adequação de suas posições para propiciar a participação de representantes indígenas nas instituições do Estado, conforme a deriva multiculturalista em voga:

> *De ahí en adelante, nosotros vemos como que se va gestionando un discurso mucho más moderado en relación a la lucha en general del movimiento indígena. Empiezan a dejarse de lado los temas estructurales y se empieza a plantear una agenda política vinculada a una reivindicación más desde lo étnico. Y ahí vemos que en general el movimiento indígena empieza a dejar atrás la bandera de la lucha por la tierra y a poner de cabeza de lucha el tema de la plurinacionalidad, por ejemplo. Entonces para nosotros eso es un retroceso, una moderación del discurso al no plantearse una agenda estructural, al plantear más una agenda vinculada a una reivindicación de participación de los pueblos indígenas dentro del Estado. Esa ha sido una de las diferencias dentro de las tendencias que hay al interior del movimiento indígena. Una lógica que para nosotros busca, hemos llamado así, la gestión de la multiculturalidad; como por ejemplo ha sido el ceder varios espacios dentro del Estado a grupos del Movimiento Indígena, que terminaron de alguna forma siendo los espacios de disputa dentro de las diferentes organizaciones y que no terminaron resolviendo los problemas fundamentales de la gente. Entonces creo que ha habido incluso en estos últimos años una disminución de la capacidad organizativa por la influencia desde esta política estatal de vínculo con los movimientos indígenas en general, al transformar al movimiento indígena y campesino de un actor político sobre los temas estructurales a un actor más de ayuda clientelar sobre la lógica diferente de las políticas focalizadas a los pueblos indígenas, campesinos y negros en general. Y eso para nosotros lo que hizo en realidad es en vez de fortalecer las organizaciones, irles debilitando y*

[308] *Diario El Comercio, "Los indígenas no quieren otro Estado", 10-03-1998.*
[309] *Diario El Comercio, "CONAIE: Su plan de reforma en 12 puntos", 12-06-98.*

> *transformando las lógicas de la organización que eran antes de lucha, de reivindicación, en una política más de acceso a espacios de poder y a pequeños proyectos relacionados a cuestiones concretas, más que a un proyecto político nacional del movimiento* (Entrevista Luis Andrango, 27 fevereiro 2010) [310].

Desse jeito, com o giro assumido por um setor significativo de lideranças e intelectuais indígenas, que a partir do discurso étnico priorizava a participação institucional dentro do Estado e a consequente perda da articulação entre demandas associadas ao reconhecimento da diferença e da diversidade cultural e as demandas associadas às transformações estruturais relativas à igualdade e a distribuição da riqueza, a proposta da plurinacionalidade nas posições do movimento indígena ficou presa na estreita faixa definida pela política de administração de populações do Estado equatoriano. Isto é, o reconhecimento constitucional de uma série de direitos coletivos de escassa aplicabilidade, a abertura de espaços institucionais para a participação indígena no Estado, a atenção das demandas pontuais das comunidades por meio de projetos de desenvolvimento e a incorporação de representantes indígenas na gestão pública.

Com a desmontagem dos conteúdos contestatórios produzida no discurso das lideranças do movimento indígena, cabe perguntar quais foram os conteúdos que ficaram, isto é, se reconfiguraram do discurso indígena para continuar sua atuação no campo político. Enquadrados na reivindicação dos direitos indígenas e na afirmação étnica diante do mundo branco-mestiço, aqui talvez emerjam três elementos chaves do discurso: o argumento da diversidade para a participação indígena na gestão pública, a noção de interculturalidade e a gestão dos governos locais e o desenvolvimento local, como âmbito privilegiado da atuação dos representantes do movimento. Esses três elementos são altamente compatíveis com a política de administração da população indígena impulsionada pelo Estado que reconhece e legitima a participação de "representantes indígenas" nas entidades estatais, apoiada na ideia da "unidade

---

[310] Entrevista Luis Andrango, 27 fevereiro 2010. Tradução nossa: A partir de então, vemos que um discurso muito mais moderado vai-se gestando em relação à luta do movimento indígena. Deixam-se de lado as questões estruturais e começa-se a propor uma pauta política ligada a uma reivindicação a partir do étnico. E aí vemos que, em geral, o movimento indígena começa a deixar a bandeira da luta pela terra e a colocar a questão da plurinacionalidade, por exemplo, como prioridade de luta. Então, para nós, isso é um retrocesso, uma moderação do discurso para não considerar uma agenda estrutural, para levantar uma pauta mais ligada com uma demanda de participação dos povos indígenas no Estado. Essa foi uma das diferenças entre as tendências que existem dentro do movimento indígena. Uma lógica que, em nossa opinião, busca a gestão da multiculturalidade; temos chamado assim; um exemplo disso foi ceder vários espaços dentro do Estado a grupos do movimento indígena, que acabaram sendo, de algum modo, espaços de disputa entre as diferentes organizações e que não resolveram os problemas fundamentais das pessoas. Então, eu acho que nos últimos anos houve uma diminuição da capacidade organizacional devido à influência desta política estatal de vínculo com os movimentos indígenas em geral, transformando o movimento indígena e camponês de um ator político em temáticas estruturais para um ator mais de assistência clientelista, com a lógica diferente das políticas focalizadas para povos indígenas, camponeses e negros em geral. E isso, para nós, o que realmente provocou foi o enfraquecimento, ao invés de fortalecer as organizações e transformar as lógicas da organização que antes eram de luta, de reivindicação, em uma política de acesso a espaços de poder e pequenos projetos relacionados a questões concretas, em vez de um projeto político nacional do movimento.

na diversidade", na medida em que se adscrevam e sejam funcionais aos requerimentos atuais do desenvolvimento capitalista e da governamentalidade neoliberal.

4.3 A INCORPORAÇÃO DE REPRESENTANTES INDÍGENAS NO ESTADO NEOLIBERAL: A institucionalidade indígena no aparelho do estado e os projetos de desenvolvimento indígena

Uma vez abordados esses dois momentos chaves no processo vivenciado pelo movimento indígena na década de 1990, que foram determinantes para a articulação da política de administração de populações no Estado neoliberal, ativando um conjunto de mecanismos reguladores e dispositivos de poder enquadrados na perspectiva aberta pelo multiculturalismo, os quais condicionaram e reconfiguraram o discurso indígena, agora abordarei dois eixos adicionais articulados entre si que estruturaram e complementaram a política de administração da população indígena, enquanto uma biopolítica: de um lado o desdobramento de um neoindigenismo de Estado sustentado na criação de uma institucionalidade especializada nos assuntos indígenas e de outro, a subordinação das organizações indígenas (especialmente as instâncias intermediárias) aos discursos dominantes e ao aparelho institucional do "desenvolvimento rural" (ONGD, Agências, projetos, etc.). Ambos os eixos têm em comum a participação direta e ativa de representantes indígenas na sua gestão. Trata-se, portanto, de um neoindigenismo agenciado pelos próprios representantes indígenas e suas organizações.

A criação e a consolidação de uma institucionalidade indígena no Estado equatoriano se produziram como uma resposta específica e uma concessão do Estado, com a finalidade de atender e processar as reivindicações étnicas do movimento, abrindo espaços para a inclusão de representantes indígenas em sua gestão. Acompanhou assim o processo de adoção progressiva no aparelho do Estado do multiculturalismo no neoliberalismo em sua fase "administrativa", segundo a caracterização de Díaz Polanco discutida no capítulo primeiro.

O primeiro antecedente para abertura de espaços deste tipo corresponde à *Dirección Nacional de Educación Intercultural Bilingüe* (DINEIB), a qual, como abordado no capítulo segundo, foi constituída no governo Borja em 1988, por meio da assinatura de um convênio com a CONAIE, no qual se articulava em um único sistema diversas experiências regionais existentes de educação bilíngue, muitas delas geradas com a contribuição de distintos agentes externos e as escolas com mais de 80% de crianças indígenas. Por meio deste convênio se outorgou à CONAIE a prerrogativa de administração do sistema, incluindo a elaboração de conteúdos curriculares e materiais didáticos, bem como a nomeação de professores em acordo

com as comunidades. Esta prerrogativa será partilhada pelo Estado posteriormente com outras organizações como a FEINE e a FENOCIN (MARTÍNEZ, 2009b).

Em um interessante trabalho sobre o funcionamento do sistema de educação intercultural bilíngue no qual se incorpora informação etnográfica obtida diretamente nas escolas anexadas ao sistema[311], Carmen Martínez (2009b) argumenta que, embora a educação intercultural bilíngue permitisse as crianças indígenas "estudar num ambiente menos hostil" e abrisse oportunidades de emprego para profissionais indígenas em um "mercado de trabalho discriminatório", continuava a ser percebida, inclusive pelas lideranças indígenas, como uma educação "de segunda classe" (MARTÍNEZ, 2009b, p. 181). O trabalho identifica alguns problemas comuns a todo o sistema educacional nas áreas rurais do país; além disso, reconhece os problemas orçamentários experimentados pela DINEIB, decorrentes dos escassos recursos entregues à educação bilíngue pelos distintos governos. No entanto, além desse fato, ao contrário do esperado o "*Kichwa* e outras línguas indígenas não experimentaram o renascimento e o prestígio prometidos pelos promotores da educação intercultural bilíngue", uma vez que "toda a educação ocorre em espanhol" e que o idioma nativo é apenas uma aula especial que normalmente ocorre por uma hora ou duas por semana (MARTÍNEZ, 2009b, p. 183-184). Esta autora afirma ainda que a "burocratização e uma mentalidade corporativa" determinaram que o sistema de educação bilíngue fosse percebido "como uma forma de capturar as instituições do Estado para os interesses de um grupo", sem que se traduza num "sistema educativo alternativo nem na criação de novas pedagogias" (MARTÍNEZ, 2009b, p. 191). Por tudo isso, conclui Martínez, "os indígenas têm mais interesse na integração e na mobilidade social do que na segregação e na diferença cultural" (MARTÍNEZ, 2009b, p. 192). Isso mostraria que o discurso da diferença cultural que sustenta e ao qual respondem as políticas neoindigenistas de construção de uma institucionalização estatal específica gerida por representantes indígenas é um meio que contribui mais para a integração indígena no Estado do que para a reprodução da cultura na dinâmica das comunidades.

A outra entidade de relevância criada na segunda metade da década de 1990 é o CODENPE [312] (*Consejo de Desarrollo de las Nacionalidades y Pueblos del Ecuador*),

---

[311] Informações referentes ao funcionamento do sistema até o ano 2008, anteriores às mudanças operadas pelo governo Correa quando o sistema de educação intercultural bilíngue perdeu sua autonomia e deixou de ser controlado e administrado pelas organizações indígenas.

[312] Também na linha das instituições indígenas no Estado deve-se mencionar a *Dirección de Salud Indígena* dependente do *Ministerio de Salud*.

constituído em 1998 para substituir seu imediato antecessor o CONPLADEIN[313]. Resultado das negociações dos representantes indígenas no Congresso Nacional para apoiar a destituição de Abdalá Bucaram e a posse de Alarcón como presidente interino em 1997 (Pacari, 2009), o CODENPE, enquanto entidade pública constituiu-se por meio de uma representação direta das nacionalidades e povos indígenas no Estado e estava encarregado da definição de políticas e da planificação, execução e gerenciamento de recursos orientados para planos, programas e projetos de desenvolvimento das nacionalidades e povos indígenas.

Dessa forma, são dois os traços principais que partilham as entidades estatais indígenas: sua orientação específica para os povos e nacionalidades indígenas e a incorporação direta de "representantes" nomeados pelas nacionalidades e povos indígenas na sua gestão. Dessa maneira, estas entidades se instituíram como ponto fundamental de articulação do Estado e das organizações indígenas em torno da proposta neoindigenista, compatível com o neoliberalismo. Por tudo isso, Cervone (2009) afirma que estas instituições redefiniram a relação indígenas-Estado "corporativizando o movimento indígena" e produzindo a incorporação da figura do "índio permitido"[314] enquanto "categoria aceita e aceitável" construída no neoliberalismo, referindo-se àqueles representantes indígenas que atuam como executores diretos das políticas neoindigenistas, as quais permitem e simultaneamente limitam "âmbitos e estratégias de intervenção" (CERVONE, 2009, p. 208). Andrés Guerrero (2005), em uma linha similar de reflexão vai mais além ao acrescentar como um elemento adicional que estas entidades também mantêm e expandem redes clientelistas:

> Desde antes de 1996, tem um "aparelho indigenista de Estado" que concentra em uma instituição burocrática (o CODENPE) alguns vetores do jogo político e as relações de poder do Estado e as populações indígenas em relação ao desenvolvimento. Este aparelho destina-se concretamente a obter e distribuir fundos nacionais e internacionais; definir e administrar os projetos e elaborar os discursos oficiais subsequentes sobre a etnicidade e o desenvolvimento; negociar com as instâncias do Estado e organismos internacionais; e algo muito importante que não devemos esquecer: reproduzir-se como um corpo de intelectuais indígenas burocratas que mantêm e expandem redes clientelistas (GUERRERO, 2005, p. 15-16).

Por meio desta institucionalidade estatal específica produziu-se a conexão e confluência entre o campo político e o aparelho institucional do desenvolvimento rural, nas relações do Estado com o movimento indígena. Particularmente o CODENPE teve um papel fundamental

---

[313] *Consejo de Planificación y Desarrollo de los Pueblos Indígenas y Negros*, criado em 1997 durante o governo interino de Alarcón. Essas entidades, por sua vez, substituíram ao *Ministerio de Asuntos Indígenas* de curta duração criado no governo Bucaram em 1996 e à *Secretaría de Asuntos Indígenas* no governo de Sixto Durán Ballén.

[314] Refere-se à figura desenvolvida por Hale (2002; 2005) mencionada no capítulo primeiro.

como suporte institucional para a geração de projetos de desenvolvimento adscritos a esta entidade, encaminhados para as nacionalidades e povos indígenas (a exemplo dos projetos PRODEPINE, PRODECO, FORMIA, FODEPI[315]), financiados por organismos multilaterais e pela Cooperação Internacional, os quais incorporam do mesmo jeito a participação de uma nova geração de representantes, intelectuais e técnicos indígenas em qualidade de funcionários. Esses projetos, centrados nos elementos discursivos dominantes e nos temas em voga do aparelho institucional do desenvolvimento rural (capital social, desenvolvimento sustentável, gênero, descentralização, etc.) fomentaram processos de participação e de gestão direta das instâncias organizativas intermediárias do movimento indígena, as federações de comunidades denominadas Organizações de Segundo Grado (OSG), subordinando sua existência e finalidade aos projetos de desenvolvimento[316].

Com efeito, Bretón no seu estudo sobre o PRODEPINE, projeto "vitrine" promovido e financiado pelo Banco Mundial, orientado para essas federações indígenas intermediárias (OSG), argumenta que "a experiência PRODEPINE corre a par da desestatização através da privatização neoliberal; aparece como uma peça-chave da política social alternativa respeitosa das demandas étnicas – especialmente as compatíveis com o viés projetista – orientada teoricamente a encorajar a participação popular" (BRETÓN, 2005, p. 67). Dessa forma, as próprias diretrizes do Banco Mundial em relação aos povos indígenas estão alinhadas com a adoção do multiculturalismo no neoliberalismo, como uma estratégia mais ampla, convergindo nesta perspectiva com as políticas do Estado equatoriano, incluída a construção de uma institucionalidade indígena estatal para a gestão da diversidade a partir de projetos de desenvolvimento. De fato, esses projetos não tocaram as determinações estruturais que marcam a desigualdade e a dominação das populações indígenas, nem o padrão de acumulação e desenvolvimento capitalista no campo. Pelo contrário, inscreveram-se nas políticas de focalização da pobreza características no neoliberalismo, na perspectiva de aliviar os impactos gerados pela orientação das políticas agrárias que auspiciavam a produção empresarial para exportação e o enfraquecimento da produção camponesa para o mercado interno. Igualmente procuravam reduzir as tensões com os grupos sociais organizados, particularmente com o movimento indígena e camponês. Mais uma vez encontramos a culturalização das diferenças e das demandas indígenas que separa e isola um aspecto da realidade das comunidades dos

[315] *Proyecto de Desarrollo de los Pueblos Indígenas y Negros del Ecuador, Proyecto de Desarrollo Rural en la Provincia de Cotopaxi, Proyecto de Apoyo al Fortalecimiento de los Municipios Alternativos, Fondo de Desarrollo de los Pueblos Indígenas*, respectivamente.
[316] Ver Bretón (2001; 2005; 2009)

processos de expansão capitalista no campo, para a definição do caráter das iniciativas de desenvolvimento.

Como afirma Bretón (2009), no caso do Equador o PRODEPINE inseriu-se nessa estratégia mais ampla do multiculturalismo no neoliberalismo – como modo de resposta à ameaça representada pelos povos indígenas – contribuindo para aprofundar uma "via assistencial (projetista) de intervenção sobre as comunidades", que foi dominante nas últimas décadas no aparelho do desenvolvimento rural (BRETÓN, 2009, 99-100), com a novidade de escorar uma relação direta através das estruturas intermediárias do aparelho organizacional indígena (as Organizações do Segundo Grau). Bretón sublinha ainda quatro grandes linhas de interpretação do significado real que teve a intervenção do PRODEPINE: a) "Ele teve mais de continuísta do que inovador"; b) não se questionou sobre "a qualidade do capital social induzido"; c) "sua execução contribuiu para aprofundar a divisão e fragmentação do campesinato andino com base em critérios identitários"; e d) "provou ser uma eficaz correia de transmissão do projetismo, com as limitações e sombras que isso envolve em termos sociais e políticos" (BRETÓN, 2009, p. 100).

De outro lado, a gestão das instituições indígenas dentro do Estado, foi concebida pelas lideranças indígenas como uma conquista e um direito adquirido, na perspectiva de desenvolver "espaços próprios" no Estado. Lourdes Tibán[317] enfatizava em 2005 a importância das "instituições públicas próprias" para fortalecer o processo do movimento indígena, nas quais "por direito poderíamos participar" para ir concretizando "a institucionalidade da participação indígena de dentro" do Estado[318]. Anos mais tarde, a própria Lourdes Tibán reconhece que o processo de criação da institucionalidade estatal indígena "*no fue lo ideal porque también se convirtieron [en instituciones] tipo cápsulas para los indígenas: Educación Bilingüe para los indios, CODENPE para los indios, Salud Indígena para los indios y de ahí no ha pasado [...]*[319]".

Por meio das entidades estatais indígenas se canalizou assim a incorporação de funcionários e intelectuais indígenas vinculados às organizações na lógica do Estado neoliberal. Estes funcionários, por sua vez, passaram a defender dita institucionalidade e reproduziram

---

[317] Liderança indígena da Província de Cotopaxi que desempenhou vários cargos em distintos momentos no Estado. Ocupou a *Subsecretaria de Desarrollo Rural* do *Ministerio de Bienestar Social*, a *Secretaría Ejecutiva* do *CODENPE* e foi *Asambleísta* pelo movimento Pachakutik.

[318] Entrevista Lourdes Tibán, Abril 2005. Entrevista realizada por Luis e Jorge Corral como parte de uma pesquisa sobre a experiência de participação indígena na gestão de governos locais na Província de Cotopaxi (CORRAL J. e L. CORRAL, 2005).

[319] Entrevista Lourdes Tibán, 22 Janeiro, 2015. Tradução nossa: "não foi o ideal porque também se converteram em [instituições] tipo cápsulas para os indígenas: Educação Bilíngue para os índios, CODENPE para os índios, Saúde Indígena para os índios e daí não passou".

numa dinâmica instrumental o “projetismo” e a perspectiva das políticas multiculturalistas para a população indígena, provocando a “estatização” do movimento e uma perda de sua autonomia (AYALA, 2005, p. 24).

Essa dinâmica etnoinstitucionalista, decorrente da criação das instituições e projetos do Estado especificamente direcionados para as nacionalidades e povos indígenas, se converterá na dinâmica dominante em todas as expressões organizativas nacionais do movimento indígena no final da década de 1990 e na primeira metade da década de 2000 e atravessará as instâncias intermediárias de atuação local ou provincial do movimento, nas três regiões do Equador continental.

No caso da região amazônica, essa dinâmica se acentuou com a presença das petroleiras como resultado da política do Estado de ampliação da fronteira extrativa de petróleo, por meio da qual o Estado concessionou vários “blocos” (espaços do território) a empresas transnacionais para a extração petrolífera, alguns deles localizados em territórios indígenas. Isso desencadeou uma crise na CONFENIAE a partir de 1996 e seu fraccionamento interno provocado pela assinatura das lideranças indígenas de polêmicos convênios com várias empresas petroleiras e o Estado, os quais envolviam a CONFENIAE na exploração de gás e implicavam que esta organização facilitasse o consentimento das organizações de base diante novas concessões petroleiras (ORTIZ, 2012, p. 320). Divisões na organização e uma crise similar se evidenciaram também na OPIP entre os grupos que defendiam uma gestão territorial própria baseada nos “sistemas de vida dos povos da floresta” e os grupos que procuravam um acordo com o Estado e as empresas petrolíferas para obter algumas vantagens econômicas da exploração petroleira nos seus territórios. Esta situação só será resolvida em 2010 quando se produz uma reestruturação geral da organização (ORTIZ, 2012, p. 321-323).

Apesar da primazia e influência que ganhou esta tendência etnoinstitucionalista em todas as expressões organizativas do movimento indígena, com o tempo e na medida em que as aspirações de transformação social e do Estado que tinham impulsionado o movimento perdiam vigência, algumas vozes críticas começaram a ressoar para sublinhar as consequências políticas e organizativas para o movimento, decorrentes da orientação dominante de gestão da institucionalidade indígena no Estado. Já em 2005, Luis Macas refletia sobre o processo político do movimento e as expectativas frustradas no que diz respeito à participação política indígena nas instituições do Estado:

> *Cuando en 1988 creamos la Dirección de Educación Intercultural Bilingüe, dijimos: primero, con esta Dirección los objetivos fundamentales son cambiar la calidad educativa, desde nuestros contenidos, desde nuestra metodología. Segundo, el*

fortalecimiento político de nuestra organización, vamos a empujar desde ahí para que nuestras organizaciones sean cada más fuertes. Tercero, la identidad. Decíamos desde ahí que vamos a tener verdaderos soldados en cada comunidad, un ejército de soldados porque si trabajamos en esto de la educación bilingüe esto nos va a fortalecer.

Al hablar de la participación política en 1996 que tuvimos 5 diputados, 10 diputados, decíamos esto va a ir creciendo, va a ser una fuerza imparable. Las expectativas nuestras eran que íbamos a crecer cuantitativa y cualitativamente. Políticamente hablando, nuestras propuestas no están tan separadas, tan aisladas del resto de la sociedad nacional. Nuestro proyecto político es construir un estado plurinacional, obviamente reconociendo la lucha general de nuestro pueblo, no solamente desde el movimiento indígena. Entonces nosotros con eso decíamos "de aquí a 10 años podemos tener un gobierno revolucionario que pueda cambiar todo". Pero no fue así, las expectativas nuestras con educación, con el asunto del Consejo de Desarrollo que eran políticas de desarrollo para los pueblos indígenas, creímos que tendríamos luz verde para hacer lo que sea. Con la Dirección Nacional de Salud Indígena que se creó recientemente creíamos también que se iba a parar todo lo que tiene que ver con las transnacionales farmacéuticas, etc. Digo todo esto, porque yo creo que desde esos espacios, hasta el momento actual no tenemos con claridad los resultados positivos que hayan arrojado para el movimiento indígena.

Pero lo principal, lo importante es que ni siquiera se ha hecho una evaluación del proceso, no hemos medido, no hemos sabido ni siquiera reflexionar sobre lo que estamos haciendo, si es válido, si no es válido. Creo que es una frustración. Creo que las cosas nos van ganando terreno, el tiempo sobre todo. No se ha podido articular realmente todas esas fuerzas, esas dinámicas que tenemos al interior del movimiento indígena.

Si hacemos una valoración de estos espacios, fundamentalmente yo diría el espacio político que el movimiento indígena ha logrado tener en el contexto nacional, creo que ha concentrado toda la atención del movimiento indígena […] Al menos esa es mi apreciación, que la institucionalización, la institucionalidad lo que ha hecho es atrapar al movimiento indígena, distraer de su agenda, de su dinámica, de su acción propia. Y en vez de dar una respuesta clara desde la institucionalidad, lo que se ha hecho es burocratizarse, funcionalizarse en cada uno de estos espacios y no responder a las expectativas y sobre todo a los objetivos que tiene el movimiento indígena y el pueblo ecuatoriano en general (Entrevista Luis Macas, Maio 2005).[320]

---

[320] Entrevista realizada por Luis e Jorge Corral como parte de uma pesquisa sobre a experiência de participação indígena na gestão de governos locais na Província de Cotopaxi. Tradução nossa: "Quando em 1988 criamos a *Dirección de Educación Intercultural Bilingüe*, dissemos: primeiro, com essa Direção, os objetivos fundamentais são mudar a qualidade da educação, a partir de nossos conteúdos, a partir de nossa metodologia. Em segundo lugar, o fortalecimento político da nossa organização, vamos impulsionar a partir daí para que nossas organizações sejam mais fortes. Em terceiro lugar, a identidade. Dizíamos: a partir daí teremos verdadeiros soldados em cada comunidade, um exército de soldados, porque se trabalharmos nessa educação bilíngue, isso nos fortalecerá.

Ao falar em 1996 sobre a participação política, quando tivemos 5 deputados, 10 deputados, dissemos: isso vai crescer, será uma força imparável. Nossas expectativas eram que iríamos crescer quantitativa e qualitativamente. Politicamente falando, nossas propostas não estão tão separadas, tão isoladas do resto da sociedade nacional. Nosso projeto político é construir um estado plurinacional, obviamente reconhecendo a luta geral de nosso povo, não só do movimento indígena. Então, com isso, dissemos: "em 10 anos podemos ter um governo revolucionário que possa mudar tudo". Mas não foi assim, nossas expectativas com a educação, com a questão do *Consejo de Desarrollo* [CODENPE] que eram políticas de desenvolvimento para os povos indígenas, acreditávamos que teríamos a luz verde para fazer o que fosse necessário. Com a *Dirección Nacional de Salud Indígena* que foi criada recentemente, também acreditamos que se podia barrar tudo o que tem a ver com as transnacionais farmacêuticas, etc. Eu digo tudo isso, porque acredito que, a partir desses espaços, até o momento atual, não temos clareza dos resultados positivos que foram alcançados para o movimento indígena.

Mas o principal, o importante é que nem sequer se fez uma avaliação do processo, não medimos, não soubemos nem sequer refletir sobre o que estamos fazendo, se for válido, se não for válido. Eu acho que é uma frustração. Eu acho que as coisas nos vão ganhando terreno, o tempo especialmente. Não foi possível articular realmente todas essas forças, aquelas dinâmicas que temos no movimento indígena.

Um momento interessante de confronto das distintas tendências na CONAIE no que diz respeito à institucionalidade indígena aconteceu em junho de 2005, durante uma assembleia desta organização, na qual se discutiu a posição da CONAIE sobre a possibilidade de continuidade do projeto PRODEPINE, por meio de uma renovação do empréstimo do Banco Mundial para uma segunda fase desse projeto. Como mencionado, nesse momento a CONAIE vivenciava um processo de recomposição interna sob a liderança de Luis Macas como seu presidente, após do governo de Gutiérrez (2003-2005). Ao ser a maior organização indígena nacional o posicionamento da CONAIE era decisivo para a continuidade do PRODEPINE. Nessa assembleia confrontaram-se as distintas posições sobre o significado deste projeto. Diante da perspectiva crítica ao PRODEPINE liderada por Luis Macas, a tendência institucionalista representada na figura de Lourdes Tibán, nesse momento, Secretaria Executiva do CODENPE, defendia a continuidade do PRODEPINE para uma segunda fase com recursos de dívida externa fornecidos pelo Banco Mundial, com o argumento que os indígenas também tinham direito a se beneficiar de alguma forma dos recursos da dívida externa, tradicionalmente direcionados para outros setores da sociedade. Finalmente, após uma estreita votação a CONAIE decidiu solicitar ao Estado equatoriano por meio do CODENPE que não renove o empréstimo do Banco Mundial, pelo qual não houve uma segunda fase do projeto PRODEPINE.

A partir de outra expressão organizativa nacional, mas também com uma perspectiva crítica similar, Luis Andrango, ex-presidente da FENOCIN, referindo-se ao papel desempenhado pelas instituições indígenas no Estado em relação às dinâmicas organizativas do movimento afirmava:

> *El efecto en las organizaciones ha sido totalmente negativo, ese para mí ha sido un mecanismo de cooptación de las organizaciones, incluso de división del movimiento indígena por captar esos espacios, que si uno mira son espacios minúsculos dentro del gran Estado que tenemos. Creo que ha habido también en todos estos espacios una visión de minimizar la participación indígena a la creación de instancias específicas para estos sectores. Por ejemplo el CODENPE tenía el reto de hacer políticas generales, las políticas estatales sobre pueblos indígenas y terminó siendo más un proyecto de ejecución de varias líneas de infraestructura, de fortalecimiento a los pueblos indígenas y terminamos durante largos años sacrificando esa enorme posibilidad de plantear una re-estructura en general dentro del Estado. Creo que ahí ha habido una equivocación del movimiento indígena al considerar que eso ya es una conquista y de aferrarnos incluso en la actualidad a la defensa de estas*

Se fizermos uma avaliação desses espaços, basicamente, eu diria o espaço político que o movimento indígena conseguiu ter no contexto nacional, acho que concentrou toda a atenção do movimento indígena. [...] Pelo menos essa é minha avaliação, que a institucionalização, a institucionalidade fez foi atrapalhar o movimento indígena, distrair de sua pauta, de sua dinâmica, de sua ação própria. E em vez de dar uma resposta clara a partir da institucionalidade, o que foi feito foi burocratizar, funcionalizar em cada um desses espaços e não responder as expectativas e especialmente aos objetivos que tem o movimento indígena e o povo equatoriano em geral".

> *instituciones como parte de una conquista del movimiento indígena* (Entrevista Luis Andrango, 27-02-2010)[321].

As observações de Luis Macas e Luis Andrango evidenciam a forma como a participação de lideranças indígenas na esfera institucional do Estado marcou o rumo do movimento durante vários anos, fortalecendo uma tendência que se adequou à dinâmica institucional e que ganhou protagonismo e predomínio nas organizações indígenas. Anos mais tarde, o próprio Luis Macas, diante da perspectiva sustentada pela que ele chama de tendência "histórica" ainda existente no movimento que visava à transformação social e "dessa estrutura colonial que é o Estado", contrastava a prática política imposta no movimento pela tendência institucionalista que para ele significou "o acomodamento dos indígenas no sistema, a incorporação dos povos indígenas, das nacionalidades, dos *montubios*, dos negros, ao Estado tal como ele é, e ponto final"[322]. Dessa maneira, a participação no Estado converteu-se num fim em si mesmo enquanto espaço a ser ocupado, sem questionar ou impulsionar transformações de fundo na estrutura e atuação do Estado como um todo ou pelos menos nessas entidades. Pelo contrário, subordinou as dinâmicas do movimento à lógica implícita nos discursos institucionais e deslocou gradualmente as proposições daqueles que podiam perfilar uma perspectiva política distinta, que condicionavam a participação na esfera institucional a um processo mais amplo de luta por transformações sociais no Estado neoliberal.

De outro lado, um elemento complementar a considerar nesta discussão se refere ao papel desempenhado pelos projetos de desenvolvimento rural, as agências de Cooperação Internacional e as Organizações Não Governamentais de desenvolvimento (ONGD), na sua confluência com as entidades do Estado e os organismos multilaterais para a configuração da política de administração da população indígena, enquanto política coadjuvante para a construção da hegemonia. No capítulo primeiro, ao destacar as contribuições das pesquisas de Bretón relacionadas às dinâmicas das organizações indígenas locais e o desenvolvimento rural, sublinhamos o papel do aparelho institucional do desenvolvimento na fase neoliberal, com a proliferação de projetos e ONGDs na esfera local, as quais se adequaram às prioridades

---

[321] Tradução nossa: "O efeito sobre as organizações tem sido totalmente negativo, esse, para mim, tem sido um mecanismo de cooptação das organizações, inclusive de divisão do movimento indígena para captar esses espaços, que se olharmos são pequenos espaços dentro do grande Estado que temos. Creio que também houve em todos esses espaços uma visão de reduzir a participação indígena à criação de instâncias específicas para esses setores. Por exemplo, o CODENPE teve o desafio de fazer políticas gerais, as políticas estatais para os povos indígenas e acabou sendo mais um projeto de execução para várias linhas de infraestrutura, fortalecendo os povos indígenas e terminamos por muitos anos sacrificando essa enorme possibilidade de alcançar uma reestruturação em geral dentro do Estado. Acredito que houve um erro do movimento indígena em considerar que isso já é uma conquista e de nos aferrar ainda hoje para a defesa dessas instituições como parte de uma conquista do movimento indígena".

[322] Entrevista Luis Macas, 6 Maio 2014.

neoliberais e atuaram como correias de transmissão dos discursos dominantes no mundo do desenvolvimento rural, gerados pelos organismos multilaterais e a cooperação internacional.

Nas comunidades indígenas, a intervenção do aparelho institucional do desenvolvimento rural como um todo (e aqui apelamos à noção de Estado ampliado de Gramsci) desempenhou assim um papel crucial para a subordinação das organizações indígenas (do âmbito local até o nacional) a esses discursos dominantes, facilitando sua incorporação à logica multiculturalista no neoliberalismo, por meio da "etnificação do desenvolvimento rural" e o deslocamento de perspectivas questionadoras das dinâmicas de acumulação capitalista no campo (BRETON, 2009, p. 94). Soma-se a isso, como temos observado em reiteradas ocasiões nas diversas regiões do país, que o aparelho institucional do desenvolvimento rural além de não se questionar em torno dos mecanismos de acumulação e exploração capitalista, em sintonia com as políticas agrárias neoliberais, frequentemente promove a integração subordinada (integração vertical na abordagem das cadeias produtivas) das economias camponesas e indígenas nas cadeias produtivas controladas pelas empresas agroexportadoras e agroindustriais, em condições de exploração, ora como fornecedores de mão de obra barata (na medida em que boa parte da reprodução familiar continua dependendo da unidade produtiva camponesa), ora como abastecedores de matérias primas baratas (RUBIO, CAMPANA e LARREA, 2008).

Nesta linha de interpretação gostaria de sublinhar alguns elementos característicos gerais da atuação das ONGD e das entidades de desenvolvimento rural do Estado (a partir desse deslocamento das preocupações sobre os fatores estruturais geradores da desigualdade e da pobreza no campo) que permitem caracterizar o aparelho institucional do desenvolvimento como um dispositivo de poder/saber[323], o qual formou parte da política neoindigenista como uma biopolítica, nos termos discutidos no capítulo primeiro, direcionada para a administração "com sutileza" e "em detalhe" (como diz Foucault) da população indígena. Assim, é muito comum no campo do desenvolvimento a primazia de uma concepção linear dos processos sociais em que através da ação institucional, fundamentalmente técnica, se produz a passagem de uma situação problemática (carências ou necessidades da população, pobreza, desequilíbrios ambientais, desnutrição, etc.) para uma situação melhorada (redução da pobreza, sustentabilidade ambiental, relações de gênero mais equitativas, etc.). Nos discursos dominantes do aparelho institucional do desenvolvimento que legitimam sua própria existência,

[323] Retomo aqui a abordagem desenvolvida por Escobar para quem, seguindo Foucault, o dispositivo institucional do desenvolvimento atua como um aparelho eficiente de poder e como uma tecnologia política de disciplinamento social, através do qual se exerce controle sobre os grupos subordinados (ESCOBAR, 2007).

a pobreza[324] é geralmente concebida como uma espécie de condição natural e imanente de nossas sociedades, particularmente das comunidades indígenas e camponesas; ela é entendida como uma soma de carências que devem ser supridas e nessa lógica, as possibilidades de "superação" da pobreza são então colocadas na gestão bem sucedida de projetos de desenvolvimento social, daí a ênfase no "projetismo". As causas estruturais que produzem e reproduzem a pobreza e as desigualdades de classe, como a distribuição da terra, o acesso a outros recursos produtivos como a água, as modalidades diversas e obrigatórias de articulação da força de trabalho e das economias camponesas com as empresas capitalistas[325], não são abordadas; pelo contrário, permanecem ocultas quase que automaticamente pela lógica instrumental imposta pelas entidades de desenvolvimento.

Os conteúdos discursivos presentes no aparelho desenvolvimentista no que se refere ao "capital social", ao desenvolvimento sustentável[326], ao "desenvolvimento com identidade", à equidade de gênero ou à participação cidadã, se inscrevem nessa tecnologia de poder na medida em que invisibilizam as causas da pobreza, da degradação ambiental ou da dominação de gênero no capitalismo. Esses conteúdos discursivos, que fazem parte do dispositivo do desenvolvimento como mecanismo biopolítico, ficam enquadrados na esfera do horizonte que os pobres devem alcançar por meio dos projetos, sem atingir nem estabelecer alguma relação com as políticas econômicas, sociais, ambientais de nível nacional que pudessem afetá-los. Mecanismo biopolítico que contribui para a administração da população indígena mantendo ou construindo as condições específicas nas quais se "faz viver" e se "deixa morrer" (para usar a expressão de Foucault) aos indígenas: isto é, em minifúndios com solos degradados, com serviços de saúde e educação para pobres, classificados com preconceitos racistas e inferiorizados no trato cotidiano, embora na contramão disso sejam reivindicados aspectos de sua cultura em sintonia com o respeito da diversidade e se distribuam pequenos recursos numa lógica assistencial (pequenos investimentos produtivos, obras pontuais de infraestrutura, etc.), gerando a ilusão do "progresso".

Essa concepção reproduz os esquemas mentais sobre o outro e os repertórios a eles atribuídos e esperados, em relação à oposição provedor – beneficiário, na qual as famílias indígenas entram no jogo a partir de seu papel de beneficiários, isto é de receptores da ajuda para o desenvolvimento, dada sua condição de pobres. Como dispositivo de poder/saber, o

[324] Para uma análise detalhada dos discursos dominantes sobre a pobreza, as políticas para seu combate e sua relação com o aparelho do desenvolvimento ver Lang (2017); Escobar (2007).
[325] Em relação às condições de exploração e subordinação das economias camponesas e suas relações com os processos de expansão capitalista e os agronegócios no Equador, ver Rubio, Campana e Larrea (2008).
[326] Para uma crítica e discussão sobre os conteúdos discursivos em torno do desenvolvimento sustentável, ver Leff (2001), também O'Connor (2002).

aparelho do desenvolvimento arrasta na sua atuação não apenas os funcionários das instituições, mas também os grupos e organizações com as quais trabalham, funcionalizando as dinâmicas organizativas à lógica dos projetos e subordinando-as aos interesses e discursos dominantes do mesmo, incorporando lideranças e as transformando em novos intermediários/funcionários desse entretecido institucional.

A influência do aparelho institucional do desenvolvimento rural nas dinâmicas das organizações indígenas teve especial significação e múltiplas implicações nas instâncias intermediárias do movimento, isto é, nas federações de comunidades ou organizações de segundo grau (OSG). Com efeito, por seu envolvimento direto na execução e gestão de projetos de desenvolvimento, em grande parte das OSG, incluídas aquelas mais antigas criadas nos processos de luta pela terra na Serra ou pela defesa dos territórios na Amazônia, fortaleceu-se a tendência a subordinar sua dinâmica às correntes, aos interesses e aos discursos dominantes no dispositivo do desenvolvimento, em detrimento de uma prática política mais autônoma, sustentada pelas demandas específicas das comunidades. Isso teve como efeito político a perda paulatina de uma dimensão de luta, mobilização e construção de uma perspectiva política transformadora da realidade social.

Dessa forma, a lógica imposta pelo dispositivo do desenvolvimento como um todo, ao incorporar estas instâncias organizativas na gestão dos projetos, trouxe como consequência a adoção pelas lideranças de uma perspectiva tecnocrata e a instrumentalização do discurso étnico que começou a ser construído em função das possibilidades de acesso aos projetos e recursos do desenvolvimento, e neste sentido, culminou subordinando-se aos discursos dominantes no referido campo. A progressiva substituição na direção dessas organizações de lideranças militantes identificadas com um perfil político reivindicativo, por lideranças tecnocratas, como sublinha Bretón (2012), impôs na prática das OSGs uma atitude conciliadora e concertadora em consonância com o estilo das ONGD e de programas de desenvolvimento como o PRODEPINE, dos quais dependiam financeiramente. A promoção de práticas clientelistas por parte dessas lideranças, vinculadas à gestão dos recursos dos projetos, reforçou também os processos de diferenciação econômica preexistentes nas comunidades e as relações tradicionais de poder.

Essa tendência à subordinação das dinâmicas organizativas indígenas às determinações dos discursos dominantes no aparelho do desenvolvimento rural ganhou maior força a partir da segunda metade da década de 1990. Isso pode ser constatado se revisamos a orientação predominante das OSG segundo seus objetivos, a partir de uma pesquisa nacional sobre as OSG indígenas e afro-equatorianas realizadas pelo projeto PRODEPINE em 2001. Assim, do total de

objetivos destacados pelas 229 OSG pesquisadas, 55,2% de seus objetivos correspondeu a ações para o desenvolvimento e apenas 6,9% referiu-se aos objetivos de caráter político reivindicativo[327] (LARREA et al, 2002, p. 15-16). Nos resultados dessa pesquisa, também chama a atenção a elevada percentagem de organizações criadas a partir do início do projeto PRODEPINE (em 1998) equivalente a 31,4% do total de organizações pesquisadas (LARREA et al, 2002, p. 12), o qual se explica precisamente pela oferta de recursos para projetos de desenvolvimento através da intermediação de OSG, promovidos pelo PRODEPINE e outras entidades, que motivou a conformação de novas organizações para acessar esses recursos, favorecendo assim a tendência para funcionalizar as dinâmicas organizativas das OSG à logica dos projetos de desenvolvimento.

Em síntese, entre as implicações mais importantes para as práticas e dinâmicas organizativas das OSG que esta tendência à subordinação ao aparelho institucional de desenvolvimento rural trouxe, podemos sublinhar em primeiro lugar o predomínio do enfoque projetista nos discursos organizativos e na orientação primordial das ações das organizações, decorrentes de sua funcionalização às entidades e projetos de desenvolvimento rural. Isso provocou uma dependência direta das dinâmicas organizativas locais com relação à gestão de projetos, ocasionando fluxos periódicos de crise e revitalização das organizações em função dos recursos disponíveis para projetos, como aconteceu com muitas OSG nas décadas de 1990 e 2000.

Uma segunda implicação relacionada com a anterior foi a conversão de muitas OSG em instâncias constituídas quase exclusivamente para a negociação e canalização dos recursos do aparelho de desenvolvimento para suas comunidades de base. Em muitos casos essa conversão traduziu-se na reprodução de formas e mecanismos clientelistas e práticas assistencialistas na relação entre as lideranças e suas bases, nos quais os recursos dos projetos de desenvolvimento são usados como meio de legitimação das estruturas centrais das OSG, com o qual frequentemente geraram-se práticas discriminatórias na seleção dos "beneficiários" dos projetos, fortaleceram-se formas de caciquismo político e se constituíram grupos de elite dentro das organizações que concentraram os benefícios do desenvolvimento[328].

Um terceiro aspecto a destacar refere-se ao enfraquecimento produzido na construção social da representação nas OSG. O esforço excessivo que as lideranças deviam dedicar à interação com os agentes externos da cooperação, à negociação de projetos e a sua execução,

---

[327] O restante das categorias de classificação dos objetivos das organizações e as percentagens alcançadas foram: fortalecimento organizativo interno com 13,8%, fortalecimento da identidade cultural com 13,8% e educação e capacitação com 10,3%.

[328] Bretón (2001; 2009).

em detrimento da geração de mecanismos de consulta e de vinculação direta com as comunidades que fortalecesse sua participação, provocou em médio prazo, o enfraquecimento dos fatores simbólicos sobre os quais se constrói e se estabelece a legitimidade da representação nas OSG. Nesses casos as práticas das OSG não se sustentam mais no conjunto de elementos econômicos, sociais, culturais e políticos presentes nas dinâmicas cotidianas de suas comunidades e, por conseguinte, eles também não são potencializados a partir da lógica da organização. Desse jeito, a capacidade de representação das OSG fica reduzida ao âmbito das lideranças e se afasta das dinâmicas concretas vivenciadas pelas organizações de base. Evidentemente, isso conduz ao enfraquecimento do sentido de pertencimento das comunidades em suas OSG e dos processos de construção de uma identidade coletiva a partir da dinâmica promovida por essas organizações. Nessa linha, as lideranças se tornam representantes de suas bases exclusivamente para a negociação de projetos, perdendo-se o sentido da representação na construção de uma perspectiva política do movimento indígena.

O enfoque projetista na atuação das OSG teve uma quarta implicação que se exprime no predomínio do ativismo para alcançar as metas dos projetos. Isso provocou o enfraquecimento dos processos de análise crítica dentro das organizações em relação à realidade social e política, o desgaste das lideranças e a perda de sua capacidade de direção política das organizações. Ao priorizar os assuntos técnicos sobre os políticos, as lideranças delegam nas equipes técnicas contratadas ou nas próprias ONGD o processamento dos temas centrais da pauta imposta pelas agências de desenvolvimento, provocando a tutelagem direta sobre as lideranças, as quais deixam de ter um papel relevante na direção política de suas organizações. Trata-se novamente da primazia do saber técnico como parte do dispositivo de poder do aparelho do desenvolvimento.

Finalmente, uma última implicação refere-se às escassas possibilidades que este processo gera para provocar mudanças relevantes nas condições concretas de vida dos camponeses indígenas, não só devido ao efeito de fatores de natureza estrutural, mas também pela inadequação das ofertas concretas oferecidas pelos projetos em relação às condições específicas das economias camponesas.

4.4 A CRIAÇÃO DE PACHAKUTIK COMO MOVIMENTO POLÍTICO E A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA ELEITORAL DO MOVIMENTO INDÍGENA

A outra modalidade de participação política do movimento indígena em sua relação com o Estado ocorreu pela participação na arena eleitoral por meio da criação de movimentos políticos com uma forte presença das organizações indígenas neles: Isto é, o *Movimiento de Unidad Plurinacional Pachakutik*, com participação direta da CONAIE e o *Movimiento Amauta Yuyai* (inicialmente *Amauta Jatari*) criado pelos indígenas evangélicos vinculados a FEINE, de menor incidência nacional, mas relevante em algumas localidades com maior presença evangélica. A outra organização nacional indígena e camponesa de importância, a FENOCIN, por seus laços históricos com o Partido Socialista, canalizou em várias oportunidades sua participação eleitoral na esfera local ou nacional, por meio desse partido.

O Movimento *Pachakutik* foi constituído em 1995. Sua criação significou uma inflexão nas definições políticas da CONAIE que nos primeiros anos da década de 1990 manteve uma posição de autonomia diante dos processos eleitorais (BECKER, 2015; PACARI, 2009). Um antecedente importante para sua criação foi a construção das alianças estabelecidas entre diversas organizações e movimentos sociais nas lutas de resistência para enfrentar a investida das políticas neoliberais no governo de Sixto Durán Ballén. Nessa direção, especial significado teve a campanha pelo NÃO no plebiscito convocado pelo governo em 1995, no qual se pretendia avançar na privatização do sistema de previdência social e na desregulação laboral dos funcionários públicos. Esta campanha foi impulsionada pelas organizações e movimentos agrupados na *Coordinadora de Movimientos Sociales* (criada no calor das lutas de resistência às políticas neoliberais do governo Durán Ballén). Surpreendentemente, essa campanha levantada pelos sindicatos e organizações populares foi bem sucedida e o NÃO venceu marcando uma dura derrota para o governo e para a maior parte dos partidos e a mídia que apoiavam essa reforma (BARRERA, 2001).

Empolgados por esse resultado, diante da proximidade das eleições gerais de 1996 e das iniciativas existentes dentro do movimento indígena para criar um partido indígena (como foi anunciado por lideranças amazônicas) ou movimentos políticos locais para participar das eleições (a exemplo da Província de Chimborazo), a CONAIE, junto com as diversas organizações que conformavam a *Coordinadora de Movimientos Sociales* e grupos de esquerda afastados dos partidos tradicionais de esta tendência[329], constituíram o *Movimiento de Unidad Plurinacional Pachakutik* como "um espaço amplo, democrático e de inclusão que

[329] Entre os partidos tradicionais de esquerda podemos mencionar: *Partido Socialista*, *Partido Comunista* e *Movimiento Popular Democrático* (de tendência maoísta).

irrompesse nos âmbitos locais e nacionais" (PACARI, 2009, p. 38) e assim, se prepararam para participar das eleições com candidatos próprios em 1996. Para isso, aproveitaram uma reforma constitucional de 1994 que permitia a participação de candidatos independentes na política eleitoral e Pachakutik alcançou o reconhecimento como movimento político (em lugar de um partido político) constituído a partir das organizações sociais[330]. Em aliança com outros setores de centro-esquerda impulsionaram a candidatura do jornalista Fredy Ehlers para a presidência e de Luis Macas como deputado nacional. Representando um momento de ascensão do movimento indígena e das lutas de resistência ao neoliberalismo, com uma votação concentrada especialmente na Serra e na Amazônia, rural e urbana, nessas eleições Pachakutik alcançou conformar uma bancada de deputados (que representava aproximadamente 10% do total de deputados), várias *alcaldias* (prefeituras) e *concejalias* (vereadores) em *cantones* (municípios) destas regiões. Iniciava-se assim, a participação eleitoral do movimento indígena, para atuar na "esfera institucional". A partir desse momento até hoje, nas sucessivas eleições Pachakutik alcançou representação parlamentar ou nas *Asambleas Constituyentes* de 1998 e 2008 e controlou vários governos locais e provinciais.

Embora tivesse sido concebido como um espaço específico diferenciado dos movimentos sociais e da CONAIE (mas influenciado diretamente por eles), orientado para canalizar a participação e as alianças na arena eleitoral, a existência de Pachakutik e o envolvimento de lideranças do movimento indígena na gestão de governos locais ou como representantes e autoridades eleitas no âmbito nacional incidiu fortemente na dinâmica do movimento, nos rumos políticos adotados em diversas conjunturas, nas expectativas de seus militantes, nas práticas políticas das lideranças e autoridades e nas formas de relacionamento com o aparelho do Estado como um todo. De fato, favoreceu a participação indígena em diferentes aparelhos do Estado e, nesse sentido, fortaleceu a tendência dentro do movimento a encaminhar e condicionar sua prática política no campo institucional no aparelho do Estado.

Especial relevância nesta direção teve a participação eleitoral para alcançar o acesso de representantes indígenas aos governos locais naqueles cantões e províncias com significativa presença indígena, na medida em que canalizou boa parte das iniciativas políticas do movimento e do sentido da luta política eleitoral para esses espaços. Inicialmente, o acesso de representantes indígenas à gestão de governos locais suscitou muitas expectativas pelas transformações que pudessem ser empreendidas nesses âmbitos. A captação dos governos locais era concebida pelas organizações indígenas como uma oportunidade de fortalecer as

[330] Sobre o processo de constituição do Movimento Pachakutik, ver Becker (2015); Barrera (2001).

propostas e a consolidação do movimento, construindo alianças com outros setores sociais no âmbito cantonal e regional (CONAIE-RIAD-IULA, 1995, p. 7). No contexto do debate sobre a descentralização do Estado imposto pelas políticas neoliberais (entendida como parte da proposta de redução do aparelho do Estado), as perspectivas de democratização dos poderes locais e de descentralização do Estado foram interpretadas como uma oportunidade de desenvolvimento das propostas de autodeterminação e autonomia indígena (LARREA, 1998b). Nessa linha, a proposta política do Movimento Pachakutik para os governos locais se encaminhava para a construção de "governos municipais descentralizados e democráticos" tomando como eixos centrais de trabalho a "concertação entre diversos atores em nível local", a "democracia participativa", envolvendo a participação das organizações na "formulação, avaliação e controle dos planos de trabalho dos municípios", e "o impulso de um modelo de desenvolvimento sustentável e equitativo na esfera local" (MUPP-NP, 1996).

Ao analisar os conteúdos principais da proposta do Movimento Pachakutik para os governos locais, novamente encontramos a intersecção e complementariedade entre os discursos dominantes no campo político com os existentes no aparelho institucional do desenvolvimento. Cabe salientar que ao enfatizar a concertação de políticas entre os "atores locais" e a "participação cidadã" como parte das propostas de descentralização do Estado e "desenvolvimento local", esses discursos não foram dissonantes com a proposta neoliberal relativa às mudanças necessárias no papel do Estado, em voga no momento. Neste aspecto, também encontramos outra via de subordinação e colonização do discurso das lideranças indígenas pelos discursos dominantes do desenvolvimento, na qual se diluem as possibilidades de um questionamento crítico do sistema capitalista e das condições produtoras das desigualdades sociais. De fato, enfraquecidos os conteúdos contestatórios no discurso do movimento indígena, a partir da perspectiva do multiculturalismo não era difícil assumir os discursos dominantes que colocavam como objeto da atividade política a "concertação dos atores sociais" e como mecanismo prático para sua concretização a "participação cidadã" nos espaços locais.

Duas décadas mais tarde, as reflexões e avaliações das lideranças do movimento indígena sobre o significado político da participação eleitoral por meio de Pachachutik, seus limites e as diversas implicações que teve para o movimento, são ambivalentes e com algumas exceções, sua valoração parece depender mais do acontecido em diversas conjunturas ou em gestões específicas das autoridades eleitas do que de uma visão da participação eleitoral e de suas implicações para o movimento, como um todo. Ainda que algumas lideranças indígenas façam um balanço positivo da experiência de participação política com o Movimento

Pachakutik, pela possibilidade dos indígenas terem acesso aos diferentes cargos no Estado e nos governos locais, a própria experiência de participação e gestão política também expõe seus limites. Assim, para a liderança indígena Lourdes Tibán:

> *El otro hito me parece el tema de la incorporación en la vida política, para bien o para mal porque más ha traído mal que bien, la participación política en el 96. […] Dos conceptos tengo yo, el uno de que permitió al movimiento indígena ingresar adentro al Estado, somos parte del Estado el momento que comenzamos incluso a tener un sueldo del Estado, a jugar con las reglas de ese Estado. A mí me parece bueno que el movimiento indígena haya incorporado en su plan, en su acción, como una herramienta, el meternos adentro. Lo malo que significa para nosotros la política es ahora analizar con qué reglas nos metimos adentro. Nos metimos en la misma dinámica de ese Estado que no fue construido con la participación nuestra. Y lo que terminamos es sumando a una estructura a una decisión a unas normativas que van fuera de la lógica indígena […] En ese sentido a mí me parece que las reglas del juego no han cambiado, así nosotros hayamos participado. Fruto de eso miramos que nos hemos contaminado, nos hemos contaminado en la medida de que ya nos gustó los puestos […]. Nos hemos contagiado de las mismas mañas del Estado que hemos criticado, la corrupción por ejemplo. […]. Entonces desde ese punto de vista, me parece que muchos indígenas quisieran llegar a esos puestos y termina por supuesto dividiendo el movimiento indígena. Eso ha generado diversas tendencias, sobre todo intereses…* (Entrevista Lourdes Tibán, 22 Janeiro, 2015)[331].

Numa linha similar de reflexão sobre as experiências de participação política indígena na gestão de governos locais, após enfatizar as dificuldades para impulsionar nesses espaços as teses políticas do movimento indígena "*de autonomía, de libre determinación, una tesis de construir uma nueva institucionalidad*", devido à necessidade dos funcionários de acatar as mesmas leis vigentes, Humberto Cholango, ex-presidente da CONAIE, realiza o seguinte balanço da participação eleitoral indígena com o movimento Pachakutik:

> *La participación política podríamos decir que hasta estos momentos es ligeramente positiva. Ahora los indígenas logran entrar a alcaldías, prefecturas, juntas parroquiales. Están dentro del ejercicio del poder local. Porque ese poder local antes era para caudillos, para los caciques locales que siempre controlaban absolutamente todo. Eso por lo menos se ha roto. Y claro los indígenas ingresan y como una fuerza distinta, diferente, han demostrado en ejercicios de administración pública algunos de manera eficiente y otros han sido fracasos rotundos. También*

[331] Tradução nossa: "O outro marco parece-me o tema da incorporação na vida política, para melhor ou para pior, porque mais trouxe mal do que bem, a participação política em 96. […] Eu tenho dois conceitos, o primeiro é que permitiu ao movimento indígena entrar no Estado, somos parte do Estado no momento em que inclusive começamos a ter um salário do Estado, jogar com as regras desse Estado. Parece-me bom que o movimento indígena tenha incorporado em seu plano, em sua ação, como ferramenta, entrarmos [no Estado]. A coisa ruim que para a gente significa a política é analisar com quais regras é que entramos. Nós entramos na mesma dinâmica desse Estado que não foi construído com nossa participação. E terminamos somando para uma estrutura, para uma decisão, para umas normativas que estão fora da lógica indígena […] Nesse sentido, parece-me que as regras do jogo não mudaram, ainda que a gente tenha participado. Fruto de isso é que olhamos que nos contaminamos, ficamos contaminados na medida em que já gostamos dos cargos […]. Fomos infectados pelas mesmas artimanhas do Estado que criticamos, a corrupção, por exemplo. […] Então, daquele ponto de vista, parece-me que muitos indígenas quiseram chegar a esses cargos e, finalmente, acabaram dividindo o movimento indígena. Isso gerou diversas tendências, especialmente interesses..."

> *eso ha existido. Lo que sí hay una enorme dificultad de articular eso con un proceso nacional. No se logra hacer eso. Así como hay administraciones y gestiones exitosas, innovadoras, participativas, emblemáticas podríamos llamar, pero son participaciones locales y eso no logramos trascender a nivel nacional. También ha habido errores enormemente graves que han terminado con destitución de autoridades. Que son indígenas que han puesto en entredicho inclusive al propio proyecto político del movimiento indígena o algunos han cogido su propio camino y se han ido, de acuerdo a las coyunturas electorales* (Entrevista Humberto Cholango, 12 maio 2014)[332].

Com um posicionamento bem mais crítico da experiência de Pachakutik, Luis Macas sublinha a reprodução das mesmas práticas políticas dos partidos tradicionais, a perda do sentido político transformador e alternativo com que foi criado o movimento e sua conversão numa plataforma para a formação e ascensão social de uma elite indígena:

> *En la última asamblea del Ecuarunari me decían ahora el Luis Macas plantea la liquidación del Pachakutik. No he dicho en esos términos, pero yo digo no hay ninguna diferenciación como movimiento político del resto de la gama de partidos y movimientos que hay en el país. La única diferencia es cuando los compañeros indígenas están en el cargo. Es indígena y punto. Pero yo sí creo que cuando inicialmente se discutía, porque esto provocó mucha discusión mucho debate en el movimiento indígena, ¿cómo y para qué se plantea una instancia política? Un frente de lucha, así se planteó, un frente institucional de lucha, para de alguna manera facilitar, fortalecer el proceso del movimiento indígena, pero que a la final me parece que estamos distorsionando todo aquello que habíamos pensado antes o más bien se está tergiversando absolutamente todo lo que se había pensado inicialmente para qué se crea el Pachakutik. Además del mismo nombre tener su contenido filosófico, yo creo que en los hechos al menos a estas alturas, del Pachakutik inicial no tiene absolutamente nada, no se reconoce nada. Ha provocado muchas fracciones al interior del movimiento indígena. Mucha gente dirá que no es ese el motivo de la dispersión que se está viviendo. Pero yo creo que sí ha hecho bastante, bastante daño cuando en definitiva no se lleva a cabalidad los principios políticos filosóficos para los que fue creado el movimiento Pachakutik. Ha hecho daño en el sentido de ir generando una élite dentro del movimiento. Ha ido también generando una suerte de vicios dentro de nuestras mismas organizaciones, ambiciones, en definitiva yo digo como si en las organizaciones ven que hay que ascender desde presidente de la comuna, presidente de la organización de segundo grado, etc. Para aprovechar ese espacio.*
> *Creo eso porque no ha habido una evaluación de qué ha significado el movimiento Pachakutik para el movimiento indígena en esta etapa. No se ha generado ningún debate político. No tiene absolutamente ningún contenido político en este momento. La participación yo digo es una participación bastante pobre, vacía, meramente electoral, yo digo que es hasta pernicioso seguir manteniendo como tal, como un espacio político. Porque desde allí se podía generar espacios de alianzas con otros*

[332] Tradução nossa: "A participação política, podemos dizer que até agora é levemente positiva. Agora, os índios conseguem acessar a prefeituras, governos provinciais e juntas paroquiais. Eles estão dentro do exercício do poder local. Porque aquele poder local antes costumava ser para caudilhos, para os caciques locais que sempre controlavam absolutamente tudo. Isso pelo menos foi quebrado. E é claro que os indígenas entraram e, como uma força distinta, diferente, demonstraram na gestão da administração pública, alguns de forma eficiente e outros foram fracassos estrondosos. Isso também aconteceu. O que é realmente difícil é articular isso com um processo nacional. Não se consegue fazer isso. Assim como existem administrações e gestões bem sucedidas, inovadoras, participativas e emblemáticas, podemos chamar, mas são participações locais e não podemos transcender no nível nacional. Também houve erros extremamente graves que acabaram com a remoção das autoridades. Eles são indígenas que puseram em causa até mesmo o projeto político do movimento indígena ou alguns tomaram seu próprio caminho e se foram embora, de acordo com as conjunturas eleitorais".

> *sectores, de discusión de políticas para el movimiento indígena, que no se hace absolutamente nada […]. No hay ningún sentido político, dentro de este espacio que decíamos era para que haya una conducción política alternativa a nivel nacional, a nivel de toda la sociedad. Yo creo que toda la gente ha perdido las esperanzas, la gente ve como una cosa totalmente negativa, la presencia del movimiento la participación de nuestra gente, que no se ha generado cambios* (Entrevista Luis Macas, 6 Maio 2014).[333]

Sem pretender aprofundar, fazer uma aproximação mais detalhada ou avaliar as experiências concretas de gestão de governos locais por parte dos representantes indígenas, tarefas que excedem os limites desta pesquisa, o balanço crítico que Luis Macas faz da experiência de Pachakutik me conduz a ensaiar algumas reflexões sobre as implicações que teve a gestão dos governos locais para o movimento indígena no contexto da adoção do multiculturalismo gerido por representantes indígenas como dispositivo biopolítico da política de administração da população indígena na governamentalidade neoliberal, a partir de algumas observações feitas em anos anteriores no campo, em torno de alguns processos concretos em várias localidades da região Interandina.

Carmen Martínez (2009a, p. 17) sugere a necessidade de estudar melhor o tema das continuidades e similitudes das práticas políticas presentes no movimento indígena em relação a outros grupos e com a cultura política nacional, pois comumente foi assumido que os indígenas trazem visões alternativas. Esta é uma questão chave, pois não é apenas por estar obrigados pelas mesmas leis que as gestões locais de autoridades indígenas reproduzem práticas políticas similares àquelas que imperam na política nacional, como sugerem os

---

[333] Tradução nossa: "Na última assembleia do Ecuarunari disseram-me que agora Luis Macas propôs a liquidação de Pachakutik. Eu não falei nesses termos, mas eu digo que não há nenhuma diferença como movimento político do resto da gama de partidos e movimentos no país. A única diferença é quando os camaradas indígenas estão no cargo. É indígena e ponto final. Mas eu acho que, quando inicialmente se discutia, porque isso provocou muita discussão e debate no movimento indígena, como e para que se propõe uma instância política? Uma frente de luta, assim se propôs, uma frente institucional de luta, para facilitar, fortalecer o processo do movimento indígena, mas, no final, penso que estamos distorcendo tudo o que pensamos antes, ou seja, está se deturpando tudo o que inicialmente se pensava para o que Pachakutik foi criado. Além do mesmo nome que tem seu conteúdo filosófico, eu penso que nos fatos, pelo menos neste ponto, do Pachakutik inicial não tem absolutamente nada, não se reconhece nada. Isso causou muitas divisões dentro do movimento indígena. Muitas pessoas dirão que este não é o motivo da dispersão que está sendo vivenciada. Mas eu acho que tem feito muito, muito dano, quando, em suma, não se cumprem os princípios políticos filosóficos para os quais o movimento Pachakutik foi criado. Isso fez mal no sentido de gerar uma elite dentro do movimento. Também tem gerado muitos vícios dentro de nossas próprias organizações, ambições, em suma, eu digo como se nas organizações estão vendo que se deve ascender de presidente da comuna para presidente da organização de segundo grau, etc. Para aproveitar esse espaço".
"Eu penso isso porque não houve uma avaliação do que o movimento Pachakutik significou para o movimento indígena nesta etapa. Nenhum debate político foi gerado. Não tem absolutamente nenhum conteúdo político neste momento. A participação, digo, é uma participação bastante pobre, vazia, meramente eleitoral. Eu digo que é mesmo pernicioso continuar a mantê-lo como tal, como um espaço político. Porque a partir daí podia gerar espaços de alianças com outros setores, de discussão de políticas para o movimento indígena, mas não se faz absolutamente nada [...]. Não tem nenhum sentido político, neste espaço que dizíamos era que houvesse uma direção política alternativa a nível nacional, em nível de toda a sociedade. Eu acho que todas as pessoas perderam a esperança, as pessoas veem como uma coisa totalmente negativa, a presença do movimento, a participação do nosso povo, que não gerou mudanças".

depoimentos de Lourdes Tibán e Humberto Cholango. Em múltiplas ocasiões, a reprodução dessas práticas se converteu num imperativo do mesmo exercício do poder político e para garantir sua continuidade, ainda mais quando as autoridades indígenas eleitas tinham que enfrentar uma oposição constante dos setores mestiços dos povoados urbanos, oposição marcada por preconceitos racistas e pela negativa em admitir que um indígena ocupe o mais alto cargo no governo local[334]. Nesse sentido, no exercício dos governos locais por parte de representantes indígenas esteve presente uma permanente busca de legitimação de suas gestões diante dos setores mestiços urbanos, uma necessidade de demostrar sua capacidade e, portanto, de igualar-se aos mestiços, com uma série de implicações para sua prática política. Essa necessidade de legitimação se exprimiu com clareza num depoimento do *ex-Alcalde* de Saquisili (na Província de Cotopaxi na Serra central), no qual diante da oposição dos mestiços urbanos, ele como índio tinha que: "demostrar que realmente a administração estava fazendo com uso de razão" (LARREA, 2001, p. 52). Nesse caso, para demostrar que podia ser considerado um homem dotado de razão, o *Alcalde* índio devia empreender um trânsito continuo pela "fronteira étnica"[335], assumindo constantemente elementos, códigos simbólicos e valores presentes na cultura política local, que levaram a sua transformação pessoal e a incorporação na sua prática política de uma masculinidade dominante, relacionada às dinâmicas específicas de dominação étnica e de gênero (em contraste com uma masculinidade desvalorizada por sua condição de índio) necessária para o exercício do poder e para ser aceito e reconhecido como autoridade (LARREA, 2001). Este exemplo referente à necessidade de legitimação política das autoridades indígenas apelando para as práticas e formas tradicionais dominantes da atuação política presentes na cultura política local ilustra uma problemática muito mais complexa referente à prevalência de relações interétnicas e de poder discriminatórias e ao lento processo de mudanças produzidas com a irrupção do movimento indígena e o acesso aos governos locais.

Ao mesmo tempo é indicativo do rumo político adotado pelas autoridades indígenas na gestão dos governos locais e dos limites de sua proposta política centrada na "concertação de

---

[334] Segundo a percepção mestiça dos povoados urbanos "… *porque un indio no debe estar al mando de la Alcaldía",* como mostra em detalhe Larrea (2001).

[335] Andrés Guerrero retoma a noção de fronteira étnica desenvolvida por Frederik Barth (1976), como uma noção útil para entender as modificações das formas de dominação étnica na Serra equatoriana se ela estiver redimensionada com outros vínculos conceituais para superar o caráter estático e de permanência presente na concepção de Barth. Guerrero a associa de um lado com as noções de campo, *habitus* e estratégias de força de P. Bourdieu, e de outro, vincula a divisão dual que provoca a fronteira étnica com a noção de "ordem dicotómico compulsivo" (de Judith Butler, referente à dominação de gênero), enquanto matriz binária de percepção mental, de "classificação e hierarquização social e política que instaura a construção discursiva da diferença e funda a dominação na ordem simbólica" (GUERRERO, 1998, p. 114).

atores locais" e a "participação cidadã"[336]. Com efeito, no discurso dos representantes indígenas que assumiram os governos locais fica explícita a proposição de fazer um "governo para todos", ou, como no caso do governo provincial de Cotopaxi, em que se falava do "governo circular" (TIBAN e GARCIA, 2008) supostamente baseado numa concepção cultural indígena, para se referir a uma pretendida igualdade entre a população mestiça e indígena na hora da participação nas decisões do governo local.

Nessas proposições reproduziram-se as noções de tolerância à diversidade características do discurso do multiculturalismo no neoliberalismo, desta vez a partir das autoridades indígenas, como parte de sua estratégia para que fossem reconhecidos como autoridades e para sua legitimação nos aparelhos institucionais dos governos locais, predominantemente dominados por funcionários mestiços. Evidentemente, a igualdade e inclusão no "governo para todos" referia-se fundamentalmente à diferenciação étnica entendida basicamente como diferença cultural. Dessa forma, se colocava um limite na gestão dos governos locais, que deixava de fora a possibilidade de intervenção sobre as diferenças e desigualdades socioeconômicas, ligadas ao acesso aos recursos ou a possibilidade de estabelecer qualquer tipo de limitações ou regulações dos setores econômicos dominantes (especialmente os agronegócios para exportação a exemplo das empresas florícolas). Eram toleradas então, pequenas reformas que não questionavam a supremacia das classes dominantes, circunscrevendo assim a participação popular dentro de rigorosas fronteiras (KATZ, 2008). Daí que na atuação desses governos locais "alternativos" não se identifiquem conquistas substanciais relacionadas à melhoria das condições socioeconômicas dos setores mais empobrecidos da população[337], nos quais as comunidades indígenas estão incluídas.

Dissolvia-se assim, a possibilidade da construção de um projeto político popular com forte participação indígena que quebrasse as condições de dominação e exclusão e que articulasse as lutas locais com as reivindicações dos movimentos por transformações no nível nacional. Igualmente, desaparecia do horizonte político no discurso da gestão indígena dos governos locais, a possibilidade de construção de autonomias (em aliança com outros setores empobrecidos), ainda presente na retórica e discurso do movimento indígena em âmbito nacional. Nesse contexto, observando a trajetória das distintas experiências de governos locais

---

[336] Este elemento foi considerado o principal distintivo e logro da gestão de alguns governos locais indígenas, tanto no discurso das lideranças, autoridades e funcionários do movimento indígena como nos estudos que se aproximaram a essas experiências (ORTIZ, 2004; CAMERON, 2008; TIBAN e GARCÍA, 2008; OSPINA et al, 2006). As experiências mais divulgadas foram as de Cotacachi, Guamote, Saquisilí e do Governo Provincial de Cotopaxi, as quais tiveram um forte apoio de ONGD.

[337] Este limite é reconhecido nos trabalhos de Tibán e García (2008, p. 291), Ortiz (2004, p. 185-186), Cameron (2008, p. 226) e Ospina et al (2006, p. 60-64).

indígenas, o sentido principal da proposição do "governo para todos" ou do "governo circular" orientou-se fundamentalmente para favorecer a aceitação e o respaldo dos setores mestiços em relação à presença da representação indígena nos governos locais. Não se tratou então de promover uma inclusão efetiva das comunidades camponesas indígenas com seus interesses específicos na gestão desses governos, mas a participação dos setores mestiços (e dentro deles especialmente setores médios) que foram os verdadeiramente incluídos no "governo para todos" liderado por um indígena. Observamos diretamente este aspecto nos casos de Cotacachi, Saquisilí e do governo Provincial de Cotopaxi. Em síntese, pode-se afirmar que nestas experiências, "os processos participativos" abertos por estes "governos alternativos" promoveram e articularam a participação dos setores mestiços urbanos mais do que das comunidades indígenas[338], como um mecanismo de legitimação da gestão dos representantes indígenas[339].

De outro lado, se boa parte da gestão dos governos locais liderados por autoridades indígenas se orientou na busca de legitimação diante do mundo mestiço urbano, no que diz respeito à relação dessas autoridades locais com as comunidades indígenas e com as organizações de segundo grau (OSG) que respaldaram sua eleição, também se assumiram e reforçaram práticas ligadas à cultura política local, especialmente aquelas relativas à reprodução de mecanismos e redes clientelistas[340]. Essas redes clientelistas se tecem através da relação pessoal das autoridades locais com lideranças comunitárias ou das mesmas OSG, geralmente vinculados aos grupos de parentesco com poder em suas respectivas comunidades ou espaços locais. A obtenção de recursos para pequenas obras comunitárias por meio da relação com as autoridades (muitas vezes reforçada por laços de parentesco ritual por meio do compadrio) no âmbito destes mecanismos clientelistas, em ocasiões é a única forma de garantir esses recursos para as comunidades ao mesmo tempo em que realça o prestigio

[338] Em variadas ocasiões nos casos de Cotopaxi e Cotacachi, o conjunto de elementos postos em jogo nos debates públicos nos processos participativos, tais como os temas de discussão, os códigos tecnocráticos do aparelho do desenvolvimento, a língua (espanhol), etc. constituíam limitantes permanentes que travavam as possibilidades de participação e a expressão direta das comunidades indígenas (embora estivessem presentes), excluindo assim uma participação mais ativa e apenas as lideranças treinadas e imbuídas do instrumental tecnocrático tinham uma participação direta.

[339] Esta estratégia de legitimação dos governos locais liderados por indígenas pode ser considerada como uma resposta ao racismo existente nas áreas urbanas de povoados e cidades pequenas, nas quais se concentrava o poder administrativo nas mãos de mestiços e onde frequentemente o racismo caracterizava a relação entre mestiços e indígenas no trato cotidiano. Daí a valorização que as comunidades indígenas tinham do simples acesso de indígenas aos governos locais, manifestado como um motivo de orgulho diante do mundo branco-mestiço.

[340] Compreendo o clientelismo como uma prática política por meio da qual os funcionários que desempenham algum cargo público outorgam favores de acordo com sua função ou encaminham decisões para a entrega de bens, obras ou investimentos públicos nas localidades para pessoas com influência ou lideranças comunitárias em troca de respaldo político.

dessas lideranças com suas bases. As autoridades locais de sua parte procuram expandir ao máximo possível o reconhecimento e o respaldo da sua gestão por meio da entrega destes recursos e a obtenção da lealdade das lideranças comunitárias, que provoca a dispersão dos investimentos em um sem-número de pequenas obras em distintas localidades[341].

À permanência de mecanismos clientelistas na gestão local deve-se agregar a escassa capacidade das OSG que contribuíram na eleição dos representantes indígenas nos governos locais, para gerar proposições e reivindicações tendentes a alterar esses mecanismos clientelistas e as formas de exercício do poder nos governos locais. Uma vez conquistado esse espaço, as OSG assumiram um papel passivo, estando obrigadas a respaldar seus representantes diante dos questionamentos que provinham de outros setores e encontrando-se impossibilitadas de confrontar sua gestão (também não tinham maiores razões para fazê-lo na medida em que se acomodavam facilmente nas redes clientelistas), diante do risco de perder os espaços que tinham conquistado.

Consequentemente, a dinâmica das organizações camponesas e indígenas que projetaram o acesso de seus representantes indígenas aos governos locais esteve fortemente subordinada à gestão de seus representantes, reafirmando modalidades personalizadas de liderança nessa gestão, independentemente da construção de um projeto político das organizações[342]. Desta forma, a participação política foi um condicionante que marcou as orientações e dinâmicas das organizações, provocando continuas disputas entre as lideranças, com o objeto de acessar possíveis candidaturas como um mecanismo de mobilidade social.

É nessa direção que aponta o questionamento de Luis Macas quando fala da criação de uma "elite" indígena como resultado do processo de participação política de Pachakutik, concomitantemente com a perda do sentido político do movimento. Com efeito, a prevalência e a ampliação das relações e as redes clientelistas derivaram na constituição de práticas políticas e estilos cacicais de liderança, que se refletem no fato de que grande parte das autoridades indígenas eleitas para o exercício de cargos nos governos locais desempenhou previamente funções diretivas em suas comunidades ou nas OSG e em vários casos foram funcionários de entidades e projetos indígenas na institucionalidade estatal (a exemplo do PRODEPINE). Posteriormente estas autoridades indígenas foram reeleitas e depois continuaram sua carreira política atuando como candidatos e passando de cargos do âmbito

[341] A dispersão dos investimentos e a importância das relações clientelistas na dinâmica da gestão local no caso do governo provincial de Cotopaxi é ressaltado no trabalho de Ospina et al (2006, p. 82-101) como uma constante nos depoimentos recolhidos de lideranças do Movimento Indígena desta província, assim como das próprias autoridades e funcionários.

[342] Observamos este aspecto nas organizações indígenas de Saquisilí, Guamote e Cotacachi, assim como no governo provincial de Cotopaxi.

local para o nível provincial ou nacional[343]. A isso se soma que estas lideranças geralmente provêm de famílias com maiores recursos econômicos dentro das comunidades, diferença que se vê reforçada com o acesso aos cargos políticos. Na opinião da liderança e intelectual indígena Floresmilo Simbaña, essas "elites" indígenas envolvidas na participação política eleitoral reforçaram uma tendência presente no movimento indígena que ele qualifica de "capitalismo índio", para sublinhar o uso de um discurso etnoinstitucionalista vinculado à intencionalidade de obter melhoras econômicas por parte dessas lideranças e autoridades indígenas[344]. Após duas décadas de iniciado o processo de participação política, serão essas "elites" de autoridades eleitas e candidatos que definirão nos âmbitos provinciais as alianças políticas eleitorais de Pachakutik, algumas delas "meio estranhas"[345], e outras dessas figuras utilizarão seu caudal eleitoral para atuar como operadores políticos do governo ou para se apresentar como candidatos de outros partidos políticos.

4.5 A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA INDÍGENA NA GESTÃO DO ESTADO NEOLIBERAL NO GOVERNO DE LUCIO GUTIÉRREZ

"Pacari e o Gabinete em uma limpeza xamânica", este era o título de uma matéria[346] do jornal *El Comercio* de Quito no dia 8 de fevereiro de 2003, a qual relatava a celebração de um ato ritual realizado no dia anterior na Chancelaria, "planejada para purificar o Presidente Gutiérrez e sua comitiva" antes de sua viagem para os Estados Unidos. A crônica da imprensa detalha o ato, dando conta dos elementos simbólicos e da ritualização encenada graças à presença indígena no governo de Gutiérrez de uma de suas principais representantes, Nina Pacari, que ocupava o mais alto cargo do Ministério das Relações Exteriores[347]. O dispositivo do multiculturalismo no neoliberalismo tinha sido instalado no cerne do poder do Estado:

> Os arranjos florais e as fitas multicoloridas que adornavam a fonte de pedra e a porta principal do Palácio de Najas deram vida ontem à atmosfera sóbria da chancelaria. O chuvisco que começou a cair ameaçou ofuscar o primeiro ato artístico com o qual a chanceler Nina Pacari e o Gabinete testemunharam uma cerimônia carregada de simbolismo andino. A chuva passou. Isso permitiu que uma dúzia de *corazas* e *sanjuanes* - dançantes indígenas- continue ensaiando alguns passos, enquanto uma

[343] Uma análise da trajetória dos candidatos indígenas especialmente pelo movimento Pachakutik nas eleições de 2013 feito por Sánchez Parga (2013) mostra com clareza este aspecto.
[344] Entrevista Floresmilo Simbaña, 1 maio 2014.
[345] A expressão é de Luis Macas, referindo-se a alianças operadas em nível local ou provincial alcançadas pelo movimento Pachakutik nas eleições provinciais e locais de 2014 com o partido do governo de Correa (*Alianza País*) ou com partidos identificados com tendências políticas de direita (entrevista Luis Macas, 6 maio 2014).
[346] *Diario El Comercio*, "*Pacari y el gabinete en una limpia Shamánica*", 08-02-2003.
[347] "Se os meios de comunicação são tão importantes nas democracias modernas, isso não se deve apenas ao fato de permitirem o controle e o governo da opinião pública, mas também e sobretudo porque administram e dispensam a Glória, aquele aspecto aclamativo e doxológico do poder que na modernidade parecia ter desaparecido" (AGAMBEM, 2011, p. 8).

> banda de música acendeu o humor com o clássico '*Chulla Quiteño*'. Sob o pórtico da chancelaria, os diferentes embaixadores e funcionários deste ministério começaram congregar-se. Havia também membros do corpo diplomático acreditado no país [...] A chanceler reaparecia no meio de dois *corazas* e quatro mulheres indígenas que faziam uma corte de honra simbólica, enquanto o ballet *Jacchigua* iniciava com as celebrações. Sete crianças indígenas começaram a circundar a fonte enfeitada, portando estandartes vermelhos. Foram seguidos por duas crianças que também dançaram com suas saias (*anacos*), enquanto a dúzia de *corazas* e *sanjuanes* terminara com o ato. A embaixadora dos Estados Unidos, Kristie Kenney, chegou um pouco tarde e teve que atravessar, no meio das danças, até onde estava a chanceler. Pacari convidou os quase 150 participantes para os salões da Chancelaria para continuar com a celebração. Sob o olhar inerte dos próceres que decoram o Salão, o *alcalde* (prefeito) de Cotacachi e cunhado da ministra, Auki Tituaña, abriu a cerimônia com um discurso emotivo. Ele a chamou de "Chanceler da Esperança" [...]. A ministra do Comércio Exterior, Ivonne Baki, foi a última a se juntar ao evento. Desculpou seu atraso com um beijo efusivo para Pacari. Após disso ela cantarolou [...] alguns versos da *'Malagueña'*. A cerimônia concluiu com um brinde de *rosero* e *chicha*, acompanhado de empanadas e outros petiscos típicos *imbabureños* [...].

Nesta viagem aos Estados Unidos, o presidente Lucio Gutiérrez assinou uma nova Carta de Intenções com o Fundo Monetário Internacional[348], marcando claramente o terreno da ortodoxia neoliberal em que sua política econômica e fiscal se movimentaria, sob a condução do Ministro da Economia Mauricio Pozo. Depois de ser recebido pelo presidente George W. Bush, Gutiérrez declarou: "Nós lhe dissemos que queremos nos tornar o melhor aliado e amigo dos Estados Unidos, na luta pela paz no mundo, por fortalecer a democracia, para reduzir a pobreza, para combater o narcotráfico e para acabar com outro flagelo, o terrorismo"[349]; umas horas antes, ele manifestou que uma das prioridades de seu governo seria a luta contra o terrorismo e o narcotráfico e a intenção de seu governo de respaldar as iniciativas do presidente colombiano Álvaro Uribe em torno ao conflito colombiano. Definia-se assim, um alinhamento claro com a política norte-americana e o Plano Colômbia. A viagem ocorreu algumas semanas antes do início da invasão dos EUA no Iraque, quando a doutrina da "guerra preventiva" já tinha sido adotada pelo Pentágono.

Uma matéria do jornal *El Universo* descreve o ato de assinatura da Carta de Intenções com o Fundo Monetário Internacional da seguinte maneira:

> Os risos iam e vinham, apertos de mão, abraços e palmadinhas nas costas. Tudo era bem-vindo para parabenizar. A razão? "Um triunfo para o povo do Equador". A conquista equatoriana, de acordo com o presidente Lucio Gutiérrez, foi ter assinado a Carta de Intenções para um acordo de 200 milhões de empréstimos com o Fundo Monetário Internacional (FMI). O documento contou com as assinaturas de

---

[348] Em uma análise do primeiro mês do governo de Gutiérrez, o pesquisador Manuel Salgado apontava que a Carta de Intenções foi assinada "sem objetar nem uma única linha das 22 condições impostas, todas lesivas para os interesses nacionais" (SALGADO, 2003). A assinatura da Carta de Intenções também contemplava a entrega de empréstimos do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

[349] *Diario El Comercio*, 12-02-2003

> Gutiérrez; o ministro de Economia, Mauricio Pozo; o presidente do Banco Central, Mauricio Yépez e Horst Kohler, diretor-gerente do FMI. A chanceler, Nina Pacari; o embaixador itinerante em Washington, Guillermo Lasso; e o deputado Renán Borbúa, que também participaram da reunião, sorriam confirmando as declarações do Presidente que, ao sair, insistia em esclarecer que era "um momento de alegria para o país"[350].

Enquanto isso, desde a semana anterior, os responsáveis políticos nacionais do Movimento *Pachakutik*, liderados pelo dirigente indígena Miguel Lluco (então Coordenador Nacional do Movimento), Leonidas Iza (Presidente da CONAIE), os membros indígenas e mestiços do bloco parlamentar do Movimento e aqueles que assumiram alguns cargos no governo Gutiérrez se esforçavam para explicar o sentido da aliança com Lucio Gutiérrez e *Sociedad Patriótica* (seu partido) e sua permanência no governo, bem como justificar o alcance das medidas econômicas tomadas pelo governo (que incluíram o aumento de combustíveis e tarifas de eletricidade) e a assinatura da Carta de Intenções com o FMI[351], claramente contrária à orientação de suas propostas políticas até então. A própria Nina Pacari defendia as medidas econômicas afirmando que "elas tinham outras dimensões que não estavam no governo anterior"[352].

Tenho me detido nestes acontecimentos conjunturais para ilustrar as ambiguidades e contradições que significaram a participação do Movimento Pachakutik e do movimento indígena (especificamente a CONAIE) no governo Gutiérrez, com o seu posicionamento claro enquadrado no Estado neoliberal. A aliança com Gutiérrez foi o corolário da orientação eleitoreira e pragmática assumida no movimento Pachakutik, tanto por um setor de lideranças indígenas como pelo grupo político que aglutinava militantes mestiços urbanos liderados por Augusto Barrera e Virgilio Hernandez[353], que tiveram responsabilidade direta na condução do Movimento Pachakutik na época. Na decisão tomada pelo Pachakutik para estabelecer a aliança eleitoral com Lucio Gutierrez prevaleceram cálculos eleitoreiros, a fim de manter o nível de representação parlamentar do movimento, num momento em que os conflitos internos e as diversas posições tomadas por muitos setores que o conformaram (incluindo os conflitos internos da CONAIE) faziam prever um recuo eleitoral. Nesses cálculos não se

---

[350] *Diario El Universo, "Gobierno firmó Carta de Intención con FMI"*, 11-02-2003.

[351] Entre um vai e vem de declarações dos responsáveis políticos do movimento Pachakutik, Fernando Buendía, que tinha sido nomeado assessor do Ministro de Economia Mauricio Pozo como quota política de Pachakutik, apos da visita que o Ministro e sua equipe fizeram ao Fundo Monetário previamente a assinatura da Carta de Intenções, declarou que o FMI tinha uma atitude sensível e humana diante dos problemas do Equador.

[352] *Diario Hoy, "Nina Pacari defiende el Programa Económico",* 3-02-2003.

[353] Este setor político mais tarde se separará de Pachakutik e estabelecerá uma aliança duradoura com *Alianza País* o partido do governo de Rafael Correa, ocupando cargos significativos nele. Augusto Barrera foi alcalde (prefeito) da capital Quito e Virgilio Hernández, que foi membro da *Asamblea Constituyente* e posteriormente da *Asamblea Nacional* por dois períodos consecutivos.

considerava a possibilidade de ganhar as eleições e assumir o governo[354], pelo que o acordo com Gutiérrez não se baseou em conteúdos programáticos compartilhados ou em um projeto político que pudesse guiar a ação de um possível governo de coalizão. Consequentemente, não se pode sustentar que a orientação assumida pelo governo Gutiérrez desde o início de seu mandato fosse uma traição ao movimento indígena e a Pachakutik, como foi dito insistentemente pelas lideranças indígenas e o setor mestiço de Pachakutik, após a ruptura da aliança.

Não foi durante o governo de Lucio Gutiérrez a primeira vez que altos dirigentes ou representantes do movimento indígena participavam ocupando cargos importantes em governos com orientação neoliberal. Anteriormente, a cooptação de lideranças do movimento para ocupar cargos já ocorreu no governo Bucaram com a nomeação de Rafael Pandam, então vice-presidente da CONAIE, como Ministro do chamado Ministério de Assuntos Indígenas, de curta duração, causando fraturas sensíveis na CONAIE. No governo de Gustavo Noboa, Luis Maldonado, liderança e intelectual do movimento indígena, ocupou o portfólio do *Ministerio de Bienestar Social*. Estes foram os casos mais renomados.

No entanto, também deve ser considerada a incorporação de funcionários indígenas (lideranças ou representantes de organizações indígenas) nos diferentes níveis da administração pública (ministérios e *gobernaciones*, *jefaturas* e *tenencias* políticas, outras funções do Estado), dependendo da capacidade de negociação de cargos de cada uma das organizações indígenas com os diferentes governos. Esses funcionários tiveram pouca margem de manobra (mesmo quando foram ministros) na definição das políticas públicas e nenhuma possibilidade para a revisão das políticas econômicas. Como já foi apontado, junto com os funcionários indígenas eleitos, em várias ocasiões favoreceram a implantação de mecanismos clientelistas encaminhados para as organizações indígenas de base por sucessivos governos.

Contudo, no caso da participação de lideranças indígenas no governo Gutiérrez, há uma diferença fundamental, pois não foi resultado de uma decisão individual de participar, nem de uma definição autônoma de alguma das organizações de base ou regionais vinculadas ao movimento indígena. Neste caso, foi uma decisão tomada pelo movimento indígena como um todo, por meio de sua principal expressão política no movimento Pachakutik, com a participação não só das lideranças indígenas, mas também de todos os setores mestiços ligados a ele.

---

[354] Pacari (2009).

Da mesma forma, foi uma participação de maior magnitude. No início da aliança, o Movimento Pachakutik assumiu 4 ministérios (*Ministerio de Relaciones Exteriores*, *Ministerio de Agricultura y Ganadería*, *Ministerio de Educación* e *Ministerio de Turismo*), diversas secretarias em distintos ministérios, a *Secretaría de Diálogo*[355], a *Subgerencia del Banco Ecuatoriano de Desarrollo* (BEDE)[356] e uma variedade de posições em diferentes instâncias governamentais nos múltiplos níveis da administração no âmbito nacional ou provincial. Nesse sentido, atravessou todo o movimento indígena nas suas expressões provinciais e nacionais.

As possibilidades de desenvolver uma agenda própria de Pachakutik em algumas áreas (agricultura, educação), com certa autonomia da orientação predominante no governo Gutiérrez, que ao início do governo já eram limitadas, foram se restringindo cada vez mais. Ao mesmo tempo, as tensões e confrontações entre as diferentes posições dentro de Pachakutik, da CONAIE e entre essas instâncias organizativas exacerbaram-se, bem como as ambiguidades e contradições dos representantes do movimento quanto ao significado da aliança com Gutiérrez e sua participação no governo. Em agosto de 2003, produziu-se a ruptura da aliança e a demissão dos membros mais importantes do movimento Pachakutik do governo, após o anúncio da decisão de Gutiérrez de "pôr fim à aliança" diante da "atitude de Pachakutik de não agir em função da aliança"[357], ruptura provocada uma vez que o bloco parlamentar de Pachakutik não apoiou no Congresso a aprovação do projeto de *"Ley de Servicio civil y carrera administrativa"*, que foi um dos compromissos acordados na Carta de Intenções com o FMI[358] e que originalmente contemplava, entre outros aspectos controversos, o aumento da jornada laboral para 44 horas por semana para os funcionários públicos. Duas semanas antes, Gutiérrez afastou do governo a ministra da Educação, Rosa María Torres, por fazer declarações nas quais criticava a gestão governamental[359].

O fim da aliança, embora supusesse o fim da participação oficial de Pachakutik no governo de Gutiérrez e a saída de suas principais figuras políticas, não significou uma ruptura com o conjunto do movimento indígena. Muitos dos quadros intermediários, especialmente em algumas províncias, ficaram e continuaram a colaborar com o governo (desta vez não mais sob o guarda-chuva político de Pachakutik). Além disso, dentro da CONAIE e Pachakutik no

---

[355] Secretaria criada pelo governo Gutiérrez para favorecer o diálogo com diversos setores políticos e da sociedade civil para o planejamento das políticas publicas, encarregada a Augusto Barrera, também de curta duração.
[356] Na figura de Olmedo Iza, irmão de Leonidas Iza (então presidente da CONAIE).
[357] *Diario El Comercio, "Pachakutik se quedó fuera del poder",* 7-08-2003.
[358] Ver *Diario El Comercio, "La alianza de gobierno cerca del fin",* 6-08-2003
[359] Ver *Diario El Comercio, "El presidente canceló a la ministra Torres",* 22-07-2003.

momento da ruptura da aliança com Gutiérrez, havia um setor que defendia a permanência no governo, pelo qual, diante das dificuldades de alcançar um consenso interno, o movimento Pachakutik não tomou a decisão de romper a aliança após a separação da ministra da educação e seria o próprio governo Gutiérrez, antecipando-se a uma eventual decisão de Pachakutik, quem anunciou que a aliança tinha chegado ao fim. Esta situação de divisão interna em relação ao futuro da aliança foi claramente evidenciada, quando no dia seguinte de anunciada a ruptura, 40 dirigentes da CONFENIAE liderados pelo ex-ministro Pandam (no governo Bucaram) reuniram-se com o presidente Gutiérrez e anunciaram seu respaldo para sua gestão[360]. A notícia que deu conta deste fato acrescentou:

> Gutiérrez cumprimentou o gesto dos amazônicos, liderados pelo ex-ministro indígena de Abdalá Bucaram e atual vice-presidente dessa organização[361], Rafael Pandam. A delegação subiu ao salão de banquetes, ignorando o portão de segurança, acompanhada pelo Ministro da Energia, Carlos Arboleda. Após os discursos, o presidente disse que manterá seus contatos com as bases indígenas e o povo em geral sem olhar para a sua tendência política. [...] Após a partida de Pachakutik, conheceu-se que o presidente Gutiérrez e seu círculo íntimo estão determinados a fortalecer suas bases populares, especialmente em setores indígenas, para fissurar o movimento da CONAIE e também para organizar uma grande marcha de apoio ao governo para 21 de agosto, dia em que os movimentos sociais farão uma jornada de protesto. Alguma coisa como uma contramarcha[362].

Aqui se evidencia o grau que alcançou no governo Gutiérrez a cooptação de representantes do movimento indígena e sua conversão na figura do "índio permitido", iniciada nos governos anteriores, como parte da política de administração de populações e do dispositivo multicultural na governamentalidade neoliberal. Os "contatos com as bases indígenas" e a perspectiva de Gutiérrez e seu partido para fortalecer "suas bases populares, especialmente em setores indígenas", não começam a partir da ruptura com Pachakutik, mas já estavam presentes desde o início de sua gestão e marcaram seu relacionamento com as lideranças de Pachakutik e da CONAIE. A novidade que adicionou a ruptura com Pachakutik foi a tentativa explícita para afastar as dinâmicas das organizações de base da CONAIE da influência das lideranças e setores que eventualmente poderiam confrontar com o governo, promovendo assim rupturas e divisões presentes nesta organização. Ao mesmo tempo, o governo procurava expandir e fortalecer o apoio de outras organizações indígenas, como a FEINE, expressão da vertente evangélica no movimento indígena. Tudo isso, constituiu um passo adicional e mais refinado que visava desmobilizar o movimento indígena em suas

---

[360] Ver *Diario El Comercio*, "*Gutiérrez redefine su tablero político",* 8-08-2003.
[361] Refere-se à CONFENIAE, filial regional da CONAIE.
[362] *Diario El Comercio*, "*Gutiérrez redefine su tablero político",* 8-08-2003.

concepções contestatórias, articulando suas várias expressões organizativas ao redor de mecanismos clientelistas, por meio dos quais se entregavam cargos públicos e recursos para obras e pequenas iniciativas de desenvolvimento nas comunidades em troca de apoio das comunidades para o governo[363]. Esta política foi afirmada alguns meses depois com a nomeação da liderança amazônica Antonio Vargas como *Ministro de Bienestar Social*. Vargas, ex-presidente da CONAIE e da OPIP, que para esse momento tinha reestabelecido sua base de apoio na Amazônia e com a FEINE, e que mantinha uma série de relações e contatos com várias organizações locais e provinciais da CONAIE na Serra central, permaneceu a frente do referido ministério até a queda do governo Gutiérrez[364].

A participação indígena no governo Gutiérrez marcou profundamente o movimento indígena como um todo e teve repercussões duradouras. Muitos autores referem-se a ela como uma das principais razões que causaram uma crise do movimento indígena (ZAMOSC, 2007; CERVONE, 2009; MARTÍNEZ, 2005). A partir de um olhar atual, também para muitas das lideranças indígenas, essa participação foi um equívoco do movimento pela falta de clareza nos conteúdos políticos e programáticos da aliança com Gutiérrez[365]. Os mecanismos de cooptação clientelista que o governo Gutiérrez desenvolveu penetraram todo o movimento e em todas as suas expressões organizativas até o nível das comunidades, passando por todas as estruturas intermediárias do arcabouço organizacional. No entanto, isso foi possível não só por causa das intenções do governo Gutiérrez e pela sua proximidade do movimento indígena e da sua dinâmica. No reverso da medalha desses mecanismos implantados pelo governo Gutiérrez, encontramos as concepções, aspirações e práticas das organizações indígenas e seus representantes, em seus diferentes níveis organizativos, modeladas desde anos anteriores pela política neoindigenista de administração de populações, isto é como uma biopolítica direcionada para as populações indígenas, e dentro dela pelos dispositivos do multiculturalismo e do aparelho institucional do desenvolvimento no contexto da

---

[363] Inclusive o governo Gutiérrez tentou criar uma nova organização indígena chamada de FEDEPICNE (*Frente de Defensa de los Pueblos Indígenas, Campesinos y Negros del Ecuador*), nucleada en torno aos mecanismos clientelistas implantados nesse governo. Ainda que esta nova organização não conseguisse se consolidar no cenário das organizações indígenas nacionais no Equador, a rede de relacionamentos e lealdades nas comunidades construída a partir desses mecanismos clientelistas se mantêm um tempo depois como foi evidenciado pelo respaldo eleitoral que teve o partido de Gutiérrez (*Sociedad Patriótica*) nas províncias da Serra central e Amazônia, igualmente nas áreas rurais da Costa equatoriana em distintas eleições à queda do governo Gutiérrez.

[364] Vargas canalizou o respaldo dos indígenas evangélicos para Gutiérrez e dos outros setores mencionados promovendo sua mobilização em defesa do governo até sua derrubada. Dividida e desmobilizada, a CONAIE não conseguiu mobilizar suas bases nos dias da queda de Gutiérrez, a qual foi impulsionada especialmente por setores médios de Quito.

[365] Entrevista Guillermo Churuchumbi, 6 maio 2014; Entrevista Humberto Cholango, 12 maio 2014; Entrevista Lourdes Tibán, 22 janeiro 2015.

governamentalidade neoliberal. A desmontagem dos conteúdos contestatórios e anticapitalistas presentes no movimento indígena alcançava desse modo seu ápice. Tinha-se consumado uma modalidade específica de incorporação indígena no Estado neoliberal, com a participação direta dos próprios representantes indígenas encarregados de recolher as migalhas que caíam da mesa dos convidados ao banquete do capital, para distribuí-las nas comunidades ilusionadas e expectantes, considerando junto com seus representantes que tocaram o trono e a glória do poder no Estado.

5 NEODESENVOLVIMENTISMO E CONSTRUÇÃO DE HEGEMONIA NO GOVERNO CORREA: A degradação do estado plurinacional e a conflitiva relação com o movimento indígena

5.1 O FIM DA LONGA NOITE NEOLIBERAL? A ASCENSÃO DO GOVERNO DE RAFAEL CORREA, MUDANÇAS CONSTITUCIONAIS E RELAÇÃO COM O MOVIMENTO INDÍGENA.

Após a queda do governo Gutiérrez em abril de 2005 abriu-se um período de transição política com a posse de seu vice-presidente Alfredo Palacio até a chegada das eleições de 2006, após uma década de instabilidade e quando a população equatoriana ainda convalescia das consequências da dura crise econômica que atravessou o país na virada do século. Dois fatos foram significativos nesse período de transição (nos quais o movimento indígena esteve direta ou indiretamente envolvido) por suas consequências posteriores nas dinâmicas econômicas e políticas do país: o cancelamento das negociações para a assinatura do Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos em 2006 e a presença de novas figuras políticas no governo Palacio, as quais provinham de grupos "progressistas" que participaram das mobilizações que promoveram a queda do governo Gutierrez, entre elas Rafael Correa, que desempenhou por poucos meses a função de ministro de Economia.

As negociações para assinar o Tratado de Livre Comércio (TLC) com os Estados Unidos iniciaram-se em 2004, no governo Gutiérrez e para 2006 tinham alcançado um estágio muito avançado, prévio a sua assinatura. Na medida em que estas negociações continuavam, a luta contra sua assinatura cresceu, protagonizada pelas principais organizações do movimento indígena e camponês e outros setores sociais, motivadas especialmente pelas consequências que a assinatura desse tratado podia ter para a agricultura camponesa e indígena do país. Após das dificuldades e as divisões internas provocadas como consequência da participação política do movimento indígena no governo Gutiérrez, como apontamos no capítulo anterior, entre 2005 e 2006 a CONAIE, sob a liderança de Luis Macas, iniciou um processo de recomposição interna retomando as relações com suas organizações de base, o que implicou também assumir novos direcionamentos menos focados na participação institucional no Estado, a exemplo da decisão de não continuar com o projeto PRODEPINE. A luta contra a negociação do TLC e por uma nova Assembleia Constituinte permitiu a CONAIE a retomada de uma agenda política agrária, abandonada na pauta desta organização por uma década, conectando-se assim com as preocupações concretas das comunidades. De outro lado, a FENOCIN e outras organizações camponesas da Costa, por seus vínculos com a Via Campesina Internacional, também organizaram e participaram das ações de resistência contra

o TLC, colocando na pauta política nacional a questão da soberania alimentar, como uma reivindicação camponesa central[366].

Neste contexto, em março de 2006 a CONAIE convocou mobilizações nacionais contra o TLC e pela caducidade do contrato do Estado equatoriano com a empresa petroleira estadunidense OXI (*Occidental Exploration and Production Company*). Estas mobilizações tiveram uma grande acolhida. Durante duas semanas, as organizações indígenas ocuparam várias rodovias e paralisaram nove províncias da Serra, o que foi interpretado pela imprensa nacional como uma ressurreição da CONAIE[367], posteriormente das dificuldades geradas pela passagem do movimento indígena com o governo Gutiérrez. O governo decretou o estado de exceção e 250 pessoas foram detidas (BECKER, 2015). Novamente a CONAIE se posicionava com força, liderando as lutas de resistência contra o neoliberalismo e mostrava que mantinha sua capacidade de mobilização. A suspensão da negociação do TLC se produziu dois meses mais tarde por uma decisão do governo dos Estados Unidos diante da posição adotada pelo governo Palacio ao declarar a caducidade do contrato com a empresa OXI e reformar a *Ley de Hidrocarburos* para obrigar a renegociar as percentagens de participação do Estado nos contratos petroleiros com as empresas transnacionais. Além da posição do governo dos Estados Unidos e dos motivos dessa decisão, o cancelamento das negociações do TLC foi interpretado como um triunfo do movimento indígena e camponês, assim como das organizações sociais que participaram das ações de resistência.

Projetado como nova figura política nacional após sua curta passagem pelo ministério de Economia, Rafael Correa, um economista católico neokeynesiano, cuja trajetória não provinha da esquerda nem das lutas dos movimentos sociais, tornou-se em 2006 o candidato de uma aliança eleitoral heterogénea (*Alianza País*) que agrupava variados movimentos, organizações sociais (entre elas a FENOCIN) e setores entre os que se encontravam partidos de esquerda e grupos cidadãos de tendência progressista. Com uma retórica questionadora do

---

[366] A noção de soberania alimentar ganhou uma centralidade cada vez maior nas lutas das organizações e movimentos camponeses e indígenas nacionais, particularmente na América Latina. Nascida no calor das resistências camponesas às políticas agrárias neoliberais durante a década de 1990 (a noção surgiu concretamente nas lutas de resistência camponesa ao NAFTA no México em meados da década de 1990), a soberania alimentar constitui hoje a principal bandeira da Via Campesina Internacional (movimento global que aglutina as principais organizações camponesas nacionais de América, Europa, África e Ásia). Essa centralidade da soberania alimentar esta dada por sua capacidade de condensar em torno de si uma diversidade de lutas em contextos diversos, a exemplo de: a disputa pela terra e pela água, a defesa dos sistemas produtivos camponeses, a defesa da agrobiodiversidade e a preservação do patrimônio genético das sementes, o acesso a mercados locais para os produtos camponeses e a defesa da cultura alimentar. Para uma definição da soberania alimentar na perspectiva da Via Campesina ver a declaração de Nyéléni (Mali) do Foro Mundial pela Soberania alimentar: Disponível em: <https://www.nyeleni.org/spip.php?article291>. Acesso em: 24 jan 2018.

[367] Ver *Diario El Comercio, "El líder Saraguro que resucitó una CONAIE moribunda"*, 18-03-2006, em: Kipu 47, jan-jun. 2006.

sistema político imperante (caricaturado com o apelativo de "*partidocracia*") e que anunciava o "fim da longa noite neoliberal" e a "revolução cidadã"[368], sua campanha retomou as reivindicações e demandas levantadas por duas décadas pelos movimentos sociais nas lutas de resistência ao neoliberalismo (entre elas a convocatória a uma Assembleia Constituinte) e sustentou-se sobre o acúmulo gerado nelas, levando-o ao triunfo no segundo turno contra o multimilionário *guayaquileño* Alvaro Noboa. A chegada de Rafael Correa ao governo levantou muitas expectativas entre as organizações e movimentos sociais pelas mudanças anunciadas e pela rápida convocatória da Assembleia Constituinte que permitiu modificar a correlação de forças no Congresso Nacional[369].

A realização da Assembleia Constituinte gerou uma ampla mobilização de distintos setores e organizações (movimentos sociais, políticos, ecologistas, ONGs) interessados em incidir nas deliberações, num momento que se vivenciava como se fosse uma refundação do país (DE LA TORRE, 2015, p. 154). A CONAIE, por exemplo, apresentou uma proposta de nova Constituição que tomava como aspecto central a declaratória do Estado plurinacional e convocou uma marcha em Quito para pressionar pela inclusão de suas demandas[370]. A proposta da CONAIE foi entregue ao Presidente da Assembleia Constituinte Alberto Acosta, por ser mais próximo das teses do movimento indígena e dos setores ecologistas e que alguns meses depois, por divergências com Correa, renunciou à presidência da Assembleia, afastou-se do governo e de *Alianza País* e nos anos seguintes se tornou em uma das vozes críticas ao governo Correa.

Uma interpretação de analistas de esquerda críticos ao governo de Correa (entre eles Alberto Acosta) distingue duas etapas no governo Correa: a primeira caraterizada por uma forte participação popular que propiciou o avanço nas conquistas dos movimentos e organizações sociais expressas nos direitos e garantias reconhecidas na Constituição de 2008, etapa que iria precisamente até a demissão de Alberto Acosta como presidente da Assembleia Constituinte e uma segunda etapa caraterizada pelo afastamento do governo Correa de um projeto de esquerda e por sua deriva autoritária e extrativista (ALVAREZ et al, 2013; MUÑOZ, 2014). Em contraste com esta interpretação, De la Torre considera que as divergências existentes no bloco maioritário de *Alianza País* na Assembleia refletiam as tensões recorrentes da "apropriação populista da vontade popular" por parte de Correa,

[368] Para detalhe da retórica e dos conteúdos da campanha de Correa e Noboa em 2006 ver De la Torre (2015).
[369] Uma descrição dos diferentes momentos do processo de instalação da Assembleia Constituinte (Plebiscito, eleições de *asambleístas*, instalação e debates da Assembleia) encontra-se em De la Torre (2015); Becker (2015); Muñoz (2014).
[370] Uma síntese dos principais pontos da proposta de nova Constituição da CONAIE está em CONAIE (2007). Para uma breve análise dos conteúdos centrais dessa proposta ver Becker (2015); Schavelzon (2015).

erigido como líder que encarnava o projeto da "revolução cidadã" diante do povo concebido como *UNO* (com uma só identidade, interesses e projeto que são os articulados pelo líder) e os "projetos da sociedade civil diversa" manifestados na Assembleia Constituinte (DE LA TORRE, 2015, p. 154-155).

No meio de fortes debates e em sua etapa final caraterizada pela confrontação de posições no seio do bloco maioritário de *Alianza País*, motivada pela continua ingerência de Correa para a definição das posições sobre diversos temas no bloco e pela divergência de posicionamentos com Acosta, a Assembleia Constituinte acolheu algumas das demandas e proposições geradas pelos movimentos e organizações sociais[371], entre as quais se destacam: a declaratória do Estado plurinacional e intercultural; a ratificação e ampliação dos direitos coletivos dos povos e nacionalidades indígenas; a adoção dos direitos da natureza; a proibição do latifúndio e a concentração da terra e da monopolização e privatização das águas; o articulado sobre soberania alimentar, a declaratória do Equador como país livre de cultivos e sementes transgênicas, etc..

De outro lado, além das conquistas das organizações e movimentos sociais em termos da ampliação das garantias e direitos consignados na Constituição, seus conteúdos também refletiram uma concepção do sentido das mudanças que se pretendia empreender a partir do Estado e contribuiriam para definir o rumo que assumiria o regime político no governo Correa, favorecendo suas tendências autoritárias e caudilhistas. Nesta direção, três características foram ressaltadas por alguns analistas críticos: a) o hiperpresidencialismo imposto por Correa que permitiu o controle dos distintos poderes pelo executivo; b) uma concepção de um Estado com forte capacidade de intervenção na economia para potenciar o padrão de reprodução do capital[372]; c) a abertura a capitais globais e transnacionais "nas áreas estratégicas da economia" (MUÑOZ, 2014, p. 206).

Paradoxalmente, após o reconhecimento constitucional dos direitos coletivos indígenas e do caráter plurinacional do Estado, uma das mais caras aspirações do movimento indígena, verificou-se um progressivo incremento das tensões, conflitos e discrepâncias entre o governo Correa e algumas das maiores organizações indígenas, especialmente aquelas vinculadas a CONAIE. São múltiplos os exemplos dos conflitos entre as políticas, propostas e

---

[371] Em relação aos debates na Assembleia em torno das principais proposições colocadas pelo movimento indígena em suas distintas expressões e por outros movimentos sociais ver Becker (2015); Muñoz (2014); Ortiz (2009). Um tema polêmico que não foi aprovado na Constituição foi o tema do consentimento prévio ou consentimento livre das nacionalidades e povos indígenas para permitir a exploração de recursos naturais nos territórios indígenas, ficando definida apenas a necessidade da consulta prévia, sem um caráter vinculativo.

[372] Sobre o conceito de "padrão de reprodução do capital" desenvolvido por Jaime Osorio ver o capítulo primeiro, a seção sobre o neoliberalismo.

leis implantadas pelo governo e a defesa por parte das organizações indígenas de seus direitos e de seus territórios, ainda que o presidente e alguns representantes do governo incorporassem em seu discurso político à retórica antineoliberal e vários elementos simbólicos e políticos colocados pelos próprios movimentos indígenas na Constituinte tais como o "Bem-Viver" e o respeito à "Pachamama" (a Mãe Terra).

Nos últimos anos, centenas de lideranças indígenas tiveram que enfrentar processos judiciais sob a acusação de sabotagem e terrorismo por participar de protestos contra várias das propostas do governo, o que não tinha acontecido antes nem nos maiores levantamentos indígenas. Na mesma direção, sob a justificativa que "não podemos ser mendigos sentados num saco de ouro"[373] o presidente Correa promoveu a mineração em grande escala (de cobre e ouro) com grandes empresas transnacionais e anunciou o início de uma "nova era" no Equador, uma "era mineira" que "vai nos tirar da pobreza"[374], ao mesmo tempo em que desqualificava as posições críticas colocadas por organizações indígenas, movimentos ecologistas e setores de esquerda sob a acusação de "esquerdismo infantil", "ecologismo infantil" ou "indianismo infantil" e considerava sem contemplações que eles representavam "o maior perigo para o nosso projeto político" (DE LA TORRE, 2015, p. 167-168; MUÑOZ, 2014, p. 204).

Estes exemplos dão conta não apenas das dificuldades enfrentadas pelo movimento indígena no sentido de que os avanços obtidos (com todas suas limitações) no reconhecimento de seus direitos nos textos constitucionais pudessem ser vinculativos e aplicáveis em termos concretos, senão também das contradições entre as políticas neodesenvolvimentistas de modernização capitalista aplicadas pelo governo Correa, sustentadas na exploração e extração de matérias primas (muitas delas localizadas nos territórios indígenas) e as possibilidades de reprodução econômica, social e cultural dos povos e comunidades indígenas em condições dignas. Ao mesmo tempo, essas políticas mostram claramente o caráter das mudanças e do projeto político protagonizado pelo governo Correa, o qual pode ser caracterizado de forma mais precisa como "neodesenvolvimentista", em relação ao projeto de modernização capitalista por ele promovido, como foi discutido no capítulo primeiro ao abordar a questão do neoliberalismo e a ascensão de governos "progressistas" na América Latina.

---

[373] Esta frase foi frequentemente usada pelo presidente Correa para justificar o início da exploração mineira em grande escala no Equador e a assinatura de contratos de exploração de minas a céu aberto de cobre e de ouro com grandes mineradoras da China e do Canadá. Ver *Diario El comercio, "Wilson Pastor firmó contrato com Ecuacorriente",* 5-03-2012 em:<http://www.elcomercio.com/negocios/Wilson-Pastor-firmo-contrato-Ecuacorriente_0_658134320.html>. Acesso em: 12 out 2015; ver também Machado (2012).

[374] Ver: *Noticias. Enlace ciudadano Nro. 249. El Ciudadano. Periódico Oficial.* Disponível em: <http://www.elciudadano.gob.ec/noticias249-2/> . Acesso em: 12 out. 2015.

Nas seguintes seções abordarei a discussão da continuidade e reconfiguração da política de administração da população indígena na última década com o projeto neodesenvolvimentista do governo Correa. Para isso, partirei de uma caracterização rápida deste período, refletindo sobre as mudanças no padrão de desenvolvimento capitalista e no papel do Estado, ainda dentro das coordenadas da governamentalidade neoliberal, produzidas durante sua gestão. Posteriormente, discutirei como a relação com o movimento indígena se inseriu no processo de construção da hegemonia no governo Correa para a obtenção de consentimento na sociedade, por meio da apropriação por parte do governo de elementos simbólicos e discursivos levantados nas lutas contra o neoliberalismo e pelo movimento indígena, combinado com o incremento dos níveis de coerção contra as formas de resistência e a criminalização do protesto social. Seguidamente, descreverei os elementos de continuidade e as reconfigurações produzidas na política multiculturalista do Estado que provocaram a degradação dos sentidos da noção de plurinacionalidade e de outras conquistas alcançadas pelo movimento indígena na Constituição.

5.2 MODERNIZAÇÃO CAPITALISTA E O PROJETO NEODESENVOLVIMENTISTA DA REVOLUÇÃO CIDADÃ

A chegada ao poder de Rafael Correa ocorreu num momento em que vários países da América Latina transitavam por novas experiências políticas protagonizadas pela presença de vários governos "progressistas" e de centro-esquerda, os quais, além de suas diferenças, tinham como denominador comum a crítica às políticas neoliberais aplicadas na região, a recuperação do papel dos Estados Nacionais na economia e o fortalecimento dos processos de integração regional. Como mencionado no capítulo primeiro, esse momento coincide com o processo de reorganização e reestruturação produtiva no âmbito regional em relação com as mudanças operadas no capitalismo mundial, as quais implicaram uma nova inserção da América Latina na divisão internacional do trabalho e que Osorio (2012) define como um novo "padrão de reprodução do capital", qualificado por este autor como "exportador de especialização produtiva", padrão construído durante a aplicação das políticas neoliberais e caracterizado pela retomada da antiga vocação exportadora de alimentos e matérias primas da região, desta vez reorganizada junto à nova produção de "*maquila*" e montagem manufatureira, sob o domínio do capital global (OSORIO, 2012).

Os preços das matérias primas (minerais e alimentos) experimentaram um significativo incremento entre 2002 e 2013 no mercado internacional como consequência da aceleração da economia chinesa a partir de 2004, a qual impulsionou sua demanda e

provocou a elevação dos termos de intercambio para América Latina, como mostra em detalhe Larrea (2015). Dessa maneira, a região vivenciou um novo ciclo de expansão econômica, concentrando suas exportações em produtos primários como soja e minério de ferro no Brasil e Argentina, cobre em Peru, petróleo no Equador e carvão em Colômbia (LARREA, 2015)[375].

Ao considerar estes aspectos e também a crise do neoliberalismo como discurso hegemônico, junto com a relegitimação dos discursos críticos e a presença dos movimentos sociais, Maristella Svampa (2009 e 2010) caracterizou esse momento da região como uma "nova época", contraposta com clareza à década de 1990. Contudo, Svampa era cautelosa no momento de qualificar esta nova época como pós-neoliberal ao encontrar vários elementos de continuidade com o neoliberalismo. Entre eles destaca-se a generalização de um modelo extrativo exportador na região baseado na extração de recursos naturais não renováveis e a expansão dos agronegócios, necessários para garantir o modelo de acumulação vigente e a inserção dos países latino-americanos no mercado global. A generalização deste modelo estaria determinando a ocupação de territórios anteriormente considerados improdutivos e que agora são de alto interesse do capital para a produção agrícola, petroleira, mineira, energética ou florestal, reorientando assim a economia de populações inteiras, transformando seus estilos de vida e ameaçando a sustentabilidade ecológica. A mineração a céu aberto, a construção de megabarragens, os grandes empreendimentos previstos na *Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Suramericana* IIRSA, a expansão da produção de agrocombustíveis ilustram estas transformações (SVAMPA, 2010: 6).

Para esta autora, este cenário colocava como centro da disputa e do conflito a questão do território e do meio ambiente, potencializando em contrapartida as lutas pela defesa das terras e dos territórios por parte dos movimentos indígenas e camponeses. A crescente territorialização pelo aprofundamento do modelo extrativo exportador tinha derivado no deslocamento de comunidades originárias e camponesas e também em uma maior perseguição às lideranças e militantes sociais, num contexto de militarização e saídas repressivas que

[375] Com uma perspectiva comparativa o trabalho de Carlos Larrea mostra as mudanças na dinâmica econômica dos países da região como consequência desse ciclo expansivo e os resultados alcançados em relação às políticas sociais e a redução da pobreza. O trabalho evidência no período uma redução pronunciada da pobreza na maior parte dos países, independentemente da orientação de seus governos (conservadores ou progressistas). Mesmo assim, a partir de 2014 com a desaceleração da economia chinesa e preços menos favoráveis das matérias primas, a região experimenta uma aguda vulnerabilidade provocada pelo enfraquecimento da produção manufatureira e de alimentos para os mercados internos, sua baixa produtividade e sua escassa diversificação da economia, decorrentes das características do ciclo expansivo (LARREA, 2015).

configuraria uma tendência a criminalizar o protesto social, como um perigo adicional nesta nova fase de acumulação de capital na região latino-americana (SVAMPA, 2009, p. 86).

Anos mais tarde, Svampa junto com Enrique Viale em um extenso e detalhado trabalho sobre o processo argentino durante o *kichnerismo* (SVAMPA e VIALE, 2014) confirmariam estas tendências presentes na região, enfatizando na sua caracterização da última etapa o que eles denominam a passagem do "Consenso de Washington ao Consenso das Commodities". Passagem caraterizada na região pela exportação de bens primários em grande escala (hidrocarbonetos, metais e minerais, produtos agrários e biocombustíveis) cujos preços se estabelecem internacionalmente, provocando a reprimarização das economias, junto ao aprofundamento das "dinâmicas de espoliação"[376], as quais implicam a desapropriação e concentração de terras, recursos e territórios e têm como protagonistas centrais as grandes corporações, em "aliança multiescalar" com os distintos governos. Para estes autores, esses processos consolidaram um padrão de desenvolvimento extrativista ("neoextrativismo desenvolvimentista") de caráter depredatório (sobre-exploração da natureza) e dependente (SVAMPA e VIALE, 2014, p. 15-16). O "consenso das commodities", enquanto um acordo tácito em torno do caráter irrevogável da dinâmica extrativista na região situa no centro a implantação maciça de projetos extrativos orientados para a exportação, ao tempo que mantém uma maior flexibilidade sobre o papel do Estado, permitindo assim a confluência de governos conservadores e progressistas, a exemplo da sustentação das bases normativas e jurídicas que contribuíram na expansão do padrão extrativista para garantir as taxas de lucro para o capital (SVAMPA e VIALE, 2014, p. 18).

Esta linha interpretativa desenvolvida por Svampa para a análise desta etapa econômica e política vivenciada na região latino-americana oferece algumas pistas para compreender e caracterizar melhor as mudanças políticas trazidas pelo governo Correa no Equador, as continuidades e rupturas com as políticas neoliberais e também a mutável e conflitante relação estabelecida por este governo com o movimento indígena.

Efetivamente, ao revisar o alcance das mudanças operadas no Equador após da primeira fase de consolidação política do governo até a aprovação da nova Constituição no ano 2008, evidencia-se que o que foi posto realmente em andamento foi um projeto de modernização capitalista com um protagonismo forte do Estado para criar e desenvolver as condições para a valorização do capital (UNDA, 2013; LANG, 2017), em lugar de um processo de mudanças mais radicais ou de mudanças estruturais que prefigurem um modelo

[376] Refere-se à categoria de "acumulação por espoliação" desenvolvida por Harvey (2008), como foi discutido no capítulo primeiro.

distinto de desenvolvimento com uma marcada participação das organizações e movimentos sociais. Nesse projeto, com a premissa de que as mudanças devem partir de cima para baixo, não se perguntou sobre o tipo de Estado necessário, nem pelas formas de regulação e intervenção desejáveis (LANG, 2017, p. 52), limitando a emergência de outras formas de entender a política (a política autônoma de "produção do comum"), questionadoras da centralidade do Estado como lugar de enunciação do "universal", da "aparente representação da totalidade social" (GUTIÉRREZ, 2017, p. 61; LANG, 2017, p. 52).

Nesse sentido, o desenvolvimentismo caracterizado por uma visão produtivista e do "progresso" que o governo Correa atualizou constantemente na gestão pública foi compatível com a governamentalidade neoliberal, ao criar um clima favorável de negócios, operar de mãos dadas com o capital corporativo e favorecer o desenvolvimento capitalista com fortes investimentos públicos para a construção de infraestrutura. Além disso, muitas das reformas promovidas durante os anos do neoliberalismo para favorecer os grandes investimentos e a expansão do capital em novos territórios permaneceram inalteradas ou foram reformuladas e reforçadas enquanto se reproduziram as políticas sociais focalizadas e compensatórias aplicadas para combater a pobreza, no quadro proposto pelo neoliberalismo.

Inclusive, no que tange a gestão da dívida externa equatoriana, interpretada por analistas próximos ao governo como um dos sinais mais fortes da reconstrução do poder estatal após das décadas neoliberais (RAMÍREZ, F., 2012), é possível perceber o rumo assumido pelo governo Correa para favorecer o processo de modernização capitalista a partir dos investimentos públicos. Com efeito, como parte das demandas historicamente reivindicadas pelos movimentos sociais assumidas ao início do governo Correa em 2007, o governo criou uma Comissão especial para a realização de uma auditoria da dívida externa (*Comisión de Auditoría Integral del Crédito Público*). Em 2008, essa Comissão apresentou um relatório no qual questionava a legalidade e legitimidade de várias parcelas da dívida externa equatoriana. Com este resultado o governo Correa caiu em *default* e não pagou os juros dos "*Bonos Global*" 2012 e 2030, provocando sua renegociação. Em 2009 o Estado equatoriano conseguiu recomprar esses títulos por 35% de seu valor nominal, pelo qual reduziu o saldo total de sua dívida externa de 10,6 bilhões de dólares para 7,4 bilhões (ACOSTA e CAJAS, 2017), colocando-a nesse momento num patamar manejável pelo Estado. Não obstante esses resultados iniciais, como detalham Acosta e Cajas (2017), nos anos seguintes o governo Correa retomou a trilha de um endividamento agressivo externo e interno (especialmente a partir de 2013) apesar das altas taxas de juros que deve pagar (a consequência do antecedente do default), por meio de negociações pouco transparentes com a

banca internacional (que em um dos casos implicaram a entrega das reservas em ouro como garantia ao Banco Goldman Sachs). Dessa forma, a dívida externa cresceu de 7,4 bilhões em 2009 para 25,7 bilhões em 2016, enquanto a dívida interna acrescentou-se de 2,8 bilhões para 12,5 bilhões. Considerando outras obrigações não contabilizadas como dívida, tais como as vendas antecipadas de petróleo que comprometem a entrega desse recurso por vários anos, Acosta e Cajas (2017) estimaram o valor da dívida total em 59,2 bilhões em dezembro de 2016.

Em síntese, a partir dos antecedentes mencionados, o projeto de modernização capitalista promovido pelo governo Correa pode ser caracterizado pelos seguintes elementos centrais:

a) A predominância de uma matriz primário-extrativo-exportadora na economia como base para sustentar o crescimento econômico (petróleo, megamineração, agronegócios) com participação e predomínio de grandes empresas corporativas, aproveitando o ciclo de altos preços das matérias primas e alimentos no mercado internacional (2004-2013).

b) A renegociação da participação do Estado sob um discurso nacionalista nos contratos e concessões estabelecidos com as empresas transnacionais para a exploração de petróleo e mineração. Esta renegociação supôs uma maior receita para o Estado pelos altos preços do petróleo, porém manteve os investimentos na mão de grandes corporações transnacionais. A promoção da megamineração e a abertura de novos campos para a exploração de petróleo não modificou a inserção subordinada ao capital transnacional global (Acosta, 2012), aprofundou um padrão extrativista que desrespeita os direitos coletivos de indígenas e camponeses assentados nesses territórios e agravou a devastação ambiental. O exemplo mais emblemático disso constituiu a exploração de petróleo no Parque Nacional Yasuní e o abandono definitivo da iniciativa Yasuní ITT[377] (Ishpingo Tambococha Tiputini) em 2013, colocando em risco a sobrevivência dos povos indígenas em isolamento voluntario (*Tagaeri* e *Taromenani*) e a biodiversidade única do Parque.

c) Com uma receita fiscal favorecida pelos altos preços do petróleo durante os anos de sua gestão, o governo de Correa foi o governo que administrou os maiores recursos e executou os maiores orçamentos anuais de toda a história republicana (ACOSTA, 2012; ACOSTA e CAJAS, 2018). Com estes recursos, o governo promoveu fortes investimentos

[377] A Iniciativa Yasuní ITT pretendia manter sob o solo uma parte do petróleo no Parque Nacional Yasuní e em contrapartida o Estado Equatoriano receberia recursos de compensação da comunidade internacional por manter intacta esta reserva de biosfera amazônica. Ainda que a Iniciativa tivesse um amplo respaldo da população equatoriana (sendo mantida até depois das eleições de fevereiro de 2013) e constituísse um projeto emblemático do governo Correa no exterior, sofreu vários entraves pelo próprio presidente, enquanto se avançava na preparação da extração petroleira com o chamado plano B.

públicos, especialmente em obras de infraestrutura e empreendimentos tais como megabarragens ou rodovias, em parceria com empresas privadas (a maioria, transnacionais). A participação do Estado na dinamização econômica esteve acompanhada de um redesenho institucional das entidades do Estado e da ampliação do aparelho burocrático sob o comando de uma lógica tecnocrática de gestão. Neste aspecto, primou pela racionalidade neoliberal no sentido do Estado incorporar em seu seio o modelo e forma de gestão da empresa, submetendo a toda a administração pública a uma lógica empresarial, a qual coloca a ênfase "em padrões de 'qualidade' abstratos e descontextualizados, na eficiência e os resultados medíveis" (LANG, 2017, p. 66)[378].

d) Junto com o maior protagonismo do Estado na economia, o governo empreendeu também com reformas no quadro jurídico, encaminhadas a favorecer grandes investimentos por empresas transnacionais, dar as garantias jurídicas necessárias e promover o que o governo Correa chamou de "mudança na matriz produtiva". Com efeito, foi essa a direção assumida para a reforma e a criação de novas leis tais como a lei de mineração de 2009, o novo "Código Orgânico da Produção, Comércio e Investimentos" expedido em 2010 com o objetivo de incentivar os investimentos produtivos e a competitividade sistémica, o "código monetário e financeiro" de 2014, entre outras leis e regulamentos.

e) Paralelamente, o governo articulou sua política social em torno de programas assistenciais orientados à entrega de subsídios focalizados para paliar a pobreza ("*bono de desarrollo humano*") e investimentos em educação e saúde em percentagens do PIB maiores do que em governos anteriores. Estas políticas sociais, junto com a entrega de algumas concessões e recursos para atender demandas pontuais de alguns setores, foram operadas em aliança com lideranças e autoridades locais para obter vantagens políticas e garantir o respaldo de amplas camadas de setores populares. Estas políticas sociais não estiveram acompanhadas de medidas estruturantes que diminuam a concentração dos recursos produtivos (particularmente a terra e a água) no campo[379] ou para alterar as taxas de lucro das empresas em benefício dos trabalhadores, propiciando uma redistribuição efetiva da riqueza.

f) Uma vontade de construção hegemônica para garantir o consentimento da sociedade, baseado numa retórica radical que se apropriou dos elementos simbólicos

---

[378] O sistema de gestão chamado de "governo por resultados" (GPR) foi implantado em toda a administração pública a partir de 2010, introduzindo uma "essência empresarial" na gestão do governo "no mais nítido alinhamento com a cultura neoliberal" e instaurando uma espécie de "panóptico digital", o qual vigia em tempo real o rendimento dos funcionários (LANG, 2017, p. 68).

[379] Embora se tivesse anunciado uma "revolução agrária", na perspectiva do governo Correa ela foi concebida sob um viés produtivista baseada em maiores investimentos e tecnologia e não foi orientada como uma proposta para diminuir a alta concentração fundiária e provocar sua redistribuição.

construídos nas lutas dos movimentos sociais contra o neoliberalismo, do movimento indígena e da tradição revolucionária da esquerda latino-americana. Sob essa retórica radical, como o percebe agudamente Mario Unda, "as grandes obras de infraestrutura confundem-se com a revolução, as políticas sociais com profundas transformações, as disputas com os tradicionais detentores do poder político com o confronto com o poder, o enfrentamento às frações 'oligárquicas' com o confronto com o poder econômico" (UNDA, 2012, p. 82). Esta vontade hegemônica no caso equatoriano ergueu uma figura do cidadão individualizado e não admitiu a presença crítica de movimentos sociais autônomos organizados, desqualificando-os e desestruturando-os (UNDA, 2012). Isso explica a criminalização do protesto social recorrente nos últimos anos[380] e o incremento dos níveis de repressão direta e coerção contra os movimentos organizados, quando eles questionaram determinadas medidas adotadas, especialmente se os protestos disputavam o mesmo patamar simbólico discursivo do governo, procurando a legitimidade de suas lutas diante da sociedade. Ao mesmo tempo, como parte dessa vontade hegemônica o governo Correa instaurou uma "campanha permanente", definida como a conjunção das artes de governar e de fazer campanhas eleitorais (DE LA TORRE, 2015, p. 150), que implicou uma constante propaganda midiática, o controle da mídia pública e a imposição de severas restrições à mídia independente[381].

g) A construção de um regime político caraterizado pela concentração de funções e o controle dos distintos poderes do Estado pelo executivo e a construção de formas autoritárias e verticais de exercício do poder político concentradas na figura do presidente, formas que reproduzem concepções e valores conservadores arraigados na cultura política popular (machismo, racismo, caudilhismo, autoritarismo). A partir de diversas perspectivas teóricas, analistas políticos sublinharam esta característica do governo Correa com diversos qualificativos: "tecnopopulismo" e "autoritarismo brando" (DE LA TORRE, 2015)[382], "neopopulismo" e "modernização autoritária" (VERDESOTO, 2014), "populismo

[380] A tendência para a criminalização do protesto social já apareceu nos primeiros anos do governo Correa e depois se agudizou. Diversos relatórios de entidades nacionais e internacionais de direitos humanos documentaram com detalhe esta tendência. A respeito ver o relatório da *Defensoría del Pueblo* sobre a "*criminalización a defensores de derechos humanos y de la naturaleza en Ecuador*" (Defensoría del Pueblo, 2011); o relatório de Amnistía Internacional (2012) sobre a criminalização do direito ao protesto no Equador; o relatório da Federação Internacional de Direitos Humanos (FIDH), *Ecuador: Criminalización de la protesta social frente a proyectos extractivos en Ecuador. Misión Internacional de Investigación* (FIDH, CEDHU, INREDH, 2015).

[381] Ver: De la Torre (2015); Verdesoto (2014); Sierra (2017). Esta atuação característica do governo Correa que contribuiu para construir a figura do caudilho foi descrita por Verdesoto (2014) como "neopopulismo midiático".

[382] A partir de uma perspectiva teórica weberiana que sugere entender a forma como diversos tipos de dominação podem-se combinar em experiências históricas concretas, De la Torre compreende o "populismo" de Correa como uma combinação entre a liderança carismática e critérios tecnocráticos (incorporando sinergias e tensões nessa combinação). Daí sua caracterização do governo Correa como "tecnopopulismo" (DE LA TORRE, 2015).

bonapartista/cesarista" (MUÑOZ, 2014), "dominação progressista" e "Estado *Frankenstein*"[383] (SIERRA, 2017).

O projeto de modernização capitalista do governo Correa desfrutou de um relativo sucesso e garantiu uma longa estabilidade política impulsionado pelo que pode ser considerado o segundo "boom" petroleiro da história recente. Esse sucesso e estabilidade política duraram até o ano 2014, período em que os preços do petróleo começaram a despencar e se abriu progressivamente um novo cenário de crise, refreado com um renovado e agressivo endividamento externo. O relativo sucesso do projeto de modernização capitalista do governo Correa se evidenciou também na saudável condição dos grupos econômicos poderosos (entre eles os bancos) cujos lucros e benefícios se incrementaram substantivamente os últimos anos, promovidos pelo crescimento econômico e os investimentos públicos, concomitantemente ao processo de concentração da renda nos principais grupos e setores econômicos[384] (ACOSTA, 2012; ACOSTA e CAJAS, 2016). Como foi reconhecido em palavras do próprio presidente Correa: *"Básicamente estamos haciendo mejor las cosas con el mismo modelo de acumulación, antes que cambiarlo, porque no es nuestro deseo perjudicar a los ricos, pero sí es nuestra intención tener una sociedad más justa y equitativa."* (Rafael Correa, 15 janeiro 2012, apud ACOSTA, 2012, p. 63).

5.3 O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE HEGEMONIA E A APROPRIAÇÃO DE ELEMENTOS SIMBÓLICOS E DISCURSIVOS DO MOVIMENTO INDÍGENA E DAS LUTAS CONTRA O NEOLIBERALISMO: O exemplo do Bem-Viver e do Yasuni.

Os elementos descritos em torno do padrão de desenvolvimento capitalista impulsionado pelo governo de Correa e os conflitos e tensões apresentados com o movimento indígena ilustram algumas facetas relevantes de um processo político que pode ser mais bem compreendido assumindo uma linha de interpretação gramsciana[385], a partir da perspectiva de construção de hegemonia, isto é, a combinação de coerção e consenso como exercício da supremacia da classe capitalista no Estado e na sociedade, como discutido no capítulo primeiro.

---

[383] Tipo de Estado que se estabelece como resultado da montagem de partes e características que provêm do Estado neoliberal, do Estado keynesiano, junto com "aspectos totalitários estalinistas-fascistas" (SIERRA, 2014)

[384] A concentração da renda dos maiores grupos econômicos se evidencia no acréscimo da participação das receitas das mil maiores empresas no PIB. A receita dessas empresas que representava 57,74% do PIB em 2011 se incrementou para71,36% do PIB em 2014 (ACOSTA e CAJAS, 2016, p. 141).

[385] Alguns analistas têm desenvolvido linhas interpretativas sobre os processos políticos desatados pela onda de governos "progressistas" da América Latina na última década a partir de uma perspectiva que retoma algumas das linhas e trilhas teóricas abertas pelo pensamento de Gramsci, especialmente seus conceitos de hegemonia, revolução passiva e transformismo. Ver Oliveira, Braga e Rizek (2010); Modonesi (2012); Almeida (2012). Para o caso equatoriano Muñoz (2014).

Nesta perspectiva, a partir de uma leitura de maior fôlego do processo equatoriano pode se afirmar que o processo político desenvolvido no governo de Correa permitiu a recomposição da hegemonia burguesa no Equador, garantindo melhores condições para a acumulação capitalista nos distintos setores econômicos, marcando uma direção para o conjunto da sociedade, produzindo e organizando o consenso de vastos setores da população.

No contexto da crise econômica e política produzida na segunda metade da década de 1990 e início de 2000, as distintas frações das classes dominantes manifestavam enormes dificuldades para estabelecer a direção moral, intelectual e política sobre o conjunto da sociedade e superar as permanentes fricções entre elas, agudizando assim a instabilidade política. O Estado neoliberal aparecia esgotado e era permanentemente questionado pela diversidade de movimentos e lutas sociais. O governo de Correa durante seus primeiros anos até a expedição da Constituição (2007-2008) articulou diversas forças e tendências que expressavam o acúmulo gerado nas lutas sociais contra o neoliberalismo, mas também diversas posições de setores dominantes que aderiam com postulados favoráveis à modernização do Estado ou que procuravam reacomodar-se na nova conjuntura. Neste período, produzem-se algumas concessões às demandas levantadas pelos movimentos sociais, entre outras a própria declaratória do Estado plurinacional, a adoção dos direitos da natureza e o articulado sobre soberania alimentar na Constituição[386], mas paralelamente cuidou-se de não atingir os núcleos "essenciais" (para usar a expressão de Gramsci) dos processos de acumulação capitalista (petróleo, agronegócio, mineração, setor financeiro), enquanto se avançava na configuração de um projeto econômico e político de modernização do Estado e de desenvolvimento capitalista[387].

Após da aprovação da Constituição e com a consolidação eleitoral do governo de Correa este projeto se concretiza progressivamente, alinhando as classes dominantes em torno dele e abrindo passo ao Estado desenvolvimentista atual. Esse processo implicou a reconfiguração do bloco no poder, dando maior espaço aos grupos econômicos e as frações da burguesia interna vinculados ao capital transnacional em torno dos projetos extrativos, aos grupos econômicos poderosos vinculados ao comércio e a agroindústria que se beneficiaram do processo de ampliação do mercado interno (a exemplo de NOBIS, El Juri, PRONACA, La Favorita), assim como a um grande setor das empreiteiras também ligadas ao capital

[386] Aspectos da Constituição que ficam restritos a um marco meramente declarativo porquanto não são acompanhados e aprofundados posteriormente na legislação secundária para que tenham efetivamente um caráter vinculativo.
[387] Ver Muñoz (2014).

transnacional que cresceram com os investimentos nos megaprojetos de construção de infraestrutura e dos contratos com o Estado.

Com uma favorável conjuntura econômica marcada pelos altos preços do petróleo, operaram-se transformações significativas no âmbito da reforma institucional do Estado, para garantir o funcionamento de um "Estado moderno" e eficiente. Mario Unda sublinha que o governo de Correa ofereceu às classes dominantes um Estado "capaz de responder às necessidades estratégicas decorrentes do momento particular de desenvolvimento do capital". Trata-se de um Estado capaz de representar os interesses do conjunto do capital, de criar as condições para a expansão capitalista, principalmente com grandes investimentos em obras de infraestrutura e com políticas de incentivos produtivos, de promover a expansão dos mercados interno e externo, de garantir a disponibilidade de força de trabalho disciplinada e, de oferecer estabilidade política com o consentimento ativo dos dominados (UNDA, 2013, p. 34-35).

Foi nesta última dimensão que adquiriu seu pleno sentido a estruturação da retórica radical antineoliberal assumida por Correa e seu governo, como elemento distintivo de sua gestão. Na medida em que sua legitimidade nasceu originalmente do questionamento ao Estado neoliberal e do acúmulo das lutas sociais contra o neoliberalismo, o governo apropriou-se dos elementos simbólicos e significantes construídos pelos movimentos sociais (especialmente por sua relevância do movimento indígena e camponês) e a esquerda equatoriana, transformando seus conteúdos e os inserindo dentro da lógica desenvolvimentista da nova configuração do Estado. Portanto, tratou-se de um recurso extremamente útil no processo de construção de hegemonia, permitindo que o governo se apresentasse como a saída da *"longa noite neoliberal"* e como portador de um novo rumo alternativo de desenvolvimento, garantindo assim a adesão de amplas camadas da população e o consenso social com suas políticas.

Entre os exemplos mais significativos deste processo de apropriação dos elementos simbólicos dos movimentos sociais encontra-se o uso da noção do "Bem-Viver" (*Sumak Kawsay* em *kichwa*). Esta noção incorporada no texto constitucional, com a participação direta do movimento indígena, seria seguidamente esvaziada de suas significações culturais e econômicas vinculadas com a reprodução social e cultural e com sua matriz comunitária, bem como dos conteúdos políticos elaborados pelos intelectuais e lideranças indígenas com elementos de resistência anticapitalistas[388], para ser convertida na fórmula onipresente em qualquer propaganda governamental e transfigurada como fetiche do desenvolvimento e seu

[388] Ver Simbaña (2011); Macas (2010).

aparelho, na linguagem corrente dos funcionários governamentais e nos "Planos Nacionais do Bem-Viver" da *Secretaria Nacional de Planificación y Desarrollo* SENPLADES [389]. Instituiu-se assim como discurso dominante na procura de legitimar diante da sociedade toda a ação governamental. Dessa forma, a adoção desta noção cumpriu um papel conservador ao vestir com uma roupagem renovada a ação governamental incluindo e justificando aquelas políticas de viés extrativista que abertamente promovem a megamineração a céu aberto e a expansão dos agronegócios (com a monocultura e o uso intensivo de agrotóxicos), sob o controle de grandes empresas. Como sublinha Bretón ao criticar o discurso difundido por altos funcionários do governo: "[…] o extrativismo deriva em uma espécie de necessidade conjuntural de cuja intensificação transitória dependerá sua superação, e com ela, a possibilidade de alcançar o Bem-Viver [...]" (BRETÓN, 2013, p. 82).

Contrasta fortemente com essa visão instrumental do "Bem-Viver" usada para justificar a expansão da exploração petroleira e da mineração a céu aberto no horizonte do progresso e do desenvolvimento, as significações atribuídas a esta noção por parte dos povos que resistem a esta expansão, diretamente vinculadas com sua reprodução social e cultural como povos. Para Franco Viteri, ex-presidente da CONFENIAE e liderança do povo Sarayaku na Amazônia que tem resistido à expansão das atividades petroleiras no seu território:

> *Para los indígenas el buen vivir se manifiesta cuando tenemos agua limpia, aire puro, tenemos tranquilidad, tenemos suelos cultivables, tenemos áreas verdes, mucha cacería, mucha pesca. Ése es el buen vivir para los pueblos indígenas; este buen vivir está siendo amenazado y ha sido destrozado por las empresas petroleras, ellos te hablan de calidad de vida, de Buen Vivir, de servicios.*
> *[…] y además, el tema extractivo, por ejemplo la minería y el petróleo, eso afecta a territorios indígenas en su totalidad, afecta a la tradición comunitaria de la tenencia de la tierra, afecta a la vida en sí de las nacionalidades […]. Para mí, en mi pueblo la política del Estado ha sido abrir la frontera petrolera, y eso es un impacto total, a pretexto del desarrollo, del Buen Vivir, y que eso da economía al país, es falso; o sea, podemos sacar petróleo, pero si destruimos el ambiente, el costo ambiental es superior a la ganancia inmediata que podamos tener por el dinero generado por el petróleo, por ejemplo. Entonces el impacto, en realidad, es a la vida de los pueblos indígenas lo más elemental* (Entrevista Franco Viteri, 21 janeiro 2015)[390]

[389] A partir da bifurcação produzida entre os projetos dos Estados e das organizações indígenas, Schavelzon (2015) traça um panorama das múltiplas significações adotadas pelas noções do Bem-Viver (*Sumak Kawsay*) e da plurinacionalidade, após os processos constituintes da Bolívia e do Equador. Para uma discussão crítica sobre a noção do Bem-Viver (*Sumak Kawsay*), tanto na sua adequação instrumental na perspectiva desenvolvimentista do governo, quanto nas posições que tendem a mistificá-la em sua relação com culturas ancestrais essencializadas, ver Sanchez Parga (2011); Bretón (2013); Viola (2014).

[390] Tradução nossa: "Para os indígenas, o Bem-Viver se manifesta quando temos água limpa, ar fresco, temos tranquilidade, temos terras cultiváveis, temos áreas verdes, muita caça, muita pesca. Essa é o Bem-Viver para os povos indígenas; Este Bem-Viver está sendo ameaçado e destruído pelas companhias petrolíferas, elas falam de qualidade de vida, de Bem-Viver, de serviços.

Vinculado com as conotações da própria noção do “Bem-Viver” - *Sumak kawsay* -, um processo similar evidenciou-se com o uso dos elementos simbólicos relativos à proteção da *Pachamama* (Mãe Terra) após da incorporação dos direitos da natureza na Constituição, aspectos que se plasmariam e condensariam na montagem da Iniciativa Yasuní ITT (Ishpingo, Tambococha, Tiputini), que devia permitir manter quase 850 milhões de barris de petróleo sem extrair desses campos petroleiros, localizados dentro do Parque Nacional Yasuní, iniciativa condicionada ao apoio financeiro da comunidade internacional por um valor de 3.600 milhões de dólares.

Partindo de propostas levantadas pelo movimento ecologista, a Iniciativa Yasuní constituiu um projeto emblemático do governo, anunciado pelo presidente diante da Assembleia das Nações Unidas em 2007, em torno do qual promoveu fortemente sua imagem em âmbito internacional e nacional. A Iniciativa sofreu diversas derivas e entraves da própria Presidência da República no primeiro mandato de Correa, mas gerou uma ampla adesão na sociedade equatoriana, pelo qual ela foi mantida no discurso oficial e na propaganda governamental até Agosto de 2013, momento em que se estabeleceu o início da exploração petroleira nesses campos e o fim da Iniciativa Yasuní, alguns meses após da reeleição de Correa.

No discurso enunciado por altos funcionários do governo, não somente se difundia a iniciativa por suas bondades em termos da proteção da diversidade, da redução das emissões de CO2 e sua contribuição contra as mudanças climáticas, mas também como um símbolo concreto do Bem-Viver, como uma proposta “pós-capitalista”, uma maneira de “sair do desenvolvimento capitalista e ingressar na sociedade do Bem-Viver” (RAMÍREZ, 2012, p. 40), o qual expressaria a disputa do governo Correa pela construção de uma “outra ordem social”, “outro quadro de valores da sociedade” (RAMÍREZ, 2012, p. 42) e pela “desestruturação do Estado capitalista” (RAMÍREZ, 2012, p. 48). Não deixa de chamar a atenção que com o fim da iniciativa Yasuní passou-se desses discursos grandiloquentes, a um discurso meramente desenvolvimentista para justificar a extração de petróleo, por meio de uma forte campanha midiática, na qual se anunciava que os recursos do petróleo do Yasuní se destinariam para acabar com a miséria e para investir em escolas. Dessa maneira, se retornava

---

[…] e também, a questão extrativista, por exemplo, a mineração e o petróleo, isso afeta os territórios indígenas em sua totalidade, afeta a tradição comunitária de posse da terra, afeta a vida das próprias nacionalidades […] Para mim, para meu povo, a política do Estado tem sido abrir a fronteira petroleira, e isso é um impacto total, sob o pretexto do desenvolvimento, do Bem-Viver, que isso dá economia ao país, é falso; isto é, podemos extrair petróleo, mas se destruirmos o meio ambiente, o custo ambiental é maior do que o ganho imediato que podemos ter pelo dinheiro gerado pelo petróleo, por exemplo. Então, o impacto, na realidade, é para a vida dos povos indígenas, o mais elementar”.

e apelava ao imaginário do progresso e do desenvolvimento profundamente arraigado na consciência social, enquanto o "Estado capitalista" facilitava e promovia a exploração dos recursos naturais e a acumulação do capital.

Cabe sublinhar que nesse processo de apropriação por parte do governo dos referentes simbólicos construídos pelos movimentos sociais e a esquerda, aqueles setores que participaram do governo e que provinham e mantêm uma vinculação com movimentos e partidos da esquerda (institucional) e com algumas das organizações sociais que permaneceram dentro do governo cumpriram um papel chave enquanto produtores e reprodutores do discurso governamental, recriando a ficção da "revolução cidadã" e das grandes transformações por ela empreendidas.

Esta retórica amalgamada com um processo efetivo de controle e desmobilização das organizações e movimentos sociais que tentavam expressar um posicionamento crítico diante do governo, promovendo formas clientelistas[391] de relação com suas bases com o objeto de enfraquecê-las e desestruturá-las, além da desqualificação de suas lideranças na mídia e o uso da repressão direta, a judicialização e criminalização dos protestos quando os movimentos levantaram ações de resistência, configuraram um cenário, no qual as organizações e movimentos críticos dispunham de uma limitada margem de ação e manobra. Ainda assim, na medida em que cada vez tornaram-se mais evidentes os limites da deriva desenvolvimentista do governo, os movimentos conseguiram reconfigurar sua autonomia, estruturar aos poucos alianças entre vários setores (movimento indígena, movimentos sindicais) e levantar mobilizações articuladas confrontando diretamente o discurso governamental e questionando sua legitimidade. Isso tem desembocado no uso maior e mais frequente da força por parte do regime, nos protestos de 2014 e 2015. Nesse sentido, configurou-se um novo momento no exercício da hegemonia que denotaria um novo equilíbrio na combinação da força e do consenso, caracterizado pelo incremento do grau de coerção real ou latente contra as resistências existentes.

5.4 O ESTADO PLURINACIONAL DEGRADADO

A partir dos elementos resenhados relativos ao projeto neodesenvolvimentista do governo Correa e das caraterísticas do padrão de desenvolvimento e no âmbito da perspectiva teórica assumida nesta tese, podemos agora abordar a discussão sobre as continuidades e as inflexões produzidas na política de administração da população indígena que ocorreram

[391] Sobre este aspecto em relação às comunidades indígenas andinas ver Bretón (2013).

durante a última década de exercício do governo da "revolução cidadã" de Rafael Correa. No meu entender, em lugar de marcar uma ruptura radical com o dispositivo do multiculturalismo neoliberal que organizou esta biopolítica neoindigenista, isto é, uma reversão das políticas multiculturalistas como sugere Martínez (2014), o projeto neodesenvolvimentista de modernização capitalista do governo Correa reforçou e agudizou alguns elementos desta política e produziu fortes inflexões em outros, provocando como consequência a degradação dos sentidos do reconhecimento constitucional do Estado plurinacional e de outras conquistas alcançadas pelo movimento indígena e camponês nos artigos da Constituição (direitos coletivos, direitos da natureza, soberania alimentar, etc.) e durante o processo todo de mobilização indígena.

Com efeito, além dos avanços alcançados no reconhecimento de direitos na Constituição, em alguns temas relacionados com o estabelecimento de circunscrições territoriais indígenas ou com a consulta prévia como requerimento para os planos e para a exploração de recursos naturais não renováveis nos territórios indígenas, os textos constitucionais são problemáticos e subsiste sua ambiguidade (MARTÍNEZ, 2014), o qual inviabiliza ou delimita o exercício desses direitos (assim como acontecia com os direitos coletivos na Constituição "multiculturalista" de 1998).

Em relação aos limites da concepção da plurinacionalidade presentes nos textos constitucionais, Floresmilo Simbaña, liderança da CONAIE, encarregado de coordenar o processo de elaboração da proposta da CONAIE para a nova Constituição, traça uma continuidade entre a concepção que primou na Constituição de 1998 e a de 2008, no sentido de ser pensada apenas como uma inclusão das nacionalidades no aparelho do Estado, inclusão focada nos aspectos jurídicos construídos a partir da preeminência da concepção multiculturalista e da tendência etnoinstitucionalista dentro do movimento indígena, que deixa de lado outras dimensões (econômicas e políticas) da proposta original formulada pela CONAIE nos primeiros anos da década de 1990 e sintetizadas no projeto político da CONAIE de 1994. Nesse sentido, Simbaña considera que os avanços alcançados na Constituição de 2008 representam "o fechamento de um processo" que foi aberto nos anos anteriores à Constituição de 1998, em lugar do início de um novo[392].

Além disso, ao se requerer a emissão da legislação secundária para que os artigos da Constituição e os direitos estabelecidos possam ter uma aplicabilidade concreta, em todos os temas críticos para as organizações indígenas e para sua sobrevivência como povos

[392] Entrevista Floresmilo Simbaña, 01 Maio 2014.

(mineração, terras, águas, circunscrições territoriais indígenas, soberania alimentar, autonomia política e organizativa, educação intercultural bilíngue, justiça indígena) a legislação secundária emitida nos anos posteriores bloqueou sistematicamente a possibilidade de concretizar os avanços alcançados nos textos constitucionais e desativou todo seu potencial transformador ou contestatório diante do processo de expansão capitalista no campo e a matriz extrativista discutida anteriormente. Luis Andrango, ex-presidente da FENOCIN (organização aliada ao governo Correa) que tentou abrir uma linha de maior autonomia dessa organização em relação ao governo para exigir avanços na pauta agrária, sublinha isso com precisão: "*en la Constitución hay un montón de conquistas alcanzadas, pero todo el andamiaje luego legal, reglamentario y la política pública mismo en ejecución, desdice totalmente lo que ahí se ha logrado*"[393].

Após do reconhecimento constitucional do Estado plurinacional em 2008, com o projeto neodesenvolvimentista assumido pelo Estado equatoriano abriram-se novos cenários de conflito entre o Estado e o movimento indígena, nos quais o Estado exercitou uma versão renovada de uma política indigenista integradora, que nega o protagonismo político às principais organizações indígenas e transforma as comunidades em meros receptores da ação do governo e em sujeitos obedientes (MARTÍNEZ, 2014). Nela instrumentalizou-se a plurinacionalidade aos requerimentos do padrão de desenvolvimento capitalista reduzindo-a e degradando-a ao suprimir por meio da legislação secundária qualquer vestígio de autonomia e autodeterminação indígena na mesma.

Nesse sentido, predominou uma concepção instrumental e estreita da plurinacionalidade e da interculturalidade por parte do governo Correa no seu discurso e práticas concretas nas relações com o movimento indígena como um todo, em suas diversas expressões e tendências internas. Esta concepção degradada da plurinacionalidade evidenciou-se no tratamento dado à justiça indígena subordinando-a à justiça ordinária, nos limites impostos para a participação das organizações indígenas e camponesas na discussão das leis de soberania alimentar, águas e terras, no enfraquecimento e eliminação da autonomia do CODENPE e do sistema de educação intercultural bilíngue[394], que incluiu o fechamento de centenas de escolas nas comunidades, e na supressão da participação e controle que as organizações indígenas exerciam nas entidades estatais indígenas. Esta concepção que

[393] Entrevista Luis Andrango, 05 Maio 2014. Tradução nossa: "na Constituição há a monte de conquistas alcançadas, mas todo o arcabouço posterior, legal, regulamentário e mesmo a política pública em execução, contrapõe totalmente o que foi logrado"

[394] Para um maior detalhamento das mudanças políticas e legais produzidas no Sistema de educação intercultural bilíngue ver Martínez (2014); Lang (2017); Muyolema (2015).

aparentemente se afastaria das políticas do multiculturalismo na governamentalidade neoliberal, na verdade aprofundou o dispositivo multiculturalista ao restringir e enquadrar ainda mais o alcance dos direitos aceitáveis pelo Estado e bloquear todos aqueles que pudessem colocar em risco o padrão de desenvolvimento capitalista. Nesse sentido, este reconhecimento restrito de direitos se realiza acompanhado de políticas que atingem diretamente as condições de reprodução social das comunidades e favorecem as dinâmicas de acumulação capitalista à custa da espoliação dos recursos de seus territórios quando eles são cobiçados pelo capital, como o abordamos na seguinte seção.

A perda da autonomia do sistema de educação intercultural bilíngue, a supressão da participação das organizações indígenas no sistema e o fechamento das escolas em muitas comunidades causaram um grande mal-estar nas comunidades e organizações, pois atingiram diretamente às crianças indígenas que em múltiplas ocasiões tinham que dedicar muito tempo e energia para se deslocar de comunidades distantes para as escolas localizadas nas cidades e povoados maiores ou ir morar nelas com parentes, de segunda a sexta-feira, para frequentar a escola regularmente[395]. Por essa razão, a reabertura das escolas nas comunidades e a recuperação da autonomia da educação intercultural bilíngue estiveram entre as principais reivindicações que motivaram a participação indígena na paralização nacional em agosto de 2015. Cabe salientar que o fechamento das escolas pequenas nas comunidades e a criação das chamadas de "escolas do milênio" que concentram os recursos com centenas de alunos nos povoados maiores responderam à lógica modernizadora e centralizadora que caracterizou ao governo Correa[396], em detrimento de qualquer consideração que pudesse favorecer uma concepção intercultural na política educativa. Essa lógica traduziu-se em termos concretos na destruição do sistema de educação intercultural bilíngue e de seu acúmulo com todos os seus acertos e erros, na demissão de muitos dos professores indígenas e sua substituição por professores de outras regiões com diplomas universitários, mas afastados da realidade concreta das comunidades indígenas e camponesas, na unificação e homogeneização dos

[395] Entrevista Victoria Carrasco, 29 Abril 2014; entrevista Guillermo Churuchumbi, 6 maio 2014; entrevista Franco Viteri, 21 Janeiro 2015.

[396] Essa lógica modernizadora assumida nas "escolas do milênio" tendente à criação da ilusão de modernidade, no caso da região amazônica foi levada até o paroxismo com a construção das chamadas de cidades do milênio, urbanizações localizadas no meio da floresta, concebidas como projetos modelo para "legitimar o padrão extrativista" (LANG, 2017, p.91). As três cidades do milênio construídas consistem em decenas de casas iguais situadas simetricamente sobre uma área totalmente desmatada, segundo um padrão habitacional urbano, com ruas calcetadas que terminam na floresta. Nelas estão proibidas as criações e os animais domésticos. As comunidades e famílias que recibiram essas casas, foram assim separadas de seus espaços e meios de produção e reprodução, tendo que se deslocar cada dia entre a moradia (urbanizada) e suas *chakras*. O resultado de essa imposição terminou no abandono progressivo dessas "simulações de modernidade" (Wilson e Bayón, 2017), hoje convertidas em verdadeiras cidades fantasmas submetidas ao deterioro do clima e da natureza amazônica.

conteúdos da grade curricular e dos livros escolares (todos em espanhol), na supressão da participação das organizações indígenas e das comunidades nas políticas educativas e a imposição da "reitoria do Estado" e na eliminação do sistema de formação docente intercultural bilíngue (LANG, 2017; MUYOLEMA 2015).

A questão da diversidade étnica continuou sendo processada num curso assimilável pelo Estado sob uma artificial retórica intercultural incorporada como parte da transformação do Estado no governo Correa, transformação que, como destaca Lang, orientou-se exatamente num sentido "oposto daquela que seria necessária para abrir passo a uma interculturalidade e plurinacionalidade como horizontes civilizatórios alternativos" (LANG, 2017, p. 67).

Na visão atual das lideranças indígenas, ao refletir sobre as mudanças trazidas pelo reconhecimento constitucional da plurinacionalidade na Constituição de 2008, chama a atenção o escasso entusiasmo sobre elas, expressas com um lacônico "não mudou nada"[397] e em seu lugar prima um sentimento de frustração pelas dificuldades para sua concretização, ainda reconhecendo avanços como a adoção dos direitos da natureza[398]. Assim, Ampam Karakras sintetiza nos seguintes termos as razões que impedem que esse reconhecimento se materialize em transformações concretas para as nacionalidades e organizações indígenas:

> *Aunque la Constitución actual reconoce la plurinacionalidad, no hay una sola nación o nacionalidad que tenga definido su propio espacio o su propia propuesta para poder interactuar con el Estado plurinacional, porque el Estado actual, o el gobierno actual, aunque el marco constitucional lo reconoce, lo que ha priorizado es el derecho ciudadano; yo lo veo así. Bueno al menos el gobierno no quiere ningún sector organizado que pueda hacerle sombra, sino que es un neoliberalismo actualizado, renovado, con reivindicación de los individuos, entonces uno como individuo reivindica sus derechos, exige sus derechos, pero no puede como grupo organizado, no le conviene. Entonces yo miro por esa razón los ataques sistemáticos, los fraccionamientos sistemáticos, de todos los sectores organizados del país, ésa es mi lectura de lo que se está viviendo* (Entrevista Ampam Karakras, 22 Janeiro 2015)[399].

O governo Correa também manteve a incorporação de representantes indígenas na institucionalidade estatal, no entanto, concebendo-os como indivíduos étnicos, isto é por fora das dinâmicas de suas organizações e movimentos. "Agora sabemos que há aproximadamente

[397] Entrevista Lourdes Tibán, 22 Janeiro 2015.
[398] Entrevista Franco Viteri, 21 janeiro 2015.
[399] Tradução nossa: "Embora a atual Constituição reconheça a plurinacionalidade, não existe uma única nação ou nacionalidade que tenha definido seu próprio espaço ou sua própria proposta para poder interagir com o Estado plurinacional, porque o Estado atual, ou o atual governo, embora o arcabouço constitucional o reconheça, o que tem priorizado é o direito do cidadão; Eu vejo assim. Bem, ao menos o governo não quer nenhum setor organizado que possa lhe fazer sombra, mas é um neoliberalismo atualizado, renovado, com reivindicação dos indivíduos, então cada um como um indivíduo reivindica seus direitos, exige seus direitos, mas não pode como um grupo organizado, porque isso não convém. Então eu acho que esse é o motivo dos ataques sistemáticos, das subdivisões sistemáticas, contra todos os setores organizados do país, essa é minha leitura do que está sendo vivenciado"

3.000 funcionários indígenas, estão lá, nos mandos baixos, médios e isso é tudo, de isso se aproveita o governo atual e isso é a construção do Estado plurinacional", nos dizia Luis Macas[400]. A incorporação de funcionários indígenas tomados por fora de suas organizações fez parte da estratégia desenvolvida pelo governo encaminhada a controlar as organizações e dividir e criminalizar aquelas que se resistiam[401]. Nessa direção, algumas figuras políticas e funcionários indígenas do governo tiveram um papel destacado na implantação de práticas clientelistas no exercício de suas funções orientadas a garantir o apoio das organizações e comunidades de base ao governo.

A isso, se soma a resposta confrontadora do governo diante dos protestos das organizações indígenas e dos questionamentos levantados por várias de suas lideranças (que refletem também as distintas tendências existentes no movimento), convocando contramarchas, usando contra as lideranças a repressão policial e criminalizando os protestos pela via judicial sob a acusação de terrorismo e sabotagem[402]. Além disso, levantou campanhas midiáticas desqualificando as lideranças indígenas e as posições assumidas pelas organizações, enquanto paralelamente se instrumentalizava outras organizações aliadas ao governo por meio da entrega de recursos para atender demandas pontuais e se usava a influência de funcionários, autoridades e "representantes" indígenas próximos do poder executivo. Tratou-se de uma política sistemática de intervenção, controle e desestruturação sobre as organizações autônomas e de desqualificação de suas lideranças diante da sociedade[403]. Esta política coercitiva recriou e aprofundou a referida figura do "índio permitido" em contraposição àqueles sujeitos considerados "recalcitrantes", "perigosos" ou "atirapedras" os quais são estigmatizados, contribuindo assim, para o ressurgimento de preconceitos racistas e da violência contra os indígenas na sociedade (MARTÍNEZ, 2014). Estes dois aspectos foram explicitamente evidenciados nas mobilizações e paralização nacional indígena e popular em agosto de 2015, com a repressão sofrida por lideranças

[400] Entrevista Luis Macas, 6 Maio 2014.
[401] Entrevista Luis Andrango, 5 maio 2014; Entrevista Floresmilo Simbaña,1 de maio, 2014.
[402] Alguns desses processos judiciais continuam em curso nas diversas instancias até hoje e muitas lideranças indígenas e camponesas passaram meses detidas ou já foram condenadas a prisão. Por exemplo, Jose Acacho, liderança e presidente da Federação *Shuar* em 2009 e *ex-Asambleista* por Pachakutik, junto com Pedro Mashiant foram condenados a 12 anos de prisão (sentença atualmente em apelação na última instância), a propósito das mobilizações realizadas em 2009 contra as novas leis de mineração e de águas.
[403] Entre as formas de controle estabelecidas, Correa expediu um regulamento sob a forma de decreto executivo (decreto 16) que regulou as organizações sociais e que contemplou a possibilidade de dissolução forçada das organizações sob a discricionariedade do Estado se ele considerar que não estão atingindo seus objetivos ou por ingerência em políticas públicas. Esta última causa de dissolução foi aplicada para fechar a "Fundação Pachamama" após protestos contra um leilão de concessão de um bloco petroleiro na Amazônia equatoriana.

indígenas (e sua posterior repercussão na mídia)[404] e pelas comunidades do povo Saraguro quando a polícia invadiu suas casas e suas comunidades[405], nas mobilizações e paralização nacional convocadas pela CONAIE e o FUT.

5.5 MEGAMINERAÇÃO, TERRA, ÁGUA E SOBERANIA ALIMENTAR: Eixos do confronto e de construção dos sujeitos perigosos "fantasiados de ancestrais"

Após a aprovação da nova Constituição em 2008, um dos primeiros eixos de confronto do governo Correa com o movimento indígena que motivou sua mobilização foi a expedição de uma nova lei mineira aprovada pela Assembleia Nacional no ano 2009, para fomentar investimentos de grandes empresas em projetos de mineração em grande escala e facilitar a desapropriação das terras das comunidades localizadas nos projetos de mineração considerados estratégicos, em uma clara linha de continuidade com as políticas neoliberais do período anterior que tinham promovido a prospecção mineira em todo o território nacional[406] e entregue a empresas grandes concessões mineiras equivalentes a 20% do território nacional (SACHER e ACOSTA, 2012). No viés produtivista e desenvolvimentista do governo Correa, a mineração metálica em grande escala aparecia já como a alternativa que poderia suplantar ao petróleo. A partir desse momento, a defesa dos territórios indígenas e camponeses nas regiões e comunidades atingidas pelas atividades de prospecção e exploração mineira se constituiu um dois eixos de confronto principal das organizações indígenas com o governo, particularmente das organizações regionais e locais filiais da Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (CONAIE).

Atualmente estão em andamento 27 megaprojetos de mineração de metais no país, em diversas fases de implantação (ver anexo 6). Deles cinco foram considerados como projetos "emblemáticos e estratégicos" pelo governo Correa (três para a extração de ouro e dois de

---

[404] As lideranças indígenas Salvador Quishpe (Prefeito do governo Provincial de Zamora Chinchipe) e Carlos Pérez (Presidente do Ecuarunari) e sua esposa a periodista franco-brasileira Manuela Picq, foram espancados brutalmente numa manifestação de protesto em Quito. Posteriormente, Manuela Pick foi deportada e impedida de retornar ao país. Ver <http://www.planv.com.ec/historias/politica/centro-historico-batalla-una-vez-mas>. Acesso em: 15 fev 2018; <http://www.elcomercio.com/opinion/racismo-protestas-opinion-ecuador-indigenas.html>. Acesso em: 15 fev 2018.

[405] A repressão em Saraguro ganhou conotações internacionais depois as denúncias perante organismos internacionais pelo nível de violência policial contra as mulheres indígenas e pela criminalização do protesto que levou ao julgamento e condenação de vários indígenas. Ver <https://www.youtube.com/watch?v=9e1adCwCzvY>. Acesso em: 15 fev 2018; <https://cedhu.org/index.php/43-levantamiento-indigena-2015/boletines-y-pronunciamiento-institucionales/342-coniae-inredh-cedhu-boletin-conjunto-represion-en-saraguro-en-operativo-policial-y-militar>. Acesso em: 15 fev 2018; <http://www.planv.com.ec/historias/politica/informe-especial-el-espeluznante-inventario-la-represion>. Acesso em: 15 fev 2018

[406] Tratou-se de um ambicioso projeto do então *Ministerio de Energia y Minas* chamado *Proyecto de Desarrollo Minero y Control Ambiental* (PRODEMINCA) financiado pelo Banco Mundial.

cobre) e estão localizados nas províncias de *Morona Santiago*, *Zamora Chinchipe* e *Azuay*, na zona Sudeste e Sul do país. Os dois projetos maiores (os projetos cupríferos *Mirador* e *Panatza-San Carlos*) são de grandes empresas chinesas, estão em fase de "desenvolvimento", última etapa previa a fase de extração do mineral e estão localizados em territórios da nacionalidade *Shuar* (SACHER, 2017). As consequências ecológicas, o uso e degradação das águas e os desastres ambientais provocados nas regiões da mineração metálica em grande escala são conhecidas em outros países da América Latina e é o cenário que se vislumbra nos megaprojetos de mineração metálica no Equador, a maior parte dos quais estão localizados em zonas de alta biodiversidade e em ecossistemas frágeis (SACHER e ACOSTA, 2012; SACHER, 2017).

A consolidação dos megaprojetos de mineração durante o governo Correa abriu um cenário de violência e espoliação exercida pelo Estado e as empresas contra as comunidades localizadas nas zonas de sua implantação, violência incrementada em resposta as ações de resistência levantadas pelas comunidades, criminalizadas por essas ações. Despejos violentos das comunidades, desapropriações, assassinatos, perseguição e prisão para as lideranças indígenas e camponesas, militarização das regiões dos megaprojetos e dos territórios indígenas são as marcas que vão deixando estes megaprojetos os últimos anos. Para o caso equatoriano, coincidimos com Sacher (2017) que seguindo a Harvey compreende estes processos e a atuação do Estado neles, como formas concretas que assume a "acumulação por espoliação" no capitalismo contemporâneo, que neste caso têm os povos indígenas como protagonistas.

Dado que os megaprojetos de mineração requerem de grandes áreas territoriais para seu desenvolvimento, a violência começa com a desapropriação forçada das famílias indígenas e camponesas localizadas neles e o controle das populações próximas. No entanto, como sublinha Sacher (2017, p. 226), esses processos de desapropriação e a violência a eles associada (material, simbólica e psicológica) desatam intensas ações e formas de resistência contra as empresas envolvidas, que em determinados momentos incluíram a ocupação dos acampamentos de mineração das empresas.

Nos últimos anos, as maiores ações de violência contra as comunidades ocorreram precisamente na região dos dois megaprojetos mais avançados. No caso do projeto Mirador em 2015, em dois operativos de forças policiais conjuntamente com pessoal de segurança da empresa ECUACORRIENTE, despejaram pela força a comunidade *Shuar* de *Tundayme*, destruíram as casas, os pertences das famílias, as quais perderam também seus animais e culturas. Em 2014 José Tendentza foi assassinado, liderança *Shuar* oposta a esse projeto de

mineração e comprometido com a luta contra a mineração. Os responsáveis suspeitos (funcionários da empresa ECUACORRIENTE) continuam na impunidade, bem como o assassinato de Fredy Taish, outra liderança Shuar[407].

No caso do Projeto *Panatza-San Carlos*, também em território da nacionalidade *Shuar* (povo *Shuar Arutam*), houve ações de resistência à apropriação do território por parte das empresas transnacionais envolvidas nesse projeto por mais de uma década[408]. Em 2006, grupos *Shuar* ocuparam e destruíram os acampamentos instalados pelas empresas de mineração e estabeleceram o centro *Shuar* chamado de *Nantkins*. No mês de agosto de 2016, para atender os requerimentos das empresas de mineração chinesas Tongling y CRCC[409], o governo Correa ordenou um operativo com centenas de militares e policiais para despejar as famílias de *Nantkins.* Como ocorreu em *Tundayme*, as casas foram destruídas e as famílias perderam seus pertences, culturas e criações. Meses mais tarde, em novembro de 2016, grupos *Shuar* organizados ocuparam novamente a comunidade de *Nantkins*, como símbolo da resistência antimineração, no lugar em que o consórcio de empresas chinesas estava construindo um novo acampamento. No dia seguinte, montou-se um novo operativo com forças policiais para despejar o acampamento, com enfrentamentos violentos que deixaram vários policiais feridos e os grupos *Shuar* fugiram para a floresta. A zona foi militarizada e as comunidades *Shuar* da zona foram hostilizadas e amedrontadas. Em 14 de dezembro de 2016, grupos Shuar tentaram novamente ingressar em *Nantkins*, mas foram rejeitados pelos policiais, com o resultado de um policial morto. A reação do presidente Correa foi imediata, estigmatizou aos grupos *Shuar* que resistiram a mineração em grande escala, acusando-os de "violentos, fantasiados de ancestrais"[410] e declarou o Estado de Exceção em toda a Província de Morona Santiago (que se manteve por dois meses até fevereiro de 2017). A província foi toda militarizada, incluindo equipamento de guerra pesado, as comunidades *Shuar* da zona próximas a *Nantkins* foram invadidas e as mulheres e crianças tiveram que sair da zona para refugiar-se, enquanto os homens se esconderam na floresta para evitar serem detidos. As liberdades básicas foram suprimidas, a sede da *Federação Shuar* foi invadida por militares e

---

[407] Para o acesso à documentação detalhada de todos estes acontecimentos e suas consequências, inclusive os dolorosos depoimentos das famílias envolvidas ver Sacher (2017, p.262-287); *Colectivo de Investigación y Acción Psicosocial Ecuador* (2017).

[408] Sacher (2017), tomando como base várias fontes, narra em detalhe a história da resistência e os recentes acontecimentos de violência e espoliação em 2016 e 2017 na zona, incluindo depoimentos das mulheres atingidas, que por sua relevância resumo a seguir.

[409] *China Railways Construction Corporation*

[410] Ver *Diario El Telégrafo. Correa: "Hoy una familia está de luto por los violentos de siempre",* disponível em: <https://www.eltelegrafo.com.ec/noticias/politica/2/correa-hoy-una-familia-esta-de-luto-por-los-violentos-de-siempre>. Acesso em: 25 fev 2018.

seu presidente Agustín Wachapá foi detido e enviado para o cárcere de máxima segurança em Latacunga (Serra central) onde esteve preso até maio de 2017.

A descrição de Sacher (2017) destes acontecimentos conclui que o nível de repressão militar e violência exercida durante o Estado de Exceção na Província toda, deve ser entendido como um marco de referência repressivo a escala de toda a Província, direcionado contra toda a nacionalidade e o território *Shuar*, como uma demonstração de poder e um precedente contra um "ator de resistência potente" à expansão da megamineração no país (SACHER, 2017, p. 309-310).

Outro dos eixos de confronto com o movimento indígena e camponês que se exprimiu de diversas formas e em reiteradas ocasiões na esfera nacional esteve ligado à temática das políticas agrárias e mais concretamente aos processos de discussão e formulação das leis de soberania alimentar, águas, e terras (em substituição da lei de desenvolvimento agrário de 1994). A emissão desta legislação secundária obedeceu ao mandato constitucional e devia precisar as formas concretas como se deviam interpretar os artigos da Constituição sobre a temática, considerados conquistas do movimento indígena e camponês (a exemplo da proibição do latifúndio e da privatização das águas, da declaratória do país livre de transgênicos, os artigos sobre soberania alimentaria). Nesse sentido, estas leis eram consideradas chaves para viabilizar as possibilidades de concretização das conquistas constitucionais, de obter avanços tendentes a reverter a concentração da terra e da água nas mãos do agronegócio e levantaram inicialmente grandes expectativas nas organizações indígenas e camponesas que as colocaram em suas pautas políticas e de discussões. Não obstante, os conteúdos finais impostos nessas leis pelo governo Correa e seu bloco parlamentar, especialmente após de 2013, contribuíram a desativar todas as possibilidades de concretizar os avanços obtidos na Constituição.

Quando ainda primava o espírito das reformas constitucionais se iniciou a discussão da *Ley Orgánica del Régimen de Soberania Alimentaria (LORSA)* em 2008, a qual foi aprovada em 2009. Na avaliação que fizeram as organizações e movimentos camponeses e indígenas nesse momento consideravam que a correlação de forças não permitiria maiores avanços com esta lei e se procurou manter e garantir os avanços constitucionais e estabelecer mecanismos institucionais de participação das organizações no debate das leis e políticas relativas à soberania alimentar, adiando a discussão das aspirações redistributivas da terra e da água, para a discussão das esperadas leis de águas e de terras. Com a LORSA se cria a *Conferencia Plurinacional e Intercultural de Soberania Alimentaria (COPISA)* como espaço

de participação e de debate das organizações e movimentos em torno das leis e políticas relativas à agricultura e alimentação. Na proposta originalmente debatida e aprovada na *Asamblea Nacional*, a COPISA tinha um caráter deliberativo diante do Estado, mas esse caráter foi objeto do veto presidencial e na lei aprovada ficou apenas com um cunho consultivo. Nos anos posteriores, por meio da COPISA foram canalizadas algumas iniciativas, debates e propostas de leis dos movimentos camponeses e sociais para o Ministério de Agricultura e para a *Asamblea Nacional* (a exemplo da proposta de lei de terras das organizações camponesas e indígenas, ou da proposta da lei de *agrobiodiversidad, semillas e fomento agroecológico* impulsionada pelo movimento agroecológico), embora elas não tenham sido consideradas pela *Asamblea* (lei de terras) ou foram profundamente modificadas (lei de sementes)[411]. Nos últimos anos, a COPISA se manteve funcionando, porém com uma participação maior das organizações camponesas e indígenas mais próximas ao governo e com um papel limitado diante da orientação predominante das políticas agrárias da gestão Correa.

As leis de águas e de terras foram as que provocaram maiores confrontos e uma diferenciação forte de posições das organizações indígenas e camponesas, especialmente a CONAIE, diante do governo nacional. A proposta original da lei de águas iniciou sua discussão na *Asamblea Nacional* em 2009, mas pela força que tomaram as mobilizações indígenas contra essa proposta de lei em 2009 e 2010 (com a denúncia que a proposta de lei abria o acesso as fontes de água as corporações mineiras e que se pretendia uma forma de privatização da água)[412], seu trâmite foi adiado até que se definissem os mecanismos de consulta prévia da mesma. Esta lei só foi retomada, aprovada e expedida em 2014, sem ter um caráter redistributivo das concessões estabelecidas, apesar dos novos protestos indígenas que questionavam que as sugestões das organizações não foram consideradas na lei, especialmente no que diz respeito à constituição de um conselho plurinacional como máxima autoridade para a gestão da água.

Em complementariedade com as lutas pelo acesso e redistribuição da água em benefício das comunidades indígenas e camponesas, a elaboração de propostas para uma lei que propiciasse a desconcentração e a distribuição de terras também fez parte dos esforços e demandas das organizações indígenas e camponesas, no contexto das lutas pela soberania alimentar. Por meio da participação na COPISA, as organizações camponesas com a liderança

---

[411] Entrevista Roberto Gortaire, 25 janeiro 2015.

[412] Uma descrição das mobilizações indígenas em 2009 e 2010 contras as leis de mineração e de águas, dos posicionamentos das organizações e dos debates políticos com o governo Correa encontra-se em Becker (2015).

da FENOCIN formularam uma proposta de lei que foi apresentada à *Asamblea Nacional* sob a figura da iniciativa cidadã com o respaldo de aproximadamente 40.000 assinaturas. Estas propostas não tiveram eco no governo e diante da oposição levantada pelos empresários agrícolas a qualquer projeto desta índole, a posição do presidente Correa foi explícita para bloquear estas iniciativas (Hidalgo, 2013). A posição de autonomia que a FENOCIN adotou diante do governo, liderando o processo de apresentação da proposta de lei de terras, a qual a CONAIE se somou, foi duramente atacada pelo governo e por meio de manobras internas, seu presidente Luis Andrango, que mantinha uma posição crítica ao governo, foi afastado da presidência dessa organização[413]. Posteriormente, já em 2016, a nova legislação de terras denominada "*Ley de tierras rurales y territórios ancestrales"* foi aprovada. Esta lei não se direciona para a redistribuição da terra, pois não estava no horizonte das políticas agrárias do governo abrir uma frente que confrontasse as classes dominantes no campo e questionasse o padrão de acumulação capitalista sob o domínio do agronegócio. A lei promove uma visão produtivista das políticas agrárias, sob o suposto da harmoniosa convivência do agronegócio e a agricultura familiar camponesa, dando continuidade, atualizando e enfeitando os conteúdos da lei agrária neoliberal de 1994.

Paralelamente, a orientação fundamental das políticas agrárias no governo Correa esteve voltada para melhorar a produtividade, favorecer a agricultura industrial e a expansão de monoculturas sob o controle de grandes empresas, além de favorecer os encadeamentos produtivos e a integração vertical camponesa por meio da agricultura de contrato (LASSO, 2017), as quais fundamentalmente potencializaram a concentração econômica no agro em torno dos grupos econômicos mais poderosos (BAEZ, 2017) e reforçaram as condições de subordinação e exploração camponesa e indígena aos agronegócios, afastando-se da perspectiva da soberania alimentar.

[413] Entrevista Luis Andrango, 5 maio 2014.

6 CONCLUSÃO

O percurso realizado nesta pesquisa e ao longo desta tese me permitiu desenvolver uma abordagem panorâmica sobre as mudanças produzidas na relação do Estado equatoriano com o movimento indígena, a partir de sua irrupção na arena política nacional com sua própria voz e discurso político no *levantamiento* indígena de 1990. Na construção desta perspectiva, teve uma particular significação para a compreensão das mudanças produzidas no Estado e no movimento indígena na sua mútua relação, a conexão estabelecida com as caraterísticas específicas adotadas pelo processo de desenvolvimento capitalista no campo, nas diversas regiões do país e em distintos momentos históricos. Ao traçar alguns elementos chaves e momentos centrais da história agrária do país, essa conexão me permitiu compreender as particularidades do processo de formação do movimento indígena durante o século passado, as formas de resistência desenvolvidas diante do sistema de *hacienda* tradicional na Serra como espaço de articulação das relações de exploração do trabalho indígena e da dominação étnica de origem colonial, as lutas levantadas pela terra na Serra e pela defesa dos territórios das nacionalidades amazônicas ameaçados pelos processos de colonização e as arremetidas para extração de matérias primas na floresta amazônica, as mudanças das relações de classe no campo e como o acúmulo dessas lutas e a memória transmitida delas derivou no processo de confluência das organizações da Serra e da Amazônia e na constituição do movimento indígena nacional como hoje é conhecido.

No contexto do processo de transformações agrárias experimentadas no país, nessa travessia pela história das lutas e das formas organizativas assumidas pelas organizações indígenas ao longo do século XX, evidenciou-se a continuidade histórica do processo organizativo do movimento, de seus principais conteúdos políticos, das formas de construção e de afirmação de uma identidade coletiva que apela a referentes étnicos e classistas e da estruturação do discurso indígena e suas principais referências, através das quais as representações do passado recriam-se e relacionam-se com as lutas e condições do presente. Nesse sentido, nos afastamos das análises do processo político indígena, dominantes no meio acadêmico, que estabelecem uma espécie de ruptura entre o ciclo das mobilizações indígenas aberto a partir de 1990, caracterizado nessa visão pela “emergência” étnica, e as lutas camponesas anteriores, das abordagens que operam sobre a base da separação artificial da classe e da etnia, da economia e da cultura, como dimensões separadas e desconectadas dos processos concretos de reprodução social e cultural dos povos indígenas. Nesse sentido, assumimos a necessidade de compreender de forma articulada a questão da classe e da

etnicidade no processo político indígena em relação às dinâmicas concretas de desenvolvimento do capitalismo que configuram as práticas de subordinação e resistência.

De outro lado, a análise detalhada do processo de transformações agrárias experimentado na região Interandina me permitiu compreender as principais tendências existentes que marcaram o rumo das políticas agrárias, as mudanças na estrutura fundiária, a formação de uma burguesia agrária altamente capitalizada dedicada à pecuária de leite e a floricultura para a exportação, junto com um enorme setor camponês indígena que combina a produção nas suas *chakras* e a vida em suas comunidades com o assalariamento em uma condição quase permanente de semiproletarização. Nessas condições, se desenvolveram as organizações indígenas da Serra, suas lutas e confrontos, que propiciaram a formação de uma camada de lideranças indígenas, as quais desempenharam um papel importante no processo de articulação organizativa nacional e na consolidação de um discurso indígena-camponês e das propostas político-organizativas que derivaram posteriormente na proposta do Estado plurinacional.

Paralelamente, na região amazônica as primeiras organizações indígenas se constituíram para a articulação de estratégias de defesa de seus territórios ameaçados pela avançada dos processos de colonização, a expansão da exploração de petróleo e do projeto desenvolvimentista e integrador do Estado equatoriano. Esse processo organizativo suscitou ações de resistência e de negociação com o Estado, que permitiram posteriormente articular as diversas experiências organizativas no âmbito regional, amadurecer as reivindicações territoriais e favorecer processos de reconstituição e afirmação étnica como povos com suas particularidades específicas. Nesse contexto, se produz a retomada e reelaboração da noção de nacionalidades indígenas que teve um papel estratégico para a definição identitária e para a articulação do movimento indígena nacional a partir da década de 1980, ao contribuir para a confluência de distintas concepções e reivindicações diferenciadas decorrentes dos processos da Serra e da Amazônia e permitir fusionar os elementos étnicos e classistas presentes nas lutas, num discurso coletivo e num projeto político comum.

O *levantamiento* indígena de 1990 abriu um novo tempo político no país e foi o momento culminante no processo de consolidação do movimento indígena nacional, ao irromper como um novo sujeito político no topo da arena política nacional, com sua força sustentada em sua capacidade de mobilização, levantando a luta por terra e territórios como garantia para sua sobrevivência enquanto povos e demandas que confrontavam a estruturação neocolonial do Estado nacional. A partir do *levantamiento* de 1990, os temas da plurinacionalidade e do reconhecimento dos direitos coletivos dos povos indígenas tornaram-

se centrais no debate nacional, ao tempo que o Estado equatoriano começou a processar a questão étnica para colocá-la num terreno assimilável pelo Estado. Por sua vez, a força da mobilização alertou a burguesia agrária, que se preparou para enfrentar as ameaças que a mobilização indígena representava para o processo de acumulação capitalista no campo, criando as condições políticas para obter a finalização do processo de reforma agrária no Equador.

A partir do *levantamiento* de 1990, na travessia empreendida nesta pesquisa indagando as mudanças nas relações entre o Estado e o movimento indígena, mostrei que o Estado equatoriano fez algumas concessões diante da mobilização indígena e articulou progressivamente durante as últimas décadas uma política neoindigenista compatível com o neoliberalismo. A perspectiva teórica adotada nesta tese no espaço de confluência das noções de governamentalidade e biopolítica em Foucault e de hegemonia e Estado ampliado em Gramsci me permitiu compreender essa política como uma política de "administração de populações", isto é como uma biopolítica que tomou como objeto e sujeito dela a população indígena e desenrolou uma série de mecanismos reguladores e dispositivos de poder para atenuar a ameaça que esta representava para o desenvolvimento capitalista no campo. Assim, a questão étnica foi colocada num campo assimilável para o Estado através da adoção do discurso e dos dispositivos do multiculturalismo na governamentalidade neoliberal, que articulou e deu coerência a essa política. Um dos elementos centrais dessa política na abordagem multiculturalista foi a abertura de espaços institucionais no Estado e a incorporação de representantes indígenas na sua gestão, o qual condicionou a atuação do movimento indígena, modelou seu discurso e transformou suas expectativas e práticas organizativas e políticas, contribuindo para a domesticação do movimento indígena, suas reivindicações e lutas. A aplicação dessa política garantiu a adoção de políticas agrárias neoliberais, desmontou progressivamente os eixos contestatórios e antissistema presentes no movimento indígena e bloqueou gradualmente sua capacidade de mobilização.

No processo de articulação progressiva dessa política analisei três momentos chaves na história recente por sua significação política e por suas implicações para a reconfiguração das modalidades de representação indígena diante do Estado. Estes momentos foram:

a) O processo de negociação de uma lei agrária de "consenso" entre o Estado, o movimento indígena e as Câmaras empresariais de Agricultura em 1994, por meio da qual se enterrou a Reforma Agrária, geraram-se as condições para a expansão da agricultura capitalista no campo e propiciou-se uma desativação das demandas agrárias do movimento por quase uma década, para abrir passo nos anos seguintes a um discurso etnoinstitucionalista

focado na abertura de espaços para a participação indígena no Estado. Iniciava-se assim uma modalidade de negociação do Estado com o movimento indígena na qual o Estado incorporava e reconhecia aos representantes do movimento como interlocutores legítimos na discussão e negociação das políticas, ao tempo que enquadrava os limites de sua atuação sem modificar significativamente a orientação neoliberal predominante das políticas públicas.

b) O processo de aprovação dos direitos coletivos indígenas na constituição de 1998, com escassa aplicabilidade diante da ausência da legislação secundária, desativou os conteúdos interpeladores diante do Estado e da sociedade nacional presentes até aquele momento na proposta da plurinacionalidade e contribuiu para a entrada dócil do movimento indígena no terreno do multiculturalismo, enquanto paralelamente se corroíam os alicerces das condições de produção e reprodução social das comunidades indígenas.

c) Com o dispositivo multiculturalista consolidado, a incorporação política de representantes indígenas na gestão do Estado em altos cargos em governos neoliberais, que teve seu ponto culminante no governo Gutiérrez e implicou o desdobramento dentro do movimento indígena de amplos mecanismos de cooptação clientelista com um forte efeito desmobilizador, confirmando uma tendência de inclusão de representantes indígenas convocados a desempenhar um papel específico na implantação das políticas neoliberais: articular as dinâmicas das organizações indígenas em torno desses mecanismos. Através da inclusão no aparelho do Estado se alcançava o consentimento ativo de representantes do movimento indígena e sua conversão na figura do "índio permitido", como parte da política de administração de populações e do dispositivo multicultural na governamentalidade neoliberal.

A criação de entidades estatais direcionadas especificamente para a população indígena e geridas pelos representantes indígenas constituiu um dos eixos centrais de operação do dispositivo biopolítico multiculturalista, como ponto nodal de articulação do Estado com as organizações indígenas, no espaço de confluência entre o campo político e o aparelho do desenvolvimento. Por meio dessas entidades se canalizou a incorporação de funcionários e intelectuais indígenas vinculados às organizações indígenas na lógica do Estado neoliberal. A dinâmica gerada a partir dessas instituições e dos projetos de desenvolvimento para as populações indígenas fortaleceram a presença de uma tendência etnoinstitucionalista dentro do movimento indígena a qual priorizou a inclusão e participação institucional indígena no aparelho do Estado a partir da afirmação étnica, provocando a "estatização" do movimento e uma perda de sua autonomia. Essa dinâmica converteu-se na dominante em todas as expressões organizativas nacionais do movimento indígena no final da década de 1990 e na primeira

metade da década de 2000 e atravessou também as instâncias intermediárias de atuação local ou provincial do movimento. A participação no Estado converteu-se numa finalidade em si mesma provocando o enfraquecimento de uma perspectiva política transformadora da realidade social no movimento e a perda dos conteúdos contestatórios na proposta da plurinacionalidade, ao ficar restrita ao âmbito da participação institucional no aparelho do Estado.

O aparelho institucional do desenvolvimento rural como dispositivo de poder/saber também desempenhou um papel significativo na política neoindigenista de administração da população indígena ao funcionalizar as dinâmicas organizativas na lógica dos projetos de desenvolvimento. Também incorporou lideranças indígenas na gestão dos projetos, provocando uma tendência a sua tecnocratização, como novos intermediários desse entretecido institucional. A influência do aparelho institucional do desenvolvimento rural nas dinâmicas das organizações indígenas foi significativa nas instâncias organizativas intermediárias do movimento (locais e provinciais), subordinando-as aos discursos dominantes no dispositivo do desenvolvimento, suplantando uma prática política mais autônoma, o qual ocasionou a perda paulatina de uma dimensão de luta, mobilização e construção de uma perspectiva política transformadora.

A subordinação das organizações indígenas frente ao aparelho institucional do desenvolvimento, também se expressou no deslocamento do âmbito e do sentido da luta político – eleitoral do movimento indígena do nível nacional para a esfera local, por meio do acesso de representantes indígenas aos governos locais em cantões e províncias com maior população indígena. A gestão desses governos locais também ficou circunscrita aos limites marcados pelo Estado neoliberal e significou mais uma via de colonização e subordinação do discurso indígena aos discursos dominantes presentes no campo político e no aparelho de desenvolvimento, diluindo-se as possibilidades de um questionamento crítico do capitalismo e das condições estruturais geradoras das desigualdades sociais e econômicas. A ênfase dessas experiências de gestão de governos locais na "participação cidadã" se orientou fundamentalmente para legitimar as autoridades indígenas diante da população mestiça dos centros urbanos, principais incluídos nos processos participativos, em contextos locais nos quais prevalecem preconceitos e práticas racistas contra os indígenas.

O processo de participação política eleitoral por meio do Movimento Pachakutik, a gestão de representantes indígenas nos governos locais e nas entidades estatais e projetos de desenvolvimento favoreceu a criação de uma "elite" indígena que reproduz e amplia relações e redes clientelistas para sua manutenção nas instâncias de poder político, que derivaram na constituição de práticas políticas e estilos cacicais de liderança. Esta tendência na representação indígena é reforçada pelos processos de diferenciação econômica existentes nas comunidades e

a tendência dos governos de usar as figuras locais com amplo respaldo eleitoral, como operadores políticos locais. Isso tudo tem contribuído para o desgaste e a perda dos sentidos políticos originais para os quais foi criado o movimento Pachakutik.

Após o esfacelamento político, as fraturas internas e as dificuldades experimentadas pelo movimento indígena com sua participação no governo Gutiérrez, as lutas contra a possível assinatura do Tratado de Livre Comércio com Estados Unidos permitiram ao movimento indígena retomar na sua pauta a agenda agrária e iniciar um processo de recomposição interna procurando uma conexão mais próxima com as preocupações e demandas de suas comunidades de base e recuperar sua capacidade de mobilização para incidir nas políticas nacionais.

A chegada ao governo de Rafael Correa levantou expectativas no movimento indígena pelas mudanças anunciadas e pelo processo de elaboração da nova Constituição aprovada em 2008. Nela se processaram algumas das propostas apresentadas pelos movimentos sociais registrando-se várias conquistas e o reconhecimento de direitos, entre elas a definição do Estado equatoriano como um Estado plurinacional e intercultural. Não obstante, além das mudanças constitucionais, o projeto neodesenvolvimentista do governo Correa pôs em andamento um agressivo processo de modernização capitalista com o protagonismo do Estado para desenvolver as condições para a valorização do capital, afastando-se de uma perspectiva que prefigure mudanças radicais no padrão de desenvolvimento, com participação das organizações e movimentos sociais. O projeto neodesenvolvimentista do governo Correa impôs várias mudanças de acima para baixo, sem se perguntar sobre o tipo de Estado necessário, limitando os espaços para o exercício de uma política autônoma por fora da centralidade do Estado. O sentido imposto das mudanças caracterizou-se por uma visão produtivista e do “progresso”, compatível com a governamentalidade neoliberal, ao criar um clima favorável de negócios para o capital corporativo e promover o desenvolvimento capitalista com fortes investimentos públicos para a construção de infraestrutura.

O governo Correa aproveitando uma conjuntura extremamente favorável pelos altos preços do petróleo impulsionou transformações no âmbito da reforma e modernização institucional do Estado para adequá-lo às necessidades estratégicas de desenvolvimento do capital, entre elas a estabilidade política. Neste sentido, o processo político desenvolvido na última década permitiu a recomposição da hegemonia burguesa no Equador, garantiu melhores condições para a acumulação capitalista nos distintos setores econômicos, e marcou uma direção para o conjunto da sociedade, produzindo e organizando o consentimento de vastos setores da população.

Na medida em que sua legitimidade nasceu e se montou sobre o acúmulo das lutas sociais contra o neoliberalismo o governo apropriou-se dos elementos simbólicos e significantes construídos pelos movimentos sociais e o movimento indígena, transformando seus conteúdos e inserindo-os dentro da lógica desenvolvimentista do Estado. Essa apropriação foi útil no processo de construção de hegemonia, que permitiu ao governo apresentar-se como portador de um novo rumo alternativo de desenvolvimento, garantindo a adesão de amplias camadas da população e o consenso social com suas políticas. Mas essa retórica esteve amalgamada com um processo efetivo de controle e desmobilização das organizações e movimentos sociais que expressavam questionamentos críticos ao governo, especialmente por seu viés extrativista. Isso reverberou na promoção de formas clientelistas de relação com as comunidades com o objetivo de enfraquecer as organizações nacionais, além da desqualificação das lideranças nacionais na mídia e o uso da repressão direta, a judicialização e criminalização dos protestos quando os movimentos levantaram ações de resistência. Ainda assim, alguns movimentos conseguiram reconfigurar sua autonomia e reestabelecer antigas alianças entre setores para realizar mobilizações confrontando o discurso governamental. Isso provocou uma maior repressão os últimos anos. Nesse sentido, configurou-se um novo momento no exercício da hegemonia caracterizado pelo incremento do grau de coerção real ou latente contra as resistências existentes, reconfigurando o equilíbrio na combinação da força e do consenso.

O projeto neodesenvolvimentista do governo Correa não significou uma ruptura radical com a política neoindigenista de administração da população indígena e seu dispositivo multiculturalista. De um lado reforçou e agudizou alguns elementos desta política e de outro provocou algumas inflexões, provocando como consequência a degradação dos sentidos do reconhecimento constitucional do Estado plurinacional e de outras conquistas alcançadas pelo movimento indígena e camponês na Constituição. Em todos os temas críticos para as organizações indígenas e para sua sobrevivência como povos, a legislação secundária emitida nos anos posteriores bloqueou a possibilidade de concretizar os avanços alcançados na Constituição e desativou todo seu potencial transformador diante do processo de expansão capitalista no campo e do viés extrativista do projeto do governo que favoreceu a implantação da megamineração. Processos que abriram novos cenários de confronto com o movimento indígena em torno das lutas de resistência pela defesa dos territórios indígenas e a soberania alimentar.

O projeto do governo Correa trouxe uma versão renovada de uma política indigenista integradora que nega às principais organizações indígenas o protagonismo político e

transforma as comunidades em receptores passivos das ações do governo e em sujeitos obedientes. Dessa forma, a noção da plurinacionalidade foi instrumentalizada em função dos requerimentos do padrão de desenvolvimento capitalista, reduzindo-a e degradando-a ao suprimir por meio da legislação secundária qualquer vestígio de autonomia e autodeterminação indígena na mesma. Esta concepção aprofundou o dispositivo multiculturalista ao restringir e enquadrar mais o alcance dos direitos aceitáveis pelo Estado e bloquear todos aqueles que pudessem colocar em risco o padrão de desenvolvimento capitalista.

Isso se complementou com as respostas confrontadoras do governo diante dos protestos indígenas, a ativação do aparelho repressivo e a judicialização e criminalização dos protestos com a acusação de sabotagem e terrorismo contra centenas de lideranças indígenas. Implantou-se uma política sistemática de intervenção, controle e desestruturação sobre as maiores organizações indígenas autônomas e de desqualificação de suas lideranças, por meio de campanhas midiáticas. Essa política repressiva estigmatizou as lideranças indígenas como sujeitos "perigosos" e "recalcitrantes" ativando preconceitos racistas, em contraposição à figura do "índio permitido". Nesse sentido, radicalizou esta oposição característica do dispositivo multiculturalista na governamentalidade neoliberal.

Enfim, após desta extensa travessia para compreender a relação do Estado com o movimento indígena no Equador durante as últimas décadas, em relação com as cinco questões centrais que orientaram esta pesquisa podemos concluir:

a) Como consequência da presença política do movimento indígena na arena política nacional com sua força sustentada em sua capacidade de mobilização, o Estado equatoriano articulou uma serie de respostas que implicaram concessões ao movimento (demarcação de territórios na região Amazônica, solução de alguns conflitos de terra na Serra) e transformações no aparelho do Estado (criação de instituições e projetos do Estado direcionados para as populações indígenas), no quadro jurídico (reformas constitucionais incluindo o reconhecimento do Estado plurinacional) e nas práticas políticas (reconhecimento da legitimidade da representação indígena) para incorporar a participação social e política indígena no Estado. Embora, estas concessões e transformações do Estado equatoriano implicaram uma reconfiguração das modalidades de dominação étnica e mudanças no papel do Estado na administração da questão étnica, preservaram ao mesmo tempo as dinâmicas de acumulação e reprodução capitalista no campo, especialmente no que diz respeito à expansão das atividades extrativas nos territórios das nacionalidades amazônicas (petróleo, megamineração) e dos agronegócios na Serra e na Costa, barrando possibilidades mais

abrangentes de redistribuição da terra e das concessões da água para irrigação ou da participação indígena nas decisões sobre atividades extrativas nos seus territórios (consentimento prévio). Dessa forma, não alteraram substancialmente as condições de subordinação e de exploração indígena e camponesa, definidas pelas características do padrão de desenvolvimento capitalista no campo.

b) O conjunto de evidencias apresentadas ao longo desta tese mostraram como as respostas geradas pelo Estado equatoriano, as concessões feitas ao movimento indígena e o desenvolvimento progressivo da política de administração da população indígena foram altamente compatíveis com as reformas neoliberais e com as diretrizes centrais das mudanças operadas no padrão de desenvolvimento capitalista. Nessa direção, o próprio reconhecimento do caráter plurinacional do Estado equatoriano, dos direitos coletivos indígenas e a incorporação de representantes indígenas na gestão dessa política enquadraram-se dentro da perspectiva multiculturalista, para permitir um tratamento adequado da questão étnica e das diferenças culturais no neoliberalismo, marcando os limites dos direitos aceitáveis pelo Estado e conjurando os perigos e ameaças que representava a mobilização indígena e seus questionamentos às reformas neoliberais.

c) Além das diferenças entre os distintos governos, a política de administração das populações indígenas consolidou-se como política do Estado equatoriano na segunda metade da década de 1990 e ganhou um alto grau de coerência ao adotar como seu eixo articulador o multiculturalismo como discurso dominante e dispositivo de poder. Ao posicionar-se como linha diretriz para conduzir a atuação do Estado diante da questão étnica, o multiculturalismo permitiu ao Estado equatoriano encontrar na diversidade cultural o espaço para sua legitimação e para a construção de hegemonia. A criação de entidades do Estado direcionadas para as populações indígenas geridas por representantes indígenas e a confluência do dispositivo multiculturalista com o aparelho institucional do desenvolvimento rural, articularam esta política neoindigenista, contribuindo para a subordinação das dinâmicas das organizações indígenas.

d) Sem significar uma ruptura com o dispositivo do multiculturalismo neoliberal que organizou a política de administração da população indígena, o projeto neodesenvolvimentista impulsionado na última década pelo governo Correa aprofundou alguns elementos desta política e provocou inflexões em outros. Essas inflexões, ao trazer uma versão renovada de uma política indigenista integradora, cuja dimensão é a construção de sujeitos obedientes, modificaram negativamente os sentidos do reconhecimento do Estado plurinacional e de

outras conquistas alcançadas pelo movimento indígena. Trata-se então de um Estado plurinacional degradado em relação aos conteúdos da plurinacionalidade defendida pelo movimento indígena, no que diz respeito à organização indígena e sua qualidade de sujeito político, ao exercício dos direitos coletivos, bem como à autonomia e autodeterminação dos povos e nacionalidades indígenas. Nesse processo, o governo apropriou-se de elementos simbólicos e discursivos provenientes do movimento indígena (como a defesa da "Pachamama" e do "Bem-Viver") e das lutas sociais contra o neoliberalismo, como base de uma retórica para a construção da hegemonia e a obtenção do consentimento de vastos setores da sociedade. Esta dinâmica política combinou-se com a permanente desqualificação das lideranças indígenas e a criminalização do protesto social, incrementando o grau de coerção real e latente contra as resistências existentes.

e) Como resultado do processo de interação com o Estado e da política de administração da população indígena se produz uma progressiva desmontagem dos conteúdos contestatórios presentes no discurso do movimento indígena, transformando gradualmente as expectativas e o perfil de seus representantes e diminuindo parcial e progressivamente sua capacidade de mobilização. A relação com o Estado fortaleceu uma tendência etnoinstitucionalista dentro do movimento indígena que priorizou a participação institucional indígena dentro do aparelho do Estado e contribuiu para a criação de uma "elite" indígena que reproduz práticas clientelistas arraigadas na cultura política. O processo político do movimento indígena ficou marcado pelas tensões internas decorrentes da política de administração da população indígena, a qual gerou dinâmicas complexas que se deslocam entre a subordinação, a negociação e as lutas de resistência, redefinindo assim as formas de luta e confronto e o caráter do movimento em diversas conjunturas.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. El Retorno del Estado: primeros pasos postneoliberales, mas no postcapitalistas. **Revista La Tendencia**, número 13, Quito: FES – ILDIS, Abril-Mayo 2012, pp. 62-72.

ACOSTA, Alberto; CAJAS, John. Dialéctica de (casi) una década desperdiciada: estridencias, orígenes y contradicciones del correísmo. In: GUDYNAS, Eduardo, et al. **Rescatar la esperanza**: Más allá del neoliberalismo y el progresismo. Barcelona: Entrepueblos, 2016. p. 115-162.

_____. "La deuda eterna" contrataca, en **Rebelión**, 27-07-2017: Disponível em: http://www.rebelion.org/noticia.php?id=229560. Acesso em: 07 jan 2018.

_____. Una economía con respirador artificial, en **Rebelión**, 06-01-2018: Disponível em:<http://www.rebelion.org/noticia.php?id=236248>. Acesso em: 07 jan 2018.

ACOSTA, Alberto, *et al*. **"Nada solo para los indios". El levantamiento indígena del 2001:** análisis, crónicas y documentos. Quito: Ediciones Abya Yala, 2001.

AGAMBEM, Giorgio. **Estado de exceção.** 2ª. Edição. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **O que resta de Auschwitz:** o arquivo e a testemunha (Homo Sacer III). São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **Homo Sacer:** O poder soberano e a vida nua I. 2ª. Edição. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

_____. **O reino e a glória:** uma genealogia teológica da economia e do governo: homo sacer, II, 2. São Paulo: Boitempo, 2011.

ALMEIDA, Jorge. A relação entre mídia e sociedade civil em Gramsci. **Revista Compolítica**, n. 1, vol. 1, ed. março-abril, 2011, p. 120-132.

_____. Hegemonia e bloco histórico no Brasil pós Lula da Silva. In: FERREIRA, Edemir; CLOUX, Raphael (Orgs.), **Hegemonia e resistências no Brasil**, Salvador: KAWO_KABIYESILE, 2012, p. 237-258.

ALMEIDA José, *et al*. **Sismo étnico en el Ecuador.** Quito: CEDIME – Ediciones Abya-Yala, 1993.

ALVAREZ, Freddy, *et al*. **El Correísmo al Desnudo**, Quito: Montecristi Vive, 2013.

AMNISTÍA INTERNACIONAL. **"Para que nadie reclame nada" ¿Criminalización del derecho a la protesta en Ecuador?**, Madrid: EDAI, 2012

ARANTES, Paulo, Depois de junho a paz será total. In: ARANTES, Paulo. **O novo tempo do mundo:** e outros estudos sobre a era da emergência. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 353-460.

ARCEU, Enrique; BASUALDO, Eduardo. Documento inicial: Los cambios de los sectores dominantes en América Latina bajo el neoliberalismo. In: BASUALDO, Eduardo; ARCEU, Enrique (Comp.). **Neoliberalismo y sectores dominantes:** Tendencias globales y experiencias nacionales. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

AYALA, Gustavo. Gobiernos locales… Alternativos?: un análisis de discurso, Quito: Documento preparado para Heifer Ecuador y Swissaid, inédito, 2005.

BAEZ, Jonathan. **Acumulación en la Revolución Ciudadana**: concentración de mercado y grupos económicos en el sector agropecuario. Quito: Centro de Derechos Económicos y Sociales –CDES–, 2017.

BARRE, Marie-Chantal. **Ideologías indigenistas y movimientos indios.** México, Siglo XXI, 1983.

BARRERA, Augusto, **Acción colectiva y crisis política:** El movimiento indígena ecuatoriano en la década de los noventa. Quito: Centro de Investigaciones Ciudad, OSAL, Ediciones Abya Yala, 2001.

BARSKY, Osvaldo. **La reforma Agraria Ecuatoriana.** Quito: Corporación Editora Nacional, 1984.

BARTH, Fredrik (comp.). **Los grupos étnicos y sus fronteras**, México: Fondo de Cultura Económica, 1976.

BARTRA, Armando. **El hombre de hierro. Los límites sociales y naturales del capital.** México: UACM – Editorial Itaca – UAM Xochimilco, 2008.

_____. **Campesindios:** Aproximaciones a los campesinos de un continente colonizado. Quito: Ediciones La Tierra – OXFAM – FENOCIN, 2011a.

_____. **Os novos camponeses:** leituras a partir do México profundo. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, UNESCO, UNESP. 2011b.

BECKER, Marc. La historia del movimiento indígena escrita a través de las páginas de *Ñucanchic Allpa*. In: SOSA-BUCHHOLZ, Ximena; WATERS, William (Comp.). **Estudios ecuatorianos: un aporte a la discusión.** Quito: FLACSO, Abya Yala, 2006, p. 133-153.

_____. Comunistas, indigenistas e indígenas en la formación de la Federación Ecuatoriana de Indios y el Instituto Indigenista Ecuatoriano. **Iconos,** N° 27**,** Quito: FLACSO, enero 2007, p. 135-144.

_____. **Indians and Leftist in the Making of Ecuador's Modern Indigenous Movements.** Durham: Duke University Press, 2008.

_____. Construcciones de nacionalidades indígenas en el pensamiento marxista ecuatoriano. **Revista R**, **año 5, Número 11**, Quito, Febrero de 2013, p. 22-40.

_____. **¡Pachakutik! Movimientos indígenas, proyectos políticos y disputas electorales en el Ecuador.** Quito: FLACSO Ecuador, Ediciones Abya Yala, 2015.

BECKER, Marc; TUTILLO, Silvia. **Historia agraria y social de Cayambe**, Quito: FLACSO Ecuador, Ediciones Abya Yala, 2009.

BENGOA, José. **La emergencia indígena en América Latina**. Chile: Fondo de Cultura Económica, 2007.

BIANCHI, Alvaro. **O laboratorio de Gramsci:** filosofia, história e política. São Paulo: Alameda, 2008.

BOCCO, Arnaldo. **Auge petrolero, modernización y subdesarrollo:** el Ecuador de los años setenta. Quito: Corporación Editora Nacional, 1987.

BONNETT, Diana. **Los protectores de naturales en la Audiencia de Quito:** Siglos XVII y XVIII. Quito: FLACSO, Ediciones Abya Yala, 1992.

BORCHART DE MORENO, Christiana, **La Audiencia de Quito:** aspectos económicos y sociales (Siglos XVI – XVIII). Quito: Ediciones del Banco Central del Ecuador – Ediciones Abya Yala, 1998.

BOTERO, Luis Fernando. **Movilización indígena, etnicidad y procesos de simbolización en Ecuador:** el caso del líder indígena Lázaro Condo. Quito: Ediciones Abya Yala, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Lingüisticas**: O que Falar Quer Dizer. 2ª ed., 1ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

BRETÓN, Víctor. **Cooperación al desarrollo y demandas étnicas en los Andes ecuatorianos.** Quito: FLACSO- Universitat de Lleida – GIEDEM, 2001.

_____. La deriva identitaria del movimiento indígena en los Andes ecuatorianos o los límites de la etnofagia. In: MARTINEZ, Carmen, Compiladora. **Repensando los movimientos indígenas**. Quito: FLACSO, 2009, pp. 69-121.

_____. **Capital social y etnodesarrollo en los Andes**. Quito: CAAP, 2005.

_____. **Toacazo:** En los Andes equinocciales tras la reforma agraria. Quito: FLACSO Ecuador, Ediciones Abya Yala, Universitat de Lleida, 2012.

_____. Etnicidad, desarrollo y 'Buen Vivir': Reflexiones críticas en perspectiva histórica, **Revista Europea de Estudios Latinoamericanos y del Caribe ERLACS**, No. 95, CEDLA, Amsterdam, Octubre 2013, p. 71-95.

BROWN, Wendy. Neo-liberalism and the End of Liberal Democracy. **Theory & Event.** The Johns Hopkins University Press, Volume 7, Issue 1, 2003.

BUCI-GLUCKSMANN, Christine. **Gramsci e o Estado:** Por uma teoria materialista da filosofia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980a.

_____. Entrevista con Christine Buci-Glucksman (de Agustín Cueva). **Revista Mexicana de Sociología,** Vol. 42, No. 1, 1980b, p. 289-301

BURBANO DE LARA, Felipe. **La revuelta de las periferias**: Movimientos regionales y autonomias políticas en Bolivia y Ecuador. Quito: FLACSO, 2014.

BURGOS, Dalton, **Las luchas campesinas 1950-1983:** movilización campesina e historia de la FENOC. Quito: CEDEP, 1984.

BURGUETE, Araceli, "Gobernar en la diversidad en tiempos de multiculturalismo en América Latina" en Leyva, Xochitl, Araceli Burguete y Shannon Speed, Coordinadoras. **Gobernar (en) la diversidad: experiencias indígenas desde América Latina. Hacia la investigación de co-labor.** México: Publicaciones de la Casa chata, 2008.

BUSTAMANTE, Teodoro. **Larga lucha del Kakaram contra el Sucre.** Quito: Ediciones Abya Yala 1988.

CABRERA, Santiago (Ed.). **La Gloriosa, ¿Revolución que no fue?** Quito: Universidad Andina Simón Bolívar, Corporación Editora Nacional, 2016.

CAMACHO, Carlos; NAVAS, Mónica. **Evaluación del proceso de cambio en la tenencia y mercado de la tierra en la Sierra Norte y Central (1964-1991)**. Vol II. Quito: IDEA. Documento técnico 41, 1992.

CAMERON, John D. Democratización municipal y desarrollo rural en la Sierra ecuatoriana, In: NORTH, Liisa; CAMERON, John D. (Ed.) **Desarrollo rural y neoliberalismo**. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar-Corporación Editora Nacional, 2008, p. 205-230.

CAMPANA, Florencia; LARREA, Fernando. Seguridad alimentaria: La utopía en el mundo de la abundancia. **Ecuador Debate**, 44, Quito: CAAP, Agosto 1998, p. 193-205.

CARRASCO, Hernán. Democratización de los poderes locales y levantamiento indígena. In: ALMEIDA José, et al. **Sismo étnico en el Ecuador**. Quito: CEDIME – Ediciones Abya-Yala, 1993, p. 29-70.

CHANCOSO, Blanca, "El despertar indígena se da en la lucha por la tierra". **Cuadernos de Nueva. Revuelta y desafío: La cuestión indígena en el Ecuador, Nº 7**, Quito, junio 1983, p. 40-43.

CHÁVEZ, Gina. Proteccionismo humanista: retórica y praxis del neo indigenismo en el Ecuador. In: GARCÍA, Fernando (comp.). **Identidades, etnicidades y racismo en América Latina**. Quito: FLACSO, 1999, p. 229-246.

CHIRIBOGA, Manuel. Formas tradicionales de organización social y actividad económica. In: AAVV, **Del indigenismo a las organizaciones indígenas,** Quito: Ediciones Abya Yala, 1985, p. 29-90.

_____. Movimiento campesino e indígena y participación política en Ecuador: la construcción de identidades en una sociedad heterogénea. **Ecuador Debate, 13,** Quito: CAAP, Mayo 1987, p. 87-121.

_____ (Comp.). **El problema agrario en el Ecuador.** Quito: ILDIS, 1988.

CHIRIBOGA, Manuel, *et al*. **Cambiar se puede**: Experiencias del FEPP en el desarrollo rural del Ecuador. Quito: FEPP, Abya Yala, 1999.

CERVONE, Emma. Los desafíos del multiculturalismo. In: MARTINEZ, Carmen (comp.). **Repensando los movimientos indígenas**. Quito: FLACSO, 2009, p. 199-214.

CIDA. **Tenencia de la tierra y desarrollo socio-económico del Sector Agrícola**: Ecuador. Washington: OEA, 1965.

_____. Conceptos generales del asedio en las haciendas serranas. In: CHIRIBOGA, Manuel (Comp.). **El problema agrario en el Ecuador.** Quito: ILDIS, 1988, p. 59-68.

CLARK, Kim. Nuevas estrategias de resistencia en la sierra ecuatoriana: acciones y discurso campesino, 1930-1950. **Revista Memoria No. 7**, Quito: MARKA, Instituto de Historia y Antropologías Andinas, 1999, p. 77-94.

COLECTIVO DE INVESTIGACIÓN Y ACCIÓN PSICOSOCIAL ECUADOR**. La herida abierta del Cóndor:** Vulneración de derechos, impactos socioecológicos y afectaciones psicosociales provocados por la empresa minera china EcuaCorriente S.A. y el Estado ecuatoriano en el Proyecto Mirador. Quito: Acción Ecológica, 2017.

CONAIE - Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador. **Las nacionalidades indígenas en el Ecuador:** nuestro proceso organizativo. 2ª Ed. Quito: Ediciones TINCUI – CONAIE – Abya Yala, 1989.

_____. **Proyecto Político.** Quito: CONAIE, 1994.

_____. **Propuesta de la CONAIE frente a la Asamblea Constituyente**: Principios y lineamientos para la nueva constitución del Ecuador. Quito: CONAIE, 2007.

_____. **Proyecto Político para la construcción del Estado Plurinacional e Intercultural:** propuesta desde la visión de la CONAIE 2012**.** Quito: CONAIE, 2013.

CONAIE-RIAD-IULA. Descentralización, Gobiernos Locales y Participación de las Organizaciones Campesinas e Indígenas. Memorias del Seminario Taller, Quito: 1995.

CORNEJO, Diego (Ed.). **INDIOS:** una reflexión sobre el levantamiento indígena de 1990**.** Quito: ILDIS, El Duende, Abya Yala, 1991,

CORONEL, Rosario. **El valle sangriento:** De los indígenas de la coca y el algodón a la hacienda cañera jesuita: 1580-1700. Quito: FLACSO, Ediciones Abya Yala, 1991.

CORONEL, Valeria. La fragua de la voz: cartas sobre revolución, subjetividad y cultura nacional-popular, In MERIGUET MARTÍNEZ, Nela (prod.). **Vienen ganas de cambiar el tiempo:** Epistolario entre Nela Martínez y Joaquín Gallegos Lara, 1930-1938. Quito: Instituto Metropolitano de Patrimonio, Archivo Martínez - Meriguet. 2012, p. 381-490.

_____. La revolución Gloriosa: una relectura desde la estrategia de la hegemonía de la izquierda de entreguerras. In: CABRERA, Santiago (Ed.). **La Gloriosa, ¿Revolución que no**

fue? Quito: Universidad Andina Simón Bolívar, Corporación Editora Nacional, 2016, p. 71-94.

CORRAL, Jorge; CORRAL, Luis. Desarrollo local humano sustentable: una reconstrucción crítica de su concepto: alcances de las propuestas y prácticas de los gobiernos locales indígenas de Saquisilí (1996-2004) y Cotopaxi (2000-2004) Quito: Documento preparado para Heifer Ecuador y Swissaid, inédito, 2005.

COSTALES, Piedad Peñaherrera de. El huasipungo y su evolución histórica. **Anales**: Órgano de la Universidad Central**.** Quito, Editorial Universitaria, **tomo XCI, N° 346,** 1962, p. 15-36.

COSTALES, Piedad; COSTALES, Alfredo. **Amazonía:** Ecuador - Perú – Bolivia. Quito: Mundo Shuar, 1983.

DÁVALOS, Pablo. **La democracia disciplinaria:** El proyecto posneoliberal para América Latina. Quito: CODEU, 2010.

DEFENSORIA DEL PUEBLO DE ECUADOR. **Los escenarios de la criminalización a defensores de Derechos Humanos y de la Naturaleza en Ecuador**: Desafíos para un Estado Constitucional de Derechos. Quito: DPE, 2011.

DE LA PEÑA, Guillermo. Territorio y ciudadanía étnica en la nación globalizada, **Desacatos** [en linea] 1999, (primavera). Disponível em: http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=13900103. Acesso em: 27 de maio de 2015.

DE LA TORRE, Carlos. **De Velasco a Correa:** insurrecciones, populismo y elecciones en Ecuador, 1944-2013. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar, Corporación Editora Nacional, 2015.

DELEUZE, Gilles. **Foucault.** Buenos Aires: Editorial Paidós, 1987.

DESCOLA, Philippe, **La Selva Culta:** simbolismo y praxis en la ecología de los Achuar. 2ª. Ed. Quito: Abya Yala, MLAL, 1989.

DÍAZ-POLANCO, Héctor. **Elogio de la diversidad. Globalización, multiculturalismo y etnofagia,** Caracas: Monte Avila Editores latinoamericana, 2009.

_____. Autodeterminación, autonomía y liberalismo. ALAI, América Latina en movimiento, 01-02-1998. Disponível em:< https://www.alainet.org/es/active/968>.Acesso em: 20 fev 2018.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. **Capital Resurgent:** Roots of the neoliberal revolution, Cambridge: Harvard University Press, 2004.

_____. Une theorie marxiste du neolibéralisme. **Actuel Marx**, vol. 40, 2006, p. 24-38.

_____. **A crise do neoliberalismo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

ECUARUNARI - Confederación de Pueblos de la Nacionalidad Quichua del Ecuador. **Historia de la Nacionalidad y los Pueblos Quichuas del Ecuador.** Quito: ECUARUNARI,

1998.

_____. **Una mirada a nuestra historia:** Movimiento Nacional Ecuador Runakunapak Rikcharimuy, Quito: ECUARUNARI, 2013.

ERAZO, Juliet. Same State, Different Histories, Diverse Strategies: The Ecuadorian Amazon. In: CLARK, Kim and Marc BECKER (Ed.). **Highland Indians and the State in Modern Ecuador.** Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2007, p.179-195.

ESCÁRZAGA, Fabiola. Comunidad indígena y revolución en Bolivia: el pensamiento indianista-katarista de Fausto Reinaga y Felipe Quispe. **Política y cultura,** México DF, UAMX, núm. 37, primavera 2012, p. 185-210.

ESCOBAR, Arturo. **La invención del Tercer Mundo**: construcción y deconstrucción del desarrollo. Caracas: El Perro y la Rana, 2007.

ESPOSITO, Roberto. **Bíos. Biopolítica y filosofía**. Buenos Aires-Madrid: Amorrortu Editores, 2006.

FEI - Federación Ecuatoriana de Indios. Estatutos de la Federación Ecuatoriana de Indios. Guayaquil: Editorial Claridad, 1945.

FENOCIN - Federación Nacional de Organizaciones Campesinas, Indígenas y Negras. **Hacia el nuevo milenio**: Tierra, Desarrollo, Identidad, Vida. Quito: FENOCIN, 1999.

FEPE / CONAIE. **Levantamiento indígena:** Documentos y testimonios. Quito: Federación de Estudiantes Politécnicos del Ecuador / CONAIE, 1992.

FERNANDEZ, Blanca. La unidad de los pueblos en lucha: Memoria sindical de izquierda y configuración identitaria de la Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador (CONAIE). **Revista R**, **año 5, Número 11**, Quito: Febrero de 2013.

_____. Aportes de los intelectuales indígenas contemporáneos a la construcción de la nación en el Ecuador. In: CAMARA DA SILVA, Paula, et al. **Prefigurar lo político:** disputas contrahegemónicas en América Latina. Buenos Aires: El Colectivo; CLACSO; Último Recurso, 2015, p. 235-286.

FIDH; CEDHU; INREDH. **Criminalización de la protesta social frente a proyectos extractivos en Ecuador**: Misión Internacional de Investigación. París: FIDH, 2015.

FILGUEIRAS, Luiz, "A natureza do atual padrão de desenvolvimento brasileiro e o processo de desindustrialização". In: CASTRO, Inez Silvia Batista (Org.). **Novas interpretações desenvolvimentistas**. Rio de Janeiro: E-papers: Centro Internacional Celso Furtado, 2013. p. 371-450.

FLACSO – ECUADOR, ***Iconos****: Revista de Ciencias Sociales*. *No. 10*. Quito: FLACSO-Ecuador, 2001.

FONSECA, Pedro. Desenvolvimentismo: A construção do conceito. In: BOJIKIAN Calixtre; MARTINS André; MACEDO, Marcos (Ed.), **Presente e futuro do**

desenvolvimento brasileiro. Brasília: IPEA, 2014.

FOUCAULT, Michel**, Vigiar e punir: Nascimento da Prisão,** 20ª. Edição, Petrópolis: Editora Vozes, 1999a.

_____. **História da sexualidade I:** A vontade de saber. 13ª. Edição, Rio de Janeiro: Edições GRAAL, 1999b.

_____. **Em Defesa da Sociedade. Curso no Collège de France (1975-1976),** São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. 1975 - Entrevista sobre a Prisão: o Livro e o Seu Método. In: FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber, Ditos e escritos: IV**, organização e seleção de textos Manoel Barros de Mota. 2.ed. –Rio de Janeiro : Forense Universitária, 2006a, p. 159-174.

_____, 1977 - Poderes e estratégias. In: FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber. Ditos e escritos: IV**, organização e seleção de textos Manoel Barros de Mota. 2.ed. –Rio de Janeiro : Forense Universitária, 2006b. P.241-252

_____, **Nascimento da biopolítica:** Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

_____. **Segurança, Território, População:** Curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

_____. 1980 - Conversa com Michel Foucault, In: FOUCAULT, Michel. **Repensar a Política. Ditos e Escritos: VI**, Manoel Barros da Motta (org), Rio de Janeiro: Editora Forense Universitaria, 2010a, p. 289-347.

_____. 1977- O Poder, uma Besta Magnífica. In: FOUCAULT, Michel. **Repensar a Política**. **Ditos e Escritos: VI**, Manoel Barros da Motta (org), Rio de Janeiro: Editora Forense Universitaria, 2010b, p. 155-169.

_____. **La société punitive**: Cours au collège de France 1972-1973, Paris: Gallimard Seuil. 05 Décembre 2013.

_____. 1982- O Sujeito e o Poder. In: FOUCAULT, Michel. **Genealogia da ética, subjetividade e sexualidade**. **Ditos e Escritos: IX**, Manoel Barros da Motta (org), Rio de Janeiro: Editora Forense Universitaria, 2014, p. 118-140.

FRASER, Nancy. Rethinking Recognition. In: **New Left Review**, **nº 3**, London, May-june, 2000, p. 107-120.

_____. "Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista". In: SOUZA, Jessé: **Democracia hoje:** novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília, Ed. UNB, 2001, p. 245-282.

_____. "Reconhecimento sem ética?" In: SOUZA, J. & P. MATTOS. **Teoria crítica no século XXI.** São Paulo: Ed. Annablume, 2007, p. 113-139.

GAGO, Verónica, **La razón neoliberal**: Economías barrocas y pragmática popular, Buenos Aires: Tintalimón, 2014.

GARCÍA, Fernando. "Política, Estado y diversidad cultural: A propósito del Movimiento Indígena Ecuatoriano", en BRETÓN, Víctor y Francisco GARCÍA (eds.), **Estado, etnicidad y movimientos sociales en América Latina**: Ecuador en crisis. Barcelona: Icaria Editorial, 2003, p. 193-215.

GONZÁLEZ SUÁREZ, Federico, **Historia general de la República del Ecuador**, Tomo II. Quito: Editorial Casa de la Cultura Ecuatoriana, 1970.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere. Volume 1.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. **Cadernos do Cárcere. Volume 3.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. **Cadernos do Cárcere. Volume 2.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001a.

_____. **Cadernos do Cárcere. Volume 4.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001b.

_____. **Cadernos do Cárcere. Volume 5.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRÜNER, Eduardo. Introducción: El retorno de la teoría critica de la cultura: una introducción alegórica a Jameson y Zizek, en Frederic Jameson y Slavoj Zizek, **Estudios Culturales. Reflexiones sobre el multiculturalismo**, Buenos Aires: Paidós, 2005.

GUAMAN, Julián. **FEINE, la organización de los indígenas evangélicos en el Ecuador.** Quito: Universidad Andina Simón Bolívar, Abya Yala, Corporación Editora Nacional, 2006.

GUERRERO, Andrés. **La hacienda precapitalista y la clase terrateniente en América Latina y su inserción en el modo de producción capitalista:** el caso ecuatoriano. Quito: Escuela de Sociología Universidad Central del Ecuador, 1975.

_____. **Haciendas, capital y lucha de clases andina:** disolución de la hacienda serrana y lucha política en los años 1960-64. Quito: Editorial El Conejo, 1983.

_____. **La semántica de la dominación:** El concertaje de indios, Quito: Libri Mundi, 1991.

_____. La desintegración de la administración étnica en el Ecuador. De sujetos-indios a ciudadanos-étnicos: de la manifestación de 1961 al levantamiento indígena de 1990. In: ALMEIDA José, et al. **Sismo étnico en el Ecuador.** Quito: CEDIME – Ediciones Abya-Yala, 1993 p. 91-112.

_____. El levantamiento nacional de 1994: discurso y representación política, **Memoria** No. 5. Quito: MARKA, Instituto de Historia y Antropologías Andinas, 1995, pp. 89-123.

_____. "Ciudadanía, frontera étnica y compulsión binaria", en **ICONOS No. 4**, Quito: FLACSO, 1998, pp. 112-122.

_____. “El proceso de identificación: sentido común ciudadano, ventriloquia y transescritura”, en Guerrero, Andrés (Comp.), **Etnicidades.** Quito: FLACSO – ILDIS, 2000, p. 9-60.

_____. **Administración de poblaciones, ventriloquía y transescritura.** Lima: IEP, FLACSO Ecuador, 2010.

_____. Prefacio, In: BRETÓN, Víctor. **Capital social y etnodesarrollo en los Andes**. Quito: CAAP, 2005.

GUERRERO, Fernando; OSPINA, Pablo. **El poder de la comunidad. Ajuste estructural y movimiento indígena en los Andes ecuatorianos**. Buenos Aires, CLACSO, 2003, versão digital disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/becas/20110120124937/guerrero.pdf >. Acesso em: 15 dez 2017.

GUTIÉRREZ, Raquel. **Horizontes comunitario-populares**: Producción de lo común más allá de las políticas estado-céntricas. Madrid: Traficantes de sueños, 2017.

HALE, Charles. Does Multiculturalism Menace? Governance, Cultural Rights and the Politics of Identity in Guatemala, **Journal of Latin American Studies**, Vol 34, No. 3, 2002. p. 485-524.

HALE, Charles. Neoliberal Multiculturalism: The Remaking of Cultural Rights and Racial Dominance in Central America. **Political and Legal Anthropology Review** Vol. 28 No.1, 2005. p.10–28.

HALL, Stuart. A relevância de Gramsci para o estudo de raça e etnicidade. In: HALL, Stuart. **Da Diáspora**: Identidades e mediações culturais. Liv Sovik (org.), Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

HARDT, Michael; Negri, Antonio. **Imperio.** Buenos Aires: Paidós, 2002.

HARNER, Michael. **Shuar:** Pueblo de las cascadas sagradas. 3ª. Ed. Quito: Abya Yala, 1994.

HARVEY, David. **O novo imperialismo.** São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. **O Neoliberalismo:** História e implicações, São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HIDALGO, Francisco, El jaguar desdentado: Propiedad agraria y subordinación. In: ALVAREZ, Freddy, et al. **El Correísmo al Desnudo**, Quito: Montecristi Vive, 2013, p. 161-164.

HONNETH, Axel. **Lutas por reconhecimento:** a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo, Ed. 34, 2003.

_____. Reconhecimento ou redistribuição? A mudança de perspectivas na ordem moral da sociedade. In: SOUZA, J. & P. MATTOS (org.). **Teoria crítica no século XXI.** São Paulo, Ed. Annablume, 2007, p. 79-93.

INEC – Instituto Ecuatoriano de Estadísticas y Censos. Clasificador geográfico estadístico 2015, Disponível em: http://www.ecuadorencifras.gob.ec/clasificador-geografico-estadistico-dpa/. Acesso em: 5 Jul. 2016.

ITURRALDE, Diego. Notas para uma historia política del campesinado ecuatoriano. In: MCKEE, Lauris; ARGÜELLO, Silvia (Ed.). **Nuevas investigaciones antropológicas ecuatorianas.** Quito: Editorial Abya Yala, 1988. p. 29-88.

JACKSON, Jean y Kay WARREN, "Indigenous Movements in Latin America, 1992-2004: Controversies, Ironies, New Directions", en **Annual Review of Anthropology**, **Vol. 34,** 2005, p. 549-573.

JUAN, Jorge; ULLOA, Antonio de. **Noticias secretas de América.** Londres: Imprenta de R. Taylor, 1826 [1747].

JESSOP, Bob. Poulantzas y Foucault: Acerca del poder y la estrategia, In: LEMKE, Thomas, et al. **Marx y Foucault.** Buenos Aires: Nueva Visión, 2006, p. 89-110.

_____. Althusser, Poulantzas, Buci-Glucksmann: desenvolvimentos ulteriores do conceito gramsciano de Estado integral. **Crítica Marxista, n.29,** 2009, p. 97-121.

KALTMEIER, Olaf. ¿Politización de lo étnico y/o etnización de lo político? El campo político en el Ecuador en los años noventa. In: BUSCHGES, C.; BUSTOS G.; KALTMEIER, O. (comp.), **Etnicidad y poder en los países andinos,** Quito: Corporación Editora Nacional, 2007, p. 195-215.

KATZ, Claudio. Las disyuntivas de la izquierda en América Latina. Buenos Aires: Ediciones Luxemburg, 2008.

KIPU. **El mundo indígena en la prensa Ecuatoriana. No. 9,** Quito**:** Abya Yala, Julio-Diciembre 1987.

_____.**El mundo indígena en la prensa Ecuatoriana. No. 10,** Quito**:** Abya Yala, Enero-Junio 1988.

_____.**El mundo indígena en la prensa Ecuatoriana. No. 11,** Quito**:** Abya Yala, Julio-Diciembre 1988.

_____.**El mundo indígena en la prensa Ecuatoriana. No. 14,** Quito**:** Abya Yala, Mayo-Junio 1990.

_____. **El mundo indígena en la prensa Ecuatoriana. No. 20,** Quito**:** Abya Yala, Enero-Junio 1993.

_____.**El mundo indígena en la prensa Ecuatoriana. No. 21,** Quito**:** Abya Yala, Julio-Diciembre 1993.

_____. **El mundo indígena en la prensa Ecuatoriana. No. 22,** Quito**:** Abya Yala, Enero-Junio 1994.

_____. **El mundo indígena en la prensa Ecuatoriana. No. 23,** Quito**:** Abya Yala, Julio-Diciembre 1994.

_____. **El mundo indígena en la prensa Ecuatoriana. No. 47,** Quito**:** Abya Yala, Enero-Junio 2006.

KOROVKIN, Tanya. **Comunidades indígenas, economía de mercado y democracia en los Andes ecuatorianos.** Quito: CEDIME, IFEA, Ediciones Abya Yala, 2002.

KUCZYNSKI, Pedro. Explicando el contexto. In: KUCZYNSKI, Pedro; Williamson, John (Ed.). **Después del Consenso de Washington:** Relanzando el crecimiento y las reformas en América Latina, Lima: Universidad Peruana de Ciencias Aplicadas, 2003, p. 45-58.

KYMLICKA, Will. **Ciudadanía multicultural. Una teoría liberal de los derechos de las minorías,** Paidós, Barcelona - Buenos Aires – México, 1996.

_____. "Multiculturalismo liberal e direitos humanos". In: SARMENTO, Daniel; IKAWA, Daniela; PIOVESAN, Flavia (Org.). **Igualdade, diferença e direitos humanos**. Rio. Ed. Lúmen Júris, 2008.

LALANDER, Rickard. La interseccionalidad en la política identitaria de los indígenas evangélicos ecuatorianos. **Ecuador Debate, 90,** Quito: CAAP, Diciembre 2013, p. 173-198.

LANG, Miriam. **¿Erradicar la pobreza o empobrecer las alternativas?** Quito: Universidad Andina Simón Bolívar, Abya Yala, 2017.

LARRAIN, Horacio. **Demografía y asentamientos indígenas en la Sierra Norte del Ecuador en el Siglo XVI:** Estudio etnohistórico de las fuentes tempranas(1525-1600). Otavalo: Instituto Otavaleño de Antropología, 1980.

LARREA, Carlos. **Hacia una historia ecológica del Ecuador:** propuestas para el debate**.** Quito: Ecociencia, Universidad Andina Simón Bolívar, Corporación Editora Nacional, 2006.

_____. Políticas sociales y cambio social en América Latina y la Región Andina: alcances y perspectivas. In: BONILLA, Adrián; ALVAREZ, Isabel; SÁENZ, Stella (Ed.). **Políticas sociales en América Latina y el Caribe**: escenarios contemporáneos, inversiones y necesidades. San José, C.R. : FLACSO - CAF, 2014, p. 101-134.

LARREA, Carlos, et al. **Pueblos indígenas, desarrollo humano y discriminación en Ecuador,** Quito: Abya Yala, Universidad Andina Simón Bolívar, 2007.

_____. **Atlas de las desigualdades socio-económicas del Ecuador.** Quito: SENPLADES, 2013.

LARREA, Fernando. Classes sociais no papel, classes mobilizadas e lutas pela classificação em Pierre Bourdieu: uma discussão em diálogo com o fazer-se da classe de E. P. Thompson. **Revista Prelúdios**, Salvador, PPGCS-UFBA, v. 4, n.4, set./mar. 2015a, p. 47-64.

_____. Classes sociais no papel, classes mobilizadas e lutas pela classificação em Pierre Bourdieu: uma discussão em diálogo com o fazer-se da classe de E. P. Thompson. In:

ZIMMERMANN, Clóvis e NETO, Jaime (Org.). **Metodologia e epistemologia nas Ciências Sociais**: um panorama dos clássicos ao pós-colonial. Salvador: Faculdade Baiana de Direito, 2015b, p. 129-142.

_____. Políticas Agrarias y economías campesinas en el Ecuador. Quito: Red Interamericana de Agriculturas y Democracia. Ponencia presentada en el Seminario Internacional "Reforma Agraria y Democracia", Río de Janeiro, 1998a.

_____. Movimiento indígena y poderes locales en el Ecuador, **Cuadernos Agrarios**, **16**, Poder local, Derechos indígenas y municipios, México D.F. 1998b.

_____. ¡Cómo un indio va a venir a mandarnos! Frontera étnica y masculinidades en el ejercicio del gobierno local, In: ANDRADE, Xavier; HERRERA, Gioconda (Ed.). Masculinidades en Ecuador. Quito: FLACSO-UNFPA, 2001, p. 47-65.

LARREA, Fernando, et al. **Las capacidades de las organizaciones indígenas y afroecuatorianas de segundo y tercer grado**: resultados del censo de entidades ejecutoras del PRODEPINE e índíce de fortalecimiento institucional. Informe de consultoría para PRODEPINE. Quito: Fundación Heifer Ecuador, inédito, 2002.

LASSO, Geovanna, "Territorios en disputa: un análisis de la soberanía alimentaria en el Ecuador. Documento No. 40. Coloquio Internacional El futuro de la alimentación y retos de la Agricultura para el Siglo XXI". **Elikadura 21**, Álava, País Vasco, Abril 2017.

LAVAL, Christian y Pierre DARDOT. **La nueva razón del mundo**. Ensayo sobre la sociedad neoliberal. Barcelona: GEDISA, 2013.

LEFEBER, Louis. **Políticas agrícolas y desarrollo rural en el Ecuador**: con referencia a Morris D. Whitaker. In: MARTÍNEZ, Luciano (comp.). Antología de Estudios Rurales, Quito: FLACSO, ILDIS, 2000.

LEFF, Enrique. **Ecología y capital**: racionalidad ambiental, democracia participativa y desarrollo sustentable. México: Siglo XXI, 2001.

LEGRAND, Stéphane, El marxismo olvidado de Foucault. In: LEMKE, Thomas, et al. **Marx y Foucault.** Buenos Aires: Nueva Visión, 2006, p. 21-40.

LEMKE, Thomas. "Marx sin comillas": Foucault, la gubernamentalidad y la crítica del neoliberalismo. In: LEMKE, Thomas, et al. **Marx y Foucault.** Buenos Aires: Nueva Visión, 2006, p. 5-20.

LENIN, Vladimir I. Sobre o direito das nações à autodeterminação. In LENIN, Vladimir I. **Obras Escolhidas, V. I.** São Paulo: Editora Alfa Omega, 1986, p. 509-556.

LEÓN, Jorge. Versiones de los protagonistas: los hechos históricos y el valor de los testimonios disidentes. In: ALMEIDA José, et al. **Sismo étnico en el Ecuador.** Quito: CEDIME – Ediciones Abya-Yala, 1993, p. 113-144.

_____. **De campesinos a ciudadanos diferentes. El levantamiento indígena.** Quito: CEDIME – Ediciones Abya Yala, 1994.

LEÓN, Natalia. "¿Identidades post-clasistas? La protesta indígena de fin de siglo**"** en BUSCHGES, C., G. BUSTOS y O. KALTMEIER (comp.), **Etnicidad y poder en los países andinos,** Quito: Corporación Editora Nacional, 2007, p. 151-168.

LIGUORI, Guido. Stato-società civile. In: FROSINI, Fabio e LIGUORI, Guido (Org.). **Le parole di Gramsci**: per un lessico dei *Quaderni del carcere*. Roma: Carocci, 2004, p. 208-226.

LÓPEZ A., Aragón J., y Ulloa J. **Cartografía histórica de las Áreas Naturales Protegidas y los Territorios Indígenas de la Amazonía Ecuatoriana**. Quito: EcoCiencia, Red Amazónica de Información Socioambiental Georreferenciada (RAISG), 2016.

LUCERO, José Antonio. Representing "Real Indians": the challenges of indigenous authenticity and strategic constructivism in Ecuador and Bolivia. **Latin American Research Review**, Vol. 41, No. 2, Austin, TX: June 2006, p. 31-56.

_____. Barricades and Articulations: Comparing Ecuadorian and Bolivian Politics. In: CLARK, Kim and Marc BECKER (Ed.). **Highland Indians and the State in Modern Ecuador.** Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2007, p.209-233.

MACAS, Luis. El levantamiento indígena visto por los protagonistas. In: CORNEJO, Diego (Ed.). **INDIOS:** una reflexión sobre el levantamiento indígena de 1990**.** Quito: ILDIS, El Duende, Abya Yala, 1991, p. 17-36.

_____. Movimiento indígena ecuatoriano: una evaluación necesaria. **Boletín ICCI "RIMAY",** Año 3, No. 21, diciembre del 2000.

_____. El Sumak Kawsay. **Yachaykuna - Saberes**, No. 13, Quito: ICCI, Junio 2010, p. 13-39.

MACDONALD, Theodore. **De Cazadores a Ganaderos**. Quito: Abya Yala, 1997.

MACHADO, Decio. "Gota a gota se va conformando un torrente", **Rebelión**, 12-03-2012. Disponível em:< http://www.rebelion.org/noticia.php?id=146171&titular=gota-a-gota-se-va-conformando-un-torrente->. acesso em: 12 out 2014.

MARTÍNEZ, Carmen. Introducción. In: MARTÍNEZ, Carmen (Comp.) **Repensando los movimientos indígenas**. Quito: FLACSO, 2009a, p. 9-35.

_____. La crisis del proyecto cultural del movimiento indígena. In: MARTÍNEZ, Carmen Repensando los movimientos indígenas. Quito: FLACSO, 2009b, pp. 173-196.

_____. Managing Diversity in Postneoliberal Ecuador. **The Journal of Latin American and Caribbean Anthropology**, Vol. 19, No. 1, 2014, p. 103–125.

MARTÍNEZ, Luciano. "El movimiento indígena ecuatoriano en la encrucijada" en **Revista ALASRU Nueva Época**. Análisis latinoamericano del medio rural. Universidad Autónoma de Chapingo, Chapingo, Número 2: p. 121-142, Diciembre de 2005.

_____. El caso de Ecuador. In: SOTO, Fernando; GÓMEZ, Sergio (Ed.) **Dinámicas del Mercado de la Tierra en América Latina y el Caribe:** Concentración y Extranjerización. Santiago: FAO, 2012, p. 231-252.

_____. La concentración de la tierra en el caso ecuatoriano: impactos en el territorio. In: BERRY, Albert et al. **La concentración de la tierra:** un problema prioritario en el Ecuador contemporáneo, Quito: FLACSO, Abya Yala, 2014, p. 43-62.

MARTÍNEZ, Nela. Prólogo: Esta historia es como una espiga. Puede volverse harina o simiente, In: YCAZA, Patricio, **Historia del movimiento obrero ecuatoriano (De la influencia de la táctica del frente popular a las luchas del FUT):** Segunda parte. Quito: CEDIME, CIUDAD, 1991, p. XVI-XXIV.

_____. **Insumisas:** Textos sobre las mujeres. Quito: Ministerio Coordinador de Patrimonio, Archivo Martínez Meriguet, 2012.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Livro I. O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

_____. **O capital, livro I, capítulo VI (inédito).** 1ª ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda., 1978.

MATTOS, Patrícia. **A sociologia política do reconhecimento**. São Paulo, Ed. Annablume, 2006

MODONESI, Massimo. Revoluciones pasivas en América Latina. Una aproximación gramsciana a la caracterización de los gobiernos progresistas de inicio del siglo. In: THWAITES, Mabel (Ed.). **El Estado en América Latina**: Continuidades y rupturas, Santiago: Editorial ARCIS – CLACSO, 2012, p. 139-166.

MOREANO, Alejandro, "El movimiento indio y el Estado multinacional", en Cornejo, Diego (Coord.), **Los indios y el Estado-país. Pluriculturalidad y multietnicidad en el Ecuador: contribuciones al debate.** Quito: Ediciones Abya Yala, 1993.

MORENO, Segundo. **Sublevaciones indígenas en la Audiencia de Quito**: desde comienzos del siglo XVIII hasta finales de la Colonia. 3ª ed. Quito: Ediciones de la Universidad Católica, 1985.

_____. Las "Composiciones de tierras" y el despojo de la propiedad indígena en la región de Latacunga – Ambato (siglo XVII). In: OBEREM, Udo; MORENO, Segundo. **Contribución a la Etnohistoria ecuatoriana**. Quito: Banco Central del Ecuador, Instituto Otavaleño de Antropología, Ediciones Abya Yala, 1995a, p. 139-156.

_____. Constitutivos étnicos comunales en la movilización subversiva: Las rebeliones indígenas en la comarca de Alausí (Ecuador) en el siglo XVIII. In: OBEREM, Udo; MORENO, Segundo. **Contribución a la Etnohistoria ecuatoriana**. Quito: Banco Central del Ecuador, Instituto Otavaleño de Antropología, Ediciones Abya Yala, 1995b, p. 187-209.

MORENO, Segundo; FIGUEROA, José. **El levantamiento indígena del Inti Raymi de 1990.** Quito: FESO, Abya Yala, 1992.

MOYA, Ruth. Educación bilingüe en el Ecuador: retos y alternativas. **Indiana 11,** Berlin, 1987, p. 387-406.

MUÑOZ, Francisco (Ed.). **Balance crítico del gobierno de Correa.** Quito: Universidad Central del Ecuador, 2014.

MUPP-NP, Construir Gobiernos Municipales Descentralizados, Quito: 1996.

MURATORIO, Blanca. **Etnicidad, evangelización y protesta en el Ecuador**: una perspectiva antropológica. Quito: CIESE, 1982.

_____. **Rucuyaya Alonso y la historia social y económica del Alto Napo**: 1850-1950. 2ª ed. Quito: Abya Yala, 1998.

MURILLO, Susana (Coord.), et al. **Neoliberalismo y gobiernos de la vida:** Diagrama global y sus configuraciones en la Argentina y América Latina. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2015.

MUYOLEMA, Armando. Que nos devuelvan la autonomía del sistema de educación bilingüe, en **Rebelión**, 13-08-2015. Disponível em: <http://www.rebelion.org/noticia.php?id=202088>. Acesso em: 16 out 2015.

OBEREM, Udo. **Los Quijos:** historia de la transculturación de un grupo indígena en e1 Oriente Ecuatoriano. Otavalo: Instituto Otavaleño de Antropología, 1980.

_____. Contribución a la historia del trabajador rural en América Latina: "Conciertos y Huasipungueros" en Ecuador. In: MORENO, Segundo; OBEREM, Udo. **Contribución a la Etnohistoria ecuatoriana.** Otavalo: Instituto Otavaleño de Antropología, 1981a, p. 299-342.

_____. "Indios libres" e "Indios sujetos a haciendas" en la Sierra ecuatoriana a fines de la Colonia. In: MORENO, Segundo; OBEREM, Udo. **Contribución a la Etnohistoria ecuatoriana**. Otavalo: Instituto Otavaleño de Antropología, 1981b, p. 343-354.

O'CONNOR, James. ¿Es posible el capitalismo sostenible? In: ALIMONDA, Héctor (comp.). **Ecología Política:** naturaleza, sociedad y utopía, Buenos Aires: CLACSO, 2002.

OLIVEIRA, Francisco; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (Org.). **Hegemonia às avessas**: economia, política e cultura na era da servidão financeira, São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

ORTIZ, Gonzalo. El problema indígena y el gobierno. In: CORNEJO, Diego (Ed.). **INDIOS:** una reflexión sobre el levantamiento indígena de 1990**.** Quito: ILDIS, El Duende, Abya Yala, 1991, p. 99-178.

ORTIZ, Pablo. Ecuador. In: WESSENDORF, Kathrin. **El Mundo Indígena 2009**. Copenhague: IWGIA, 2009.

_____. **Espacio, Territorio e Interculturalidad:** Una aproximación a sus conflictos y resignificaciones desde la Amazonía de Pastaza en la segunda mitad del siglo XX. Tesis

Doctoral. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar: Doctorado en Estudios Culturales Latinoamericanos, 2012.

_____. **El Laberinto De La Autonomía Indígena En El Ecuador**: Las Circunscripciones Territoriales Indígenas en La Amazonía Central, 2010–2012. Latin American and Caribbean Ethnic Studies, 10:1, 2015, p. 60-86.

ORTIZ, Santiago. **Cotacachi:** una apuesta por la democracia participativa. Quito: FLACSO, 2004.

_____.**¿Comuneros kichwas o ciudadanos ecuatorianos? La ciudadanía étnica y los derechos políticos de los indígenas de Otavalos y Cotacachi (1990-2009).** Quito: FLACSO Sede Ecuador, 2012.

OSORIO, Jaime. **Crítica de la economía vulgar: Reproducción del capital y dependencia**, México, Miguel Ángel Porrúa/UAZ, 2004.

_____. "América Latina bajo el fuego de las grandes transformaciones económicas y políticas". **Política y Cultura**, México DF, UAMX, núm. 37, primavera 2012, p. 65-84.

OSPINA, Pablo. "'Nos vino un huracán político': La crisis de la CONAIE", en OSPINA, Pablo, Olaf KALTMEIER e Christian Büschges (editores), **Los Andes en Movimiento: Identidad y poder en el nuevo paisaje político,** Quito: Universidad Andina Simón Bolívar, Universidad de Bielefeld, Corporación Editora Nacional, 2009, p. 123-146.

OSPINA, Pablo (coord.), *et al*. **En las fisuras del Poder**: Movimiento Indígena, cambio social y gobiernos locales, Quito: Instituto de Estudios Ecuatorianos, 2006.

PACARI, Nina. **La libre determinación en el contexto de un Estado plurinacional:** la experiencia del Ecuador, en Centro Internacional de Derechos Humanos y Desarrollo Democrático. Seminario Derecho a la libre determinación de los pueblos indígenas. Québec: Centro Internacional de Derechos Humanos y Desarrollo Democrático, 2002.

_____. **Todo puede ocurrir:** una mirada interna a la experiencia política del movimiento indígena del Ecuador: rupturas y nuevos paradigmas. Quito: Instituto para las Ciencias Indígenas Pacari, 2009.

PALLARES, Amalia. Construcciones raciales, reforma agraria y movilización indígena en los años setenta. In: CERVONE, Emma; RIVERA, Fredy (Ed.). **Ecuador racista:** imágenes e identidades. Quito: FLACSO, 1999, p. 159-172.

_____. **From Peasant Struggles to Indian Resistance:** The Ecuadorian Andes in the Late Twentieth Century. Norman, OK: University of Oklahoma Press, 2002.

PERREAULT, Thomas. **Movilización política e identidad indígena en el Alto Napo.** Quito: Abya Yala, 2002.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o Bloco Histórico**. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

POSTERO, N. y L. ZAMOSC (Ed.) **La lucha por los derechos indígenas en América Latina.** Quito: Ediciones Abya Yala, 2005.

POULANTZAS, Nicos, **O Estado, o poder, o socialismo,** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

PRESTIPINO, Giuseppe. Dialettica. In: FROSINI, Fabio e LIGUORI, Guido (Org.). **Le parole di Gramsci**: per un lessico dei *Quaderni del carcere*. Roma: Carocci, 2004, p. 55-73.

PRIETO, Mercedes. "Condicionamientos de la movilización campesina. El caso de las haciendas Olmedo-Ecuador (1926-1948)" Tesis de Antropología, Quito: PUCE, 1978.

_____. Haciendas estatales: un caso de ofensiva campesina: 1926-1948. In: MURMIS, Miguel (Ed.). **Ecuador: cambios en el agro serrano.** Quito: CEPLAES, FLACSO, 1980, p. 101-132.

_____. **Liberalismo y temor:** Imaginando los sujetos indígenas en el Ecuador postcolonial 1895-1950. Quito: FLACSO Ecuador, Ediciones Abya Yala, 2004.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad/racionalidad. **Perú Indígena. Vol. 13, No. 29.** Lima: Instituto Indigenista, 1992, p. 11-20.

_____. **Cuestiones y horizontes**: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder. Buenos Aires: CLACSO, 2014.

QUIJANO, Aníbal; Wallerstein, Immanuel. La americanidad como concepto, o América en el moderno sistema mundial. **Revista Internacional de Ciencias Sociales, No. 134,** Diciembre 1992, p. 583-591.

QUINTERO, Rafael; SILVA, Erika. **Ecuador: Una nación en ciernes.** Tomo I. Quito: FLACSO, Ediciones Abya Yala, 1991.

RAISG. **Cartografía Histórica de Áreas Naturales Protegidas y Territorios Indígenas en la Amazonía.** 2016. Disponível em: https://www.amazoniasocioambiental.org/wp-content/uploads/2017/04/cartografia_historica_ANP_TI_06abril.pdf. Acesso em: 12 nov 2017.

RAMIREZ, Franklin, El movimiento indígena y la reconstrucción de la izquierda en Ecuador: el caso del Movimiento de Unidad Plurinacional Packakutik-Nuevo País (PK). In: OSPINA, Pablo, Olaf KALTMEIER e Christian Büschges (editores), **Los Andes en Movimiento: Identidad y poder en el nuevo paisaje político,** Quito: Universidad Andina Simón Bolívar, Universidad de Bielefeld, Corporación Editora Nacional, 2009, p. 65-94.

_____. Reconfiguraciones estatales en Ecuador: 1990-2011. In: THWAITES, Mabel (Ed.). **El Estado en América Latina**: Continuidades y rupturas, Santiago: Editorial ARCIS – CLACSO, 2012, p. 341-374.

RAMIREZ, René. "Izquierda y 'buen capitalismo'. Un aporte crítico desde América Latina", en **Nueva Sociedad**, No. 237, Buenos Aires, 2012, p. 32-48

RAMIREZ, Fausto. Denuncian penetración de la CIA en el Movimiento indígena. **Nueva No. 45**. Quito, 1978a.

_____. Penetración en el Movimiento indígena: espectaculares revelaciones. **Nueva No. 47.** Quito, 1978b.

RAMÓN, Galo. **La resistencia andina:** Cayambe 1500 - 1800. Quito: CAAP, 1987.
_____. Ese secreto poder de la escritura. In: CORNEJO, Diego (Ed.), **Indios:** una reflexión sobre el levantamiento indígena de 1990, Quito: ILDIS, El Duende, Abya Yala, 1991, p. 351-371.

_____. Comunidades y federaciones indígenas, estructura interna y estilos de desarrollo. In: ALBÓ, Xavier y RAMÓN, Galo. **Comunidades andinas desde dentro:** Dinámicas organizativas y asistencia técnica, Quito: CECI - Ediciones Abya Yala, 1994, p. 5-86.

REBOLLEDO, Loreto. **Comunidad y resistencia:** El caso de Lumbisí durante la Colonia. Quito: FLACSO, Ediciones Abya Yala, 1992.

RICAURTE, César. Propuesta de políticas para el sector agropecuario 1992-1996. Quito: IDEA, Documento Técnico Nº 40, 1992.

RIVAL, Laura. **Hijos del sol, padres del Jaguar:** los Huaorani de ayer y hoy. Quito: Abya Yala, 1996.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. **"Oprimidos pero no vencidos":** Luchas del campesinado aymara y qhechwa 1900-1980, 4ª Ed., La Paz: La Mirada Salvaje, 2010

RODAS, Raquel. **Tránsito Amaguaña: su testimonio.** Quito: Comisión Nacional Permanente de Conmemoraciones Cívicas, 2007a.

_____. **Dolores Cacuango: pionera en la lucha por los derechos indígenas.** Quito: Comisión Nacional Permanente de Conmemoraciones Cívicas, 2007b.

ROSERO, Fernando. **Levantamiento Indígena:** tierra y precios. Quito: CEDIS, 1990.

_____. Defensa y recuperación de la tierra: campesinado, identidad etnocultural y nación. In: CORNEJO, Diego (Ed.). **INDIOS:** una reflexión sobre el levantamiento indígena de 1990**.** Quito: ILDIS, El Duende, Abya Yala, 1991, p. 419-448.

RUBIO, Blanca (coord.); CAMPANA, Florencia; LARREA Fernando. Formas de explotación y condiciones de reproducción de las economías campesinas en el Ecuador. Quito: Ediciones la Tierra-Heifer Ecuador, 2008.

RUIZ, Lucy. Pueblos indígenas y etnicidad en la Amazonía. In: CORNEJO, Diego (Ed.). **INDIOS:** una reflexión sobre el levantamiento indígena de 1990**.** Quito: ILDIS, El Duende, Abya Yala, 1991, p. 449-498.

SADER, Emir. **Refundar el Estado:** Posneoliberalismo en América Latina. Buenos Aires: CTA – CLACSO, 2008.

_____. A construção da hegemonia pós-neoliberal. In: SADER, Emir (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil:** Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo Editorial, FLACSO Brasil, 2013, p. 135-144.

SACHER, William; ACOSTA, Alberto. **La minería a gran escala en Ecuador**: Análisis y datos estadísticos sobre la minería industrial en el Ecuador. Quito: Abya Yala, 2012.

SACHER, William. **Ofensiva megaminera china en los Andes**: Acumulación por desposesión en el Ecuador de la 'Revolución Ciudadana'. Quito: Abya Yala, 2017.

SALAZAR, Ernesto. La Federación Shuar y la frontera de la colonización. In: WHITTEN, Norman. **Amazonía Ecuatoriana:** la otra cara del progreso. Quito: Abya Yala, 1985, p. 59-82.

SALGADO, Manuel. El primer mes del gobierno de Lucio Gutiérrez. Ecuador: entre la Esperanza y el desencanto, ALAI, América Latina en Movimiento, 15-02-2003. Disponible en: <https://www.alainet.org/es/active/3190>. Acesso em: 26 jan 2018.

SALOMON, Frank, Crisis y transformación de la sociedad indígena invadida (1528-1573). In: AYALA, Enrique (Ed.). **Nueva Historia del Ecuador.** Volumen 3. Quito: Corporación Editora Nacional, 1989.

SALTOS, Napoléon (ed.). **La rebelión del Arco Iris: Testimonios y análisis**. Quito: Fundación José Peralta, 2000.

SAMPAIO JR., Plínio, Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: Tragédia e farsa. **Serv. Soc**., São Paulo, n. 112, p. 672-688, out./dez. 2012.

SANCHEZ-PARGA, José. **Población y pobreza indígenas.** Quito: CAAP, 1996.

_____. **Faccionalismo, organización y proyecto étnico en los Andes.** Quito: CAAP, 1989.

_____. **El movimiento indígena ecuatoriano.** Quito: Ediciones Abya Yala – Universidad Politécnica Salesiana, 2010.

_____. Discursos retrovolucionarios: Sumak Kausay, derechos de la naturaleza y otros pachamamismos, en **Ecuador Debate** No. 84, Quito: CAAP, 2011, p. 31-50.

SANTUCCI, Antonio. **"Gramsci**", Traducción de Giovanna Baldi y Jaime Massardo. Santiago: Lom Ediciones, 2005.

SCHAVELZON, Salvador. **Plurinacionalidad y Vivir Bien/Buen Vivir**: Dos conceptos leídos desde Bolivia y Ecuador post-constituyentes. Quito: Abya Yala, CLACSO, 2015.

SENELLART, Michell "Situação dos Cursos", In: Foucault, Michel. **Segurança, Território, População. Curso dado no Collège de France (1977-1978).** São Paulo: Martins Fontes, 2008.

SIERRA, Natalia. **La dominación progresista:** el poder como instrumento de dominación. Quito: Ediciones La Tierra, 2017.

SIMBAÑA, Floresmilo. "El Sumak Kawsay como proyecto político" en La Línea de fuego. Disponível em:< http://lalineadefuego.info/2011/04/12/el-sumak-kawsay-como-proyecto-politico/ 2011>. Acesso em: 20 out 2014.

_____. Tras las reliquias de la FEI: El movimiento indígena campesino en la década de los 70. **Revista R**, **año 4, Número 9**, Quito, Enero – Marzo de 2012, p. 56-66.

SIPAE. **Atlas sobre la tenencia de la tierra en Ecuador.** Quito: SIPAE, 2011.

SOUSA, Adilson Amorim de. **Movimento Indígena no Equador:** a CONAIE na conformação de um projeto de Estado (1980-2000). Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia: Salvador, 2015.

STOLL, David. **¿Pescadores de hombres o fundadores de Imperio?**: El Instituto Lingüístico de Verano en América Latina. Lima: DESCO, 1985.

STOLOWICZ, Beatriz (2012). A Contracorriente de la hegemonía conservadora. México: Espacio crítico – ITACA - UAM Xochimilco.

SVAMPA, Maristella. **Cambio de Época**: Movimientos Sociales y Poder Político, Buenos Aires: Siglo XXI Editores 2009.

_____. Movimientos Sociales, matrices socio-políticas y nuevos escenarios en América Latina, **One World Perspectives, Working Papers**, Kassel: Universität Kassel, 2010.

SVAMPA, Maristella e VIALE, Enrique. **Maldesarrollo:** La Argentina del extractivismo y el despojo. Buenos Aires: Katz Editores, 2014.

SYLVA, Paola. **Gamonalismo y lucha campesina:** Estudio de la sobrevivencia de un sector terrateniente: el caso de la Provincia de Chimborazo: 1940-1979. Quito: Ediciones Abya Yala, 1986.

TAMAYO, Eduardo, "Venimos en nombre de todas las vidas de la selva", en América Latina en Movimiento, ALAI, 30/06/1992. Disponível em: http://www.alainet.org/es/active/23002, Acesso em: 23 novembro 2015.

TAYLOR, Anne Christine. Las vertientes orientales de los Andes Septentrionales: de los Bracamoros a los Quijos. In: RENARD-CASEVITZ, F.M.; SAIGNES, Th.; TAYLOR, A.C. **Al Este de los Andes:** Relaciones entre las sociedades amazónicas y andinas entre los siglos XV y XVII. Quito: 2ª Ed. IFEA; Abya Yala, 1988, p. 189-330.

_____. Estudio introductorio. In: TAYLOR, Anne Christine; LANDAZURI, Cristóbal (Comp.). **Conquista de la Región Jívaro (1550-1650):** relación documental. Quito: MARKA; IFEA; Abya Yala, 1994a, p. 1-32.

_____. El Oriente ecuatoriano en el siglo XIX: "el otro litoral". In: Maiguashca, Juan (Ed.). **Historia y región en el Ecuador:** 1830-1930. Quito: Corporación Editora Nacional, 1994b, p. 17-67.

_____. The Western Margins of Amazonia from the Early Sixteenth to the Early Nineteenth Century. In SALOMON, F. & S. B. Schwartz (Eds.), **The Cambridge History of Native Peoples of the Americas**, Vol. III, Part 2, South America. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, p. 188-257.

TAYLOR, Charles. **El multiculturalismo y "la política del reconocimiento",** 2ª Ed. México: FCE, 2009.

TIBÁN, Lourdes e Fernando GARCÍA. "De la oposición y el enfrentamiento al diálogo y las alianzas: la experiencia de la CONAIE y el MIC en el Ecuador", en LEYVA, Xochtl, Araceli BURGUETE y Shannon SPEED, Coordinadoras. **Gobernar (en) la diversidad: experiencias indígenas desde América Latina. Hacia la investigación de co-labor**. México: Publicaciones de la Casa Chata, 2008, p. 271-304.

TODOROV, Tzvetan. **La conquista de América:** El problema del Otro. 2ª Ed. Buenos Aires: Siglo XXI, 2009.

TRUJILLO, Jorge. **Los obscuros desgnios de Dios y del Imperio**: El Instituto Lingüístico de Verano en el Ecuador, Quito, CIESE, 1981.

_____. La insurrección imaginaria. In: ALMEIDA José, et al. **Sismo étnico en el Ecuador.** Quito: CEDIME – Ediciones Abya-Yala, 1993, p. 231-272.

TUAZA, Luis Alberto. **Runakunaka ashka shaikushka shinami rikurinkuna, ña mana tandanakunata munankunachu: la crisis del movimiento indígena ecuatoriano.** Quito, FLACSO, 2011.

TYRER, Robson. Historia demográfica y económica de la Audiencia de Quito. Quito: Banco Central del Ecuador, 1988.

UNDA, Mario. "¿Qué mismo son los gobiernos progresistas?" **Revista R. Revista para un debate político socialista**, No. 9, Quito, enero – marzo 2012, p. 82-111.

_____. Mario. Modernización del capitalismo y reforma del Estado. In: ALVAREZ, Freddy, et al, **El Correísmo al Desnudo**, Quito: Montecristi Vive, 2013, p. 33-38.

VEGA, Silvia. **La Gloriosa.** De la revolución del 28 de mayo de 1944 a la contrarevolución velasquista. Quito: Editorial El conejo, 1987.

VELASCO, Fernando. **Reforma agraria y movimiento campesino indígena de la sierra:** hipótesis para una investigación. Quito: Editorial El Conejo, 1979.

VELASCO, Saúl. **El movimiento indígena y la autonomía en México.** México DF: UNAM, 2003.

VERDESOTO, Luis. **Los actores y la producción de la democracia y la política en el Ecuador:** 1979-2011.Quito: Abya Yala, 2014.

VIOLA, Andreu. "Discursos 'pachamamistas' versus políticas desarrollistas: el debate sobre el sumak kawsay en los Andes", en **Iconos** 48, FLACSO, Quito, 2014, p. 55-72.
VITERI, Alfredo. Los pueblos de la Amazonía se unen. **Cuadernos de Nueva. Revuelta y desafío: La cuestión indígena en el Ecuador, Nº 7**, Quito, junio 1983, p. 44-47.

WATCHEL, Nathan. **Los vencidos:** los indios del Perú frente a la conquista española (1530-1570). Madrid: Alianza Editorial, 1976.

WHITAKER, Morris (ed.). Evaluación de las reformas a la política agrícola en el Ecuador. Quito: IDEA, 1996.

WHITAKER, Morris; COLYER, Dale; ALZAMORA, Jaime. **El rol de la agricultura en el desarrollo económico del Ecuador**: un diagnóstico del sector agrícola del Ecuador. Quito, IDEA, 1990.

WHITTEN, Norman. **Sacha Runa:** Etnicidad y adaptación de los Quichua hablantes de la Amazonía ecuatoriana. Quito: Abya Yala, 1987.

WILSON, Japhi; BAYÓN, Manuel. **La selva de los elefantes blancos:** megaproyectos y extractivismos en la Amazonía ecuatoriana, Quito: Instituto de Estudios Ecologístas del Tercer Mundo, Abya Yala, 2017.

WILLIAMSON, John. What Washington Means by Policy Reform. In: WILLIAMSON John (ed.), **Latin American Adjustment. How Much Has Happened?** Washington: Institute for International Economics, 1990.

YANEZ, José. **Yo declaro con franqueza. *Cashnami Causascanchic:* memoria oral de Pesillo – Cayambe.** 2ª Ed. Quito: Abya Yala, 1988.

YASHAR, Deborah. **Contesting Citizenship in Latin America. The Rise of Indigenous Movements and the Postliberal Challenge**, Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

YCAZA, Patricio, **Historia del movimiento obrero ecuatoriano (De la influencia de la táctica del frente popular a las luchas del FUT):** Segunda parte. Quito: CEDIME, CIUDAD, 1991.

ZAMOSC, León. Luchas campesinas y Reforma Agraria: un análisis comparado de la Sierra ecuatoriana y la Costa Atlántica Colombiana. **Agricultura y Sociedad. No. 56,** Madrid: Julio-Septiembre 1990, p. 201-274.

_____. Protesta agraria y movimiento indígena en la sierra ecuatoriana. In: ALMEIDA José, et al. **Sismo étnico en el Ecuador.** Quito: CEDIME – Ediciones Abya-Yala, 1993, p. 273-304.

_____. **Estadística de las áreas de predominio étnico de la Sierra Ecuatoriana**: población rural, indicadores cantonales y organizaciones de base. Quito: Abya Yala, 1995.

_____. El movimiento indígena ecuatoriano: de la política de la influencia a la política del poder. In: POSTERO, N. y L. ZAMOSC (Ed.) **La lucha por los derechos indígenas en América Latina.** Quito: Ediciones Abya Yala, 2005.

_____. "The Indian Movement and Political Democracy in Ecuador". **Latin American Politics and Society** 49, No. 3, 2007, p. 1-34.

_____. Ciudadanía indígena y cohesión social en América Latina. In: OSPINA, Pablo, Olaf KALTMEIER e Christian Büschges (editores), **Los Andes en Movimiento: Identidad y poder en el nuevo paisaje político,** Quito: Universidad Andina Simón Bolívar, Universidad de Bielefeld, Corporación Editora Nacional, 2009, p. 13-39.

ŽIŽEK, Slavoj. "Multiculturalismo o la lógica cultural del capitalismo multinacional", en JAMESON, Frederic y Slavoj ŽIŽEK. **Estudios Culturales. Reflexiones sobre el multiculturalismo.** Buenos Aires: Paidós, 2005, pp. 137-188.

OUTRAS FONTES DE INFORMAÇÃO

FONTES JORNALÍSTICAS:

Jornal *El Día*, 6 de janeiro de 1931, *Pliego de peticiones que los Sindicatos "El Inca" y "Tierra Libre"situados em la Parroquia Olmedo, presentan a los arrendatários de las haciendas donde trabajan.* Disponível em: http://www.yachana.org/earchivo/pesillo1931.pdf

Periódico *Ñucanchic Allpa: Órgano de la Federación Ecuatoriana de Indios.* Número 6, Março de 1935. Disponível em: http://www.yachana.org/earchivo/nucanchic/marzo1935.pdf

_____. Número 8, 17 de Março de 1936. Disponível em: http://www.yachana.org/earchivo/nucanchic/1936marzo17.pdf

_____. Número 16, 5 de noviembre de 1944. Disponível em: http://www.yachana.org/earchivo/nucanchic/1944nov5.pdf

Amanecer Indio, CONFENIAE, Julho 1988, In: Kipu 11, Jul.-Dez. 1988, p. 180.

Revista *Nueva*, Número 45, Quito, 1978.

_____. Número 46, Quito, 1978.

Número 47, Quito, 1978.

Cuadernos de Nueva. Revuelta y desafío: La cuestión indígena en el Ecuador, No. 7, Junio 1983.

Periódico *Punto de Vista*, "*La sublevación de los cabildos*", 25-06-1990, In: Kipu 14, Mai-jun 1990

Periódico *Plan V. "Centro histórico de batalla, una vez más"*, 14-08-2015. Disponível em: http://www.planv.com.ec/historias/politica/centro-historico-batalla-una-vez-mas.

_____. *"Informe Especial: el espeluznante inventario de la represión".* 31-08-2015. Disponível em: http://www.planv.com.ec/historias/politica/informe-especial-el-espeluznante-inventario-la-represion.

Periódico *El Ciudadano*. *Periódico Oficial*. *Enlace ciudadano Nro. 249*. 10-12-2011. Disponível em: < http://www.elciudadano.gob.ec/noticias249-2/ >

Jornal *El Comercio*. *"Crean Dirección del Indígena"*, 20-11-1988, In: Kipu 11, Jul.-Dez. 1988, p. 67

_____. *"La Federación de Ganaderos del Ecuador" (manifiesto)*, 07-06-1990, In: Kipu 14, Mai-jun 1990, p. 48.

_____. *"Continua invasión de tierras"*, 26-07-1990, In: Kipu 14, Mai-jun 1990, p. 167.

_____. *"Las Cámaras de la Producción a la Opinión Pública frente a la grave conmoción nacional"*, 12-06-1990, In: León, 1994, p. 194-195.

_____. *"Reforma Agraria debe Terminar"*, 13-06-1990, In: Kipu 14, Mai-jun 1990, p. 92.

_____. *"El sí de los agricultores"*, 01-Junho-1994.

_____. *"Diálogo con final feliz"*, 15-07-1994.

_____. *"Pacari: Sí hemos logrado avances"*, 10-07-1994.

_____. *"Las partes llegan a un acuerdo"* 15-07-1994.

_____. *"Cámara de Agricultura satisfecha por aprobación"*, 06-06-1994.

_____. *"Los indígenas no quieren otro Estado"*, 10-03-1998.

_____. *"CONAIE: Su plan de reforma en 12 puntos"*, 12-06-98.

_____. *"Pacari y el gabinete en una limpia Shamánica"*, 08-02-2003.

_____. 12-02-2003.

_____. *"Pachakutik se quedó fuera del poder",* 7-08-2003.

_____. *"La alianza de gobierno cerca del fin"*, 6-08-2003.

_____. *"El presidente canceló a la ministra Torres"*, 22-07-2003.

_____. *"Gutiérrez redefine su tablero político"*, 8-08-2003

_____. *"El líder Saraguro que resucitó una CONAIE moribunda",* 18-03-2006, em: Kipu 47, jan-jun. 2006.

_____. *"Wilson Pastor firmó contrato com Ecuacorriente"*, 5-03-2012. Disponível em: <http://www.elcomercio.com/negocios/Wilson-Pastor-firmo-contrato-Ecuacorriente_0_658134320.html>.

_____. *"Mi poder en la Constitución y mi corazón en el pueblo ecuatoriano"*. 09-08-2014. Disponível em: http://www.elcomercio.com/actualidad/discurso-jaime-roldos-constitucion-10deagosto.html.

_____. "*Racismo y protestas*". 22-08-2015. Disponível em: http://www.elcomercio.com/opinion/racismo-protestas-opinion-ecuador-indigenas.html

Jornal *El Telégrafo*. "*Correa: 'Hoy una familia está de luto por los violentos de siempre'*", disponível em: <https://www.eltelegrafo.com.ec/noticias/politica/2/correa-hoy-una-familia-esta-de-luto-por-los-violentos-de-siempre>.

Jornal *El Universo*. "*Agitadores pretenden dividir a la Patria: Borja em Santo Domingo*",07-06-1990, In: Kipu 14, Mai-jun 1990, p. 49.

_____. "*Gobierno firmó Carta de Intención con FMI*", 11-02-2003.

Jornal *Expreso*, "*Agricultores piden sanción para indígenas sublevados*", 06-06-1990, In: Kipu 14, Mai-jun 1990, p. 36.

Jornal *Hoy*, *"Hoy clausuran seminario indígena"*, 03-07-1988, In: Kipu 11, Jul.-Dez. 1988, p. 185.

_____. , "*Indígenas controlarán su educación*", In: Kipu 11, Jul.-Dez. 1988, p. 66.

_____. "*Reforma Agraria ha sido perjudicial*", 12-06-1990, In: Kipu 14, Mai-jun 1990, p. 166.

_____. "*Nina Pacari defiende el Programa Económico*", 3-02-2003

FONTES AUDIOVISUAIS:

PrimerLevantamiento Indígena de 1990. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=0GYqAculmZw

Represión y criminalización en Saraguro – Ecuador. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=9e1adCwCzvY

FONTES ORAIS:

Alfredo Andrango. Liderança da *Unión de Organizaciones Populares de Ayora Cayambe* e do povo *Cayambi*. Entrevista realizada por Florencia Campana e Fernando Larrea em 23 de Novembro de 2014.

Ampam Karakras. Liderança da *Federación Shuar*, CONFENIAE, e CONAIE. Entrevista realizada em 22 de Janeiro de 2015.

Diocelinda Iza. Liderança da *Unión de Organizaciones Campesinas del Norte de Toacazo* e ex-presidenta do *Movimiento Indígena y Campesino de Cotopaxi*. Entrevista realizada por Florencia Campana e Fernando Larrea em 22 de Novembro de 2014.

Fernando García. Profesor e Pesquisador da FLACSO Ecuador. Entrevista realizada em 20 de Janeiro de 2015.

Floresmilo Simbaña. Liderança da CONAIE. Entrevista realizada em 1 de Maio de 2014.

Franco Viteri. Liderança do povo *Sarayaku* e ex-presidente da CONFENIAE. Entrevista realizada em 21 de Janeiro de 2015.

Guillermo Churuchumbi. Ex-presidente da *Confederación del Pueblo Cayambe* e Prefeito de Cayambe. Entrevista realizada em 6 de Maio de 2014.

Humberto Cholango. Ex-presidente da CONAIE. Entrevista realizada em 12 de Maio de 2014.

Jorge Herrera. Ex-presidente da CONAIE. Entrevista realizada por Florencia Campana e Fernando Larrea em 22 de Novembro de 2014.

Leonidas Iza. Ex-presidente de la CONAIE. Entrevista realizada por Florencia Campana e Fernando Larrea em 22 de Novembro de 2014.

Lourdes Tibán. Ex Presidenta do *Movimiento Indígena y Campesino de Cotopaxi, ex Secretaria Ejecutiva del CODENPE,ex-asambleísta por Pachakutik.* Entrevista realizada em abril de 2005 por Luis e Jorge Corral. Entrevista realizada em 22 de janeiro de 2015 por Fernando Larrea.

Luis Andrango. Ex-presidente da FENOCIN. Entrevista realizada em 27 de Fevereiro de 2010. Entrevista realizada em 5 de Maio de 2014.

Luis Macas. Ex-presidente da CONAIE. Entrevista realizada em Maio de 2005 por Luis e Jorge Corral. Entrevista realizada em 6 de Maio de 2014 por Fernando Larrea.

Mario Unda. Profesor e pesquisador da *Escuela de Sociología de la Universidad Central del Ecuador.* Entrevista realizada em 08 de Maio de 2014.

Natalia Greene, Carlos Larrea e Carmen Seco. Equipe da pesquisa sobre *el Buen vivir como alternativa al desarrollo* de la Universidad Andina Simón Bolívar. Entrevista colectiva realizada em 30 de Janeiro de 2015.

Nina Pacari. Liderança da CONAIE, *Ex-asambleista* por Pachakutik. Entrevista realizada em 25 de Janeiro de 2015.

Pablo Dávalos. Profesor e pesquisador da *Pontificia Universidad Católica del Ecuador*. Entrevista realizada em 19 de Janeiro de 2015.

Pocho Alvarez. Cineasta e produtor independente. Entrevista realizada em: 21 de novembro de 2014.

Roberto Gortaire. Ex-presidente da COPISA e liderança do *Colectivo Agroecológico del Ecuador* . Entrevista realizada em 25 de Janeiro de 2015.

Victoria Carrasco. Equipe pastoral de Ayora Cayambe. Entrevista realizada em 29 de Abril de 2014.

ANEXOS

ANEXO 1

Mapa físico do Equador

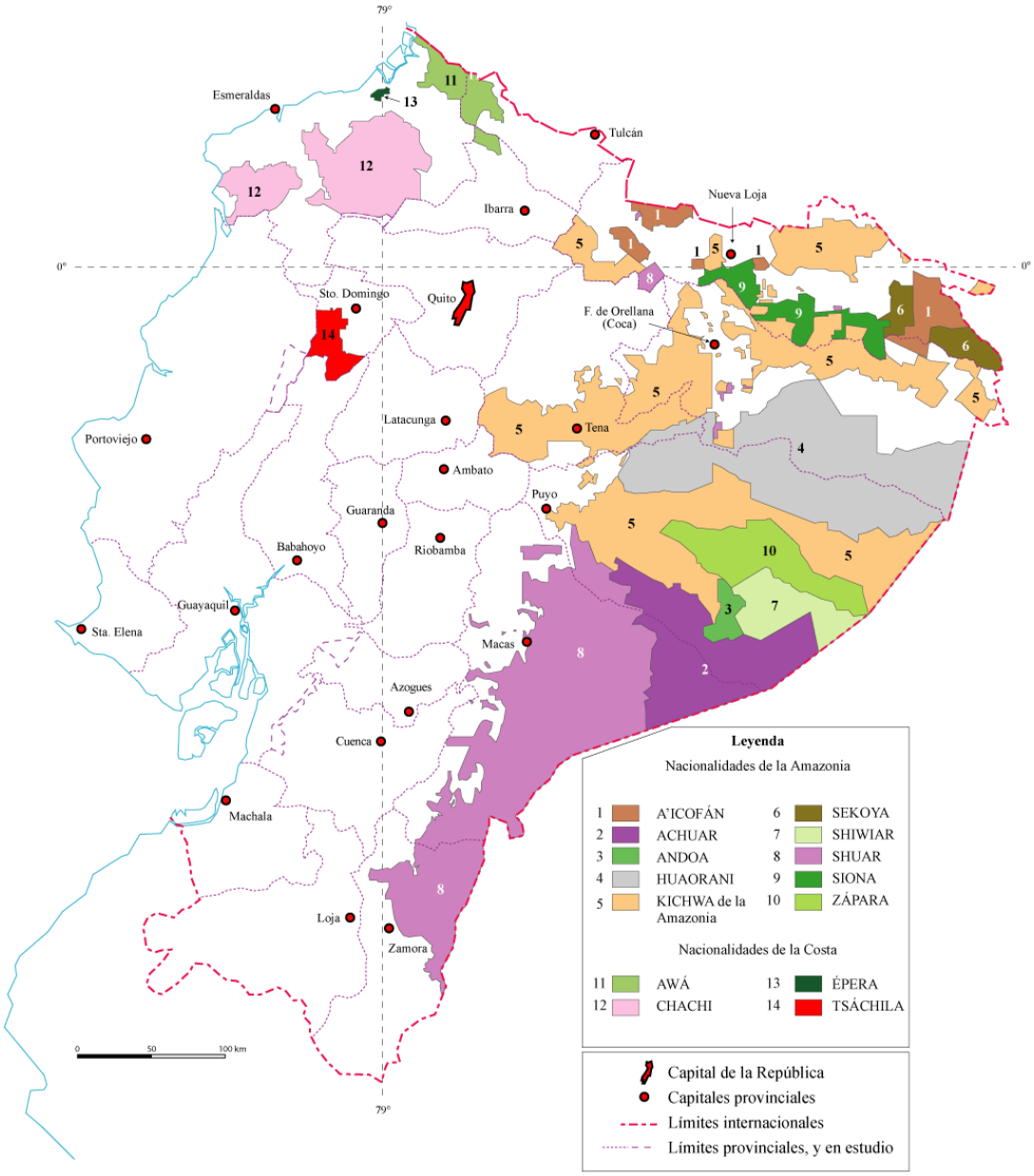
ANEXO 2

Mapa Político do Equador

ANEXO 3

Territórios das Nacionalidades indígenas equatorianas

Áreas territoriales de las nacionalidades indígenas ecuatorianas (Amazonia y Costa)

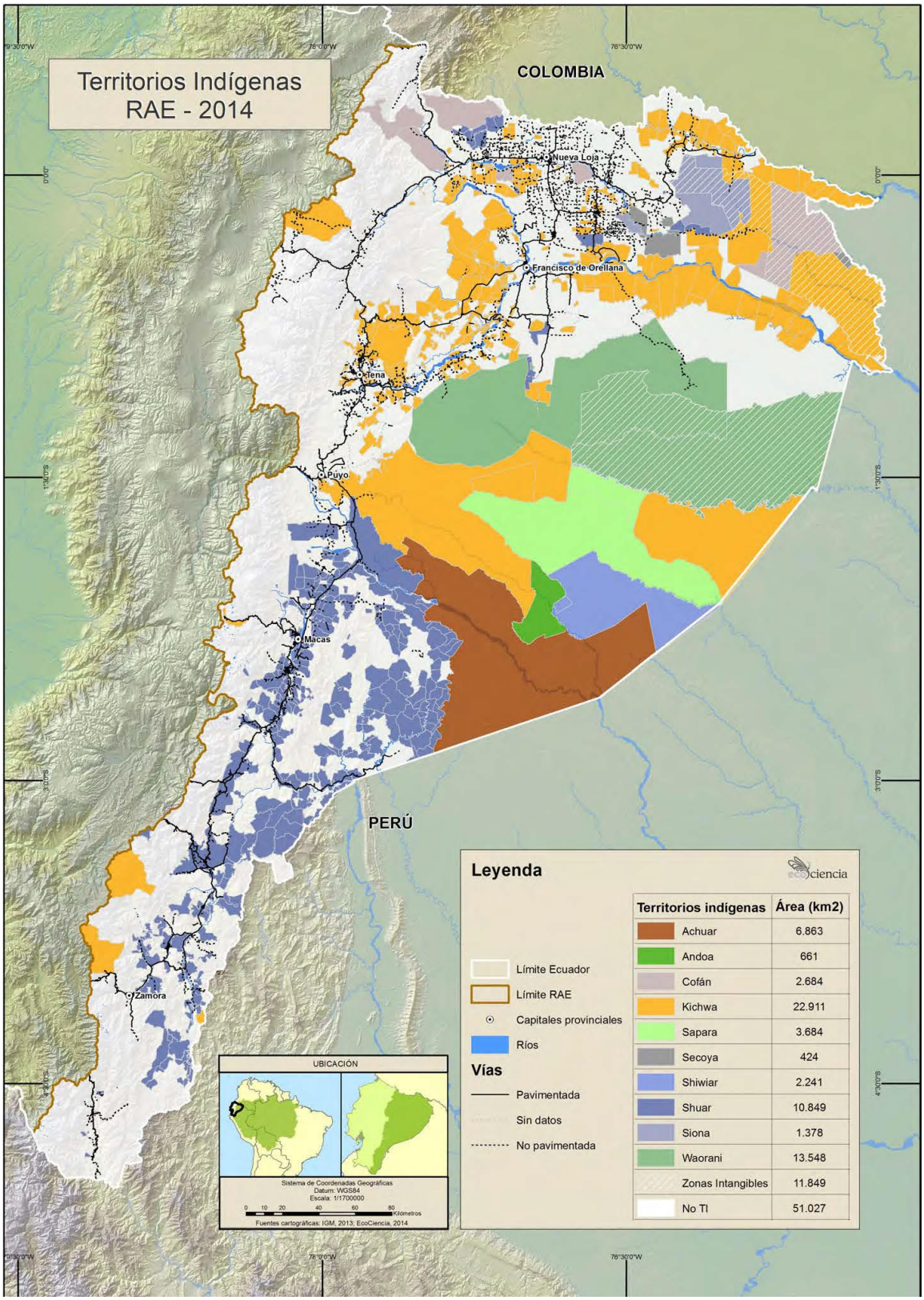


Fuentes: del tema principal: Rivera, M. B., 2010, *Mapa de Territorios Indígenas*, Fundación EcoCiencia, Quito, Ecuador; para el fondo: IGM.

Fonte: ORTIZ (2012, p. 443)

ANEXO 4

Área dos Territórios indígenas na Região Amazônica Equatoriana



Fonte**:** López A. V., Aragón J., e Ulloa J.(2016).

ANEXO 5

MANDATO POR LA DEFENSA DE LA VIDA Y LOS DERECHOS DE LAS NACIONALIDADES INDÍGENAS

Debemos tener presente que agotados los esfuerzos por la vía legal, el pueblo tiene la palabra. Por esta razón exigimos el cumplimiento de este mandato por parte del gobierno; de no ser así, tenemos la obligación moral e histórica de ejecutarlo por nosotros mismos.

1. Entrega, solución y legalización en forma gratuita de la tierra y territorios para las nacionalidades indígenas.

2. Solución a los problemas de agua, considerado como un problema social, bajo tres aspectos: agua para regadío, consumo y políticas de no contaminación a través de un instructivo para el control del medio ambiente.

3. No al pago del predio rústico.

4. Cumplir y hacer cumplir el Acuerdo de Sarayacu.

5. Exigir la creación de partidas presupuestarias para las direcciones provinciales y nacionales y entrega de recursos económicos permanentes del convenio MEC-CONAIE.

6. Condonación de las deudas por parte del FODERUMA, IERAC, FEPP, Banco de Fomento y otros.

7. Reforma del artículo 1 de la Constitución, que declare el Estado Plurinacional.

8. Exigir la entrega inmediata de los fondos presupuestarios para las nacionalidades indígenas, a través de un proyecto de ley presentado por la CONAIE, discutido y aprobado por el Congreso Nacional.

9. Congelamiento de los precios de los productos industrializados de primera necesidad, mínimo por dos años, y fijación de precios justos de los productos campesinos de la economía de subsistencia, a través de la autonomía en el mercado.

10. Cumplimiento, terminación y realización de las obras prioritarias de infraestructura básica de las comunidades indígenas.

11. Libre importación y exportación para los comerciantes y artesanos miembros de la CONAIE.

12. Aprobación de ordenanzas a nivel nacional, que declaren el control, protección y desarrollo de los sitios arqueológicos, por parte de la CONAIE y sus organizaciones filiales.

13. Expulsión del Instituto Lingüístico de Verano (ILV), por medio del cumplimiento del decreto ejecutivo 11-59 de 1981.

14. Exigimos respeto a los derechos del niño, por lo que rechazamos las propuestas de este gobierno de convocar a elecciones a la población infantil, sin haber trabajado para que ésta tenga una conciencia crítica de la situación en que vivimos.

15. Exigimos que mediante decreto sea legalizada y financiada por el Estado la práctica de la medicina indígena.

16. Exigimos la inmediata derogatoria de los decretos con los que se han creado instituciones paralelas a los Consejos Provinciales y Municipales, como el CORNOFORT, organismos que están dirigidos por un solo partido político, que los utiliza para montar empresas electorales que trafican con las conciencias de nuestras comunidades indígenas.

¡Viva los 500 años de resistencia indígena y popular!

¡Viva el Levantamiento Indígenas Nacional!

¡Viva la lucha por la recuperación de nuestra Madre Tierra!

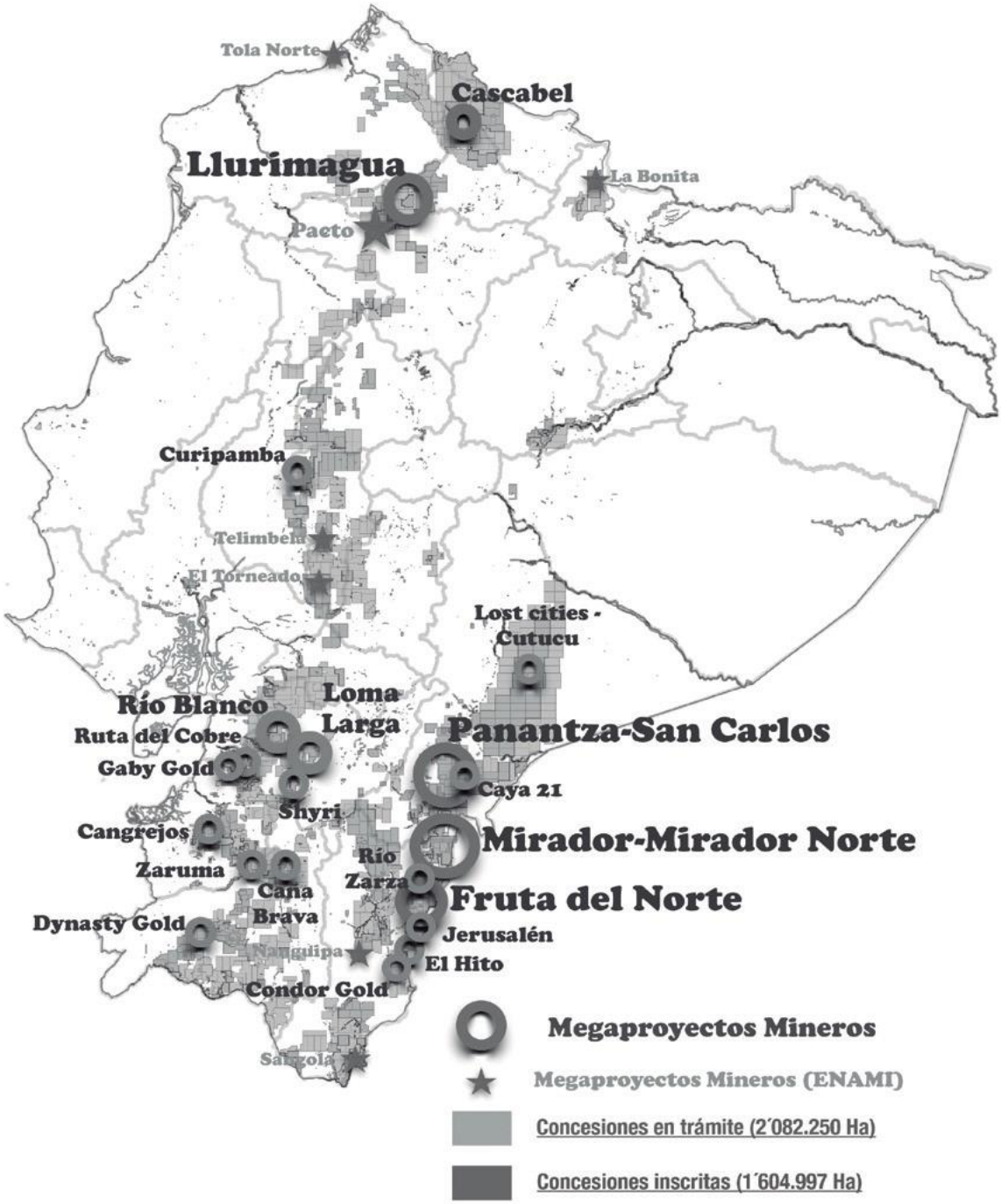
¡Viva la unidad de los sectores populares por una causa justa!

Fuente: RICCHARISHUN Boletín No. 2. Levantamientos indígenas.

ECUARUNARI, Quito

ANEXO 6

Mapa de ubicação dos megaprojetos de mineração



Fonte: Sacher (2017, p. 175)